

# tempopsicanalítico

50

Nº 2

TEMPO PSICANALÍTICO  
50.2, 2018

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle  
Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)  
Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.  
Telefone: (21) 2522-0032  
E-mail: [spid@unisis.com.br](mailto:spid@unisis.com.br) - Homepage: <http://www.spid.com.br>

EDITOR RESPONSÁVEL:

*Pedro Sobrino Laureano*

EDITORES ADJUNTOS:

*Daniela Teixeira Dutra Viola*  
*Alexandra de Gouvêa Vianna*  
*Leonardo Cardoso Portela Câmara*  
*Rodrigo Sanches Peres*

COMISSÃO EXECUTIVA:

*Adelina Helena de Freitas*  
*José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque*

ASSISTENTE DE EDIÇÃO:

*Lucília Soares*

REVISÃO:

*Sandra Felgueiras*

DIAGRAMAÇÃO:

*Marco Aurélio Costa Santiago*

CONSELHO EDITORIAL

*Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA*  
*Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG*  
*Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ*  
*Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG*  
*Edilene Freire de Queiroz - UNICAP*  
*Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB*  
*Fuad Kyrillos Neto. UFSJ*  
*Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB*  
*Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França*  
*Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ*  
*Marta Gerez Ambertin - UNT, Argentina*  
*Nelson da Silva Júnior - USP*  
*Octavio Almeida de Souza - Fiocruz*  
*Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP*  
*Ricardo Salztrager - Unirio*

---

Tempo psicanalítico. - V. 50.2 (2018) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 420 p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008- )

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

---

LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso)

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing\\_es](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es)

SSCI - Social Sciences Citation Index - [scientific.thomsonreuters.com](http://scientific.thomsonreuters.com)

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - [www.dgbiblio.unam.mx/clase.html](http://www.dgbiblio.unam.mx/clase.html)

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

# tempopsicanalítico

50

Nº 2



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle  
Julho/Dezembro - 2018

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	6
<b>ARTIGOS</b>	
PERSPECTIVAS POLÍTICO-CLÍNICAS: PSICANÁLISE, AUTISMO E A RAZÃO NEOLIBERAL Natália de Andrade de Moraes, Cláudia Maria Perrone .....	11
EFEITOS DA INCIDÊNCIA DA LINGUAGEM NO CORPO DO SUJEITO AUTISTA Maria Gláucia Pires Calzavara, Ângela Maria Resende Vorcara .....	31
A QUESTÃO DIAGNÓSTICA E SUA IMPLICAÇÃO NA EPIDEMIA AUTÍSTICA Mayana Bracks, Roberto Calazans .....	51
MORRER A CONTA-GOTAS: A ESTRATÉGIA DE UM NEURÓTICO OBSESSIVO AO NÃO ADERIR AO TRATAMENTO Gizele Aparecida de Almeida, Fábio Santos Bispo .....	77
QUAL O CORPO DEFICIENTE? PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS E PRÁTICAS DE TRATAMENTO Diego Rodrigues Silva, Leia Prizskulnik, Eliana Herzberg .....	102
PSICANÁLISE E PESQUISA CIENTÍFICA: O PESQUISADOR NA POSIÇÃO DE ANALISANTE Jacqueline de Oliveira Moreira, Nathiële Araujo Oliveira, Ethyene Andrade Costa .....	119
LUGAR E NÃO-LUGAR NO MUNDO VIRTUAL. NOTAS SOBRE CRIATIVIDADE E TERRITÓRIOS DE EXISTÊNCIA NA REDE Junia de Vilhena, Joana de Vilhena Novaes .....	143
A MORAL E A MORTE COMO DEFESAS PERANTE A CULPA E A INSATISFAÇÃO LIBIDINAL EM UMA TRAGÉDIA DE NELSON RODRIGUES Marcelo Duarte Porto, Francisco Catunda Martins, Zenaide Dias Teixeira .....	162

QUANDO ELABORAR IMPLICA EM “IR ESQUECENDO”: SOBRE A DIMENSÃO CRIATIVA DO ESQUECIMENTO Ricardo Salztrager, Nilcineia Neves Longobuco .....	181
A FITA BRANCA. PSICANÁLISE E FASCISMO Jô Gondar .....	201
DOSSIÊ	
A DUPLA POTENCIALIDADE DO IRREPRESENTÁVEL E A NEGATIVIDADE NECESSÁRIA: TRAUMA E PULSÃO DE MORTE Monah Winograd .....	215
CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ESCUTA PARA JOVENS EM BUSCA DE UM FUTURO PROFISSIONAL: IMPASSES E APOSTAS DA PSICANÁLISE EM EXTENSÃO Perla Klautau, Maria Manuela Dias Ramos de Macedo .....	245
ANGÚSTIA E VERGONHA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA EM SITUAÇÕES DE POBREZA E OUTRAS VULNERABILIDADES Karla Patrícia Holanda Martins, Beatriz Sernache de Castro Neves, Érika Teles Dauer, Iara Fernandes Teixeira .....	265
À PRÁTICA DO PSICANALISTA EM UM CENTRO DE TRATAMENTO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS: O IDEAL EDUCATIVO, OS IMPASSES E A QUESTÃO DO BELO Lucimara Lopes Rase, Vinicius Anciães Darriba .....	290
AMBIENTE E INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO TRABALHO COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO PSICOSSOCIAL Maira Brandão Benedito, Nadja Nara Barbosa Pinheiro .....	309
VERDADE COMO DIVISÃO: IDEOLOGIA ENTRE HEGEL E FREUD Pedro Sobrino Laureano .....	330
QUANDO A RESILIÊNCIA PODE SER UMA APOSTA PARA A PSICANÁLISE: AMPLIAÇÕES CLÍNICAS DO TRAUMA E DO LUTO Maria Virginia Filomena Cremasco .....	349
DESAFIOS DO ENLACE TEÓRICO / TÉCNICO NA CLÍNICA DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL Cassandra Pereira França, Cynthia da Conceição Tannure, Danielle Pereira Matos Rabelo .....	373
“FORMAR-SE” E “SER” MULHER: UM BREVE ENSAIO SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA Rodrigo Sanches Peres, Neftali Beatriz Centurion, Maria Virginia F. Cremasco .....	401

O atual dossiê apresenta a contribuição de nove membros do Grupo de Trabalho intitulado Psicanálise e Clínica Ampliada, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Fundada em 1983, a ANPEPP tem como objetivo principal fomentar e estimular a formação de profissionais para pesquisa no âmbito da pós-graduação em Psicologia no país. Em prol desse objetivo, seus grupos de trabalho congregam pesquisadores de diferentes regiões do país e de diferentes programas de pós-graduação com o intuito de formar uma ampla rede de pesquisas e estudos em torno de temas que perpassam os interesses gerais desses profissionais.

Particularmente, nosso GT, Psicanálise e Clínica Ampliada, foi constituído como um desdobramento do GT, fundado em 2010, intitulado *Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico*, cujo objetivo central era o de ampliar o objeto da clínica e refletir sobre os modos de intervenção nos sofrimentos psíquicos derivados dos processos atuais de subjetivação. Naquela ocasião, duas foram as produções científicas efetivadas pelo grupo em formato de livros: *Processos de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico* (Cia. de Freud/Faperj, 2012) e *Psicanálise e clínica ampliada: multiversos* (Appris, 2014).

Dessa última contribuição, ficou claro para o grupo que o interesse geral em torno do qual os pesquisadores se reuniam girava em torno da psicanálise e da clínica ampliada, motivo pelo qual o GT resolveu adotar tais descritores para se denominar como grupo. Com essa nomenclatura, pretendemos propor discussões que sublinham o quanto a psicanálise se configura como uma clínica ampliada em um sentido mais *lato* do que o que classicamente define esse conceito ao poder desvelar suas potencialidades como teoria e como prática em inúmeros contextos nos quais esteja presente. Objetivando manter nossa intenção em tornar nossas reflexões acessíveis ao público, os debates formulados em nosso primeiro Simpósio Nacional, ocorrido em 2015, em Belo Horizonte, sustentaram a produção de um livro intitulado *O Que Pode a Psicanálise*

(Blucher, no prelo), no qual os autores discutem, cada um a seu modo, a potência da psicanálise em campos diversos de atuação.

Como desdobramento de nossas investigações, foi realizado, em 2017, o Segundo Simpósio Nacional do GT, em Fortaleza, intitulado *Impasses da Clínica Ampliada: Apostas da Psicanálise*, o qual, dando continuidade às questões propostas pelo GT, centralizou suas preocupações sobre as possibilidades encontradas pela psicanálise em se fazer presente no âmbito da Saúde Pública e da Assistência Social. Como nas ocasiões anteriores, o grupo achou que seria interessante reunir as contribuições apresentadas nesse Simpósio e publicá-las de forma a poderem ganhar maior visibilidade. Com esse objetivo, na última reunião da ANPEPP, ocorrida em Brasília em 2018, decidimos levar à Revista Tempo Psicanalítico a proposta de um Dossiê que reunisse em um mesmo número especial esses trabalhos. Proposta generosamente aceita pelos editores da Revista que logo iniciaram o processo de editoração em comum acordo aos membros do GT que se disponibilizaram a auxiliar nessa tarefa. Nele, as contribuições efetuadas foram divididas em três grandes eixos, cada um deles contendo as reflexões de três diferentes membros do GT e de seus co-autores.

No primeiro eixo, concentrando-se em estudos teóricos, encontram-se os artigos

**“A Dupla Potencialidade do Irrepresentável e a Negatividade Necessária: Trauma e Pulsão de Morte”**, em que Monah Winnograd analisa a dupla potencialidade do não representado, da negatividade e do vazio psíquico, os quais, ao mesmo tempo em que apontam para um limite do aparelho psíquico, o lançam para o trabalho, contribuindo para a constituição e diferenciação da subjetividade.

Já Pedro Laureano, em **“Verdade como divagem: ideologia entre Hegel e Freud.”**, busca uma articulação entre algumas das ideias contidas na filosofia de Hegel e a psicanálise freudiana. Trata-se de investigar estas articulações através da ideia de que, para ambos, o reconhecimento da contradição seria fundamental ao psiquismo.

Em **“Formar-se” e “ser” mulher: um breve ensaio sobre a sexualidade**”, Rodrigo Sanches Peres, Neftali Beatriz Centurion e Maria

Virginia Filomena Cremasco tecem considerações acerca dos debates atuais sobre a sexualidade, a partir do referencial psicanalítico. O artigo tem como pano de fundo a questão da violência contra a mulher tendendo-se em vista o recente recrudescimento de uma mentalidade machista que enseja diversas formas de abuso e violência. Buscam, em um primeiro momento, circunscrever teses centrais sobre a “formação” da mulher conforme postuladas por Freud e, em um segundo momento, sintetizar um conjunto de proposições de autores contemporâneos entre os quais se pode estabelecer um diálogo.

Já o segundo eixo, organiza-se em torno de artigos que perpassam contribuições teórico-clínicas sobre a infância e a juventude, de tal forma que, em **Ambiente e integração no processo de desenvolvimento emocional: reflexões a partir do trabalho com crianças em situação de risco psicossocial**. Maira Brandão Benedito e Nadja Nara Pinheiro apresentam reflexões realizadas com base na teoria winnicottiana a partir da atuação da primeira autora como psicóloga no Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da Infância e Juventude (NIAPVIJ) do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Já no artigo “**Desafios do enlace teórico/técnico na clínica do abuso sexual infanto-juvenil**”, Cassandra Pereira França, Danielle Pereira Matos Rabelo e Cynthia da Conceição Tannure, descrevem o trabalho desenvolvido em um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. As autoras relatam as conclusões de duas teses inspiradas na escuta dos pacientes acompanhados por esse Projeto, por meio das quais é possível destacar alguns limites presentes na construção da clínica da violência sexual: a realidade dos cuidados negligentes e violentos, aliada à atualização de elementos arcaicos provenientes das primeiras relações objetais, e que não tiveram chances de elaboração.

Por seu turno, em “**Construção de dispositivos de escuta para jovens em busca de um futuro profissional: impasses e apostas da psicanálise em extensão**”, Perla Klautau e Manoela de Macedo apresentam os resultados parciais da pesquisa “Jovens em situação de vulnerabilidade

social: entre o trauma e o reconhecimento”, desenvolvida desde 2017, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida com financiamento da FAPERJ. São apresentadas algumas reflexões, tecidas após a realização do trabalho de campo, efetuado entre os meses de maio e setembro do corrente ano, com jovens moradores de comunidades do Rio de Janeiro com idades entre 15 e 24 anos.

Finalizando o Dossiê, o terceiro eixo, tratando de questões cuja proposta principal é a de apresentar uma clínica em extensão, traz as contribuições de:

No artigo, **“A prática do psicanalista em um centro de tratamento de anomalias craniofaciais: o ideal educativo, os impasses e a questão do belo”**, Lucimara Lopes Rase e Vinicius Darriba, partem de reflexões suscitadas pela experiência no setor de psicologia de um centro de tratamento de anomalias craniofaciais na cidade do Rio de Janeiro. O questionamento incide sobre a possibilidade do trabalho do psicanalista em uma instituição hospitalar universitária, local historicamente estruturado em torno da transmissão e reprodução de preceitos educativos na área da saúde.

Já, Karla Patricia Martins, Beatriz Sernache de Castro Neves, Érika Teles Dauer e Iara Fernandes Teixeira, em **“Angústia e vergonha na clínica psicanalítica em situações de pobreza e outras vulnerabilidades”**, se propõem a lançar questões sob as condições de possibilidade de um trabalho analítico em contextos de privações diversas, caracterizados como contextos de vulnerabilidade, mediante dois operadores teóricos – a angústia e a vergonha. Através da leitura freudiana da angústia, das novas proposições sobre uma metapsicologia da vergonha e da teoria do trauma de Ferenczi, as autoras buscam entender o que pode a psicanálise nesses contextos ditos vulneráveis.

Na sequência, Maria Virginia Cremasco, em **“Quando a resiliência pode ser uma aposta para a psicanálise: ampliações clínicas do trauma e do luto”**, trata do conceito de resiliência buscando articulá-lo ao corpo teórico da psicanálise. Segundo a autora, Apesar de considerar que a resiliência não faz parte do corpo teórico da psicanálise por não se

## 10 •

integrar na lógica de sua prática e conduzir a intervenções terapêuticas de uma natureza diferente, alguns autores consideram que ela estabelece relações com várias noções psicanalíticas elaboradas por Freud, como: traumatismo, mecanismos de defesa, sublimação e trabalho de luto que são exploradas neste artigo.

## PERSPECTIVAS POLÍTICO-CLÍNICAS: PSICANÁLISE, AUTISMO E A RAZÃO NEOLIBERAL

*Natália de Andrade de Moraes\**

*Cláudia Maria Perrone\*\**

### RESUMO

Este artigo objetivou problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. Nessa direção, buscou compreender o uso dos significantes “autismo/autista” para representar o momento histórico atual, catalisador do apagamento do outro e da dimensão da alteridade. Para tal, propôs a análise de um vídeo publicitário referente à “jaqueta do abraço”, produto destinado a acalmar crianças diagnosticadas autistas. Em um cenário ultraindividualista, imperativo de objetos e carente de laços sociais, o sujeito autista emerge no lugar do estranho, familiar excluído, ao refletir a tendência contemporânea à ausência do Outro, à mesmice e ao isolamento. Ao encarnar o que o social não quer saber, ao autista restam fundamentalmente a exclusão e as propostas de inclusão via adestramento e supressão das diferenças. Em outra direção, a psicanálise propõe uma saída possível do discurso capitalista através da introdução do novo, na sustentação de um desejo que possibilite ao sujeito a pequena singularidade que é sua, que não entra no circuito do discurso.

Palavras-chave: psicanálise; discurso capitalista; neoliberalismo; autismo.

### POLITICAL-CLINICS PERSPECTIVES: PSYCHOANALYSIS, AUTISM AND THE NEOLIBERAL REASON

### ABSTRACT

*This article aimed to problematize the autism statute in contemporary days, as well as the place reserved to autistic subjects in a social crossed by neoliberal and capitalistic discourses. On such direction, it was aimed to*

---

\* Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria.

\*\* Psicóloga e Psicanalista. Membro da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Professora Adjunta do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

*comprehend the usage of the significant “autism/autistic” to present the current historical moment, catalyst of the erasure of the other’s existence and of the alterity dimension. Therefore, it was proposed the analysis of an advertisement video referring to the “hug jacket”, a product destined to ease autistic children. In an ultra-individualist scenario, objects’ imperative and lacking social bonds, the autistic subject emerges in the place of weirdness when reflecting on the contemporary tendency of the Other’s absence, the monotony and the isolation. Being what the social denies to acknowledge, there remains to the autistics the exclusion or the proposals of inclusion through training and through the denial of the difference. In other direction, psychoanalysis proposes a possible way out of the capitalist speech throughout the introduction of the innovative, in the support of a desire that enables the subject its tiny singularity that it owns.*

*Keywords: psychoanalysis; capitalist discourse; neoliberalism; autism.*

## **PERSPECTIVAS POLÍTICO-CLÍNICAS: PSICOANÁLISIS, AUTISMO Y LA RAZÓN NEOLIBERAL**

### **RESUMEN**

*Este artículo buscó problematizar el estatuto del autismo en el contemporáneo, así como el sitio reservado a los sujetos autistas en un social atravesado por los discursos neoliberal y capitalista. En esta dirección, se buscó comprender el uso de los significantes “autismo/autista” para presentar el momento histórico actual, catalizador de la supresión del otro y de la dimensión de alteridad. Así, se ha propuesto el análisis de un video publicitario referente a la “jaqueta do abraço” (chaqueta del abrazo), producto destinado a relajar niños diagnosticados autistas. En un escenario ultra-individualista, imperativo de objetos y carente de lazos sociales, el sujeto autista emerge en el lugar del extraño, familiar excluido, al reflexionar la tendencia contemporánea a la ausencia del Otro, a la monotonía y al aislamiento. Al personificar lo que el social se niega a reconocer, al autista quedan la exclusión y las propuestas de inclusión a través del entrenamiento y de la supresión de las diferencias. En otra dirección, la psicoanálisis propone una salida posible al discurso capitalista a través de la introducción del nuevo, en el apoyo a un deseo que permita al sujeto la pequeña singularidad que es suya, que no entra en el circuito del discurso.*

*Palabras clave: psicoanálisis; discurso capitalista; neoliberalismo; autismo.*

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetiva-se problematizar o estatuto do autismo no contemporâneo, bem como o lugar reservado aos sujeitos autistas em um social atravessado pelos discursos neoliberal e capitalista. Para tal, apresenta-se um percurso teórico que considera os desenvolvimentos de Dardot e Laval (2016) acerca da razão neoliberal e do sujeito por ela engendrado, explicitando sua articulação ao que Jacques Lacan propôs como discurso do capitalista, aquele que desfaz o laço social. Parte-se dessas considerações para destacar e compreender o uso do significante *autismo* por autores como Alemán (2009) e Bernardino (2016), como modo de apresentar o momento histórico atual, catalisador do apagamento do outro e da dimensão da alteridade.

Na esteira dessa discussão, propõe-se analisar um vídeo publicitário referente à “jaqueta do abraço”, produto destinado a acalmar crianças diagnosticadas autistas. A argumentação trabalha no sentido de compreender de que modo certas articulações discursivas, produtoras de sujeitos ultraindividualistas, podem contribuir para um cenário imperativo de objetos e carente de laços sociais, assim como seus efeitos na atenção aos sujeitos autistas.

## NEOLIBERALISMO E DISCURSO DO CAPITALISTA

Acompanhamos hoje a transformação das sociedades pela ampliação da influência do neoliberalismo no mundo. Tradicionalmente concebido enquanto doutrina econômica, o neoliberalismo pode ser lido como racionalidade, a razão do capitalismo contemporâneo (Dardot, & Laval, 2016; Rose, & Wickham, 1993). Como tal, tende a estruturar e organizar a ação dos governantes e a conduta dos governados, estendendo a lógica do capital às relações sociais e a todas as esferas da vida humana.

Uma leitura de base foucaultiana do neoliberalismo permite-nos compreendê-lo não apenas como ideologia, um tipo de política econômica, mas como sistema normativo que produz formas específicas de relações sociais, levando a novos modos de subjetivação (Dardot, & Laval, 2016). O neoliberalismo estabelece uma nova forma de ser, moldada para atender às demandas de um mercado altamente competitivo e autônomo.

No governo das vidas, o sistema neoliberal busca criar uma esfera de liberdade na qual agentes independentes assumem suas próprias decisões, perseguem suas preferências e buscam maximizar sua qualidade de vida (Rose, & Wickham, 1993), na construção de um viver muito mais individualizado. Nesse enquadre, os autores sugerem que o sujeito político deixa de ser o sujeito social, com direitos e obrigações derivadas de sua filiação ao corpo coletivo, para tornar-se o indivíduo cuja cidadania está ativa. Esta passa a manifestar-se fundamentalmente na busca enérgica de realização pessoal, meta última do chamado sujeito neoliberal (neossujeito).

Para o neoliberalismo, a produção desse sujeito não é ocasional. Como produto, o homem neoliberal constitui-se homogeneizado a uma lógica empresarial, sendo organizado por distintos dispositivos para conceber-se empreendedor, gerente da própria existência (Alemán, 2013a). Alienado à lógica de concorrência do mercado financeiro, ele administra sua vida como uma pequena empresa e produz consigo uma relação na qual o indivíduo, ele mesmo, torna-se o capital humano que deve crescer indefinidamente, valorizando-se cada vez mais.

Sem a distância simbólica que permite a elaboração política de seu lugar nos dispositivos que adestram seu corpo e sua subjetividade (Alemán, 2013b), o sujeito neoliberal é governado na medida em que foi constituído para “se governar” (Dardot, & Laval, 2016). A estratégia está na submissão do indivíduo a uma lógica que racionaliza todos os aspectos da existência, remodelando os processos de subjetivação.

A racionalização do desejo inscreve-se nesse cenário através da ideia de controle. Crente de que domina a realidade e pode calcular seu futuro, o neossujeito investe a si mesmo na garantia de que terá um percurso “vitorioso”, transformando-se e aprimorando-se em uma formação para toda a vida. Se no caminho em direção ao sucesso as estruturas sociais revelarem sua precariedade, a desigualdade social se impuser e as contingências da vida acontecerem, como sempre acontecem, nada disso importa. Uma vez que tudo depende do indivíduo e de seus investimentos, a falta e a falha não têm outra função senão denunciar o fracasso, a insuficiência e a impotência desse neossujeito<sup>1</sup>.

Nesse sentido, as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo não são sem consequências. Elas operam na direção do egoísmo social,

da negação da solidariedade e da redistribuição, e podem desembocar em movimentos reacionários e até mesmo neofascistas (Dardot, & Laval, 2016), gerando violência e exclusão social.

Para Alemán (2009), essa lógica aproxima-se do que Lacan nomeou discurso do capitalista. No campo lacaniano, os discursos são estruturas que, ordenadas pela linguagem, indicam a organização específica das relações do sujeito com os significantes e com o objeto, de modo que cada discurso representa uma modalidade de laço social. O discurso do capitalista faz exceção aos demais ao desfazer esse laço. Isso se dá na medida em que ele não escreve nenhum laço na relação entre os parceiros humanos (Figura 1). Escreve apenas a relação de cada sujeito com certo objeto mais-valia<sup>2</sup>, realizando uma forma de fantasia: o laço direto do sujeito com o objeto *a* (Soler, 2011).

$$\frac{\$}{S1} \times \frac{S2}{a}$$

Fig. 1. Discurso do capitalista

A escrita e, portanto, a leitura desse quinto discurso apresentado por Lacan é polêmica e não consensual entre os psicanalistas. Algumas interpretações, contudo, repetem-se na literatura (Alberti, 2000; Alemán, 2009; Pereira, & Gurski, 2014), sugerindo que essa estrutura discursiva põe em jogo a rejeição da castração.

Nessa escrita do discurso do capitalista, o importante é que entre os quatro termos [...] Lacan desenha uma flecha contínua, sem ruptura. Enquanto nos outros quatro discursos existe uma ruptura, uma descontinuidade, que é uma barreira [...] para designar que entre o gozo que um discurso torna possível e a verdade daquilo que é esperado como gozo, existe sempre um hiato. Na escrita do discurso do capitalista não há nenhum hiato (Soler, 2011, p. 61).

Ao velar as marcas da falta, esse discurso promove uma ilusão de completude e demonstra o modo como o sujeito encontra-se fixado ao objeto e, ao mesmo tempo, sujeitado a nada, sem dívida com a lei e com os semelhantes (Pereira, & Gurski, 2014). Para Lacan, essa lógica discursiva faz equivaler o que qualificamos de “humano” a qualquer objeto

mais-de-gozar produzido pela indústria, ou seja, indica a degradação a qualquer objeto mais-de-gozar do que poderia trazer a marca do desejo, necessariamente singular (Lacan, 1970/1992; Alberti, 2000).

No mesmo movimento, o discurso do capitalista promove o apagamento do outro através da massificação dos objetos, do desgaste das relações políticas, da supressão da diferença geracional, do consumo hedonista e do desregramento pulsional (Pereira & Gurski, 2014). Ao fazer desaparecer o outro e excluir “as coisas do amor”, segundo expressão de Lacan, esse discurso vai ao encontro da racionalidade neoliberal na produção de um sujeito ultraindividualista, centrado em sua própria promoção e sucesso pessoal. Ou, ainda, na produção de um indivíduo autista e consumidor, indiferente à dimensão constitutivamente política da existência (Alemán, 2009).

Interessa-nos destacar a escolha de Alemán pelo significante “autista” para caracterizar o sujeito neoliberal, marcado pelo discurso capitalista. Como podemos acompanhar a seguir, esse uso não é inédito na literatura psicanalítica. Silva (1997, p. 29) lança a questão:

Seria muito ousado considerar o autismo emblemático deste nosso tempo pós-moderno, onde a individualidade e a singularidade já se consolidaram como valores absolutos e a força da tradição não possui mais o impacto de antes? Um tempo onde o que parece prevalecer é uma referência a si próprio, como se fosse possível viver sem relação e sem referência ao outro?

Conforme Kupfer (1999), a invenção do autismo é, ela mesma, condicionada pelos discursos e experiências da atualidade. Assim, o autista criado por Kanner não é o mesmo que poderia ter surgido no mundo antigo, pois esse nome recorta e cria um novo discurso que o situa e dá lugar no contemporâneo. Mundo que, há 20 anos e em termos de Brasil<sup>3</sup>, abria as portas para a globalização e o neoliberalismo, inaugurando um período de intensas transformações sociais.

A rapidez e a intensidade dessas transformações causaram preocupação sobre o futuro: “Diante do mundo atual [...] bombardeado pelas frequências graves de filmes e propagandas, pergunto-me: será que o mundo que ora projetamos para o futuro não é exatamente esse mundo autista de singularidades, sem objeto, sem relações?” (Rocha, 1997, p.109).

Dez anos depois, Aléman (2009) assera que comparece na atualidade um *indivíduo autista*, referido ao *gozo autista* do objeto técnico que é vendido como mercadoria subjetiva na cultura de massas. Mais recentemente, Bernardino (2016) dispõe da expressão *tempos de autismo* para referir-se ao presente momento histórico, no qual as condições simbólico-culturais favorecem alguns sintomas próprios ao quadro autístico, em especial a forclusão do Outro.

A que se referem os autores? Como justificar tal emprego significante?

## AUTISMO E PSICANÁLISE

Em nossa leitura, consideramos que o autismo põe em cena uma fragilidade no laço ao Outro, o que pode ocorrer pelas mais diversas razões. Em termos da constituição do sujeito, o Outro é o tesouro dos significantes, portador primordial da linguagem endereçada ao bebê. Em Lacan, é uma função a ser desempenhada por personagens em posição privilegiada na relação com o *infans*. Essa função depende de um outro corporificado, uma vez que a transmissão precisa de um nome e de um corpo (Jerusalinsky, 2016), e envolve o endereçamento de significantes e interpretações que marcam e medeiam a relação da pequena criança com o próprio corpo, o outro e o mundo, trabalho fundamental para a constituição subjetiva.

Diferente do que se apresenta nas demais estruturas, no autismo a fragilidade do laço ao Outro é impeditiva, visto que testemunha o fracasso na construção das redes de linguagem, fornecedoras de saber sobre o mundo e as pessoas (Jerusalinsky, 2012). Com a falha na inscrição da linguagem, a criança fica sem marcas. Isto é, mantém uma prevalência de automatismos que, fora do simbólico, fazem resistência tanto à entrada do outro no seu mundo quanto à sua entrada no mundo social.

Sem reconhecer uma existência outra, o autista fica em exterioridade ao coletivo, estando aí na condição de estrangeiro. “Desenlaçado” do social, sem acesso à mediação discursiva, o pequeno sujeito está sempre correndo o risco de ser destruído pela própria violência do gozo que não consegue escoar pelas vias comuns oferecidas pela cultura (Laurent, 2014). Às vistas disso, a clínica do autismo mostra as consequências da recusa da alienação do sujeito ao discurso do Outro.

A aceitação em se alienar à demanda desse Outro do qual o bebê depende está na satisfação em ser reconhecido e amado. Ele encontra nisso um prazer, um “gozo aparelhado aos significantes do Outro” (Nominé, 2012, p. 36). Todavia, a alienação à demanda está condicionada igualmente à renúncia de parte desse gozo, que será perdido. Quando recusa essa perda, o bebê fica sem poder “gozar-se” por intermédio do outro; o sujeito “se goza” sem o trajeto pulsional que poderia articular seu corpo ao Outro (Laurent, 2014).

Nesse contexto, a expressão *gozo autista* remete a um gozo não barrado, mortífero na medida em que não encontra mediação nos discursos e produções humanas, languageiras. Na cena capitalista, gozo autista remete à venda de uma ilusão de completude: o que deveria ser renunciado o capitalismo oferece na forma de objeto-mercadoria. Trata-se de uma lógica econômica de gozo que dissolve o desejo através do oferecimento de um gozo dos objetos que sustenta a ilusão de que uma recuperação do gozo perdido é possível no âmbito do mercado (Danzato, 2012). Essa promessa de acesso ao gozo, por sua vez, está relacionada ao que demarcamos no discurso do capitalista como rejeição da castração. É a anulação da impossibilidade estrutural, causadora do desejo e da possibilidade de um dizer próprio (Bernardino, 2016).

No simbólico, a dimensão do impossível está sempre em jogo, razão pela qual falamos em ilusão de completude e de gozo pleno. Por outro lado, no real nada falta, não há furo. Ao assumirmos que o sujeito autista não opera na linguagem, restando imerso em real (Jerusalinsky, 2012), consideramos que para esses sujeitos não há inscrição da falta, o que os faz apresentar uma intolerância ao furo, como nomeada por Laurent (2014).

Visto que as crianças autistas estabelecem uma espécie de recusa no encontro com a linguagem, o sujeito fica sem furo, como em uma estrutura esférica. Se não há furo, não há borda para delimitá-lo. Zona fronteira, possível de ser transposta, a borda é o lugar onde trocas e contatos podem ocorrer (Laurent, 2014). Na produção do fechamento autístico, o sujeito realiza o contrário: um limite intransponível, lugar de pura presença que o torna inacessível ao outro.

A fim de possibilitar esse acesso, as bordas, os limites e as formas do corpo precisarão ser produzidas junto à criança, o que se dá no encontro

com o significante. Restrepo (2012) faz uma escolha interessante para falar desse trabalho. Ela propõe que o analista, junto à criança, seja o Outro que se deixa *descompletar*. Um Outro barrado, em falta, que possa calar, depor seu olhar e sua voz quando se tornarem excessivos para o paciente, mas ao mesmo tempo emprestar-lhe a presença, o corpo e as palavras, dando lugar ao surgimento, ao desenvolvimento do que singulariza cada sujeito.

Mediante a interferência de um Outro presente, real e incompleto, vemos despontar um espaço possível para o particular de cada sujeito, seu desejo. Qualificado de autista, o sujeito neoliberal abstém-se do desejo a fim de encobrir a angústia gerada por sua condição de falta, ela mesma essencial ao ato de desejar. Enlaçado ao social, portanto alienado aos discursos que o constituem, cabe a ele o trabalho de manutenção de um espaço singular que, no entanto, não o fará autônomo ou independente, na medida em que o sujeito de que tratamos não é abstrato ou individualizado, mas atravessado pelo gozo e pelo desejo.

Às avessas do que promete o discurso do capitalista, a psicanálise propõe trabalhar com o impossível em seus diversos nomes. Enquanto o capitalismo lança a oferta incessante de objetos de consumo descartáveis e anestésiantes da relação do sujeito com o mundo, na frustrada missão de obliterar um vazio que insiste em comparecer, o psicanalista oferece em transferência um trabalho de produção de furos e de relações descompletas, porém possíveis, com o real.

### **ONDE CIÊNCIA E CAPITALISMO SE ENCONTRAM ENGENHOCAS ABRAÇAM**

No discurso capitalista, a relação direta  $a \text{ } \$$  evidencia o sujeito comandado pelo objeto, pelos produtos. Quanto mais a civilização avança, mais os humanos são instrumentalizados pelos aparelhos e ferramentas, sem os quais não podem ficar, sendo suficiente um pequeno defeito para que tudo trave de modo dramático (Soler, 2011). Mais que produzir dependência, os objetos consomem os sujeitos, anestesiando suas relações políticas e afetivas com o mundo.

O encontro do capitalismo e da ciência levou à produção extensiva desses objetos que, feitos para servir ao humano, muito frequentemente servem-se

dele na geração do consumo e do lucro. Como lembra Bernardino (2016, p. 415-416), o cientificismo passou a constituir a autoridade contemporânea, com dois traços prevalentes: a retirada da categoria do impossível (a ciência vai dar conta de todo o real) e a perda da relação espontânea com o mundo. Nesse lugar de referência, a ciência, ao contrário do falo, não vem representar a falta, mas anular os limites. Ao invés de garantir um pacto simbólico que envolve o senso comum, propõe o abandono desse senso.

Por sua vez, a submissão da ciência à técnica teve como efeito um meio habitado por objetos produzidos pela primeira e oferecidos pelo mercado aos sujeitos, então meros consumidores que fazem a cadeia econômica funcionar (Bernardino, 2016; Restrepo, 2012). Em “A terceira”, Lacan (1974/2002, p. ) refere-se às “engenhocas” criadas pelo capitalismo tecnológico nos seguintes termos:

[...] no que é que isso dá, afinal de contas, a ciência? Isso nos dá alguma coisa para colocar no lugar do que nos falta na relação, na relação do conhecimento, como dizia há pouco, nos dá nesse lugar, afinal de contas o que, para a maioria das pessoas, todos aqueles que aqui estão em particular, se reduz a engenhocas: a televisão, a viagem à Lua e, ainda assim, a viagem à Lua vocês não farão, só existem alguns selecionados. Mas vocês veem isso na televisão. É isso, a ciência parte daí. [...] Então aí o círculo se fecha sobre o que acabo de lhes dizer há pouco: o futuro da psicanálise é algo que depende do que admirá desse real, ou seja, *se as engenhocas, por exemplo, ganharão verdadeiramente a dianteira, se chegaremos a ser, nós mesmos, verdadeiramente animados pelas engenhocas.* Devo dizer que isso me parece pouco provável. Não chegaremos a fazer com que a engenhoca não seja um sintoma, pois ela o é, por enquanto, muito evidentemente (Lacan, 1974/2002, p. 70; grifo nosso).

Sintomas do contemporâneo, esses produtos vêm responder às exigências de um social inconsistente, que demanda a cada um, individualmente, que seja responsável por seus laços sociais. À diferença de outras épocas históricas, em que os sujeitos buscavam escapar das amarras de um laço social consistente, hoje o problema é adentrá-lo (Soler, 2011), estar aí com o semelhante.

Nesse cenário, o autismo adquire certo *status* por colocar o laço social radicalmente em questão, apresentando um sujeito que recusa a

alteridade. Influenciadas pela colusão ciência-capitalismo, disciplinas como a psicologia e a psiquiatria emergem nesse âmbito como aquelas capazes de responder aos ideais de um discurso científico, positivista, que busca produzir resultados rápidos via abordagens homogeneizantes (Restrepo, 2012). No caso do autismo, a medicalização infantil e a adoção de técnicas com foco na adaptação social da criança.

Um objeto técnico inserido nessa lógica discursiva é a *T-jacket*, jaqueta do abraço, sobre a qual propomos um trabalho de análise. Trata-se de um dispositivo designado para simular a sensação de um abraço, através do trabalho com sistemas de pressão de ar. Sua finalidade é produzir conforto e acalmar qualquer pessoa em situação de estresse ou ansiedade<sup>4</sup>, sendo utilizada preferencialmente em crianças com diagnóstico de autismo.

A jaqueta possui o *design* de um colete, possibilitando uso diário e discrição quanto à sua função terapêutica. É controlada por aplicativo via *smartphone* ou *tablet*, permitindo ser operada remotamente pelos pais, e interpreta os sinais do usuário para modular os níveis de pressão de ar, intensidade e duração do efeito de acordo com a situação. É capaz de detectar sinais de agitação na criança e indicar o momento em que o “abraço” deve ser acionado.

Vendido nos Estados Unidos, o produto conta com site para informações e publicidade, assim como uma área dedicada às opiniões e experiências dos usuários. Dentre o material disposto, destacamos para análise o vídeo de divulgação da jaqueta<sup>5</sup>, que exemplifica em imagens seus usos e efeitos. Descrevemos o material a seguir:

Cena 1. Criança e mãe na estação de metrô. Criança se agita. Mãe, ao seu lado, ativa a jaqueta via aplicativo de celular. Jaqueta infla e “aperta” a criança. Mudança imediata na expressão facial infantil, indicativa de calma.

Cena 2. Menino na escola. Mostra sinais de incômodo (bravo?). Jaqueta detecta mudança na criança e emite aviso para a mãe, via aplicativo de celular. Mãe avisa a professora (via celular), que ativa a jaqueta na intensidade *strong* (forte). Mudança imediata na expressão infantil, indicativa de calma. Aplicativo envia à mãe a mensagem: “John is happy” (John está feliz).

Cena 3. Criança brincando sozinha, girando, emitindo risinhos. Demonstra excesso de excitação. Ela mesma ativa a pressão da jaqueta via celular. Mudança imediata em sua expressão, indicando alívio.

Primeiramente, interessa-nos destacar a preeminência do objeto nas cenas. Como objeto técnico, a jaqueta vende a produção de certos efeitos terapêuticos sobre o usuário, tais como calma e conforto. Seu desenvolvimento, realizado em parceria com terapeutas ocupacionais, pesquisadores, psicólogos clínicos e educadores, recorta o problema (ansiedade, agitação, crise) a partir de um discurso científico específico, neurofisiológico, que oferece ao produto seu respaldo técnico. Como lugar de saber último (Bernardino, 2016), a ciência certifica o valor do objeto.

Contudo, o esforço publicitário não se detém nos aspectos técnicos, apostando na venda da ideia de que a jaqueta acalma “como um abraço”, *slogan* ao qual são associadas as figuras da mãe, da professora e de um gigante urso de pelúcia. Secundário, o elemento afetivo surge como ponto de captura. É o “a mais” que, associado ao objeto, faz com que seja causa de desejo. Como em um abraço, a jaqueta não apenas contém a criança, desempenhando sua função formal, mas associa-se igualmente às ideias de carinho, cuidado, afago. O objeto passa a comportar múltiplos sentidos, na medida em que o consumidor participa da criação desse imaginário. Ele contribui com suas próprias associações e universo fantasmático.

Por que, então, situamos o elemento afetivo em segundo plano? Paradoxalmente, a mercadoria dispensa as próprias figuras a que faz referência. No vídeo a expressão é clara: não há nenhum tipo de endereçamento ou contato físico entre pessoas, o “abraço” fica a encargo exclusivo da jaqueta. Mesmo que as personagens estejam ao lado da criança, destacam-se em todas as cenas os objetos, seja o produto central ou os *gadgets* que possibilitam seu uso. Vemos desaparecer as figuras humanas, em favor dos objetos que medeiam o contato entre elas.

Tal montagem se reflete igualmente na completa ausência de diálogos ou falas. Afora referências básicas de localização e as palavras grafadas do aplicativo, compõem o vídeo apenas sons inarticulados e ruídos. A construção realiza-se primordialmente sobre imagens, privilegiando, portanto, o registro do imaginário e a ilusão de totalidade que apresenta.

Como lembra Julieta Jerusalinsky (2016), o bebê humano não nasce apropriado de seu corpo. Nos primórdios da vida, é o agente da função materna que sustenta a instauração de um funcionamento corporal subjetivado, na medida em que interpreta qual seria a ação específica que

poderia satisfazer o bebê e tirá-lo de seu estado de desamparo. As chaves de acesso ao mundo simbólico são transmitidas ao *infans* por um outro falante que se afeta por suas produções, que quer saber dele.

Por exemplo, para que o choro comunique, represente outra coisa que não simples barulho, é necessário que alguém o escute e codifique. O agente materno, em relação de identificação com a criança, poderá produzir interpretações sobre o que se passa com ela, emprestando representações e disponibilizando seu saber inconsciente para que o bebê possa chegar a constituir algum saber (Jerusalinsky, 2016). Quando essa operação é satisfatória, aos poucos o choro do bebê se torna inteligível para o social, a criança pode ser lida por outras pessoas que não os pais. Isso ocorre porque o código impresso às produções infantis não é o da mãe, ainda que seja transmitido por ela de forma muito particular, mas o do Outro. Envolve o coletivo.

Bem estabelecidas, as operações linguageiras primordiais possibilitam certa organização do mundo infantil, indicando que a criança, incluída no universo simbólico comum de seus semelhantes, tem acesso às referências, significados e sentidos compartilhados por eles. Do contrário, quando a inscrição das estruturas primordiais falha, o bebê humano fica sem referências, podendo contar apenas com seus automatismos neurobiológicos (Jerusalinsky, 2012). Isso acontece porque a criança que não é tocada pela linguagem fica sem acesso ao código linguístico. Daí que certas manifestações de crianças autistas, tais como os gritos inarticulados, desencadeiem estranhamento social. Suas expressões sonoras não passam pelo trabalho de transformação do som em mensagem, fazendo com que o grito se mantenha, não cedendo lugar à palavra. Assim, quando grita, a criança não comunica, pois aquele que a escuta não conta com recursos para acessá-la. Suas manifestações subjetivas soam ininteligíveis e aleatórias.

O mesmo vale para as percepções da criança sobre o mundo. Sem a linguagem, o mundo torna-se apenas caos, um amontoado (real) de aleatório. Carecendo de nome, sentido e representação, acontecimentos cotidianos podem ser extremamente ameaçadores à criança, no sentido de uma ameaça à própria existência. Como mediadora da relação do humano com o que o cerca, a linguagem contém certo excesso (de gozo) que aproxima o sujeito da morte, do aniquilamento. Ela dá forma à realidade.

No vídeo, o silêncio e a falta de endereçamentos à criança indicam a ausência dessa mediação significativa. Em seu funcionamento, a jaqueta dispensa precisamente o trabalho humano que permite produzir as inscrições que irão dar suporte ao corpo do sujeito:

É a partir dessas inscrições primordiais produzidas na relação com um Outro encarnado que se passa do afeto à sua representação, do corpo à linguagem, do gozo ao saber, produzindo entre essas instâncias de diferentes ordens uma inscrição (a inscrição da letra como rasura inconsciente no psiquismo) que articula, que faz dobradiça fundamental para a constituição psíquica e para a apropriação imaginária do corpo (Jerusalinsky, 2016, s.p.).

Ainda que possa produzir efeitos como alívio da tensão e relaxamento, a jaqueta do abraço priva o sujeito do encontro com o (corpo do) semelhante e com a linguagem, fornecendo uma solução apressada e anônima. Não há outro efetivamente implicado no processo de lida com o corpo infantil, que se consome em excitação. Desse modo, o corpo da criança permanece encerrado em si mesmo, sem uma zona possível de trocas. O *design* da jaqueta permite-nos visualizar essa estrutura, uma vez que a criança incorpora o objeto, o qual permanece aderido ao seu corpo.

Acerca do que chamou intoxicação digital e de oferta excessiva de objetos tecnológicos a bebês e pequenas crianças, Jerusalinsky (2016) lembra que a questão não é propriamente a oferta desses objetos, mas quando a promessa mercadológica se faz no sentido de uma suposta economia da relação com o Outro, “poupando” os semelhantes do trabalho de se relacionar com o mal-estar e os equívocos que isso comporta, pois haveria um objeto realmente adequado à satisfação.

Nesse caso, o trabalho de humanização da criança passa por uma espécie de terceirização, sendo o cuidado delegado ao objeto. Ao invés do auxílio humano, contingente e plural, comparecem as respostas unívocas e imediatas dos objetos da ciência. No lugar do saber inconsciente transmitido por gerações, instala-se o discurso científico, que exige o sujeito de assumir as consequências e os incômodos que o falar implica (Bernardino, 2016).

Numa transposição ao universo neoliberal, essa dinâmica está diretamente associada aos fenômenos de terceirização e precarização do humano, participantes na criação de um cenário de constante

instabilidade para o sujeito. A ideologia do sucesso individual, do *self-help*, destrói o vínculo social na medida em que este repousa sobre deveres recíprocos em relação ao outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? (Dardot, & Laval, 2016). Não por coincidência, surgem cada vez mais objetos cuja função é “substituir” a presença do outro, de travesseiros que abraçam bonecas sexuais hiper-realistas.

Ainda no vídeo, a cena 2 apresenta a criança na escola. Enquanto sua imagem ganha evidência, os demais colegas são representados por silhuetas humanas pintadas de cinza, indistintas. Na cena do metrô, as pessoas também não possuem rosto e suas falas são simples ruído. Um universo assustador, caricato do funcionamento autista, refletido no apagamento da dimensão do outro e nos traços mortíferos de sua presença e manifestações subjetivas.

Mais uma vez recuperamos a fala de Rocha (1997):

Diante desse mundo atual – caleidoscópio apelativo de imagens recortadas, desconexas, que se sucedem como nos vídeo-clips – mundo bombardeado pelas frequências graves de filmes e propagandas, pergunto-me: será que o mundo que ora projetamos para o futuro não é exatamente esse mundo autista de singularidades, sem objeto, sem relações? Mundo em que inexistente o semelhante – povoado de rostos imóveis e inescrutáveis, sem expressão, sem afeto: con-ge-la-dos. Ou será o nosso um mundo implacável de ficção científica, primitivamente cruel, sem preocupação nem solicitude para com o outro? (Rocha, 1997, p. 109).

Para Cavalcanti e Rocha (2007), o fascínio exercido pelos autistas no imaginário contemporâneo deve-se, entre outros, à projeção feita sobre eles de alguns traços do funcionamento social. Graças a essas projeções, o mundo autista pode ser narrado como cruel, individualista e sem semelhantes. Um mundo em que a criança não pode contar com o outro, que a ameaça.

Freudianamente, essa montagem situa o autista no lugar do estranho, aquele que faz retornar ao Eu aspectos familiares e conhecidos, porém negados. É nessa via que as pessoas em cinza no vídeo-divulgação, apagadas em sua dimensão de alteridade, representam uma caricatura não apenas do autista tal como situado clinicamente, mas do desamparo do sujeito (de desejo) no mundo neoliberal. Retrato desses tempos de autismo

(Bernardino, 2016) que tendem à ausência do Outro, à mesmice e ao isolamento dos sujeitos, cada vez mais presos às relações com seus objetos.

Como o familiar excluído, o autismo gera tanto fascínio quanto segregação. Não é sem importância perceber que o interesse despertado pelos chamados “autistas de alto funcionamento”, em geral muito mais autônomos e adaptados socialmente, não é o mesmo do autista considerado de “baixo funcionamento”, frequentemente lido em termos de déficits e inadequações.

López e Sarti (2013) conduzem uma importante discussão acerca do conceito de normalidade subjacente à assistência aos autistas no Brasil. No trabalho de pesquisa com duas instituições, sendo uma delas orientada por abordagens educativas (comportamentais) e a outra pela psicanálise, as autoras situam os esforços educativos como formas de “amenizar” as características autísticas das crianças, de modo a torná-las menos perceptíveis ao grupo social (não sabemos ao certo se as características ou as crianças).

Nesse contexto, as práticas de aprendizagem têm como referência o desenvolvimento e o comportamento tidos como normais: “parecer ‘normal’ torna-se a alternativa vislumbrada para evitar o incômodo causado pela diferença evidenciada pela peculiaridade da criança autista, *esquisita*” (López, & Sarti, p. 84; grifo nosso). A aparente normalidade e a adequação das crianças, convenientes ao discurso capitalista, estariam associadas aos objetivos da instituição de “promover uma melhor adequação possível à sociedade”. Ocorre-nos perguntar: quais os benefícios dessa terapêutica para as crianças?

Como pontua Elia (2012), qualquer inclusão (no laço social) que se pretenda total visa achatar as arestas da diferença, tornar o sujeito idêntico ao Outro. É o que ocorre nas tentativas da ciência em enquadrar o autismo, adestrá-lo e reduzi-lo.

Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas públicas de assistência [...] que não apenas mantêm

intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na *pólis* – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política (Elias, 2012, p. 62).

A inclusão social via normalização desacredita e desampara o sujeito, produzindo novas formas de exclusão. Aceita-se a presença da criança desde que suas manifestações sejam neutralizadas ou contidas (como faz a jaqueta), de acordo com normas frequentemente não compreendidas por ela. São exemplos: a produção de intervenções educativas que tem como efeito a repetição constrangedora de frases sem sentido e contexto, totalmente alheias ao falante; a inclusão escolar de crianças autistas que são retiradas do grupo sistematicamente, ao manifestarem qualquer incômodo ou desconforto; as técnicas de treinamento envolvendo punições e recompensas, etc. Modos de lidar com o autismo que ignoram seu sujeito, impossibilitando o deslocamento da criança da posição de objeto do Outro e a assunção de qualquer traço propriamente seu. É para esse ponto que a psicanálise tem chamado a atenção.

## **A PSICANÁLISE COMO SAÍDA POSSÍVEL DO DISCURSO CAPITALISTA**

Considerando que os desafios apresentados aos psicanalistas no campo do autismo são eminentemente políticos, Laurent (2014) propõe falar em “causa do autismo”, um movimento público em prol da diversidade, contra a homogeneização das intervenções e a normalização dos sujeitos. A ideia de causa inscreve uma marca política na questão do autismo ao deslocá-la do âmbito privado para o público: o lugar reservado aos autistas no contemporâneo é de responsabilidade coletiva. Desse modo, não é cabível culpabilizar famílias (por exemplo, por utilizar a jaqueta do abraço para acalmar seus filhos!), pois a discussão é estrutural, atingindo os modos como tem sido sustentado o cuidado às crianças, em relações que são necessariamente atravessadas pelos ideais sociais.

Fica a questão: como a psicanálise pode operar nesse campo, sem se confundir com os discursos militantes, apaixonados, ou os discursos do bem? Lacan deixa alguns direcionamentos. Em “Televisão” (1974/1993), propõe uma saída possível do discurso capitalista através da psicanálise.

A proposta não é romântica, não há sugestão de ruína do capitalismo ou sua reversão, mesmo porque, analistas ou não, estamos todos presos a esse discurso. Então, o que significa situar a psicanálise como saída possível?

Novamente em “Televisão”, o autor diz: “o discurso analítico traz uma promessa: introduzir o novo” (Lacan, 1974/1993, p. 529). Na leitura de Soler (2011), novo associa-se a desejo. Dessa forma, o que a psicanálise pode objetar do discurso capitalista está na sustentação de um desejo outro, ou desejos outros, possibilitando ao sujeito a pequena singularidade que é sua, a pequena parte do desejo que não entra no circuito do discurso. Essa seria uma forma não de barrá-lo, mas de subtrair dele alguma coisa.

Na escuta do um a um, a psicanálise faz presença em tempos de capitalismo, tempos de autismo, resgatando as dimensões da diferença e do desejo, na recusa das soluções universais, “infalíveis”, e invenção de soluções particulares. Nesse sentido, ainda que discursos busquem calar o sujeito e desconhecer sua singularidade, restam os psicanalistas para lembrar o poder das palavras e de como são fundamentais na constituição subjetiva (Bernardino, 2016).

Para uma saída possível do discurso capitalista, cabe aos analistas dar lugar de sujeito ao outro, recuperando sua soberania em relação aos tantos objetos disponíveis no mercado. Mesmo porque, por mais realistas e eficientes que sejam, os objetos da tecnociência jamais poderão substituir o corpo, o olhar e a voz do semelhante na transmissão do que constitui o humano.

## REFERÊNCIAS

- Alberti, S. (2000). O discurso do capitalista e o mal-estar na cultura. Recuperado de <<http://www.berggasse19.psc.br/site/wp-content/uploads/2012/07/19133239-Sonia-Alberti-O-Discurso-Do-Capitalist-A-e-o-Mal-Estar-Na-Cultura-1.pdf>> em 20 jan. 2016.
- Alemán, J. (2009). *Para una izquierda lacaniana... Intervenciones y textos*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Alemán, J. (2013a). Entrevista: Jorge Alemán y el debate contemporáneo. Antifilosofia e izquierda lacaniana. *Leitura Flutuante*, 5(1), 151-165.
- Alemán, J. (2013b). Neoliberalismo y subjetividad. *Página 12*, Argentina. Recuperado de <<http://www.pagina12.com.ar/diario/contratapa/13-215793-2013-03-14.html>> em 18 dez 2015.
- Bernardino, L. M. F. (2016). Os “tempos de autismo” e a clínica psicanalítica. *Estilos da Clínica*, 21(2), 412-427.
- Cavalcanti, A. E., & Rocha, P. S. (2007). *Autismo: construções e desconstruções*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Danziato, L. (2012). O gozo e o poder no Seminário A ética da psicanálise de Lacan. *Tempo Psicanalítico*, 44(1), 147-166.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Elia, L. (2012). Autismo e segregação. *A peste*, 4(1), 55-64.
- Jerusalinsky, A. (2012). *Psicanálise do autismo*. São Paulo: Instituto Langage.
- Jerusalinsky, J. (2016). A criança em constituição na era das relações virtuais. Recuperado de <<http://emails.estadao.com.br/blogs/crianca-em-desenvolvimento/a-crianca-em-constituicao-na-era-das-relacoes-virtuais/>> em 18 dez. 2015.
- Kupfer, M. C. (1999). Psicoses e autismos na infância: problemas diagnósticos. *Estilos da Clínica*, 4(7), 96-107.
- Lacan, J. (1992). *Seminário 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original de 1970)
- Lacan, J. (1993). Televisão. Lacan, J. [Autor]. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2002). A terceira. In *Cadernos Lacan*, v. 2 (p. 39-71). Porto Alegre: Edição interna da APPOA. (Original publicado em 1974)

- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- López, R. M. M., & Sarti, C. (2013). Eles vão ficando mais próximos do normal... Considerações sobre normalização na assistência ao autismo infantil. *Ideias*, 6, 77-98.
- Nominé, B. (2012). O que nos ensinam os autistas. *A peste*, 4(2), 27-29.
- Pereira, M. R., & Gurski, R. (2014). A adolescência generalizada como efeito do discurso do capitalista e da adulez erodida. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 376-383.
- Restrepo, J. M. B. (2012). Do autismo nos tempos do capitalismo ao sujeito autista da psicanálise. *A peste*, 4(1), 57-64.
- Rocha, P. (1997). Terror do mundo novo ou a interpretação autista do velho mundo. In Rocha, P. (org.), *Autismos* (p. 97-110). São Paulo: Escuta.
- Rose, N., & Wickham, G. (1993). Just say neo. *Australian Left Review*, 147, 32-36.
- Silva, A. R. R. (1997). O mito individual do autista. In Rocha, P. (org.), *Autismos* (pp. 27-38). São Paulo: Escuta.
- Soler, C. (2011). O discurso capitalista. *Stylus Revista de Psicanálise*, 22, 57-67.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Para o sistema, não importa necessariamente que o sujeito seja bem-sucedido, uma vez que a estrutura capitalista, baseada no lucro, se estabelece em relações de desigualdade. Contudo, é importante que o sujeito tome responsabilidade pelo fracasso e trabalhe para superá-lo. Num cenário de intensa competitividade, ele não pode parar: de *investir*, de *produzir*, de *consumir*, mesmo que sinta desprazer e sofra. Tudo é mercado (educação, saúde, cultura, relações pessoais). Recentemente no Brasil, o slogan “Não pense em crise: trabalhe” fez eco a essa ideologia.
- <sup>2</sup> Em Marx, a mais-valia é uma parte do trabalho que não é paga ao trabalhador, uma vez que é apropriada pelo dono dos meios de produção. Representando o lucro, a mais-valia é o objeto visado e apropriado pelo capitalismo.
- <sup>3</sup> Importa notar que essas referências situam-se em fins dos anos 90, década em que as políticas neoliberais promoveram intensas transformações no Brasil.
- <sup>4</sup> <<http://www.mytjacket.com/>>
- <sup>5</sup> <[http://www.weebly.com/uploads/2/4/4/9/24492055/tjacket\\_edited\\_april\\_2014-1\\_789.mp4](http://www.weebly.com/uploads/2/4/4/9/24492055/tjacket_edited_april_2014-1_789.mp4)>

Recebido em 20 de agosto de 2017

Aceito para publicação em 09 de maio de 2018

## EFEITOS DA INCIDÊNCIA DA LINGUAGEM NO CORPO DO SUJEITO AUTISTA

*Maria Gláucia Pires Calzavara\**

*Ângela Maria Resende Vorcaro\*\**

### RESUMO

Considerando que o encontro com a linguagem é determinante do modo de ser de cada um como sujeito, o objetivo deste artigo é refletir sobre os efeitos no corpo do sujeito autista no encontro com a linguagem. Primeiramente, trataremos da constituição do Eu amparados em Freud e Lacan, delineando a importância da presença do Outro em sua constituição. Em seguida, trataremos da constituição de um corpo, que se diferencia do organismo por sua inscrição na linguagem, e de como o corpo no sujeito autista, a despeito de estar na linguagem, demonstra que a dimensão simbólica do corpo não é um recurso de todo sujeito. Por fim, consideramos que um sujeito que não consegue contar com a proteção simbólica marcada pela linguagem pode, à sua maneira e de forma singular, inventar uma forma de se haver no mundo.

Palavras-chave: autismo; corpo; linguagem; tratamento.

### EFFECTS OF LANGUAGE INCIDENCE ON THE BODY OF THE AUTISTIC SUBJECT

#### ABSTRACT

*Considering that the encounter with the language is determinant in the way of being of each one as subject, the objective of this article is to reflect on the effects in the body of the autistic subject in the encounter with the language. Firstly, we will deal with the constitution of the Self supported by Freud and Lacan, outlining the importance of the presence of the Other in*

---

\* Profa. Adjunta da Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ, membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise – NUPEP – Núcleo Práxis da Clínica Psicanalítica, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, profa colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSIC.

\*\* Psicanalista membro da Association Lacanienne Internationale (ALI), professora senior do pós-graduação em Psicologia (UFMG); pesquisadora do CNPQ e da Fapesp.

*its constitution. Next, we will deal with the constitution of a body, which differs from the organism by its inscription in the language and how the body in the autistic subject, despite being in the language, demonstrates that the symbolic dimension of the body is not a resource in every subject. Finally, we consider that a subject who can not rely on the symbolic protection marked by language can, in his/her own way and in a unique way, invent a way of being in the world.*

*Keywords: autism; body; language; treatment.*

## EFEITOS DE LA INCIDENCIA DEL LENGUAJE EN EL CUERPO DEL SUJETO AUTISTA

### RESUMEN

*Considerando que el encuentro con el lenguaje es determinante del modo de ser de cada uno como sujeto, el objetivo de este artículo es reflexionar acerca de los efectos en el cuerpo del sujeto autista en el encuentro con el lenguaje. Primeramente, trataremos de la constitución del Yo amparados en Freud y Lacan, delineando la importancia de la presencia del Otro en su constitución. Enseguida, trataremos de la constitución de un cuerpo, que se distingue del organismo por su inscripción en el lenguaje y de como el cuerpo en el sujeto autista, a despecho de estar en el lenguaje, demuestra que la dimensión simbólica del cuerpo no es un recurso de todo sujeto. Por fin, consideramos que un sujeto que no logra contar con la protección simbólica marcada por el lenguaje puede, a su manera y de forma singular, inventar una forma de ser/ estar en el mundo.*

*Palabras clave: autismo; cuerpo; lenguaje; tratamiento.*

O sujeito se sustenta a partir de seu encontro com a linguagem. Os efeitos desse encontro são revelados em um corpo que resulta próprio em detrimento de um organismo biológico. Assim, a relação com a linguagem é determinante do modo de ser de cada um como sujeito, que tem um corpo, na medida em que a operação na qual prepondera o recurso à norma fálica<sup>1</sup> efetua-se a partir do campo simbólico.

Na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes, alguns sintomas de disfunções corporais nos revelam a insistência de um excesso pulsional, o qual denuncia a prevalência de um gozo Outro<sup>2</sup> no corpo, o qual submete o sujeito à deriva. Esse gozo Outro, não ordenado no corpo, responde à inoperância do recurso da normatização fálica, alijando o sujeito de seu

funcionamento corporal. Somos, assim, constantemente interrogados por esses sintomas, que nos levam a indagar as modalidades pelas quais o sujeito pode construir a redução do gozo do Outro, bem como as possibilidades de o gozo no corpo ser tratado pelo discurso psicanalítico.

Enfim, são os efeitos no corpo desse encontro do sujeito com a linguagem que orientam nosso ponto de investigação. Iremos nos ater, neste artigo, à apreensão de modalidades pelas quais o corpo pode se representar ao se inscrever ou não na norma fálica. Somos guiados pelas questões: diante da inoperância ou falência do recurso fálico, como o corpo e a imagem se inscrevem? Como a direção e a condução do tratamento podem lidar com a inoperância ou falência do falo?

## A CONSTITUIÇÃO DO EU

A partir de Freud e considerando que, para habitar o mundo sendo nele inscrito, o ser é dividido pela linguagem, a qual também o corporifica na unificação de um corpo vivo, Lacan (1960/1998) avança diferenciando a identificação simbólica e a identificação imaginária na constituição do corpo, ambas incidentes no denominado estádio do espelho. Sendo primariamente posicionado no mundo a partir de seu reconhecimento pelo Outro, que nele imprime um traço (identificação simbólica), a fragmentação que caracteriza o funcionamento primário do organismo é unificada num corpo que se revela por especularidade.

Ao dirigir-se ao ser vivo, a fala em que o discurso se situa estrutura a presença do Outro, operando como mola superior determinante da subjetivação, como ponto que triangula a relação binária entre o ser e o agente de seus cuidados. Posicionando um sujeito-a-vir, o discurso provisiona-o de insígnias do Outro. Essa reserva de atributos assegurados pelo discurso delimitam o ser, franqueando, entre o ser e o outro, o estabelecimento de uma distância suficiente para impedir a formação de uma díade. “Esse ser se coloca [...] com a anterioridade de limite que o discurso lhe assegura, naquela reserva de atributos [...] em que o sujeito tem que forjar um lugar” (Lacan, 1960/1998, p. 685).

Assim, coordenadas inconscientes do Eu surgem, primeiramente, no lugar simbólico: “é a constelação dessas insígnias que constitui para

o sujeito o Ideal do eu” (Lacan, 1960/1998, p. 686), franqueando a precipitação da identificação ao Eu ideal: “ao situar-se como I que ele fita o espelho A, para obter, entre outros efeitos, uma dada miragem do Eu Ideal” (Lacan, 1960/1998, p. 686). Para Freud, o Eu ideal, como formação ao longo do percurso do sujeito, se apresenta como um eu ainda inorganizado e concebido como um ideal narcísico onipotente. Compreende, do mesmo modo, uma identificação primária com outro ser, investido de onipotência, isto é, a mãe. Por outro lado, amparado em sua origem narcísica, o Ideal do eu designa “uma formação intrapsíquica que serve de referência ao eu para as suas realizações efetivas” (Laplanche & Pontalis, 1986, p. 289). O que é projetado pelo homem diante de si como seu Ideal é o narcisismo perdido da infância, momento em que ele próprio era o ideal.

Já posicionado no campo do Outro, o sujeito sai de uma origem fragmentada à identificação de um corpo próprio, apresentando-se como corpo ao atravessar o estádio do espelho. Importante compreender o estádio do espelho como uma identificação; ou seja, como uma transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem. O estádio do espelho “é um drama, cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação”, produzindo para o sujeito, apanhado nessa identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem de um corpo despedaçado até sua totalidade, a qual chamaremos de ortopédica (Lacan, 1949/1988, p. 97).

Nesse momento, haverá um reconhecimento, por parte da criança, de sua imagem, o que permite a reconquista do corpo despedaçado numa totalidade estruturante. Uma distinção entre organismo e corpo se esclarece: para que se tenha um corpo, é preciso que este seja atravessado pelo Outro. No estádio do espelho, não é só da imagem especular do corpo que se trata, mas do fato de que o corpo passa a ser corpo da imagem unificada pela intervenção do Outro (Vieira, 2016).

Assim, o Outro [A] é o espaço real onde se enquadram as imagens virtuais por trás do espelho [i'(a)]. Há, nesse momento, um ponto significativo na constituição de um corpo que concerne ao olhar da mãe como Outro primordial, expondo sua função no momento mais puro da relação especular: “no gesto pelo qual a criança, diante do espelho,

voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo já estava” (Lacan, 1960/1988, p. 685).

A importância do olhar dos pais para o que será constituinte de um corpo é reiterada por Laznik (2013). É na articulação entre o corpo, como realidade orgânica, e o olhar dos pais, que não se confunde com a visão, por se tratar de “uma forma particular de investimento libidinal, que permite aos pais uma ilusão antecipadora onde eles percebem o real orgânico do bebê” (Laznik, 2013, p. 25). O que é representativo desse investimento libidinal do olhar dos pais é a possibilidade que ambos têm de escutar e antecipar o que ainda não está apresentado, mas que poderá advir por essa antecipação significativa realizada pelos pais em relação ao seu bebê. Esse é o olhar fundante do corpo do sujeito. Esse olhar corporiza o sujeito do espelho, um olhar que seja capaz de uma “ilusão antecipadora; quer dizer, que ela veja o que não está lá” (Laznik, 2013, p. 45). Há, portanto, a necessidade de um encontro do corpo com a imagem, pela intervenção da linguagem, para que variadas significações possam ser realizadas.

Desde a distinção do organismo como um Eu, o prazer e o desprazer são diferenciados em dois modos de *satisfação pulsional*: o primeiro é relativo ao *campo narcísico do prazer* composto de bons objetos favoráveis à manutenção da homeostase; o segundo é relativo ao *campo do desprazer* (seja o prazer que ultrapassa a homeostase ou o que não é passível de processamento) enquanto *gozo*. Nesse caso, a pulsão refere-se a um outro tipo de objeto. Trata-se dos objetos *a*: os seios, as fezes, o olhar e a voz.

(1) Do lado do *campo narcísico do prazer* na posição subjetiva mais original, como vimos, o Outro encarna-se em um personagem que responde à demanda do sujeito, sendo aquele que faz passá-la ao valor da demanda de amor, referindo-a à alternância presença-ausência. Entretanto, o sujeito procura se fazer reconhecer para além do que a demanda pode formular, encontrando uma resposta insuficiente, pois é modelada em sentido pela fala desenrolada no Outro, expressando o significado do Outro [s(A)]. No entrecruzamento pelo qual o significante unário vem funcionar no campo do prazer, campo da *identificação primária narcísica*, está a mola essencial da *incidência do ideal do eu*, na

visada em espelho do ideal do eu, desse ser que ele viu primeiro aparecer na forma de um dos pais, o qual, diante do espelho, o segura. Ao se agarrar à referência daquele que olha num espelho, o sujeito vê aparecer *não seu ideal do eu, mas seu eu ideal*, esse ponto em que ele deseja comprazer-se em si mesmo. Essa é a mola eficaz que constitui o ideal do eu.

Nesse momento, o sujeito, como um X, se constitui pelo efeito do recalque primário em torno desse recalque operado pelo sentido do Outro. Ele aparece, então, como sentido, como *representação* produzida pelo significante unário,  $S_1$ . Entretanto, o momento cai quando a significância inaugurando o inconsciente implica o efeito de retorno em que, em seguida, ele aparece suprimido no significante binário,  $S_2$ , *representante da representação*. A causa de seu desaparecimento é  $S_2$ , pois aí o sujeito toma um valor infinito, o qual abole todos os sentidos, porque o significante primordial é puro *non-sens*. Tal desaparecimento não implica ausência, pois o sujeito irá se alocar entre os significantes.

Assim, a diferença entre demanda do sujeito e resposta obtida do Outro engendra o processo de divisão do discurso, porque uma hiância mantém suspensa a distância entre elas. *Se ele aparece de um lado como sentido produzido pelo significante, de outro ele aparece como afânise*. Entre o ser ou o sentido do Outro, a escolha é saber qual parte será guardada, pois a outra desaparecerá, porque o *ser* do sujeito está ali sob o *sentido* do Outro. Escolhendo o ser, o sujeito desaparece, ele escapa, cai no não senso. Escolhendo sentido, o sentido só subsiste decepado dessa parte do *não senso* que constitui o inconsciente.

(2) Do *lado do sujeito*, o ser pode situar algo que insiste e avança como desprazer nessa relação ao Outro, estranhamente presente na experiência, apontando um aumento de tensão que ultrapassa a homeostase do prazer. Uma exterioridade é então situada, a despeito de não se deixar representar. O que até então era meramente indiferente por não ser aturável torna-se passível de ser incorporado como um núcleo real, indiscernível, mas insistente como presença experienciada como aumento de tensão. Isolá-lo implicará, desde então, enquistá-lo no próprio aparelho psíquico, sem poder livrar-se desse estranho, que entretanto é reconhecido como tal. O ser não deixará de remeter-se a tal marca enigmática, contornando-a com as pontes simbólicas. Sem poder apreender esse núcleo real via representação,

mas localizando sua presença, essa exterioridade interna será o maior cúmplice da pulsão que a ela se dirige, mas mantendo-se nos giros em torno dela. Assim, a pulsão articula-se escapando à linguagem, o que exige sua representação mítica como órgão irreal que se encarna entalhando a função do sujeito de *ser para o Outro*. O movimento da pulsão implica que a flecha dirigida ao alvo só preencha sua função na medida em que emana do sujeito para retornar a ele numa reversão dialética distinta da ordem do amor ou do que é bom. Tal movimento funda a função do corte, função topológica da borda, relativa à hiância da relação entre sujeito e outro, efetivada na pulsação temporal de abertura e fechamento do inconsciente.

A relação entre o significante que representa o sujeito (insígnia) e o significante em posição de representante da representação ( $S_2$ ) é ainda insuficiente para que o ser advenha da sua enunciação, pois entre eles é necessário que o sujeito se situe em exterioridade a eles, separado deles. Produzido no campo do Outro, a significação do significante faz surgir um sujeito, que seria reduzido ao significante e, assim, permaneceria petrificado se não fosse a insuficiência de tal equivalência, sustentada pelo resíduo da operação de implantação do significante do Outro no sujeito. É nesse resto que outra função institui uma identificação singular, introduzida pelo processo de separação.

O desejo do Outro, de impossível apreensão, está escondido no Outro por estrutura. O sujeito está suspenso ao Outro, cuja segurança está justamente suposta no que ele esconde. Trata-se do real; ou seja, do que é impossível *ao Outro*, que se tornará o desejo do sujeito. O *objeto do desejo existe como este nada* oculto ao Outro, que toma consistência e se tornará o maior cúmplice da pulsão na medida em que ela o contorna. A condição real desse núcleo teria sido localizada por Freud como traumática por ser efeito de uma defasagem: a satisfação da necessidade não vem *a tempo* – cedo demais ou tarde demais –, causando excesso ou escassez de prazer – prazer demais ou prazer de menos (Lacan, 1964/1998). Marca-se, então, a primeira ranhura que queima o ser atingido pela primeira vez com o desejo. Essa queda despercebida, orientada pela falta, faz bater a pulsação, a qual a reconhece a cada repetição, mantendo ignorante essa rachadura, sempre reencontrada nas camadas que tentam suturá-la, as quais fazem dela uma nadificação ativa.

## A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPO

Para a psicanálise, o corpo não é um dado *a priori*. Para chegar a ser um corpo e identificar-se com ele, é preciso que o sujeito construa uma solução particular no campo do Outro da linguagem. O corpo se faz ao ser inscrito e atravessado pela linguagem.

Em Freud, a noção de corpo emerge intimamente ligada ao conceito de pulsão. É nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905/1980) que ele irá definir o conceito de autoerotismo, estabelecendo que a pulsão toma o corpo como objeto de satisfação. As pulsões autoeróticas se satisfazem parcialmente nas zonas erógenas do corpo. Em um primeiro momento, a pulsão sexual se apoia na necessidade, buscando a preservação deste, e só em um segundo momento se separa da necessidade e se orienta para uma satisfação sexual. Sugar o seio materno é paradigmático desse momento. O alimento buscado pela criança como uma necessidade do organismo em um primeiro momento transforma-se ao não se apresentar no momento imediato de sua necessidade, marcando um vazio, que busca, no ato de sugar, uma satisfação que se descolou da necessidade para se tornar uma satisfação pulsional (Freud, 1915/1980). Em Freud, o que ocorre é uma passagem do corpo organismo para o corpo pulsional.

Em Lacan, a relação do sujeito com o Outro irá nos orientar como um modo particular de constituição psíquica do sujeito. A superfície corporal que se inscreve como efeito do estádio do espelho se tornará um corpo a partir da relação do sujeito com o Outro. Assim, segundo Patrício Alvarez (2013), tem-se em Lacan três teorias sobre o corpo. A primeira, deduzida da clínica estrutural, se refere ao corpo especular, em que a norma fálica seria reguladora do corpo. Nesse momento, a criança, ao constatar a castração materna e além disso certificar que é o falo que a mãe deseja, procura colocar-se na posição imaginária de falo materno, de se fazer objeto do desejo da mãe – ou seja, de se fazer objeto do que falta à mãe. Simbólico e imaginário são os registros priorizados nesse momento estrutural. Na segunda teoria, continua Alvarez (2013), “o real entra em cena, agitando a harmonia das normas simbólico-imaginárias, e o grande edifício é habitado pelo objeto *a*”. Esse segundo modo de ver o corpo não é tão simples e apresenta-se como consistência topológica,

no qual há um furo central provido por uma borda, a zona erógena freudiana, e ao redor dessa borda constrói-se a superfície do corpo, na qual acontecerá a identificação especular. A isto se acrescenta outra operação simbólica, a castração, que simboliza o furo como falta e dá unidade ao corpo (Alvarez, 2013).

E, como terceira teoria do corpo, tem-se a abordagem sobre o acontecimento de corpo. É a clínica do falasser (*parlêtre*), da lálngua e da ressonância da pulsão como eco no corpo. Nessa terceira teoria, podemos identificar a passagem do sujeito que fala ao corpo falante. O corpo falante, diz-nos Miller (2016), é o mistério da união da fala com o corpo. O corpo falante é um ser afetado pela intrusão da linguagem, pela intrusão da lálngua<sup>3</sup> no corpo vivo. “O impacto de lálngua sobre o corpo vivo deixa uma marca permanente, traumática de gozo, que introduz um excesso que não se deixa reabsorver plenamente pelo simbólico” (Chamizo, 2016, p. 266). Disso decorre o conceito de corpo falante, que Lacan associa ao falasser. O falasser “é o sujeito mais o corpo, é o sujeito mais a substância gozante” (Miller, 2015, p. 87). Desse modo, o falasser é a noção que irá unificar o sujeito do significante com a substância gozante. É isso que autoriza Lacan, no Seminário 23, a dizer que “as pulsões são, no corpo, o fato de que há um dizer” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 18). Frente a isso, afirma Miller (2016, p. 20): “o corpo falante fala em termos de pulsões”. Nessa data, a noção do conceito de pulsão avançou do percurso pulsional, como em Freud, para o eco. Nesse ponto, Chamizo (2016, p. 268) nos esclarece que “não há cadeia significante; por outro lado, há ressonâncias sonoras prévias à linguagem articulada. O impacto das vozes escutadas produz o mistério do choque entre o corpo e a voz”. Isso porque, continua Lacan (1975-1976/2017, p. 19), “o corpo tem alguns orifícios, dos quais o mais importante é o ouvido, porque ele não pode se tapar, se cerrar, se fechar. É por esse viés que, no corpo, responde o que chamei de voz”. Essa noção modifica o modo de pensar o inconsciente, o qual não se apresenta mais nesse momento do ensino de Lacan como estruturado como uma linguagem, o que desloca, também, a despeito dessa noção, a conceituação de sintoma como metáfora para o sinthoma como um acontecimento do corpo.

As operações de constituição subjetiva, alienação e separação, no ano de 1964, corresponderão, nos anos de 1970, à entrada do sujeito e seu corpo na operação de incorporação pela linguagem. Nessa terceira teoria do corpo em contraposição com a primeira em que há um primado do significante, Lacan quer mostrar que a linguagem tem efeito não só de significação, mas também de gozo (Wolodarsky, 2008, p. 317). Dessa forma, nessa terceira teoria, “o gozo pulsional assume o centro da questão, ligado aos orifícios do corpo, ao redor dos quais a pulsão satisfaz a si mesma repetidamente” (Wolodarsky, 2008, p. 317). Entre a primeira e a terceira teoria do corpo, podemos dizer que se partiu de uma proposição amparada na significação fálica, em que a questão do objeto – do ser e do ter – estava implicada em uma dialética centralizada pela castração e preservava como ponto de ancoragem a clínica edipiana, para chegarmos, com o avanço sobre o objeto *a*, ao que Lacan isola como uma nova estrutura da falta, não significante, o que exige uma elaboração topológica. O objeto *a* será nosso ponto de entendimento de como os objetos cedíveis ao Outro entram no campo da troca necessária para que o corpo e sua imagem se enlacen permitindo que as zonas erógenas, agora, reguladas, possam fazer borda ao corpo.

Inscrever-se no Outro por meio da linguagem implica, nesse ato instaurador do desejo, que o sujeito entregue ao Outro a causa de seu desejo. Em nota de rodapé acrescentada ao texto do *Escritos* (1958/1998, p. 560), “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, Lacan indica que “o S barrado do desejo suporta aqui o campo da realidade, e este só se sustenta pela extração do objeto *a*, que, no entanto, lhe fornece seu enquadre”. O objeto *a* não se caracteriza por uma imagem ou um símbolo: “é, fundamentalmente, um pedaço destacado do corpo, cuja consistência provém da linguagem” (Gault, 2008, p. 229). Como consistência lógica, o objeto *a* está apto a encarnar o que falta ao sujeito, está apto a dar lugar ao objeto perdido (Miller, 1996). Essa possibilidade de extração, fala-nos Gault (2008), é encontrada nas estruturas clínicas em que ocorre a castração tal como na neurose e na perversão. O neurótico busca incessantemente reencontrar esse objeto definitivamente perdido. O perverso se dedica a uma manobra, que busca “restituir o objeto ao Outro, a fim de que este goze” (Gault, 2008,

p. 229). Por outro lado, continua Gault (2008, p. 228), na psicose, “é essa subtração que o sujeito psicótico faz objeção” e é para onde Lacan nos conduz, pois ele reconheceu que, para o psicótico, esse objeto não está perdido, revelando que “o sujeito o tem à sua disposição” (Miller, 1996, p. 196). No psicótico, não haveria a incessante demanda ao objeto *a*, pois ele tem em seu bolso o que lhe causa. Em qualquer lugar que ele vá, ele o tem pronto para preenchê-lo (Gault, 2008).

Desse modo, o objeto *a*, como objeto do desejo, “não é apenas parte ou peça desvinculada do dispositivo que aqui imagina o corpo, mas elemento da estrutura desde a origem e, por assim dizer, da distribuição das cartas da partida que se joga” (Lacan, 1960/1998, p. 689).

Utilizando o esquema de Bouasse como segundo momento do estádio do espelho, Lacan (1960/1988) irá demonstrar, por meio da introdução de um espelho plano e desse modo na junção entre espelhos côncavos e planos, o mecanismo que utilizamos para imaginar que possuímos algo como uma identidade coerente.

Considerações acerca do objeto *a* são realizadas no esquema ótico no texto de 1960, “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: ‘Psicanálise e estrutura da personalidade’”. De forma distinta do primeiro esquema, em que a junção de espelhos planos e côncavos proporcionava a imagem de uma identidade coerente no espelho, no texto de 1960 a imagem do corpo (representada como um vaso no espelho plano da linguagem) viabiliza que os objetos referentes às zonas de gozo (e que nesse esquema são representados pelas flores) sejam situados dentro do vaso. Seria, então, uma adequação entre o corpo fragmentado e a imagem do corpo. Entretanto, conforme a inclinação do espelho, as flores já não ficam dentro do vaso, mas fora dele (Brousse, 2014).

Em um segundo momento desse esquema ótico, no Seminário sobre a angústia (Lacan, 2005), nos anos de 1962-1963, “no lugar das flores aparecerá um  $x$  e o vaso não se inscreverá como imagem, mas como um furo marcado pela escritura de  $-\phi$ ”, como algo que não se projeta na imagem especular (Greco, 2011, p. 10). Os objetos *a* são, portanto, “o ponto de encontro entre a imagem e o organismo, mas ao mesmo tempo ponto de oposição entre o corpo como imagem e a experiência corporal” (Brousse, 2014, p. 9).

Quanto à linguagem, em contraste com a doutrina do significante, esta se coloca não como efeito de significação, mas também de gozo (Wolodarsky, 2008). A questão, diz-nos Brousse (2014), é esclarecer como esse laço entre a experiência orgânica e a imagem do corpo se produz. O laço entre o corpo fragmentado e a imagem do corpo se realiza pelas zonas erógenas. Nesse ponto, Brousse (2014, p. 6) retoma Lacan quando ele focaliza a ideia de Freud no que se refere às zonas erógenas do corpo, “que são localizadas nos pontos de abertura do organismo – ou seja, em todos os lugares do corpo que permitem uma comunicação entre o corpo como organismo e o mundo exterior”. Esse laço é produzido pelas experiências de gozo: a boca, o ânus, o falo, os ouvidos e os olhos; acrescentados por Lacan, eles grampeiam, unem a imagem com o organismo, “chamando esse grampo de objeto *a*” (Brousse, 2014, p. 7). O laço entre a imagem e o organismo é realizado pelas experiências de gozo – ou seja, experiências que excedem a homeostase proporcionada pelo prazer – que são grampeadas, unem-se pelo objeto *a*. O ponto de encontro entre imagem e organismo é o objeto *a*.

O objeto *a*, portanto, é um furo com uma borda que condensa o gozo. Tal como nos fala Miller (1996, p. 196): “O objeto *a*, como consistência lógica, está apto para encarnar o que falta ao sujeito. É o semblante de ser que a falta-a-ser subjetiva convoca. É por isso que o objeto *a* como consistência lógica é próprio para dar seu lugar ao gozo interdito, ao objeto perdido”. O objeto, ao constituir um furo no Outro, tem bordas que funcionam como condensador de gozo. Assim, a pulsão faz seu circuito a partir desse furo por meio da junção da fala e do corpo.

Retornando ao esquema ótico, Brousse (2014) nos dá um exemplo, o qual ilustra como algo – no caso, nossos cabelos – que pertence à nossa imagem e nos identifica, pode tornar-se, quando encontrado no ralo do banheiro, separado da imagem, repulsivo: é isso o objeto *a*. Isso significa que os objetos *a* são objetos que, quando estão introduzidos no vaso, que no esquema ótico representa nossa imagem do corpo, florescem. Todavia, quando estão fora dessa imagem, objetivados, causam horror. O mesmo ocorre com as vozes, que, quando parecerem não sair de uma boca humana, causam horror. Essa passagem ilustra uma particularidade que nos permite diferenciar os objetos *a* de objetos comuns. Os objetos

*a*, como já mencionado, têm relação com as experiências de gozo e pertencem à imagem do corpo como unificada, sem serem visíveis (não especularizáveis), tendo, desse modo, um sentido, chamado por Lacan de fálico por terem valor simbólico. No entanto, quando esses objetos estão fora dessa imagem, eles perdem seu valor de significante e têm seu valor de real. Dessa maneira, continua Brousse (2014, p. 10), a condição para que ocorra o laço entre a imagem do corpo e o corpo fragmentado é que “o objeto *a* tenha sua localização dentro do marco da imagem do corpo”, compondo, mas sendo oculto por ela.

Ancorados na mesma escrita do objeto *a*, mas que, entretanto, representam funcionamento diferentes, o objeto caído e o objeto cedido marcam uma diferença relevante, a qual é destacada por Soler (2012, p. 147): o primeiro objeto caído “é singular, ele não tem imagem, nem nome e nem significante; e o segundo, o objeto cedido, manifesta-se no nível dos fenômenos”, é objeto de trocas. Soler (2012, p. 159) continua fazendo a distinção ao dizer que “o primeiro objeto *a* é o objeto caído, cortado pela operação da linguagem”. Ele é o objeto efeito da extração corporal, que ocorre de forma precoce e independente da metáfora paterna, pelo fato de entrarmos na linguagem. Isso porque “o pai não é a causa da separação dos objetos da pulsão parcial nem da castração no nível sexual. A subtração do objeto *a* funda o \$ e o *A*” (Soler, 2012, p. 149). Quando o objeto é subtraído, o que se tem como efeito é o sujeito barrado e o Outro da linguagem, barrado também. Por outro lado, “o objeto cedido vem depois, são objetos plurais. Ele é cedido e a cessão responde à angústia. Ele não é resultante da angústia, ele responde à angústia” (2012).

Ainda no esclarecimento dessa diferença, vale lembrar que o objeto é perdido desde a entrada no mundo simbólico no grito que se desprende e será interpretado pelo Outro como apelo. Por outro lado, o objeto cedido “é veículo de gozo e parte desejada pelo Outro na medida em que também lhe falta” (Lucero & Vorcaro, 2016, p. 65). O objeto cedido faz sua aparição no âmbito dos fenômenos como na alimentação e excreção. Desse modo, “o objeto que passa pelo Outro retorna como um objeto sexualizado, investido libidinalmente, pronto para desenhar os orifícios do corpo” (Lucero & Vorcaro, 2016, p. 65). Ou seja, o objeto, ao ser

demandado pelo Outro, recebe deste um retorno, que libidinizava as zonas erógenas ao fazer seu contorno. Dessa maneira, essas zonas erógenas deixam de ser naturais para terem um valor de gozo. Como efeito, as zonas erógenas sofrerão uma delimitação e uma regulação necessárias, que fazem borda ao corpo.

O objeto “adquire um papel essencial nessa mudança de perspectiva em relação ao corpo por permitir uma articulação entre corpo e linguagem que nem sempre vem acompanhada de representação ou simbolização” (Lucero & Vorcaro, 2016, p. 67). Dessa forma, como inscrição de uma primeira operação de extração corporal do objeto *a*, temos o objeto perdido, que instaura uma primeira falta, a qual será recoberta pelo significante fálico. É o Outro da linguagem que irá promover a primeira extração e a inscrição da falta no psiquismo. Em um segundo momento, e isso pode ser situado após o Seminário 10, “a noção de pai se vincula a uma condição complementar à causa e à operação da linguagem [...] Para que o objeto entre no âmbito da partilha, é preciso uma segunda subtração de gozo, relacionada à inscrição do Nome do Pai” (Lucero, & Vorcaro, 2016, p. 66). O que destaca mais claramente essa diferença é que o objeto *a*, causa do desejo, anônimo, situa-se num tempo primeiro, o qual traduz claramente o que Lacan nomeia como da ordem do real, o que torna a significantização da ordem do impossível. Ele se refere às pulsões desordenadas, fora da imagem especular, tal como vimos no sistema ótico. Por outro lado, em um segundo tempo, o objeto *a* cedível, que participa das trocas, ele, sim, por meio do Nome do Pai, terá uma filiação e uma história (Lucero, & Vorcaro, 2016).

## **CORPO NO AUTISMO: DIREÇÃO DO TRATAMENTO**

Na neurose, o sujeito tem um corpo que, ao ser tocado pela linguagem, é afetado pela incorporação do simbólico nele. Há, desse modo, a separação do objeto, o que permitirá que a pulsão se estruture a partir dessa perda e busque, por meio da fantasia, sua realidade. A pulsão faz seu contorno e o gozo retorna ao corpo sob a forma do sintoma, que será um enigma a ser decifrado. Na psicose, o sujeito, ao ser acometido pela linguagem, não tem seu objeto extraído do corpo, tendo-o no bolso.

Possui, dessa maneira, um corpo repleto de gozo. Como diz Laurent (2012, p. 23) a respeito de Schereber, ele “testemunha claramente o efeito da língua no corpo: a palavra de Deus atravessa seu corpo, produzindo efeitos incríveis”.

No que concerne aos autistas, a despeito de estarem inseridos na linguagem e alienados a ela, eles não viveram a operação de separação, necessária para a queda do objeto e para a constituição de um vazio no corpo, para que o gozo possa nele se alojar. Os orifícios do corpo e suas bordas destacam o vivo do corpo. No entanto, no que diz respeito ao autismo, o que se destaca nesses sujeitos é que não há um furo real, o que dificulta a construção de uma borda e, com ela, de um corpo (Pimenta, 2013).

O trabalho na clínica com autistas deverá seguir um modo particular de tratar o Real que o invade, desse modo nos indagamos: como tornar possível e suportável o que se inscreve do Outro sem ter como recurso a significação fálica? Se não é possível o recurso da simbolização, será necessário outro tipo de tratamento para tornar suportável o gozo invasor, nos diz Barros (2012). Do mesmo modo, continua a autora, no que se refere ao tratamento e às variadas formas que o sujeito autista tem de provocar furo na língua, será preciso acolher “recursos inventados sem tentar traduzi-los pelo referencial fálico, o que é inoperante e pode ter como consequência um maior fechamento da defesa” (Barros, 2012, p. 93). É o que Miller, no seu texto “A matriz do tratamento da criança do lobo”, ao comentar sobre o caso Robert, atendido por Rosine Lefort, propõe como “uma chave de leitura, um instrumento de trabalho importante que permite pensar os recursos fora do falo para lidar com o impossível de simbolizar” (Barros, 2012, p. 94). No caso Robert, em particular, havia um esforço em introduzir *o menos* no real marcado pela tentativa de cortar o próprio pênis. Modalidade esta de introduzir o menos terá efeitos sobre as fezes, por exemplo, que poderão a partir disso serem suportáveis de perder. É esse modo de leitura particular de cada caso que permite um saber fazer com o sujeito autista no tratamento.

O fato de ser sem furo, assevera Laurent (2014), principal característica do espaço autístico, é que nos leva a reconhecer o caso Robert como um paradigma dessa ausência de furo. A tentativa de mutilação do pênis por uma tesoura de plástico é, também, uma forma de fazer furo onde “não há

furo exceto aquele que uma automutilação tenta criar” (Laurent, 2014, p. 80). Dizer que não há furo significa que não há uma borda delimitando esse furo. Dessa maneira, não há um lugar onde as trocas possam ocorrer. Assim, o corpo do sujeito autista se apresenta como uma neoborda, uma vez que forma um limite quase corporal, para o qual nenhum contato com o sujeito se apresenta possível (Laurent, 2014).

É preciso certo tempo, diz-nos Laurent (2014, p. 82), até que a “neoborda se relaxe, se desloque, constituindo um espaço – que não é nem do sujeito e nem do Outro – onde possa haver trocas de um tipo novo, articuladas com um Outro menos ameaçador”. Instituir um limite para um sujeito que não tem borda é trabalhar para que, no tratamento, ocorra a constituição de uma cadeia singular que agrega significantes, objetos e jeitos de fazer, “de modo a constituir um circuito que faça a função de borda e de circuito pulsional (Laurent, 2014, p. 83). Tudo isso, continua Laurent (2014), sob uma nova forma de fazer com a clínica com crianças, a despeito do que Anna Freud e Melanie Klein dispunham como objetos em sua clínica, mas por meio da introdução de novos objetos, que se diferenciam da categoria de brinquedos e que se apresentam como objetos que possam ser acoplados ao corpo ou extraídos dele, a exemplo da mamadeira de Marie Françoise. Laurent (2014) ilustra uma passagem de um tratamento em que o circuito metonímico pode servir como construção de bordas pulsionais. Essa passagem consistiu em dar à criança um objeto dentro de um saquinho que ela leva ao banheiro e, depois, em tirá-lo de dentro dele. Desse modo, ao sair do banheiro, essa criança sai levando um papel no seu saquinho. Nesse momento, ela entra em “um novo circuito, que inclui um papel extraído no banheiro e começa a escrever nele” (Laurent, 2014, p. 84). Consequentemente, afirma Laurent (2014, p. 84), “para que esse deslocamento por contiguidade possa admitir novos objetos e não constitua uma pura e simples intrusão, uma invasão, a inclusão do novo tem de vir acompanhada da extração de outra coisa”. Quando essa extração puder ocorrer, o sujeito pode ceder um pouco do gozo que excede em seu corpo sem que isso lhe seja insuportável.

Outra forma de tratamento do gozo excessivo vem da presença do duplo no autista. Diferentemente do duplo na psicose, que pode vir acompanhado de uma presença persecutória, o duplo no autista tem

uma função apaziguadora “da qual o sujeito se vale, de bom grado, para tratar o gozo pulsional” (Maleval, 2017, p. 129). O duplo tem a função de funcionar como uma borda do corpo do sujeito autista. Tem como objetivo “fazer suplência a essa ausência de borda” (Laurent, 2014, p. 100).

A relação com o terapeuta se sustenta nesse duplo em que o sujeito pode servir-se dele ou anulá-lo. No que concerne aos elementos: olhar, a voz, o corpo e os objetos no tratamento o que se pode considerar é que o analista deve saber ler o que o sujeito autista apresenta como “operador do tratamento”. Essa expressão utilizada por Ferreira e Vorcaro (2017), designa os elementos sobre os quais o analista irá conduzir o tratamento e como o analista deve se deixar regular pelo sujeito, acompanhando-o nas dificuldades que este tem com as insígnias que vêm do Outro. Posição esta do analista que se particulariza nessa clínica, uma vez que, no tratamento com essas crianças ele precisa saber a medida de sua posição: não ser invasivo com sua voz, seu olhar e nem com seu corpo; entretanto, saber usar de uma voz que modula, um olhar que não invade e um corpo que ampara.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações atuais sobre o autismo ainda produzem indagações concernentes ao seu campo de apresentação. O que é patente, no que se refere ao campo psicanalítico, é a maneira diversa de apreender o autismo. Nesse campo, trata-se de verificar o modo de funcionamento subjetivo desse sujeito a despeito de um conjunto de sintomas que nos são revelados. Além do mais, a segunda clínica lacaniana, amparada na relação com o campo da linguagem e com o real do gozo que se apresenta como um resto, emerge como uma possibilidade de se pensar o tratamento do autismo. Como nos diz Laurent (2014), as ferramentas que Miller extrai do último ensino de Lacan são muito favoráveis para se pensar a clínica da cadeia e da extração.

Como vimos, enquanto o sujeito neurótico está imerso na dimensão simbólica da linguagem e com ela se enlaça produzindo trocas e sentido para a sua existência, o sujeito autista vive a experiência da alienação ao Outro da linguagem, mas não experencia a inscrição da castração, que permitiria a ele o acesso à ordem do símbolo.

As crianças autistas demonstram que a dimensão simbólica do corpo não é um recurso de todo sujeito, pois ele é efeito de uma incorporação da linguagem a que o autista não acedeu. No entanto, é importante enfatizar que, apesar de apresentarmos um sujeito que não consegue contar com a proteção simbólica marcada pela linguagem, ele pode, à sua maneira, de forma singular, inventar uma forma de se haver no mundo.

## REFERÊNCIAS

- Alvarez, P. (2013). *Hablar com cual cuerpo?* (I. Ferrari, Trad.). [Site oficial do VI ENAPOL].
- Barros, M. do R. C. (2012). A questão do autismo. In Murta, A., Calmon, A., & Rosa, M. (orgs.), *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana* (p. 91-98). Belo Horizonte: Scriptum Livros.
- Brousse, M.-H. (2014). Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o estádio do espelho. *Opção Lacaniana online nova série*, 5(15), 1-17. ISSN 2177-2673.
- Chamizo, M. (2016). Pulsão (e corpo falante). In *Scilicet: o corpo falante – sobre o inconsciente no século XXI* (p. 266-268). São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Ferreira, T., & Vorcaro, A. (2017). *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com muitas experiências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Freud, S. (1980). Três ensaios da teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1980). Introdução ao narcisismo. Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1980). A pulsão e seus destinos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1980). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)

- Freud, S. (1980). O Ego e o Id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Gault, J.-L. (2008). Objeto no bolso. In *Scilicet. Os objetos a na experiência analítica* (p. 228-230). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Greco, M. (2011). Os espelhos de Lacan. *Opção Lacaniana online*, 2(6), 1-13.
- Lacan, J. (1988). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1949)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro, Zahar. (Original publicado em 2004)
- Lacan, J. (2007). *O seminário: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Seminário original de 1975-1976)
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. L. (1986). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Livraria Martins Fontes. (Original publicado em 1967)
- Laurent, É. (2012). O que nos ensinam os autistas. In Murta, A., Calmon, A., & Rosa, M. (orgs.), *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana* (p. 17-44). Belo Horizonte: Scriptum Livros.
- Laurent, É. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laznik, M.-C. (2013). *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Salvador: Ágalma.
- Lucero, A., & Vorcaro, A. (2016). Angústia e constituição subjetiva: do objeto não significantizável ao significante. *Revista Subjetividades*, 16(2) 60-70.
- Maleval, J. C. (2012). Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas. Murta, A., Calmon, A., & Rosa, M. (orgs.), *Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana* (p. 45-69). Belo Horizonte: Scriptum Livros.

- Maleval, J. C. (2017). *O autista e sua voz*. São Paulo: Blucher.
- Miller, J. A. (1996). *Matemas I* (Campo Freudiano do Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Miller, J. A. (2015). *O osso de uma análise + O inconsciente e o corpo falante*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Miller, J. A. (2016). *O inconsciente e o corpo falante*. Apresentação do tema do X Congresso da AMP. In *Scilicet: O corpo falante – Sobre o inconsciente no século XXI*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Pimenta, P. R. (2013). O autismo expõe o que há de real no corpo. *Ciência, Corpo e Real. Revista Curinga*, 36, 107-117.
- Soler, C. (2012). *Seminário A angústia, de Jacques Lacan*, São Paulo: Escuta.
- Vieira, M. A. (2016). In *Scilicet: o corpo falante – Sobre o Inconsciente no século XXI. Apresentação – O Scilicet do corpo falante*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Wolodarsky, D. (2008). Separação. In *Scilicet. Os objetos a na experiência analítica*. Associação Mundial de Psicanálise (p. 317-318). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

## NOTAS

A norma fálica se refere a um ponto de ancoragem para o sujeito, já que o significante fálico vem ordenar toda a cadeia de significantes estabelecendo uma lógica em referência ao falo.

<sup>2</sup> Se não há o recurso à norma fálica, o Outro se apresenta como excessivo e o sujeito necessitará encontrar certa margem de manobra em relação ao Outro para não se tornar intrusivo.

<sup>3</sup> No Seminário 20, Lacan estabelece a diferença entre lalíngua e linguagem. A linguagem, como um sistema gramatical, é uma elucubração do saber sobre lalíngua, enquanto lalíngua nomeia o significante como produtor de gozo. A linguagem se instala sobre esse efeito primário (ruídos, sons e palavras, que geram consequências específicas no corpo), servindo à tentativa fracassada da “comunicação” entre os seres falantes (Chamizo, 2016, p. 266).

Recebido em 16 de fevereiro de 2018

Aceito para publicação em 26 de maio de 2018

# A QUESTÃO DIAGNÓSTICA E SUA IMPLICAÇÃO NA EPIDEMIA AUTÍSTICA<sup>1</sup>

Mayana Bracks\*  
Roberto Calazans\*\*

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar um debate acerca da questão diagnóstica do autismo e sua implicação na suposta epidemia de autismo, sendo esta a consequência principal da compreensão do autismo enquanto deficiência a partir de perspectivas normativas como o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, o DSM. Colocamos em destaque a questão diagnóstica do autismo pois esta nos permite lançar algumas luzes sobre um debate que ultrapassa o meio acadêmico e atinge a população em geral por meio da mídia contemporânea. Buscamos apresentar como os dispositivos midiáticos abordam e transmitem a questão do autismo bem como o autismo aparece nas narrativas acadêmicas dando sustentação aos dispositivos midiáticos. Para isso, tivemos como orientação a teoria psicanalítica que se apresenta em uma direção distinta da noção deficitária do autismo, ou seja, levamos em conta os aspectos ético e epistêmico da Psicanálise, que busca trabalhar com a singularidade em lugar da deficiência. Assim, buscamos responder uma pergunta que se faz importante e merece destaque para o debate: o autismo é uma questão clínica ou uma categoria diagnóstica?

Palavras-chave: autismo; diagnóstico; epidemia; psicanálise.

## THE DIAGNOSTIC QUESTION AND ITS IMPLICATION IN THE AUTOMATIC EPIDEMIC

### ABSTRACT

*This article aimed to present a debate about the diagnostic issue of autism and its implication in the supposed epidemic of autism which is the main consequence of the understanding of the autisms as disability from normative*

\* Psicóloga Clínica; Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei.

\*\* Psicanalista; Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ; Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq.

*perspectives as the Diagnostic Manual diagnostic and statistical manual of mental disorders, DSM. We highlight the diagnostic issue of autism, so it allows us to shed light on a debate that surpasses the academic milieu and a population in general through contemporary media. We seek to present how the media devices approach and transmit the matter of autism as well as autism appears in academic narratives giving support to media devices. For this purpose we had as a guide the psychoanalytic theory that shows itself in a different direction from the notion of deficient autism, we took into consideration the ethical and epistemic aspects of psychoanalysis that seek to work with the singularity instead of the disability. Therefore we seek to answer a very important that deserves to be highlighted in the debate: is autism a clinical issue or a diagnostic category?*

*Keywords: autism; diagnosis; epidemic; psychoanalysis.*

## LA CUESTIÓN DIAGNÓSTICA Y SU IMPLICACIÓN EN LA EPIDEMIA AUTÍSTICA

### RESUMEN

*El presente artículo tiene por objetivo presentar una discusión acerca de la cuestión diagnóstica del autismo y su implicación en la supuesta epidemia de autismo, siendo esta la consecuencia principal de la comprensión del autismo como deficiencia a partir de perspectivas normativas como el Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales (DSM). Se destaca la cuestión diagnóstica del autismo pues esta nos permite reflexionar sobre una discusión que excede el ambiente académico y alcanza la población general por los medios de comunicación contemporáneos. Buscamos presentar como los dispositivos mediáticos tratan y transmiten la cuestión del autismo, así como el autismo aparece en las narrativas académicas sustentando a los dispositivos mediáticos. Para eso, tuvimos como orientación el psicoanálisis que se presenta como una dirección distinta de la noción deficitaria del autismo, o sea, tomamos en consideración los aspectos ético y epistémicos del Psicoanálisis, que busca trabajar con la singularidad, y no con la deficiencia. Así, buscamos contestar a una pregunta que se hace importante y merece destacarse para la discusión: si el autismo es una cuestión clínica o una categoría diagnóstica.*

*Palabras clave: autismo; diagnóstico; epidemia; psicoanálisis.*

## 1 – INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar algumas questões relativas à epidemia de autismo que teríamos no mundo contemporâneo. Se as taxas de autismo aumentam exponencialmente, será que elas não

interrogariam diretamente a questão diagnóstica? Colocar em destaque a questão diagnóstica do autismo nos permite lançar algumas luzes sobre um debate que ultrapassa o meio acadêmico e atinge a população em geral por meio da mídia contemporânea através de reportagens impactantes que muitas vezes escamoteiam o ponto central do problema: a que fenômeno queremos nos reportar quando utilizamos a palavra autismo para que possa ser considerado uma epidemia? Por essa razão iremos dividir a questão em dois momentos: o primeiro sobre os dispositivos midiáticos que abordam e transmitem a questão do autismo para a população em geral; o segundo, as narrativas acadêmicas que dão sustentação aos dispositivos midiáticos e as críticas que podemos trazer a eles a partir da psicanálise.

## 2 – NARRATIVAS MIDIÁTICAS

O tema autismo se apresenta hoje como um campo de pesquisa com intensos debates no mundo acadêmico e causa de disputas nas políticas, principalmente nas políticas públicas. Para ficarmos apenas em um exemplo, não podemos esquecer que o autismo foi, no Brasil, prioridade máxima nos debates da Conferência Nacional dos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil em 2014. Os debates e as disputas no século XXI surgem, podemos dizer, devido a uma suposta epidemia de casos que chama a atenção não somente do mundo acadêmico, mas também da população em geral devido à sua cobertura midiática. Curiosamente, o termo epidemia, que será apresentado logo à frente e que tem um sentido estrito em medicina, passa a ser utilizado de maneira ampliada, indicando mais uma metáfora do que um dado de realidade no que diz respeito ao autismo. Afinal, como um diagnóstico daquilo que é considerado um transtorno – e não uma doença, o que já gera muitas discussões – para o qual não se encontrou até hoje nem o fator etiológico, seja de ordem genética, seja de ordem infecciosa, ou de ordem de mudanças ambientais, pode ser considerado uma epidemia? Assim, como colocam Moura e Rocha (2012), a epidemia representa a ocorrência de um agravo acima da média (ou mediana) histórica de sua ocorrência. O agravo causador de uma epidemia tem geralmente aparecimento súbito e se propaga por determinado período de tempo em determinada área geográfica,

acometendo frequentemente elevado número de pessoas. Quando uma epidemia atinge vários países de diferentes continentes, passa a ser denominada pandemia. No Brasil, o incremento de casos de dengue no período chuvoso do ano é comum, mas em alguns locais ocorre aumento excessivo de casos, resultando em uma situação epidêmica.

Dessa passagem nos fica a questão: será que podemos falar apropriadamente de uma epidemia de autismo uma vez que não podemos falar em aumento súbito de casos de autismo, mas de aumento progressivo de categorias associadas ao autismo a cada edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Essa questão nos leva a explorar outras hipóteses para pensar o porquê de, como veremos mais abaixo, o número de casos de autismo aumentar cada vez que se pretende fazer levantamento epidemiológico. Primeiramente, os levantamentos estatísticos não levam em conta os procedimentos diagnósticos e, em segundo lugar, acreditamos que é justamente o uso de um instrumento pouco válido para pensar o diagnóstico que dá grande visibilidade a um tipo de sofrimento sem que haja amparo clínico.

Uma primeira aproximação ao tratamento dessa questão é em relação à cobertura midiática. Os autores Rios, Ortega, Zorzanelli e Nascimento (2015) analisaram 476 matérias sobre autismo no arquivo digital dos quatro maiores veículos brasileiros sendo eles Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Veja, em recorte temporal de janeiro de 2000 a outubro de 2012. Os autores citados destacam um aumento exponencial também no número de matérias: entre os anos 2000 e 2012, nos quatro maiores veículos impressos do Brasil, houve um aumento de 1055% de matérias sobre o autismo (Rios, et al., 2015). Ainda segundo eles, do conjunto dessas reportagens 32% das narrativas jornalísticas se desenvolvem no âmbito das neurociências.

Acreditamos que essa narrativa neurocientífica explique que, a despeito do aumento exponencial de matérias sobre autismo, haja uma escassez de relatos dos próprios autistas: 6,1% de relatos e apenas 1,7% de relatos de autistas brasileiros, predominando aí ora o discurso dos pais, ora o discurso dos próprios jornalistas, ou o discurso dos especialistas. Desse modo, os autores (Rios et al., 2015, p. 333) concluem que o autismo, na imprensa, é objeto de atenção de duas maneiras distintas, porém

correlacionadas: a primeira, devido a ênfase à perspectiva neurocientífica ou genética, difundindo a narrativa do autismo como uma “entidade objetiva independente de sua incorporação em indivíduos particulares”; a segunda, as reportagens se destacam pelo efeito dramático produzido nos leitores, pois trazem situações extremas de pais desesperados pela falta de atendimento em serviços públicos brasileiros. E concluem da seguinte maneira: “O uso da narrativa como categoria de análise nos permite afirmar que a mídia impressa assume um papel importante nas concepções socialmente partilhadas sobre o autismo no Brasil” (Rios et al., 2015, p. 333). Essas narrativas e as duas maneiras distintas de tratar o autismo não são sem interesse, ou seja, há um interesse em ampliar o mercado de patologias o que possibilita assim, a produção de novos produtos medicamentosos e serviços (Aflalo, 2012).

Essa questão política e midiática não é restrita apenas ao Brasil. Ao final de 2011 o primeiro ministro Francês François Fillon atribuiu ao autismo título de Grande Causa Nacional, o que foi considerado uma grande vitória pela associação de pais de crianças autistas francesas (Portail du Gouvernement, 2011). Nos Estados Unidos, um relatório de custos com o tratamento de crianças autistas foi divulgado apresentando as cifras de U\$137 bilhões de dólares por ano, indicando que se houvesse uma intervenção precoce poderia ser diminuído o impacto financeiro na família e na sociedade (Espaço Autista, 2013). Vemos assim que a retórica que perpassa as reportagens jornalísticas não é desacompanhada dos discursos políticos sobre o tema: mais pesquisas para detecção do autismo e o teor dramático sobre a situação dos tratamentos acompanhados de dados sobre os custos excessivos desses tratamentos.

Nesse contexto, vale destacar como fica confusa a diferenciação do que é tratamento e educação para o caso do autismo: de acordo com Rios et al. (2015), tanto nas reportagens de forma mais geral como nas que diziam respeito às reivindicações dos pais por atenção especializada havia referência à saúde e educação de forma conjunta quando se referiam ao tratamento: “Não há unidades especializadas para o tratamento nas redes públicas de saúde e educação” (Rios et al., 2015, p. 332). Ou ainda, na mesma reportagem, “Por trás da falta de programas voltados para o autismo está a desinformação, até mesmo de autoridades e profissionais

de saúde e educação, sobre uma síndrome que não é tão rara” (Rios et al., 2015, p. 332).

No entanto, podemos colocar duas questões relativas a essas retóricas: quem as promove e quais os efeitos sobre as políticas públicas e sobre o debate acadêmico em relação ao autismo? A primeira resposta podemos encontrar na análise feita por Alicia A. Broderick (2011). Ela afirma que houve três momentos para a imposição desse discurso<sup>2</sup>, sendo que o que nos interessa aqui é o terceiro: a criação da Autism Speaks. Como diz Broderick:

Na introdução desse artigo, a Autism Speaks fez duas contribuições fundamentais para a retórica do autismo contemporâneo, sendo a última indiscutivelmente a mais poderosa e difundida: (a) a constituição retórica do autismo como inimigo através de sua representação metafórica como doença, epidemia e abductor; e (b) a implantação habilidosa, sistemática, difundida e global desses e outros dispositivos por meio de sua abordagem neoliberal de estilo corporativo à retórica cultural e política, empregando suas táticas e estratégias mais como uma poderosa máquina de *lobby* corporativo do que como uma organização tradicional de defesa da deficiência. Em outro lugar fiz críticas ao discurso e à retórica da organização em torno da propagação e proliferação de metáforas culturais do autismo como doença (Broderick & Ne’eman, 2008) e do autismo como inimigo, sequestrador e epidêmico (Broderick, 2010) em que argumento que dentro da construção metafórica organizadora do autismo como doença, e acoplado à representação metafórica deste como abductor e como epidemia, o Autism Speaks buscou constituir retoricamente um inimigo claro (autismo) e um senso de urgência (Broderick, 2011; tradução nossa).

Autism Speaks é uma fundação criada em 2005 com a finalidade de difundir as pesquisas em torno da detecção do que seria o autismo – principalmente uma desordem cerebral ou genética a partir da retórica da catástrofe de diagnóstico e tratamentos ineficazes que seriam melhorados com a utilização apenas de técnicas comportamentais (Laurent, 2014, p. 154), principalmente o método ABA (Applied Behavior Analysis). Dessa maneira, afirma-se não somente que o autismo é uma doença epidêmica, mas que poderia haver cura ou recuperação. O uso de técnicas de propaganda e publicidade para difundir a causa em seus termos

aponta para uma metáfora de um inimigo a ser combatido, justificando a retórica dos dramas dos familiares. Com isso, consegue promover a criação do World Autism Awareness Day, em que mais de 40 nações em 2012 participaram. Uma prova do poder dessa retórica sobre o autismo é que, em 2016, a estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e o Empire States em Nova York, dois importantes pontos de visitação turística e visibilidade mundial, foram iluminados pela luz azul representativa do World Autism Awareness Day, promovido por essa associação.

Outro aspecto importante dessa retórica incide sobre os dados que se colocam em termos científicos tanto para afirmar a epidemia quanto para afirmar os procedimentos de diagnóstico e de tratamento. A afirmação da cientificidade é a marca de que qualquer crítica a essa proposta seja, de saída, desqualificada. A cientificidade, como aponta Broderick, está na própria autodenominação dessa associação e com uma característica importante: é difícil quantificar o impacto significativo que o Autism Speaks teve na retórica do autismo, já que o aparecimento quase simultâneo e o entrincheiramento da organização coincidiram com sua dominação virtual (embora não completa) da retórica do autismo, popular nos Estados Unidos, assim como a exportação desta para o mundo (por exemplo, a organização liderou uma iniciativa das Nações Unidas para estabelecer o “Dia Mundial da Conscientização do Autismo”, que foi observado em 2010 em 40 países ao redor do mundo).

É retoricamente significativo notar que Autism Speaks se descreve como uma “organização de ciência e advocacia”, não uma “organização de advocacia”, e de fato as abas sobre “ciência”, que podem ser encontradas na página do site da organização, encontram-se em destaque (sob uma missão de quatro frentes: “ciência”, “consciência”, “advocacia” e “serviços familiares”) (vejam o site [www.autismspeaks.org](http://www.autismspeaks.org)) (Broderick, 2011, tradução nossa).

Vemos, então, o autismo ganhar visibilidade mundial por meio de uma retórica de epidemia e de risco para a população. Podemos extrair três consequências da análise de Broderick que incide sobre o autismo: a primeira é a “coincidência” entre o discurso midiático e o da associação; a segunda, esse discurso aponta sempre para uma situação catastrófica; e a terceira pretende influir sobre políticas públicas para o diagnóstico

e o tratamento em torno das técnicas comportamentais, consideradas as mais eficazes. Tais análises apontam para uma aliança entre um discurso sustentado em estratégias de *marketing* e uma promessa aos pais: a cura ou recuperação do autismo, difundido por meio midiáticos e impactando a rede de serviços. Ou seja, a narrativa midiática vai além de um simples relato de uma realidade vivenciada pelos autistas e seus familiares.

Os efeitos dessa retórica não demoraram a aparecer na formulação de políticas públicas: no Brasil, em 2012, no Estado de São Paulo, um edital da Secretaria de Estado de Saúde foi publicado para o credenciamento de instituições para tratamento do autismo e, segundo o Edital, apenas instituições que oferecem tratamento a partir da terapia cognitivo-comportamental estariam aptas a participar do concurso. No mesmo ano, foi aprovada uma lei federal que define o autismo como uma deficiência, a Lei 12.764/12. A Lei aprovada institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, situa de uma vez por todas o autismo no campo das deficiências e o retira, de antemão, do campo da clínica e da saúde mental.

Como demonstram Pereira et al. (2016), em consequência disso foram feitos dois documentos conflitantes construídos no âmbito do Ministério da Saúde: um denominado Linha de Cuidado para o tratamento de autismo (Brasil, 2015) e o outro intitulado Diretrizes de Reabilitação – vinculado à Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2014). O primeiro documento reconhece o autismo como um transtorno mental que pertence ao campo de cuidados da atenção psicossocial. O segundo documento, aborda o autismo como um transtorno pertencente ao campo das deficiências propondo, como direção de tratamento, a reabilitação. Os dois documentos são constituídos com o objetivo de organizar a atenção à pessoa com autismo no âmbito do SUS, entretanto, apresentam pontos contraditórios, o que dificulta a implementação das práticas públicas de atendimento (Pereira et al., 2016). Podemos destacar também que apenas o documento Linha de Cuidado contou com a participação efetiva de diversas áreas técnicas do Ministério da Saúde e foi submetido à Consulta Pública.

Curiosamente, nesse mesmo ano, em diversos países, observamos uma grande ofensiva para criar legislações em torno do que seria uma

prática apropriada para o diagnóstico e o tratamento do autismo. Na França chegou-se ao ponto de propor uma lei diferente: em vez de afirmar quais práticas seriam possíveis, encontramos um projeto de lei elaborado pelo Deputado Daniel Fasquelle que visava à interdição do exercício da psicanálise com autistas (Aflalo, 2012). Segundo Daniel Fasquelle (2012, p.15), “Para ajudar as pessoas a lidar com o autismo a França não pode continuar a tolerar e apoiar as práticas do tipo psicanalítico no tratamento do autismo”. Podemos notar que os efeitos da retórica do autismo se fazem na direção de impedir qualquer outro modo de se pensar o autismo que não a concepção deste a partir da definição de uma deficiência intelectual e cognitiva: os esforços para a consideração de seu diagnóstico e tratamento trazem a tentativa de evitar a psicanálise, já que esta segue uma orientação completamente distinta sobre a questão, como veremos mais à frente.

Vemos aqui que a conjunção política e midiática acaba se dando de modo a não favorecer nem o debate político, muito menos o debate acadêmico. Academicamente, essa consideração do autismo é tomada por Broderick como uma metáfora e não como propriamente um conceito, o que não deixa de ter impactos sobre o que está em jogo: um escamoteamento de questões centrais em detrimento da defesa da retórica.

Com o constructo metafórico personificado do autismo posicionado como o inimigo claro dentro desse sistema conceitual, não há envolvimento explícito nem reconhecimento da existência de cidadãos autistas como agentes ativos. Como Lakoff e Johnson observam, “Ao permitir focar em apenas um aspecto do conceito... um conceito metafórico pode nos impedir de nos concentrar em outros aspectos que são inconsistentes com essa metáfora”. A noção de cidadãos autistas que não desejam ser curados ou recuperados, que não se conceituam como tendo sido raptados, que não se consideram doentes, e aqueles que não desejam ver futuros potenciais, como eles próprios, erradicados do genoma humano, são inconsistentes com as conceituações metafóricas culturais dominantes do autismo (Broderick, 2011, p. 264; tradução nossa).

Tal proposta, que parte de uma pretensa defesa do autismo, da conscientização de suas condições e de seus riscos, que busca ir a favor, principalmente, de melhores tratamentos, acaba por excluir uma parte extremamente importante e que raramente é ouvida: os próprios sujeitos

autistas. Em nome de uma ciência que busca uma causa, parece não ser permitido aos sujeitos diagnosticados como autistas apreender sobre o seu diagnóstico muito menos se apropriar dele. Vemos que o que sustenta tanto o discurso midiático quanto os das associações, nos referindo principalmente ao *Autism Speaks*, é a noção deficitária do autismo.

A noção deficitária do autismo encontrada nas mais diversas associações de pais e familiares de sujeitos autistas concentra-se na busca por respostas se sustentando no discurso científico para lutar e conquistar as garantias políticas e de tratamento. Como lembra Laurent (2014), os termos “batalhas”, “lutas” são significantes presentes e constantes nos discursos dos pais que partem da premissa de que somente a partir da conscientização da deficiência é possível fazer com que diferentes instituições administrativas, educacionais e terapêuticas os apoiem e colaborem no cuidado dessas pessoas, e esses pais tornam-se verdadeiros portadores de reivindicações, centrando seus discursos na deficiência e nos métodos comportamentais como garantia de cuidados a seus filhos e familiares previstos em lei. O autor Hackin (2006), apresenta um caso de um pai, um ativista britânico, que, para garantir estudos ao seu filho, se viu preso ao diagnóstico de deficiência mental, o único diagnóstico considerado não “ineducável” na Grã-Bretanha. O autor ainda comenta:

Na verdade, o autismo se tornou um distúrbio de defesa de direitos, que contribui para o aumento da taxa diagnóstica. Pais militantes de classe média lutaram para ter seu problema levado a sério. Nos Estados Unidos, as provisões para “educação especial” são muito generosas, em parte porque John Kennedy tinha uma irmã com distúrbio severo. Com uma educação especial, os pais de crianças autistas lutaram longa e duramente pela conscientização pública, e conseguiram. Hoje, uma criança com problemas de aprendizagem e sociais receberá mais atenção se for rotulada como autista. O Estado da Carolina do Norte tem um programa notável para crianças com sérias dificuldades. O acrônimo é TEACCH – Tratamento e educação de crianças portadoras de deficiência autistas e relacionadas –. A parte “relacionadas” diz de quando as especificações autistas não estão sendo atendidas (Hacking, 2006. **Tradução nossa**).

Como consequência, os métodos de tratamento comportamentais como o método ABA e como o citado TEACCH tornam-se imperativos

para o tratamento do autismo. Não levam em consideração outras formas de abordar, diagnosticar e trabalhar com o autismo. A lógica do *déficit* é a lógica da proposição universal, do artificialismo absoluto que, como afirma Miller (2003), apaga justamente o que é de mais singular. Os métodos educacionais e comportamentais são práticas que operam a partir de guias universais do desenvolvimento normalizado e negligenciam o funcionamento e o modo de pensar dos sujeitos autistas. Assim, por um lado, o debate acadêmico fica restrito a práticas que seriam fundamentadas em evidências sem destacar o que é uma evidência no campo subjetivo, como podemos ver nas diversas críticas aos DSM's (Aragona, 2009; Dunker, & Kyrillos, 2011; Stanghellini, & Broome, 2014), assim como as críticas à psiquiatria baseada em evidências dos autores (Berrios, 2015; Calazans, & Lustosa, 2012). Tais restrições esmorecem a possibilidade de um debate franco sobre a questão.

Do lado do político, perde-se a possibilidade de debates na criação de políticas públicas em torno de pontos que seriam importantes, como por exemplo a direção de tratamento, fazendo com que o legislador tome partido em questões acadêmicas que, por definição, não lhe dizem respeito. Focamos aqui na questão diagnóstica por esta dimensão ser a principal causa dos debates mais fervorosos assim como por não partirmos de uma noção deficitária, e sim subjetiva, para trabalhar com o autismo.

Desse modo, podemos notar que, ao definirmos o autismo como uma deficiência a partir de como essa informação sem sustentação é situada midiaticamente, uma série de questões são escamoteadas. Sabemos que há grandes ações de repúdio às consequências no campo das políticas públicas dessa definição: na França em 2012 houve o lançamento de uma Petição Internacional para abordagem Clínica do Autismo; no Brasil, a criação do Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública como repúdio ao Edital da Secretaria de Saúde de São Paulo.

Vemos que a discussão, se podemos resumi-la, pode ser expressa pela seguinte questão que atravessa o campo acadêmico e político: o autismo seria uma questão clínica ou uma categoria deficitária? Fazer esse questionamento é reabrir a questão sobre o que estamos falando quando utilizamos o termo autismo e os impactos que temos sobre os tratamentos e sobre as políticas públicas. Ao que nos parece, estabelecer o autismo como uma questão deficitária de sujeitos deficientes é o que permite

ampliar essa categoria ao ponto de tentarem impor uma epidemia, principalmente a partir de três estratégias delimitadas por Agnès Aflalo (2012): a) uma definição genérica de autismo a partir da noção de um espectro autista tal como definido no DSM-5, que permite que meros indícios passem a ser considerados o mínimo para o diagnóstico; b) uma campanha midiática tornando o autismo uma patologia cada vez mais presente e muito grave a ponto de atemorizar a população e ele se tornar um tema cada vez mais presente nas preocupações de pais e professores; e, por último, a utilização de autores universitários que são financiados diretamente por laboratórios farmacêuticos e que publicam em massa artigos tentando fazer existir a dita epidemia, mesmo sem uma justificativa clínica que explique esse aumento (Aflalo, 2012). É esse aporte acadêmico que trataremos na próxima seção.

### **3 – A CONSIDERAÇÃO ACADÊMICA QUE SUSTENTA A NARRATIVA DA EPIDEMIA**

Desde sua primeira descrição como síndrome com Kanner em 1943 até os dias atuais, o autismo é um desafio à clínica, seja qual for sua orientação. Esse tipo clínico apresenta características peculiares em seus limites de fazer laço com Outro, já que os comportamentos muitas vezes considerados como perturbações podem ser, também, considerados sintomas que marcam a singularidade do sujeito autista e sua maneira de tratar algo que é da ordem do insuportável.

Acreditamos ser necessário destacar que há mais de uma maneira de compreender o sofrimento subjetivo para além da noção do transtorno mental; é nessa perspectiva que apresentamos o conceito de sintoma para a Psicanálise. Este se apresenta como conceito fundamental que orienta a prática e a ética psicanalíticas, possibilitando uma maneira distinta de tratar o sofrimento subjetivo para além da questão deficitária. Tanto nas obras de Freud quanto de Lacan o conceito de sintoma é reformulado ao longo de seus trabalhos e publicações. Em Freud podemos ver três elaborações acerca do conceito. Primeiramente, antes dos anos de 1900, este aparece como expressão de um conflito psíquico; depois como mensagem do inconsciente e, a partir de 1920, como satisfação pulsional.

Em Lacan, aparece como mensagem-metáfora; como gozo e, por último como invenção-criação (Maia, Medeiros, & Fontes, 2012). Podemos destacar que, mesmo apresentando suas evoluções no conceito do sintoma ao longo de suas obras, tanto em Freud como em Lacan, o sintoma se apresenta como uma resposta da criança ao encontro traumático com a língua materna, sendo esta uma posição singular do sujeito.

Distintamente, a noção de transtorno traz em sua etimologia a noção de uma ordem modificada, um desarranjo e tem como significado uma situação que causa incômodo a outrem (Calazans, & Martins, 2007). Para os autores citados, ao usarmos a noção de transtorno para nos referir a um sofrimento subjetivo devemos levar em consideração três importantes aspectos: 1 – O transtorno é uma perturbação da ordem a ser seguida; 2 – Se há uma ordem a ser seguida, há a necessidade de adaptar-se a essa ordem; 3 – O transtornado é alguém que sofre de um déficit de competências em relação aos outros sujeitos que se adaptaram a essa ordem (Calazans, & Martins, 2007, p. 144). Ou seja, o termo transtorno traz uma noção de normatividade, uma ordem a ser seguida e estabelecida. Esses autores ainda fazem uma pergunta interessante e de suma importância para a clínica: “quem é mais afetado pela desordem, o paciente ou o terapeuta?” (Calazans, & Martins, 2007, p. 144).

Fazemos essa consideração a respeito da distinção entre o sintoma para a Psicanálise e a noção de transtorno mental, pois se sabe que a questão diagnóstica que tem como base as classificações nosográficas, presentes nos manuais como DSM e CID, está estritamente relacionada ao que se denomina hoje de epidemia do autismo do ponto de vista acadêmico.

Por ora, iniciaremos com os dados de prevalência que julgamos serem importantes para essa temática. Victor Lotter, em 1966, apresentou o primeiro estudo epidemiológico realizado sobre autismo e, de acordo com essa pesquisa, relatou-se que o índice de prevalência era de a cada 10.000 crianças 4,5 eram autistas. Esse estudo teve como base toda a população infantil de 8 a 10 anos na cidade Middlesex, condado de Londres (Kin, 2006). Em estudos posteriores, segundo o Center of Disease Control and Prevention (CDC), nos EUA, na década de 90, uma criança a cada 2500 era diagnosticada como autista. Em 2006, esse número diminuiu para uma criança autista em cada 110. A pesquisa deixou claro que os estudos

não eram uma estimativa nacional, mas confirmavam que o autismo seria mais comum atualmente do que se imaginava há décadas atrás.

Esses dados foram, na época, preocupantes, pois houve um aumento de 57% no número de casos se comparado com os dados de pesquisas feitas em 2002. Recentemente, em 2014, o CDC publicou mais uma pesquisa com dados alarmantes: uma criança em cada 68 seria autista nos Estados Unidos. Assim, se compararmos com os dados publicados desde a década de 90 até hoje visualizamos o crescimento exponencial do número de casos, podendo entender por que se diz de uma epidemia autística. A partir de tantos dados acerca do aumento no número de casos de autismo, aumento que podemos afirmar ser vertiginoso, destacamos que, segundo Rios et al. (2015, p. 326), “não foi a epidemia que fez o autismo, mas a visibilidade do autismo que fez a epidemia”.

Cabe aqui uma pergunta: o que realmente esses cientistas e pesquisadores estão medindo? Será que esse aumento exponencial no número de casos se apresenta por termos hoje maiores conhecimentos, tecnologia e, assim, melhores diagnósticos? Acreditamos que não, uma vez que podemos apontar que há coincidências entre a identificação do aumento do número de autistas e o lançamento das novas edições dos DSM's, nas quais critérios de diagnóstico são modificados sem nenhuma argumentação clínica que o sustente. Vejamos:

1 – DSM-III: lançado em 1980 e nomeia o autismo como “autismo infantil”. Embora ele considere o autismo como uma síndrome rara, acompanha a prevalência de 4,5 crianças para 10.000 casos, sendo mais frequente em classes sociais mais favorecidas (Aflalo, 2012, p. 16).

2 – DSM-IV: lançado em 1995, o autismo é renomeado como transtorno autístico e faria parte dos transtornos invasivos do desenvolvimento. Ele deixa de ser uma patologia encontrada apenas nas classes sociais mais favorecidas. Não é à toa que é nesse momento que se começa a identificar o aumento da prevalência de casos de autismo – de um caso a cada 2.500 crianças. Como dizem Jerusalinsky e Laznick (2011, p. 83): “Em 1994, a nomenclatura [Asperger] se incorpora ao DSM-IV e, durante esses 50 anos – de 1944 a 1994 – são comunicados apenas raros casos na literatura médica. A partir de 1994 surge uma espécie de epidemia nosográfica e temos dezenas de milhares de casos.

3 – DSMI-IV-TR: não é rebatizado em 2000, entretanto é apresentado com outros diagnósticos diferenciais. Curiosamente, o CDC, como vimos acima, irá apontar para a prevalência de um caso a cada cem em 2006, ou seja, as definições de 1995 ganharam cada vez mais abrangência.

4 – DSM-5: lançado em 2013 com novo nome e concomitantemente com um novo aumento da prevalência: torna-se Transtorno do Espectro Autista, em que os critérios para o diagnóstico se tornam mais fluidos e vários outros transtornos passam a ser incluídos dentro desse espectro (transtorno invasivos não específicos do desenvolvimento; síndrome de Asperger; síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância, por haver um *continuum* entre eles). Em 2014, o CDC passa a identificar 1 caso a cada 68 crianças. Podemos destacar então que há um enquadramento genérico em categorias classificatórias, bem como considera-se o sujeito autista como um deficiente intelectual e cognitivo. Jerusalinsky e Laznik (2011, p. 82-83), em suas análises críticas ao DSM IV-TR afirmaram que “essa síndrome está servindo para tanta coisa que acaba sendo tão pouco científica. Tão ampla que abrange uma população tão vasta quanto diversa”. Mesmo existindo uma nova edição, a crítica feita pelos autores ainda permanece muito atual, podendo ainda ser utilizada para se dizer do autismo atualmente.

Esses dados demonstram que há uma articulação entre as modificações dos Manuais Estatísticos de Diagnóstico de Transtornos Mentais e o aumento expressivo dos casos identificados. Como diz Agnès Aflalo (2012, p. 20): “Desde então, o autismo não é apenas uma parte do conjunto; ele nomeia o próprio conjunto. Esta série de batismos tem apenas um único objetivo, aumentar a prevalência do autismo para sustentar suas pretensões de ‘grande nome’”. Grande nome que se torna a grande causa no tratamento das patologias infantis, mesmo que não tenhamos nenhum dado clínico que sustente isso.

Se não temos dados clínicos que sustente essa proposição de uma epidemia de autismo, temos, por outro lado, uma profusão de trabalhos que tentam dar sustentação acadêmico-teórica a essa tese. Para isso, foi necessário, a partir dos anos 1960, desenvolver algumas pesquisas que passaram a afirmar, mesmo sem demonstrar, que o autismo era um transtorno cerebral. Em 1978, Michael Rutter<sup>3</sup> o definiu a partir

de quatro critérios: atraso e desvio sociais tendo relação com o retardo mental; problemas na comunicação; comportamentos incomuns (movimentos estereotipados e maneirismos) que acometiam crianças antes dos 30 meses de idade. A definição apresentada por Rutter e trabalhos sobre o autismo com base nessa perspectiva possibilitaram introduzir essa definição no DSM-III em 1980. O autismo nesse momento foi reconhecido oficialmente como síndrome e destacado como pertencente a uma nova classe, os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs) (Kin, 2006). Esse diagnóstico passou a ser o preferencial em detrimento das psicoses infantis.

Trazendo a discussão para a atualidade, ainda podemos afirmar que a busca pela causa do autismo ainda permanece a todo vapor. Para isso, podemos citar alguns exemplos:

1. o Projeto Genoma do Autismo<sup>4</sup> (2007) – existem dois testes moleculares possíveis de se fazer para a detecção de variações do número de cópias (CNVs – microdeleções e microduplicações) que estão associadas ao quadro de autismo: o primeiro teste *Array-AUT*, plataforma customizada para a análise direcionada de aproximadamente 270 genes associados que afirmam permitir a detecção de alterações em 15 a 20% dos casos e o *MLPA-AUT* (Multiplex Ligation-dependant Probe Amplification), uma análise das regiões cromossômicas 15q11-13, 16p11 e 22q13 que permitem a detecção de alterações em 1 a 3% do total de casos;
2. o primeiro estudo do CHARGE (Riscos do Autismo Infantil Genético e Ambiental) publicado em 2011 que apontava para a combinação de certos genes desfavoráveis e a falta de suplementação vitamínica como significativos para o risco de autismo;
3. em 2012 foi publicado um estudo – “The Emerging Biology of Autism Spectrum Disorders” – que relatava a relação entre as CNVs (variações no número de cópias genéticas) e o autismo (State e Šestan, 2012);
4. a pesquisa da cientista sênior do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), Stephannie Seneff, que chegou a afirmar que o uso excessivo de *glifosato* em nossa alimentação é o grande culpado para a causa de doenças como Alzheimer, cancro, doenças cardiovasculares e autismo. Em relação ao autismo, Seneff apresentou em uma conferência a correlação encontrada entre o uso de glifosato em plantações com o aumento no

número de diagnósticos de autismo, bem como a presença do glifosato em vacinas utilizadas pelo sistema de saúde americano. Assim, chegou a afirmar que, no ritmo atual, em 2032, 50% das crianças nascidas nesse período mencionado será autista (Seneff, 2015, p. 6). Afirmção extravagante, mas que demonstra que, quando não nos apoiamos em dados clínicos no campo do sofrimento subjetivo, o cientificismo aliado ao *marketing* de algumas práticas consegue sustentar essas teses sem nenhum pudor. É importante destacar que, mesmo havendo uma porcentagem de casos de autismo explicados por essas bases genéticas, conforme mostramos acima, e o número de casos de autismo explicados por essas bases ser mais alto do que outros sofrimentos subjetivos, se considerarmos todos os casos de autismo essas explicações não passam de 5% (Jerusalinsky, 2015); ou seja, as pesquisas genéticas têm identificado mais fatores de riscos do que explicações plausíveis e decisivas a respeito da etiologia do autismo.

Essas pesquisas têm em comum uma questão importante: elas apresentam como ponto de partida o autismo como uma deficiência cognitiva e intelectual segundo os critérios nosográficos descritos nos manuais diagnósticos e estatísticos. Assim, a busca pelo que pode ser o grande causador do autismo é feita com o objetivo de remissão e/ou cura e gera como consequência uma legitimação dos métodos educacionais de tratamento, destacando esses métodos como os únicos aptos para trabalhar com o autismo, sendo esta, uma abordagem oficial.

Ao afirmarem que é possível determinar uma etiologia específica para o autismo na neurociência, na genética, no comportamento ou na cognição, os discursos neurocientíficos e cognitivo comportamental ganharam força política por tentarem colocar essa causa como se fosse uma evidência e, mais ainda, como uma verdade incontestável. Na ânsia por respostas cientificamente comprovadas, reduzem o autismo a um mero objeto científico e assim passam a determinar métodos diagnósticos tendo como ponto de partida critérios de *deteção* do autismo – observação e avaliação do comportamento a partir de uma base normativa. As inúmeras investigações científicas sobre o mecanismo psíquico são, no que concerne ao autismo, parciais e não explicam o fenômeno como um todo (Abramovitch, 2001). Como afirmam os autores, o debate sobre o autismo,

que poderia ser de grande riqueza para a elucidação de questões fundamentais da psicopatologia [...], tem se transformado numa questão de fé, numa questão de princípios dogmáticos tomando mais o aspecto de uma disputa ideológica do que uma indagação científica (Jerusalinsky, & Laznik, 2011, p. 84).

Uma pequena prova sobre o que estamos falando nos foi dada por François Sauvagnat (2008) ao questionar o sentido dado à noção de que o autismo seria uma entidade objetiva e de que sua principal marca seria o déficit. Ele lista seis problemas – as dificuldades encontradas pelas classificações epidemiológicas; a dispersão das pesquisas sobre a etiologia; a variabilidade das formas de evolução; novos dados no que concerne aos tratamentos; os problemas da avaliação dos tratamentos e os impasses sobre os laços entre transtornos da linguagem e estruturação corporal (Sauvagnat, 2008, p. 7). Dessas seis questões, nos ateremos às três primeiras por exemplificar melhor o que pretendemos demonstrar aqui:

- 1 – As dificuldades encontradas pelas classificações epidemiológicas: os padrões epidemiológicos ignoram o vivido pelo próprio paciente, os critérios diagnósticos são muito amplos, sendo estes um facilitador para se falar de uma epidemia de autismo, como vimos mais acima muito difundido nas mídias. Isso se resume a uma extensão ilimitada do diagnóstico à mercê dos interesses locais e a uma incapacidade de discernir, nessa lógica epidemiológica, os sintomas centrais (Sauvagnat, 2008, p. 8);
- 2 – A dispersão das pesquisas sobre a etiologia: há uma dispersão notável de hipóteses etiológicas: mais de cem genes são considerados como causadores do autismo em pesquisas que, muitas vezes, são contraditórias; as descrições dos neurotransmissores nunca são especificadas nessas pesquisas, tornando as afirmações mais da ordem do desejo do que da ordem de realização de uma descoberta científica (Sauvagnat, 2008, p. 8), e
- 3 – Variabilidade de evolução dos casos: variação muito grande de evolução dos casos, desde sujeitos que seguem carreiras universitárias a outros que devem ser institucionalizados em tempo integral. As hipóteses etiológicas acabam por se confessar incapazes de prever de maneira consistente “não somente os devires prováveis de tais sujeitos, mas também de propor qual tipo de apoio é o melhor para ajudá-los” (Sauvagnat, 2008, p. 9).

No entanto, uma orientação cientificista coloca o autismo num campo pautado pela lógica do real do organismo. Busca-se a remissão dos sintomas antes mesmo de tentar localizar o sujeito, ignorando assim seu discurso e sua maneira de se posicionar frente ao Outro, ao laço social. Em nome de uma pretensão científica, a deficiência passa a ser algo externo que deve ser apaziguado ou, se possível, retirado de maneira rápida e eficaz. O que tenta imperar hoje é um discurso científico que se coloca como uma alteridade e, no que tange ao sofrimento psíquico, convencionam-se padrões de normalidade. O número de casos de autismo só aumenta a cada medição, como descrevemos acima. Fala-se em epidemia de autismo referindo-se a esse aumento do número de casos que aconteceu de maneira intensa em um período muito curto de tempo. Na contramão dessa visão deficitária, o sujeito se apresenta com uma lacuna, há um buraco na instância universal, “traço que permite ao indivíduo ser sujeito, por nunca poder ser exemplar perfeito” (Miller, 2003, p. 24).

Para tanto, retomamos nossa pergunta feita no início do artigo: como um “transtorno” – e não uma doença – que não é transmitida por vias contagiosas pode ser considerada uma epidemia? A maneira de compreender e estabelecer o sofrimento subjetivo por meio da observação, avaliação e detecção do comportamento “fora da norma” tem sua responsabilidade. A maquinaria diagnóstica, principalmente no que se diz presente nos Manuais Diagnósticos Estatísticos, em nome de uma dita ciência, instala um núcleo duro e inquestionável da observação do comportamento devidamente estabelecido em classificações. A proliferação de categorias diagnósticas, o aumento de itens e subitens das classificações bem como o uso abusivo do DSM apresenta um número cada vez maior de sinais e itens observáveis, quantificáveis e mensuráveis. Os operadores dos manuais como os DSM's, com objetivo único e exclusivo de descrição de sinais e sintomas, elaboraram não somente uma categoria diagnóstica cada vez mais abrangente, mas também determinam uma única maneira de compreender o sofrimento subjetivo a partir da noção de transtorno mental. E isso dificulta, mais do que ajuda, na clareza com que devemos abordar os sofrimentos subjetivos, podendo aumentar desnecessariamente o número de casos.

## CONCLUSÃO

Segundo Sauvagnat (2012), as sucessivas edições e revisões do DSM têm acarretado uma série de consequências: multiplicação de classificações diagnósticas; expansão no número de sinais e sintomas em cada categoria; crescente medicalização; indicação generalizada das terapias educativas e empobrecimento do ensino da psicopatologia. A noção de epidemia do autismo comprova esse diagnóstico de Sauvagnat.

Mas podemos considerar também a epidemia de autismo como devida, principalmente, à mudança na maneira como a psiquiatria biológica passou a entender o sofrimento subjetivo, passando a descrever e classificar comportamentos e características dos pacientes fazendo valer a lógica classificatória dos ditos transtornos mentais, o que permitiu expandir os casos classificados sob o nome de uma nosologia. Áreas como a neurologia, algumas vertentes da psiquiatria e as teorias cognitivo-comportamentais entendem que o autismo abarca exclusivamente aspectos neurobiológicos e que, a partir da análise cerebral e mensuração dos comportamentos, encontrarão respostas para a etiologia do autismo.

A lógica deficitária do autismo contribui para a aproximação da concepção de deficiência com as doenças mentais, o que fortalece a visão de incapacidade e defeito amparados no padrão de normalidade e, a partir dessa perspectiva, delimitam maneiras de enxergar e tratar o autismo.

Em busca de abranger o sujeito em todas as suas dimensões, os manuais diagnósticos, em cada edição, apresentam categorias nosográficas cada vez mais descritivas e mais detalhadas, com expansões das descrições e dos critérios comportamentais, o que mostra que o modelo de classificação de transtornos mentais é insuficiente para se trabalhar com o sofrimento subjetivo, aqui mais especificamente o autismo. Por mais que pertença a uma classe, o sujeito não será inteiramente adequado a ela, há traços do sujeito que não obedecem ao tipo clínico. O diagnóstico na clínica esbarra numa questão tão particular que, mesmo inserido numa estrutura clínica, o sujeito não se adequará a ela por completo. Ou seja, há algo no sujeito que não obedece, que vai além. O inconsciente, assim, é estrutura de um conjunto não totalizável de traços (Laurent, 2012). Um sujeito que é marcado por uma estrutura que se encontra fora do laço social

exige que se entenda que ele se encontra fora de tudo o que é comum: a comunicação, o senso comum, a linguagem, a comunidade. A pressão e a necessidade mercadológica de inserir o sujeito psicótico no laço social desconsideram que os sintomas desses sujeitos são um movimento subjetivo elaborado pelo próprio sujeito.

A respeito da lógica nosográfica baseada no DSM, “o que se vê aí é um empobrecimento interno à própria lógica psiquiátrica. Empobrecimento que consiste em privilegiar a descrição dos sintomas, privilegiar a síndrome em detrimento da doença, em detrimento da categoria de doença” (Figueiredo, & Tenório, 2002, p. 40).

Nessa direção, é importante destacar que esse tipo de diagnóstico se encontra mais afastado das propostas apresentadas pela psiquiatria clássica, tornando-se uma nosografia cada vez mais restrita ao sintoma presente fenomenologicamente. Acreditamos que o laço entre a consideração acadêmica por meio de dados epidemiológicos e a campanha midiática, que não levam em consideração o que vem a ser um sintoma ou sofrimento no campo subjetivo, acaba produzindo um fenômeno, esse sim, alarmante: o aumento de casos que passam a ser tratados como autismo quando poderiam ser tratados de outra maneira se o diagnóstico não fosse tão fluido; e uma epidemia de terror sobre os cuidadores das crianças que, por medo, acabam por aceitar que os dados inconsistentes passem a ser considerados como dados válidos, mesmo que não haja nenhuma razão clínica para tal. A nosso ver, a dita epidemia de autismo é na verdade uma epidemia de textos que pretendem considerar o autismo, problema clínico, como um problema epidemiológico.

## REFERÊNCIAS

- Abramovitch, S. (2001). O diagnóstico de autismo infantil na psiquiatria clássica. *Revista Marraio*, 2, 83-88.
- Aflalo, A. (2012). O assassinato frustrado da psicanálise. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- American Psychiatric Association [APA]. (1994). Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders DSM-IV-TR. Washington, D.C.: A.P.A.
- Aragona, M. (2009). The role of comorbidity in the crisis of the current psychiatric classification system. In *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, 16(1), 1-11. Recuperado em 08 nov. 2016 de <[http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=sum mary&url=/journals/philosophy\\_psychiatry\\_and\\_psychology/v016/16.1.aragona.html](http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=sum mary&url=/journals/philosophy_psychiatry_and_psychology/v016/16.1.aragona.html)>.
- Autism Speaks. Site disponível em: <<https://www.autismspeaks.org/>>.
- Berrios, G. E. (2015). *Rumo a uma nova epistemologia da psiquiatria*. São Paulo: Escuta.
- Brasil (2011). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Brasil (2012). Diário Oficial – Estado de São Paulo. Edital de Convocação para credenciamento de estabelecimentos de saúde interessados em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, para eventual celebração de contratos ou convênios.
- Brasil (2012). Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Brasil (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde.

- Brasil (2015). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial. – Brasília: Ministério da Saúde.
- Broderick, A. A. (2011). Autism as rhetoric: exploring watershed rhetorical moments in applied behavior analysis discourse. *Disability Studies Quarterly*, 31(3). Recuperado em ago. 2017 de <<http://dsq-sds.org/article/view/1674/1597>>.
- Calazans, R., & Lustosa, R. Z. (2012). Sintoma psíquico e medicina baseada em evidências. *Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 18-30.
- Calazans, R., & Martins, C. R. (2007). Transtorno, sintoma e direção do tratamento para o autismo. *Revista Estilos da Clínica*, 12(22), 142-157. Recuperado em mai. 2015 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-7128200700010009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-7128200700010009&lng=pt&tlng=pt)>.
- Centro de Pesquisa sobre o Genoma Humano e Células-Tronco. <<http://genoma.ib.usp.br/pt-br/servicos/consultas-e-testes-geneticos/doencas-atendidas/autismo>> do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática.
- Dunker, C. I. L., & Kyrillos Neto, F. (2011). A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(4), 611-626. Recuperado em 08 de janeiro de 2016 <<https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142011000400003>>.
- Espaço Autista (2013). 2012: o ano em ciência. Uma carta para a comunidade de Autism Speaks diretor de Ciência. Recuperado em 15 jun. 2015 de <<http://espacoautista.blogspot.com.br/2013/01/2012-o-ano-em-ciencia-uma-cartapara.html>>.
- Fasquelle, D. (2012). Le texte de ma proposition de loi. Recuperado em 24 ago. de 2017 de <<http://danielfasquelle.blogspot.com.br/2012/01/le-texte-de-ma-proposition-deloi.html>>.

- Figueiredo, A. C., & Tenório, F. (2002). O diagnóstico em psiquiatria e psicanálise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, V(1), 29-43. Recuperado em 10 jun. 2016 de <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v5n1/1415-4714-rlpf-5-1-0029.pdf>>.
- Hacking. (2006). What is Tom saying to Maureen?. *London Review of Books*, 28(9), 3-7. Recuperado em 15 out. 2016 de <<https://www.lrb.co.uk/v28/n09/ian-hacking/what-is-tom-saying-to-maureen>>.
- Jerusalinsky, A., & Laznik, C. (2011). Uma discussão com a Neurociência. In Jerusalinsky, A., & Fendrik, S. (orgs). *O livro negro da Psicopatologia Contemporânea* (p. 73-91). São Paulo: Via Lettera.
- Jerusalinsky, A. (org.). (2015). *Dossiê autismo*. São Paulo: Instituto Langage.
- Keil, A. P, Daniels, J.L., & Hertz-Picciotto, I. (2014). Autism spectrum disorder, flea and tick medication, and adjustments for exposure misclassification: the Charge (Childhood Autism Risks from Genetics and Environment) case-control study. *Environ Health*, 13(3). Recuperado em 03 ago. 2016 de <<https://ehjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1476-069X-13-3>>.
- Kin, A. (2006). Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(Supl.I), S3-11. Recuperado em 19 abr. 2016 de <<http://www.appda-norte.org.pt/docs/autismo/AutismoSíndromeAsperger.pdf>>.
- Laurent, E. (2012). O que nos ensinam os autistas?. In *Autismo(s) e atualidades: uma leitura lacaniana*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Laurent, E. (2014). *A batalha do autismo: da clínica à política*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Maia, A. B., Medeiros, C. P., & Fontes, F. (2012). O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. *Revista Estilos da Clínica*. [online], 17(1), 44-61.
- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / American Psychiatric Association, 5. ed. (2014). Porto Alegre: Artmed.
- Miller, J.-A. (2003). O rouxinol de Lacan. Conferência Inaugural do Instituto do Campo Freudiano de Buenos Aires. São Paulo, Escola Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 10(5), 18-32.

- Moura, A. S., & Rocha, R. L. (2012). *Endemias e epidemias: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose*. Belo Horizonte: Nescon/UFMG.
- Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública. Recuperado em 23 set. 2017 de <<https://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/>>.
- Pereira, C., Mascarenhas, C., Pisaneschi, E., Araújo, G., Amancio, L., & Katz, I. (2016). Construções e comentários sobre os documentos Linha de Cuidado para a Atenção das Pessoas com Espectro Autista e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde/SUS e Diretrizes de Atenção à Reabilitação de pessoas com Transtorno do Espectro do Autista (TEA). *Revista Analytica*, 5(9), 31-40.
- Portail du Gouvernement (2011). Le Premier ministre attribue à l'autisme le label Grande Cause nationale 2012. Recuperado em 20 dez. 2016 de <[http://archives.gouvernement.fr/fillon\\_version2/premier-ministre/le-premier-ministre-attribue-a-l-autisme-le-label-grande-cause-nationale-2012.html](http://archives.gouvernement.fr/fillon_version2/premier-ministre/le-premier-ministre-attribue-a-l-autisme-le-label-grande-cause-nationale-2012.html)>.
- Rios, C., Ortega, F., Zorzaneli, R., & Nascimento, L. F. (2015). Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. *Revista Interface* (Botucatu). Comunicação, Saúde e Educação, 19(53), 325-335.
- Sauvagnat, F. (2008). Préface: La Question de L'automaticité dans l'autisme et les psychoses infantiles au regard de la situation actuelle. In *Autisme et psychose: machine autistique et délire machinique: clinique différentielle des psychoses*.
- Sauvagnat, F. (2012). Considerações críticas acerca da classificação DSM e suas implicações na diagnóstica contemporânea. Conferência proferida na Universidade Federal de São João del-Rei na Etapa Brasileira do Movimento Internacional Stop/DSM. *Revista Analytica*, 1(1), 13-27.
- Seneff, S. (2015). Glyphosate: The "Safe" Herbicide that's making us all sick. Conferência Hawaii Tour. Recuperado em 10 dez. 2016 de <<http://people.csail.mit.edu/seneff/SeneffHawaiiSummer2015.pptx> (.pdf)>.
- Stanghellini, G., & Broome, M. R. (2014). Psychopathology as the basic science of psychiatry. *The British Journal of Psychiatry*, 205(3), 169-170.
- State, M. W. & Šestan, N. (2012). The emerging biology of autism spectrum disorders. *Science*, 337(Issue 6100), 1301-1303. Recuperado em 25 nov. 2017 de <<http://science.sciencemag.org/content/337/6100/1301>>.

Zablotsky, B. et al. (2015). Relatório Estatístico de Saúde Nacional. Center of Diseases Control and Prevention. Número 87.

## NOTAS

<sup>1</sup> Agradecimentos: FAPEMIG; CAPES; CNPq.

<sup>2</sup> Os dois primeiros momentos destacados por Alicia A. Broderick foram a publicação do efeito do tratamento de Lovaas, em 1987, que relata um programa operante de intervenção comportamental para o autismo; e a publicação de Maurice (1993), que diz de um relato autobiográfico a respeito da implementação do programa de intervenção de Lovaas em seus próprios filhos e a consequente recuperação dos mesmos.

<sup>3</sup> Michael Rutter foi o primeiro professor de psiquiatria infantil no Reino Unido, atua como professor de psicopatologia do desenvolvimento no Instituto de Psiquiatria King's College London e é psiquiatra no Maudsley Hospital.

<sup>4</sup> <<http://www.genoma.ib.usp.br/pt-br/servicos/consultas-e-testes-geneticos/doencas-atendidas/autismo>>.

Recebido em 25 de abril de 2018

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2018

# MORRER A CONTA-GOTAS: A ESTRATÉGIA DE UM NEURÓTICO OBSESSIVO AO NÃO ADERIR AO TRATAMENTO

*Gizele Aparecida de Almeida\**

*Fábio Santos Bispo\*\**

## RESUMO

O presente artigo é oriundo de um caso clínico construído a partir de um atendimento ofertado a um paciente diabético que apresenta uma trajetória longa e dramática de relação com seu tratamento. Diante de todo um histórico de complicações, e após mais um episódio em que esteve à beira da morte, abriu-se esse espaço para um trabalho a ser realizado sob orientação psicanalítica. Para além de todas as questões que poderiam ser levantadas acerca da atuação do psicanalista no hospital, o recorte estabelecido para nossa análise deverá centrar-se na dinâmica subjetiva passível de ser apreendida no curto tempo desse tratamento. O enfoque principal ao discutir esse caso é, pois, uma problematização quanto à contribuição que as abordagens de Freud e de Lacan acerca do diagnóstico na neurose obsessiva podem oferecer para a compreensão clínica do sofrimento subjetivo. O objetivo é discutir a condição subjetiva que se apresenta na neurose obsessiva, bem como suas estratégias frente ao desejo e ao gozo, a partir de alguns conceitos-chave destacados por Freud e por Lacan, tais como a relação subjetiva de confronto com a morte, a dívida paterna, as especificidades em relação ao gozo e sua dimensão fálica, bem como a participação de cada um desses pontos na dinâmica subjetiva do paciente.

Palavras-chave: neurose obsessiva; psicanálise; hospital; sintoma.

---

\* Psicóloga (UFMG). Atua como neuropsicóloga, psicóloga clínica e escolar em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.

\*\* Doutor em Psicologia (UFMG), Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), líder do Grupo de Pesquisa Psicanálise: Clínica e Laço Social (UFES).

## DIE IN DRIBS AND DRABS: THE STRATEGY OF AN OBSESSIVE NEUROTIC BY NOT ADHERING TO TREATMENT

### ABSTRACT

*The present article comes from a clinical case constructed from a care offered to a diabetic patient that presents a long and dramatic trajectory of relation with its treatment. Faced with a history of complications, and after another episode in which he was near death, this space was opened for a work to be carried out under psychoanalytic guidance. In addition to all the questions that could be raised about the performance of the psychoanalyst in the hospital, the cut established for our analysis should focus on the subjective dynamics that can be apprehended in the short time of this treatment. The main focus in discussing this case is therefore a problematization as to the contribution that the Freud and Lacan approaches to diagnosis in obsessional neurosis can offer for the clinical understanding of subjective suffering. The objective is to discuss the subjective condition that presents itself in obsessional neurosis, as well as its strategies against desire and enjoyment, from some key concepts highlighted by Freud and Lacan, such as the subjective relation of confrontation with death, paternal debt, specificities in relation to jouissance and its phallic dimension, as well as the participation of each of these points in the subjective dynamics of the patient.*

*Keywords: obsessional neurosis; psychoanalysis; hospital; symptom.*

## MORIR A CUENTAGOTAS: LA ESTRATEGIA DE UN NEURÓTICO OBSESIVO AL NO ADHERIRSE AL TRATAMIENTO

### RESUMEN

*El presente artículo es oriundo de un caso clínico construido a partir de una atención ofrecida a un paciente diabético que presenta una trayectoria larga y dramática de relación con su tratamiento. Ante todo un historial de complicaciones, y tras otro episodio en que estuvo al borde de la muerte, se abrió ese espacio para un trabajo a ser realizado bajo orientación psicoanalítica. Además de todas las cuestiones que podrían plantearse acerca de la actuación del psicoanalista en el hospital, el recorte establecido para nuestro análisis deberá centrarse en la dinámica subjetiva pasible de ser aprehendida en el corto tiempo de ese tratamiento. El enfoque principal al discutir este caso es, pues, una problematización en cuanto a la contribución que los enfoques de Freud y de Lacan acerca del diagnóstico en la neurosis obsesiva pueden ofrecer para la comprensión clínica del sufrimiento subjetivo. El objetivo es discutir la condición subjetiva que se presenta en la neurosis obsesiva, así como sus estrategias frente al deseo y al goce, a partir de algunos conceptos clave destacados por Freud y*

*Lacan, tales como la relación subjetiva de confrontación con la muerte, la deuda paterna, las especificidades en relación al goce y su dimensión fálica, así como la participación de cada uno de esos puntos en la dinámica subjetiva del paciente.*

*Palabras clave: neurosis obsesiva; psicoanálisis; hospital; síntoma.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é oriundo de um caso clínico construído a partir de um atendimento ofertado a um paciente diabético que apresenta uma trajetória longa e dramática de relação com seu tratamento. Diante de todo um histórico de complicações, e após mais um episódio em que esteve à beira da morte, abriu-se esse espaço para um trabalho a ser realizado sob orientação psicanalítica.

Para além de todas as questões que poderiam ser levantadas acerca da atuação do psicanalista no hospital, o recorte estabelecido para nossa análise deverá centrar-se na dinâmica subjetiva passível de ser apreendida no curto tempo desse tratamento. Extraímos dessa experiência algumas elaborações que nos ajudarão a esclarecer a dinâmica subjetiva em jogo na neurose obsessiva. Nosso enfoque principal ao discutir esse caso é, pois, uma problematização quanto à contribuição que as abordagens de Freud e de Lacan acerca do diagnóstico na neurose obsessiva podem oferecer para a compreensão clínica do sofrimento subjetivo.

Apesar de elaborarmos ao final algumas considerações acerca da direção do tratamento, nosso objetivo é discutir a condição subjetiva que se apresenta na neurose obsessiva, bem como suas estratégias frente ao desejo e ao gozo, a partir de um caso clínico que nos auxiliará na elucidação acerca do modo singular com que essas condições e estratégias se apresentam na vida do sujeito.

Elaboramos, inicialmente, um breve relato do caso, para expor alguns pormenores dos atendimentos importantes para a compreensão da construção realizada. Em seguida, destacamos, com a discussão sobre a apresentação do sintoma na análise, as perspectivas de transformação em um sintoma analítico a partir da introdução da dimensão do desejo.

Sempre com foco na neurose obsessiva, discutimos sua relação com o desejo e com o gozo a partir de alguns conceitos-chave destacados por Freud e por Lacan, tais como a relação subjetiva de confronto com a morte, a dívida paterna, as especificidades em relação ao gozo e sua

dimensão fálica. Os relatos extraídos do caso nos ajudarão a elucidar a participação de cada um desses pontos na dinâmica subjetiva do paciente.

## BREVE RELATO DO CASO

O Sr. José<sup>1</sup> foi encaminhado para atendimento psicológico hospitalar, em dezembro de 2010, pela equipe médica que o acompanhava durante o período de 43 dias no qual permanecera internado no hospital de uma cidade do interior de Minas Gerais. A queixa que justificava tal encaminhamento veio explícita e em letras garrafais: paciente com risco de morrer, não adere ao tratamento.

Assim, ele passou a ser acompanhado pelo serviço de Psicologia, sendo realizadas nove sessões, até a sua alta hospitalar. Durante esses atendimentos, o Sr. José pôde trazer elementos que compunham a sua história, sempre marcada por intenso sofrimento, que será aqui brevemente relatada, em ordem cronológica.

O Sr. José nasceu em 1946, sob o que considera uma condição muito traumática. Ele inicia o relato de sua história com a seguinte frase: “É muito duro um filho crescer sem pai! Eu comecei sem pai!”. Quando tinha apenas sete dias de vida, seu pai sofre um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e falece. Com o choque, sua mãe entra num quadro de depressão, recusa-se a amamentá-lo e ele passa a ser nutrido no seio de uma cabrita recém-parida, estratégica única pensada por sua irmã mais velha como alternativa para salvá-lo.

Essa recusa lhe parece não se limitar à alimentação, mas teria perdurado pelos 30 anos seguintes, de modo que o Sr. José relata alguns episódios em que fora excluído da família: a herança da fazenda fora dividida entre os irmãos e ele ficou fora da partilha, por ser ainda bebê; além disso, sua criação e educação ficaram a cargo dos irmãos mais velhos, tendo ele que morar a cada época em uma casa diferente, com preceitos e rotinas distintos.

Aos 30 anos, o Sr. José conhece uma mulher, com a qual decide se casar. Tal intenção fora duramente rechaçada por sua mãe, que ele afirma ser racista e que, por isso, não aceitara que ele se casasse com uma negra. Ao fazer valer a sua escolha, casando-se com essa mulher, a família do Sr. José passa a excluí-lo, esquivando-se de comparecer ao casamento e de visitá-lo posteriormente em seu lar.

No que concerne à sua vida escolar e profissional, o Sr. José estudou somente até a quarta série do Ensino Fundamental e trabalhou durante toda a vida numa única atividade, a descarga de carvão que abastecia os fornos de fundição de ferro gusa na indústria metalúrgica.

O trabalho, segundo ele, era pesado, com escala de horários alternados e pouco tempo disponibilizado para a alimentação, o que ele pontua como sendo a condição desencadeadora de “sua doença”, Diabetes Mellitus Tipo II.

Aos 42 anos, trabalhando oito horas diárias na descarga de carvão e tendo apenas 15 minutos para o almoço, ele relata que comia uma marmita cheia de arroz com feijão, seguida de rapadura, “para dar sustância”. A esse hábito ele atribui o aparecimento do quadro.

Em 2010, ano em que ocorrera a intervenção, com 65 anos, o Sr. José travava uma luta contra essa doença e, a partir dela, parecia confrontar-se com a morte amiúde e paulatinamente. Já se passaram 23 anos desde o desencadeamento do diabetes. O Sr. José enfatiza que esse trajeto se deu de forma bastante conflituosa, na medida em que ele se recusava a aderir ao tratamento, tendo este que ser cada vez mais ampliado e, por conseguinte, mais penoso para seu corpo.

O Sr. José conta que, no início do tratamento, aderiu à dieta alimentar somente nos seis primeiros meses, pois chegou a ficar cego em decorrência do diabetes e queria recuperar a visão. Após voltar a enxergar, ele conta que foi “relaxando” com a alimentação: “comia muito arroz, pois sentia fome demais, e bebia cerveja”.

No início, fazia uso de apenas uma medicação via oral. Após cinco anos de tratamento, já havia perdido o peso considerável de 12 quilos e necessitava de mais medicamentos. Após dez anos, já havia perdido mais 20 quilos e precisava tomar cerca de 16 comprimidos por dia. Aos 56 anos, já havia perdido 50 quilos dos 105 anteriores à doença, de forma que seu corpo, agora com 55 quilos, não mais resistia às infecções, o que o levava a recorrentes internações hospitalares.

Com a evolução do quadro clínico, em 2010 os rins apresentavam dificuldade para filtrar o sangue e surgiram também comprometimentos cardíacos, com um quadro de hipertensão arterial, o que ocasionou a prescrição de mais medicamentos e uma tentativa malograda de supressão do consumo de proteínas, principalmente a carne.

Nesse período, contrariando a dieta, Sr. José passara a comer carne compulsivamente e, por conseguinte, desenvolveu uma nefropatia diabética, doença renal progressiva comum em casos não tratados de diabetes. Precisou, então, realizar tratamento hemodialítico, em sessões de quatro horas, três vezes por semana. Com a hemodiálise, o caso se revertera: agora Sr. José precisava comer carne para evitar anemia e, na contramão da prescrição, ele passa a se esquivar desse alimento, voltando-se para a compulsão de sal, o que o colocava em risco por reter líquido no corpo, que não conseguia extirpar tal quantidade nem mesmo com a hemodiálise. Enfim, era o desejo pela privação.

A causa atribuída pelos médicos a essa piora gradativa do quadro clínico era a resistência ao tratamento: não adería à dieta prescrita (comeia compulsivamente), não tomava as medicações no horário indicado e não praticava atividades físicas.

Esses impasses e conflitos em relação ao tratamento são de bastante interesse para a compreensão da dinâmica subjetiva desvelada pela análise. Chama-nos a atenção a repetição de certa compulsão em direção aos alimentos proibidos e a recusa à medicação: no início, ele se alimenta compulsivamente e não adere à medicação; depois, já com complicações renais graves, come carne compulsivamente e também não adere à medicação; por fim, desrespeita a proibição da hemodiálise e bebe água compulsivamente, ainda não aderindo à medicação.

Com isso, sucessivamente o Sr. José vai ao encontro da morte, sendo registrados, até o ano de 2010, dezenove episódios de coma, seja devido a surtos de hiperglicemia, em decorrência da alimentação exagerada, ou por sua glicose estar baixa demais, em decorrência de medicação exagerada, ou, ainda, por ele ter se “afogado” pelo excesso de água no pulmão, em decorrência de consumo de líquido exagerado. Enfim, seu dilema não é apenas desviar-se ligeiramente do caminho: o Sr. José conta que exagera, e exagera repetidamente.

### **CONDIÇÕES OBSESSIVAS: DO SINTOMA AO DESEJO**

O que leva o Sr. José a repetir reiteradamente essas atitudes de não aderir ao tratamento, que o deixam tão cara a cara com a morte? O que ele ganha ao expor-se tanto assim a esse risco fatal? O que nutre essa compulsão

por se alimentar exageradamente, e com isso entrar tantas vezes em coma? Ou, por outro lado, a que ele se apegava para permanecer vivo?

Muitas dessas questões já surgiam antes, não só para o paciente, mas também para a família e para a equipe médica. Formulá-las em análise, entretanto, tem o efeito de se preservar um espaço vazio de resposta, onde algo do sujeito pode emergir. Para este artigo, nossa proposta é abordar tais questões a partir da demarcação de uma posição básica que estrutura o encontro subjetivo com os sintomas e os acontecimentos que acometem o corpo.

Esse caso parece ilustrar um funcionamento compatível com o da neurose obsessiva, de modo que levantamos essa hipótese diagnóstica no decorrer do tratamento. Para sustentá-la, exporemos alguns pontos que caracterizam a neurose obsessiva, de acordo com Freud e Lacan, para, a partir daí, verificar a forma singular como o Sr. José põe em jogo a sua estrutura, o seu modo de gozo.

Alguns fragmentos dos relatos do Sr. José serão úteis para balizar a construção de nossa análise. Tomemos, então, primeiramente, a forma como ele descreve o motivo pelo qual supõe que lhe foi indicado que buscasse atendimento no serviço de Psicologia: “Deve ser porque eu morri ontem”. Ao ser questionado sobre o que aconteceu, ele explica melhor: “Eu tive uma crise de glicose ontem, ela foi a 28<sup>2</sup>, e eu entrei em coma. Depois meu coração parou, e se não fosse o ‘anjo da guarda’ da enfermeira, eu teria morrido. Fiquei dois minutos morto, mas São Pedro não quis ficar comigo e me mandou de volta! E eu voltei!”.

Solicitado a falar mais sobre essa experiência de ter ficado frente a frente com a morte, ele ainda acrescenta: “Eu já estou acostumado. Já morri e voltei tantas vezes... tô igual ao Chicó<sup>3</sup>: tô vivo, tô morto... tô morto, tô vivo!”.

Indagado sobre essas “tantas mortes”, ele afirma que, por várias vezes, já esteve em risco de morte, inclusive além das dezenove situações de coma em decorrência do diabetes. Relata, nesse momento, um acidente aos 33 anos, em que teve a perna decepada por uma peça de madeira que cortava com uma serra elétrica e ficou em iminência de morte por quinze horas, até que um médico se habilitasse a lhe reimplantar o membro. O Sr. José pontua que, naquele dia, só “não desistiu de querer viver” porque ele tinha duas filhas, uma com dois anos e a outra com dois meses de idade, e pensou na vida difícil que elas levariam sem um pai. Daí ele

completa: “É muito difícil ser filho sem pai. Eu fui, eu sei! Eu não queria que as minhas filhas passassem pelo que passei”.

Pois bem, nesses dois relatos já temos presentes três elementos cruciais que Lacan (1960/1998; 1957-1958/1999) destaca na dinâmica subjetiva do obsessivo: a morte, como elemento central de confronto subjetivo; o pai (morto), evocado como ausente já em suas primeiras falas dirigidas à analista; e a dívida (herdada desse pai morto), entrevista na atitude de saldar, em relação a suas próprias filhas, a falta que o pai lhe fez.

Importa-nos aqui verificar como esses elementos se articulam. Para delinear essa construção teórica, evocaremos brevemente como a neurose obsessiva foi apresentada por Freud, mas nos ateremos a uma parte específica do ensino de Lacan, com as formulações do texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, de 1960; e do *Seminário 5*, de 1957-1958, nas quais ele trata acerca do obsessivo e seu desejo, dos circuitos do desejo (em que aborda o sintoma e o grafo do desejo no circuito do obsessivo), trata de uma saída pelo sintoma e aborda a relação do obsessivo com a morte. Bordejaremos alguns dos operadores da neurose obsessiva percebidos no caso em análise, a saber: o sintoma, o gozo, a morte, a dívida paterna, o significante fálico e o desejo. É em torno desses pontos que cogitamos terem sido organizadas as estratégias do Sr. José que lhe permitiram seu posicionamento subjetivo.

Pois bem, a neurose obsessiva foi inicialmente tratada por Freud nos anos de 1894-1895 (Laplanche, & Pontalis, 1982/2001, p. 314). Foi, porém, a partir do caso do Homem dos Ratos que Freud aprofundou sua compreensão acerca da formação dos sintomas e de sua relação com o inconsciente. Ele aborda a *neurose obsessiva* como um *dialeto do qual a histeria seria a língua mãe*, ao delimitar as peculiaridades do discurso do neurótico obsessivo, “que se refere com mais proximidade às formas de expressão adotadas pelo nosso pensamento consciente do que a linguagem da histeria” (Freud, 1909/1996, p. 160).

Freud (1909/1996) também sublinhou, na neurose obsessiva, as fantasias de onipotência, a compulsão à repetição e os mecanismos de defesa, ressaltando que o sintoma, nessa neurose, adota a forma de raciocínios, mesmo que sejam supersticiosos ou mágicos, diferentemente da histeria, em que o sintoma assume uma forma muitas vezes corporal.

É pela via do raciocínio e das rumações que Lacan (1957-1958/1999, p. 424) propõe que se farão presentes as exigências do supereu.

Pensemos, então, na lógica do sintoma obsessivo. Lacan (1957-1958/1999) chama a atenção para o fato de a neurose não ser idêntica a um objeto, um parasita estranho à personalidade do sujeito, é uma estrutura analítica que está em seus atos e suas condutas. Sendo assim, ela não é feita apenas de sintomas decomponíveis em seus elementos significantes e nos efeitos de significado desses significantes. O conjunto do comportamento obsessivo é estruturado como uma linguagem e o seu sintoma é, desse modo, o aprisionamento do desejo numa funcionalidade.

Lacan (1957-1958/1999) lança então a seguinte interrogação: o que o sintoma quer dizer? Ao que responde?

O sintoma é uma significação, é um significado. Está longe de concernir unicamente ao sujeito, mas sua história, toda a sua anamnese está implicada nele. É por essa razão que podemos legitimamente simbolizá-lo nesse lugar por um pequeno  $s(A)^4$ , significado do Outro, vindo do lugar da fala. Mas o que Freud também nos ensinou é que o sintoma nunca é simples, é sempre sobredeterminado. Não há sintoma cujo significante não seja trazido de uma experiência anterior. Essa experiência está sempre situada no nível onde se trata do que foi reprimido. [...] A partir do momento em que Freud começa a articular o que é o sintoma, o pano de fundo do significante em relação ao significado é implicado por ele na formação de qualquer sintoma (Lacan, 1957-1958/1999, p. 477).

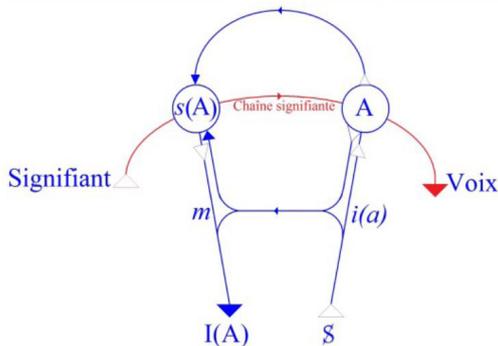


Figura 1 - Grafo 2

Fonte: Lacan, 1960/1998, p. 822

O que Lacan nos mostra é que o sintoma nos é apresentado em seu estado bruto como uma soma de significados que lhe advém do Outro no decorrer de sua história. Assim, ao encontrarmos um sintoma obsessivo bruto, encontramos algo que nos fala, acima de tudo, de toda sorte de empecilhos, inibições, bloqueios, medos, dúvidas e proibições (Lacan, 1957-1958/1999, p. 423).

No caso do Sr. José, esse sintoma se apresentou não lapidado, querendo se referir a algo como: “Eu não consigo aderir ao tratamento!”. Na verdade, nesse primeiro contato, não houve a formulação explícita do Sr. José quanto ao desejo de se livrar desse sintoma, posto que este só foi suscitado a partir de uma demanda do Outro (saber médico).

É importante salientar, ainda, que o próprio tratamento é uma significação médica que lhe é ofertada para o seu sofrimento. Será que esse “eu não consigo aderir ao tratamento” não poderia significar um perigoso “eu não quero aderir ao tratamento”? A demanda do Outro encarnado no saber médico era a de que ele se adaptasse a um sintoma ao qual resistia.

Há uma expectativa médica de transformar em um sintoma esse gozo que o arrasta para a morte. No sintoma, o gozo ganha um significado que o contém. Como propõe Gazzola (2005, p. 31) “O sistema significante vai assim limitar esse gozo muito invasor e desmesurado... sem entretanto conseguir recobri-lo completamente”.

Lacan (1960/1998, p. 834) afirma que a única justificativa para se propor uma análise é quando a pessoa demanda livrar-se de um sintoma, e isso não ocorreu no início dos atendimentos ao Sr. José. Não obstante, logo na primeira sessão, ele apresentou uma série de empecilhos para não aderir ao atendimento analítico no hospital, tais como a possibilidade de alta e, assim, a impossibilidade de comparecer ao serviço para o tratamento.

Ao longo dessa primeira sessão, também teceu uma série de empecilhos, inibições, bloqueios, medos, dúvidas e proibições que permearam sua história, o que vinha compor o conjunto de significados relativos ao seu sintoma. Falou dos empecilhos que teve para começar a aderir ao uso de insulina, já que trabalhava na usina siderúrgica, sob intenso calor, onde não era possível acondicionar o medicamento resfriado. Falou do medo que tinha de morrer e deixar suas filhas abandonadas, sem pai. Falou das dificuldades que sentia em ser proibido de consumir carne, doce, água, etc. Falava com grande

comoção sobre a que considerava a pior de suas privações: “Eu não consigo me controlar. Imagina só, eu só posso beber um copo de água por dia, mas ninguém percebe que eu sou um ser humano normal, como qualquer outro, eu sinto sede, eu não sou cachorro, eu sinto falta de água”.

Por se tratar de um ambiente hospitalar, em que o atendimento não visa, em princípio, desmontar a matriz fundamental da fantasia que sustenta o sintoma – pelo simples motivo de que o paciente em breve receberá alta e não poderá dar continuidade ao tratamento –, podemos dizer que seria possível apenas lançar algumas interrogações capazes de introduzir um primeiro questionamento da posição do sujeito em relação a essa falta que o subjuga a uma condição sub-humana.

Lacan (1960/1998, p. 829-831) nos mostra que a demanda de análise é correlata à transformação do sintoma bruto em um sintoma analítico. Na condição inicial, o sujeito se apresenta ao analista para queixar-se de seu sintoma como uma condição dada e perfeitamente consolidada em sua história, mas isso por si só não basta. É preciso que o analista propicie que essa queixa inicial, endereçada a ele, passe do estatuto de resposta ao estatuto de questão para o sujeito, para que este seja instigado a decifrá-lo. “*Che vuoi? Que quieres?*”, nos ensina Lacan (1960/1998, p. 829), é a questão que introduz a dimensão do desejo. É com essa interrogativa que o analista levará o sujeito a questionar o sintoma, a fim de saber a que ele responde, ou que gozo vem delimitar.

No caso de um paciente obsessivo, que se apresenta ao analista com um sintoma que o faz sofrer, é preciso que esse sintoma, que é um significado para o sujeito, readquira sua dimensão de significante, implicando o sujeito e o desejo.

Assim, o sintoma é elevado ao estatuto de enigma, provocando o que Lacan (1969-1970/1992, p. 31) chama de “histerização do discurso”, já que o que será posto em evidência é a divisão do sujeito (\$). Antes dessa retificação subjetiva, o sujeito não se responsabiliza por seu sintoma e seu discurso vem truncado, sem muita possibilidade de ressignificação. Quando o sintoma faz enigma, ele responsabiliza o sujeito pela sua condição ou, pelo menos, pelo modo como se posiciona frente às intempéries de sua história. O paciente passa a se permitir fazer este questionamento: “Afinal, o que quero?”.

Mesmo diante de situações tão dramáticas, como as advindas das complicações do quadro diabético, é possível abrir um espaço para que o paciente se pergunte o que quer dizer com suas reações, com suas recusas ao tratamento, com seus conflitos, para além de forçá-lo a que aceite calado o seu destino e as prescrições e proibições inexpugnáveis oriundas de sua enfermidade.

Transformar o sintoma em um sintoma analítico é, pois, correlativo à emergência do desejo. Então, qual é essa relação do sujeito com o desejo?

Lacan (1957-1958/1999, p. 417), ao tratar desse problema, afirma que um discurso obsessivo pode constituir-se diante do caráter evanescente do desejo, que é sempre o desejo do Outro, na medida em que este é o lugar de onde o significante lhe apresenta os limites interpostos ao gozo.

Para Lacan, desejo é sempre falta, e insatisfação reiterada pelos desencontros com os objetos, sempre inadequados para preencher essa falta. Nesse sentido, qualquer forma de satisfação comporta sempre uma limitação. É isso que significa o gozo fálico em Lacan: um gozo sempre marcado pelas limitações advindas de sua regulação simbólica.

Para defender-se, pois, da impossibilidade de realização do desejo, o obsessivo, segundo Lacan (1957-1958/1999, p. 427), faz dele um desejo proibido. Faz com que ele seja sustentado pelo Outro, precisamente pela proibição do Outro, constituída como obstáculo. Não obstante, essa maneira de fazer o desejo ser sustentado pelo Outro é ambígua, porque um desejo proibido nem por isso significa um desejo sufocado. Pelo contrário, a proibição está ali para alimentar o desejo.

### **ESTRATÉGIAS OBSESSIVAS: POSIÇÕES DIANTE DO DESEJO E DO GOZO**

A partir de uma leitura criteriosa da obra freudiana, Lacan (1957-1958/1999) nos adverte de que o que caracteriza o obsessivo é a capacidade de pensar, mas com a particularidade de que ele pensa para si mesmo e para anular o desejo do Outro. O obsessivo, nos diz Lacan (1957-1958/1999, p. 427), “tal qual a histérica, necessita de um desejo insatisfeito, isto é, de um desejo para além de uma demanda”. Mais adiante, ele complementa: “Toda a estrutura do obsessivo é determinada, como tal, pelo fato de a primeira abordagem de seu desejo haver passado, como em qualquer sujeito, pelo desejo do Outro, e de esse desejo do Outro

ter sido inicialmente destruído, anulado” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 479). Essa anulação do desejo, entretanto, não esconde a fragilidade das barreiras erigidas contra o gozo, que pode tornar-se invasivo.

Como essa situação se apresenta no caso do Sr. José? Sempre ressoa em seu discurso algo que se refere à compulsão pelos alimentos, mediante a privação. E isso ele faz questão de deixar claro:

Eu só quero o que é proibido. Quando eu não podia comer carne, sonhava com carne a noite inteira. Até que teve um dia em que pus seis pedaços de carne no prato e meu rim parou de vez. É sempre assim, se eu posso, eu não quero, se eu não posso, eu quero. Eu sei disso, mas não adianta saber. Antes não tomava café, enjoiei mesmo; agora, que não posso beber líquido de espécie nenhuma, fico doído se não bebo café de manhã, e tem que ser com açúcar, pois não aguento mais adoçante. Daí eu afogo na água do pulmão, a glicose sobe, e entro em coma. [...]. Não sei o que acontece, eu sei que eu não posso, mas é mais forte do que eu...

Por um lado, não tem nada de extraordinário nesse desencontro entre o desejo e suas possibilidades neuróticas de satisfação. O apóstolo Paulo, nos primórdios da era cristã, já dava um testemunho parecido, quando dizia, no capítulo 7 da epístola aos Romanos: “o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço”, a exemplo também do que apontava Lacan (1958-1959/2013) quando dizia que “o obsessivo é alguém que nunca está verdadeiramente ali no lugar onde está em jogo algo que poderia ser qualificado de seu desejo” (p. 505-506, tradução nossa<sup>5</sup>).

Por outro lado, parece bem peculiar o modo como a lei se apresenta para interditar o gozo ao paciente, como uma lei sempre excessiva, que vai além dos limites interpostos para todos. Pode-se conjecturar, então, que talvez não seja tanto pela vertente do desejo do Outro que se possa elucidar sua posição, mas do gozo do Outro. O desejo se inscreve a partir da incidência da lei simbólica que adquire certo caráter genérico de universalidade. Nesse caso, entretanto, um gozo invasivo parece retornar de forma avassaladora, como se o efeito da incidência da lei fosse inverso: em vez do recalque do desejo, o surgimento de uma compulsão impassível de inibição, para usar os termos de Freud (1896/1996) na “Carta 52”.

O problema é que esse Outro não o castra apenas simbolicamente, mas o priva no real. Ou, em outros termos, essa privação não chega a

assumir um caráter simbólico. A privação real de um objeto simbólico é, segundo Lacan (1956-1957/1995), empreendida por um agente imaginário (a morte). É o fantasma da morte, como senhor absoluto, que assombra o tempo todo a relação que o Sr. José estabelece com o gozo. Essa morte que já aparece no início do relato como sendo o que lhe tirou o seio da mãe, obrigando-o a mamar nas tetas de uma cabrita. Independentemente da veracidade dessa condição, dado que se considera a realidade subjetiva na escuta analítica, a falta para o Sr. José não aparece como uma proibição simbólica, mas como uma privação real, e isso é muito significativo.

No caso do Homem dos Ratos, o capitão cruel parece encarnar esse fantasma do Outro ao perpetrar um suplício que desperta o horror do paciente. De acordo com Gazzola (2005), isso resulta, para o paciente, na intrusão de um gozo insuportável. Ele destaca, nesse sentido, que “o gozo desempenha um papel especial na economia do sujeito obsessivo: gozo experimentado como excessivo e estrangeiro ou, então, gozo que lhe é subtraído” (Gazzola, 2005, p. 41). Ao apresentar-se frequentemente como uma ameaça concreta à sua vida, as interdições resistem a uma simbolização, deixando transparecer a angústia do confronto com a morte como esse Outro absoluto, não dialetizável.

Uma outra fala do paciente demarca o caráter dramático dessa condição de privação que sua doença lhe impõe e que lhe subtrai o gozo:

Minha filha pôs uma lista na parede do meu quarto sobre tudo o que eu não posso comer. É um suplício acordar todo dia cedo e ver aquele testamento na parede, mas eu tenho que obedecer, pois ela sabe o que eu posso comer. E depois, pego meus 23 comprimidos da manhã. Vou tomar com o quê? Outro dia o médico disse que eu não podia tomar água, e eu perguntei pra ele: “Com o que eu vou tomar os 40 comprimidos do dia? Com farinha?” Mas tá certo... ele é quem sabe das coisas, ele é médico.

Pelo final de sua fala, o médico parece encarnar em alguns momentos esse capitão cruel que vem lhe infligir um tratamento suplicante. O significante utilizado pelo Sr. José não deixa de nos remeter ao próprio suplício do Homem dos Ratos que, na análise de Freud, também vinha se colocar como essa versão imaginária de um pai mortífero, que goza com o sofrimento do sujeito.

É possível, pois, dizer que Sr. José responde obsessivamente, mas é também nesse ponto que sua obsessividade difere de qualquer outra. Se, por um lado, ele tenta resolver a questão do esvaecimento de seu desejo fazendo dele um desejo proibido, utilizando a proibição do Outro como desculpa para anular-se em seu desejo, por outro lado esse artifício não impede que um gozo intrusivo e mortífero retorne como resultado dessa operação.

Ainda que Sr. José seja capaz de admitir esse gozo intrusivo que se apresenta nas compulsões, como obsessivo, ele não mantém uma relação com seu desejo senão à distância. Lacan (1957-1958/1999, p. 479) salienta que “o que tem que ser mantido pelo obsessivo é a distância de seu desejo, e não a distância do objeto”. Nesse sentido, ele pode perfeitamente admitir a compulsão em relação a alguns objetos proibidos, pois, na compulsão, ele é antes assujeitado do que sujeito: “é mais forte que eu”, é mais forte que *je* como o sujeito que, para Lacan (1958/1998), deveria advir frente aos impulsos do isso.

É na “praça forte do seu eu que o obsessivo se situa para tentar encontrar o lugar de seu desejo” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 499), o que significa um reforço da própria imagem para suprimir a distância em relação ao que o Outro supostamente lhe demanda. E é no espaço virtual, nos diz Lacan, entre o apelo da satisfação e essa demanda do Outro que o desejo ocupa seu lugar e se organiza. Nos *Escritos*, Lacan (1958/1998) trata novamente de correlacionar a demanda com o desejo, ao afirmar que

[O desejo] se produz para-além da demanda, na medida em que, ao articular a vida do sujeito com suas condições, ela desbasta ali a necessidade, mas também ele se cava em seu para-aquém, visto que, como demanda incondicional da presença e da ausência, ela evoca a falta-a-ser sob as três figuras do nada que constitui a base da demanda de amor, do ódio que vem a negar o ser do outro e do indizível daquilo que é ignorado em seu pleito (Lacan, 1958/1998, p. 635).

Ao queixar-se de ser tratado como um cachorro, o Sr. José parece justamente evocar uma dessas figuras do nada a que ele se sente reduzido, não somente na condição atual de privação, mas já desde sua origem. A figura do cachorro aqui não parece uma replicação de sua imagem ao mamar nas tetas da cabrita, que marca a exclusão de sua existência como humano? O não reconhecimento de sua humanidade não implica justamente já estar morto no nível simbólico?

Lacan (1957-1958/1999, p. 497) salienta que o que está no horizonte do obsessivo é uma demanda de morte. Assim como o sujeito histórico tem como questão central sua posição no universo da sexuação – “sou homem ou sou mulher?” –, para o sujeito obsessivo, a questão é existencial: “Estou vivo ou estou morto?” (Quinet, 1991/2002, p. 25). Pois o Sr. José parece estar sempre às voltas com essa questão, como ele mesmo indica ao comparar-se ao personagem Chicó. Parece dar mostras quanto a tal dúvida pelo seu jeito de funcionar no mundo.

Para Lacan (1957-1958/1999), algo de certa demanda de morte parece sempre tornar-se presente para o obsessivo. Ele esclarece, porém, que:

Demanda de morte não é, pura e simplesmente, tendência mortífera. Trata-se de uma demanda articulada e, pelo simples fato de ser articulada, ela não se produz no nível da relação imaginária com o outro, não é uma relação dual, mas visa, além do outro imaginário, seu ser simbolizado, e é também por isso que ela é presentida e vivida pelo sujeito em seu retorno. É que o sujeito, por ser um sujeito falante, e unicamente por essa razão, não pode atingir o Outro sem atingir a si mesmo, de modo que a demanda de morte é a morte da demanda (Lacan, 1957-1958/1999, p. 513).

Podemos destacar, nesse ponto, mais uma especificidade do caso em análise. Não parece existir aqui algo de problemático na simbolização dessa demanda de morte? Para o Sr. José, essa demanda não se resolve no campo simbólico, por onde ela se transformaria numa morte da demanda, mas deixa sobreviver certa tendência mortífera. Não quer dizer, no entanto, que esse ponto destacado por Lacan não se aplique ao presente caso. A questão é que, além da demanda obsessiva característica, nesse caso parece haver uma invasão de gozo, que poderia fazer com que esse conflito, essa relação imaginária despontasse com maior força.

De toda forma, para além das compulsões destacadas diante da situação de privação, os dezenove episódios de coma mostram ainda um outro aspecto desse laço obsessivo com a morte. A exemplo do que se mostra nesse caso, Lacan considera que o que está no horizonte do gozo do obsessivo é a morte. “Mas a morte”, indica Lacan, (1960/1998, p. 824), “justamente por estar impressa na função do desafio, [...] mostra, ao mesmo tempo, o que é elidido tanto de uma regra prévia quanto do

regulamento conclusivo. Pois é preciso, afinal de contas, que o vencido não pereça, para que se produza um escravo”.

Essa pista pode nos ajudar a elucidar certa posição de gozo desse sujeito, fixado por sua fantasia, e que sustenta o seu sintoma, esse sintoma que sempre o coloca diante da morte. Alguns significantes permeiam com muita frequência a fala do Sr. José, tais como “eu não posso”, “dependo do remédio”, “o médico é quem sabe”, “eu tenho que controlar”, mas, o mais pungente, sem dúvida, é o significante “morte”. É possível entrever em seu relato certo orgulho por ter enfrentado a morte tantas vezes, como se essa fosse sua forma de certificar-se de que está vivo.

A analista, nesse caso, é por ele colocada nesse lugar descrito por Lacan (1957-1958/1999, p. 431) do espectador “que contabiliza os golpes e que dirá sobre o sujeito: *Decididamente [...], ele é um durão!*”. Se, por um lado, o paciente se coloca diante da morte nessa posição de desafio, essa sensação subjetiva de vencer a morte não é de modo algum incompatível com a posição de submissão que é própria ao escravo.

Lacan (1957-1958/1999, p. 507) afirma que a agressividade parece ser um elemento fundamental no horizonte de toda demanda do sujeito obsessivo, criando obstáculos “à articulação de sua demanda por ele”. Essa agressividade, porém, mascara uma outra, menos agradável: a agressividade do escravo, que responde à frustração de seu trabalho com um desejo de morte (Lacan, 1953/1998, p. 251). No caso do Sr. José, quão agressivos podem ser considerados os seus atos! Beber água, amiúde, até se afogar no líquido do pulmão, comer compulsivamente, até entrar em coma devido à glicose atingir a medida de >999 mg/l de sangue (o máximo mensurável), tais ações ilustram bem a expressão dessa agressividade, que se resolve em um pungente anseio de morte.

Embora essa agressividade acabe voltando-se contra o próprio sujeito, Lacan sugere que essa demanda de morte, no obsessivo, estaria ligada a certa relação especular destrutiva com o Outro e, em primeiro plano, com o desejo do Outro como um ponto que permite ao próprio sujeito se articular (Lacan, 1957-1958/1999, p. 497). A referência aqui é a dialética hegeliana do Senhor e do Escravo que, no seminário sobre o mito individual do neurótico, é articulada por Lacan (1952/2008) à mediação da morte como o Senhor absoluto.

O paradoxo destacado é o mesmo que podemos vislumbrar no presente caso clínico: ao mesmo tempo que o confronto com a morte destaca a dimensão da agressividade que coloca o sujeito em risco, também é um meio para a obtenção de reconhecimento. Mas, para que a dialética desse confronto mortal, que Lacan (1952/2008, p. 43) qualifica como uma “luta por puro prestígio”, possa desenvolver-se, “é preciso que a morte não se realize, pois o movimento dialético cessaria por falta de combatentes, é preciso que ela seja imaginada. Com efeito, é da morte, imaginada, imaginária, que se trata na relação narcísica”.

É preciso, entretanto, não confundir essa atribuição imaginária com uma desvalorização da experiência. As reiteradas situações de coma e outros riscos de morte vêm justamente suplementar a consistência imaginária desse fantasma da morte que assola todos nós, de modo que se torna difícil para o sujeito escapar de ser apreendido por esse confronto.

Lacan (1957-1958/1999, p. 428) também acentua que o obsessivo está sempre pedindo alguma permissão. E pedir permissão é, justamente, ter como sujeito uma certa relação com a própria demanda, é colocar-se na mais extrema dependência do Outro, que funciona como espectador. Recusa e permissão implicam-se mutuamente. Embora o confronto subjetivo remeta ao imaginário, ele não é sem essa relação com aqueles que ocupam o lugar de Outro para o sujeito. São, aliás, os próprios confrontos com essas figuras que reeditam os termos da luta. Nesse sentido, o Sr. José parece proceder exatamente assim: ele pede permissão a todos que o cercam quanto ao que deve ou não ingerir, ao mesmo tempo que escamoteia essa autorização, recusando qualquer forma de intervenção que vise a ajudá-lo a cumprir as regras ou demandas apresentadas.

O objetivo essencial é, com certeza, a manutenção do Outro (Lacan, 1957-1958/1999, p. 432), a quem o sujeito se submete na posição de escravo. Assim, a ideia da relação com o outro é sempre solicitada por um deslizamento que tende a reduzir o desejo à demanda (Lacan, 1957-1958/1999, p. 428). “O que o obsessivo quer manter, acima de tudo, sem dar a impressão disso, com um jeito de quem almeja outra coisa, é esse Outro onde as coisas se articulam em termos de significante” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 431-432). Da lista de restrições exibida na parede às prescrições dos 40 comprimidos, tudo isso pode ser tomado como razões para sua omissão quanto ao desejo.

Para manter então o Outro nesse lugar, instituindo-o como um Grande Outro inteiro, o obsessivo recorre a uma outra estratégia, que é destacada por Gazzola (2005, p. 65) nesses termos: “O obsessivo tem necessidade de uma garantia do lado do saber, postulando o Outro como aquele que sabe”. Para o Sr. José, o Outro sabe tudo sobre seu corpo; os médicos, enfermeiros, nutricionistas, todos sempre detinham um saber completo e irrefutável sobre o que o acometia: “Com o que eu vou tomar os 40 comprimidos do dia? Com farinha? Mas tá certo... ele sabe das coisas, ele é médico”. Por mais que diante da analista se permita imputar, com um pouco de ironia, certa incoerência ao Outro, a conclusão ainda assim destaca sua impotência diante desse Outro do saber.

Lacan também nos alerta que o encontro do desejo do sujeito como desejo do Outro está sujeito a acidentes, e é nisso, segundo ele, que se vê funcionar o significante falo no sujeito colocado em condições atípicas (Lacan, 1957-1958/1999, p. 496). A relação do obsessivo com a imagem do outro consiste, precisamente, no falo significante, na medida em que ele está sempre ameaçado de destruição por estar preso numa denegação de encontrá-lo na relação com o Outro. Lacan (1957-1958/1999, p. 500) afirma:

Em todo obsessivo, homem ou mulher, vocês sempre verão surgir, num momento de sua história, o seu papel essencial na sua identificação com um outro, um semelhante, um colega, um irmão pouco mais velho, um companheiro contemporâneo que, na totalidade dos casos, tem em seu favor o prestígio de ser mais viril, de ter o poder. O falo aparece aqui não sob sua forma simbólica, mas imaginária. Digamos que o sujeito se complementa com uma imagem mais forte do que ele, uma imagem de potência.

De fato, não há nenhum prestígio no confronto com o outro, se ele não se mostra à altura. No caso do Sr. José, essa imagem potente se presentifica a todo instante, seja no médico que o atende – tudo o que este diz para ele é lei, ainda que uma lei a ser burlada –, seja nos relatos, por exemplo, em que ele se refere ao irmão mais velho, a quem ele considera como o “pai” que o criou. Sempre esse irmão, já falecido, vem à tona quando o Sr. José precisa se valer de uma posição fálica. Como em sua resposta a um questionamento em relação ao tabagismo:

Parei de fumar quando decepei a perna, e o médico me mandou parar, senão o buraco não cicatrizaria. Ainda bem que parei, senão já estaria

morto numa hora dessas. Fumei desde os 17 anos, e comecei escondido do meu irmão. Um dia, ele me viu com um cigarro na boca e me mandou apagar. Disse que eu não tinha pai, era criado por ele, e só ia fumar quando tivesse dinheiro pra sustentar meu vício. Eu quase engoli o cigarro, de tanta vergonha. Meu irmão era um bitelo de homem alto, forte, bravo, e o que ele falava era lei. Quando fiz 18 anos e arrumei um emprego na carvoeira, a primeira coisa que fiz com o primeiro salário foi comprar oito pacotes fechados de cigarro. Fumei um maço inteirinho de uma só vez, pois agora tinha como sustentar meu vício. Fumava três maços de cigarro por dia, mas nunca mais fumei com meu irmão. Fumava do lado dele, mas não aceitava cigarro que ele me oferecia. O que ele me falou naquele dia virou lei, obedeci pro resto da vida.

Esse relato nos remete a toda a questão levantada por Freud em relação à dívida simbólica. Um imperativo, um dever que é associado à lei, mas como um dever subjetivo. Sua permissão para gozar é, então, condicionada ao pagamento de uma dívida simbólica, como no imbricado caso dos óculos do Homem dos ratos. Gazzola (2005, p. 64) destaca que essa dívida ele herda do pai, “tentando pagá-la em seu lugar, expiar sua falta. O pai, desembaraçado de seu pecado, poderia então ter acesso ao lugar de pai simbólico”.

Se o pai lhe faltou desde muito cedo, o Sr. José assume essa dívida impondo-se o dever de não faltar em relação às próprias filhas. Mas essa imposição de não deixar aparecer a falha paterna se reedita a partir da fala do irmão, que se coloca para ele como o substituto do pai e cuja fala presentifica o fantasma do pai que o proíbe de gozar. A proibição não é suspensa senão mediante a assunção de um símbolo fálico que o coloque à altura desse irmão: o salário como signo de certa independência que nunca se consolida. A simples aceitação de um cigarro vindo desse irmão já seria suficiente para colocá-lo novamente na posição de devedor, de alguém que perdeu sua potência fálica.

Segundo Lacan (1957-1958/1999, p. 418), o falo significa, para o sujeito, seu auge, seu ponto de equilíbrio. É o significante por excelência da relação do homem com o significado e, em vista disso, acha-se numa posição privilegiada. Gazzola (2005, p. 28) afirma que a representação do sujeito pelo viés do falo, ou identificação fálica, repousa inteiramente sobre uma falta. Em matéria de falo, afirma ele, “não há totalidade

possível”. Mesmo assim, o obsessivo “imprime, sobre cada objeto de seu mundo, um significante carregado de valor fálico” (Gazzola, 2005, p. 38), talvez como forma de saldar essa dívida impagável.

Ao se valer da função fálica, o obsessivo funcionaria, na ilustração de Gazzola (2005, p. 29), como um contrabandista, pois ele deixaria no campo do Outro o gozo que não pode importar para si, dada a alfândega da castração, e, em contrapartida, experimentaria esse gozo de forma intrusa, estrangeira (e em excesso), no seu corpo.

O relato descrito acima vem corroborar esse raciocínio, em que o Sr. José se vale da função fálica para permitir-se acessar o gozo, por contrabando, ao afirmar que só fuma porque agora ele pode sustentar o vício. O Sr. José, face ao mistério do gozo, tenta torná-lo mais manejável pela via do falo, mas este, por sua própria condição de fragilidade, por estar constantemente ameaçado, não é suficiente para evitar seu caráter intrusivo e compulsivo. Vemos esse gozo por contrabando tornar-se excessivo não apenas nessa situação do excesso de cigarros, mas também no excesso de água e de carne quando estão proibidos.

A função fálica se introduz assim, na teoria lacaniana, no coração da identificação, e a partir do gozo. Em outras palavras, ela traduz a tomada em consideração da incidência do significante sobre o gozo. O falo faz, quanto ao gozo, ponto de estofo entre o simbólico e o imaginário (Gazzola, 2005, p. 20-21). Mas, como já destacamos, na economia subjetiva do obsessivo, o gozo é experimentado como excessivo ou estrangeiro. Nesse sentido, Gazzola (2005, p. 31) nos lembra, ainda, que:

Desde Freud, a neurose obsessiva foi entendida como a neurose na qual o gozo consegue suplantar a defesa. Os bem conhecidos “mecanismos de defesa” do obsessivo nada mais são do que tentativas de conjurar esta ameaça, mas o resultado é apenas parcial. Isso obriga o obsessivo a reforçar sua estratégia e procurar outros meios de barrar o excesso. Esses outros meios guardam igualmente uma relação com o falo.

Confrontado com a escolha, “o obsessivo escolhe a dúvida, ele não se mexe” (Gazzola, 2005, p. 66). Faz o papel de morto, para não ter que engajar o seu desejo e, ao mesmo tempo, tentar recuperar-se de uma escolha que não foi sua. Ele acredita poder burlar a morte, como faz constantemente o Sr. José, como forma de obter um crédito de reconhecimento perante o Outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já exposto, o caso aqui analisado se refere a um atendimento psicológico no âmbito hospitalar, com duração de nove sessões, com previsão de interrupção do tratamento condicionada a alta ou falecimento do paciente. Dessa forma, não havia uma pretensão de possibilitar ao sujeito a conclusão de sua análise, mas apenas oferecer-lhe condições para que pudesse se posicionar frente ao seu sintoma, a partir do bordejamento dos significantes a ele atrelados. Abrir essa dimensão do desejo na fala para o paciente seria uma forma de aplacar a necessidade de repetição.

Como propõe Bispo (2012, p. 158), é para permitir ao sujeito afrouxar um pouco essa relação com o gozo, ou, dito de outro modo, “atarem um pouco o nó do gozo com a fala, que a prática da psicanálise valoriza tanto a enunciação da fala, em detrimento dos enunciados que se fixam pelo saber”, aos quais o sujeito já se encontra historicamente subjugado. Esse processo de análise poderia ser pensado, então, como a possibilidade encontrada pelo sujeito para percorrer seus processos identificatórios de maneira a livrar-se um pouco do peso do Outro, que o obsessivo faz questão de sustentar.

Dito de outra forma, a análise serviria no sentido de possibilitar ao sujeito lidar melhor com as questões que lhe concernem e o consternam, e a cura analítica poderia operar no sentido de permitir a significação retroativa ao que permaneceu opaco para o sujeito em uma dada experiência. A razão de isso ser opaco, nos diz Lacan (1957-1958/1999, p. 488), “é que nele há alguma coisa que não conhecemos, e que nos separa de sua resposta à nossa demanda. Isso não é outra coisa senão o que se chama seu desejo”.

No caso específico da análise do sujeito obsessivo, afirma Gazzola (2005, p.58), “uma elaboração que merece verdadeiramente o título de central consiste em retraçar a via pela qual o gozo foi perdido pelo sujeito”, ou seja, “conduzir o sujeito a situar o vazio do *objeto a*” (Gazzola, 2005, p. 62). Só se pode avançar ao final da análise se “for possível a estruturação do sujeito do desejo” (Gazzola, 2005, p. 26).

Lacan (1958/1998, p. 640) aborda a importância de preservar o lugar do desejo na direção do tratamento, o que requer que esse lugar seja orientado

em relação aos efeitos da demanda, os únicos concebidos como princípio do poder da análise. Se, pela análise, o sujeito for conduzido na contracorrente de sua estratégia neurótica obsessiva, de modo que possa se dar conta de que não é mais obrigado a se esvaziar, a portar o semblante fálico, então ele poderá chegar a uma certa pacificação (Gazzola, 2005, p. 39).

Talvez para a maioria das pessoas, falar em desejo diante de situações mórbidas tão graves como a que enfrenta o Sr. José durante esses longos anos seria impensável. A urgência da situação de saúde parece induzir todos a ratificar as estratégias de anulação subjetiva, como se, diante da iminência de morte, não se pudesse levantar nenhum questionamento sobre o que precisa ser feito. Mas 23 anos não seria tempo de vida suficiente para que o Sr. José pudesse se dar ao luxo de viver? Morrer a conta-gotas seria sua única possibilidade?

Enfim, pode parecer, às vezes, pelo modo como Lacan fala das estratégias obsessivas, que estaríamos minimizando a gravidade da situação, como se os empecilhos enfrentados pelo Sr. José fossem puramente imaginários ou neuróticos. Obviamente que não. Trata-se, aqui, justamente do movimento contrário: diante de situações de saúde tão graves, em que parece justificável para todos a necessidade de renúncia subjetiva para evitar a morte, é que se faz urgente e preciso lançar interrogações que dialetizem essa necessidade de viver como um morto vivo. Se isso não se faz pela via do simbólico, pela possibilidade de expressão subjetiva, o sujeito será compelido a revoltar-se em seus atos, de forma compulsiva e repetitiva, no que será lido sempre como uma resistência ao tratamento. Nesse sentido, a escuta psicanalítica nesse espaço de urgências e emergências é fundamental para se resgatar a dignidade própria da vida subjetiva.

## REFERÊNCIAS

- Bispo, F. S. (2012). *A ética da contingência: a lógica da ética da psicanálise*. Curitiba: Juruá.
- Freud, S. (1996). Carta 52 (6 de dezembro de 1896). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1896)
- Freud, S. (1996). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. X. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909)
- Gazzola, L. R. (2005). *Estratégias na neurose obsessiva* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original realizado em 1969-1970)
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original realizado em 1956-1957)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original realizado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2008). *O mito individual do neurótico ou Poesia e verdade na neurose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Conferência original proferida em 1952)
- Lacan, J. (2013). *Le séminaire, livre VI: le désir et son interprétation. Éditions de La Martinière, Le Champ Freudien*. (Seminário original realizado em 1958-1959)
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*, 4a ed. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982)

Quinet, A. (2002). *As 4+1 condições da análise*, 9a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1991)

## NOTAS

- <sup>1</sup> Nome fictício, em preservação ao sigilo.
- <sup>2</sup> Os valores de referência para a glicose no sangue (glicemia de jejum) devem oscilar entre 70 e 100 mg/l.
- <sup>3</sup> Em referência ao personagem Chicó do filme brasileiro *O auto da compadecida*, de Guel Arraes (2000), baseado na peça teatral homônima de Ariano Suassuna (1955). Chicó é um rapaz que ora aparece morto, ora aparece vivo e, por isso, seu amigo João Grilo comenta: “Tá vivo, tá morto... tá morto, tá vivo!”.
- <sup>4</sup> Refere-se ao grafo do desejo, exposto na Fig. 1 em sua forma incompleta, e trabalhado por Lacan, por exemplo, no texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo”, publicado nos *Escritos* (Lacan, 1960/1998, p. 822), e também no anexo A do *Seminário 5* (Lacan, 1957-58/1999, p. 525).
- <sup>4</sup> “L’obsessionnel est quelqu’un qui n’est jamais véritablement là où quelque chose est en jeu qui pourrait être appelé son desir” (Lacan, 1958-59/2013, p. 505-506).

Recebido em 14 de novembro de 2017

Aceito para publicação em 07 de maio de 2018

## QUAL O CORPO DEFICIENTE? PRESSUPOSTOS ONTOLÓGICOS E PRÁTICAS DE TRATAMENTO

*Diego Rodrigues Silva\**

*Leia Prizskulnik\*\**

*Eliana Herzberg\*\*\**

### RESUMO

O corpo é um tema complexo e presente em diferentes campos que constroem modelos a partir de seus pressupostos ontológicos. A deficiência, enquanto quadro que traz prejuízos no corpo, vem romper com tais modelos e é importante saber como cada área se posiciona frente à deficiência cuja marca é a diferença. Este artigo busca contrastar diferentes pressupostos ontológicos sobre o corpo deficiente e seus desdobramentos nas formas de tratamento. O percurso perpassou o corpo natural da Grécia antiga, corpo habitado pela alma na Idade Média, corpo funcional no contexto científico atual e o corpo proposto pela Psicanálise, e indicou qual a proposta de cada um, principalmente, para o tratamento. Conclui-se apontando para a reflexão acerca das bases que fundamentam as propostas de atenção ao sujeito com corpo deficiente de modo a preconizar o diálogo entre as equipes de profissionais da saúde.

Palavras-chave: corpo; deficiência; psicanálise; práticas em saúde.

---

\* Psicanalista. Graduado em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Psicologia Clínica e doutorando em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES.

\*\* Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Professora Decana. Docente, pesquisadora e orientadora da Graduação e da Pós-Graduação. Psicóloga Clínica. Psicanalista.

\*\*\* Professora Doutora do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Docente, pesquisadora e orientadora da Graduação e da Pós-Graduação. Psicóloga Clínica.

## WHAT IS THE DISABLED BODY? ONTOLOGICAL ASSUMPTIONS AND TREATMENT PRACTICES

### ABSTRACT

*Body is a complex subject and present in different fields that propose models from their ontological presuppositions. The disability, while brings damage for the body, comes to break with that constructed models, so it is important to know how each area is positioned face the disability, where difference itself is the feature. This article aims to highlight different ontological assumptions about the disabled body and its forms of treatment. The course covered the natural body of ancient Greece, followed by a body resided by the soul in the Middle Ages, then a functional body in the current scientific context and finally a body proposed by psychoanalysis. It concludes pointing to the reflection on the bases that sustain the proposals of attention to the people with disabled body, in order to recommend the dialogue between the teams of health professionals.*

*Keywords: body; disability; psychoanalysis; health practices.*

## ¿QUE CUERPO DEFICIENTE? PRÁCTICAS DE TRATAMIENTO Y SUPUESTOS ONTOLÓGICOS

### RESUMEN

*Cuerpo es un complejo tema y presente en diferentes ámbitos que construyen modelos de sus supuestos ontológicos. La deficiencia, mientras trae prejuicios por el cuerpo, rompe estos modelos, así es importante saber cómo cada área es posicionado contra deficiencias cuya marca y diferencia. Este artículo pretende comparar diferentes supuestos ontológicos sobre el cuerpo deficiente y sus despliegues en las formas de tratamiento. El recorrido a través de cuerpo natural de la Grecia antigua, cuerpo habitado por el alma en la Edad Media por la, Cuerpo funcional sin contexto científico actual y el cuerpo propuesto por el psicoanálisis y que indicó la propuesta de tratamiento. Concluye-es punto de reflexión en la base, como la dirección de atención a las cuestiones con indicado, con el fin de defender o diálogo entre equipos de profesionales de la salud.*

*Palabras clave: cuerpo; deficiencia; psicoanálisis; prácticas en salud.*

A Igreja diz: o corpo é uma culpa. A Ciência diz: o corpo é uma máquina. A publicidade diz: o corpo é um negócio.  
E o corpo diz: eu sou uma festa.  
Eduardo Galeano (1994)

A citação acima instala o questionamento, de maneira estética e crítica ao mesmo tempo, de uma temática complexa: o corpo. Como uma imagem, ilustra de maneira simples o que esses diferentes campos citados – igreja, ciência e publicidade – não conseguem contemplar de dentro de sua visão: a multiplicidade de sentidos sobre o corpo. Talvez, apenas observando-os externamente seja possível verificar que cada um fala/trata de um corpo diferente. Mais ainda, que cada um destes “corpos” compreende o Corpo dentro de sua totalidade.

Perez (2009) discute que a natureza humana não se restringe à causalidade linear proposta pela biologia, que concebe o corpo como uma propriedade do homem. Trata-se de uma perspectiva, tal como pode ser a da determinação humana por uma ideia prática, em que o homem é senhor de seu corpo, mudando da relação de propriedade para a da autonomia. Outra perspectiva seria a proposta da psicanálise em que a determinação é da ética do desejo e o corpo se relaciona consigo e com os demais corpos. O autor promove essa discussão a partir de diferentes pressupostos para problematizar a relação do corpo com a lei (da linguagem, da cultura) e com o papel regulador do Estado. Essa proposta de compreensão do autor pode ser utilizada para discutir a atuação dos profissionais, no modo como os diferentes sentidos sobre o corpo sustentam suas diferentes práticas.

Se o corpo é pauta para um debate, o que dizer de quando aquele escapa ao que a ciência, a publicidade e outras áreas concebem como “corpo normal”? Se um corpo foge à lógica básica de onde partem para realizar suas ações específicas, como procedem? O corpo deficiente parece vir como um desses possíveis elementos perturbadores, expondo corpos fora das diretrizes de normatização e que denunciam a imperfeição humana (Amaral, 1994). Assim, mais uma indagação pode ser feita. Como os sujeitos que habitam esses corpos são atravessados pelos diferentes discursos e quais seus respectivos efeitos?

Buscando na literatura, a utilização do conceito-base de deficiência, advindo da legislação, afirma que é “toda perda ou anormalidade de

uma estrutura e/ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (Brasil, 1999). Cabe destacar a presença dos termos “anormalidade”, “padrão” e “normal”, referências importantes de onde parte a definição. Também, ressalta-se que a “anormalidade” deva ser limitadora na relação do sujeito com a deficiência no ambiente em que vive. Ainda que o texto mencione “psicológica”, o fisiológico e o anatômico são preconizados se considerarmos as categorias deficiência visual, auditiva, física e intelectual. É do corpo que se trata. É o corpo alterado que marca a *deficiência* e é a alteração no corpo que marca a *pessoa com deficiência*. Essa é uma baliza que se fará presente nos pressupostos que sustentam os diferentes tratamentos que se oferecem a essa população “deficiente”.

O cuidado é ao corpo alterado (ou imperfeito), tal como este se dá em cada contexto. Nesta linha, Separavich e Canesqui (2010) apontam que há uma relação entre a concepção de corpo vigente e as formas de atenção subjacentes, não apenas no meio profissional, mas também nos modos de cuidado que são disseminados na vida cotidiana.

A expressão “pessoa com deficiência” vem sendo questionada por alguns autores. Colin Barnes, um dos fundadores do modelo social da deficiência (social model of disability) no Reino Unido, dá uma guinada teórica e política nos estudos sobre deficiência e crítica a linguagem proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para as políticas públicas sobre deficiência, favorecendo a compreensão do corpo deficiente como uma expressão da diversidade humana (Diniz, 2013). Para ele,

Se usamos a expressão – e eu sei que isso é problemático para além do Reino Unido – “pessoas com deficiência”, indicamos ser este um problema individual. Agora, se é dito “pessoas deficientes”, então “deficiente” significa deficiente. Mas a forma como se descreve que elas se tornaram deficientes está aberta à discussão. É possível dizer: “Bem, elas são deficientes por causa do impedimento”. Eu preferiria dizer: “Essas pessoas são deficientes por causa da sociedade (Diniz, 2013, p. 237).

Sendo assim, este artigo vai usar as expressões “pessoa deficiente” e “corpo deficiente”.

O objetivo deste trabalho é contrastar diferentes sentidos sobre o corpo deficiente e seus desdobramentos nas formas de tratamento. Considera-se que tal discussão possa ampliar a compreensão sobre o corpo, reposicionando os profissionais em direção ao diálogo entre diferentes campos de estudos. Seguindo Separavich e Canesqui (2010), se a lente pela qual o corpo é visto (e estudado) incide sobre a prática dos diferentes profissionais que se ocupam das pessoas deficientes, discussões podem fomentar subsídios para uma ação alinhada ao que se entende por saúde integral.

## DE QUE CORPO SE TRATA? UM POUCO DA HISTÓRIA

Para se conhecer os sentidos construídos para o corpo humano no presente, será necessário fazer uma caminhada, ainda que breve, pela História e observar as diferentes formas de tratar o corpo (Barbosa, Matos & Costa, 2011).

Amaral (1995) realiza uma revisão histórica da deficiência, indo até a Grécia antiga. Desde as narrativas de Heródoto, lê-se sobre uma mulher dita manca que não podia ser aceita para ser desposada por nenhum homem dada sua condição. No contexto greco-romano, as pessoas deficientes eram mortas, por ordem do Estado, ou abandonadas. Nesse segundo caso, poderiam ser usadas para a mendicância por membros da plebe. A autora refere que em Platão há menção sobre deixar que morram os “corporalmente defeituosos”, menção essa que encontra coró em Aristóteles. Desse modo, apreende-se o corpo enquanto belo e harmonioso, fruto da natureza, que, por sua vez, também produz corpos deformados que não merecem viver, o que justifica as práticas de morte e abandono como forma de intervenção.

Avançando no contexto religioso da Idade Média, a proposta anterior para as pessoas deficientes se mantém. Amaral (1995) encontra no Antigo Testamento referência à deficiência enquanto forma de castigo. Tal relação se mostra, por exemplo, no ato de arrancar os olhos devido a um sentimento de culpa frente a um pecado (transgressão), o que se estende para outras modalidades de mutilação do corpo que correlacionam questões morais como o roubo, adultério e calúnia. Com o advento do cristianismo, observa-se que a Igreja reconhece uma alma

na pessoa deficiente, mas pende entre a presença de Deus e do Demônio. A compreensão é a de um corpo-suporte habitado por uma alma que pode se direcionar para o bem ou para o mal. No primeiro caso, a pessoa deficiente era alvo da caridade, no segundo, a intervenção era o açoite. Ressalta-se que o objeto focado era a alma, ainda que o corpo fosse o meio passível de afetá-la.

Dada a preocupação com a continuação da linha familiar na Idade Média, inicia-se um aumento da atenção à higiene e a saúde física das crianças (sem deficiência), buscando evitar a mortalidade e zelando pelo corpo daqueles que viriam a dar prosseguimento às famílias. Tal mudança pode ser compreendida na transição para a Modernidade em que o pensamento religioso dá lugar ao pensamento científico (Pinheiro, 2003).

A deficiência no início da ciência moderna começa a ser estudada com Paracelso e Cardano no século XVI (Amaral, 1995). Ambos, médicos e alquimistas, buscam localizar a deficiência intelectual em bases neuroanatômicas e assim justificam a legitimidade de um tratamento. Esse ponto traça o caminho que se seguirá a partir do modelo científico (ver adiante). Como avanço deste, a deficiência passa do estatuto de doença para o de uma condição de saúde. Por outro lado, a herança histórica resiste ao tempo e se altera com as modificações do contexto sociocultural. Nas quatro primeiras décadas do século XX, aparecem sérias advertências quanto aos riscos advindos da deficiência enquanto potencial de degeneração humana. A partir dessa concepção, sustentam-se as práticas eugênicas de esterilização e segregação (para uma discussão pormenorizada do tema ver Miskolci, 2003).

Nessa oscilação, encontram-se, com o avançar das décadas, posturas organicistas, interacionistas e holísticas partindo de diferentes profissionais. De maneira resumida, partiram-se da marginalização para o assistencialismo, então para a educação, reabilitação e integração social, atendendo aos diferentes momentos sócio-históricos e políticos, com seus respectivos movimentos e propostas (Amaral, 1995).

## **A PROPOSTA CIENTÍFICA MODERNA: CORPO NORMAL E SAUDÁVEL**

Sendo o modelo científico vigente no contexto atual, cabe um breve esclarecimento sobre quais são seus pressupostos, suas formas de conceber o corpo e a consequente terapêutica para a deficiência que se segue.

Chauí (1996) define que a ciência tem por característica ser objetiva, buscando estruturas universais. Quantitativa, ela enfatiza medidas, padrões e critérios para comparar e avaliar o que é visto como destoante. Homogênea, ela visa leis gerais de funcionamento dos fenômenos, ainda que pareçam diferentes da experiência sensorial. Generalizadora, reúne individualidades diferentes sob as mesmas leis e critérios. Procura explicações racionais, claras e simples, preconizando as explicações obtidas pelos fatos estudados.

Nessa lógica, o corpo é concebido por uma automaticidade biológica. Fruto das ideias de Descartes, no século XVII, momento em que a mecânica e a anatomia ganhavam espaço, o corpo é visto a partir do dualismo mente-corpo. Desse modo, tem-se o corpo como uma máquina (Scliar, 2007). O modelo transpõe a racionalidade das máquinas produzidas pelo homem para o próprio funcionamento do corpo do homem. Configura-se um todo organizado por diferentes partes que se somam seguindo a causalidade linear. Como exemplo, basta pensar o coração como uma bomba hidráulica e o fígado como um filtro. Na lógica da máquina, o corpo se torna um equipamento do sujeito, algo a ser aprimorado, modificado e corrigido (Separavich, & Canesqui, 2010; Barbosa et al., 2011).

Vemos assim como a ciência e seus pressupostos se instrumentalizam na atuação de profissionais, principalmente os da área da saúde. Alguns desses profissionais desenvolvem suas práticas para atender a demanda de controle da população, medindo as taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida e ocorrência de doenças. Assim, tomando como objeto o corpo enquanto máquina, tornam-se passíveis o controle e a regulação (Miskolci, 2003), importantes para as formulações de políticas públicas, mas insuficientes quando a proposta é cuidar e tratar de pacientes.

Sustentar tal concepção não se dá sem consequências e tampouco se consegue levar em termos estritos o ideal do modelo científico. Siqueira (2011) e Legnani e Almeida (2008) bem ilustram a ausência de neutralidade do modelo científico em suas propostas de compreensão e tratamento atuais. A título de exemplo, remete-se o leitor a esses trabalhos, justamente por sua discussão quanto a uma proposta unívoca de explicação dos fenômenos humanos atendendo a questões políticas, ideológicas e econômicas. Sob essa égide, o corpo e seus movimentos

são tomados a partir da mecânica neuronal e neuropsicológica, em que determinadas regiões cerebrais promovem determinadas funções dada a configuração do sistema nervoso e dos estímulos do ambiente. Logo, o tratamento respectivo preconizado é o medicamentoso e as intervenções sobre os comportamentos em si mesmos, buscando a remissão de sintomas e alcance de um estado normo-padrão. Não se busca aqui enveredar para críticas em relação às concepções/práticas que se fundamentam nos conhecimentos científicos, mas de depreender da discussão um modo particular com que se compreende o corpo e se propõe um tratamento a partir dessa compreensão dentro de um contexto sociocultural específico.

Tratando do contexto sócio-econômico-cultural atual, encontra-se um elemento complicador adicional. A noção de corpo-máquina acompanha, historicamente, o início do mercantilismo, o estado-nação e a política sanitária. Em um primeiro momento, o corpo é visto como coletividade produtiva para a prosperidade nacional. Adiante, o corpo se transforma em objeto portador de direito individual, do qual o Estado deveria garantir saúde e felicidade. E chega ao contexto que culmina nos dias atuais, em que há uma necessidade obsessiva de saúde que se materializa na experiência do corpo, necessidade que pode até trazer efeitos iatrogênicos. Assim, o campo científico e os ideais culturais no contexto atual constituem um corpo-produto que deve ser consumido e é consumidor. De maneira simplificada, pode-se dizer que as práticas irão se inserir como produtos para o *upgrade* do corpo em direção ao belo e produtivo (Nogueira, 2003).

[...] a padronização dos conceitos de beleza, ancorada pela necessidade de consumo criada pelas novas tecnologias e homogeneizada pela lógica da produção, foi responsável por uma diminuição significativa na quantidade e na qualidade das vivências corporais do homem contemporâneo. Não se trata mais de aceitá-lo como ele é, mas sim de corrigi-lo e reconstruí-lo (Barbosa et al., 2011, p. 28).

Como afirmam Barbosa et al. (2011), se há vantagem por um lado, e se torna possível aumentar a sobrevivência e melhorar as condições de saúde, também se restringem as avaliações e outras possíveis intervenções, como apontamos anteriormente.

Ora, se no contexto atual é hegemônica a concepção de corpo enquanto uma máquina de molde padrão, esteticamente ajustada e com uma produtividade regular, qual o lugar do corpo deficiente? Por definição, viu-se que se trata do lugar “anormal”, não sendo algo incoerente se considerando os pressupostos ontológicos pelos quais é organizado o campo. Contudo, cabe questionar que propostas são oferecidas a partir dessa concepção e quais os efeitos que se pode alcançar com estas.

Enquanto proposta de intervenção para a deficiência tem-se a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2010). Esta sistematiza legalmente os serviços de saúde que devem ser disponibilizados a essa população. Assim, propõe como diretrizes a promoção de qualidade de vida, prevenção de deficiências e atenção integral. Ou seja, se insere na lógica do SUS de atenção biopsicossocial, não apenas restrita aos tratamentos de alta complexidade. Claramente, essa política expressa um avanço em direção às formas de intervenção que abarcam diferentes aspectos que perpassam o corpo (saúde, educação, trabalho, etc.).

O termo que se veicula nesse âmbito é a Reabilitação. Batista (2012) analisa que o termo percorre a história de tratamento das pessoas deficientes desde uma melhora das funções corporais até propostas de inclusão. A autora ainda cita o relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2012, para ilustrar a proposição de práticas que considerem as idiossincrasias de cada quadro de deficiência e os fatores ambientais, havendo um foco no indivíduo em sua complexidade. Contudo, questiona-se, junto à autora, se as concepções atuais de corpo e deficiência dariam conta de pôr em funcionamento um trabalho que ultrapassasse a reabilitação e considerasse as singularidades dos casos, levando em conta os fatores ambientais, o ambiente humano e, nestes, os fatores sociais.

Dados os pressupostos da ciência e sua ideologia de que “normal” para o individual é aquilo que se apresenta na maioria da população, torna-se difícil escapar ao imperativo de retorno/alcance de um estado normo-padrão. Miskolci (2003) mostra como o termo “normal” surge da intersecção entre sociologia e medicina, visando à classificação e a disciplina das pessoas a fim de conformá-las e organizá-las no modelo econômico-social. Desse modo, por si mesma, a norma desconstrói o singular para inseri-lo no coletivo (as estatísticas são ferramentas

importantes do processo). O resultado é que aquele que está fora da norma é tomado como patológico, e isso se torna um pressuposto, e dele derivam as propostas de tratamento pela via da reabilitação, da reorganização, como se, desde o início, todos participem de um mesmo ponto imaginário do qual podem retornar.

Essa compreensão se faz importante ao considerarmos os contextos vários em que as pessoas deficientes são atendidas. Há uma contradição de base em que as propostas de cuidado reafirmam uma condição que se torna de fato patológica. As dificuldades orgânicas são generalizadas para uma “deficiência” que vem marcar o sujeito não apenas em seu corpo, mas em seu psiquismo. Frente a esse impasse, pode-se pensar, seguindo a proposta deste artigo, que mudanças na perspectiva modificariam a atuação.

Logo, seria possível prosseguir com diferentes posicionamentos em relação ao corpo e suas respectivas práticas, tal como a das tribos da Nova Zelândia, da tradição chinesa, tibetana e da Umbanda, como ilustram Separavich e Canesqui (2010), sendo essa abertura a outras perspectivas uma forma de construir novas propostas de intervenção. Dentre as possíveis, será discutida a posição psicanalítica sobre o corpo como uma aposta de contribuição para o que se tem como proposta atualmente.

## O CORPO NA ABORDAGEM PSICANALÍTICA

Lacan (1966), psicanalista, atenta à configuração desse contexto em que a ciência atrelada à medicina produz uma concepção imaginária do corpo que desconsidera elementos fundamentais. Nomeia, assim, como falha epistemo-somática a hiância entre o modelo pelo qual o corpo é tomado e o que este comporta.

Pois aquilo que é excluído da relação epistemo-somática é justamente aquilo que vai propor a medicina o corpo em seu registro purificado; esse que se apresenta, ainda que se apresente pobre na festa em que o corpo irradiava ainda há pouco por ser inteiramente fotografado, radiografado, calibrado, diagramado e possível de ser condicionado, dados os recursos verdadeiramente extraordinários que possui, mas também, talvez este pobre traga uma chance vinda de longe, a saber, do exílio em que foi proscrito o corpo: a dicotomia cartesiana do pensamento e da extensão, que deixa completamente fora de sua apreensão, aquilo que não é o corpo que imagina, mas o corpo verdadeiro em sua natureza (Lacan, 1966, p. 6; tradução nossa).

Segundo Lacan (1966), esse corpo estudado pela medicina dita científica se apresenta em meio à dinâmica psíquica do sujeito, sendo necessário distinguir os elementos que se sobrepõem. A incursão do autor se inicia na retomada do direito a saúde para todos, que, atravessado pela lógica sociocultural em curso, se expressa como um direcionamento de demandas aos profissionais da saúde (no caso, o autor trata dos médicos). Demandas estas particulares e que guardam maior complexidade do que a de pedidos de restabelecimento de um estado de saúde anterior ou almejado. Lacan (1966) aponta que a demanda pode incluir o que for, inclusive, permanecer como doente.

A proposta de Lacan é levar em conta o sujeito do inconsciente, como proposto pela psicanálise, e abrir para o campo do desejo, desconhecido do próprio sujeito desejante. Desejo que tenta regulamentar as possibilidades de prazer, ao que o autor denomina gozo. Desse modo, define corpo como lugar de gozo: tensões que se exigem e se satisfazem com o próprio corpo (Lacan, 1966). Nesse sentido em que o corpo goza de si mesmo o objeto enfatizado é o sujeito e como este irá se relacionar com seu corpo/gozo.

A articulação do sujeito com seu corpo se inicia nos primeiros anos da vida. Durante o crescimento, o bebê ganharia certo controle sobre seu corpo, e isso acontece quando ele se depara com a imagem que o corpo possui. Trata-se de uma antecipação no desenvolvimento, em que a imagem virtual promove um domínio imaginário anterior ao domínio sobre sua unidade corporal, uma apreensão imaginária da unidade corporal que antecede a própria maturação fisiológica e motora do sujeito, inserindo, desde então, a marca de um estilo particular a cada movimento (Lacan, 1953-1954/1975). Lacan (1949/1998), no que estabeleceu como teoria do Estádio do Espelho, afirma que essa antecipação se refere à possibilidade de um bebê identificar-se com sua própria imagem. Trata-se de um momento inaugural, no qual o sujeito irá construir, a partir de uma primeira identificação com a imagem especular, uma *gestalt* do seu corpo. Tal identificação permite que possa, a partir de um corpo ainda dividido em diferentes partes desarticuladas e sem coordenação, ver uma forma completa do corpo enquanto unidade. Por sua vez, esta se constituirá como unidade para o próprio sujeito, fundamentando o que se entende como o Eu, e permitindo, também,

a partir da imagem corporal, que o bebê estabeleça uma diferença entre o seu corpo e o mundo exterior. Compreende-se assim que a função do Estádio do Espelho é “[...] estabelecer uma relação do organismo com sua realidade [...] do *Innenwelt* com o *Umwelt* [mundo interno com o mundo externo]” (Lacan, 1949/1998, p. 100; grifos do autor).

Dolto (1984/2015), psicanalista, também tem estudos acerca do corpo e da imagem corporal. Ela afirma que “[...] é o sujeito do desejo – enquanto não somente testemunha, mas também como ator de sua história, por intermédio do corpo – que assume carne neste corpo no dia da concepção de cada um” (Dolto, 1984/2015, p. 310). Assim, o corpo se encontra como lugar entre o sujeito e seu ambiente, na medida em que o esquema corporal (aparato orgânico) é tomado por significações, identificações e projeções advindas de uma imagem corporal constituída nas experiências do sujeito com o outro que lhe proporciona cuidados particularizados. O produto é uma vivência singular do corpo, de suas funções e movimentos.

Sistematizando, se o corpo encontra-se atrelado ao psiquismo do sujeito, é preciso distinguir como e de que formas se dão essas relações. A distinção de Lacan (1975-1976/2005) entre os três registros da realidade psíquica, a saber, o imaginário, simbólico e real, auxiliam nesse momento. Nasio (2009), psicanalista, se vale desse arcabouço teórico e descreve o corpo na psicanálise, seguindo os registros respectivamente. No primeiro, tem-se o corpo visto, apreendido como massa, silhueta, sombra, imagem perceptível de fora, cerne do Eu. No segundo, compreende-se o corpo marcado pela linguagem que tatum, nele, sentidos diversos e singulares. E no terceiro há o desejo aberto ao outro para dar e receber, e o gozo, como pura energia psíquica que se (des)gasta e se degrada inexoravelmente para ser usado e se desenvolver.

Dada essa concepção de corpo, a proposta de atuação para a área da deficiência se encontra no tratamento do sujeito. É na relação do sujeito com seu corpo e nos efeitos da fala sobre o corpo que incide a psicanálise. Dolto (1984/2015) indica isso ao considerar o trabalho com crianças:

Mas mesmo se essas crianças não recuperaram um esquema corporal são, integro do ponto de vista motor e neurológico, a enfermidade pode não afetar sua imagem do corpo: para tanto é necessário que [...] a relação com a mãe e o ambiente humano tenha permanecido flexível e satisfatório, sem muita angústia por parte dos pais (Dolto, 1984/2015, p. 11).

Observa-se que não há uma relação direta entre um aparato biológico prejudicado e uma imagem corporal prejudicada, visto que a forma como o sujeito irá se posicionar frente ao biológico é preponderante; uma imagem corporal íntegra ajuda o sujeito a se valer de outros recursos para suas necessidades. Os movimentos não se fecham em si mesmos, mas são tomados por sua função na dinâmica psíquica, fazendo do corpo meio e fim para se obter satisfação.

Assim, o psicanalista alcança o corpo pela palavra. Intervém sobre o inconsciente, estruturado como linguagem, passando pela história e significações do sujeito. Seus efeitos atingem o corpo, pois, dadas as articulações apresentadas, no atravessamento pela fala o corpo também é afetado. Sua eficácia está em não desconsiderar esses dois elementos (corpo e palavra), o que pode ser estendido para outras práticas, bem como permite repensar as que se tem disponíveis. Para a psicanálise, a noção de corpo é bem específica e Lacan, a partir de seu retorno à obra freudiana, acentua o aspecto revolucionário do olhar psicanalítico sobre o corpo e enfatiza a distinção desse olhar, por exemplo, em relação ao olhar da medicina (Cukiert & Prizskulnik, 2002).

Para a psicanálise, “deficiente” é um significante que pode adquirir diferentes sentidos para o sujeito, uma vez que se trata do ser falante em sua singularidade e particularidade, para além dos aspectos biológicos”. Freud (1932/1996) já discutia como “deficiente” será significado a partir da experiência com o outro desde os primeiros anos, sem que possa se elencar *a priori*. Sendo assim, deficiente atua como qualquer outro elemento da vida do sujeito: “Na etiologia das neuroses, a inferioridade orgânica e o desenvolvimento imperfeito desempenham papel insignificante. [...] As neuroses fazem uso de tais inferioridades como um pretexto, assim como o fazem em relação a qualquer outro fator que se preste a isso (Freud, 1914/1996, p. 105).

Essa constatação de Freud evidencia a necessidade da escuta do sujeito na prática clínica, pois essa escuta vai mostrando as origens do sofrimento psíquico, que devem ser buscadas na história de vida de cada um. Nessa clínica, o sujeito fala e o psicanalista escuta, mas, ao mesmo tempo, ao ser escutado pelo psicanalista, o próprio sujeito que fala se escuta. A proposta terapêutica é pela fala e pelo poder da palavra, porque o sujeito poderá

colocar em palavras, diante de um “outro” que o escuta, as dores (físicas e/ou psíquicas), os preconceitos, as discriminações que sofre, enfim a violência silenciosa do dia-a-dia. O objetivo não é a cura nos modelos, por exemplo, da medicina. Como assinalam Roudinesco e Plon (1998, p. 751), “[...] mais do que eliminar os sintomas ou pretender erradicá-los, a psicanálise apontou o caminho para uma certa sabedoria: a cura equivale tanto a uma transformação quanto a uma aceitação de si mesmo”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que a forma pela qual o corpo é concebido engendra formas específicas de intervir sobre ele, este artigo percorreu uma breve história da deficiência desde a Grécia antiga até o momento atual, pontuando os diferentes lugares ocupados pelo corpo. Calçadas nessas diferenças, foram encontradas diversas formas de intervenção para as pessoas deficientes: morte e abandono no corpo da natureza; exploração e expiação no corpo habitado pela alma e esterilização, segregação e reabilitação/reinserção no corpo da ciência. O percurso permitiu observar que essas intervenções parecem enfatizar, em primeira ordem, uma proposta que atende as dificuldades do campo social em lidar com o outro diferente que se mostra deficiente. As propostas que visam benefícios para as pessoas em questão parecem de fato secundárias. Talvez o melhor exemplo seja condenar um bebê deficiente à morte, pressupondo não ser uma vida digna nessas condições. Tal proposta parece evidenciar que a forma pela qual a deficiência é compreendida perpassa processos de identificação, em que cada um se supõe no lugar da pessoa deficiente e assim constrói sua significação. Não por acaso, do desencontro dessa suposição a deficiência aparece frequentemente atrelada a sofrimento, castigo, provação, tal como bem verifica Livneh (1982) em seu levantamento.

A análise do contexto atual inseriu questões. A busca pelo corpo normatizado e produtivo, enquanto imperativos, precisa ser questionada quando culmina nas propostas de intervenção que derivam desse modelo. Levando em conta a contradição apontada na tentativa de normatizar a deficiência, o próprio pressuposto de uma norma por si só exclui as possibilidades de ajudar o sujeito, “pessoa deficiente”.

No levantamento realizado, encontraram-se propostas em nível mundial que indicam a preocupação de uma atenção que considere as singularidades, ainda que os modelos oferecidos encontrem dificuldades em atender esse objetivo. Sendo assim, foi proposta uma discussão pelo campo da psicanálise. Com sua forma de conceber a deficiência e o corpo, verificou-se a complexidade no aprofundamento do tema, que se define por uma não pluralidade quanto ao que pode representar ser deficiente para cada pessoa. Tal posicionamento abre espaço para a vertente psíquica que perpassa o sujeito e seu corpo, no qual os psicanalistas podem contribuir. Desse modo, o artigo aponta para a importância do trabalho junto com as equipes de profissionais da saúde para propor, intervir e se aproximar das interessantes propostas de atenção ao sujeito, “pessoa deficiente”, que se fazem presentes.

Considera-se a importância de mostrar o corpo e os diferentes elementos que o perpassam. Mais do que isso, apontar as múltiplas concepções do que se chama de “corpo”, podendo este se tornar aquilo que o discurso engendrar (Barbosa, Matos, & Costa, 2011), aumentando a complexidade do tema. Tal reflexão se justifica no embasamento de práticas e na desconstrução de argumentos que consideram suficiente tratar de aspectos isolados.

Se a vertente das ciências médicas e da área da saúde parte de uma via específica e excludente do sujeito, encontramos na psicanálise subsídios para recuperá-lo no contexto da prática. Encontramos aqui saberes de ordens distintas e que podem ser utilizados nos tratamentos oferecidos aos sujeitos. Se o corpo orgânico, em seu funcionamento maquínico, é importante, a escuta do sujeito que o organiza e lhe dá sentido também o é. Principalmente, quando considerar a singularidade se coloca como alternativa possível frente à desvalorização e à patologização de uma condição orgânica.

Tal posicionamento aponta para a necessidade das equipes de profissionais da saúde trabalharem conhecendo as diferentes compreensões de “corpo”, os diferentes pressupostos ontológicos, o que pode orientar para uma prática mais condizente com o se preconiza pelo SUS enquanto atenção à saúde integral. Desse modo retornamos a pergunta: qual corpo deficiente? O corpo nas múltiplas concepções do que se chama de “corpo”.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, L. A. (1994). Corpo desviante/olhar perplexo. *Psicologia USP*, 5(1/2), 245-268.
- Amaral, L. A. (1995). A Hidra de Lerna. Deficiência: uma fragmentação de conceitos em percurso acidentado. In Amaral, L. A. [Autor], *Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)*. São Paulo: Robe Editorial.
- Barbosa, M. R., Matos, P. M., & Costa, M. E. (2011). Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 24-34.
- Batista, C. A. M. (2012). Deficiência, autismo e psicanálise. *A Peste*, 4(2), 41-56.
- Brasil. (1999). *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Recuperado em 19 mai. 2015 de <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>.
- Brasil. (2010). *Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência*. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde. Recuperado em 19 mai. 2015 de <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/politica\\_nacional\\_pessoa\\_com\\_deficiencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvsv/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf)>.
- Chauí, M. (1996). *Convite à filosofia*, 7a ed. São Paulo: Ática.
- Cukiert, M., & Prizskulnik, L. (2002). Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. *Estudos de Psicologia*, 7, 143-149.
- Diniz, D. (2013). Deficiência e políticas sociais – entrevista com Colin Barnes. *SER Social*, 15(32), 237-251.
- Dolto, F. (2015). *A imagem inconsciente do corpo*, 3a ed. São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1984)
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996b). Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932)
- Galeano, E. (1994). *As palavras andantes*. São Paulo: L&PM.

- Lacan, J. (1966). Conférence et débat du collège de médecine de la Salpêtrière. *Cahiers du Collège de médecine de la Salpêtrière*. Recuperado em 14 mai. 2015 de <<http://aejcpp.free.fr/lacan/1966-02-16.htm>>.
- Lacan, J. (1975). *Le séminaire: livre 1: les écrits techniques de Freud*. Paris: Seuil. (Seminário original proferido em 1953-1954)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é relevado na experiência psicanalítica. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1949)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar (Seminário original proferido em 1975-1976).
- Legnani, V. N., & Almeida, S. F. C. de. (2008). A construção diagnóstica de Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: uma discussão crítica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 60, 02-13.
- Livneh, H. (1982). On the origins of negative attitudes toward people with disabilities. *Rehabilitation Literature*, 43(11-12), 338-347.
- Miskolci, R. (2003). Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, 13/14, 109-126.
- Nasio, J.-D. (2009). *Meu corpo e suas imagens*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nogueira, R. P. (2003). A segunda crítica social da saúde de Ivan Illich. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 7, 185-190.
- Perez, D. O. (2009). El cuerpo y la ley: de la idea de humanidad kantiana a la ética del deseo en Lacan. *Revista de Filosofía*, 21(29), 481-501.
- Pinheiro, M. de. C. M. (2003). A constituição do conceito de infância e algumas questões relativas ao corpo: da idade média à modernidade. *Revista Poiésis*, 1(1), 48-62.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Scliar, M. (2007). História do conceito de saúde. *Physis*, 17, 29-41. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>.
- Siqueira, L. (2011). DSM: a (in)discreta relação entre ciência e política. *ComCiência*. Recuperado em 12 abr. 2015 de <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000200010&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000200010&nrm=iso)>.

Recebido em 16 de agosto de 2017

Aceito para publicação em 22 de maio de 2018

## PSICANÁLISE E PESQUISA CIENTÍFICA: O PESQUISADOR NA POSIÇÃO DE ANALISANTE

*Jacqueline de Oliveira Moreira\**  
*Nathiele Araujo Oliveira\*\**  
*Ethyene Andrade Costa\*\*\**

### RESUMO

A psicanálise tem avançado e se firmado como um importante campo de pesquisas no cenário acadêmico brasileiro, firmando-se, inclusive, nos programas de pós-graduação das universidades. Todavia, não podemos deixar de considerar as tensões entre o saber psicanalítico e os modelos positivistas de produção de conhecimento. Na tentativa de responder ao questionamento metodológico que se faz presente como uma dificuldade para os ingressantes dos referidos programas, este artigo tece considerações sobre a relação da teoria psicanalítica, com especial atenção para a psicanálise lacaniana, com a pesquisa científica. A revisão crítica da literatura traz à tona um novo modo de fazer pesquisa, que busca na clínica psicanalítica instrumentos para produção de objetivos e dados, bem como para sua análise. O manejo da transferência, instrumentalizada para a construção de um texto, equipara o pesquisador ao analisante. Ambos supõem no outro um saber para bordejar com palavras o real que os move. A aplicação do método da escuta do inconsciente, para além do *setting* analítico, possibilita a produção de um saber que é parcial e passível de transformação, já que se propõe a pesquisar a fonte de movimento e transformação constantes. Acreditamos que é necessário ao pesquisador que se posicione como um analisante, ou seja, alguém

---

\* Doutora em Psicologia Clínica PUC-SP, Mestre em Filosofia-UFMG, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia PUC Minas, Bolsista Produtividade PQ2.

\*\* Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (Conceito CAPES 5), Mestre em Psicologia pela PUC Minas, Graduada em Psicologia pela UFMG, Bolsista CAPES.

\*\*\* Mestre em Processos Psicossociais de Subjetivação – PUC-MG, Pós-Graduada em Psicanálise Clínica da Criança e do Adolescente – PUC-MG, Psicóloga – UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

movido pelo não saber, mas que produz efeitos em si e no próprio ato de pesquisar, possibilitando assim o encontro com o novo.

Palavras-chave: psicanálise; metodologia; pesquisa em psicanálise; pós-graduação.

## PSYCHOANALYSIS AND SCIENTIFIC RESEARCH: THE RESEARCHER IN THE POSITION OF THE ANALYSANT

### ABSTRACT

*Psychoanalysis has advanced and has become an important field for academic studies in Brazil, receiving increasing attention from several graduate courses in the country. Nevertheless, one must not ignore the tensions between psychoanalytical knowledge and positivist models of science. In an effort to respond to the methodological impasse which presents itself as a difficulty for the participants of such graduate programs, this essay reflects on the relations between psychoanalytic theory – notably Lacanian contributions – and scientific research. From a critical review of the literature on this matter emerges a new type of research using psychoanalytical clinic as an instrument to produce goals and data, as well as to analyze them. The managing of transference, utilized for constructing a text, turns the researcher and their object of analysis into equals, since they both suppose that they can find in one another some knowledge which may help elaborate in words the reality which moves them. Listening to the unconscious, beyond the analytic setting, may produce a type of knowledge which is partial and transformable, as it intends to better comprehend the sources of constant movement and transformation. We believe that the researcher should put him/herself in the position of the analysant, i. e., someone moved by not knowing, but who produces effects on him/herself as well as on the act of researching, bringing thus the possibility of an encounter with the new.*

*Keywords: psychoanalysis; methodology; psychoanalytic research; graduate courses.*

## PSICOANÁLISIS Y PESQUISA CIENTÍFICA: EL PESQUISADOR EN LA POSICIÓN DEL ANALIZANTE

### RESUMEN

*El psicoanálisis viene avanzando como importante campo de pesquisas en el escenario académico brasileño, estableciéndose, incluso, en los programas de postgrado de las universidades. Sin embargo, no podemos dejar de considerar las tensiones entre el saber psicoanalítico y los modelos positivistas de*

*producción de conocimiento. En el intento de responder al cuestionamiento metodológico que se hace presente como una dificultad para los ingresantes de los referidos programas, este artículo teje consideraciones sobre la relación de la teoría psicoanalítica, con especial atención al psicoanálisis lacaniano, con la pesquisa científica. La revisión crítica de la literatura evidencia un nuevo modo de hacer pesquisa, que busca en la clínica psicoanalítica instrumentos para producción de objetivos y datos, bien como para su análisis. El manejo de la transferencia, instrumentalizada para la construcción de un texto, equipara al pesquisador al analizante. Ambos suponen en el otro un saber para bordear con palabras lo real que les mueve. La aplicación del método de la escucha del inconsciente, más allá del setting analítico, posibilita la producción de un saber que es parcial y pasible de transformación, ya que se propone a pesquisar la fuente de movimiento y transformación constantes. Creemos que es necesario al pesquisador que se posicione como un analizante, es decir, alguien movido por el no saber, pero que produce efectos en sí y en el propio acto de pesquisar; posibilitando, así, el encuentro con lo nuevo.*

*Palabras clave: psicoanálisis; metodología; pesquisa en psicoanálisis; postgrado.*

No presente texto pretendemos apresentar algumas considerações sobre a relação da teoria psicanalítica com a pesquisa científica, sobretudo as pesquisas vinculadas ao sistema de pós-graduação em psicologia. Sabemos que no cenário brasileiro existe um programa de mestrado profissional e doutorado em psicanálise – “Psicanálise, Saúde e Sociedade”, da Universidade Veiga de Almeida; e três programas de mestrado acadêmico e doutorado na área – “Psicanálise”, da UERJ, “Psicanálise: Clínica e Cultura”, da UFRGS, e “Teoria Psicanalítica”, da UFRJ. Nota-se que esses programas sustentam, explicitamente, a palavra “psicanálise” no título oferecido ao discente, mas temos, ainda, vários programas que oferecem uma linha de pesquisa em psicanálise (UFMG, USP, UFC, UEM, por exemplo) e outros que contam com docentes que se orientam pela teoria psicanalítica. Considerando-se a relevância da produção científica no âmbito dos programas de pós-graduação que se fundamentam na teoria psicanalítica, pretendemos realizar algumas reflexões sobre metodologia de pesquisa vinculada à psicanálise a partir de uma revisão crítica da literatura que apresentará artigos dedicados à reflexão sobre pesquisa em psicanálise.

Em um primeiro momento, optamos por refletir sobre as relações da teoria psicanalítica com o campo da ciência, considerando que o ofício do psicanalista se sustenta na vocação para pesquisa. Em seguida, dedicamo-nos a pensar sobre a posição do pesquisador orientado pela psicanálise no seu campo de pesquisa. Acreditamos que é necessário ao pesquisador que se posicione como um analisante, ou seja, como alguém movido pelo não saber, mas que produz efeitos em si e no próprio ato de pesquisar. Assim, os instrumentos coletados devem possibilitar esse encontro com o novo, e a análise pode seguir o modelo do trabalho clínico. Dessa forma, apresentamos algumas possibilidades de se pensar uma pesquisa científica orientada pela psicanálise como a pesquisa construída em torno do real que se faz questão para o pesquisador e considera a sua própria subjetividade.

### CIÊNCIA, PESQUISA E PSICANÁLISE: DIÁLOGO INTRÍNSECO

A vocação da psicanálise para a pesquisa é inerente a sua própria criação, que provém da teorização feita por Freud a partir de sua própria prática clínica. Conforme definição do próprio Freud (1922/1996, p. 253), psicanálise “é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica”.

Assim, a psicanálise se define não apenas por uma condição terapêutica, mas também como um procedimento de investigação dos processos inconscientes que inaugura um novo campo de conhecimento, afirmando-se também enquanto ciência. A psicanálise construída por Freud partiu da experiência clínica, sendo justamente essa fonte a base da sistematização dessa teoria em sua aplicação enquanto metodologia de pesquisa na Universidade.

Segundo Nobre (1999), a pesquisa em psicanálise parte da afetação do analista pelo real da clínica; é resultado do efeito da clínica sobre o analista, do seu atravessamento pela psicanálise, diferentemente da

necessidade de responder aos requisitos acadêmicos que o saber científico comporta. Por outro lado, não podemos esquecer que a pesquisa em psicanálise no interior da universidade precisa atender às demandas dessa instituição e, ao mesmo tempo, da própria psicanálise. De tal modo, a psicanálise deve “circunscrever de forma mais precisa seu espaço acadêmico e definir, a partir da própria psicanálise, as especificidades do seu método de pesquisa, para assegurar o seu lugar na pesquisa acadêmica e possibilitar sua comunicação com outros campos do saber” (Monte, 2002, p. 35). Para Mezan (1994), é possível pensar a pesquisa psicanalítica em conformidade com a metodologia acadêmica. De acordo com o autor, a realização de uma pesquisa em psicanálise não prescinde de seus conceitos fundamentais, tais como o inconsciente e a transferência, mas, assim como a pesquisa científica, deve apresentar um método de coleta e de análise de dados que seja compatível com o objeto de pesquisa.

Parece-nos importante enfatizar que há uma tensão entre o método psicanalítico e os métodos clássicos de pesquisa no que se refere ao lugar do sujeito. Sauret (2003) lembra que o sujeito é excluído do método científico, pois sua presença é incompatível com os parâmetros de objetividade, generalização e universalidade exigidos pela ciência positivista. O método científico positivista condiciona sua veracidade à neutralidade do sujeito que produz o saber, buscando preservar a objetividade na análise do objeto da pesquisa. A psicanálise, ao contrário, não renuncia ao sujeito, pois tem no sujeito do inconsciente seu próprio fundamento. Nesse sentido, Pinto (2009) alerta que a psicanálise não se contrapõe à ciência, pois vem subverter o lugar do sujeito no discurso científico, na medida em que, ao ter como objeto o inconsciente, aponta para o que escapa ao discurso da ciência, tratando daquilo que não se dá a conhecer.

Seguindo a mesma trilha, Figueiredo, Nobre e Vieira (2001) apontam para a impossibilidade de a pesquisa em psicanálise apreender o fenômeno do mesmo modo que as ciências empíricas, pois o fenômeno pelo qual a psicanálise se interessa escapa ao controle e à possibilidade de refutação exigidos pela ciência positivista. Em perspectiva semelhante, Iribarry (2003) argumenta que é justamente por trabalhar com a impossibilidade de previsão do inconsciente que a pesquisa psicanalítica jamais poderia se submeter a uma exigência de sistematização conforme a ciência

positivista. Assim, o saber em psicanálise não parte de um saber *a priori*, se constrói no *a posteriori* de sua prática clínica. Como nos afirma Guerra (2001), “o objeto, para a psicanálise, não surge no mundo sensível, mas é tomado como aquilo que orienta a existência do ser humano enquanto sujeito desejante” (Guerra, 2001, p. 99). Dessa forma, como argumenta Pinto (2009), a psicanálise se apoia no discurso da ciência, uma vez que mantém com a ciência uma relação intrínseca, mas se sustenta em pressupostos éticos distintos. A psicanálise, seja na sua vertente clínica ou na pesquisa científica, deve, então, manter-se fidedigna à sua ética.

De acordo com Miller (1996), a ética em psicanálise não diz de uma ética como a definem os filósofos. Contrariando Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, uma ética universal fundamentada no sujeito racional que tem no bem a finalidade da ação, a ética da psicanálise é a ética relativa a um discurso, o discurso do analista – aquele que não cede ao discurso da ciência (avesso da psicanálise), ou ao discurso do capitalista – que visa tamponar a *falta-a-ser* através dos objetos mais-de-gozar, mas que sustenta “uma ética [que] se anuncia, convertida ao silêncio pelo advento não do pavor, mas do desejo” (Lacan, 1958a/1998, p. 691), e, ainda, por ser uma ética do desejo, é uma ética de sua interpretação.

A ética do desejo – visto que é isso que é preciso acrescentar à ética da psicanálise – não é, devido ao desejo, uma ética da liberação do desejo. O desejo, na psicanálise, é um problema de ética – não se trata de liberá-lo, mas de resolvê-lo. Essa solução do desejo permite apresentá-lo como uma equação [...], uma equação à espera de uma solução (Miller, 1996, p. 112).

Assim, a ética em psicanálise aponta para a impossibilidade do predicado e da universalidade. Fundamentada pelo desejo, aponta em direção ao singular do caso a caso, uma ética do *a posteriori*. Apresenta sua ética na tomada da palavra pela via da enunciação. Contudo, ainda que se norteie pela ética da causa do desejo e pela incidência do inconsciente, a pesquisa em psicanálise, bem como a pesquisa orientada pela psicanálise, apresenta suas particularidades em relação ao próprio exercício psicanalítico. Sobre isso, Lacan (1958b/1998) afirma:

A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento e, portanto, a um sujeito que fala e que ouve. Fora desse caso, só pode

tratar-se de *método psicanalítico*, aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado (Lacan, 1958b/1998, p. 758).

Pinto (1999), ao discorrer sobre a pesquisa empírica orientada pela psicanálise, argumenta que, assim como na pesquisa científica, a psicanálise também se utiliza da escuta, contudo trata-se de uma escuta que visa a detectar a presença do inconsciente na fala do outro. Portanto, a fala do sujeito pode ser elevada tanto ao nível universal quanto pode apontar uma falha na tentativa de generalização buscada pelo método científico. Para Pinto (1999, s/p), o método psicanalítico se definiria como “o método clínico de pesquisa sem a intervenção analítica que visa retificar a posição do sujeito em relação ao seu inconsciente”.

A pesquisa em psicanálise ou orientada por esta não visa à citada retificação, pois utiliza a fala como instrumento fundamental, através da associação livre, e a escuta como ferramenta que marca a posição do analista. Assim, entende-se que a escuta psicanalítica é possível também em outros contextos que não a clínica, pois “o inconsciente está presente, como determinante, nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (Rosa, 2004, p. 341-342).

Rosa e Domingues (2010), ao tratarem da pesquisa psicanalítica fora do contexto da clínica, e relacionada aos fenômenos sociais e políticos, apontam a controvérsia inerente a tal campo. Freud denominava como “psicanálise aplicada” o uso da psicanálise fora do contexto da clínica, demarcando uma separação entre a teoria psicanalítica e sua aplicação clínica. No universo pós-freudiano, o termo<sup>1</sup> é utilizado para nomear a aplicação da psicanálise aos fenômenos sociais, políticos e culturais, em contraposição a sua versão pura, destinada à teoria e sua aplicação na prática clínica.

Ainda acerca da aplicação da psicanálise aos fenômenos sociais, Enriquez (2005) assegura essa articulação ao afirmar que esta consiste em uma ciência dos “processos inconscientes que se desenrolam não apenas no indivíduo isolado, mas também nos grupos, nas instituições, nas produções do espírito” (Enriquez, 2005, p. 154). Isso foi sinalizado pelo

próprio Freud, em seus textos ditos antropológicos ou sociológicos, nos quais se empenha em distinguir as origens e as transformações do laço social (Enriquez, 2005). Tal colocação reitera a disposição científica da psicanálise e sua aplicabilidade em contextos que ultrapassam a situação clínica, alçando reconhecimento enquanto método científico passível de uso dentro da Universidade.

Ainda que não encontremos um consenso entre os psicanalistas em relação aos procedimentos concretos de pesquisa científica em psicanálise, podemos considerar que esta pesquisa se define para além de uma metodologia una, pois se sustenta por sua dimensão ética de escuta do sujeito do inconsciente. Podemos afirmar com Mezan (1994) que o método psicanalítico deve apresentar uma proposta de coleta e de análise de dados que seja compatível com o objeto de pesquisa e, conforme qualquer pesquisa científica, também, deve seguir os critérios e rigores científicos que assegurem sua validação no meio acadêmico. Contudo, entendemos que mais que uma metodologia, isto é, um método de coleta e análise de dados específicos<sup>2</sup>, o que caracteriza a pesquisa em psicanálise é sua dimensão ética – a ética do desejo, a dimensão do inconsciente, estruturado como linguagem – e a relação transferencial. Como afirmam Rosa e Domingues (2010, p. 180): “A discussão sobre métodos de pesquisa deve ser referida à perspectiva epistemológica e teórica que lhe dá sustentação, uma vez que é a teoria, o objeto e o objetivo de pesquisa que devem definir qual o método mais adequado”.

Se o método psicanalítico difere da ciência positivista em sua dimensão ética, visto que a segunda diz de uma busca pelo saber enquanto verdade e o primeiro toma o saber pelo *a posteriori* e a verdade como um impossível, a ciência positivista e a psicanálise também diferem, segundo Sauret (2003), em sua concepção de sujeito.

O sujeito da psicanálise é, em contraponto à noção de indivíduo, o sujeito do inconsciente. O que a categoria de sujeito estabelecida na teoria lacaniana ressalta é o próprio descentramento da consciência, apontado primordialmente por Freud, na origem de toda a subjetividade. O avanço de Lacan está na leitura inédita que faz acerca da estruturação do inconsciente, que define como “toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (Lacan, 1957/1998, p. 498).

Nisso se encontra a particularidade da psicanálise, sua ética propriamente dita, pois o sentido não se afere de maneira intrínseca ao significante, que, como tal, não se refere a nada, não carrega por si só nenhum sentido; é puro *non sense*, podendo significar nada ou qualquer coisa. Seu efeito, entretanto, surge do cruzamento dessas cadeias, isto é, da intersecção entre a língua e a fala; entre discurso e cadeia significante; entre o social e o singular.

O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar *algo completamente diferente* do que ela diz. Função mais digna de ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber, a de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade (Lacan, 1957/1998, p. 508).

Como afirma Miller (1996), o sujeito como *falta-a-ser* surge do significante, ou seja, é a partir dos significantes que o sujeito se constitui, através da significação de suas experiências, corroborando a afirmação de Lacan (1964/2008) de que é no significante que o sujeito se reconhece enquanto tal. Lacan ainda afirma que é a linguística que fornece a estrutura que dá estatuto ao inconsciente, sendo ela o que nos garante que há sob o termo inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável. Assim, a escuta psicanalítica aposta no encadeamento dos significantes – uma vez que o sentido não preexiste ao significante, mas é efeito do seu encadeamento – como possibilidade de localizar o sujeito, suas formas de subjetivação e suas manifestações do inconsciente.

Partindo da inclusão do sujeito do inconsciente no campo científico, a psicanálise opera, por consequência, sustentada pela linguagem e pelo campo da fala em suas estratégias metodológicas. Verificamos a importância da inclusão do sujeito do inconsciente, da ética do desejo e da relação transferencial nas pesquisas orientadas pela psicanálise no campo da universidade.

Passemos agora a indagar sobre as formas possíveis de acessar elementos da vida dos sujeitos, através da instrumentalização desses conceitos, para além do *setting* analítico e sobre a posição do pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa.

## METODOLOGIA DE PESQUISA EM PSICANÁLISE: DESEJO DO PESQUISADOR E OS SIGNIFICANTES NA PESQUISA

Defendemos a hipótese de que o pesquisador em psicanálise precisa se colocar em uma posição de analisante e de que a pesquisa se caracteriza pela sustentação da ética psicanalítica propriamente dita, ratificada neste texto pela ética do desejo. Essa ética vê o sujeito como *falta-a-ser* e leva em conta a dimensão do inconsciente – estruturado como linguagem – e a transferência como mediador da relação estabelecida com o objeto e o saber. Dessa forma, discutem-se as formas possíveis de instrumentalizar desses conceitos, para além do *setting* analítico, na construção da pesquisa acadêmica.

A pesquisa em psicanálise parte de algo que resta em relação àquilo que fora simbolizado e elaborado até então. Os estudos na área tornam-se importantes devido ao “[...] potencial de oxigenação da comunidade analítica” (Pinto, 2009, p. 13) na medida em que se compromete a buscar sentidos que a renovem diante da necessidade teórica contingencial, colocando-se “[...] à prova, reescrevendo o que a contingência refuta” (Pinto, 2009, p. 13). A partir de um enigma que se lheapresenta, o pesquisador posiciona-se de maneira análoga ao analisante, buscando, assim, produzir novos sentidos:

É exatamente a angústia da desestabilização dos conceitos, das lacunas teóricas, o que coloca o sujeito em movimento, como acontece com um analisante. A partir dessa precariedade do funcionamento fálico é que o analisante/pesquisador pode deixar os significantes trabalharem e permitir o aumento das opções de escolha coerentes com as formas de aparecimento da verdade (Pinto, 2009, p. 18).

O pesquisador que se depara com uma lacuna no conhecimento a toma como motor de seus esforços investigativos, assim como o analisante é movido a partir daquilo que não pode significar, mas que não deixa de surtir efeitos (Pinto, 2009). Miller (1998) se referiu a esse obstáculo na fala do analisante como o osso de uma análise, uma dificuldade. Para explicá-lo, equiparou-o à expressão brasileira da “pedra no caminho” recorrendo ao conhecido poema de Carlos Drummond de Andrade “No meio do caminho”, reproduzido a seguir:

No meio do caminho tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 Tinha uma pedra  
 No meio do caminho tinha uma pedra.  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão  
 fatigadas  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 No meio do caminho tinha uma pedra (Andrade, 1930/2010, p. 22).

Como discutido, a psicanálise é constituída como procedimento de investigação, tratamento e produção científica. Sendo essas dimensões formadas de maneira estritamente articulada e indissociável, o aparecimento de uma lacuna, de uma “pedra”, em qualquer uma delas, torna necessário revisitar em todos os níveis o que foi proposto até então (Sauret, 2003; Figueiredo, & Minerbo, 2006; Guerra, 2001). Segundo Guerra (2001):

[...] trata-se de levar o efeito do significante ao seu extremo, ao ponto no qual um obstáculo ao saber possa ser entrevisto, uma questão possa ser formulada, provocando deslocamentos de verdade que as afirmações teóricas produzem no exercício de sua maestria. (Guerra, 2001, p. 86).

Instaura-se então a transferência do pesquisador em relação à questão da pesquisa, colocando-o em movimento de suposição de saber na direção de textos, entrevistas e demais fontes que confrontem aquilo que sabe. Diferentemente dos ideais da ciência positivista, a psicanálise inclui o sujeito do inconsciente na pesquisa, tornando viável considerar suas expressões através de atos e afetos que se apresentam na e pela transferência. É o olhar do pesquisador que dará forma, por exemplo, ao objeto de pesquisa. Portanto, a transferência é colocada por Elia (1999) como uma das condições estruturantes (e estruturais) da pesquisa. Também pela transferência o trabalho do pesquisador aproxima-se do trabalho do analisante ao supor no Outro um saber que pode auxiliá-lo a bordejar o enigma que lhe afronta.

Podemos afirmar que, por a pesquisa em psicanálise ter produzido seu modelo metodológico a partir das movimentações que definem a experiência clínica, a transferência irá despontar como característica comum entre esses dois campos, e o que irá distingui-las será o destino

dado à transferência em cada uma delas. Sobre a transferência, Rosa e Domingues (2010) apontam sua importância no que esta possibilita a emergência do sujeito do inconsciente enquanto sujeito da psicanálise.

Operar com o inconsciente implica, pois, a suposição de um saber que “não se sabe”, mas que é suposto. As condições de produção de conhecimentos sobre este “insabido” são internas ao campo relacional que o constitui. A isso denominamos em psicanálise “transferência”. Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no “entrevistado”, como um dado a ser colhido pelo “entrevistador”. É algo que se situa num espaço transferencial em que o “insabido” se expressa como formações do inconsciente. Logo, ele inclui o pesquisador na própria formação (Costa, & Poli, 2006, citados por Rosa, & Domingues, 2010, p. 186).

Para as autoras, a transferência, pressuposto fundamental da teoria e da clínica psicanalítica, não diz de um fenômeno exclusivo da clínica e da psicanálise, mas de um fenômeno que perpassa todas as relações interpessoais. A diferença se coloca pelo manejo da transferência: enquanto no tratamento a transferência deve ser diluída, na situação de pesquisa deve ser instrumentalizada para produção do texto metapsicológico.

Rosa e Domingues (2010) distinguem ainda o outro lugar que a transferência ocupa na pesquisa. Enquanto na clínica o analista ocupa para o sujeito o lugar do suposto-saber, a situação de pesquisa inverte esse lugar: é o sujeito da pesquisa que ocupa o lugar de suposto-saber em relação ao pesquisador. Assim, a demanda do pesquisador deve se colocar suficientemente ampla para que possa propiciar que o entrevistado formule sua própria questão e responda a ela de forma singular.

Desse modo, o objeto da pesquisa deve pensar em “[...] questões que não foram inventadas pela teoria; têm antes existência concreta, pois foram trazidas para a clínica por aqueles que buscam saídas para os impasses encontrados entre as suas expectativas e aquelas do discurso social” (Pinto, 2009, p. 5). O objeto da pesquisa psicanalítica não está, portanto, posto *a priori*, é produzido na e pela transferência a partir do que se apresenta (Rosa, 2004).

Sabemos que o sujeito se constitui imerso no discurso do Outro, tomando para si valores e demais aspectos da cultura:

O inconsciente freudiano é incompatível com a ilusão do individual, da autonomia e da independência no homem, uma vez que afirma a dependência simbólica do desejo do Outro, explicitada na forma como teoriza a constituição do sujeito através do processo edípico (Rosa, 2004, p. 340).

Da mesma maneira constitui-se a teoria que em cada momento simbólico busca produzir saídas cabíveis a determinados impasses de sua civilização. Segundo Pinto (2009), confere-se à psicanálise, como método clínico ou científico, uma posição política ligada aos efeitos de um dado movimento simbólico procurando ser “[...] uma clínica criativa inventada a partir de cada analisante” (Pinto, 2009, p. 6). Assim, a ética da psicanálise caracteriza-se por preservar a singularidade de cada sujeito. Mas como realizar na prática essa busca trabalhando sob os preceitos psicanalíticos?

É pela palavra que se faz possível a clínica psicanalítica, portanto na pesquisa não poderia ser diferente. Calazans e Serpa (2010) afirmam que o único meio de o psicanalista produzir saber é pela clínica. Para esses autores, não importa o caminho, seja ele uma pesquisa teórica, de campo ou um estudo de caso, o meio será sempre o mesmo: a clínica como uma experiência de fala.

O trabalho psíquico se dá em torno de “pontos significantizáveis”. Busca-se nomear, colocar em palavras aquilo que o analisante repete para que assim se possa, talvez, encontrar um sentido. Sabe-se, porém, que o trabalho analítico sempre irá esbarrar no limite do Real, daquilo que não pode ser nomeado, o gozo que excede a possibilidade de representação. A análise acarreta, portanto, o deslizamento de significantes, as operações de redução subjetiva, tendo em vista enxugar a inflação gerada pela palavra em pontos de repetição, em significantes-mestres para os quais convergem os discursos no analisante, lidando ainda com os pontos impossíveis de serem traduzidos (Guerra, 2001, p. 89): “Assim, mais do que somente extrair ou produzir esse significante-mestre, uma análise deve pretender deslocar o sujeito do discurso no qual se encontra instalado, produzindo novas formas de lidar com o gozo, com o obstáculo que se coloca como evitação”.

Iribarry (2003), ao comentar sobre as singularidades da pesquisa psicanalítica, aponta para dois pontos fundamentais: não visa e nem possibilita uma vertente generalizadora, pois diz da produção de novos

sentidos em relação a um particular; e suas estratégias de análise de resultados não trabalham com o signo, mas com o significante.

O segundo ponto é confirmado por Lacan, que afirma: “[o significante] se caracteriza por representar um sujeito para outro significante” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 68); “Um sujeito é aquilo que pode ser representado por um significante para outro significante” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 21); “o Sujeito se constitui pelos efeitos do significante” (Lacan, 1964/2008, p. 122). E o que isso quer dizer? Que o sujeito da psicanálise é, primordialmente, o sujeito do inconsciente – que, conforme Lacan, é estruturado como linguagem –, portanto o sujeito do qual a psicanálise se ocupa só pode ser acessado enquanto efeito de sentido pela lógica significante. “O sujeito é, então, efeito do significante, pois está submetido à sua lei”, a lei do desejo, da diferença sexual (Chaves, 2002, p. 69)<sup>3</sup>. Resultado do encandeamento significante, o sujeito encontra-se nos intervalos entre um significante e outro, emerge enquanto significação no tempo *a posteriori*.

Nos seminários transcritos em “O osso de uma análise”, Miller (1998) comenta a maneira como Drummond consegue passar sua mensagem repetindo palavras, ou, melhor dizendo, articulando significantes por meio de “operações-redução”. Assim como no poema “No meio do caminho”, a pesquisa em psicanálise visa construir sentidos a partir dos significantes trazidos pelos sujeitos da pesquisa, ou seja, construir significações que emergem no tempo *a posteriori* por efeito de retroação na cadeia significante. Por isso, o método de acesso ao inconsciente não é a palavra, mas o significante, uma vez que, conforme Lacan (1960/1998), a fala mente se colocando como verdade e cria uma realidade a partir da construção de uma ficção.

## INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

É possível afirmar que as particularidades da metodologia psicanalítica de pesquisa não se encontram aplicadas aos instrumentos de coleta de dados, não havendo instrumento de coleta exclusivamente ou eficazmente psicanalítico. Entretanto, a pesquisa em psicanálise se afere pela aplicabilidade da própria ética psicanalítica ao instrumento metodológico escolhido. Nesse sentido, cabe citar Iribarry (2003), que argumenta:

o método da pesquisa psicanalítica não traz inovações quanto à escolha dos sujeitos ou participantes, nem mesmo apresenta alguma peculiaridade quanto aos procedimentos para coleta de dados ou mesmo aos instrumentos e materiais empregados. Tais etapas metodológicas ficam a critério da criatividade do pesquisador (Iribarry, 2003, p. 124).

Enfatizamos que, tendo a psicanálise como objeto fundamental o sujeito enquanto *falasser*, a dimensão da escuta psicanalítica, conforme postulado anteriormente, incide sobre a lógica significativa, e esta rege a linguagem como um todo, seja ela escrita ou falada. Portanto, a escolha do instrumento de coleta de dados em pesquisa psicanalítica estende sua aplicabilidade não apenas aos instrumentos que têm como objeto de primazia a fala, mas a todas as formas que se estruturam pela linguagem.

Como lembra Rosa (2004), o inconsciente não se apresenta apenas no *setting* analítico clínico sob a regra da livre associação. A obra de Freud apresenta manifestações do inconsciente no cotidiano em chistes, atos falhos, esquecimentos, entre outros, demonstrando ser possível a realização da psicanálise extramuros, tornando-a presente não só no *setting* clínico, mas no mundo além das quatro paredes de um consultório. É o que Calazans e Serpa (2010) chamaram de “psicanálise em extensão”. “Isto significa que se pode trabalhar a partir da escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador” (Rosa, 2004, p. 342).

A pesquisa acadêmica em psicanálise, segundo Lo Bianco (2003), é caracterizada por promover a releitura da teoria e introduzir o novo, aumentando as possibilidades de sentido retiradas da clínica psicanalítica. Quanto ao primeiro aspecto, a pesquisa em psicanálise diferencia-se das demais pelo atravessamento dos efeitos da clínica, ou da própria psicanálise, sobre o pesquisador ou mesmo sobre o objeto, ainda que não se trate de uma pesquisa partindo de material clínico. Trabalha-se com o inusitado, com o saber inconsciente (Lustosa, 2003): “A psicanálise tem como premissa a superação do discurso produzido pela consciência que é um campo de saber sustentado pela verdade do sujeito, o que não gera certezas ou generalização” (Rosa, 2004, p. 331).

No que concerne à releitura da teoria, ressalta-se que, como preconizado por Freud, fazer psicanálise não é mantê-la intacta, mas manter o rigor de investigação do novo que se apresenta no discurso do sujeito. Sob tal intuito,

a própria teoria deve ser revisitada com o cuidado de não ser encarada como uma “massa de informações prontas e definitivas” (Lo Bianco, 2003, p. 121). Seguindo a proposta freudiana retomada por Lacan, adota-se o princípio de que “[...] o analista deve ser pesquisador de sua própria prática” (Marcos, 2010, p. 101) e, para tanto, colocam-se novas perguntas ao que fora produzido na tentativa de deslocar efeitos de verdade que as afirmações teóricas produzem no exercício de sua mestria. Não se trata de subverter os conceitos que enraizaram a psicanálise, mas da abertura para o novo, para o inusitado, seguindo-se os princípios psicanalíticos (Calazans, & Serpa, 2010; Marcos, 2010).

### INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Nesse estágio, o trabalho do pesquisador se assemelha ao trabalho clínico de análise do discurso, constituído por operações-redução subjetivas de repetição, convergência e evitação. A fala do analisante gira em torno do “osso” que rege sua subjetivação, e é através da fala que a análise auxilia a esculpir essa “pedra no meio do caminho” (Miller, 1998).

Na clínica psicanalítica é possível notar que o real insurgido no corpo do sujeito é repetido com vistas a encontrar sentido. Tais repetições são regidas por significantes-mestres para os quais converge o destino do sujeito. A análise tem seu lugar quando o sujeito, frente à pedra de Drummond ou ao osso apresentado por Miller (1998), impedido de seguir diante de um obstáculo, “repete” por uma significação. Como nos lembra Miller (1998, p. 30), “[...] inicialmente, é porque existe o obstáculo que existe a repetição. Mas é porque existe a repetição que se percebe e isola o obstáculo”. Esse autor chama de “operação-redução” aquela que caminha no sentido contrário à amplificação do discurso através de memórias, detalhes e racionalizações, buscando identificar o “pequeno *a*”, o âmago que se esconde sob o grande Outro incorporado ao discurso do sujeito. Segue afirmando, ainda, que “o bem dizer analítico [...] visa à redução” (Miller, 1998, p. 44).

Pinto (2009) nos lembra que Lacan se fez mestre na utilização da lógica de redução a elementos mínimos, tanto na estruturação de conceitos como na condução de análises:

Lacan adotou, então, a matematização da ciência moderna e efetuou um deslocamento da história do caso para sua lógica, para uma redução a elementos mínimos cuja ação evidencia a repetição e a consequente evitação do impossível, a partir da vivência de um sujeito. (Pinto, 2009, p. 10)

Seguindo a proposta psicanalítica, a análise dos dados utilizada pode caracterizar-se como uma análise psicanalítica do discurso, trabalhando no sentido das operações de redução utilizadas para a construção de categorias de dados em busca de identificar pontos de repetição e de analisar pontos de convergência no discurso dos entrevistados. Coloca-se em prática a atitude clínica que, como lembram Figueiredo e Minerbo (2006), pode se fazer presente mesmo na pesquisa realizada fora do *setting* analítico clínico. Na pesquisa em psicanálise dotada de tal atitude, a interpretação caracterizada “por um olhar para o fenômeno investigado, fora do seu campo habitual [...] desopacifica o objeto” (Figueiredo, & Minerbo, 2006, p. 260), gerando um efeito de transformação na qual o pesquisador deixa-se fazer pelo objeto, ao mesmo tempo que o primeiro constrói o segundo. Somado a isso, cabe lembrar que Freud já preconizava a decomposição do chiste em dados do contexto da biografia do analisante, “dos eventos de seu pensamento” (Miller, 1998, p. 45).

Ainda de acordo com o método freudiano e a redução lacaniana, faz-se necessário decompor também os dados levantados. Sobre tais feixes de significação formados a partir de aspectos superponíveis, há que se “mapear esses pontos nodais do discurso” (Guerra, 2001, p. 90). Nesse ponto, tem-se a operação-redução de convergência, que visa identificar o enunciado essencial para o qual apontam os demais enunciados do sujeito. Nesse sentido, a alegoria proposta por Dominique Fingermann no questionamento ao seminário de Miller (1998), que afirmava que “podemos dizer que a poesia é fazer o caminho a partir de uma pedra, e a análise é fazer uma pedra a partir de um caminho” (Miller, 1998, p. 52), é de grande valia para dizer do objetivo de construir sentidos em torno do obstáculo, ou seja, da falta que dá corpo ao objeto de pesquisa.

Há que se considerar ainda a leitura psicanalítica do inverso do discurso, ou seja, dos aspectos de evitação encobertos pelos significantes (Guerra, 2001), atentando-se para o fato de que esse mecanismo “vem em oposição à repetição e à convergência, e, ao mesmo tempo, são a

repetição e a convergência que tornam possível esse mecanismo de evitação” (Miller, 1998, p. 60). São significantes que não aparecem de maneira evidente por serem contornados por outros que caracterizam a repetição de sua ausência, o que “não cessa de não se escrever” (Miller, 1998, p. 67). Esse “não dito” pode na pesquisa, assim como na clínica, tornar-se um obstáculo para a produção de sentidos. A análise dos discursos sob a lógica freudiana toma em consideração os pontos de evitação para identificar as partes do mesmo que são recalcadas ou privilegiadas. Desse modo, teve-se em vista compreender o Real em jogo, cujas respostas não dizem respeito a uma causalidade positivista, mas a múltiplas possibilidades de interpretação.

Segundo Guerra (2001), o material produzido em torno do real servirá de fundamento para construir novas teorias e novas perguntas. No entanto, para Lo Bianco (2003), a teoria não deverá ser considerada como um conjunto pronto de informações a serem aplicadas, mas sob a proposta de questionamento e (re)elaboração característicos do que requer o objeto específico da psicanálise: o inconsciente.

Não se tem aqui, entretanto, a intenção de esgotar a teoria e produzir um saber absoluto a esse respeito, posto que o real será sempre intraduzível, sendo possível apenas deslocá-lo a cada novo postulado (Guerra, 2001):

No ponto limite em que o saber se depara com o real, há a repetição na tentativa de dar conta deste. Essas repetições vão modulando ideias e discursos que adquirem estatutos de verdade, fundando teorias como campo simbólico que se fixa pela linguagem. Essa operação de convergência estabelece conceitos em torno de ideias básicas que funcionam como significantes-mestres de dada teoria (Guerra, 2001, p. 91).

Como ressalta Moreira (2010), não há uma verdade incondicional, e o próprio funcionamento do objeto de estudo da psicanálise, o inconsciente, não se revelando de maneira total, permite ao pesquisador construir apenas saberes parciais: “Trabalhar sobre esse real implica mudar o enquadre da realidade discursiva sobre o tema analisado” (Guerra, 2001, p. 92). Há que se questionar, portanto, as teorias impostas como verdades na tentativa de preservá-las de uma fixidez improdutiva, posto que um conceito, uma vez fixado, despotencializa-se diante das novas ideias que a prática suscita

de maneira contínua (Rosa, 2004). É necessário, ainda, atentar para a transferência excessiva do pesquisador em relação aos mestres da psicanálise, evitando-se que a alienação nos ditos do Outro, com o qual se identifica com certo fascínio, não promova a mera reprodução do que já está posto. O próprio pai da psicanálise preconizava a recriação dessa teoria a partir de cada novo caso, desde que respeitando o que já fora estabelecido (Elia, 1999). Como lembra Mezêncio (2004), “Miller sugere que é necessário falar de boa-fé, ou seja, não se trata de repetir saberes estabelecidos, mas de reinventar a psicanálise baseando-se nos pontos de tropeço de cada um que se coloca em causa em relação ao saber”. (Mezêncio, 2004, p. 111)

A autora diferencia o “bem-dizer” psicanalítico do “tudo-dizer”, visto que colocar perguntas diante do que está posto não quer dizer poder responder a todas elas. Como exposto anteriormente, a investigação própria do objeto da psicanálise – o inconsciente – muitas vezes esbarra com a impossibilidade de tradução simbólica, tornando esse saber passível de ser criado, e não descoberto. Assim como no trabalho analítico clínico, o que se pretende é bordejar o obstáculo que se apresenta, dando-lhe forma, construindo um saber sobre ele (Mezêncio, 2004). A partir de então, está construído o “caminho das pedras”, ou seja, o caminho para a formação de um panorama sobre o que tem sido realizado pelas pesquisas em psicanálise.

Quando a posição do pesquisador se aproxima da posição do analisante e supõe na figura do Outro (objeto de pesquisa) a detenção de algum saber, essa relação com o saber deve manter-se também sustentada pela primazia do significante em relação ao significado e pela impossibilidade de redução do Real ao campo da linguagem. A ética da psicanálise se traduz por uma ética do desejo, e este se define pelo campo irreduzível da falta. O princípio da pesquisa em psicanálise diz da sustentação desse ponto de impossibilidade em sua relação com o saber, um saber “não todo” e produzido no *a posteriori*, que se cria no caso a caso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que se propõem trabalhar com psicanálise encontram-se envoltos pelas prerrogativas para a realização desse ofício, a saber: a realização da própria análise, a supervisão de casos e os estudos

continuados na área da psicanálise. Os programas de pós-graduação que colocam a psicanálise como centro de suas pesquisas têm-se mostrado um caminho fértil para colocar em prática essa última dimensão do psicanalisar. No entanto, a revisão crítica da literatura mostra que há um confronto entre a pesquisa em psicanálise e os modelos positivistas de pesquisa, com ampla tradição no campo acadêmico. Enquanto estes propõem a neutralidade do objeto de pesquisa, com cuidados para que os resultados não sejam “contaminados” pelo pesquisador, a pesquisa em psicanálise coloca o sujeito no centro da investigação. O pesquisador, em face do real, daquilo que falta, constrói o objeto de pesquisa, que sempre estará localizado na escuta das manifestações do inconsciente, sendo esse movimento compreendido a partir da transferência do pesquisador diante do objeto e dos instrumentos de pesquisa. Assim como o analisante, o pesquisador supõe existir saber em participantes, produções literárias e demais fontes que possam ajudá-lo a circunscrever o real com palavras, tecendo uma aproximação entre o lugar do pesquisador em psicanálise e a posição do analisante.

Pautado na investigação clínica dos processos inconscientes, o método ressaltado na obra de Miller (1998) tornou-se uma resposta pertinente à questão deste artigo. Congruentes com a decifração de significantes, nomeada por Lacan como “método psicanalítico”, as operações de redução se apresentaram como meios férteis para a análise das palavras não só na clínica, mas também na pesquisa em psicanálise.

O ponto final de uma pesquisa em psicanálise não significa o fechamento de um saber total, já que, “finalmente”, não propõe uma generalização dos resultados, mas o olhar contínuo para aquilo que é singular e que se transforma permanentemente: o inconsciente. O pesquisador se posiciona, portanto, como um analisante em relação aos enigmas do seu inconsciente.

## REFERÊNCIAS

- Amado, Y. D. (2012). *O significante com o representante do sujeito para outro significante*. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).
- Andrade, C. D. (2010). No meio do caminho. In Andrade, C. D. [Autor], *Nova reunião: 23 livros de poesia*, v. 1. Rio de Janeiro: Best Bolso. (Original publicado em 1930)
- Antunes, M. C. C. (2002). *O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta do gozo ao gozo com a falta*. (Tese de Doutorado em Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).
- Calazans, R., & Serpa, T. (2010). Psicanálise e método científico: pesquisa de campo. In Kyrillos, F., & Moreira, J. O. (orgs.), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade* (p. 81-90). Barbacena: EdUEMG.
- Chaves, W. C. (2002). A noção lacaniana da subversão do sujeito. *Psicol. cienc. prof.*, 22(4), 68-73.
- Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso? *Psicologia: reflexão e crítica*, 12(3), 00.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e ciências sociais. *Ágora (Rio J.)*, 8(2), 153-174.
- Ferreira, N. P. (2002). Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. *Ágora (Rio J.)*, 5(1), 113-131.
- Figueiredo, A. C., Nobre, L., & Vieira, M. A. (2001). Pesquisa clínica em psicanálise: a elaboração de um método. In Figueiredo, A. C. (org.), *Psicanálise: pesquisa e clínica*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278.
- Freud, S. (1996). Dois verbetes de enciclopédia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1922)
- Guerra, A. M. C. (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, 4(1), 85-101.

- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora (Rio J.)*, 6(1), 115-138.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original realizado em 1972-1973)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o texto de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Original publicado em 1958a)
- Lacan, J. (1998). Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Original publicado em 1958b).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original realizado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original realizado em 1964)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: J. Zahar. (Seminário original realizado em 1968-1969)
- Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8(2), 115-123.
- Lustosa, P. R. (2003). A pesquisa em psicanálise: entre a técnica, a extensão e a intensão. In: *Estados gerais da psicanálise: II Encontro Mundial*. Rio de Janeiro. Recuperado em 10 out. 2017 de <[http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial\\_rj/download/3e\\_Lustosa\\_35010903\\_port.pdf](http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/3e_Lustosa_35010903_port.pdf)>.
- Marcos, C. (2010). A pesquisa em psicanálise e a linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação stricto sensu de psicologia da PUC Minas. In Kyrillos, F., & Moreira, J. O. (orgs.), *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade* (p. 99-112). Barbacena: EdUEMG.

- Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Psicanálise e Universidade*, São Paulo, 2, 51-76.
- Mezêncio, M. S. (2004). Metodologia e pesquisa em psicanálise: uma questão. *Psicologia em revista*, 10(15), 104-113.
- Miller, J.-A. (1998). O osso de uma análise. *Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, -Bahia (numero especial, 131 pp.), Salvador.
- Miller, J.-A. (1996). *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Monte, J. B. (2002). *Considerações metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise na universidade*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC).
- Moreira, J. O. Pesquisa em psicanálise na pós-graduação: diferentes possibilidades. In Kyrillos, F., & Moreira, J. O. (orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade* (p. 146-155). Barbacena: EdUEMG.
- Nobre, L. (1999). Sobre o ato de pesquisar em psicanálise: algumas considerações. *Agora*, 2(2), 37-42.
- Pereira, P. J. V. (2005). *A instância da letra na obra de Jacques Lacan*. (Dissertação de Mestrado em Estudos Franceses. Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- Pinto, J. M. (1999). A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicol. Reflex. Crít.*, 12(3), 00.
- Pinto, J. M. (2009). Uma política de pesquisa para a psicanálise. *CliniCAPS: impasses da clínica*, 7, 8-26.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Mal-estar e subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicol. Soc.*, 22(1), 180-188.
- Sauret, M. J. (2003). A pesquisa em psicanálise. *Psicologia USP*, 14 (3), 89-104.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Para nomear essa aplicação da psicanálise fora do contexto da clínica, Lacan, citado por Rosa e Domingues (2010), utiliza o termo “psicanálise em extensão”, distinguindo-a da psicanálise em intensão. A psicanálise em intensão será localizada no campo da doutrina, e dirá respeito ao processo e produto da análise. Já a psicanálise em extensão irá se referir a “tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo e a psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (Lacan, 1967, citado por Rosa, & Domingues, 2010, p. 181).
- <sup>2</sup> Não negamos aqui a importância da metodologia, fator imprescindível em qualquer pesquisa acadêmica, mas a necessidade de uma metodologia única, definida *a priori* enquanto metodologia específica para se realizar pesquisa em psicanálise.
- <sup>3</sup> A impossibilidade da união simétrica entre significante e significado aponta para a impossibilidade de uma totalidade entre o um e o outro, trata-se da impossibilidade do *rapport* sexual. “É a Lei da castração – da diferença sexual – que organiza o encadeamento significativo como tal. Como efeito desse encadeamento, temos o comparecimento do sujeito que se constitui como uma significação. O sujeito comparece como efeito de uma metáfora, que Lacan denomina de metáfora paterna” (Antunes, 2002, [s. p.]).

Recebido em 21 de dezembro de 2017

Aceito para publicação em 20 de julho de 2018

# LUGAR E NÃO-LUGAR NO MUNDO VIRTUAL. NOTAS SOBRE CRIATIVIDADE E TERRITÓRIOS DE EXISTÊNCIA NA REDE

*Junia de Vilhena\**  
*Joana de Vilhena Novaes\*\**

## RESUMO

A partir do conceito de lugar e não-lugar de Marc Augé, tomado emprestado da geografia e da antropologia, discutiremos o uso do espaço virtual como possibilidade de diferentes formas de subjetivação. A importância que os territórios físicos e virtuais adquirem na forma como nos constituímos, os usos que fazemos de ambos e como navegamos nesses espaços serão analisados à luz das contribuições de Pierre Lévy e de Donald Winnicott. Tomando Winnicott como interlocutor no campo psicanalítico, em suas postulações acerca do olhar e da localização da experiência cultural, vamos investigar o lugar da experiência virtual como possibilidade de um novo território de existência. Se, para Pierre Lévy, a virtualidade está estritamente vinculada à criatividade, para Winnicott, antes de olhar criativamente o mundo, o indivíduo deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado. Trata-se, portanto, de discutir as múltiplas possibilidades que o mundo virtual pode oferecer como experiência de olhar ou de não ser visto. Em outras palavras, a leitura da internet como um lugar ou não-lugar dependerá dos usos que o sujeito faz de seus recursos, da relação que estabelece com os mesmos e consigo mesmo.

Palavras-chave: território; não-lugar; virtualidade; criatividade; olhar.

---

\* Professora do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social – LIPIS da PUC-Rio.

\*\* Professora do Programa de Mestrado Profissional e Doutorado em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida.

## PLACES AND NON-PLACES IN THE VIRTUAL WORLD. NOTES ON CREATIVITY AND TERRITORIES OF EXISTENCE IN THE WEB

### ABSTRACT

*Based on Marc Augé's concept of places and non-places, and borrowing from Geography and Anthropology, we shall discuss the use of virtual space as a possibility of different forms of subjectivity. The importance that physical and virtual territories have acquired in the way we are made, the uses we make of both and how we navigate these spaces will be analyzed in the light of Pierre Lévy's and Donald Winnicott's contributions. Taking Winnicott as an interlocutor in the psychoanalytic field, in his postulations about the perspective and the location of cultural experiences, we will investigate the place of virtual experience as the possibility of a new territory of existence. To Pierre Lévy, virtuality is closely linked to creativity; Winnicott, on the other hand, tells us that, in order to look at the world in a creative way, an individual must, above all, have internalized the experience of being looked at. It is therefore the case of discussing the many opportunities that the virtual world can offer as an experience of looking or of not being seen. That is, reading the internet as a place or a non-place will depend on the uses which an individual makes of its resources, and on the relationship established with them and with him or herself.*

*Keywords: territory; non-places; virtuality; creativity; looking.*

## LUGAR Y NO LUGAR EN EL MUNDO VIRTUAL. NOTAS SOBRE CREATIVIDAD Y TERRITORIOS DE EXISTENCIA EN LA RED

### Resumen

*Desde el concepto de lugar y no lugar citado por Marc Augé y que proviene de la geografía y de la antropología, discutiremos el uso del espacio virtual como una posibilidad de diferentes formas de subjetivación. La importancia que adquieren los territorios físicos y virtuales en la forma en que nos constituimos, los usos que les damos y cómo navegamos en estos espacios se analizarán a la luz de los aportes de Pierre Lévy y de Donald Winnicott. Considerando a Winnicott como interlocutor en el campo psicoanalítico, en sus postulados sobre la mirada y la ubicación de la experiencia cultural, vamos a investigar el lugar de la experiencia virtual como un nuevo territorio posible de existencia. Si para Pierre Lévy la virtualidad está íntimamente relacionada a la creatividad, Winnicott nos dice que el individuo, para ver el mundo creativamente, antes que nada, debe haber internalizado la experiencia de haber sido observado. Se trata entonces de discutir las*

*múltiplas posibilidades que el mundo virtual puede ofrecer como experiencia de observar o de no ser visto. Es decir, la lectura del internet como un lugar o no lugar dependerá del uso de los recursos por parte del individuo, de la relación que establece con los mismos y consigo mismo.*

*Palabras clave: territorio; no lugar; virtualidad; creatividad; mirada.*

## INTRODUÇÃO

Em *A cidade e a cidade*, em uma ambientação semelhante a Blade Runner, Miéville (2016) descreve as cidades de Ul Qoma e Beszel como duas cidades que ocupam o mesmo lugar geográfico, que possuem suas zonas exclusivas, além de espaços de cruzamento pelos quais as pessoas podem passar, mas não interagir. As duas cidades são formas de criar uma consciência do não-real, que é em si um espaço determinado pela experiência de estar fora do território, de deslocalização ou de perda de lugar. Pode-se ver, mas deve-se “desver” o que não é permitido ser visto. Fronteiras imaginárias são erguidas e ultrapassá-las é passível das mais terríveis punições. Cruzar fronteiras é pior do que um assassinato.

Buscar-se-á, neste artigo, traçar um paralelo entre os trajetos feitos no universo real da cidade e os caminhos percorridos no mundo virtual. Tal será feito, objetivando analisar o papel dos territórios, físicos e virtuais, enquanto importantes agenciadores de subjetividade. O que vemos e como vemos é modulado a partir da geografia e do lugar de pertencimento. Winnicott (1975) nos diz que, para olhar criativamente e ver o mundo, o indivíduo, antes de tudo, deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado. Sendo assim, nos indagamos: o que será que a tela nos devolve?

Partindo do conceito de lugar e não-lugar, tomado emprestado da geografia e da antropologia, discutiremos o uso do espaço virtual como possibilidade de diferentes formas de subjetivação. Se o lugar nos fornece um sentido, uma identidade e uma história, os “não-lugares”, conceito cunhado por Augé (1994), são espaços nos quais não estão simbolizadas nem identidade, nem relação, nem história. Contudo, se do lado do lugar [tradicional] há o sentido, há também a não-liberdade, a coação. Do mesmo modo, do lado do não-lugar, há uma liberdade individual que pode chegar ao absurdo e à perda de identidade.

É nesse interjogo que buscamos investigar a relação do sujeito com o mundo virtual. Ou seja, a leitura da internet como um lugar ou não-lugar dependerá dos usos que o sujeito faz de dos recursos tecnológicos, da relação que estabelece com eles e consigo mesmo. Nas palavras de Lévy (1999, p. 17): “Nem a salvação nem a perdição residem na técnica. Sempre ambivalentes, as técnicas projetam, no mundo material, nossas emoções, intenções e projetos. Os instrumentos que construímos nos dão poderes, mas coletivamente responsáveis, a escolha está em nossas mãos”.

## LUGAR E NÃO-LUGAR

Se lugar e não-lugar representam, simultaneamente, o tempo passado bem como um provável futuro, a relação entre lugar antropológico e não-lugar nos conduz a pensar uma realidade entre o que fomos/somos e aquilo em que poderemos nos tornar, ou melhor, aquilo em que estamos nos tornando (Sá, 2014).

O lugar é um campo de construção da vida social em que se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e os fixos, o incontável arsenal de objetos técnicos. Desse modo, cada espaço é global e particular, expressa o mundo e as condições próprias e singulares de sua constituição. Segundo Augé (1994), os “lugares” são fundamentais porque são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se aos lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, o lugar de onde se vem, o lugar onde se trabalha, o lugar onde se mora. Em síntese, um lugar pode ser simbolizado. É a partir de um lugar que falamos e que somos ouvidos; que respeitamos e somos respeitados; que nos sentimos incluídos ou à margem (Vilhena, 2002).

O espaço torna-se, então, um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos dos acontecimentos e o incontável arsenal de objetos técnicos. Cada espaço é, portanto, global e particular; expressa o mundo e as condições próprias, singulares de sua constituição. “De acordo com a apropriação metafórica do espaço, o contexto entre diferentes posições subjetivas implica um julgamento simultâneo de identidade, como de diferença, um julgamento social sobre a identidade do sujeito e seu posicionamento vis-à-vis outros” (Smith, 1994, p. 184).

Segundo Sá (2014), na medida em que a pós-modernidade é marcada pela abundância de eventos, superabundância espacial e exacerbação do individualismo, o não-lugar torna-se a expressão paradigmática desse tempo. Talvez por isso, Augé (1994) centra-se nos não-lugares, buscando explicitar a forma como certos espaços construídos estão nos transformando em “outros”. Para o autor, tais espaços são construídos, deliberadamente, de forma a possibilitar “fazer cada vez mais coisas em menos tempo” (Augé, 1994, p. 57). Daí observarmos a busca, sempre presente em Augé, por identificar em que medida os “não-lugares” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo “solitário”. Nesse sentido, caberia indagar-mos em que medida nossa vivência será a de viver, isoladamente, como em UIQoma ou em Beszel do romance citado.

Também para Freud (1924/1980) existem duas realidades, mas vejamos como estas operam. A *Wirklichkeit* seria a realidade do fato em si, da coisa em si mesma; enquanto a *Realität* seria uma realidade representacional, que vincula o sujeito ao fato em si que o representa. Como coisa em si, a *Wirklichkeit* constitui-se na forma de uma realidade inapreensível e incognoscível ao indivíduo. A *Realität*, por sua vez, corresponderia, globalmente, ao que está fora do psíquico: a natureza, os semelhantes, a realidade social ou objetal e até ao próprio corpo biológico. Dessa forma, tudo o que está fora do psíquico corresponderia à energia que nosso aparato perceptivo é capaz de registrar quando essa energia não excede certas condições. Será a forma como o sujeito assimila suas experiências que determinará o processo de transformação. Além disso, a realidade percebida acaba tendo, muitas vezes, uma íntima relação com aquela idealizada. O que mais importa ao aparelho psíquico é a realidade do objeto e a possibilidade de produzir um vínculo a partir dele.

Esse talvez seja o ponto que mais nos interesse: é possível “produzir um vínculo” apenas através da virtualidade? É possível, igualmente, usando ainda a mesma metáfora, navegar entre as cidades e com elas interagir?

Para Certeau (1998), menos pessimista, é a prática que faz o lugar. As formas como os sujeitos modificam o lugar, a partir de suas apropriações, ocupações e vivências, transformam-no em um “lugar praticado”. Daí talvez seu interesse pelos andarilhos. Sua abordagem centra-se nas práticas

comunicacionais, na linguagem e mesmo nas caminhadas na cidade como formas de o sujeito se inserir no mundo. Constituem-se em significados e discursos enquanto produtos das interações entre o sujeito e o mundo, diferenciando lugares e espaços pela forma de apropriação dos sujeitos.

Ressaltando a dimensão da alteridade no lugar antropológico, Augé (1994, p. 158) afirma: “Se a tradição antropológica ligou a questão da alteridade (ou da identidade) à do espaço, é porque os processos de simbolização colocados em prática pelos grupos sociais deviam compreender e controlar o espaço para se compreenderem e se organizarem a si mesmos”.

O autor toma como exemplo a aldeia dos Bororos, citada por Lévi-Strauss (1993), como paradigma da forma como a mudança espacial imposta pode determinar o fim de uma organização política e social. Organizada em círculo, originalmente, a aldeia foi transformada pelos missionários salesianos que impuseram uma linearidade para eles desconhecida. O resultado foi a perda do sentido de suas tradições e de sua própria cultura.

Mas, se organização espacial é tão determinante, como se dará essa relação onde o espaço tem características tão singulares?

Seguindo a definição de Augé (1994), a Internet poderia ser lida como não-lugar nos momentos em que, imersos nessa nova realidade, nos perdemos no universo de nuvens, mercadorias e informações: lemos e-mails de trabalho, compramos, jogamos, criamos avatares para as redes sociais, enfim um leque de possibilidades se abre à nossa frente. Podemos ser quem desejarmos e estar em vários lugares simultaneamente, ou podemos não ser ninguém e nos perdermos nessa multiplicidade de tarefas e lugares.

Os limites, a história e as relações parecem estar diluídos e fragmentados em aplicativos, redes sociais e nuvens que nos permitem expandir a informação e a experiência para espaços antes inconcebíveis. Contudo, ainda que os “não-lugares” virtuais tragam novidades e praticidade para a rotina do homem pós-moderno, em uma visão mais pessimista, ou realista, eles podem transformar “o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte” (Sá, 2014, p. 211).

Entendemos, com isso, que levar uma vida social ausente da mediação eletrônica já não é mais uma opção. Consequentemente, a morte social está à espreita dos que ainda não se integraram ao *ciberworld*. Para o

psicanalista francês Enriquez (2006, p. 49), “a parcela da intimidade, a vida de cada pessoa, agora deve ser exposta no palco público [...] aqueles que zelam por sua invisibilidade tendem a ser rejeitados, colocados de lado ou considerados suspeitos de um crime”.

Mas, se a tecnologia chegou para ficar, não podemos acreditar que o sujeito se encontre passivamente face aos seus “malefícios”. Quando falamos de sujeito, falamos de singularidade, de diferentes apropriações e usos do objeto e de potencialidades múltiplas, pelo menos para uma parte dos sujeitos. Se falarmos de conformismo, falaremos, igualmente, também de resistência.

Nesse sentido, indagamos: será possível transformar o ambiente? Mais especificamente, como transformar o não-lugar em território propício a novas construções subjetivas, posto que, apesar de sermos seres singulares, nossa maneira de nos colocarmos no mundo não está separada do contexto no qual estamos inseridos. Nossa hipótese caminha no sentido de investigar o lugar da criação como possível facilitador para determinados sujeitos.

## **O MUNDO VIRTUAL COMO POSSÍVEL ESPAÇO DE ACOLHIMENTO E DE CRIAÇÃO**

A definição de Lévy (1996), um dos principais pensadores da era da informação, nos ajuda a ampliar o conceito de virtual para além da alienação, do espetáculo e do vício, uma vez que o autor o define não como o irreal, mas como uma realidade que tem suporte na coordenada do tempo (perceptivo/cognitivo), independentemente da fisicalidade do espaço. Nas palavras do autor: “O virtual, rigorosamente definido, tem somente uma pequena afinidade com o falso, o ilusório ou o imaginário. Trata-se, ao contrário, de um modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, abre futuros, perfura poços de sentido sob a platitude da presença física imediata” (Lévy, 1996, p. 12).

O autor nos lembra, ainda, que a imaginação, a memória, o conhecimento, a religião são vetores de virtualização que nos fizeram abandonar a presença muito antes da informatização e da criação das redes sociais.

Desse modo, podemos entender o espaço virtual como um lugar de identificação e de criação do indivíduo que vive experiências, cria e

produz informação que alcança localidades surpreendentes. Se, até então, o território tinha certa ligação com a localização geográfica, ele passa a ganhar novas configurações, o que não quer dizer que não funcione mais como um lugar para o sujeito contemporâneo. Segundo Lévy (1999, p. 194), “o ciberespaço é efetivamente um potente fator de desconcentração e de deslocalização, mas nem por isso elimina os ‘centros’”. Dias (2016), ao se referir à teoria de Haesbaert (1995), afirma que os territórios

Não desaparecem, mas mudam de lugar, adquirindo um novo sentido relacional. As relações estabelecidas pelas novas tecnologias seriam então desterritorializantes, mas nem por isso deixam de fomentar novas reterritorializações, conduzindo a uma ideia de mundialização dos lugares e territórios. Segundo a interpretação de Haesbaert (1995), o resultado desse processo não é o desaparecimento dos lugares e territórios, mas sua multiplicação, o que facilita o reconhecimento e sentimento de pertencimento das pessoas a novos territórios, mesmo que sejam virtualizados (Haesbaert, 1995, citado por Dias, 2016, p. 51).

Conforme aponta Schneider (2015), comentando o trabalho de Augé (1994), as noções de espaço e lugar têm ali seu surgimento como conceitos-chave, sendo que “o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas” (Schneider, 2015, p. 68). Por isso, o lugar é o espaço vivido, carregado de afetividade e significados.

O conceito de ambiente deriva do latim *ambiens*, aquilo que tem a propriedade de envolver algo. Em sua conceituação mais geral, fala dos diferentes espaços nos quais somos envolvidos ou enlaçados. Essa palavra aqui nos parece importante, na medida em que fala dos espaços nos quais criamos laços (os quais, em última análise, são sociais).

Winnicott (1975), em *O brincar e a realidade*, já pensava a importância do lugar e da cultura no acolhimento e na constituição dos sujeitos. No capítulo A localização da experiência cultural, o autor indaga acerca do lugar onde vivemos: “Quando se fala de um homem, fala-se dele *juntamente* com a soma de suas experiências culturais. O todo forma uma unidade” (Winnicott, 1975, p. 157). Ao utilizar o termo cultura, o autor se refere à tradição que herdamos, a alguma coisa que é o lote

comum da humanidade para o qual os indivíduos e os grupos podem contribuir e de onde cada um de nós poderá retirar alguma coisa, se tivermos um lugar onde colocar o que encontramos.

Também fala de um lócus desterritorializado e regido por uma temporalidade própria entre a realidade interna e a externa, o sujeito e seu ambiente. “O lugar em que a experiência cultural se localiza está no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente, originalmente, o objeto” (Winnicott, 1975, p. 159). O autor emprega o termo experiência cultural como uma extensão das ideias de fenômenos transicionais de brincar.

Em sua preocupação com o que considera a “natureza humana”, Winnicott (1975) afirma que não há como negligenciar a importância da relação primordial do ser vivo com o mundo, assim como também não podemos deixar de conceder uma primazia ao plano imediato da vida. Desde nosso início enquanto seres vivos nos constituímos em um espaço “entre”, que não pertence nem à dimensão externa nem interna, mas que, simultaneamente, pertence a ambas, uma vez que nos constituímos apenas a partir de nossa relação com o meio: “É nesta zona indeterminável, lugar abstrato não localizável, a partir do qual tudo se determina, nesse interstício da atividade simbólica com o vivido na experiência, que encontramos a área de ilusão ou espaço potencial, zona fronteira onde o gesto espontâneo e criativo acontece” (De Leo, 2005, p. 37).

Como apontam Vilhena, Bittencourt, Novaes e Rosa (2017), colocando em evidência o lugar da criatividade no embate com a realidade, Winnicott (1975) defende a necessidade de uma afirmação da natureza humana em termos de um triplo enunciado, inserindo, entre a realidade interna e a externa, uma “terceira parte da vida”, que constitui uma área intermediária de experimentação, lugar de repouso para o indivíduo, empenhado na perpétua tarefa de manter as realidades interna e externa separadas ainda que inter-relacionadas. O lugar da experiência cultural, assim como do brincar, é o espaço transicional.

Inicialmente, esse ambiente está localizado na figura da mãe ou de alguém responsável pelos cuidados para com o bebê. Na medida em que o tempo passa, o ambiente também se transforma, localizando-se na experiência cultural. Assim, nos diz Winnicott (1975):

Chamo a atenção para o fato de que não se pode fazer uma descrição do desenvolvimento emocional do indivíduo inteiramente em termos do indivíduo, mas considerando que em certas áreas – e essa é uma delas, talvez a principal – o comportamento do ambiente faz parte do próprio desenvolvimento pessoal do indivíduo e, portanto, tem de ser incluído (Winnicott, 1975, p. 79).

Assim, tomando como referência a forma como Winnicott concebe a experiência cultural, podemos afirmar que a mesma pode funcionar como aquilo que ativa os processos criativos e que, em nossa configuração existencial, pode ser o cerne do “verdadeiro self”. Nas palavras do autor, o “ambiente influi diretamente nos processos criativos”. Essa afirmação tem implicações importantes, uma vez que, para Winnicott (1975, p. 87), “somos incessantemente constituídos por um ambiente que extrapola os limites do âmbito familiar” localizando-se, portanto, na experiência cultural.

O conceito de “viver criativo” implica a possibilidade de ter experiências provenientes do âmbito do ser psicossomático, onde existem entrega e fruição do prazer, intensidade, onde o tempo e o corpo estão em sinergia com o ambiente através do sentir e da afetividade. Em outras palavras, o indivíduo saudável winnicottiano é aquele capaz de realizar o potencial do seu ser através de ações em que seu corpo (soma), em conjunto com a psique (emoções, afetos) e a mente (intelecto) compõem uma só unidade.

Ainda segundo o autor, é o viver criativo que dá sentido à existência e ao sentimento de que a vida vale a pena ser vivida. Sem isso, viver ou morrer não faria diferença, posto que, nesses casos, “tudo o que importa e é real, pessoal, original e criativo permanece oculto e não manifesta qualquer sinal de existência” (Winnicott, 1975, p. 99). Ou seja, é o viver que se encontra destituído de seu poder de criação.

A experiência criativa se localiza em um espaço intermediário entre o objetivo e o subjetivo, entre a presença e a ausência, entre o dentro e o fora. É uma área de mutualidade, de experiência compartilhada, de superposição do espaço psíquico da mãe e do bebê. Esse terceiro espaço é o local da experiência cultural, do viver criativo e do gesto espontâneo. Na criatividade, não há submissão; existe liberdade, transformação e sanidade (Vilhena *et al.*, 2013). É através da percepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida.

Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, pelo qual o mundo em todos seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que se ajustar ou a exigir adaptação. A submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. “Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira totalizante, a forma não criativa pela qual estavam vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou à de uma máquina” (Winnicott, 1975, p. 95).

A questão que se coloca, então, é: seria possível pensar o espaço virtual também como um espaço de criação que, ao acolher o sujeito, favoreceria a experiência de si? Para Lévy (1996), a virtualização é, por definição, criadora, uma vez que a problematização faz parte de sua essência. Pessoas inconformadas com o *status quo* estão sempre criando novos cenários, novas formas de fazer o que fazem e criando novas funcionalidades para o que já existe. Nos dizeres do autor, “a virtualidade passa de uma solução dada a um outro problema” (Lévy, 1996, p. 18).

Seria igualmente possível pensar o ambiente virtual como um local que envolve, acolhe e possibilita a criação de laços? Essa acepção de ambiente não é nova. Ela fora outrora descrita, em termos muito semelhantes, por Winnicott (1975), ao falar do “ambiente suficientemente bom”. Referia-se o autor àquele ambiente que oferece as condições favoráveis, em termos físicos e psicológicos, com as quais o indivíduo convive, adequadas o suficiente às suas necessidades, de modo a favorecer os processos de maturação da personalidade (integração, personalização e realização).

## NOVOS TERRITÓRIOS? NOVAS FORMAS DE EXISTÊNCIA?

Augé (1994, p. 74) nos fala de “Um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório, ao efêmero”. Em um interessantíssimo artigo em que discute o conceito de lugar e não-lugar, relacionado ao aplicativo *Foursquare*, Reis (2013), utilizando a perspectiva do Interacionismo simbólico, propõe estender tal conceito a partir da transformação desses lugares ausentes de significado, entendendo que os rastros deixados pelos indivíduos no *Foursquare*, suas inserções textuais e imagéticas, compõem discursos particulares e únicos, intensamente subjetivos, assim como os relatos de viagem dos quais fala Certeau:

“Camadas simbólicas de indivíduos que se apropriam de locais que, de acordo com a perspectiva de Augé se encaixariam perfeitamente em sua categorização relacionada aos espaços de fluxos da supermodernidade” (Augé, p. 145)<sup>1</sup>.

Para Augé (1994), o conceito de pós-modernidade, quando de sua elaboração, aparentava inegável pertinência; mas hoje, dadas as novas configurações tanto subjetivas, quanto espaciais e informacionais inauguradas pela comunicação e interação em rede, são necessários novos estudos e sua relativização.

Se pensarmos com Rorty (2000), veremos que a linguagem seria um instrumento de que o homem dispõe para redescrever a realidade de diferentes formas, de modo a lidar com certas condições temporais e históricas nas quais se encontra inserido. Essas formas incluem objetivos culturalmente construídos que, não sendo universais, são compartilhados pelos membros de uma comunidade específica. É ancorado na linguagem que todo o conhecimento se produz, o que significa enfatizar a necessidade inerente a todos os seres vivos de lidar com as diversas contingências de seu ambiente.

Não há espaço, nessa concepção, para aceitar a ideia de um conhecimento capaz de transcender o próprio tempo, buscando verdades universais. Só o que temos é a linguagem, que estabelece relações diversas entre os objetos do mundo.

Se, para Rorty (2000), a linguagem permite ao homem a capacidade para agir, de acordo com diferentes circunstâncias de seu ambiente, através da possibilidade de redescrever as relações entre as coisas, para Winnicott (1975), não se pode sequer pensar em um bebê ou em um indivíduo independente de sua inserção na cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissemos, anteriormente, que os sujeitos se ligam aos lugares e os reconhecem no curso de suas vidas. Por isso, reafirmamos que é também no lugar, enquanto construção social, que os sujeitos produzem sua subjetividade. É a partir de um lugar – inicialmente representado pelo círculo materno/infantil – que falamos e somos ouvidos, respeitamos e somos respeitados, sentimo-nos incluídos ou à margem.

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora do lugar. Acreditamos que os sujeitos fazem escolhas sim, mas que suas alternativas estão codificadas nos limites de um meio-ambiente facilitador ou não, de uma cultura de compartilhamento ou de segregação. Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos, estar em consonância com outros sujeitos na luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento (Vilhena, 2014, p. 296).

Em uma sociedade profundamente individualista, pouco inclusiva e intolerante, seria possível pensar o espaço virtual como uma das possíveis estratégias do sujeito para sentir-se acolhido e não sucumbir à indiferença? Poderíamos pensar esse espaço como um que lhes foi possível criar? Ou, como apontamos no estudo anteriormente citado, uma desconstrução foi possível através da criação de uma nova malha discursiva?

Retomando Winnicott (1975), para olhar criativamente e ver o mundo, o indivíduo, antes de tudo, deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado. Assim, para poder especular sobre si e sobre o mundo, a pessoa deve primeiro ter sido olhada com interesse por alguém. Na introdução de seu livro *A criança e seu mundo*, Winnicott (1971, p. 10) afirma que “todo indivíduo mentalmente são, todo aquele que se sente como pessoa no mundo e para quem o mundo significa alguma coisa, toda pessoa feliz, está em débito com uma mulher”. Mais ainda, esse alguém deve ter olhado para essa pessoa com sua alma para poder permitir ao outro a possibilidade de perceber em si mesmo a alma que nele habita.

Como lembra Plastino (2009), na visão winnicottiana, o surgimento da criatividade vem dos sofrimentos de cada homem, de sua felicidade, da integração de suas tendências eróticas e agressivas. As modalidades de sua inserção na vida social dependem da qualidade do seu desenvolvimento emocional, indissociável da qualidade dos cuidados recebidos. Isto posto, é legítimo afirmar haver espelhos maternos bons, ou suficientemente bons, e espelhos maternos que se refletem em humores próprios, não refletindo o bebê e, sim, a mãe. E o bebê se depara com uma imagem que não entende e é forçado a entender cedo demais.

Se pensarmos a tela tão somente enquanto máquina, vislumbraremos um olhar vazio, sem vida! Há uma discrepância, contudo, fundamental entre o sujeito-gente, vida, e ela-máquina, inanimada. Daí evocarmos

mais uma questão. De qual premissa devemos partir: o sujeito contemporâneo se utiliza da virtualidade para se manter como um ser desejanste, uma vez que necessita de um olhar vazio e de expectativas, para depois seguir sua busca pelo mundo dos olhares, até sentir falta de algum? Ou, ao contrário, o sujeito se utiliza desse olhar morto para amortecer seu desejo, matá-lo dentro de si? Desejo de tocar aquilo que o olha, mas que não se pode ter?!

A qualidade “potencial” de um espaço intermediário pode se manifestar através do hiato entre o sujeito e o mundo que poderá ser ou não preenchido por representações substitutivas ou pela atividade lúdica. Talvez por isso esse espaço possa representar o sonho ou o pesadelo, a criação ou a alienação, a potência ou o assujeitamento.

Tudo aquilo que se vê nos devolve a mirada. E o que fazer a cada olhar devolvido? Do simples plano óptico enxergado surge uma potência visual, uma disponibilidade para o visual. Ainda assim, o olhar é também uma ação que precede uma perda: a perda da fantasia, da imaginação ou até mesmo da sanidade (Didi-Huberman, 1998).

Nesse caso, percebemos haver um jovem que olha para uma tela virtual, holográfica, na qual tudo é possível. Os olhos que fitam a tela podem exceder fertilidade, desejo e esperança. Vorazes pela experiência de uma outra existência. Mas afinal, o que a tela lhe devolve? O que esse sujeito veria refletido?

Segundo Lispector (1999, p. 18), em seu conto “Espelhos”, “Não existe a palavra espelho – só espelhos, pois um único é uma infinidade de espelho. Esse vazio cristalizado que tem dentro de si espaço para se ir para sempre em frente, sem parar: pois espelho é o espaço mais fundo que existe.

Continua Clarice:

Quem olha um espelho conseguindo ao mesmo tempo isenção de si mesmo, quem consegue vê-lo sem se ver, quem entende que a sua profundidade é ele ser vazio, quem caminha para dentro de seu espaço transparente, sem deixar nele o vestígio da própria imagem – então percebeu o seu mistério (Lispector, 1999, p. 18).

A realidade cibernética oferece a possibilidade de outro espaço, que não exige a devolução do olhar nos termos de um encontro presencial.

Existe uma tela protetora que filtra a esperança e a humanidade desse desejo. Afinal, quem olha pode estar fantasiado, assumindo inúmeras identidades, ou igualmente pode estar transmutado em um holograma e, por isso, pode não necessitar da espera para ser percebido.

As mudanças na vida coletiva incidem sobre o psiquismo dos sujeitos singulares, e essa incidência confirma que o sujeito do inconsciente sofre as mutações de um laço social agora marcado pelo esfacelamento da interação entre o singular e o coletivo.

Segundo alguns autores, a sociedade contemporânea estaria marcada pela ausência de referenciais externos na formação de identidades. Giddens (2003) e Bauman (2001) apontam para as identidades e alteridades líquidas. Inúmeros outros enfatizam o individualismo exacerbado (Lasch, 1987) pela competitividade em todos os campos da vida. Para Dufour (2010), uma nova economia psíquica está se constituindo e, por isso, é importante atentar para as modificações que o social e a lógica do mercado liberal impõem aos sujeitos. Nesse contexto, a noção de coletivo acaba por ficar ofuscada pelo brilho excessivo do individualismo narcísico, fruto da necessidade diária de tomar atitudes conquistadoras/dominadoras/fálicas (Ehrenberg, 2010).

Mas, como sabemos que não há laço natural, na medida em que vivemos no mundo da linguagem, é possível que o sujeito encontre na virtualidade o terreno fértil para expressão dessa experiência quando este lhe é “suficientemente bom”, parodiando Winnicott (1975)?

Nesse sentido, podemos pensar a rede como um espaço onde, tal qual a cidade, podemos não ver o outro e podemos existir sem sermos vistos, lançados em nosso desamparo e, aparentemente, reduzidos à materialidade da vida biológica – *a vida nua*, como Giorgio Agamben (2002) definiu na introdução de seu livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. O não-lugar descrito por Augé (1994). Como em UlQoma e Beszel, fingimos também desconhecer que não é necessário haver grades para haver cercas e muros e que estes não são objetos inertes e, sim, discursos que produzem respostas e agenciam subjetividades. Olhe a sua volta: existe outra cidade dentro da sua cidade, mas você não está vendo. Você mesmo é invisível a determinadas pessoas. Essa é a mensagem de Miéville (2016).

A vida cultural e o contexto no qual nos encontramos inseridos tem implicação direta na maneira pela qual somos constituídos. Vale dizer, portanto, que todo o psíquico é, desde sempre, também social.

Ao postular a emergência mútua do sujeito e da realidade externa, no espaço intermediário de experiência e comunicação, Winnicott (1975) faz emergir uma outra compreensão do jogo do mundo e do pensamento. A criatividade, que implica levar em conta o ambiente, é a condição de possibilidade da experiência de ser: sentimento de estar vivo, de existir de maneira viva. Pode ser também uma nova forma de viver a cidade e construir novos territórios de existência. Cruzar fronteiras e se unir com os habitantes das outras cidades.

## REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- De Leo, A. (2005). Na praia do mar dos mundos sem fim... Mães e crianças brincam: criando um espaço terapêutico para mães e bebês. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Dias, V. C. (2016). *Morando na rede: novos modos de constituição de subjetividades de adolescentes nas redes sociais*. Curitiba: CRV.
- Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- Dufour, D. R. (2010). O divino mercado. *Cadernos de Psicanálise (CPRJ)*, 32(23), 55-65.
- Ehrenberg, A. (2010). *La Société du malaise*. Paris: Odile Jacob.
- Enriquez, E. (2006). O homem do século XXI; sujeito autônomo ou indivíduo descartável? *RAE-eletrônica* 5(1). Recuperado em 13 jun. 2018 de <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol5-num1-2006/homem-seculo-xxi-sujeito-autonomo-ou-individuo-descartavel>>.
- Freud, S. (1980). A perda da realidade na neurose e na psicose. In Freud, S. [Autor]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924)
- Giddens, A. (2003). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Haesbaert, R. (1995). A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In De Castro, I. E., Gomes, P. C. C., Corrêa, R. L. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. (5ª ed, p. 165-206). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Lasch, C. (1987). *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

- Lévi-Strauss, C. (1993). *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lispector, C. (1999). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Miéville, C. (2016). *A cidade e a cidade*. São Paulo: Boitempo.
- Plastino, C. A. (2009). A dimensão constitutiva do cuidar. In Maia, M. S. (org.), *Por uma ética do cuidado* (p. 53-88). Rio de Janeiro: Garamond.
- Reis, B. (2013). Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. *Contemporânea*, 1(21), 135-148. Recuperado em 13 jun. 2018 de <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/6969/5108>>.
- Rorty, R. (2000). *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Sá, T. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo social: Revista de sociologia da USP*, 26(2), 209-229.
- Schneider, L. C. (2015). Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. *Ágora*, 17(1), 65-74.
- Smith, N. (1994). Geography, difference and the politics of scale. In Doherty, J., Graham, E., & Malek, M. (orgs), *Postmodernism and the Social Sciences* (p. 177-191). Londres: MacMilan.
- Vilhena, J. (2002). Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, XV(163), 48-54.
- Vilhena, J. (2014). Cidades para quem? Espaço, confinamento e processos de subjetivação. In Santos, E., Ferreira, J. A. G., Ganga, R., & Almeida, J. (orgs), *Novas subjetividades: retratos de objetos emergentes* (p. 285-298). Viseu: Psicosoma.
- Vilhena, J. D., Bittencourt, M. I. G. F., Novaes, J. V., & Zamora, M. H. (2013). Cuidado, maternidade e temporalidade: repensando os valores contemporâneos da eficiência. *Cadernos de psicanálise* (Rio de Janeiro), 35(28), 111-127. Recuperado em 13 jun. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952013000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000100007)>.

Vilhena, J., Bittencourt, M. I., Novaes, J. D. V., & Rosa, C. M. (2017).

O que se passa na infância não fica na infância. Sobre o respeito pelo outro nas relações sociais. *Estilos da Clínica*, 22(i2), 339-353.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

## NOTA

- 1 Augé afasta-se do termo pós-modernidade preferindo utilizar a palavra supermodernidade para dar a ideia de continuidade. Na modernidade atual, observamos mais fatores de aceleração, como do tempo, do que de ruptura. Em suas palavras: “quanto ao termo pós-modernidade, muitos o empregam, inclusive alguns antropólogos norte-americanos, para dar a ideia de pós como coisa completamente diferente. Mas não podemos entender o que acontece hoje sem fazer referência ao século XVIII. Há muitos aspectos da vida atual que poderiam dar a impressão de uma grande confusão, uma grande pluralidade e diversidade pós-colonial. A palavra pós-moderna me parece mais descritiva que analítica, mas podemos entender o que acontece desde a supermodernidade, desde o excesso. Não sou um relativista, não é porque há diferenças no mundo que as diferenças têm que ser respeitadas ou serem a última palavra. Temos que pensar ao mesmo tempo a sociedade e a humanidade, e me parece perigoso pensar apenas a partir do respeito à diversidade. A diversidade, em princípio, é uma coisa boa, mas não sistematicamente. É preciso pensar a cultura, a diversidade, a identidade, sempre em movimento, nunca de maneira “fixa”. *Revista Antropos* – volume 2, ano 1, maio de 2008.

Recebido em 12 de abril de 2018

Aceito para publicação em 05 de julho de 2018

## A MORAL E A MORTE COMO DEFESAS PERANTE A CULPA E A INSATISFAÇÃO LIBIDINAL EM UMA TRAGÉDIA DE NELSON RODRIGUES

*Marcelo Duarte Porto\**  
*Francisco Catunda Martins\*\**  
*Zenaide Dias Teixeira\*\*\**

### RESUMO

As afinidades da psicanálise com a literatura são inequívocas e estão presentes desde as primeiras formulações freudianas. Édipo Rei, de Sófocles, e as tragédias de Shakespeare são manifestações dessa relação. Neste trabalho, elegemos como objeto de análise da tragédia rodriguesa “A falecida”, que estreou em maio de 1953. A hipótese proposta sobre os percalços de Zulmira, a protagonista, postula que seu contexto de pobreza cultural e material, a falta de afeto demonstrada pelo marido e o sentimento de culpa por tê-lo traído desencadeiam sua busca de elevação moral. Para ela o sexo, e todas as suas manifestações libidinais, passa a ser abominável e sua grande obsessão torna-se a cerimônia do seu enterro. As acusações do Supereu a atormentam a ponto de ela acreditar que apenas a morte, seguida por um enterro luxuoso, poderá redimi-la. Isso parece indicar que essa personagem intenciona buscar na morte e no ritual de purificação que a envolve, uma redenção para sua vida medíocre e neurótica. Zulmira torna-se uma vítima inerte do Supereu que, como veículo da pulsão de morte, acabará por levá-la ao padecimento. A ciência, representada pelo médico Dr. Borborena, não consegue escutar a queixa de desamor de Zulmira e sua estruturação histórica. Procedem-se também a uma análise da narrativa por meio do modelo actancial proposto por Greimas.

Palavras-chave: psicanálise; literatura; histeria; supereu; semiótica.

---

\* Professor no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da UEG.  
Doutor em Psicologia Clínica e Cultura/UnB.

\*\* Professor Emérito da UnB / Professor da UCB.

\*\*\* Professora da UEG. Doutora em Linguística/UnB.

## MORALITY AND DEATH AS DEFENSES AGAINST GUILT AND LIBIDINAL DISSATISFACTION IN A TRAGEDY OF NELSON RODRIGUES

### ABSTRACT

*The affinities of psychoanalysis with the literature are unmistakable and have been present since the earliest Freudian formulations. Oedipus the King, by Sophocles, and the tragedies of Shakespeare are manifestations of this relationship. In this work, we chose as an object of analysis of the Rodriguean tragedy "The deceased" that premiered in May 1953. The proposed hypothesis about Zulmira's mishaps, the protagonist, postulates that its context of cultural and material poverty, lack of affection demonstrated by husband and the sense of guilt for having betrayed him, unleash his quest for moral elevation. For her, sex and all her libidinal manifestations become abominable and her great obsession becomes the ceremony of her burial. The accusations of the Superego torment her to the point where she believes that only death, followed by a luxurious burial, you can redeem it. This seems to indicate that this character intends to seek in death and the purification ritual that surrounds her, a redemption for her mediocre and neurotic life. Zulmira becomes an inert victim of the Superego, who, as a vehicle for the death drive, will eventually lead her to suffering. Science, represented by Dr. Borborena, cannot hear Zulmira's complaint of dismay and her hysterical structure. An analysis of the narrative is also done through the actantial model proposed by Greimas.*

*Keywords: psychoanalysis; literature; hysteria; overcome; semiotics.*

## LA MORAL Y LA MUERTE COMO DEFENSAS ANTE LA CULPA Y LA INSATISFACCIÓN LIBIDINAL EN UNA TRAGEDIA DE NELSON RODRIGUES

### RESUMEN

*Las afinidades del psicoanálisis con la literatura son inequívocas y están presentes desde las primeras formulaciones freudianas. Edipo Rey, de Sófocles, y las tragedias de Shakespeare son manifestaciones de esa relación. En este trabajo, elegimos como objeto de análisis de la tragedia rodrigueana "La fallecida" que se estrenó en mayo de 1953. La hipótesis propuesta sobre los percances de Zulmira, la protagonista, postula que su contexto de pobreza cultural y material, la falta de afecto demostrada por el marido y el sentimiento de culpa por haberlo traicionado, desencadenan su búsqueda de elevación moral. Para ella, el sexo y todas sus manifestaciones libidinales, pasa a ser abominable y su gran obsesión se convierte en la ceremonia de su entierro. Las acusaciones de Superyó la atormentan hasta el punto de que cree que sólo la*

*muerte, seguida por un entierro lujoso, puede redimirla. Esto parece indicar que ese personaje intenta buscar en la muerte y en el ritual de purificación que la envuelve, una redención para su vida mediocre y neurótica. Zulmira se convierte en una víctima inerte del Superyó, que, como vehículo de la pulsión de muerte, acabará por llevarla al padecimiento. La ciencia, representada por el médico Dr. Borborena, no consigue escuchar la queja de desamor de Zulmira y su estructuración histérica. Se procede también a un análisis de la narrativa a través del modelo actancial propuesto por Greimas.*

*Palabras clave: psicoanálisis; literatura; histeria; superyó; semiótica.*

Analisar as tragédias rodrigueanas com o propósito de identificar os conflitos e destinos pulsionais pode tornar-se um caminho proveitoso. Esse movimento carrega um potencial para lançar luz e possíveis direções à prática clínica cotidiana. Nesse percurso, temas recorrentes como a traição, o incesto e o tabu, dentre outros, convergem para um eixo ao redor do qual orbita o dilema moral do animal humano.

Na segunda tópica freudiana, o Isso funciona de forma amoral. O mundo externo impõe o cumprimento da moral ao Eu. O Supereu, por sua vez, conduz o dever à condição de absoluto e desmedido, desembocando em exigências que podem atingir o masoquismo. No texto “A dissecação da personalidade psíquica”, Freud (1933/2010) descreveu como funções do Supereu a consciência moral, a formação de ideais e a auto-observação, em articulação com a psicopatologia da vida cotidiana da sociedade de sua época. Do mesmo modo, Nelson Rodrigues não poupou esforço e desejo para ir ao encontro de porções da alma humana blindadas por tabus e pela hipocrisia moral vigentes em seu tempo.

Considerando-se que os conteúdos atribuídos às funções do Supereu se modificam com o passar do tempo e de acordo com o contexto sociocultural, torna-se necessário situar o conceito freudiano na realidade brasileira. A construção histórica do país criou formas próprias de colocar o conflito entre o desejo e a censura. Esse embate originou defesas com tonalidades verde e amarela. O ritmo imposto pela musicalidade brasileira, nossa ginga futebolística, nossa tradição escravocrata e valores cristãos, o abismo econômico entre as classes sociais, a corrupção estrutural e o nosso “jeitinho” são alguns dos ingredientes que integram o Supereu brasileiro.

A criação artístico-literária de Nelson Rodrigues sempre esteve atenta às transformações que a modernidade trouxe à brasilidade. Suas reflexões eram ditadas pela ordem do dia e transcritas sob a forma de crônicas para jornais de circulação em massa. Como tinha uma predileção pelas questões morais, apontou seus paradoxos e também contribuiu performaticamente para transformá-los. Reações apaixonadas foram despertadas. Elas costumam ir do apreço, da admiração e dos aplausos até o escárnio, o desprezo, as vaias e as acusações de ser um pornógrafo de quinta categoria. Devido aos temas tabus e polêmicos que abordou, ele se classificava como criador de um teatro desagradável, isso porque, em suas palavras: “são obras pestilentas, fétidas, capazes por si sós de produzir o tifo e a malária na plateia” (Rodrigues, 2004a, p. 275). No entanto, considerava válido agrupar elementos atrozes e hediondos em uma arte capaz de ser fiel aos extremos e às contradições em uma composição estética. Segundo ele, “qualquer um pode, tranquilamente, extrair poesia de coisas aparentemente contraindicadas” (Rodrigues, 2004a, p.278).

Conforme nos ensina Philippe Ariès em sua obra *História da morte no ocidente* (2012), a atitude diante da morte modificou-se com o passar dos séculos. Na contemporaneidade a norma apregoa uma certa banalização diante da morte. Vivências intensas da morte e do luto não são úteis ao modo de produção, ao ritmo e à apologia ao bem-estar e à qualidade de vida que vigora nos nossos dias. Tais relações estabelecidas com a morte, por exemplo pela indiferença perante o fim da vida de um ente querido, são demarcações entre a vivência urbana moderna e um passado no qual o morto era visceralmente chorado. É nesse clima nostálgico, em que se tinha tempo e disposição para sofrer quando uma pessoa querida morria, que a protagonista de “A falecida” encaminhará seu destino.

## UMA TRAGÉDIA CARIOCA EM TRÊS ATOS

“A falecida”, estreada em 05 de maio de 1953, no Teatro Municipal do Rio, representa um marco na dramaturgia rodrigueana. Foi comparada à grandeza de “Vestido de Noiva”, embora sua repercussão tenha ocorrido de modo bem mais brando. Isso porque as transformações implementadas pela revolução rodrigueana tinham sido incorporadas pelo teatro

brasileiro. “A falecida” é o primeiro texto que forma o conjunto das *Tragédias cariocas* e inaugura a fase mais fecunda da produtividade de Nelson, que perduraria até sua morte.

A peça se passa na Aldeia Campista, Zona Norte do Rio, onde Nelson passou boa parte de sua infância. Em linhas gerais, trata-se da história de um casal de classe média formado por Zulmira e Tuninho. Ela, solitária e tuberculosa, tem ideias persecutórias e hipocondríacas de que está prestes a morrer. Ele, desempregado, vivendo de sua pobre indenização, é amante da sinuca e do futebol entre amigos. A pobreza material e cultural delinea a caracterização do casal.

Lançando mão do recurso do *flashback*, a peça começa com Zulmira chegando à cartomante Madame Crisálida. Esta senhora, descrita como ridícula, compõe o cenário decadente junto a um menino que a acompanha e que não tira o dedo do nariz. A vida de Zulmira nunca mais será a mesma depois de sua presença nesse cenário grotesco e descuidado.

Diante de tal cena caricata, Zulmira, inibida e desconcertada, busca respostas sobre sua doença e perspectivas para o marido desempregado. A cartomante profere um discurso ambíguo e Zulmira se deixa convencer. Madame Crisálida fala somente que vê em sua vida uma mulher louira e que é necessário temer muito essa mulher. Antes que Zulmira possa questionar sobre a saúde de seu pulmão e um possível emprego para seu marido, Madame Crisálida cobra o valor da consulta e a despacha. Essa cena revela a impotência de Zulmira em fazer valer o seu desejo e sua disposição para delegar o seu devir nas mãos de um outro que é caracterizado como uma vidente tosca e irracional.

Zulmira identifica a dita mulher louira como sendo Glorinha, uma prima supostamente invejosa. A protagonista, então, passa a dar aos fatos uma interpretação muito particular. Recordar-se que Glorinha, de repente, deixou de cumprimentá-la e conclui que sua doença só pode ter sido criada por uma macumba feita pela prima. Aqui Zulmira utiliza a defesa da projeção, pois coloca em Glorinha a responsabilidade por seu adoecimento. No desenvolver da peça, já no terceiro ato, virá à tona o desmonte dessa projeção. Zulmira tomará consciência de que sua prima não mais a cumprimenta porque a viu de braços dados com Pimentel, seu

amante, dono de uma frota de lotações. Com esse declínio da projeção, surge uma culpa implacável movida pela traição ao marido.

Se optamos por uma análise da ressonância do significante, notamos que a doença não foi criada por uma macumba, mas por uma *má-culpa*. Zulmira será uma vítima inerte de seu Supereu, que, como veículo da pulsão de morte, acabará por levá-la ao padecimento. As injunções do Supereu levam Zulmira a funcionar em um intenso mecanismo de renúncia, pois já sente o prenúncio de *Thanatos*. Já não quer beijar o marido, nem ir à praia, e o sexo torna-se abominável. Sua grande obsessão passa a ser o seu enterro. Deseja um funeral de luxo, como nunca se viu no bairro. Isso parece indicar que Zulmira pretende buscar na própria morte uma redenção para sua vida medíocre. Ela vai à funerária como se fosse a uma boutique de roupas, e escolhe todos os detalhes de seu pomposo funeral. Ao escolher o caixão, tem a obsessão pelos mais caros. Esses requintes simbolizam a idealização, que constrói uma determinada cena de sua morte, que venha possibilitar a libertação da escravidão que caracteriza a sua vida.

Diante dos altos custos dessa cerimônia fúnebre, Zulmira faz com que o marido prometa que vai procurar Pimentel, o amante, depois que ela estiver morta, para que ele custeie a despesa astronômica. Tuninho assume o compromisso, mas não compreende por que o empresário pagaria o enterro. Para consolar o marido, Zulmira profere uma fala reticente: “Uma morta não precisa responder...”. A pulsão de morte, silenciosamente, se apodera. Aqui Zulmira parece invocar a morte como símbolo da morte do próprio Eu que já não se responsabiliza pelos cuidados próprios. Trata-se de um Eu que já não é senhor em sua própria morada. Se preferirmos uma análise dos significantes, notaremos que nesse momento *Zulmira* já *Sumira* como sujeito do desejo.

## A PEQUENA GLÓRIA DE GLORINHA

O Supereu de Zulmira torna-se ainda mais tirânico quando ela se sente inferiorizada moralmente por sua prima Glorinha, que é considerada “o maior pudor do Rio de Janeiro”. No entanto, nossa protagonista irá descobrir que Glorinha faz jus ao seu nome. Essa glória puritana é

muito pequena, é mesmo uma “glorinha”. Um dia Tuninho chega a casa às gargalhadas e convida a mulher a ouvir a maior do século, que lhe foi revelada por um médico. O marido diz que Glorinha é a mulher de maior pudor do Rio de Janeiro, a mais respeitosa, que nem vai à praia e tem nojo do amor, porque na verdade teve câncer e seu seio foi extirpado. Ao ouvir isso, Zulmira é tomada por um alvoroço e o fim do primeiro ato é marcado pela alegria intensa do casal. Zulmira, em uma euforia feroz, repete “Tem um seio só!” (Rodrigues, 2004b, p. 43).

Nessa cena que finaliza o primeiro ato, e diante daquele clima crescente de morbidez e autoflagelação em que Zulmira se encontrava pouco antes, Nelson Rodrigues lança mão do humor como uma função apaziguadora do Supereu. Isso tem a função de uma trégua, para que se possa tomar fôlego e enfrentar a *Moirá*, o destino inexorável que irá se desenrolar.

O conhecimento da doença da prima foi um refresco para Zulmira. A necessidade de Zulmira sentir-se superior a Glorinha faz com que ela realize uma comparação imaginária entre a morte das duas. Enquanto Glorinha seria ridicularizada por ter apenas um seio, ela estaria perfeita e completa. Nesse caso, a morte revelaria as diferentes realidades anatômicas e as consequências simbólicas relativas à falta.

Para Zulmira, a integridade do seu corpo representaria uma superioridade não apenas física, mas principalmente moral. No seu sepultamento, todos veriam um cadáver perfeito, o que valorizaria ainda mais o seu caráter ilibado. Ao passo que, para Glorinha, a retidão moral não representaria uma virtude, mas uma conveniência diante da falta do seio que torna o seu corpo castrado para a sexualidade. A imposição de uma deformidade é que estava por trás do maior pudor do Rio de Janeiro.

Em uma tentativa desesperada de reparação moral, Zulmira converte-se para a religião teofilista e passa a demonstrar uma violenta repulsa por qualquer sensualidade. Diante de tamanho radicalismo, a recém-convertida sugere ao seu marido que procure na rua o que ele não pode ter mais em casa. Sugere até que ele procure Glorinha. Tuninho espanta-se com a proposta absurda da esposa. Em um crescente desatino, Zulmira revela que seu propósito é apenas arruinar a moral religiosa de sua prima.

Para se libertar do cárcere moral em que adentrou, Zulmira imagina que o único caminho é destituir Glorinha do cargo de maior pudor do Rio. Configura-se uma disputa em que apenas uma pode ser a eleita.

Somos levados a crer que o virtuosismo de Glorinha é compatível com seu nome próprio. Trata-se mesmo de uma glória ínfima e pequenina. Uma falsa moralista que, na sua hipocrisia de crente, não pôde criar uma vida pautada por uma moral autônoma. Ao invés disso, rende-se a uma moral ditada pela conveniência.

### ZULMIRA SE APROXIMA DA MORTE

A enfermidade de Zulmira continua avançando. Ela passa as noites em claro, com crises de tosse. Tuninho insiste para que ela procure um médico. Finalmente, ela é atendida pelo Dr. Borborema, que para ela é um caduco. O doutor gagá pede a ela que diga 33 duas vezes e, como não encontra nada nos pulmões, diz que está tudo bem com ela.

Zulmira, com espanto e indignação, proclama: “Mas como é possível?! Ando sentindo o diabo! Hoje estou com um gosto horrível de sangue na boca!” (Rodrigues, 2004b, p. 51). Dr. Borborema diz para ela tomar duas colheres de sopa do remédio por dia e complementa: “Na hora de dormir faz o gargarejo e pronto. Compreendeu?” (Rodrigues, 2004b, p. 51). Zulmira, de modo complacente, aceita a prescrição.

Nelson ridiculariza o saber médico demonstrando sua incapacidade de ouvir Zulmira. O Dr. Borborema, como sugere o próprio nome, torna-se mesmo um “Bobo-rema”, um *bobo* que *rema* sem clareza da própria direção, incauto na escuta do discurso da paciente, que se sente efetivamente com o diabo no corpo, pois o mal está aí sob a forma de uma macumba (*má-culpa*). Além disso, ela sente o sangue na boca, que lhe provoca um desgosto, sintoma simbólico típico da histeria.

Médicos são figuras recorrentes na criação do dramaturgo. E, quase sempre, eles apresentam traços de personalidade típicos. Geralmente, são marcados pela incompetência, pelo desleixo e pela falta de ética. Com efeito, esses homens de branco estão perpassados pela ignorância e, em alguns momentos, pela mais escancarada canalhice. Na peça “Os sete Gatinhos”, o Dr. Bordalo é chamado para examinar Silene, a última

filha virgem e representante da honra da família decadente. Ele, então, anuncia que a garota está grávida. Tal acontecimento leva aquela família a desacreditar de qualquer princípio moral e a casa se torna um bordel. Dr. Bordalo resolve aproveitar os serviços sexuais e se entrega à prevaricação. Nelson traça uma zombaria ao poder médico e à sua dita moral científica.

Uma possível explicação para tamanho revide pode estar em sua vida, que foi permeada por médicos. Conviveu com uma tuberculose de 1934 até 1950 e essa mesma doença levou seu irmão Jofre à morte em 1936. Em 1930, seu pai agonizou por dez dias, falecendo de hemorragia. Em 1958, foi a vez de sua vesícula levá-lo quase à morte. Outro grande golpe veio em 1963, quando Nelson teve Daniela, filha do casamento com Lúcia. A menina nasceu com paralisia cerebral. Na década de 70, os cuidados e preocupações com Daniela somaram-se ao desgaste do casamento, que acabou terminando (Castro, 1992). Portanto, Nelson teve motivos de sobra para canalizar sua agressividade para a classe médica, por meio de sua obra, utilizando esses profissionais até mesmo como bodes expiatórios para dar sentido a uma vida atravessada pela tragédia.

Retornemos à peça em estudo. Quando Zulmira sai do consultório, sua passividade é convertida em uma súbita agressividade. Ela sai do encontro com o médico na certeza de que se trata de um charlatão, pois ela nutre a crença de estar muito doente. O médico insiste em tratá-la como se nada estivesse acontecendo. Após essa nítida demonstração da incapacidade de um determinado discurso científico em ouvir o desejo inconsciente, Zulmira tem uma crise de hemoptise e acaba morrendo. Antes disso, pede a Tuninho que procure Pimentel, um rico e corrupto empresário, dono de lotações, para que lhe pague o enterro. Pede, ainda, que o marido se apresente como primo e que não peça maiores explicações.

O marido cumpre o pedido de sua esposa e vai ao encontro de Pimentel. Apresenta-se como primo da falecida. Pimentel está tomando um uísque e passa a relatar o modo como conheceu Zulmira. O empresário das lotações utiliza uma metáfora futebolística, conta que entrou de sola, deu-lhe a louca e atracou a fulana. Acrescenta que tudo durou uns cinco minutos no banheiro e o marido lá fora tomando sorvete. Tuninho então questiona: “E o marido, o que é que ela dizia do marido?” (Rodrigues, 2004b, p. 68). Então, abre-se a cena entre Zulmira e Pimentel:

PIMENTEL – Teu marido te fez alguma coisa?

ZULMIRA (incisiva e rancorosa) – Fez.

PIMENTEL – Alguma maldade?

ZULMIRA (veemente) – Pior que maldade. Uma coisa que eu não perdoo, nunca!

PIMENTEL – Diz.

(Ergue-se Zulmira. Vem até a boca da cena.)

ZULMIRA (dolorosa) – Começou na primeira noite... Ele se levantou, saiu do quarto... Para fazer, sabe o quê?

PIMENTEL – Não.

ZULMIRA (num grito triunfal) – Lavar as mãos.

PIMENTEL – E daí?

ZULMIRA – Achas pouco? Lavava as mãos, como se tivesse nojo de mim! Durante toda a lua-de-mel, não fez outra coisa... Então, eu senti que mais cedo ou mais tarde havia de traí-lo! Não pude mais suportá-lo. Aquele homem lavando as mãos... Ele virava para mim e me chamava de fria.

(Zulmira, altiva, empinando o queixo, como se desafiasse a plateia.)

ZULMIRA – Fria, coitado! (Rodrigues, 2004b, p. 68-69)

Na seqüência, Pimentel diz que tudo ia muito bem, quando de repente ele e Zulmira foram vistos na rua, de braços dados, por Glorinha. Pimentel comenta: “A tal Glorinha encarou com Zulmira, passou adiante e nem bola... Sabe que Zulmira ficou assombradíssima?” (Rodrigues, 2004b, p. 70). Foi a partir disso, na percepção de Zulmira, que Glorinha deixou de cumprimentá-la. Impressionada, Zulmira termina com Pimentel e se converte para a religião teofilista. De agora em diante, qualquer manifestação da sexualidade causa uma repulsão:

ZULMIRA – Não adianta. Não acho mais graça em beijo, não acho mais graça em nada!

(Olha em torno, como se eles pudessem ter, ali, uma invisível testemunha).

ZULMIRA – Agora é que sou fria, de verdade, Glorinha não me deixa amar.

(Zulmira continua olhando em torno assombrada.)

ZULMIRA – Como se ela estivesse aqui. Atrás de mim. Como se me acompanhasse por toda a parte.

(Zulmira, em pânico, para Pimentel)

ZULMIRA (num lamento maior) – Ela me impede de ser mulher.

(Zulmira passa as costas da mão nos lábios, limpando a boca).

ZULMIRA – Tenho nojo de beijo. De tudo! (Rodrigues, 2004b, p. 70-71).

Segundo Pimentel, a partir disso Zulmira nunca mais apareceu. De posse de toda a história entre Pimentel e Zulmira, Tuninho pede os quarenta mil cruzeiros. O exagero da quantia deixa o ricaço aterrorizado, que chama Tuninho de louco, dizendo que a quantia é uma piada. Na sequência, Tuninho revela sua verdadeira identidade:

PIMENTEL – Eu enterrei minha mãe, que é minha mãe, por dez mil cruzeiros... E foi um big enterro!

(Tuninho estende a mão)

TUNINHO – Quarenta mil cruzeiros.

PIMENTEL – Olha – eu estou disposto a dar, e na camaradagem, 1.500 cruzeiros... E lamba os dedos.

(Tuninho está cara a cara com Pimentel)

TUNINHO – Você vai dar, sim, os quarenta mil cruzeiros, até o último centavo. Isso é uma. Agora outra: eu não sou primo de Zulmira coisa nenhuma.

PIMENTEL – É o quê?

TUNINHO – O marido. O próprio. O Tal que estava na sorveteria, enquanto você trocava as portas. (*ri*)(...)

(Tuninho, subitamente feroz, estende a mão.)

TUNINHO – Dá os quarenta mil, anda!

(Pimentel está numa pusilanidade total)

PIMENTEL – E se eu não quiser dar?

TUNINHO – Azar o teu. Porque eu saio daqui, direto, sabe pra onde? Pra o *Radical*, que está de pinimba contigo. Chego lá, conto tudinho, dou o serviço completo e vai ser a maior escrachação de todos os tempos! (Rodrigues, 2004b, p. 72).

Pimentel cede e paga os quarenta mil cruzeiros. Tuninho, na ira de marido traído, corre para a funerária atrás da sua oportunidade de se vingar. Ele compra o caixão mais barato e o envia à Aldeia Campista e Zulmira teve um enterro digno de um cachorro.

A última cena se passa no Maracanã. Tuninho vai o jogo entre Vasco e Fluminense e esbanja, aos gritos, que tem muito dinheiro para todos ouvirem. Tal paroxismo eufórico e ridículo contido no comportamento de Tuninho no Maracanã não é suficiente para resguardá-lo da morbidez. A recente descoberta

do episódio em que foi traído pela esposa fez com que o mundo de Tuninho caísse, trazendo, para bem próximo de si, a depressão. O esbanjar dinheiro nada mais representa do que uma efêmera defesa maníaca que logo sucumbe diante do seu verdadeiro estado de alma: a solidão que o leva ao choro e aos soluços.

### “A FALECIDA” À LUZ DE UMA ANÁLISE ACTANCIAL SEGUNDO GREIMAS

Segundo Beividas (2005, p. 5), entre a psicanálise e a semiótica ocorre um campo epistêmico em comum: “Ambas apostam na significação: a psicanálise, na significação ao sujeito; a semiótica na significação *tour court*. Ambas têm no discurso o motor das suas conceptualizações”. Assim sendo, ambas estão fundadas no paradigma teórico da linguagem. Beividas e Ravello (2006) estabelecem uma intersecção entre a semiótica greimasiana e a psicanálise freudiana quando discutem a questão da identidade e da identificação. Demonstrem, assim, o quanto esse diálogo é viável e profícuo.

Essa aproximação se torna ainda mais proveitosa a depender de como se lida com o conceito de Inconsciente. Este deve ser entendido não no sentido limitador que a tradição filosófica confere aquilo que é o não consciente. Segundo Beividas (2005), para que Freud e Greimas possam convergir, a caminho de uma interdisciplinaridade, o Inconsciente deve ser entendido em seus aspectos tópicos, dinâmico e econômico da seguinte forma:

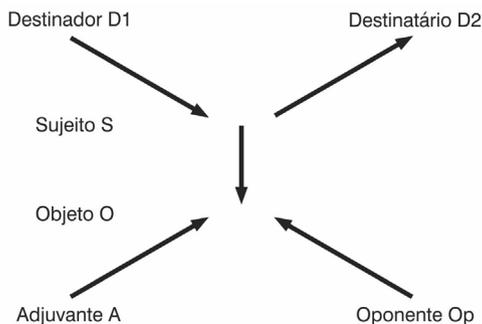
(a) primeiramente, uma estrutura actancial composta de diferentes “instâncias” (id, ego, superego), subsumidas por um único ator (sujeito), em confronto com outros sujeitos – estes abstrativamente sincretizados no que, com Lacan, poderíamos concordar como sendo o (grande) Outro. É o que Freud chamava a tópica do inconsciente; (b) em seguida, pelo trânsito truncado de informações, valores (morais), afetos e sensibilizações – trocados não apenas com outros actantes-sujeito, mas também trocados intra-actancial e intra-actorialmente (o sujeito em luta com suas próprias pressões e coerções pulsionais) – estaria montada a cena *polêmico-contratual*, intervindo e resultando os fortes fenômenos indicados como recalques, denegações, sublimações, forclusões etc., ao que Freud nomeou como a *dinâmica* do inconsciente; (c) por fim, tudo isso se põe fartamente investido, e mesmo mobilizado, pela *energia pulsional*, cujo caráter “metafórico”, como o entendeu Greimas, constitui o que o médico vienense denominou como o fator *econômico*, ou a economia psíquica, e que, segundo perspectiva possível hoje em semiótica, poderia ser legitimamente investigada como *tensividade*

*pulsional*. Nesse sentido, o inconsciente não precisaria mais ser confundido com a estrutura *in absentia* do paradigma linguístico, mas poderia ser proposto como uma *isotopia* singular, plenamente identificável, reconstruível e descritível, embora escondida sob capas inusitadas do discurso manifesto (Bevidas, 2005, p. 9).

Nesse sentido, uma possível intersecção interdisciplinar entre a semiótica de Greimas e a psicanálise de Freud torna-se um desafio produtivo. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, recorrer ao modelo actancial proposto por Greimas (1966, p. 172). Este pesquisador francês propôs uma análise em unidades denominadas actantes. Estes não podem ser confundidos com personagens pelos seguintes motivos:

- 1) um actante pode ser uma abstração (a Cidade, Eros, Deus, a Honra) ou uma personagem coletiva (o coro nas tragédias);
- 2) uma personagem pode assumir simultaneamente funções actanciais diferentes;
- 3) um actante pode não estar presente na cena, e sua presença estar apenas inscrita em outros sujeitos da enunciação.

Ubersfeld (2005) ensina-nos que o modelo actancial extrapola a estrutura sintática. Um actante identifica-se com um elemento (lexicalizado ou não) que assume na frase de base da narrativa uma função sintática: há o sujeito e o objeto, o destinatário, o oponente e o adjuvante, cujas funções sintáticas são evidentes, e o destinador, cujo papel gramatical é menos visível. Ele assume o papel de um complemento de causa. Dessa forma, o modelo actancial de seis casas concebido por Greimas apresenta-se assim:

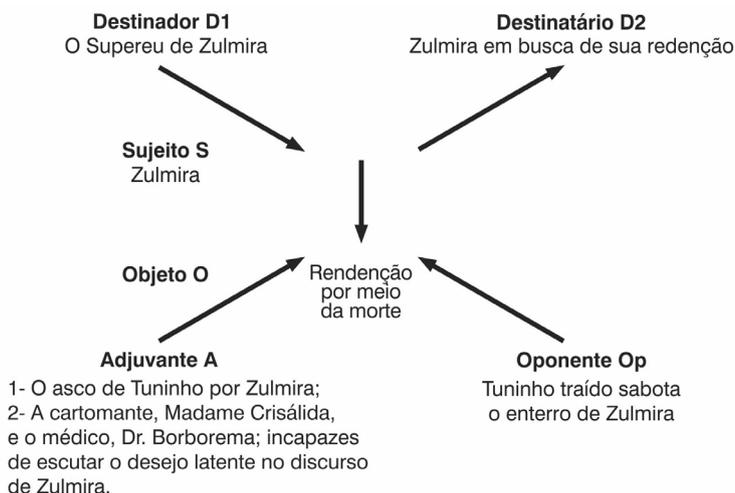


Fonte: Ubersfeld (2005, p. 29)

Desenvolvendo a frase subentendida no esquema, temos uma força (ou um ser D1); conduzido por sua ação, o sujeito (S) procura um objeto (O) no interesse ou em favor de um ser (D2), concreto ou abstrato; nessa busca, o sujeito tem aliados (A) e oponentes (Op). Para Greimas, qualquer narrativa pode ser reduzida a esse esquema de base.

Procedendo a uma análise actancial de *A falecida*, temos no lugar de destinador (D1) o Supereu de Zulmira como veículo da pulsão de morte. Zulmira, por sua vez, é o sujeito (S) da sintaxe actancial, que tem como objeto de desejo (O) sua redenção, representada pela própria morte. O destinatário da ação de Zulmira (D2) é ela mesma, que pretende desfrutar de sua redenção como símbolo de sua elevação moral. Tuninho teria duas posições: em um primeiro momento, a posição de Adjuvante (A). Aqui atua como desencadeador da necessidade de elevação moral de Zulmira: a falta de afeto (e/ou demonstração de nojo) revelada com o ato de Tuninho, lavar as mãos durante toda a lua de mel, por hipótese, contribui significativamente para que Zulmira busque a morte como redenção. Em um segundo momento, a posição de Tuninho seria a de oponente (Op) ao objeto de desejo de Zulmira, pois, quando o marido traído descobre a verdade, proporciona à esposa um enterro de cachorro, paupérrimo. Esse funeral torna-se uma metáfora para a bancarrota moral de Zulmira. Isso não apenas impede a redenção idealizada por Zulmira como também ratifica sua pobreza de caráter e material. Situamos a cartomante, Madame Crisálida, e o médico, Dr. Borborema, como Adjuvantes (A). Nessa sintaxe actancial ambos são incapazes de escutar o desejo latente no discurso de Zulmira. Destarte, colaboraram diretamente para que ela significasse sua remissão por meio da morte.

Dessa forma, podemos visualizar abaixo a análise actancial proposta aplicada à obra “A falecida”:



## A HISTERIA DE ZULMIRA

A heroína de *A falecida* é simultaneamente a mulher suburbana mediana e também a metáfora exemplar daquilo que a moral pode causar sobre o afeto ou, inversamente, daquilo que o afeto (não se sentir amada) pode causar sobre a moral. A moral, nessa obra rodrigueana, é apresentada como condicionada e proporcional à (in)satisfação pessoal: Glorinha, o maior pudor do Rio de Janeiro, não é assim por seu dever moral, mas por se sentir incompleta fisicamente, falta-lhe algo fálico: o seio; Zulmira, para chegar a se redimir na sua versão teofilista, antes sentiu-se repulsiva, não sensual, para o marido. Buscou refúgio em Pimentel, mas sentiu-se, novamente, repugnante, desta vez aos olhos de Glorinha que, aparentemente, é bem resolvida, senhora de si mesma, representando o que Zulmira almeja para si. A ciência não consegue ouvir a queixa de desamor de Zulmira. O “diabo” que ela vem sentindo e o gosto de sangue na boca encaminham para a síntese do seu padecer: o desgosto.

Zulmira – Que tal, doutor?

Dr. Borborena – No pulmão não vi nada, não achei nada.

(Espanto e indignação de Zulmira) – Mas como é possível?! Ando sentindo o diabo! Hoje estou com um gosto horrível de sangue na boca! (Rodrigues, 2004b, p. 51).

O sintoma da protagonista representa, simbolicamente, um enigma ligado aos processos inconscientes onde estão articulados as expressões simbólicas sintomáticas, a linguagem ordinária e o corpo próprio. Nesse sentido, Zulmira demonstra uma estruturação tipicamente histérica. Pois, por um lado, ela demonstra o dissabor de uma luta entre as forças para a sustentação de uma bela alma que esteja em concórdia com a moral vigente e, por outro lado, as reivindicações da sexualidade. Pelo fato de reconhecer e tentar lidar com a intersubjetividade, a histeria sempre se vê emaranhada na teia de relações e problemas do cotidiano mais próximo a ela, em especial a família. Nesse sentido, ela é a expressão exemplar da neurose enquanto conflito interpessoal. Além disso, a histeria também é a demonstração da presença da dialética do senhor-escravo, com predileção por ser escravo, queixoso. No entanto, trata-se de um escravo vencedor no sentido do recebimento de cuidados que obrigam aquele na posição de Senhor a ter todos os cuidados e preocupações – e dirigir o destino do escravo que por nada se responsabiliza.

Zulmira converte a expressão dos seus desejos mais recalcados e secretos em sintomas de uma doença pulmonar. Na tosse, ocorre uma excreção que representa uma inversão do prazer sexual que passou a ser vivido como uma repugnância. O catarro se assemelha às secreções genitais; os sons do coito sexual aos sons do ronco do pulmão; a hemoptise, ao sangramento do defloramento. Em “Fragmento da análise de um caso de histeria”, Freud resumiu: “Os fenômenos patológicos são, dito de maneira franca, a *atividade sexual* do doente” (Freud, 1905 [1901] /1996, p. 110). Além disso, a posição de escrava, de vítima, de onde a histérica retira boa cota de benefícios secundários do sintoma, é marcante em Zulmira, como pode ser exemplificado pelo trecho:

ZULMIRA – Eu sou uma pobre-diaba! Enquanto a Glorinha vai a um médico bacana, que até piano tem no consultório! Um médico que cobra trezentas pratas a consulta – eu vou, de carona, ao Dr. Borborema, um médico do tempo de d. João Charuto, completamente gagá! Ainda por cima, fiquei, sem o mínimo exagero, umas 37 horas na sala, esperando e com esse calor! (Rodrigues, 2004b, p. 51-52).

A nossa hipótese é de que Zulmira sente-se inferiorizada não somente pela questão moral que, aparentemente, Glorinha representa; mas por Glorinha poder significar aquilo que lhe falta: ser senhora de si mesma

e com melhores condições culturais e materiais (símbolos fálicos). Se a questão fosse apenas moral, a morte como redenção lhe bastaria. No entanto, era necessário um enterro luxuoso para retificar sua condição de mediocridade cultural e material (castração). Aqui, explica-se a razão da disputa estabelecida unilateralmente por Zulmira com Glorinha.

Na neurose histérica, a divisão entre o ser e o parecer é deflagradora do conflito vivenciado enquanto fenômeno. Processos de velamento e disfarce estão a serviço da ocultação do que é o cerne do conflito. Instala-se uma dialética do mostrar e do esconder, do aparecer e do desaparecer, do entrar e sair de cena.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um Supereu que a acusa impiedosamente, Zulmira cria defesas caricatas e desmedidas. Sua tão sonhada elevação moral, que ocorreria em seu enterro pomposo, fracassa. Nessa peça inaugural das *Tragédias cariocas*, as injunções morais, juntamente com seus ideais, vão dissolvendo-se, uma a uma. A moralidade de Glorinha fundada em sua condição anatômica, o enterro barato de Zulmira, a descoberta da traição da mulher feita por Tuninho e o prejuízo financeiro de Pimentel, devido a uma aventura insignificante, encaminham o desfecho do drama para uma realidade prosaica, senão cruel.

As personagens são movidas por um Inconsciente a pregar-lhes peças. Não há lugar para a construção e planejamento do próprio destino. A liberdade é mínima. Esse desfecho contém uma estranha estranheza (*Das Unheimlich*) que se faz sentir e está relacionada com elementos determinantes indisponíveis à consciência. Nesse sentido, a estética ocupa um lugar tão relevante quanto a racionalidade, tanto na elaboração teórica, quanto no trabalho clínico.

Reconhecendo a impossibilidade de se eximir diante da lei moral e depois de tantos desenganos. Após delegar sua vida às mãos dos outros em uma defesa alienante, resta a Zulmira a morte como última tentativa de expressar o seu querer e de traçar o próprio destino. As palavras de Schiller vão ao encontro do trágico estado de alma da heroína rodrigueana: “E o que poderá ser mais sublime do que o heroico desespero que pisa no pó todos os bens da vida e a própria vida, pois não pode suportar nem atordoar a voz desaprovadora de seu juiz interior?” (Schiller, 1991, p. 25).

A morte de Zulmira representa a satisfação de um querer. Mas fica claro que não se trata de um querer libidinal ligado à pulsão de vida. Mas sim, uma agressividade dirigida a si mesma, representante da pulsão de morte. Parece que o Supereu moral de Zulmira, o juiz interior segundo Schiller, proclama a sentença: morra, para que tu existas!

## REFERÊNCIAS

- Aries, P. (2012). *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bevidas, W. (2005). O imaginário humano: entre a semiótica e a psicanálise. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, 3(1), 1-12. Recuperado em 21 jul. 2017 de <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/607/0>>.
- Bevidas, W., & Ravello, T. Identidade e identificação: entre semiótica e psicanálise. *Alfa Revista de Linguística*, 50(1), 129-144. Recuperado em 21 jul. 2017 de <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1399>>.
- Castro, R. (1992). *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1996). Fragmento da análise de um caso de histeria. In Freud S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Tradução de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago. (Publicação original de 1905 [1901])
- Freud, S. (2010) A Dissecção da Personalidade Psíquica. In Freud S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Publicação original de 1933)
- Greimas, A. J. (1966). *Sémantique structurale*. Paris: Librairie Larousse.
- Rodrigues, N. (2004a). Teatro desagradável. In Rodrigues N. [Autor], *Teatro completo: peças psicológicas*, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Rodrigues, N. (2004b). *Teatro completo: tragédias cariocas I*, v. 3. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Schiller, F. (1991). *Teoria da tragédia*. São Paulo: EPU.
- Ubersfeld, A. (2005). *Para ler o teatro*. São Paulo: Perspectiva.

Recebido em 16 de janeiro de 2018

Aceito para publicação em 10 de abril de 2018

# QUANDO ELABORAR IMPLICA EM “IR ESQUECENDO”: SOBRE A DIMENSÃO CRIATIVA DO ESQUECIMENTO

Ricardo Salztrager\*

Nilcineia Neves Longobuco\*\*

## RESUMO

A proposta do artigo é analisar a dimensão criativa do esquecimento através de uma discussão sobre o conceito de elaboração psíquica. Partimos do pressuposto de que elaborar implica em “ir esquecendo” conflitos, perdas ou ressentimentos e, com isso, o sujeito consegue ressignificar sua história e se transformar de alguma maneira. O exame é feito mediante um diálogo entre a teoria de Nietzsche e os textos clínicos de Freud, com ênfase no redimensionamento que ocorreu em sua teoria a partir da formulação do conflito entre Eros e Thanatos.

Palavras-chave: esquecimento; elaboração; Freud; Nietzsche; Thanatos.

## WHEN TO ELABORATE LEADS “TO FORGET”: ABOUT THE CREATIVE DIMENSION OF FORGETFULNESS

### ABSTRACT

*The purpose of this article is to analyze the creative dimension of forgetfulness through a discussion about the concept of psychic elaboration. We start from the assumption that to elaborate implies “to forget” conflicts, losses or resentments and, with this, the subject resignifies its history and is transformed. The examination is done through a dialogue between Nietzsche’s theory and Freud’s clinical texts, emphasizing on the change that occurred in his theory from the formulation of the conflict between Eros and Thanatos.*

*Keywords: forgetfulness; elaboration; Freud; Nietzsche; Thanatos.*

---

\* Psicanalista. Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

\*\* Doutoranda em Memória Social pela UNIRIO.

## QUAND ÉLABORER IMPLIQUE EN “OUBLIER”: À PROPOS DE LA DIMENSION CRÉATRICE DE L’OUBLI

### RÉSUMÉ

*Le but de cet article est d'analyser la dimension créatrice de l'oubli à travers d'une discussion sur le concept d'élaboration psychique. Nous partons de l'hypothèse que l'élaboration implique “d'oublier” les conflits, les pertes ou les ressentiments et que, de ce fait, le sujet parvient à résinifier son histoire et à se transformer. L'examen se fait par le biais d'un dialogue entre la théorie de Nietzsche et les textes cliniques de Freud, l'accent étant mis sur le changement intervenu dans sa théorie depuis la formulation du conflit entre Eros et Thanatos.*

*Mots clés: oubli; élaboration; Freud; Nietzsche; Thanatos.*

Ao longo do pensamento freudiano, o fenômeno do esquecimento foi preferencialmente enfatizado em sua dimensão defensiva. Ou seja, tido como o efeito mais direto do processo de recalque, Freud jamais deixou de marcar que esquecer significava basicamente defender-se. Assim, quando uma criança durante a latência se esquece de todas as manifestações sexuais da infância remota, ela está propriamente se defendendo. O mesmo vale para o neurótico em relação a seus desejos, para o sujeito em relação aos seus sonhos tão logo se dê o despertar, dentre tantos outros exemplos que podem ser aqui elencados.

No entanto, podemos dizer que ao mesmo tempo que Freud privilegiava essa dimensão defensiva do esquecimento, jamais deixou de demonstrar que este também possui uma vertente propriamente criativa. Isso pode ser atestado através de seus mais variados escritos, dos iniciais aos mais tardios, todos evidenciando a transformação subjetiva que advém a partir de um ato de esquecimento. Enfim, tudo concorre para a afirmação de que ao esquecer o sujeito se defende, mas também se transforma, deixando para trás parte de sua história e assumindo uma nova posição frente ao mundo.

Nas “Lembranças encobridoras”, por exemplo, Freud (1899/1996) destaca que a própria constituição da memória pressupõe o esquecimento daquilo que realmente se passou. Em outros termos, a infância que construímos e que se torna tão efetiva para o restante das nossas vidas se funda a partir de um esquecimento primordial, esquecimento este

marcadamente defensivo. Todavia, com esse esquecimento, uma história encontra a possibilidade de ser contada e uma existência começa a se delinear. Com efeito, uma série de processos eminentemente criativos entra em cena e aí adquire seus devidos espaços.

Nessa mesma esteira, podemos colocar que o trabalho de constituição do “eu” (Freud, 1914/1996) igualmente pressupõe em suas bases um ato de esquecimento, na medida em que, ao longo dele, o sujeito passa a excluir de sua consciência tudo o que não corresponde à concepção narcísica de si. Do mesmo modo, acaba por projetar no outro aquilo que não reconhece em si mesmo, o que igualmente conduz a um ato de esquecimento. Trata-se obviamente de mecanismos eminentemente defensivos, mas que não deixam de ser igualmente criativos na medida em que promovem o advento não apenas do “eu”, mas também do outro e, com isso, uma série de conflitos, alianças, paixões e tantas outras coisas vai sendo instituída.

Prosseguindo com nosso raciocínio, o mecanismo de inserção e filiação do sujeito à cultura também conduz necessariamente ao esquecimento e à negação de uma parte de si. Com efeito, para viver em sociedade, é imprescindível que o sujeito reconheça a “moral sexual civilizada” (Freud, 1909a/1996) e, assim, se empenhe em uma luta constante para manter afastados da consciência seus mais incisivos desejos sexuais e hostis. Temos novamente um mecanismo ao mesmo tempo defensivo e criativo, pois é ele que promove, por exemplo, todo o sofrimento neurótico, mas também a própria possibilidade de sublimação.

Conforme colocamos, todos esses exemplos dizem respeito a uma dimensão do esquecimento atrelada ao trabalho de recalque. Trata-se, portanto, do esquecimento proveniente dos mecanismos de negação, exclusão, expulsão ou mesmo interdição, processos de saída tidos por Freud como falhos já que, de certa forma, implicam na preservação e manutenção do que se almejou esquecer. Nessa perspectiva, cabe destacar que a partir da circunscrição do conceito de pulsão de morte (Freud, 1920/1996) essa vertente criativa do esquecimento será radicalizada e repensada para além de tudo o que envolve a permanência, a preservação e a manutenção do esquecido. Teríamos, com isso, o esquecimento pensado independentemente do mecanismo de recalque e agora vinculado a um plano de forças dissociado da ideia de representação

psíquica. Trata-se do esquecimento circunscrito a partir do conflito entre Eros e Thanatos, o que implica no reconhecimento da fragilidade de tudo o que um sujeito constrói para si. Em outros termos, com esse redimensionamento teórico, Freud começa a sublinhar que as coisas são por nós construídas para serem ao mesmo tempo destruídas, e isso no próprio ato de sua construção. De fato, o relevo concedido ao conflito entre Eros e Thanatos vem denunciar a própria precariedade do sujeito, bem como de suas fantasias e de tudo o que ele produz. Tudo isso leva a encarar a dimensão criativa do esquecimento como implicada no próprio ato de desconstrução de tudo o que é antigo, conduzindo o sujeito a um interminável trabalho de reinvenção de si e do mundo.

A maneira como o esquecimento é pensado na teoria freudiana pelo viés da pulsão de morte pode ser descrito nas seguintes palavras:

A partir de 1920 [...], ao propor uma nova teoria pulsional, Freud foi capaz de pensar para além do recalque, para além do conflito entre tendências que visariam a manutenção de uma imagem de si, de uma identidade e outras que a estariam ameaçando. [...] Na última parte de sua obra, Freud proporá uma modalidade de esquecimento que não se limita à representação recalçada. É quando introduz, no seio de uma memória organizada, e como fonte dessa própria organização, as forças de Thanatos, a pulsão de destruição. Destruição que também será vista como fonte do novo: para criar novas formas, será preciso destruir as antigas: a pulsão de destruição torna possível a criação” (Gondar, 2000, p. 42).

Com base em toda essa discussão, a proposta deste artigo é analisar a dimensão criativa do esquecimento pelo viés do trabalho de elaboração psíquica. Trata-se de uma noção que atravessa grande parte da produção teórica de Freud, embora pouca atenção conceitual lhe tenha sido dada. Com efeito, o conceito de elaboração é de difícil definição, por muitas vezes impreciso e confundido com tantas outras figuras que lhes são, em parte, parecidas, como as de ressignificação e de reconstrução. Daí a ideia de nos voltarmos também a Nietzsche com o intuito de melhor compreender o que está em jogo na elaboração psíquica e como ela necessariamente traz consigo algo da ordem do esquecimento e da reinvenção subjetiva. Passemos primeiramente ao exame de como a noção de elaboração psíquica aparece na clínica e na teoria freudiana.

## A ELABORAÇÃO PSÍQUICA

Conforme colocamos, Freud raras vezes concedeu atenção à noção de elaboração e, mesmo quando ela aparece no título de um de seus mais importantes escritos – “Recordar, repetir e elaborar” (Freud, 1914a/1996) – apenas os dois últimos parágrafos são dedicados ao tema. Nessas poucas linhas, salta aos olhos a imprecisão conceitual a ela atribuída, o que a torna bastante obscura do ponto de vista teórico, embora sua relevância clínica seja inegável.

E é justamente no contexto clínico que a noção de elaboração é apresentada. No texto em questão, Freud promove uma revisão de seu trabalho com as neuroses para acentuar, dentre várias outras coisas, a importância da associação livre enquanto dispositivo privilegiado para que se dê o remetimento às tendências recalçadas do sujeito. É também enfatizado que toda esta tentativa de remetimento esbarra no caminho com poderosas forças – as resistências – que lhes são contrárias. Por fim, a interpretação é evidenciada como o meio do qual o analista dispõe para identificar e contornar a força das resistências. Quando finalmente – claro que em nível ideal – elas são vencidas, o analisando consegue ressignificar seus conflitos e o sofrimento vai aos poucos cedendo.

Claro que todos esses postulados já tinham sido formulados há pelo menos dez anos, o que é comprovado pela leitura de textos como “Sobre a psicoterapia” (Freud, 1904/1996) e “O método psicanalítico de Freud” (Freud, 1906/1996). O que há de novo aqui é uma ampliação do debate na medida em que Freud chama atenção para que, na imensa maioria dos casos, mesmo o reconhecimento das resistências por parte do paciente não o faz obter melhora alguma. Em outros termos, destaca-se ser comum que nenhuma mudança acontece no sujeito mesmo quando o trabalho analítico aponta suas resistências, tornando-as familiares. Muitas vezes, inclusive, as resistências se tornam ainda mais fortes e a situação analítica mais obscura.

No entanto, Freud aponta que, mesmo nesses casos, o tratamento, ainda assim, progride – e muito satisfatoriamente. Ora, jamais alguém poderia esperar que o reconhecimento da resistência por parte do paciente implicaria na cessação imediata de seu sofrimento. Com efeito,

o sujeito necessariamente precisa de certo tempo – às vezes muito até – para se familiarizar com as resistências e enquanto não se efetiva esse processo de elaboração – o termo empregado é este – poucas melhoras são observadas.

Portanto, fica claro que, durante todo esse período de aparente estagnação, um importante trabalho está sendo empreendido pelo paciente. Desse modo, resta ao analista esperar e deixar a elaboração seguir seu curso – ficando marcado que tal espera não implica na assunção de uma posição passiva, mas apenas na recomendação para que o analista não se angustie diante da aparente inércia no tratamento. Por fim, conclui-se que o trabalho de elaboração consiste em “uma tarefa árdua para o sujeito em análise e uma prova de paciência para o analista” (Freud, 1914a/1996, p. 171).

Enfim, são esses os únicos apontamentos de Freud a respeito da elaboração psíquica. Deles podemos depreender algumas de suas mais importantes características. A principal remete ao fato de que é através dela que o analisando, de fato, produz algo durante o tratamento. Trata-se de justamente destacar que esse trabalho o conduzirá a um novo reposicionamento frente ao mundo e à ressignificação de parte da sua história. A elaboração, assim, lhe permite mais do que a aceitação meramente intelectual daquilo com o qual se defronta, sendo-lhe também possível a própria integração das tendências inconscientes à sua experiência. A partir da elaboração, o analisando consegue construir algo, de certo modo, livrando-se de seus curtos-circuitos sintomáticos e repetitivos e fundando os devidos alicerces para a tão almejada mudança subjetiva.

Com base nesses pressupostos, podemos até mesmo colocar que a elaboração não incide apenas sobre as resistências do paciente. Pelo contrário, ela merece ser conceituada como um trabalho bem mais geral e amplo, uma constante durante o tratamento e que não cessa de se fazer presente. Nessa medida, algumas passagens dos casos clínicos de Elisabeth (Breuer, & Freud, 1895/1996) e do Pequeno Hans (Freud, 1909b/1996) permitem compreender melhor o que está em jogo no trabalho de elaboração, além de evidenciar como a dimensão criativa do esquecimento se faz aí presente.

Sabe-se que Elisabeth foi uma jovem que foi procurar análise em virtude de fortes dores nas pernas que, ao longo do trabalho clínico, foram associadas à sua dificuldade em “dar um passo à frente” na busca por felicidade. No decorrer das sessões, foi ficando claro que a tão almejada felicidade remetia ao desejo de um casamento com o cunhado, homem que a jovem desejava, embora sem exatamente o saber. Fato é que, quando finalmente Elisabeth se defronta com tal desejo, o efeito é devastador. A jovem logo tratou de acusar Freud de tê-la induzido a dizer que amava o cunhado e passou a resistir bravamente à análise, abandonando-a por breve período. Quando retorna, a jovem vai, aos poucos, reconhecendo com certa naturalidade seus desejos proibidos e as dores, conseqüentemente, vão melhorando. O desfecho da análise é relativamente feliz, com Elisabeth deixando de lado seu amor proibido e, algum tempo depois, se casando com outro rapaz com quem Freud garantiu ter sido feliz.

Claro que a história de Elisabeth está sendo contada de forma breve e sem os tantos pormenores que fazem de seu caso um dos mais belos relatos clínicos de Freud. Aqui, ele serve como um exemplo da eficácia do trabalho de elaboração. Ou seja, após uma relativa superação das resistências, a jovem conseguiu retirar o peso de seu desejo outrora tão acalentado e aceitá-lo com naturalidade. Com isso, o conflito foi se esvaindo e a jovem simplesmente se esqueceu do amor proibido, podendo viver algo novo. Com Elisabeth, fica marcado que o trabalho de elaboração pode conduzir a um esquecimento – esquecimento não apenas defensivo, mas também criativo – que lhe possibilitou deixar de lado uma parte conflitiva de sua história e construir coisas diferentes.

Algo parecido aconteceu com Hans, o que pode ser comprovado por seu encontro com Freud treze anos depois, quando o analista vê, surpreso, a sua frente um jovem de dezenove anos dizendo ser o menino do relato clínico. Nesse reencontro emocionante, Hans disse estar perfeitamente bem e sem problemas ou inibições de qualquer ordem. O jovem sequer se lembrava de sua fobia infantil, bem como de seus sentimentos ambivalentes, angústias e amores edípicos, declarando inclusive que não se reconheceu durante a maior parte da leitura. Ele apenas desconfiou que se tratava de si próprio quando passou os olhos sobre algo insignificante a respeito de uma viagem a Gmunden.

De fato, Hans não se lembrava de nada, mas estava bem. Houve também aqui, ao longo de tantos anos, um trabalho de elaboração de seus conflitos infantis, o que conduziu a um necessário esquecimento do passado. Tal como ocorreu com Elisabeth, o jovem também deixou para trás uma parte de sua história e reapareceu irreconhecível diante de Freud. Vale marcar que o Hans criança era um completo desconhecido do Hans jovem que não mais tanto sofria ou se angustiava, desconhecimento este causado e motivado pelo trabalho de elaboração que se sucedera. Hans de tudo se esquecera: dos ciúmes da irmã, dos amigos de infância, do acolhimento que a mãe lhe dava, do medo que o pai despertava e, sobretudo, de que fizera uma espécie de análise com Freud. O relato termina da seguinte maneira:

A análise não tinha preservado os acontecimentos da amnésia, mas tinha sido superada pela própria amnésia. Qualquer um que esteja familiarizado com a psicanálise pode experimentar ocasionalmente algo semelhante no sono. Será acordado por um sonho e decidirá analisá-lo imediatamente; então voltará a dormir sentindo-se bastante satisfeito com o resultado de seus esforços; na manhã seguinte o sonho e a análise terão igualmente sido esquecidos (Freud, 1909/1996, p. 133).

Ora, talvez essa seja a passagem que melhor explicita o que efetivamente ocorre na elaboração psíquica. Talvez elaborar implique em “ir esquecendo” daquilo que tanto assolara no passado. Por esse viés, o esquecimento é enfatizado em sua vertente propriamente criativa e situado no amplo processo de reinvenção subjetiva que se instaura com a elaboração dos conflitos e sofrimentos passados.

Vale destacar que o mesmo pode ser depreendido do pensamento de Nietzsche.

## MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM NIETZSCHE

Em Nietzsche, o esquecimento é também positivado enquanto propiciador de mudanças não apenas no nível subjetivo, mas também social. Isso implica em que, segundo o seu entender, indivíduos ou grupos excessivamente memoriosos teriam seus olhos e atenções inteiramente voltados ao passado, o que os impossibilitaria de enxergar adiante e,

consequentemente, esquecer-se do que passou. Nessa perspectiva, o excessivamente memorioso seria aquele apegado à tradição e preocupado com a manutenção de certo estado de coisas. De forma inversa, o esquecido é desapegado e constantemente levado à ação e à produção de coisas novas.

Para entender melhor sua concepção, é necessário partirmos do pressuposto de que, para Nietzsche, a vida é um constante processo de criação: o homem, enquanto criador, produz novas formas de vida, destruindo antigas vivências e construindo novas. Nesse mesmo contexto, o filósofo considera a arte um grande estimulante, sendo que a atividade artística não visaria a nada fora dela própria, ou seja, nunca apontando para um fim a ser alcançado. Desse modo, a vida entendida como obra de arte (Dias, 2011) seria constante experimentação, atividade ininterrupta cujo sentido é sempre criar.

Com efeito, a atividade criadora jamais almeja à conservação e à cristalização de um único modo de viver. Pelo contrário, ela resulta em uma pluralidade de perspectivas. Tal ação criadora se opõe ao estável e ao permanente e, nesse sentido, o criar envolve não somente construção, mas também destruição: estamos submetidos à lei do crescimento, assim como à lei da morte e, dessa forma, o destruir também gera o futuro. Assim, não haveria começo ou ponto final no processo criativo, estando tudo ainda por fazer. O que há é um constante recomeçar, pois sem destruição não haveria processo criador.

Nessa medida, em sua crítica à cultura moderna, o filósofo se empenha em destacar o quanto ela se distancia de uma vida artística (Dias, 2011), em outros termos, de uma perspectiva criativa do viver. De fato, ele reconhece na cultura de sua época um espaço homogeneizante que perpetua a ideia de igualdade e, consequentemente, promove a aniquilação das diferenças individuais. Para Nietzsche, tal modelo de cultura tenderia a engessar as ações e a impedir o avanço do processo cultural, pois o homem moderno acaba se tornando um simples repetidor de valores ao invés de um criador, mantendo-se apenas como conservador das noções disseminadas na sociedade. Claro está que o processo criativo de renovação cultural ficaria danificado pelo grande apego ao passado e o acumular fatos, conhecimentos e lembranças evidenciaria as

características de uma época na qual criar diferentes formas de vida não é exatamente o objetivo principal.

É justamente nesse ponto que se abre a discussão sobre as dimensões da memória e do esquecimento em sua obra. Na *Genealogia da moral*, Nietzsche (1887/2009) discute as complexas circunstâncias que levaram ao surgimento da memória, procurando mostrar o devir histórico que propiciou sua irrupção. Assinala a condição singular do homem e tenta esclarecer como um ser que age de forma instintiva e automática tornou-se um animal consciente, capaz de fazer promessas, de planejar seus atos e de se comprometer com o futuro: “criar um animal que pode fazer promessas – não é essa a tarefa paradoxal que a natureza se impôs, com relação ao homem? Não é esse o verdadeiro problema do homem?” (Nietzsche, 1887/2009, p. 43, grifos do autor).

Fazer promessa é, nesse sentido, se comprometer com o futuro e tentar determinar o imprevisível. Desse modo, o advento de um animal consciente e memorioso se dá por acaso, num complexo jogo de forças, no seio das relações sociais. A interpretação nietzschiana sobre a memória demonstra que ela emerge como atividade oriunda da coerção social, objetivando regular o homem e torná-lo previsível, controlável e responsável por suas ações.

Visando combater a crueldade, foram criadas regras sociais a serem constantemente lembradas e, nessa perspectiva, o homem passa a ser aquele que deve “prometer” e jamais “esquecer” (Nietzsche, 1887/2009). Dessa forma, torturas foram implementadas para ativar a lembrança e domesticar o homem, intensos castigos foram impingidos aos “esquecidos” – aqueles que não cumpriam a promessa empenhada – e a lembrança do prometido passa a aparecer como forma de preservação e segurança. O ato de prometer aponta para uma uniformidade de ações e comportamentos: “com ajuda da moralidade de costumes e da camisa de força social, o homem foi realmente tornado confiável” (Nietzsche, 1887/2009, p. 44).

Por esse prisma, a memória passa a ser tida como a atividade que garante assumir um compromisso com o futuro, que é tornado ato quando a promessa é cumprida. O homem se torna memorioso para garantir seus benefícios sociais e, assim, a memória se destaca socialmente, sendo colocada em primeiro plano, enquanto o esquecimento passa a ser incisivamente desvalorizado.

O problema é que, de acordo com a análise nietzschiana, a reativação constante da memória gera o ressentimento, seu poderoso efeito colateral. Em si, o ressentimento é desencadeado pela força reativa que entrava a ação espontânea do indivíduo, uma vez que este se encontra atrelado a obrigações sociais. A reatividade que torna o homem um negador da vida impossibilita o agir espontâneo, inibindo qualquer força ativa. Ressentido, o homem fica preso ao passado, o que o impede de agir efetivamente no presente, se fechando para novas vivências.

Esse homem que inicialmente era espontâneo, instintivo, esquecido, torna-se calculista, previsível e memorioso. Nessa medida, é justamente por fazer frente ao excesso de memória que a dimensão do esquecimento é aqui positivada. Por seu caráter ativo, funcionaria como um reparador e harmonizador do equilíbrio psíquico: “eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento” (Nietzsche, 1887/2009, p. 43).

Desse modo, o esquecimento é, para Nietzsche, uma faculdade espontânea do homem e não uma “falha” da memória. Esta também não se configura como uma faculdade superior ao esquecimento, na medida em que passa a ser socialmente valorizada – conforme destacamos – somente por meio de uma longa série de acontecimentos sociais marcados pela violência. O esquecimento é evidenciado como uma “força inibidora ativa” (Nietzsche, 1887/2009, p. 43) que, comparada a um estado de digestão psíquica, fecha as portas da consciência, promovendo um acalentado sossego. Por outro lado, o excesso de memória entrava o processo criativo, tornando o homem refém do seu passado. Nesse sentido, o esquecimento seria a faculdade propulsora do novo, abrindo possibilidades para novas configurações subjetivas e sociais.

Trata-se, portanto, de evidenciar que o esquecimento possibilita ao homem liberar-se para o novo, afastando o ressentimento que paralisa e entrava a ação. Esquecer é uma atividade salutar, um mecanismo de proteção psíquica. O esquecimento age eliminando o desnecessário, os excessos de memória e, assim, abre espaço para a ação. Em contraposição ao “peso” da memória, ele é caracterizado

pela “leveza” que favorece o ato de criar: o esquecimento transforma em algo novo aquilo que ficou na memória.

Dotado de uma força ativa, o esquecimento pode, portanto, acabar por promover a transformação do homem e da cultura. O homem do ressentimento revela-se como alguém desvitalizado, passivo e fraco e, em oposição a ele, há o tipo ativo e forte. O tipo passivo prefere se render a “modos emprestados e opiniões postiças” (Nietzsche, 1874/2009, p. 162), enquanto o ativo, por sua capacidade de criar, jamais se adéqua “a cadeias de opiniões correntes” (Nietzsche, 1874/2009, p. 162). Depreende-se daí que o homem que quer fugir da massa precisa ser criador e, nessa perspectiva, o criador é aquele capaz de superar o ressentimento e promover uma renovação. O homem que busca a constante superação passa pela experiência de reinterpretar-se e reinventar-se, recriando-se em um devir permanente.

Ora, o homem que nada consegue esquecer se torna um dispéptico (Nietzsche, 1887/2009) – aquele que nada digere: a memória incorpora e o esquecimento elimina. Por esse viés, fica claro que entre memória e esquecimento não há exatamente uma oposição conflitiva ou binarista. Pelo contrário, memória e esquecimento atuam em conjunto, um agindo em prol da conservação e manutenção das coisas e outro em prol de sua destruição, porém em um mesmo dinamismo. Assim, depreendemos que esse constante dinamismo entre a incorporação e a eliminação, assim como ocorre em um processo de digestão, serve à manutenção da ordem psíquica.

Nessa medida, o jogo entre os campos da memória e do esquecimento é caracterizado por Nietzsche (1874/2003) como uma “força plástica”. Essa força, segundo o filósofo, é definida como uma constante que harmoniza a forma de lidar com o passado e com o presente. Isso impediria que o homem privilegiasse em demasia a memória – em detrimento do esquecimento –, sendo tal força plástica imprescindível ao homem, uma vez que, por ser capaz de incorporar as lembranças necessárias ao viver e eliminar aquelas que sobrecarregam a consciência, garante um movimento sempre ativo. Essa plasticidade entre lembranças e esquecimentos sugere uma dinâmica diferente do re-sentir: a força plástica configura um movimento que combate o ressentimento, uma vez que o esquecimento é visto como um moderador ao liberar o peso do excesso de memória.

Por outro lado, esse dinamismo também faz com que seja impossível um esquecimento excessivo ou pleno. Em outros termos, trata-se de destacar que o ato de esquecer jamais implicará na ideia de que tudo pode ser destruído. Pelo contrário, no constante dinamismo entre as ordens da criação e da destruição, algo permanece e algo é eliminado: “dizer que tudo está em devir é dizer que tudo está sujeito às leis da destruição e que algo permanece apesar da destruição” (Dias, 2011, p. 72) e, por este viés, o ato de esquecer não implicaria necessariamente na ideia de que tudo será destruído.

Trata-se, aqui, de uma série de pressupostos que viabilizam o diálogo entre os pensamentos de Nietzsche e Freud, principalmente, se tivermos em mente as transformações que se fizeram neste último a partir da famosa virada de 1920. É para esse diálogo que agora nos voltaremos, retomando, é claro, a noção de elaboração psíquica.

## O RESENTIDO E O ENLUTADO

Com efeito, esse mesmo dinamismo entre uma tendência conservadora e outra disruptiva é depreendido da obra de Freud a partir da formulação dos conceitos de pulsão de vida e pulsão de morte. Com eles, passa a se encontrar presente a concepção de que, subjacente a tudo o que produzimos, há um incessante dinamismo entre Eros e Thanatos, o primeiro ligado à vida e à manutenção de um mesmo estado de coisas e o segundo atrelado à morte e à destruição. Ora, segundo o diálogo que estamos estabelecendo entre Nietzsche e Freud, nada nos impede de relacionar a vida à memória e a morte ao esquecimento e, por esse viés, vida e memória seriam privilegiadas em suas dimensões conservadoras e morte e esquecimento em suas vertentes disruptivas.

Da morte o homem moderno talvez nada queira saber. Este é justamente aquele que, segundo Freud (1930/1996), trocou um quinhão de liberdade por um quinhão de segurança e, por isso, valoriza muito mais o domínio de Eros do que de Thanatos. O homem moderno quer apenas saber de unir, criar laços cada vez mais duradouros e estanques, além de construir coisas e estruturas cada vez maiores, tomando verdadeiro horror a tudo o que possa atuar em sentido contrário. Nega-se a morte, nega-se a

violência, nega-se a destruição e, enfim, nega-se também o esquecimento. Em virtude de tanta negação, ele se esquece, sobretudo, do potencial libertador que envolve o ato de esquecer. Tal é o caso, dentre tantos outros que poderiam ser mencionados, do ressentido e do enlutado, dois exemplos daqueles que recusam, a todo custo, esquecer o passado.

Tomemos primeiramente o caso do ressentido. Conforme destacamos, o ressentido é um dos personagens centrais do pensamento nietzschiano e também muito presente na clínica psicanalítica, embora Freud jamais o tenha nomeado enquanto tal. Em linhas gerais, ele é por Kehl (2015) definido como o sujeito que se recusa a esquecer um agravo passado ou mal que lhe foi causado, jamais desejando superar o que o vitimou e perdoar os que o prejudicaram. Ressentido, o sujeito se recolhe em rancores, fantasias imaginárias de vingança, raivas, maldades, ciúmes, invejas e malícias, o que o conduz à tomada de uma posição passiva e queixosa frente ao mundo e à ocupação com ruminções acusatórias a quem tanto odeia.

Em Nietzsche, o ressentido é propriamente um fraco, afirmação com a qual Freud poderia muito bem concordar. Para os dois autores, tendo o homem moderno escolhido por fazer severas renúncias pulsionais para viver em sociedade – renúncias sexuais e agressivas –, a emergência do ressentimento seria uma espécie de efeito colateral dessa escolha, conforme destacamos. Com efeito, somos impedidos de exercer nossa agressividade, bem como todas as nossas tendências destrutivas e, diante dessa impossibilidade, tais impulsos violentos, ao invés de dirigidos aos outros, passam a ser direcionados a nós mesmos. Nessa medida, o ressentido é um grande masoquista, aquele que se autoflagela em intermináveis fantasias de vingança que nunca se realizarão, em rancores que jamais serão remediados e em invejas e ciúmes daqueles que são mais fortes.

Quanto a isso, Nietzsche (1887/2009) opõe muito bem os fortes aos fracos – lembrando que o uso da força é sempre violento – para demonstrar como ao longo da história os fortes passaram a ser tidos como maus e os fracos como bons. Ou seja, de acordo com tais preceitos morais, o sujeito forte que luta pelo que deseja e por isso consegue conquistar uma série infindável de coisas é classificado como mau. Em contrapartida, o bom é aquele humilde que opta por abrir mão da luta, que desiste de realizar seus desejos e a todos se submete. Ora, tamanha passividade do fraco frente ao

mundo não poderia deixar de gerar ressentimento: o ressentido é o homem bom, moralmente intocável e incessantemente prejudicado pelos fortes e maus. Estes o oprimem e frente a eles o ressentido se vitimiza, se pondo a exigir que os fortes não sejam tão fortes, já que ele mesmo optou por ser tão fraco. Diante de tamanha força e maldade do outro, o ressentido fica se autoenvenenando em um sofrimento interminável (Kehl, 2015).

Em suma: o ressentido sofre por um excesso de memória. Ele se impede de esquecer o dano passado e o quanto foi prejudicado por outro. De fato, ele ainda vive aquela data como se fosse hoje, dia após dia, sem jamais conseguir – ou desejar – esquecê-la. E por que tamanha recusa em esquecer? Justamente pelos ganhos narcísicos que o ressentido obtém: por não ter lutado ou nem pensado em lutar, sua pureza permanece intacta; pela recusa em implicar-se como sujeito do desejo, sua moralidade e completude imaginária persistem inabaladas; e culpando incessantemente o outro pelo dano causado, ele também se esquece de todas as fraquezas que o levaram à derrota.

Desse modo, não é exagerado pressupor a dificuldade em se analisar o ressentido. Trata-se, aqui, de assinalar o quanto sua fala sempre retorna à situação do agravo obstaculizando o processo de livre associação, bem como sua constante culpabilização do outro impede sua própria implicação na história que viveu. Moralizado ao extremo, o ressentido se apresenta como “coberto de razões” (Kehl, 2015, p. 45), com um sofrimento plenamente justificado que pode acabar transformando o processo analítico em um beco sem saída.

Por isso, a elaboração do ressentimento deve necessariamente passar por um trabalho de retificação subjetiva capaz de retirá-lo da posição de vítima – ainda que tal vitimização seja justificada – fazendo com que ele questione sobre sua participação na situação da qual tanto se queixa (Kehl, 2015). Dessa forma, a partir da reelaboração de seu sofrimento, sua história poderá ser contada de outra maneira e, conseqüentemente, ele passará a se enxergar com outros olhos, o que necessariamente vai conduzi-lo a um processo de reinvenção subjetiva. Mediante esse trabalho de ressignificação, o ressentido fica apto para, aos poucos, ir se esquecendo do agravo, ficando claro que um esquecimento pleno é totalmente impossível e que algo sempre persistirá em sua memória.

Ao longo desse processo de elaboração, talvez não seja demais supor que toda a agressividade que ele dirige a si próprio seja deslocada e direcionada à própria lembrança do mal, visando efetivamente destruí-la e fragmentá-la. Com isso lhe será viável, em parte, ir esquecendo o passado, esquecimento que vai ganhando terreno à medida que a elaboração vai se fazendo. A memória do dano vai deixando de ser tão presente e seus investimentos finalmente poderão se dirigir para outras coisas. Ao se posicionar como ativo em sua história, pode-lhe ser também viável dirigir sua agressividade para o mundo, implicando-se na medida do possível com seu desejo e conquistando coisas para si ao invés de persistir na queixa contra aqueles que assim o fazem.

No entanto, vale lembrar o quanto esse trabalho de elaboração é marcado por volteios. Ou seja, é comum que o ressentido ora deseje esquecer o passado, ora lute arduamente para mantê-lo vivo. Trata-se, aqui, do conflito entre as tendências conservadoras e as disruptivas que estão na base de tudo o que o sujeito produz. Esse vai e vem marca incisivamente todo e qualquer trabalho de elaboração psíquica, fazendo o sujeito em análise oscilar entre conservar algo ou destruí-lo ferozmente.

Passemos ao enlutado que, tal como o ressentido, também sofre por um excesso de memória. De acordo com Freud (1917/1996), o luto é definido como uma reação – às vezes duradoura – à perda de um objeto querido ou de alguma abstração ou ideal ao qual o sujeito costumava se entregar. As principais características de um estado de luto são um desânimo contundente, uma relativa perda de interesse pelas coisas e a incapacidade de novamente amar. Ademais, é comum que o enlutado deixe de se dirigir a qualquer atividade que não esteja ligada ao objeto amado, preferindo ficar isolado, evocando todas as lembranças do passado que acabou por perder.

Ao longo do trabalho de luto – que é efetivamente um trabalho de elaboração – é comum, portanto, que o sujeito retire seus investimentos do mundo agora desinteressante e volte sua libido a si próprio. Ora, como Freud tantas vezes destacou, é impossível ao sujeito abandonar de bom grado um prazer do qual outrora desfrutou e, nesse sentido, o enlutado passa a se apegar a intermináveis fantasias cujo propósito é manter imaginariamente o objeto ainda vivo. Tal situação pode persistir por certo

tempo, mas, conforme Freud assinala, quase sempre acaba prevalecendo a aceitação da perda e o enlutado consegue, em parte, se esquecer do amor passado. Esse esquecimento pode ser inclusive suficiente para permitir-lhe a entrega a uma nova relação.

De fato, o trabalho de luto é um trabalho de elaboração árduo e também marcado por inúmeros volteios, sendo comum que o enlutado passe a ter um sério conflito entre prolongar a existência do objeto em sua memória e finalmente esquecê-lo. Ao longo de todo esse processo de elaboração, é também comum que cada lembrança do objeto seja evocada, já que é desejável que o desligamento se faça em relação a cada uma delas. Quando a elaboração do luto chega ao fim – valendo marcar que esse jamais é um processo pleno –, o excesso de memória vai, aos poucos, se esvaindo, os sintomas cedendo e o sujeito volta a ser livre e desinibido. Suficientemente esquecido, ele pode amar novamente.

Com efeito, tanto o ressentido quanto o enlutado podem ser tomados como paradigmáticos para pensarmos o funcionamento do sujeito neurótico de uma maneira mais ampla. Isso porque todos os neuróticos possuem seus ressentimentos e também passam por inúmeras situações de luto, conseguindo ver em si próprios o quanto esses estados servem à manutenção de um excesso de memória que eles, por razões inclusive justificadas, se recusam a esquecer. Tais processos também funcionam como ilustração para nossa proposta de demonstrar que elaborar o passado necessariamente implica em “ir esquecendo” uma série de coisas e situações e de que é através desse esquecimento que o sujeito consegue se reposicionar no mundo e contar sua história de uma nova maneira.

O que talvez o ressentido e o enlutado – bem como todos os excessivamente memoriosos – não consigam enxergar é que tudo o que um sujeito constrói – seja suas relações amorosas, suas fantasias, seu passado e mesmo o “si próprio” –, ele o constrói para que esse algo seja inevitavelmente destruído. Ou melhor, trata-se mesmo de afirmar que tudo o que um sujeito constrói, ele o destrói no próprio ato de sua construção. Nessa medida, quando um sujeito constrói uma relação de amor, por exemplo, tal relação é incisivamente destruída à medida que vai sendo construída. Também quando um sujeito constrói suas fantasias, elas vão sendo desconstruídas a cada passo de suas construções.

Do mesmo modo, quando ele constrói seu passado e sua história, tal passado ou história são inevitavelmente destroçados conforme vão sendo construídos. E o próprio processo de constituição subjetiva também aí se insere, já que o sujeito necessariamente se fragmenta à medida que se constitui. Daí a beleza própria ao devir que faz com que nada seja estanque e tudo possa mudar.

É a isso que o excessivamente memorioso resiste. Sua ilusão de conservação e manutenção das coisas acaba por silenciar a potência disruptiva que existe nos próprios atos de conservar e de manter. Silenciando a dimensão criativa do esquecimento, ele tenta se fechar a qualquer possibilidade de mudança, claro que sem nunca o conseguir plenamente. Em contrapartida, quando ele finalmente abre alguma brecha para que se dê uma elaboração, lhe é possível começar a pensar em ir adiante. Isso porque elaborar é conservar e ao mesmo tempo destruir, destruir para logo em seguida conservar e imediatamente após destruir novamente em um trabalho infinito que permite ao sujeito, aos poucos, ir esquecendo.

## REFERÊNCIAS

- Breuer, J., & Freud, S. (1980). Estudos sobre histeria. In Freud, S. [Autor], Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895)
- Dias, R. (2011). *Nietzsche, vida como obra de arte*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freud, S. (1996). Lembranças encobridoras. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. III. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1899)
- Freud, S. (1996). Sobre a psicoterapia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1904)
- Freud, S. (1996). O método psicanalítico de Freud. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1906)
- Freud, S. (1996). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909a)
- Freud, S. (1996). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. X. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909b)
- Freud, S. (1996). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. X. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909c)
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914a)
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914b)

- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Gondar, J. (2000). Lembrar e esquecer: desejo de memória. In Gondar, J. & Costa, I. M. (orgs.), *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Kehl, M. R. (2015). *Ressentimento*. (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nietzsche, F. (2003). *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Relume Dumará. (Original publicado em 1874)
- Nietzsche, F. (2009). *Escritos sobre educação*. (1ª ed.). São Paulo: Ed. Loyola. (Original publicado em 1874)
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica*. (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1887)

Recebido em 20/10/2018

Aceito para publicação em 01/11/2018

## A FITA BRANCA. PSICANÁLISE E FASCISMO

*Jô Gondar\**

### RESUMO

O artigo discute a relação entre perversão e fascismo a partir de uma leitura psicanalítica do filme *A fita branca* (2009), do cineasta austríaco Michael Haneke. Não se trata de um filme sobre a gênese do nazifascismo na Alemanha, mas de um filme que pergunta: como fazer para que haja o fascismo em qualquer lugar, em qualquer situação? A partir dessa pergunta, o artigo procura pensar o fascismo incrustado em nossa vida cotidiana, assim como o fascismo que ronda o exercício da psicanálise e de suas correntes teóricas.

Palavras-chave: fascismo; perversão; resto; Michael Haneke.

### THE WHITE RIBBON. PSYCHOANALYSIS AND FASCISM

#### ABSTRACT

*The paper discusses the relationship between perversion and fascism from a psychoanalytic reading of the film *The White Ribbon* (2009) by Austrian filmmaker Michael Haneke. This film is not about the genesis of Nazi-fascism in Germany, but about a question: what can we do to have fascism anywhere, in any situation? Since that question, the paper tries to think on the fascism embedded in our daily life, as well as the fascism that surrounds the exercise of psychoanalysis and its theoretical currents.*

*Keywords: fascism; perversion; rest; Michael Haneke.*

### LA CINTA BLANCA: PSICOANÁLISIS Y FASCISMO

#### RESUMEN

*El artículo discute la relación entre perversión y fascismo a partir de una lectura psicoanalítica de la película *La cinta blanca* (2009), del cineasta austríaco Michael Haneke. No se trata de una película sobre la génesis del nazi-fascismo en Alemania, sino de una película que pregunta: ¿cómo hacer*

---

\*Psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, doutora em Psicologia Clínica, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

*para que haya el fascismo en cualquier lugar, en cualquier situación? A partir de esa pregunta, el artículo busca pensar el fascismo incrustado en nuestra vida cotidiana, así como el fascismo que ronda el ejercicio del psicoanálisis y de sus corrientes teóricas.*

*Palabras clave: fascismo; perversión; resto; Michael Haneke.*

Há alguns anos apresentei, num ciclo sobre *Psicanálise e Cinema*<sup>1</sup>, um texto sobre perversão e fascismo. A ligação entre os dois temas foi tecida em torno de um filme de Michael Haneke, *A fita branca*, lançado em 2009. No momento em que o escrevi, não imaginava que o texto se tornaria, neste ano de 2018, tão atual e tão próximo. Por esse motivo eu o reapresento aqui, esperando que ele possa contribuir para uma reflexão necessária nesse momento político – a reflexão sobre o fascismo que nos ronda e que vemos cada vez mais perto de nós. Muitas vezes, também em nós.

Em 1913, numa aldeia da Alemanha, às vésperas da Iª Guerra, diversas situações insólitas e violentas começam a acontecer. Alguém provoca a queda de um cavalo, uma criança é sequestrada, um celeiro é incendiado, uma empregada morre em um acidente de trabalho. Não se conhece a autoria desses atos e o desenrolar de *A fita branca* (2009) se faz em torno da descoberta do culpado. Nesse sentido há, no filme, algo de mistério ou de “cinema noir”. Acompanhamos a ação partir da perspectiva do professor, o narrador da história, que nos convida a testemunhar suas lembranças. Contudo, não assistimos a nenhum desses eventos estranhos que se dão no vilarejo. Todos eles acontecem longe do nosso olhar. Começamos a nos dar conta do quanto esse filme de mistério é peculiar: o foco do diretor Michael Haneke não incide sobre as ações violentas e sim sobre o modo como funciona o mundo que faz essas ações surgirem. Em outros termos, sua preocupação não é tanto com a ação, mas com as relações subjetivas – individuais ou coletivas – que engendram a ação.

*A fita branca* tem sido associada de uma maneira rápida e fácil demais à ascensão do nazismo na Alemanha. De fato, podemos ver no filme um barão poderoso que possui empregados muito submissos, um médico autoritário e perverso, assim como um pastor excessivamente preocupado com a pureza. Se nos ativéssemos apenas a esses elementos superficiais poderíamos estabelecer uma relação mais direta com o tema da perversão

na psicanálise, e dizer: A fita branca mostra como os elementos perversos, que permitiriam a vitória do nazismo na Alemanha, tomaram parte na constituição subjetiva da geração que o abraçaria, vinte anos mais tarde. O filme retrataria a juventude hitlerista quando muito jovem, a infância dos futuros soldados da SS.

Porém essa não é a intenção de Haneke, segundo ele próprio. Isso não significa que devamos respeitar de maneira absoluta o que diz um diretor a respeito do seu filme, pois nenhum cineasta detém o sentido de sua obra. Mas, nesse caso, a fala de Haneke pode tornar nossa análise mais acurada. Na época do lançamento de *A fita branca* no Brasil, em 2010, ele disse à Folha de São Paulo:

Queria mostrar que as crianças que têm o caráter formado a partir de um princípio absoluto podem se tornar inumanas. Cada ato terrorista, cada manifestação de fanatismo, seja ele político, religioso ou de outra natureza, é alimentado por essa fonte de intransigência. Qualquer ideia se torna perversa se tem, como ponto de partida, o autoritarismo. Esse é um tema universal, que não tem ligação direta com a problemática alemã. O filme não é sobre nazismo (Haneke, 2010).

Tanto o filme, quanto a nossa discussão sobre o tema da perversão, se tornam mais interessantes se pudermos expandir nossa análise, em vez de restringirmos o tema a um fato histórico determinado, ou seja, em vez de reduzirmos *A fita branca* a um filme sobre a gênese do nazifascismo. Patricia Rebello fez, na época, um bom comentário crítico sobre a película de Haneke: não se trata de um filme que pergunta *como surgiu o nazismo*, mas de um filme que nos incita a pensar sobre *como fazer para que haja o nazismo ou o fascismo* (Rebello, 2011).

Essa seria, a meu ver, a diferença entre *A fita branca* e *O ovo da serpente* (1977) de Ingmar Bergman, esse sim, um filme sobre a gênese do nazismo histórico na Alemanha. Bergman retrata um povo combatido, após a primeira guerra, sofrendo uma inflação colossal, vivenciando uma economia monetária e subjetiva em ruínas e tomado por um sentimento de desesperança. A questão trabalhada por *O ovo da serpente* seria *por que os alemães desejaram o nazismo?*, questão totalmente diferente daquela que aparece em *A fita branca*: *como fazer para que haja o fascismo – em qualquer lugar, em qualquer situação?*

Sugerir, como faz o filme de Haneke, que as crianças são as culpadas dos atos perversos é um passo importante no desenvolvimento da questão. Ainda que Freud tenha, desde 1905, mostrado que as crianças estão longe da pureza que costuma ser a elas atribuída e ensinado que, ao contrário, as crianças podem ser consideradas como perversas polimorfas, ainda permanece, no imaginário do senso comum, a associação entre infância e pureza. Haneke explora essa associação para perturbar o espectador e fazê-lo pensar. Insinuar a culpa das crianças é uma atitude capaz de tocar bem mais o espectador do que alocá-la em adultos sem caráter. A culpa das crianças perturba porque deixa a perversão mais perto de nós. Se o culpado fosse algum personagem já estabelecido como perverso na trama, poderíamos ter mais distância em relação à perversão ou ao fascismo, dizendo: eis aí, longe de mim, um fascista, um perverso, um Hitler, um Mussolini. Em vez disso, vemos um filme que nos faz pensar sobre o fascismo que nos ronda, não apenas na política em senso estrito, mas também em nossa vida cotidiana. Podemos, a partir disso, refletir sobre aquilo que fazemos ou podemos fazer para produzir qualquer tipo de fascismo, de direita, de esquerda, nas relações que todos nós estabelecemos.

A esse respeito, Michel Foucault escreveu um texto precioso, *Uma introdução à vida não fascista* (1977). Nele, o filósofo mostra que resistir ao fascismo não é apenas lutar contra um ditador e seus asseclas. Resistir é também perceber como se produz o fascismo em todos nós. Pergunta Foucault: “Como fazer para não se tornar fascista mesmo (e sobretudo) quando se acredita ser um revolucionário? Como livrar do fascismo nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?” (Foucault, 1977). É a esse confronto íntimo que *A fita branca* nos conduz. O filme não nos faz perguntar simplesmente por que os alemães apoiaram Hitler ou por que nas Américas elegemos ditadores ou bufões que impingem um retrocesso em nossas formas de vida. Ele nos questiona sobre um fascismo mais insidioso, aquele que nos faz gostar do poder ou, nos termos de Foucault, “desejar essa coisa mesma que nos domina e nos explora”.

## FASCISMO E PERVERSÃO

Estou, propositalmente, estabelecendo uma relação muito próxima entre fascismo e perversão. Na verdade, estou afirmando que o fascismo é uma forma de perversão. É importante deixar claro, de saída, o que estou chamando de fascismo e em que medida ele pode, para a psicanálise, colocar-se na mesma linha da perversão.

O historiador italiano Emilio Gentile, especialista na cultura do fascismo, fornece a seguinte definição:

O Fascismo é uma concepção totalitária do primado da política, concebida como uma experiência de integração para realizar a fusão do indivíduo e das massas na unidade orgânica e mística da nação como uma comunidade étnica e moral [...]. Implica a adoção de medidas de discriminação e perseguição contra aqueles considerados fora desta comunidade, quer como inimigos do regime ou membros de raças consideradas inferiores ou perigosas para a integridade da nação (Gentile, 2002, s.p.).

Em outras palavras, o fascismo seria uma tentativa de estabelecer uma realidade unitária e totalizante, eliminando-se qualquer diferença, sobra ou resto que atrapalhe a realização dessa experiência. É por essa razão que o fascismo costuma ser apontado como um movimento que não admite a diferença ou o resto, pois o resto é justamente o que impede a consecução de uma unidade perfeita.

Ora, a recusa a admitir o resto seria uma forma possível de se definir a perversão. Diante da diferença sexual, o perverso é tomado de horror, fazendo o possível para eliminá-la. Mas não é necessário circunscrever a perversão ao plano da sexualidade. Para os teóricos das relações de objeto, ela é também um modo de relação no qual se busca uma totalização subjetiva: o perverso seria incapaz de tratar os outros como outros, considerando-os apenas como um meio para atingir um fim. De qualquer modo, existe um movimento de repelir, no outro e no próprio sujeito, tudo aquilo que emperra a realização sexual e subjetiva de uma totalidade. É isso que nos permite dizer que há, na perversão, uma recusa do resto e, nesse sentido, poderíamos afirmar que fascismo e perversão caminham juntos. Sem dúvida, a tentativa de eliminar o resto não se restringe à

perversão, já que o neurótico também gostaria de fazê-lo. Também ele sonha com a totalização. E esse é o caso: ele apenas sonha. Na neurose existem fantasias perversas, no sentido mais rigoroso proposto por Freud: a neurose seria o negativo da perversão, já que o perverso age onde o neurótico fantasia (Freud, 1905/1977).

Uma tal articulação entre perversão e fascismo não seria estranha ao filme de Haneke, que a promove desde o título. A fita branca, que o filho do pastor leva durante quase todo o filme amarrada no braço, deve lembrar ao sujeito o ideal de pureza que ele deve perseguir, mas do qual ele se afasta. A fita apresenta, portanto, um caráter paradoxal: ao mesmo tempo que simboliza um ideal, indica a impossibilidade de esse ideal ser alcançado. Se é preciso usar uma fita atada ao braço ou presa no cabelo para lembrar-se da pureza, o que fica é a profunda distância entre aquilo que se deveria ser e aquilo que se é, como comenta Rebello (2011). Nesse sentido, a fita branca é o próprio resto, isto é, aquilo que impede que o que se é seja idêntico ao que se deveria ser. Existe sempre uma sujeira, um resto que entrava a realização de uma totalidade plena. No filme, a fita branca indica a importância dessa dimensão subjetiva do fascismo, sempre atual e presente em cada um de nós. Essa é questão principal denunciada por Haneke, com muito mais força do que o nazismo histórico.

## HANEKE: POR UMA ESTÉTICA NÃO FASCISTA

Michael Haneke é um cineasta polêmico. Tem sido, muitas vezes, acusado de cínico, cruel, frio e, até mesmo, de um diretor que aprecia a exploração da violência. Alguns críticos o definem como participante de um cinema da crueldade, sendo nesse sentido situado ao lado de um Tarantino, por exemplo (cf. Gallego, 2013). Ora, uma crítica nesses moldes supõe que a própria forma estética dos filmes de Haneke é perversa. O cineasta austríaco seria então considerado mais perverso do que corajoso, devido à própria escolha que faz de temas inabituais e de situações que basculam a linha da moralidade. Recorto, aqui, algumas das críticas que lhe foram feitas nessa direção: “fascinação pela perversão”, “autor que se compraz na exploração de situações de perversão sexual sadomasoquista” etc.

Creio que isso é não entender o que Haneke põe em jogo. Trata-se de um diretor que problematiza a violência e, para isso, precisa tratar dela. Ele nos traz desconforto porque nos obriga a pensar sobre ela e a reconhecê-la em nós. Mas jamais a explora. Não utiliza imagens gratuitas de violência nem mesmo no filme que, no Brasil, foi intitulado desse modo (*Funny Games*, filme de 1997, refilmado em 2005, recebeu aqui o nome de *Violência gratuita*). A esse respeito, afirma Haneke:

O que tentei com *Funny Games* [Violência gratuita] foi dar um tapa na cara dos cineastas que nos forçam a consumir violência, mas sem se preocupar com isso. Eu queria sacudir os espectadores. O espectador muitas vezes aceita ser violentado por filmes que acha inofensivos, mas que acabam por fazê-lo esquecer o que é a verdadeira violência (Haneke, 2013).

Essa estratégia tornou-se ainda mais sofisticada em *A fita branca*. Se o filme aborda a violência, ela em nenhum momento é mostrada ao espectador. Todas as cenas em que estaria acontecendo algo excessivo – situações de morte, incesto ou tortura – se passam fora do nosso olhar. Mesmo a cena em que presumimos que o médico da cidade violenta sua própria filha está sutilmente subentendida, pois em nenhum momento a informação nos é dada através da imagem. O espectador está sempre num outro plano que não aquele onde a violência acontece. Mattias Frey, pesquisador da área do cinema, afirma que Haneke “tematiza a representação da violência na maneira como nega ao espectador um acesso visual previsível a violência” (Frey, 2010). Não existe em Haneke, como existe em Tarantino, um excesso espetacularizado.

Para Haneke, a verdadeira violência residiria num uso perverso da imagem, que é hoje corriqueiro no cinema. Ele consiste em impedir o espectador de pensar, em impor imagens previamente interpretadas, mesmo que o filme pareça suave. Perversa é a imagem que tudo abarca, a imagem sem penumbra e sem resto, não dando lugar a nenhuma reflexão além da interpretação que ela pretende impor. Assim, filmes ternos e “edificantes” que disseminam valores politicamente corretos podem ser perversos na medida em que conduzem o espectador a um estado progressivo de submissão às interpretações totalizantes que lhe chegam.

Heneke, ao contrário, valoriza a participação intelectual do espectador através do mínimo de informação imposta pelas imagens, e utiliza a violência para despertar seu pensamento. “Acredito na inteligência do espectador e tento dar a ele liberdade de compreensão” (Haneke, 2013), afirma ele. Pretende usar a violência para aguçar nossa sensibilidade, isto é, a violência contra a violência. Daí, provavelmente, a polêmica construída em torno de seus filmes.

Nesse sentido, Haneke estaria mais próximo de um cinema da sobriedade, apesar de lidar – criticamente – com a questão da violência. Isso aparece na composição estética de seus filmes e, particularmente, em *A fita branca*. Haneke trabalha com a subtração de estímulos. Prefere os planos longos à sucessão brusca de imagens, a câmera fixa à impressão de movimento, valoriza os silêncios e a duração mais longa das cenas. Não há excessos na forma: em *A fita branca* não há trilha sonora, não há rapidez nos cortes, não há enxurrada de informação, não há hiperrealismo, não há espetáculo. É um cinema da sobriedade que, paradoxalmente, trata o tempo todo do excessivo, sempre de maneira tensa, sem furtar-se a ele.

Uma cena é particularmente ilustrativa a esse respeito. Logo no início do filme, o filho do pastor se prepara para receber uma surra de vara de seu pai. Mas, ao invés de vermos uma criança sendo espancada, a imagem mostra a porta fechada do quarto onde a surra acontece. Desse modo, não assistimos à cena sadomasoquista, mas ouvimos os sons da vara na carne e ouvimos os gritos do menino. A violência não é dada a nós, mas somos obrigados a imaginá-la. Isso nos faz ter mais distância da cena, e, por isso mesmo, senti-la mais profundamente, já que não somos entorpecidos pelo excesso de proximidade e por uma imagem totalizante. Nessa mesma lógica, podemos marcar o fato de o filme ser em preto e branco. Originalmente, *A fita branca* foi filmado em cores e alta definição e, somente depois, convertido em preto e branco. Esse processo foi cuidadosamente construído para criar mais distância com o espectador, para que a imagem não o invada e não o totalize, permitindo que ele pense e sinta com mais sutileza. É o que o próprio Haneke explica sobre sua obra:

Meus filmes se insurgem contra o cinema *fast-food* norte-americano e sua dis-capacitação do espectador. Eles são um apelo para um cinema de perguntas insistentes em vez de respostas falsas (falsas por serem rápidas demais), um apelo por um cinema que clarifica a distância ao invés de violar a proximidade, por um cinema da provocação e do diálogo ao invés do consumo e do consenso (Haneke, 2013).

Em vez de um cinema que anestesia, ele propõe um cinema que aguça a sensibilidade. Em vez de um cinema que entorpece, um cinema que desperta. Para Mattias Frey, Haneke pretende “impelir o espectador a *pensar com* e a *sentir com* o filme, ao invés de simplesmente consumi-lo” (Frey, 2010). Haneke nos lança em um plano para além daquilo que é espetacularizado pela mídia, preocupando-se em problematizar a violência e os perigos de sua banalização perversa na nossa vida diária.

## PSICANÁLISE, FASCISMO E O RESTO

Seria possível dizer que os filmes de Haneke nos provocam desconforto porque nos convocam a lidar com o resto. E nós buscamos, de maneiras muito variadas, fugir do resto. Existem muitas formas pelas quais tentamos eliminar o resto que faz parte de nossa vida, formas que nos circundam de maneira mais ampla, mas também formas pequenas, que terminam por tyrannizar o nosso cotidiano. Gostaria, agora, de tratar delas para indicar o quanto o fascismo nos ronda. Seguem algumas notas a respeito:

1) É fácil enxergar o fascismo em toda forma de pretensão unitária e totalizante, já que só pode haver unidade se eliminarmos o resto.

2) Porém, dividir o mundo em duas partes também é uma tentativa de eliminar o resto: bom e mau, preto e branco, masculino e feminino, vândalos e manifestantes. Quando alocamos tudo o que existe em dois blocos, não sobra resto. Ou melhor dizendo: conferir um lugar pré-determinado ao resto é sempre uma tentativa de eliminar o resto. Nesse sentido, a desconstrução de Derrida não passa de uma estratégia para desmascarar os restos que todas as formas de divisão binária tentam esconder. Na forma de pensar binária, escreve Derrida, se elege e se fixa como fundante ou como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito e se determina, a partir deste lugar, a posição do outro, o seu

oposto subordinado. Ou seja, toda lógica binária, embora aparentemente neutra e paritária, é na verdade vertical e autoritária: cultura/natureza, essência/aparência, homem/mulher, branco/negro, ocidental/oriental, heterossexual/homossexual – há sempre um termo que é compreendido como superior, enquanto que o outro é o seu derivado, inferior. Derrida afirma que essa lógica pode ser abalada por um processo desconstrutivo, capaz de reverter, desestabilizar e desordenar esses pares. Para ele, desconstruir um discurso é perturbar e subverter os termos sobre os quais o próprio discurso se afirma. Mas desconstruir não significa destruir. Como diz Barbara Johnson, desconstruir está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer (Johnson, 1980).

3) Também tentamos suprimir o resto quando dividimos o mundo em muitas partes. Não é por acaso que as categorias diagnósticas classificadas pela Associação Psiquiátrica Americana (apresentadas nos diversos DSM: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) não param de se multiplicar, a cada vez. Da DSM I, para a IV e agora para a V, tivemos um aumento considerável do número de categorias. Na DSM I, publicada em 1942, tínhamos 106 categorias diagnósticas distribuídas em 130 páginas. A DSM IV, de 1994, já apresentava 297 transtornos listados em 886 páginas. A DSM V, publicada em 2013, propõe mais de 300 categorias diagnósticas em 942 páginas. A cada DSM, há sempre a pretensão de tudo controlar, de tudo englobar. Mas, por mais que se classifique, sempre vão sobrar restos que não foram incluídos no manual. Por esse motivo, o trabalho da associação psiquiátrica americana é interminável.

Sabemos que a psicanálise se coloca como um movimento antifascista, na medida em que nos situamos na contracorrente das tentativas de eliminação do resto. É possível dizer que, em suas diversas correntes, a psicanálise é uma prática de confronto com o resto. ersas correntes, a psicantuos m cinema da crueldade. Me parece que seria mais verdadeiro situarSabemos que a psicanálise se coloca como um movimento antifascista, na medida em que nos situamos na contracorrente das tentativas de eliminação do resto. É possível dizer que, em suas diversas correntes, a psicanálise é uma prtica de confronto com o resto. ersas correntes, a psicantuos m

cinema da crueldade. Me parece que seria mais verdadeiro situarática de confronto com o resto. O resto é problematizado sob formas diferentes em cada uma dessas tendências, mas sempre temos que nos haver com ele. Por exemplo: Lacan e o objeto *a*, cuja definição é precisamente a de resto; Ferenczi e a valorização dos fragmentos, produtos de catástrofes (não só os sonhos se produzem a partir dos restos da vida, mas toda criação, em Ferenczi, se faz a partir dos restos de uma catástrofe, ou seja, todo processo de construção se faz a partir dos restos de uma desconstrução anterior). Em Winnicott, vamos encontrar essa noção paradoxal, riquíssima, que é o espaço potencial, justamente o oposto de um espaço puro e limpo. O espaço potencial é a área do resto, resto aqui entendido como o domínio do informe, do indeterminado, do não classificável, do que não pode se localizar em nenhum dos lados de uma relação binária. Em vez de uma divisão entre natureza e cultura, sujeito e objeto, um e outro, temos um espaço sujo, misturado, informe, potencial, lugar impreciso do que se encontra em um limiar. Não se trata de uma dimensão *para além* e sim do espaço do *ainda não*.

Embora a psicanálise se coloque, por definição, como um movimento antifascista, não podemos nos acomodar nisso. O fascismo também nos ronda, também está perto de nós. Melhor dizendo: também está em nós. Cito alguns dessas situações onde nos colocamos nele ou, ao menos, perigosamente perto:

- Quando nos arrogamos a condição de ascetas da teoria, isto é, daqueles que querem preservar a ordem pura da teoria e da prática psicanalítica. Isso acontece todas as vezes em que pretendemos uma pureza, como em nossas tentativas de definir uma psicanálise pura, ou de distinguir a verdadeira psicanálise de uma outra que não o seria.
- Quando nos arrogamos a condição de verdadeiros pretendentes, isso é, quando damos à teoria ou à prática na qual nos engajamos o valor de verdade, enquanto desacreditamos todas as outras;
- Quando, no exercício da clínica, submetemo-nos a uma escola e simplesmente repetimos aquilo que nos foi ensinado, exercendo o que Ferenczi (1932/1990) chamou de hipocrisia profissional: aferramo-nos a uma teoria ou a um tipo de técnica para nos proteger de um confronto

com algo que, em nossos pacientes, não se encaixa bastante bem nas teorias ou técnicas conhecidas. O medo do resto aparece, aqui, como medo de lidar com as singularidades que nossos pacientes nos apresentam e ainda não foram pensadas;

- Quando usamos nossos pacientes como meios para provar a excelência de nossas teorias, a correção de nossas interpretações ou, simplesmente, nossa inteligência e perspicácia.

Alguns filmes, como *A fita branca*, nos fazem perceber, com mais acuidade, os grandes e pequenos fascismos em torno e dentro de nós e nos convocam a sentir e a pensar por nós mesmos. Essa seria, na perspectiva de Walter Benjamin, a função terapêutica do cinema, não muito distante daquela que a psicanálise propõe:

Através de seus grandes planos, de sua ênfase nos pormenores ocultos dos objetos que nos são familiares, e de sua investigação dos ambientes mais vulgares sob a direção genial da objetiva, o cinema faz-nos vislumbrar, por um lado, os mil condicionamentos que dominam nossa existência, e por outro assegura-nos um grande e insuspeitado espaço de liberdade. (Benjamin, 1936/1985, p. 189)

## REFERÊNCIAS

- Benjamin, W. (1985). A obra de arte na era da sua reproduzibilidade técnica. In Benjamin, W. [Autor], *Obras escolhidas, v. 1. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1936)
- Bergman, I. (1977). *Das Schlangenei* (O ovo da serpente). EUA/Alemanha Ocidental.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1932).
- Foucault, M. (1977). *Introdução à vida não fascista*. Prefácio à edição americana de *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari. New York: Viking Press.
- Freud, S. (1977). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Frey, M. (2010). A cinema of disturbance: the films of Michael Haneke in context in *Senses of cinema*, n. 57. Recuperado em 23 out. 2015 de <<http://sensesofcinema.com/2010/great-directors/michael-haneke/>>.
- Gallego, L. F. (2013). Amor? Recuperado em 27 out. 2015 de <[www.criticos.com.br/?p=30258&cat=3](http://www.criticos.com.br/?p=30258&cat=3)>.
- Gentile, E. (2002). *Fascismo. Storia e interpretazione*. Roma: Bari.
- Haneke, M. (1997). *Funny games*. Áustria.
- Haneke, M. (2005). *Funny games U.S.* (Violência gratuita). EUA.
- Haneke, M. (2009). *Das Weisse Band* (A fita branca). Alemanha/Itália/Áustria.
- Haneke, M. (2010). Entrevista para a Folha de São Paulo. Recuperado em 23 out. 2015 de <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1202201008.htm>>.
- Haneke, M. (2013). Entrevista para o site pt.euronews. Recuperado em 28 out. 2015 de <<http://pt.euronews.com/2013/10/25/michael-haneke-se-o-cinema-comercial-continuar-estupido-recorremos-a-televisao/>>.
- Johnson, B. (1980). *The critical difference*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Rebello, P. (2011). Um cinema cachê costurado com fita branca. Recuperado em 25 out. 2015 de <[www.mostrahaneke.com/2011/pdf/2rebello.pdf](http://www.mostrahaneke.com/2011/pdf/2rebello.pdf)>.

## NOTA

<sup>1</sup> Ciclo promovido pela SPCRJ e CPRJ em 2014.

Recebido em 20 de setembro de 2018

Aceito para publicação em 20 de outubro de 2018

## A DUPLA POTENCIALIDADE DO IRREPRESENTÁVEL E A NEGATIVIDADE NECESSÁRIA: TRAUMA E PULSÃO DE MORTE

*Monah Winograd\**

### RESUMO

Este artigo analisa, a partir de revisão da literatura e articulações teóricas, a dupla potencialidade do não representado, da negatividade e do vazio psíquico, os quais, ao mesmo tempo que apontam para um limite do aparelho psíquico, o lançam para o trabalho, contribuindo para a constituição e diferenciação da subjetividade. Entendemos que o que é tomado pelo psiquismo, em um primeiro momento, como um obstáculo, impassível de digestão mental, em um segundo momento, pode se tornar motor de criação que gerará um novo limite. Essa concepção pode ser deduzida do próprio modo de funcionamento do psiquismo: se, de um lado, pode haver um limite circunstancial de processamento da estimulação endógena e exógena que alcança o aparelho psíquico, de outro lado, através do mecanismo de compulsão à repetição, por exemplo, o esforço do processamento psíquico opera de forma interminável. Os diferentes modelos a partir dos quais o conceito de trauma pode ser pensado servirão de fio condutor para analisar os efeitos e os destinos psíquicos do irrepresentado, bem como para articular essas ideias com os conceitos de repetição e pulsão de morte.

Palavras-chave: irrepresentado; negatividade; repetição; pulsão de morte; trauma.

### THE DOUBLE POTENTIALITY OF THE IRREPRESENTABLE AND THE NECESSARY NEGATIVITY: TRAUMA AND DEATH INSTINCT

### ABSTRACT

*This article analyses, from a literature review and theoretical articulations, the double potentiality of the unrepresented, of negativity and of emptiness over the psyche, that at the same time points out a limit*

---

\* Psicanalista, doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ), professora associada do PPG em Psicologia Clínica da PUC-Rio, vice-decana de Pós-graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

*of the psychic apparatus, lances it for work, contributing for subjective constitution and differentiation. The direction chosen here favors the idea that what is taken in the first place by the psyche as an obstacle, impassible of mental digestion, at a second moment can turn out to be a motor of surpassingness that will engender a new limit. This conception can be deducted from the own way that psyche functions, because if in one hand there can be a circumstantial limit of processing endogenous and exogenous stimulation that reaches the psychic apparatus, in the other hand, through compulsion repetition mechanism, for example, the effort of psychic processing operates in an interminable way. The different models that the concept of trauma can be thought through will serve as a conducting wire to analyze the effects and psychic destinies of the unrepresented, as well as to articulate these ideas with the concepts of repetition and death instinct.*

*Keywords: unrepresented; negativity; repetition; death instinct; trauma.*

## **LA DOBLE POTENCIALIDAD DEL IRREPRESENTABLE Y LA NEGATIVIDAD NECESARIA: TRAUMA Y PULSIÓN DE MUERTE**

### **RESUMEN**

*Este artículo analiza, a partir de revisión de la literatura y articulaciones teóricas, la doble potencialidad del irrepresentado, de la negatividad y del vacío psíquico, los cuales, al mismo tiempo que apuntan hacia un límite del aparato psíquico, lo lanzan para el trabajo, contribuyendo a la constitución y diferenciación de la subjetividad. Entendemos que lo que es tomado por el psiquismo, en un primer momento, como un obstáculo, impasible de digestión mental, en un segundo momento, puede convertirse en motor de creación que generará un nuevo límite. Esta concepción puede ser deducida del propio modo de funcionamiento del psiquismo: si, por un lado, puede haber un límite circunstancial de procesamiento de la estimulación endógena y exógena que alcanza el aparato psíquico, por otro lado, a través del mecanismo de compulsión a la repetición, por ejemplo, el esfuerzo del procesamiento psíquico opera de forma interminable. Los diferentes modelos a partir de los cuales el concepto de trauma puede ser pensado servirán de hilo conductor para analizar los efectos y los destinos psíquicos del irrepresentado, así como para articular esas ideas con los conceptos de repetición y pulsión de muerte.*

*Palabras clave: irrepresentado; negatividad; repetición; pulsión de muerte; trauma.*

A partir da identificação do que chamou de traços do negativo na obra de Freud, André Green (1993) propôs o conceito de trabalho do negativo para designar, grosso modo, tudo o que, na teoria, se apresentasse como sentido latente, em oposição ao sentido manifesto, identificado à positividade. Em termos gerais, o trabalho do negativo pode se dar de diversos modos, numa série cujas extremidades indicariam, de um lado, seu êxito, permitindo o surgimento de uma ausência como presença em potencial e, de outro lado, seu fracasso, redundando na liberação de um excesso mortífero (Garcia, & Damous, 2009). Em outras palavras, o trabalho do negativo pode tanto ter efeitos patológicos e desorganizadores quanto estruturantes e potencialmente criativos. Nesse segundo caso, as rupturas por ele engendradas permitiriam e provocariam a construção de limites psíquicos saudáveis, na medida em que criariam uma espécie de vazio necessário para que o próprio psiquismo ganhasse contornos e se singularizasse. Ou seja, trata-se do que estaria nos limites da representação e que seria condição de possibilidade para a construção e a manutenção do continente psíquico através de operações responsáveis pela instalação de uma ausência necessária. Tais operações seriam alimentadas, sobretudo, pela pulsão de morte que, exercendo uma função desobjetalizante, apareceria como crucial para o estabelecimento consistente do que Green (1990) chamou de duplo limite – intrapsíquicos (entre instâncias) e intersubjetivos (eu/não-eu) –, além dos processos de simbolização. Positividade nascida da negatividade, condição de sua existência.

Partindo da definição de negativo na obra de André Green e sublinhando as diversas formas do trabalho do negativo – desde a ausência necessária que estimula a atividade simbólica até sua expressão como atividade destrutiva –, nosso objetivo principal é investigar essa dupla potencialidade da negatividade e do irrepresentado, bem como da pulsão de morte. Com isso, pretendemos repensar o conceito de compulsão à repetição como expressão da pulsão de morte e do irrepresentado: por um lado, potência de abertura e, por outro, agente de fechamento. Privilegiaremos a primeira, enfatizando o papel fundamental da negatividade na promoção de mudanças e transformações que desafiam a cristalização de um conjunto estável de representações. Noutras palavras, propomos que aquilo que aparece

como impossibilidade em determinado momento pode, em um tempo seguinte, ser o motor de uma ultrapassagem a partir da qual um novo limite pode ser constituído e novas possibilidades de transformação podem ser abertas. Essa possibilidade de abertura e de transformação pode ser deduzida do próprio funcionamento psíquico, pois, se, de um lado, há um limite (circunstancial) para o processamento das excitações (endógenas e exógenas) que atingem o aparato psíquico, de outro lado, através, por exemplo, do mecanismo de compulsão à repetição, o esforço de metabolização psíquica opera de modo interminável.

A ideia de um limite do aparelho psíquico pode ser pensada através do que Scarfone (2013) chamou de *infantia*, enfatizando o sentido etimológico da palavra infância, qual seja, a incapacidade de falar. A *infantia* não é ultrapassada no momento da aquisição da linguagem, permanecendo como experiência estrutural, ou seja, a impossibilidade de compreender totalmente si mesmo ou o outro é indiscutível e vale para qualquer idade, independentemente da capacidade de comunicação do indivíduo. Justamente por isso, porque resta sempre algo que não pode ser comunicado nem compreendido, é que o trabalho de elaboração psíquica é relançado de modo infinito. Mas, se há sempre um resto ainda por elaborar, o infantil apresenta também uma face compreensível, sobretudo, quando esses restos indizíveis forem dotados do que Scarfone (2013) chamou de revestimento psíquico.

No “Projeto para uma psicologia científica”, Freud (1895) apresentou a ideia de que o complexo perceptivo pode ser dividido em duas partes: a coisa (*das Ding*), parte incompreensível e inassimilável, e um outro componente que pode ser compreendido, denominado de predicado ou atributo. Haveria, portanto, uma coisa sobre a qual não se sabe nada mas que, ao ser dotada de atributos ou predicados, receberia um revestimento psíquico e apresentaria, a partir dessa operação, um aspecto compreensível e analisável. Se chamarmos esses atributos ou predicados de representações e mantivermos a coisa no registro do irrepresentável, perceberemos o que essa formulação freudiana revela: por mais que se proceda ao revestimento psíquico da coisa, sempre restará algo além ou aquém do que foi representado, um núcleo inassimilado. Em função de seu caráter insuportável, esse resto ou núcleo inassimilado e ainda sem

sentido participa de e engendra toda e qualquer elaboração psíquica, sendo mesmo a condição de possibilidade da produção de diferenças. Dito de outro modo, a ausência de representação é difícil de ser tolerada por um psiquismo em bom estado, daí o esforço imediato de construir representações que permitam, ao menos, um esboço de sentido. Porém, caso a intensidade da excitação ou o despreparo do psiquismo impeçam a elaboração, o aparato psíquico se deteriora gradativamente e não encontra outra via de alívio a não ser a descarga para o exterior (pela ação) ou para o interior do corpo (a somatização), segundo a lógica da compulsão à repetição (Scarfone, 2013).

Nesse trabalho de revestimento, a atividade do Eu é fundamental, sendo sua a função de inibir a ausência de sentido através da ligação, ou seja, da inscrição das intensidades na rede representacional. Ocorre que, embora esse trabalho seja necessário para ordenar o caos e permitir um movimento psíquico que não seja cego, ele também aparece como tendência de retorno ao mesmo e de busca do familiar ao encobrir e revestir qualquer sinal de estranheza. Uma vez que o novo ou o desconhecido é experimentado como ameaça potencial à permanência estrutural do Eu, ele será acolhido e integrado se puder tornar-se semelhante ao que já é conhecido, ligando-se desse modo ao universo representacional do Eu.

Em contrapartida, ao mesmo tempo que essas ligações devem ser efetuadas para que o aparato psíquico não se deteriore, também o devem ser os processos de desligamentos alimentados pela pulsão de morte. Caso contrário, não há integração nem modificação do Eu possíveis, mas apenas um eterno re-conhecimento. Ou seja, o trabalho da pulsão de morte força o Eu a sair do regime do mesmo, na medida em que o confronto com a ausência de representação, obrigando-o a trabalhar na direção da cobertura do irrepresentável através da produção de novas representações e das conseqüentes modificações daquelas que já estão dadas. Quando essa energética sem representação própria da pulsão de morte se fizer excessiva ou quando o aparato psíquico for atingido por uma intensidade exógena superior à sua capacidade momentânea de metabolização, surpreendendo o Eu, ele sofrerá a incidência do traumático e o dispositivo da compulsão à repetição será posto em operação em um esforço incessante de subjetivação e de inscrição psíquica.

Ao investigar o estatuto do trabalho de revestimento psíquico, Knobloch (1998) propôs duas questões norteadoras: (1) aquilo da ordem do traumático que rompeu com os sistemas de representação poderia vir a se inscrever? e (2) ou haveria outras formas de elaboração do traumático, diversas da representacional? Também em torno a essas questões, Duparc (2001) estabeleceu uma distinção suave entre as ideias de irrepresentável e de irrepresentado, sublinhando que parte do que chamamos de irrepresentável diz respeito a um irrepresentado, ou seja, ao que ainda não encontrou o caminho da representação. Mas o que chama a atenção nessa distinção é a ênfase impressa por cada um desses termos: se o irrepresentável aponta para o que seria impossível de simbolizar e refratário a qualquer possibilidade de representação, o irrepresentado, por sua vez, remete ao que ainda pode ser representado, portanto a uma potencialidade representacional considerável. Nesse sentido, se o irrepresentável enfatiza a ideia de um limite insuperável, o irrepresentado acentua a noção de um limite que permite uma reconfiguração. Contudo, isso não significa necessariamente que o irrepresentável não possa também ser tomado como portador de uma potência de transformação, na medida em que obriga o psiquismo a um trabalho de cobertura interminável dessa dimensão para sempre inapreensível. Assim, o interesse maior na distinção entre esses dois termos não se faz apenas por conta de uma positividade mais acessível que o termo irrepresentado comportaria em princípio, mas sobretudo pelo fato de que, ainda que o limite da representação esteja posto para todos, ele é absolutamente singular e próprio a cada um (Duparc, 2001). E mais: quando Knobloch (1998) perguntou se a questão deveria ser abordada pela via da inscrição do irrepresentável no universo representacional ou se haveria outras formas de elaboração possíveis, ela pareceu apontar para o fato de que há trabalho psíquico para além do representacional, sugerindo a necessidade de rompimento com a ideia de que a inscrição representacional seria o único modo de trabalho psíquico.

Nosso fio condutor para pensar os efeitos e destinos psíquicos do irrepresentável será o conceito de trauma abordado em sua tripla face, tal como propôs Bokanowski (2002, 2005): a face *a posteriori*, a face econômica e a face narcísica. A partir da explanação desses modelos

do traumático, articularemos os conceitos de irrepresentado ou irrepresentável, (trabalho do) negativo, de compulsão à repetição e de pulsão de morte com a intenção de aprofundar um campo explorado por poucos na psicanálise brasileira, qual seja, o quanto a consideração desses conceitos em conjunto, mais do que predominantemente permitirem a compreensão dos movimentos psíquicos deletérios, exigem o entendimento das potências de abertura e das expressões de esforços de subjetivação e de inscrição psíquica.

Embora esse aspecto específico não tenha passado despercebido dos autores expressivos da literatura psicanalítica brasileira, a maioria tem se debruçado sobre um ou outro dos conceitos que pretendemos conectar neste artigo. Destacamos alguns desses autores, não necessariamente inseridos na mesma linhagem teórica, por terem se tornado referência obrigatória nos estudos brasileiros sobre essa temática. Se Garcia-Roza (1986) foi pioneiro ao destacar o quanto, na obra freudiana, o trabalho da pulsão de morte foi considerado fundamental para a constituição do psiquismo, devendo ser entendido em sua positividade radical – o que abriu, historicamente no Brasil, toda uma via de estudo e pesquisa sobre o tema –, ele não tinha como foco sua articulação explícita nem ao traumático ou ao irrepresentado, nem ao trabalho do negativo. Do mesmo modo, quando Knobloch (1998) – inserida sobretudo em uma linhagem ferenciana – aprofundou a questão dos tempos do traumático, sublinhando, como vimos há pouco, a possibilidade de um trabalho psíquico para além do representacional, sua preocupação não era demonstrar o papel da pulsão de morte ou da negatividade nesse processo e nem na constituição subjetiva.

Já Dunker (2006), com efeito, a partir da teoria lacaniana, destacou a função terapêutica do traumático, entendido como encontro com o Real. Em sua leitura, ele apontou para a possibilidade, sob determinadas circunstâncias fantasmáticas, de o trauma ser capaz de provocar a reorganização das coordenadas simbólicas do sujeito em decorrência da fixação e da compulsão à repetição. Contudo, sua perspectiva parece mais centrada no conceito de repetição de 1914 (o qual envolve a fantasia) e menos no de compulsão à repetição de 1920. Portanto, embora os efeitos positivos do trauma sejam destacados, sua abordagem não toca na questão da pulsão de morte.

Por sua vez, centrada na obra de Freud, Lejarraga (1996) diferenciou traumas estruturantes e desestruturantes, propondo que o aspecto estruturante corresponda à potencialidade fantasmática e o aspecto desestruturante ao desligamento e à clivagem egoica. Mas, se aborda a problemática da compulsão à repetição e da pulsão de morte para demonstrar seu argumento, ela não aborda a problemática do negativo e nem descreve como ambas participam de modo fundamental e positivo na constituição subjetiva em geral.

Por outro lado, outros autores brasileiros – possivelmente em função das dificuldades e dos desafios no manejo da clínica atual – tem privilegiado a metapsicologia dos efeitos destrutivos e esterilizantes do irrepresentável, da compulsão à repetição e da pulsão de morte. Em uma referência laplanchiana, Cardoso (2011) propôs uma linha de continuidade entre as neuroses traumáticas e as neuroses atuais a partir de uma releitura da dimensão da atualidade articulada com a de compulsão à repetição. Esse atual refere-se à formação de enclaves no espaço psíquico, apontando para a presença do irrepresentável como exterioridade interna radical que tende a se fazer sempre atual por sua repetição compulsiva. Em outro artigo (Maldonado, & Cardoso, 2011), encontramos um aprofundamento dessa questão através da proposição da clivagem como recurso funcional radical de sobrevivência psíquica ante uma experiência subjetiva traumática. Em ambos os textos, embora apenas mencionadas de passagem como conceitos fundamentais para o entendimento do problema, tanto a compulsão à repetição quanto a pulsão de morte parecem ser abordadas principalmente do ponto de vista de seus efeitos patogênicos: a primeira como dispositivo cego e mudo, derivado da formação de enclaves psíquicos, e a segunda como força unicamente destrutiva e desagregadora.

Finalmente, Figueiredo (1999) é quem mais se aproxima da leitura que propomos aqui quando, criticando sobretudo Melanie Klein e Jean Laplanche, vislumbrou o aspecto vitalizante da morte ao lado do caráter mortífero da vida. Nessa linha, em outro livro mais recente (Figueiredo, 2008), o autor propôs três hipóteses complementares para a compreensão multifacetada da compulsão à repetição. Segundo a primeira delas, a repetição corresponderia à manifestação da pulsão de morte como busca imperativa de descarga a partir

da falta de apoio nos objetos primários para o exercício das funções básicas de ligação e separação. A segunda hipótese propõe que não se perca de vista que a repetição também é, mesmo quando reduzida à pura pulsionalidade, expressão da afirmação do mesmo à revelia do outro e, nesse sentido, esforço de constituição do próprio, para além do autoaniquilamento. Por fim, a terceira hipótese, bastante próxima do modo como entendemos, sugere que, mesmo quando há ataques à ligação nas operações da pulsão de morte e da compulsão à repetição, há também insistência da vida e esforço de subjetivação. Esse é o campo metapsicológico que pretendemos aprofundar aqui.

### **O A POSTERIORI E A REPETIÇÃO ENTRE O IRREPRESENTÁVEL E O REPRESENTADO**

A primeira face ou o primeiro modelo da problemática do traumático em psicanálise é amplamente conhecido pela lógica do *a posteriori* ou do traumatismo em dois tempos. Englobando o período de elaboração freudiana de 1895 a 1920, esse modelo pode ser subdividido em dois em função de suas variações. Assim, o primeiro momento desse modelo pode ser localizado entre os anos de 1895 e 1905, tendo início quando Freud formulou sua célebre teoria da sedução e se encerrando com a entrada em cena do conceito de fantasia e de sexualidade infantil (Bokanowski, 2002, 2005). Nessa época, Freud (1896a) acreditava que a etiologia das neuroses repousava inteiramente sobre a lembrança de cenas sexuais nas quais a materialidade dos fatos cumpria papel importante. A potencialidade traumática seria instalada a partir de um atentado sexual sofrido pela criança de forma passiva e, somente *a posteriori*, manifestaria seus efeitos patológicos. No instante em que se desenrola a cena de sedução, quando a criança é investida sexualmente por um adulto, nenhuma excitação sexual seria deflagrada – de modo que a criança não registraria o evento como traumático, pois não disporia das representações necessárias para significá-lo. Apenas em um segundo tempo, outra cena banal e sem violência evocaria a primeira por algum traço associativo, desencadeando o efeito traumático ao possibilitar a significação, de forma retroativa, da primeira cena (Freud, 1896a). Daí a afirmação clássica de que é a lembrança que é traumática e não a materialidade do fato. Mas, se é assim, por que dar destaque à sedução como algo vivido? Eis o paradoxo desse modelo: ainda que

a ênfase fosse posta nos fatos, o que provocaria o trauma não seria a vivência em si mesma, mas a lembrança do atentado sexual em momento ulterior. Logo, se a eficácia da potencialidade traumática se dá *a posteriori* a partir da resignificação da lembrança, não é possível identificar um acontecimento traumático primeiro, sendo a própria lembrança, em certa medida, da ordem da fantasia (Freud, 1986a).

Essas e outras fragilidades da teoria da sedução abriram caminho para o segundo momento desse modelo, formulado entre 1905 a 1920 e cujo marco central foi justamente o abandono da primeira teorização. Se, nesta última, a fonte para a construção da fantasia e da potencialidade traumática era o fato real do atentado sexual, na teorização subsequente a fonte foi a sexualidade infantil ou, se preferirmos, a pulsionalidade. Como bem descreveram Claude Janin (2005) e Olivier Douville (2003), passou-se do sujeito vitimado ao sujeito desejante. Mas é importante sublinhar que o que foi abandonado foi tão somente a teoria da sedução em sentido estrito e não a lógica do *a posteriori*. Renunciou-se à materialidade do trauma sexual, mas não à ideia de que a fantasia (alimentada, agora, somente pela pulsão sexual) participaria da causação das neuroses, como testemunham os conceitos de sexualidade infantil e de complexo de Édipo. Como se, até 1905, a sexualidade fosse pensada como vinda de fora do sujeito a partir de uma experiência sexual precoce, passiva e materialmente vivida, a qual implantaria uma potencialidade traumática em um psiquismo infantil ainda incapaz de significá-la, simbolizá-la e elaborá-la. Por sua vez, a partir de 1905, com a conceitualização da sexualidade infantil, a factualidade foi deixada de lado e o caráter perverso polimorfo da pulsão sexual passou a ocupar o lugar da sedução traumática da primeira teorização.

As formulações teóricas desenhadas a partir daí propunham que, se, por um lado, o psiquismo precisa frear a desordem traumática provocada pelas moções pulsionais através de mecanismos de defesa dos quais o recalçamento é o protótipo, por outro lado a capacidade atrativa e a intensidade excessiva das forças pulsionais, ao exigirem um trabalho psíquico, engendram a vida fantasmática do sujeito e, conseqüentemente, os próprios processos de subjetivação e de estruturação psíquicos. Pode-se ver o que daí decorre: a pulsionalidade sexual, excessiva e traumática, é a organizadora dos processos de simbolização, do objeto interno e dos fantasmas inconscientes, sendo secundário o nível de desorganização que provoca, na medida em que, se

incide sobre os processos primários da constituição psíquica, é para engendrál-os e deflagrá-los. (Bokanowski, 2002, 2005)

Para entendermos melhor como se dá esse trabalho exigido pela pulsão sexual, é preciso retomar brevemente a lógica do traumatismo em dois tempos e perguntar sobre o estatuto da vivência sexual (traumatismo), que só encontra o caminho representacional em um segundo momento, quando será recalçada. A questão, portanto, diz respeito à passagem do irrepresentado à representação. Como bem formulou Knobloch (1998), o que é preciso para que a inscrição se realize, para que a impressão se torne traço, abandonando o registro do negativo? Garcia-Roza (1993) responde que a impressão traumática terá que ser mediatizada por algo que a represente, uma lembrança qualquer que a ela se ligue e que a presentifique, transformando-a em símbolo mnêmico. Ou seja, são necessários processos de simbolização para ligar a impressão da experiência sexual vivida precocemente ao acontecimento posterior que a reatualiza e que a torna efetivamente traumática. Trata-se do trabalho psíquico de ligação das excitações corporais que permite que as impressões se inscrevam e se articulem como rede representacional (Knobloch, 1998).

Vê-se facilmente a face estruturante do trauma como disparador, em um momento seguinte, de processos de simbolização e, portanto, de sofisticação e complexificação psíquicas. Por isso, Jacques André (2008) pode apontar para o fato do conceito de *a posteriori* conjugar duas dimensões antagônicas: a violência traumática e a abertura engendrada pela sua inscrição e significação posterior. Nas palavras do autor: “Só a força do trauma permite que as cartas voltem a ser embaralhadas, que a história seja reescrita. Ou até mais que isso, permite que aquilo que ainda era sem *sentido* tome um sentido. Não há *après* sem *coup*, o *après-coup* une o que somos inclinados a opor: a violência da efração traumática e a abertura de sentido” (André, 2008, p. 151).

É bem nesse sentido que se pode fazer uma outra leitura do conceito de repetição formulado em 1914: como uma figura híbrida entre o representável e o irrepresentado, pois, ao mesmo tempo que escapa à representação, é expressão do recalçado, portanto já inscrito na ordem representacional. Freud (1914) escreveu que, embora o que foi recalçado não retorne como recordação, não deixa de se expressar, ou seja, o sujeito “o reproduz, não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber o que está repetindo” (Freud, 1914, p. 165). Trata-se do

*agieren*, do retorno do recalcado que se apresenta em ato na transferência. Garcia-Roza (1986) propôs que se chamasse esse modo da repetição de diferencial, em contraponto à repetição do mesmo, face diversa do *agieren* teorizada apenas em 1920 como expressão da pulsão de morte.

Diferentemente do que Freud (1914) pareceu propor, o irrepresentado expresso pelo *agieren* não nos parece apenas um obstáculo a ser superado, mas um momento absolutamente necessário ao processo de elaboração. Embora o *agieren* faça oposição ao saber consciente, ele expressa o que não pode ser dito, incluindo de algum modo o que ficara de fora e constituindo-se como condição de possibilidade da elaboração de conteúdos inconscientes e, conseqüentemente, abertura para a diferença. Ao pensar a transferência, Scarfone (2013) propôs que ela fosse entendida como expressão, atuação e repetição, mas não ainda como um representar. Para o autor, a possibilidade de representar corresponderia ao fim de um processo iniciado com a apresentação sensorialmente carregada, passando pela etapa do que ele chamou de (re-)(a)apresentação, ou seja, apresentar de novo. Nesse ponto, não haveria ainda passagem total da apresentação à representação, passagem para a qual seria necessário todo um percurso transferencial. Portanto, a possibilidade de apresentar de novo expressa pela repetição na transferência deve ser pensada como necessária para que o sujeito possa representar-se verdadeiramente, ou seja, inserir em uma rede simbólica o que insiste em retornar como ato (Scarfone, 2013). Em outras palavras, tal como o *a posteriori* do traumatismo, também a repetição diferencial abre a possibilidade, em um segundo momento, do trabalho de elaboração psíquica necessário para transformar em representação o que permanecia como impressão sensível.

A “Carta 52” (Freud, 1896b) ajuda a entender essa lógica do trauma em dois tempos e da repetição diferencial. Ali, o aparelho psíquico era pensado como aparelho de memória cuja função era registrar e associar traços derivados da inscrição psíquica de impressões sensíveis chamadas de *Darstellung* (apresentação). O caminho do traço à representação não seria direto, pois envolveria um processo complexo e sofisticado de inscrições das impressões em traços mnêmicos, transcrições e retranscrições destes traços em diversas camadas de memória nas quais eles se associariam segundo lógicas diversas, compondo representações articuladas em rede. Nessa carta

ao seu amigo Fliess, Freud (1896b) imaginou, com efeito, um processo impressionante de captação das intensidades por um aparelho de memória plástica, composto por camadas que, além de realizarem retranscrições sucessivas de tempos em tempos em função das novas intensidades capturadas, operariam também novas transcrições a cada novo acesso aos conteúdos já inscritos. Quando ocorrer o que Freud chamou de “falha na tradução” (Freud, 1986b, p. 283), ou seja, a impossibilidade de uma transcrição de uma camada psíquica à outra (recalcamento), estaria aberto o caminho para a repetição diferencial, expressão do retorno do recalcado e do que permaneceu apenas como apresentado.

Basta lembrar do que propôs Scarfone (2013): não haveria transcrição total da apresentação à representação, o que não configura necessariamente um problema. Antes, manifesta a disposição pulsante que move a elaboração psíquica, pois os restos sensoriais não processados são, como vimos a propósito da Coisa, fundamentais para a proliferação e sofisticação psíquicas, necessárias à produção de diferença ao perturbar a estabilidade e a hegemonia do mesmo. Uma perturbação dessa ordem não implicaria a extrapolação do campo de domínio do princípio de prazer, pois tratar-se-ia do irrepresentado e do irrepresentável em pequenas doses, cuja intensidade não seria suficiente para curto-circuitar o funcionamento global do aparato psíquico. Eis a dimensão de irrepresentabilidade do recalcado que retorna, em ato, em busca de tradução.

## **O PROBLEMA DO EXCESSO E A COMPULSÃO À REPETIÇÃO**

Dois anos depois do fim da primeira guerra mundial, com a multiplicação dos casos de neurose traumática ou de guerra, Freud (1920) retomou seu interesse direto pela questão do traumático, destacando agora seu aspecto econômico, ou seja, o rompimento do escudo protetor ou para-excitação do psiquismo por uma excitação excessivamente intensa. Segundo essa concepção, o excesso de excitação aumentaria o nível de tensão psíquica de tal modo que ultrapassaria a capacidade de elaboração do aparelho psíquico, impedindo-o de dar um destino qualquer à quantidade que o invadiu e levando a uma deterioração de seu funcionamento e a uma desorganização da tessitura representacional

e dos limites que o compõem. Em outras palavras, o irrepresentado e o irrepresentável aparecem, aqui, explicitamente sob a forma do traumático, ou seja, da impossibilidade de representação que leva o psiquismo a um estado limite, não elaborado e desorganizado.

Mas devemos perguntar: o que caracteriza uma excitação excessiva, como definir esse limiar a partir do qual uma excitação ultrapassaria as possibilidades de domínio do aparato psíquico? Em uma resposta apressada, diríamos que uma excitação se torna excessiva porque o psiquismo não conseguiu processá-la. Se é assim, o que impediria seu processamento e sua inscrição, transcrição e retranscrição? Esta segunda pergunta nos confronta com uma espécie de dialética paralisante: se, por um lado, o excesso se configura como tal porque o Eu não pode dar conta daquela excitação, por outro lado o Eu só não deu conta porque a excitação é excessiva e porque foi pego de surpresa. Ou seja, o acento pode recair sobre o próprio excesso, tomado em si mesmo, ou sobre a capacidade de ligação do aparelho egoico, abrindo duas formas de responder à questão. Podemos tomar a intensidade como valor causal, determinante do acontecimento traumático, na qual o fator quantitativo, por si mesmo, seria responsável pelo trauma, ou podemos considerar a organização psíquica de quem sofre o traumatismo, uma vez que, do mesmo modo que uma intensidade pode induzir a uma confusão tópica ou dinâmica, desorganizando o campo representativo, uma organização psíquica frágil pode dar a qualquer quantidade o valor de efração traumática. Parece-nos que não se trata de tomar um ou outro caminho, privilegiando isoladamente a intensidade ou a organização psíquica. É a relação entre a intensidade que atinge o aparato e suas capacidades de ligação e de organização das excitações que confere à quantidade valor de efração ou valor de empuxo à produção. Por isso, Roussillon (2006) afirma que o excesso não é necessariamente problemático, mas, ao contrário, pode servir como estímulo para o trabalho psíquico.

Evidentemente, em 1920, Freud estava preocupado em destacar os efeitos traumáticos do excesso, quais sejam, a efração, a paralisia psíquica e o desamparo, ainda que tenha considerado a capacidade de tolerância do Eu, as fixações libidinais, a história e organização do narcisismo, das relações de objeto etc. como o que aumentaria ou diminuiria o potencial

de trabalho do psiquismo. Ele sublinhava particularmente o aspecto desestruturante do excesso, diferente daquele que vimos a propósito do primeiro modelo do trauma, no qual a impressão submetida à lógica e à temporalidade do *a posteriori* sofreria os processos de inscrição, transcrição e retranscrição ao longo do tempo, ainda que sempre sobrasse um resto não representado. Aqui, diferentemente, na medida em que o excesso não pode ser metabolizado pelo psiquismo, a lógica de funcionamento do princípio de prazer é dissolvida, disparando a compulsão à repetição em um esforço simultâneo de descarga e domínio. Sem o êxito do trabalho psíquico *a posteriori*, as marcas do trauma ficariam fixadas ou congeladas na forma da apresentação ou da impressão, impedidas de se articularem na rede representacional. Mas essa fixação ao traumático difere em absoluto da fixação libidinal. Se a última expressa classicamente uma aderência da libido a determinados objetos, modos de satisfação ou fases de desenvolvimento, a primeira revela um movimento regressivo, desorganizador, devido à desvinculação pulsional e, conseqüentemente, a uma intensificação da pulsão de morte.

Não foi por acaso que as formulações sobre essa nova face do trauma levaram à introdução do conceito de pulsão de morte e à radicalização da metapsicologia através da ideia de uma pulsão sem representação. Se, por um lado, Freud (1920) sustentava ser traumático uma efração súbita do psiquismo em função de excitações violentas derivadas de um acontecimento limite inassimilável, por outro lado também apresentava a ideia de que as excitações endógenas teriam, indiscutivelmente, preponderância econômica sobre as exógenas. De modo que, ainda que inicialmente se pudesse pensar tratar-se de uma retomada da teoria da sedução sem a sedução propriamente dita, novamente a questão da violência da pulsionalidade ocupa a cena teórica. Mas, agora, já não se trata da pulsão sexual e, sim, de uma pulsionalidade sem representação que opera desfazendo as ligações e dissolvendo o que estava composto. Ou seja, se há alguma retomada, ela se refere à problemática do irrepresentado, deixada de lado no início das elaborações freudianas em favor do par representação/recalque, que agora apresenta sua radicalidade através dos conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição. O *agieren* de 1914 ganhou novo

contorno conceitual, evidenciando o desencadeamento de um excesso traumático de pulsão de morte.

Embora o conceito de pulsão de morte não estivesse teorizado no primeiro modelo do trauma, podemos pensar retrospectivamente que o irrepresentável que lá operava servia como ativador do trabalho de Thanatos, enquanto impulso necessário à mudança. Face diversa desta de 1920, em que o irrepresentável próprio dessa pulsão se apresenta como obstáculo impenetrável, disparando a compulsão à repetição. Por sua vez, a compulsão à repetição, na medida em que não é veículo para o retorno do recalcado, mas efeito da intensificação da pulsão de morte que não encontra processamento, precisa ser pensada como diversa da repetição diferencial. Aqui, trata-se de uma face radical do *agieren*, ato que repete, sem máscaras, o que não pode ser inscrito e que não encontra outro modo de processamento senão a descarga. Mas, se a compulsão à repetição é um efeito psicopatológico do traumático, ela também pode ser entendida como um esforço de estruturação ao revelar, ao mesmo tempo, uma tentativa incessante e incansável, ainda que fracassada, de ligação do excesso pulsional. Ou seja, a função de domínio da compulsão à repetição pode ser vista como uma indicação de trabalho psíquico, como esforço contínuo do psiquismo em retomar uma certa homeostase garantida pelo princípio de prazer.

É nesse sentido que se deve entender o trabalho da repetição tal como formulada em 1920, ou seja, como uma tentativa de ligação fora dos moldes do princípio de prazer, que se dá engendrada pelo próprio excesso e não por um rebaixamento energético. A tentativa de ligação se faria às custas do contrainvestimento, a partir da mobilização energética de todos os sistemas psíquicos. Quando a ligação falhasse, entraria em ação a descarga. Esse é justamente o problema: porque a intensidade não chega a ser capturada plenamente, ela é sucessivamente evacuada e é justamente esse esvaziamento psíquico que prima sobre qualquer outro objetivo. Daí Green (2011) ter sublinhado o paradoxo contido na compulsão à repetição e expresso pelo fato de que essa energia necessária para o enriquecimento e a sofisticação psíquica se dissipa na descarga do próprio movimento de repetir. Mas o paradoxo também inclui a ideia de que, se a repetição do mesmo falha em processar o excesso, não falha

em detonar a descarga que é outro modo de trabalho, a saber, trabalho da pulsão de morte. Pois, se não é possível elaborar, que, pelo menos, seja possível livrar-se da intensidade que inunda e ameaça a integridade egoica. Assim, se a descarga esvazia o aparelho psíquico e esgota sua energia, ela também revela o esforço de extinção da pressão pulsional e a tentativa de livrar-se da impotência que aproxima do desamparo. Noutras palavras, a intensificação da pulsão de morte, expressa na e pela compulsão à repetição, pode ser entendida, ao mesmo tempo, como o que mantém o sujeito em um movimento narcísico mortífero e como um esforço de reunir as forças necessárias para o funcionamento egoico.

### NARCISISMO PRIMÁRIO E PROTESTO VITAL DA PULSÃO DE MORTE

Lógica de funcionamento similar caracteriza também a face do traumático apenas esboçada em 1939 e que pode ser definida como narcísica ao identificar comprometimentos em níveis mais primários e em tempos mais precoces, quais sejam, os dos processos narcísicos primários e da constituição do Eu. Aqui, a ênfase está na incidência e nos efeitos dos traumas na primeira infância. Novamente, percebemos a presença do traumático tanto como necessário para a estruturação do psiquismo neurótico, quanto como podendo resultar em danos importantes no Eu em constituição. Nas palavras de Freud: “Denominamos *traumas* aquelas impressões, cedo experimentadas e mais tarde esquecidas, a que concedemos tão grande importância na etiologia das neuroses” (Freud, 1939, p. 87). Essa definição é complementada da seguinte maneira: “Os traumas são ou experiências sobre o próprio corpo do indivíduo ou percepções sensoriais, principalmente de algo visto e ouvido, isto é, experiências ou impressões” (Freud, 1939, p. 89). Três fatores caracterizariam essas experiências: (1) o fato desses traumas se darem na primeira infância; (2) o fato de serem completamente inacessíveis à memória, uma vez que ocorreram no período de amnésia infantil, deles restando apenas resíduos mnêmicos isolados na forma de lembranças encobridoras e (3) o fato de essas experiências produzirem “danos precoces ao ego” ou “mortificações narcísicas” (Freud, 1939, p. 89). A tais mortificações narcísicas Freud chamou de *fueros* (Freud, 1939), zonas

psíquicas mortas que se estabeleceriam como uma espécie de “estado dentro de um estado” (Freud, 1939, p. 91). Nesses casos, o mecanismo de defesa central seria a clivagem do Eu com a expulsão (*split off*) das partes mortificadas que não puderam se inscrever e se articular em representações passíveis de recalamento. Trata-se da impossibilidade de integração do vivido por um Eu despreparado e cuja parte atingida pelo trauma deve ser separada e isolada, clivada e alienada do resto. Como Roussillon (1999), entendemos serem essas mortificações narcísicas partes irrepresentadas e, muito frequentemente irrepresentáveis, encapsuladas na tessitura egoica.

Anos antes dessas formulações freudianas, ao se debruçar sobre as consequências e os efeitos do que foi clivado, Ferenczi (1929, 1933) propôs que a função de escudo protetor do aparelho psíquico fosse deslocada para o ambiente, entendendo ser a relação entre a criança e seu entorno constitutiva da subjetividade. Para esse autor, era preciso entender o trauma sobretudo como uma falha ambiental, ou seja, como o resultado do desamparo da criança durante o processo de elaboração e produção de sentido, impossível de ser realizado sem a sustentação e a mediação de um adulto. Para Ferenczi (1931), desde muito cedo as crianças seriam capazes de registrar sinais conscientes e inconscientes de desamparo que continuariam presentes no psiquismo infantil, mesmo que não fossem nomeados enquanto tais. Por não serem representáveis, estes sinais – testemunhas tanto da falta quanto do excesso de resposta do objeto – seriam traumáticos e teriam na célebre confusão de línguas entre adultos e crianças sua figura paradigmática.

Ao sublinhar a fragilidade da criança, seu medo e sua incapacidade de protestar, ainda que em pensamento, contra a força e autoridade dos adultos, bem como o famoso desmentido, Ferenczi (1933) escreveu: “Mas, esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, a identificar-se totalmente com o agressor” (Ferenczi, 1933, p. 117). A identificação com o agressor seria uma estratégia de sobrevivência, uma vez que a criança não teria qualquer possibilidade de reagir ao adulto idealizado, de quem dependeria totalmente. De tal modo que a única reação possível seria o rompimento consigo mesma, abrindo mão do testemunho de seus

próprios sentidos. Assim, a criança repetiria a desqualificação de seus afetos, anteriormente produzida por um ambiente que não lhe deu o devido sustento. Essa modificação de si consistiria na incorporação do agressor e na identificação com sua culpa, que faria a criança se sentir culpada e inocente ao mesmo tempo: eis a confusão de línguas. O medo da criança, portanto, ao transformar a identificação em incorporação, faria com que o agressor desaparecesse da realidade externa para existir dentro do próprio psiquismo (Ferenczi, 1933).

Este processo de violação da criança através do desmentido produziria, então, uma clivagem narcísica, na qual uma parte da personalidade estaria preservada enquanto a outra estaria destruída e destituída de valor por falta de confiança nos próprios afetos. A parte preservada seria aquela que tudo sabe e nada sente – daí a figura do bebê sábio –, traduzida clinicamente por uma criança madura intelectualmente e afetivamente infantil que, para fazer frente ao trauma, precisou retirar-se da esfera psíquica para tornar-se um sábio observador do acontecimento traumático (Bokanowski, 2005; Ferenczi, 1933). Ao comentar as proposições de Ferenczi, Bokanowski (2005) observou que a confusão de línguas testemunharia algo que não aconteceu, no sentido de uma experiência vivida e integrada pelo sujeito (Winnicott, 1974), algo de excessivo relativamente às possibilidades de metabolização do sujeito que resultou na necessidade defensiva de transformar brutalmente a “(. . .) relação de objeto, que se tornou impossível, numa relação narcísica” (Ferenczi, 1934, p. 134). Ferenczi (1929) propôs ainda que se pensasse a relação do objeto com a pulsão, ao sustentar a hipótese de que a fusão ou des fusão da pulsão de morte e de vida dependeriam exclusivamente de como a criança fosse acolhida pelo ambiente. Noutras palavras, Ferenczi (1929) propunha uma relação clara e direta entre um trauma provocado pelo fracasso do objeto primário (ambiente) e a pulsão de morte. Assim, o mau acolhimento por parte do cuidador, tomado como da ordem do traumático, teria como consequência uma expressão mais evidente e intensa da pulsão de morte, através de um pessimismo e de uma aversão à vida, quando não de uma atração pela morte propriamente dita (Ferenczi, 1929). Se, como Ferenczi entendia, a pulsão de vida não surgiria espontaneamente, mas brotaria de um ambiente acolhedor,

receber um investimento afetivo precário por parte do objeto, em momento de tamanha dependência, desregularia a dinâmica pulsional.

Vê-se como, ao tratar as mortificações narcísicas como fruto do desamparo detonado repetidamente por respostas inadequadas e desqualificantes do objeto primário, Ferenczi destacava a dimensão da alteridade, exercida pela função materna e influenciando decisivamente a estruturação do psiquismo. Na linhagem de Ferenczi e marcado pelas propostas de Winnicott, Green (1988b) também foi bastante sensível a função do objeto primário na constituição do psiquismo, sublinhando que o acolhimento ferencziano dizia sobretudo respeito às funções de amparo, contenção e ligação da descarga pulsional com a contribuição de uma ação fantasmática. Mas, a novidade trazida por Green (1988b) era a ideia de que, para cumprir plenamente sua função, o objeto também deveria se deixar apagar – a mãe suficientemente boa deve também ser suficientemente má –, uma vez que sua ausência seria fundamental para a estruturação psíquica e para o estabelecimento de novas relações com a realidade através da abertura de espaço para outros investimentos.

Ou seja, a perda do objeto primário seria absolutamente necessária para que ele pudesse ser internalizado como estrutura enquadrante do psiquismo (Green, 1988b), constituindo o espaço necessário da ausência – processo no qual o trabalho do negativo da pulsão de morte tem papel fundamental. Evidentemente, para que não se constitua como trauma desorganizador, essa perda não pode ser abrupta, devendo ser gradual o suficiente para nem se fazer sentir como tal. Para isso, a qualidade da relação com o objeto primário seria condição para que a ausência pudesse se estabelecer de forma positiva, estimulando e despertando a pulsão e, ao mesmo tempo, contendo-a, tornando-a tolerável, dando-lhe um contorno. Se o objeto está ausente ou presente demais, ele invade o sujeito e ao invés de tornar a dinâmica pulsional transigível, torna-a ainda mais intolerável (Green, 1988b).

Esse deslizamento da problemática narcísica do trauma para a importância do objeto na constituição psíquica, principalmente com relação à dinâmica pulsional e à constituição do Eu, já havia sido destacado por Benno Rosenberg (1989) quando ele afirmou que a fusão pulsional se dá por e depende do intermédio do objeto. Para o autor, o objeto

constitui um terceiro terreno com relação às próprias pulsões, no qual a intrincação pulsional acontece. Isso porque, para ele, o antagonismo das pulsões só se torna conflito com contexto do objeto, ou seja, na relação do Eu com um objeto investido bipulsionalmente. E mais: para a constituição da unidade do objeto, para sua ligação, é preciso que a libido possa conservá-lo depois de constituí-lo e que a pulsão de morte possa estabelecer diferenciações internas que comporão sua riqueza. Noutras palavras, a estruturação complexa do objeto e a relação nuançada do Eu com esse objeto depende, tanto da libido que o constitui ao promover a ligação, quanto da pulsão de morte que, ao introduzir uma variedade e uma diversidade no interior do objeto, gradativamente vai permitindo uma diversificação no conjunto do mundo objetal.

Ora segundo Green (1988b), como vimos há pouco, se essa diversificação do conjunto do mundo objetal depende da ação da libido e da pulsão de morte, a ação da libido e da pulsão de morte dependem, por sua vez, do que podemos chamar de objeto primário, ou seja, aquilo que, no ambiente, exerce as funções de amparo, contenção e ligação da descarga pulsional com a contribuição de uma ação fantasmática. Quando o objeto primário falha em sua dupla função de estimular e conter a pulsão, a estrutura enquadrante igualmente fracassa e as pulsões não conseguem ser suficientemente contidas. Como resultado, o objeto se torna excessivo e intrusivo, tanto em suas funções estimulantes quanto em suas funções de continência. Mais ainda, o objeto não poderá negar e conter a força pulsional, dirigindo-a e transformando-a, ajudando em sua representação. O trabalho do negativo fracassa e, sem a possibilidade de negativização do objeto primário, ele é sempre demais, “excesso de presença pelo fato de sua falta. Recai-se, nesse momento, em uma espécie de coalescência entre o objeto e a pulsão, e o objeto, ao invés de ser o que torna a pulsão tolerável, é o que, ao contrário, a torna ainda mais intolerável” (Green, 2010, p. 302). São os traumas precoces.

Percebe-se facilmente a estreita relação entre fracasso do objeto primário, excesso de pulsão de morte e fragilidade narcísica. Os dois últimos fatores também ficaram evidentes no traumático que incidia sobre um Eu já constituído, como a face econômica revelou. Os efeitos detonados pelo trauma de 1920 e pelo de 1939 podem ser caracterizados

de modo parecido, na medida em que tratam do efeito de um excesso sem representação no psiquismo e dos recursos defensivos utilizados. A diferença fundamental entre esses dois modelos teóricos está no momento de incidência traumática, se esta se faz diante do Eu em constituição ou diante do Eu constituído. Quando tratamos de traumas precoces, precisamos pensar que o próprio processo de construção egoica se fará marcado por mutilações, gerando uma permanente fragilidade narcísica, sempre pronta a ser reativada (Bokanowski, 2005). Isso é diferente de uma fragilização subjetiva circunscrita por um golpe posterior que incide sobre o psiquismo constituído. Ainda que a reviravolta psíquica guarde estreita semelhança, a possibilidade de elaboração supostamente seria maior no segundo caso, já que o aparelho psíquico disporia de muito mais recursos.

Em ambos os casos, assistimos a uma intensificação da pulsão de morte a partir da exigência de inscrição, processamento e metabolização de impressões que, seja pela sua intensidade relativamente a um Eu já constituído, seja pelo seu caráter excessivo frente a um Eu ainda inconsistente, permaneceram irrepresentadas e ligadas a uma pulsionalidade sem contorno. Ora, vimos que, se tal intensificação da pulsão de morte produz efeitos graves, desorganizadores e desestruturantes, ela também engendra a compulsão à repetição cuja função principal é engendrar a inscrição das impressões e a articulação de seus traços. Por isso, insistimos na leitura, aparentemente paradoxal, da ação desestruturante da pulsão de morte como uma espécie de efeito colateral da reunião das forças necessárias para a neutralização dos efeitos do traumático. De tal modo que, assim como Green (1988a, 2010), Zaltzman (1994) e Rosenberg (1995), entendemos ser a pulsão de morte mais de que somente um princípio autodestrutivo inerente ao vivo, uma vez que cumpre, mais profunda e radicalmente, função fundamental para a sobrevivência psíquica diante, por exemplo, de uma inundação traumática – protesto vital. Como defendia Ferenczi (1934), é inaceitável que não haja resistência diante da comoção psíquica. Como leu Zaltzman (1994), “numa relação de forças sem saída, só uma *resistência* nascida das próprias fontes pulsionais de morte pode afrontar a ameaça de perigo mortal” (Zaltzman, 1994, p. 64).

Segundo Green (1988b), a partir da desfusão das pulsões e da intensificação da intensificação da pulsão de morte, ocasionadas pela impossibilidade de ligar o excesso traumático, a função objetualizante sofreria um enfraquecimento, na medida em que a dimensão de investimento objetal primário só teria trazido decepção e perigo potencial. Entretanto, ao mesmo tempo, ocorreria um movimento de retração narcísica numa tentativa de garantir minimamente a unidade psíquica ameaçada pelos fortes sentimentos de intrusão, relativos tanto aos objetos quanto às pulsões. Noutras palavras, seria necessária uma grande redução da unidade psíquica para garantir uma organização mínima em termos de ligação e de circulação energética que pudesse viabilizar a sobrevivência, pois qualquer investimento apresentaria o risco de um novo traumatismo (Ferenczi, 1932). Nas palavras de Green (1988b, p. 153), “esta narcisização será tanto mais forte quanto o objeto investido tiver decepcionado”. O problema é que, se a retração narcísica tem por função a manutenção da unidade psíquica, paradoxalmente, ela acaba por incidir sobre a própria estrutura narcísica primária (Green, 1988b), desfazendo as ligações necessárias daquilo mesmo que ela visa manter, a saber, a integridade do Eu.

Nessa situação, duas saídas seriam possíveis com o objetivo de tentar reduzir o dano traumático: a compulsão à repetição e a clivagem. A primeira fracassa enquanto tentativa de domínio, mas é bem-sucedida enquanto operação de descarga, incidindo sobre o excesso de excitação e promovendo um esvaziamento do psiquismo. Como falamos antes, essa descarga exigida pela pulsão de morte, embora impeça a elaboração, livra momentaneamente o psiquismo do excesso, podendo, mais profundamente, ser entendida como uma tentativa sempre renovada de constituição posterior da estrutura enquadrante. Nesse sentido, como sublinhou Figueiredo (2008), a descarga comporta uma dimensão de conservação do que já seria próprio, na medida em que dissolveria o excesso acachapante.

A clivagem, por sua vez, sacrificaria pedaços do eu em nome de um todo cada vez mais reduzido (Ferenczi, 1933; Rosenberg, 1989; Roussillon, 1999; Winnicott, 1960). Assim como na descarga, a clivagem também apresentaria uma dimensão de preservação de algo de si mesmo,

ainda que às custas da destruição de partes do eu. Se o eu não pode dominar a excitação, modifica-se para poder suportá-la, na medida em que o processo de fragmentação garante a economia de energia (Ferenczi, 1932). Se, por um lado, essa operação de fragmentação testemunha o fracasso do trabalho do negativo enquanto estruturador do psiquismo, por outro demonstra o sucesso de sua operacionalidade, na medida em que aciona a clivagem, um de seus mecanismos negativizantes. Devemos lembrar que estamos tratando de um mecanismo de defesa, defesa radical contra a aniquilação.

Desse modo, vê-se como os processos (auto)destrutivos envolvidos nas reações psíquicas à presença intensa e traumática do irrepresentável, alimentados pela pulsão de morte, são mais complexos que uma simples ação niilista, pois se referem a (auto)destruições cujo objetivo maior é a sobrevivência global do psiquismo (Ferenczi, 1932; Rosenberg, 1995; Zaltzman, 1994). A entrada em ação da repetição do mesmo que impede e neutraliza as diferenças somente se faz porque estas são experimentadas como ameaça de desintegração. Diante de um psiquismo lutando para sobreviver, a novidade ainda não tem lugar. Por outro lado, esse apego ao mesmo aponta para uma insistência da vida, busca incessante de um objeto primordial (Figueiredo, 2008). Quando o sofrimento é insuportável, entretanto, ele “exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela *autodestruição*, a qual, enquanto fator *que liberta da angústia*, será preferida ao sofrimento mudo” (Ferenczi, 1934, p. 127). Mais uma vez, percebe-se a dimensão de protesto vital da pulsão de morte, cujo objetivo é abrir uma saída onde uma situação crítica desmorona sobre o sujeito e o destina à morte (Zaltzman, 1994). Às vezes, para sobreviver, é preciso se proteger da vida, reduzindo-a ao máximo – o que é bem diferente de morrer.

Fora da conjuntura traumática, a pulsão de morte e a negatividade vigoram de modo diferente. Versando especificamente sobre a constituição do Eu, Benno Rosenberg (1982, 1995) propôs a identificação de três etapas do trabalho psíquico através da negatividade. A primeira seria uma espécie de pré-trabalho, anterior à constituição do Eu propriamente dito. Nessa etapa, haveria uma retenção da libido autoconservadora no interior do Isso como condição de possibilidade das ligações que darão lugar ao Eu e do que o autor chamou de núcleo

do masoquismo erótico primário, ou seja, da própria intrincação pulsional inaugural. Tal intrincação pulsional seria necessária para a colocação da pulsão de morte a serviço de Eros e constituiria uma defesa específica no interior do sujeito ao bloquear a ação livre da pulsão de morte e permitir o surgimento do masoquismo erótico primário, guardião da vida que permite o nascimento do Eu arcaico.

A segunda etapa corresponderia ao primeiro trabalho psíquico verdadeiro, envolvendo os processos absolutamente necessários de divisão e de separação entre o Eu e o Isso e entre o interior e o exterior, anteriores ao trabalho egoico de reunião ou de colocação em relação. Nessa etapa, notar-se-ia o quanto a negatividade seria capital através de sua profunda correspondência com os processos de divisão-separação. Aqui se poderia observar a preeminência salutar da pulsão de morte, utilizada pelo Eu para expulsá-la parcialmente de si e, assim, se defender dela.

Finalmente, a terceira etapa corresponderia a um trabalho psíquico integrador, promotor de introjeções e de ligações, no qual a negatividade estaria presente de modo implícito e no qual o papel principal estaria do lado da pulsão de vida.

Como vimos, Rosenberg (1989, 1995) propôs que todo objeto é investido bipulsionalmente e que, quando a pulsão de morte não chega a destruí-lo ou fragmentá-lo completamente, ela promove a introdução de divisões internas, respeitando sua unidade. Ou seja, segundo o autor, a divisão-separação no interior da ligação é expressão da ação da negatividade no psiquismo como absolutamente necessária para o enriquecimento do mundo psíquico. Vimos, com Green (1988b, 1993, 2010), o quanto sua ação é fundamental para garantir o apagamento do objeto primário que redundava na estrutura enquadrante, matriz do narcisismo primário. Nesse sentido, ele opera a favor da constituição narcísica, aliada do processo de individuação, caso o trabalho do negativo constitutivo do psiquismo seja levado a cabo com sucesso, o que depende em grande parte das vicissitudes do objeto. Além disso, a pulsão de morte introduz a diferença, enquanto representante de energia livre sem representação: diante de um eu constituído e fora de perigo, ela expressa o incômodo necessário para a mudança, aquilo que irrompe e desestabiliza a cultura do mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A NEGATIVIDADE NECESSÁRIA

A esta altura, podemos afirmar que o papel fundamental da negatividade é de introduzir a diferença – negatividade necessária, portanto, sem a qual não é possível pensar. Noutras palavras, para o enriquecimento subjetivo, é necessário que o negativo se apresente para engendrar novos arranjos representacionais, ou seja, é preciso que o trabalho do negativo tenha sido cumprido de modo satisfatório na constituição do psiquismo e que ele seja retomado periodicamente pelo sujeito (Green, 2010). Isso significa que, para que os processos psíquicos não se engessem, é preciso ser acossado pela ordem do negativo, irrepresentável que impede a estabilidade das representações. É preciso, portanto, ter lugar para transformar o manifesto em latente – trabalho do negativo, mas também espaço para acolher os efeitos do negativo, limites à representação.

Assim, pudemos entender a pulsão de morte também e fundamentalmente como expressão de um protesto e de uma resistência, certamente de caráter disruptivo, frente à morte (diante da ameaça traumática). Dito de outro modo, assim como Eros, Thanatos está a serviço da vida. Enquanto o segundo forneceria a energia necessária à luta (Zaltzman, 1994), o primeiro lutaria pela manutenção das conquistas. De tal modo que nos parece extremamente simplista considerar apenas a potencialidade traumática da disruptividade e da irrepresentabilidade da pulsão de morte, pois, sem rupturas thanáticas, também há ameaça à vida. Eros em excesso intoxica e gera alienação, imobilidade e indiferenciação. É por isso que não se pode reduzir as pulsões de morte a um negativo das pulsões de vida (Zaltzman, 1994).

Do mesmo modo, o trauma e o irrepresentado do qual ela é expressão precisam ser entendidos como possibilidades de alargamento psíquico, ainda que detonem curto-circuitos capazes de reduzir as possibilidades de vida. Mesmo que o trauma seja desestruturante, se o sujeito sobreviver a ele estará em curso um processo de subjetivação. Por isso, é preciso fazer a diferença entre o trabalho de processamento psíquico, que se faz sob a égide da representabilidade, de outras formas de subjetivação. Nesse sentido, os traumas precoces não lesariam um Eu pré-existente, mas, ao contrário, seriam responsáveis por definir o que se é (Castel, 2001). Ou melhor, as feridas narcísicas produzidas pelos traumas precoces, ao

afetarem o Eu em constituição, marcariam a construção da singularidade do sujeito e determinariam um certo modo de ser.

Por esse mesmo viés, apostamos na possibilidade de um destino para a repetição do mesmo – o que não significa adotar a ideia de que o intraduzível será eliminado ou incluído na malha representacional –, uma vez que entendemos que a repetição também obriga ao trabalho ao desestabilizar as bases psíquicas pela expressão do intraduzido. Daí ser abertura potencial para o novo. Basta pensar no que escreveu Freud em 1939, quando apontou para os efeitos positivos do trauma, sobre a compulsão à repetição ser responsável por atualizar o trauma através da recordação ou da experiência. Com efeito, trata-se de uma tentativa de cura, de um esforço de integração das partes clivadas do Eu (Freud, 1939).

Se Freud (1939) afirmou que os traumatismos de etiologia objetivável, passíveis de reconhecimento, têm chance de cura, enquanto os que não podem ser reconhecidos seriam inelutáveis e insuperáveis, em “Construções em análise” (1937, p. 276) ele ensinou que a tarefa preliminar do analista “é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*”. Roussillon (2006) apresentou uma hipótese complementar, implícita no texto freudiano: a ideia de que, se alguns traumas não deixaram traços representativos, deixaram outros traços não representativos, tais como certos sintomas psicossomáticos, patologias do narcisismo, processos autísticos, algumas percepções etc. Trata-se de representantes não psíquicos ou psíquicos/pré-psíquicos que devem ser tomados como pistas para um trabalho de construção do que o autor chamou de traumatismo perdido (Roussillon, 2006).

O trabalho da análise, desse modo, pode ser pensado como uma tentativa de produzir um *a posteriori* que, diferentemente da ressignificação, permitiria a construção de um primeiro sentido. Além disso, a dimensão do negativo exigiria a ampliação da escuta clínica através da via afetiva, na qual a função do analista consistiria em estabelecer, com o paciente, um campo transfero-contratransferencial que privilegie os afetos como ferramenta clínica. Não queremos com isso diminuir a importância da representação no trabalho analítico, mas apontar para a importância da valorização e discriminação de modos de trabalho do psiquismo que não o trabalho representacional.

Por fim, o que a negatividade introduz através dos conceitos que trabalhamos, desse modo, é a radicalidade de um campo de intensidades que se apresenta para o sujeito e com o qual este terá que se haver. Diz respeito a uma subversão de uma espécie de via reativa operada pela lógica do princípio de prazer, cuja função é evitar a dor, regulando e dominando a excitação para compor a base do mecanismo representacional. Em contrapartida, a via afirmativa, que busca a obtenção de prazer, pode ser pensada como a lógica do além do princípio de prazer, onde há lugar para algo da ordem de uma intensidade, do aumento da quantidade de excitação, que pode ser prazeroso ou desprazeroso. Trata-se de uma procura por satisfação que se faz independentemente da dor que possa ser encontrada no caminho. O que nos importa nessa maneira de pensar diz respeito ao acolhimento da dor, que por si só permite a experimentação de outras intensidades, admitindo maior mobilidade pulsional. De tal modo que o desafio de uma análise é transformar o arrebato pela dor em potência de subjetivação. A favor do processo analítico está o próprio psiquismo, em sua busca incessante por processamento, que se mantém pulsante ainda que encontre um limite, um resto intransponível e impossível de elaborar.

## REFERÊNCIAS

- André, J. (2008). O acontecimento e a temporalidade: o après-coup no tratamento. *Ide*, 31(47), 139-167.
- Bokanowski, T. (2002). Traumatisme, traumatique, trauma. *Revue française de psychanalyse*, 66, 745-757.
- Bokanowski, T. (2005). Variações do conceito de traumatismo: traumatismo, traumático, trauma. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 39(1), 27-38.
- Cardoso, M. R. (2011). Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(1), 70-82.
- Castel, P. H. (2001). Comment peut-on avoir mal à la memoire? Clinique et thérapeutique du souvenir traumatique. Recuperado de <<http://pierrehenri.castel.free.fr/>> em (data da recuperação).
- Dunker, C. I. L. (2006). A função terapêutica do real: trauma, ato e fantasia. *Pulsional*, XIX(186), 15-24.
- Douville, O. (2003). Du choc au trauma... Ily y a plus d'un temps. *Figures de la psychanalyse*, 1(8), 83-96.

- Duparc, F. (2001). Análise com borda e análise sem borda. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(4), 43-60.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011). Análises de crianças com adultos. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (2011). Reflexões sobre o trauma. Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas: psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Editora Escuta
- Figueiredo, L. C. (2008). *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica [Project for a Scientific Psychology]. SE 1, p. 333-454
- Freud, S. (1896a). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. SE 3, p. 143-162
- Freud, S. (1896b). Carta 52. SE 1, p. 281-287
- Freud, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar SE 12, p. 159-172
- Freud, S. (1920). Além do princípio de prazer. SE 18, p. 11-76
- Freud, S. (1937). Construções em análise. SE 23, p. 271-288
- Freud, S. (1939). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. SE 23, p. 13-150
- Garcia, C., & Damous, I. (2009). O silêncio no psiquismo: uma manifestação do trabalho do negativo patológico. *Cadernos de psicanálise*, 31(22), 105-115.
- Garcia-Roza, L. A. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1993). *Introdução à metapsicologia freudiana*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Green, A. (1988a). Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In Green, A. (Ed.), *A pulsão de morte* (p. 57-68). São Paulo: Editora Escuta.

- Green, A. (1988b). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Green, A. (1990). *La loucuralocura privada*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- Green, A. (1993). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed.
- Green, A. (2010). *Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?* Paris: Ithaque.
- Green, A. (2011). Répétition et compulsion de répétition. In Chevreton, B. (Ed.), *La compulsion de répétition* (p. 63-70). Paris: PUF.
- Janin, C. (2005). Au coeur de la théorie psychanalytique: le traumatisme. In Brette, F., Emmanuelli, M., & Pragier, G. (eds.), *Le traumatisme psychique: organizationorganisation et disorganizationdésorganisation* (p. 43-55). Paris: PUF.
- Knobloch, F. (1998). *O tempo do traumático*. São Paulo: Educ.
- Lejarraga, A., L. (1996). *O trauma e seus destinos*. Rio de Janeiro: Revinter
- Maldonado, G., & Cardoso, M. R. (2011). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, 21(1), 45-57.
- Rosenberg, B. (1982). Masochisme mortifèremortifère et masochisme gardien de la vie. *Les Cahiers du Centre de Psychanalyse et de Psychothérapie*, Masochismes 5, 41-96.
- Rosenberg, B. (1989). Pulsion de mort et intrication pulsionnelle ou pulsion de mort dans la construction et ou la pulsion de mort et la dimension masochique de l'existence. *Revue Française de Psychanalyse*, LIII(2), 557-576.
- Rosenberg, B. (1995). Les sources pulsionnelles de la négativité. In Green, A., Favarel-Garrigues, B., Guillaumin, J., & Fedida, P. (orgs.), *Le négatif* (p. 187-198). Paris: L'esprit du temps.
- Roussillon, R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Roussillon, R. (2006). *Paradoxos e situações limites da psicanálise*. São Leopoldo: Unisinos.
- Scarfone, D. (2013). O impassado, atualidade do inconsciente. In *Report to Congress of French Speaking Psychoanalysts*. Montreal.
- Winnicott, D. (1960). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. (1974). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Zaltzman, N. (1994). *A pulsão anarquista*. São Paulo: Escuta.

Recebido em 01 de junho de 2018

Aceito para publicação em 20 de agosto de 2018

# CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ESCUTA PARA JOVENS EM BUSCA DE UM FUTURO PROFISSIONAL: IMPASSES E APOSTAS DA PSICANÁLISE EM EXTENSÃO<sup>1</sup>

*Perla Klautau\**

*Maria Manuela Dias Ramos de Macedo\*\**

## RESUMO

Este artigo se configura como um dos resultados parciais da pesquisa “Jovens em situação de vulnerabilidade social: entre o trauma e o reconhecimento”, desenvolvida desde 2017, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida com financiamento da FAPERJ. O objetivo principal da pesquisa em questão é propor possíveis extensões do método psicanalítico a partir da construção de dispositivos alternativos ao *setting* clássico. Serão apresentadas algumas reflexões, tecidas após a realização do trabalho de campo, efetuado entre os meses de maio e setembro do corrente ano, com jovens moradores de comunidades do Rio de Janeiro com idades entre 15 e 24 anos.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; trauma; reconhecimento; psicanálise em extensão; sofrimentos sociais.

## CONSTRUCTION OF LISTENING DEVICES FOR YOUNG PEOPLE IN SEARCH OF A PROFESSIONAL FUTURE: OBSTACLES AND BETS OF APPLIED PSYCHOANALYSIS

## ABSTRACT

*This article is one of the partial results of the research “Young people in situations of social vulnerability: between trauma and recognition”, developed since 2017, under the Scientific Initiation Program of the Universidade Veiga de Almeida with funding from FAPERJ. The main objective of this research*

<sup>1</sup> Psicanalista, Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), Professora da Graduação em Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

<sup>\*\*</sup> Graduanda de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida, Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ.

*is propose possible extensions of the psychoanalytic method starting from the construction of devices alternative to the classic setting. Some reflections will be presented after the fieldwork, carried out between May and September of this year, with with young residents of communities in Rio de Janeiro aged between 15 and 24 years.*

*Keywords: social vulnerability; trauma; recognition; applied psychoanalysis; social suffering.*

## **CONSTRUCCIÓN DE DISPOSITIVOS DE ESCUCHA PARA JÓVENES EN BUSCA DE UN FUTURO PROFESIONAL: IMPASSES Y APUESTAS DEL PSICOANÁLISIS APLICADO**

### **RESUMEN**

*Este artículo se configura como uno de los resultados parciales de la investigación “Jóvenes en situación de vulnerabilidad social: entre el trauma y el reconocimiento”, desarrollada desde 2017, en el ámbito del Programa de Iniciación Científica de la Universidade Veiga de Almeida con financiamiento de la FAPERJ. El objetivo principal de la investigación en cuestión es proponer posibles extensiones del método psicoanalítico a partir de la construcción de dispositivos alternativos al setting clásico. Se presentarán algunas reflexiones, tejidas después de la realización del trabajo de campo, efectuado entre los meses de mayo y septiembre del corriente año, con jóvenes residentes de comunidades de Río de Janeiro con edades entre 15 y 24 años.*

*Palabras claves: vulnerabilidad social; trauma; reconocimiento; psicoanálisis aplicado; sufrimiento social.*

Puberdade, adolescência e juventude podem ser consideradas três noções fundamentais para compreender o processo de transição para a vida adulta. Apesar de possuírem uma temporalidade comum, para serem teorizadas é necessário demarcarmos fronteiras e limites. A puberdade e a juventude podem ser entendidas como tempos universais que fazem parte do desenvolvimento humano: comumente a puberdade é associada às mudanças hormonais experimentadas pelo jovem que, no momento em questão, não encontra um lugar para si nem no mundo das crianças, nem no mundo dos adultos. Ao contrário das duas noções mencionadas, a adolescência não é um tempo universal, dado a partir do desenvolvimento humano; é uma categoria que surgiu na modernidade e diz respeito a um trabalho efetuado pelo sujeito, realizado a partir do

amparo de seu entorno, que traz como marca a transição do mundo infantil para o mundo adulto.

A puberdade traz consigo uma nova roupagem imposta pelas mudanças corporais e alterações hormonais que transformam a identidade infantil. Tais novidades colocam o jovem diante do trabalho de construir um lugar, intra e intersubjetivo, capaz de abrigar o novo corpo e todas as mudanças subjetivas e sociais atreladas a essa transformação. Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1905/1996) concebe a puberdade como um momento do desenvolvimento da libido posterior à latência. Esta pode ser entendida como fruto do recalçamento do conflito edípico. De posse das modificações corporais e das alterações hormonais, o púbere é despertado do sono da latência e se vê possibilitado a realizar o que até então só era passível de acontecer na dimensão da fantasia. Ao despertar o que estava adormecido, a puberdade traz consigo um potencial traumático. Dessa forma, o despertar da latência é marcado por um excesso difícil de ser contido e ligado sem um trabalho elaborativo.

Diante de tal invasão, assistimos o desabrochar da adolescência, trazendo à consciência inquietudes que permaneciam adormecidas (Klautau, & Faissol, 2016). Assim, é preciso realizar um trabalho de elaboração a fim de dar sentido ao que estava recalçado e foi despertado. De acordo com Laplanche e Pontalis (1992), elaboração psíquica define o esforço empreendido pelo aparelho psíquico no enfrentamento e controle das excitações que o invadem e cujo excesso ameaça tornar-se patogênico, estando referido ao trabalho psíquico realizado nas ações cotidianas do sujeito. Dessa forma, elaborar consiste em integrar as excitações no psiquismo e estabelecer entre elas conexões associativas. Com esse propósito, elaborar traduz-se como o trabalho empreendido pelo aparato psíquico capaz de transformar o excesso de energia pulsional invasora mediante seu deslocamento para outra posição no psiquismo ou o vincular-se a alguma representação.

A adolescência pode ser considerada um trabalho de elaboração comparável a uma travessia. Durante o enfrentamento dos conflitos despertados pela puberdade, o jovem, em sua experiência de transitoriedade, encontra-se diante do desafio de promover importantes

mudanças, sem jamais, de forma paradoxal, deixar de ser ele mesmo. A adolescência reflete uma experiência crítica de atravessamento – invasora e potencialmente traumática – cujos efeitos futuros estarão na dependência de um trabalho psíquico árduo e continuado de cuja efetividade resultará a solução do traumático ou o advento do patogênico. Sem dúvida, o excesso invasor ocorrido na puberdade se reveste de natureza traumática, mas não necessariamente patogênica: a situação final dependerá do modo segundo o qual o esforço psíquico do jovem for conduzido ao longo dessa fase do desenvolvimento.

O trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade social vem nos mostrando que a tarefa de descobrir e significar o mundo que adquire uma nova roupagem coloca o sujeito não só diante do trabalho de elaborar, de construir um lugar capaz de abrigar o novo corpo, as mudanças subjetivas e sociais atreladas a essa transformação mas, sobretudo, o coloca diante de um tipo de sofrimento cujas raízes extrapolam o universo da idiosincrasia individual, revelando como a precarização e vulnerabilidade dos laços de pertencimento e coesão social impactam a posição e a experiência do sujeito no mundo – interferindo nos processos de construção identitária (Bourdieu, 2008) e de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido (Castel, 1998). Como compreender a especificidade desse sofrimento – sua natureza, sua gênese e seus impactos sobre a experiência subjetiva? Que rearranjos nos esquemas teórico-conceituais e nos dispositivos de intervenção psicanalíticos são necessários para que a psicanálise possa abordá-lo de maneira criativa e eficaz?

Além do desafio de responder a essas indagações, este artigo se configura como um dos resultados parciais da pesquisa “Jovens em situação de vulnerabilidade social: entre o trauma e o reconhecimento” – desenvolvida desde 2017, com financiamento da FAPERJ, no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida (PIC-UVA). Para dar corpo a nossa aposta, serão apresentadas algumas reflexões, tecidas após a realização do trabalho de campo, efetuado entre os meses de maio e setembro do corrente ano, com moradores de comunidades do Rio de Janeiro, com idades entre 15 e 24 anos, regularmente matriculados na ONG Galpão Aplauso.

## SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: DOS IMPASSES ÀS POSSIBILIDADES DE TRABALHO

O trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade social requer um olhar amplo e complexo capaz de não desvincular a dimensão subjetiva do ambiente no qual o sujeito se encontra inserido. Se elegermos como ponto de partida as considerações efetuadas por Winnicott (1945/2000) acerca da noção de ambiente, este termo ganha *status* de conceito psicanalítico e passa a ser fundamental para a compreensão da abrangência do entorno do qual o sujeito faz parte. Ao efetuamos uma leitura interdisciplinar, levando em consideração uma visão articulada entre a dimensão psíquica e o contexto social-político-econômico, ambiente pode ser concebido como sinônimo de uma gama de situações que abrangem desde o cuidado exercido pelos que desempenham as funções maternas e paternas até as garantias de cidadania conferidas por parte do Estado.

O ambiente precário no qual os sujeitos em condição de vulnerabilidade social vivem deve ser entendido como um meio que não provê as necessidades fundamentais, tais como moradia, educação e cuidado. Falta de cuidado e de acolhimento fornecidas pelo ambiente podem ser nomeadas, segundo Winnicott (1952/2000), *falhas ambientais*. Esse tipo de não provimento ambiental, ou de provimento ambiental falho, incide de modo fortemente negativo no reconhecimento das potencialidades do sujeito e no uso que poderá ser feito delas no enfrentamento das adversidades da vida (Kloutau, 2017, p. 116-117).

Para Dejours (2000), o que é falsamente chamado de adversidade é na realidade resultado do mal praticado de uns contra os outros. O autor em questão propõe pensarmos o sofrimento que é negado a partir de uma análise do processo que propicia a complacência social com o mal e a injustiça. Assim, a negação do sofrimento deve ser vista com uma estratégia de defesa, a qual permite a manutenção do equilíbrio psíquico, evitando que os sujeitos cheguem à crise psíquica através do processo de cristalização. Ou seja, por meio de mecanismos de proteção, os sujeitos buscam transformar e minimizar a percepção da realidade que os fazem sofrer. Ao estabelecer tal contexto, Dejours (2000, p. 36) enfatiza ainda

que a normalidade resultante da disputa entre sofrimento e luta contra o mesmo não deve ser vista como ausência de sofrimento, mas, pelo contrário, propõe o conceito “normalidade sofrente” para nomear a tentativa de tornar o sujeito insensível ao que gera sofrimento a ele.

Bourdieu (2008) também destaca a perversidade que há por detrás dos mecanismos econômicos e sociais, os quais conformam espaços de exclusão e com graves consequências, ainda que muitas vezes inconscientes. Isto é, sofrimentos que têm sua origem na cruel realidade social, a qual dificilmente pode ser descontinuada ou transformada. Nessa mesma linha, Carreteiro (2003) se utiliza da análise proposta por Castel para pensar sofrimentos de origem social, pelos quais há duas possibilidades para ser indivíduo na contemporaneidade, sendo “indivíduo por falta” ou “indivíduo por excesso”. Ao contrário dos “indivíduos por excesso”, que têm suportes suficientes para desenvolver estratégias sem ter de recorrer à dependência, os “indivíduos por falta” têm poucos suportes objetivos e experimentam um processo de desfiliação social. Assim, a autora utiliza o termo *sofrimento social* para se referir àquele que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social e é causado por desigualdades sociais que desvalorizam, humilham e não reconhecem as potencialidades dos sujeitos. Apesar de esse tipo de sofrimento ser experienciado por grupos subalternizados e seus efeitos terem impactos na dimensão comunitária e social, são sofrimentos invisíveis e inaudíveis que produzem marcas nas subjetividades sem serem compartilhados coletivamente.

Ao fazerem referência a territórios marcados pela presença precária do Estado, Broide e Broide (2016, p. 98) indicam que as relações estruturadas em tais locais são “vivas de forma muda, silenciada, muitas vezes expressas através do conflito com a lei e da vivência da exclusão como algo naturalizado”. A partir de tal apontamento, é possível perceber que estão em pauta situações sociais que depreciam a importância dos códigos sociais e culturais de determinada comunidade ou grupo, invalidando-os e, conseqüentemente, negando o lugar social do sujeito (Czermak, 2016). Se nos deslocarmos para o campo da filosofia, encontramos tal lógica na obra de Honneth (2003), mais especificamente a partir do que nomeou *recusa de reconhecimento*.

Para esse autor, o reconhecimento pode ser considerado uma necessidade vital, pois todo sujeito, para desenvolver suas potencialidades, precisa ser visto, ouvido e respeitado no que diz respeito, sobretudo, à esfera do amor, à esfera do direito e à esfera da solidariedade. O não reconhecimento nessas três esferas pode impedir, respectivamente, o estabelecimento da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima, podendo gerar, até mesmo, morte psíquica, morte social e humilhação. Diante disso, é possível conceber a ideia de que um reconhecimento recusado pode ser entendido como uma situação traumática, mais especificamente uma situação em que o ambiente falha em sua função de prover as necessidades fundamentais, caracterizando, como já foi dito, o que Winnicott (1952/2000) nomeou *falhas ambientais*.

Nesse sentido, tanto o não reconhecimento, quanto o reconhecimento estigmatizante, pelo negativo, ferem, deixando marcas traumáticas que impedem o sujeito de apreender suas próprias potencialidades. É assim que a condição de vulnerabilidade vai produzindo marcas – *pobre, negro, analfabeto, favelado* – que inscrevem o sujeito na trama social pela via da negatividade. Tais rótulos determinam lugares sociais que, se naturalizados, produzem a cristalização de posições subjetivas marcadas pela condição de inadequação, impedindo o sujeito de expressar seu sofrimento e, em último caso, conduzindo à autoexclusão e, até mesmo, à dessubjetivação de si (Furtos, 2001, 2008). Quando essa condição passa a constituir a marca do lugar ocupado pelo sujeito na trama social, torna-se necessário escutar e reconhecer os sofrimentos produzidos por contextos marcados pela precariedade dos processos de integração e coesão social.

## TESTEMUNHAR E RECONHECER: APOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ESCUTA

A partir da realização de observações participantes, realizadas no âmbito do projeto de extensão “Escutando jovens em busca de um futuro profissional: intervenções psicanalíticas em um contexto educacional não-formal”, foram configuradas duas propostas de construção de espaços de escuta que vêm sendo desenvolvidas na esfera individual e grupal, nomeadas, respectivamente, *papo reto* e *tá na roda*. No que diz

respeito à modalidade de intervenção em grupo, o eixo principal da aposta de construção de dispositivos de escuta está organizado em torno dos impasses provocados pelo potencial traumático oriundos da falta de reconhecimento das marcas produzidas pela condição de vulnerabilidade social. Scholze (2007, p. 68) entende que a competência discursiva dos sujeitos, além de estar diretamente ligada ao processo de exclusão social, é fator determinante no reconhecimento do indivíduo, pois a competência é a capacidade de se fazer escutar, ao passo que “alguns detêm o capital de autoridade de se fazer ouvir e a grande maioria fica excluída desta condição”. Assim, a autora defende que a garantia da construção de espaços e ações para práticas de produção discursiva pelos indivíduos deve ser vista como questão de cidadania, de direito de falar e de ser ouvido, desenvolvendo a ampliação do capital simbólico e a sua inserção social.

Seguindo essa lógica, a construção de dispositivos de escuta para jovens em situação de vulnerabilidade social aposta que é a partir da relação estabelecida com a alteridade que o sujeito pode dispor de meios para identificar, nomear e dar sentido ao que se configurou como traumático. De acordo com Foucault (2000), a heterogeneidade constitui-se como um dos elementos fundamentais para a construção de um dispositivo:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (p. 244).

Através da disposição em rede, o dispositivo pode ser visto como um mecanismo que permite ao sujeito múltiplos processos de subjetivação e possibilita a ele se posicionar de diversas maneiras. Nas palavras de Agamben (2005), “quanto mais os dispositivos difundem e disseminam o seu poder em cada âmbito da vida, tanto mais o governo se encontra diante de um elemento inapreensível, que parece fugir a sua presa quanto mais se submete docilmente a ela” (p.16). Em consonância com este raciocínio, Broide e Broide (2016) recorrem a Badiou para relacionar filosofia, psicanálise e o objeto vazio. Enquanto a primeira busca o vazio no ser, a psicanálise cria o vazio perante o qual o sujeito do inconsciente

pode advir. A criação de espaços que tem como ferramenta principal a escuta do inconsciente faz parte da estratégia de ação quando se desenvolvem atividades grupais em contextos marcados pela exclusão social. Em suas visões, a função dos grupos é justamente “possibilitar a passagem do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino, do pavor, à reinvenção do presente” (Broide, & Broide, 2016, p. 24). Tal transição seria então possível a partir dos testemunhos, sendo estes uma prática de linguagem em processo a qual permite que uma narrativa se transforme em teorização viva de um campo. Nas palavras dos autores “o ato testemunhal interessa ao psicanalista na medida em que a singularidade do sujeito emerge diante da dimensão pública dos fatos e acontecimentos históricos, políticos e econômicos” (Broide, & Broide, 2016, p. 20). Para Seligmann-Silva (2008), o testemunho é uma condição elementar para a sobrevivência daqueles que vivenciam alguma situação radical de violência, pois a narrativa é o que permite o estabelecimento de um elo com os “outros” ou o início do seu trabalho de religamento ao mundo.

Diretamente articulada com o exercício do testemunho, a função de testemunha é peça crucial para a construção dos dispositivos de escuta. A função de testemunhar está para além de presenciar o fato em si, pois se refere àquele que se faz presente durante a narrativa do insuportável, sustentando a escuta e disposto a transmitir tais palavras a outros,

não por culpabilidade, ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2009, p. 57).

Para pensar a função do analista como testemunha é preciso construir uma articulação com o trabalho de perlaboração efetuado em análise. Laplanche e Pontalis (1992), distinguem os termos elaboração e *perlaboração*. O primeiro está ligado ao trabalho psíquico praticado no dia-a-dia do sujeito, fazendo referência ao enfrentamento e controle das excitações que invadem o aparelho psíquico e ameaçam tornar o excesso patogênico. Já o neologismo *perlaboração* se refere à elaboração

psíquica em um contexto analítico, “articulando especificamente o processo pelo qual a análise integra uma interpretação, superando as resistências suscitadas e autorizando o indivíduo a aceitar elementos recalcados e libertar-se da influência dos mecanismos repetitivos” (Klautau, Gonçalves, & Leal, 2018, p. 69). A expressão *perlaboração* é uma das formas de traduzir o termo *Durcharbeitung* para português, o qual remete ao trabalho efetuado ao longo do processo analítico na busca pela apropriação subjetiva a partir do inconsciente.

Com isso, pode-se entender o ato testemunhal como uma tentativa de *perlaboração*, pois através dele emergem sentimentos até então naturalizados que, ao serem retirados da invisibilidade, são capazes de despertar afetos até então invisíveis e inaudíveis e incitar à reflexão. Isto é, o reconhecimento das adversidades do ambiente e de sua condição de vulnerabilidade pode permitir ao sujeito a desnaturalização, o fim da negação, o compartilhamento e, conseqüentemente, a apropriação do seu lugar social. Dessa forma, é possível perceber que o psicanalista aposta, por meio da escuta, na identificação e no reconhecimento, operando na construção de uma rede de significantes que possibilitem a atribuição de novos sentidos, permitindo assim, a descristalização de posições inscritas pela condição de vulnerabilidade social.

### ***TÁ NA RODA*: POSSIBILIDADES DA PSICANÁLISE EM EXTENSÃO**

No que se refere ao funcionamento do *tá na roda*, dispositivo de escuta realizado em grupo, a ideia central é possibilitar aos envolvidos um processo de associação livre coletivizada capaz de permitir que cada sujeito envolvido possa tomar a palavra e agir inspirado pelo discurso dos outros, realizando um movimento que acaba propiciando um trabalho de *perlaboração*, atingindo assim a esfera singular. Dessa forma, os mecanismos de identificação e de projeção funcionam como ferramentas de trabalho para o analista instaurar a possibilidade de os participantes escutarem e serem escutados: ao mesmo tempo que falam de si, falam do outro e até mesmo pelo outro. Sendo assim, o oferecimento de um espaço em que a palavra circula possibilitou o trânsito de identificações: projetando-se nos outros, os jovens encontraram possibilidades tanto de

se identificarem quanto de se diferenciarem. Em relação à identificação, Mannoni (1994) enfatiza que o psicanalista deve estar muito mais atento ao como, e não ao por que ela ocorre. A partir de tal observação propõe a noção de *desidentificação* como um processo de tornar consciente a identificação inconsciente. Para o funcionamento da escuta do grupo, a relevância do processo merece destaque: através da circulação da palavra, os jovens encontram possibilidades para se identificarem e também se diferenciarem, ou, pensando de acordo com o termo cunhado por Mannoni (1994), é possível tomar consciência e se *desidentificar* de posições fixadas. Nesse processo, é importante destacar o transativismo e o uso do outro como espelho como meios de estabelecer contato com as marcas identitárias inscritas pela condição de vulnerabilidade social.

Para a realização do *tá na roda*, é importante trabalhar o enquadre do grupo e fazer com que os participantes se reconheçam como partes de um todo. Blegger (1967/1997) defende o enquadre como algo mais amplo que o *setting*. Toma como base a definição winnicottiana de *setting*, como a soma de todos os detalhes da técnica, para propor a adoção do termo situação analítica quando a referência for feita à totalidade dos fenômenos que estão em jogo na relação analista e paciente, incluindo, assim, o enquadre e ainda as alianças inconscientes que estão presentes no trabalho analítico. Dessa forma, já no primeiro dia da realização do trabalho em grupo, abordou-se a questão do sigilo e o fato de ser um espaço de troca, não havendo, portanto, certo ou errado. A manutenção do espaço, o sentar em roda e a questão do horário também se tornam relevantes para o bom funcionamento da atividade.

Pichon-Rivière (1980) diz que os grupos operativos são estruturados por mecanismos de autorregulação e são colocados em funcionamento por um coordenador, cuja finalidade é conseguir fazer com que a comunicação dentro do grupo permaneça ativa e criativa. Para tal, inicialmente as coordenadoras faziam o movimento de propor algo que servisse como um disparador e estimulasse a circulação da palavra dentro da roda. Cabe ressaltar que esse disparador poderia ser uma questão, uma imagem, uma dinâmica, enfim, uma espécie de carta na manga que servisse como um facilitador para o exercício de associação livre dos participantes. Castanho (2018) nomeia esses disparadores como objetos

mediadores e, para ele, estes fazem a função de sedução. Para o autor, ainda que esses objetos acelerem a criação de vínculos, é importante lembrar que somente “quando a sedução não for um motor de ajustes no enquadre é que ele poderá ser ‘suficientemente invariante’ e a análise poderá ocorrer” (Castanho, 2018, p. 308). No grupo em questão, o movimento de abandono dos objetos mediadores ocorreu de forma natural no decorrer dos encontros.

Ao longo do trabalho, foi produzido um diário de campo que se constituiu como uma importante ferramenta de sistematização das experiências para análise de resultados *a posteriori*. No que segue, serão apresentados alguns resultados parciais do trabalho realizado entre maio e setembro desse ano com um grupo que iniciou com cerca de 20 participantes e terminou com aproximadamente 10 participantes. É importante informar que muitos dos alunos acabam deixando a instituição quando arrumam um emprego.

Ainda que a pesquisa esteja em construção, já é possível identificar alguns temas como recorrentes nos encontros. São eles: preconceito e racismo; homofobia e intolerância; o que é normal/anormal; rótulos, julgamentos e padrões impostos pela sociedade; sexualidade, formas de amar e relação entre pais e filhos.

É interessante ver a apropriação do espaço por parte dos jovens e o movimento grupal se organizarem, especialmente no que tange à relação de pais e filhos. Enquanto um expõe alguma situação que está sendo vivenciada, outros aconselham, baseados nas suas experiências pessoais. Um movimento como esse foi observado no dia em que uma menina, já quase encerrando o encontro, pede a palavra e diz estar muito triste por ser aquele seu último dia no projeto, pois suas notas na escola caíram e sua mãe a proibiu de continuar lá. Houve uma grande mobilização do grupo e muitos participantes contaram dificuldades vivenciadas com suas famílias e como foi possível transpor esses obstáculos.

Concomitante à renúncia dos objetos mediadores, pode-se identificar o surgimento de testemunhos. Os próprios participantes passaram a chegar propondo temas à roda, por vezes relacionados à aula anterior ou a situações ocorridas na própria ONG, mas, em diversos momentos, eventos vivenciados pessoalmente. Na sequência, serão apresentados alguns desses testemunhos.

Uma participante discorre sobre uma situação de preconceito ocorrida contra outro jovem do grupo: “quando vejo uma situação como essa dói em mim da mesma forma como se tivesse sido direto comigo. De que adianta falar sobre diversidade e respeito, e reproduzir a mesma sociedade machista, racista e homofóbica? É como quando minha vó diz: Você é tão bonita, seu cabelo ‘tá’ lindo! Mas alisa para ser mais aceita”. Nesse dia, as falas circularam em torno do tema da discriminação e do preconceito. Diversos pequenos testemunhos emergiram na roda. Segue outro trecho do mesmo encontro: “o pessoal da atividade x tem privilégios. Eles têm inclusive armários para colocar as suas bolsas! Antes, quando a gente chegava, ainda tinha uma pessoa responsável para cuidar do nosso material. A gente entregava a ele e ninguém mexia. Agora nem isso mais!”. Houve quem questionasse se o armário só poderia ser utilizado no momento das aulas. Outra jovem afirmou com bastante indignação que o armário era próprio, com cadeado e chave, assim os donos poderiam guardar suas coisas, trancar e deixar lá por toda a semana. A relevância dada ao armário chamou a atenção das coordenadoras, levando à reflexão sobre o que estaria por detrás daquela fala. E a hipótese levantada faz referência ao valor simbólico que há no *armário*, sendo esse um lugar que é ao mesmo tempo seguro, protegido e singular.

Um outro diálogo interessante se deu através da sociedade das formigas. Uma participante fala que sequer sabemos o que há debaixo da terra, já que o que vemos é apenas uma pequena parte e ressalta a força desses bichos, que carregam folhas muito maiores que seus próprios tamanhos para construir sua estrutura, enquanto uma outra garota brinca dizendo que na próxima vida quer ser formiga rainha, com os outros servindo a ela, sem precisar nem sair do formigueiro para a rua. Então, uma terceira diz “Eu moro no mato e lá gosto de ficar viajando olhando para os formigueiros, que são enormes. As formigas são superorganizadas e têm toda uma estrutura de sociedade melhor que a nossa. Como vamos dizer que elas não pensam?”. Estariam elas também se questionando sobre o seu lugar na sociedade? Um lugar justo, garantido, seguro e reconhecido?

Seguem mais um testemunho que se refere a uma situação de intolerância religiosa passada por uma menina na sua escola no dia anterior ao grupo.

Estou muito triste com o que aconteceu. Não só pelo fato, mas por minha reação. Reagi com violência quando ele (o agressor) veio me pedir desculpas. A gente tem que vestir uma armadura todos os dias para sair de casa. Eu achei que tivesse preparada para passar por situações como essa, com maturidade suficiente para isso. Mas eu vi que não.

Em relação ao último testemunho, merece destaque a mobilização do grupo diante do que foi narrado. O grupo inteiro se identificou com a situação vivenciada pela menina, afirmando que eles também já haviam passado por algo parecido. Ao mesmo tempo, diziam a ela que as reações em situações como essa são diversas e que nem sempre é possível controlar, então ela deveria se cobrar por isso. A concepção de trauma para Ferenczi (1933/2011) resulta na identificação com o agressor por parte da vítima. Por meio de mecanismos de defesa que entram em cena durante o evento traumático, a vítima passa por uma espécie de dissociação e, em seguida, a culpa e a ansiedade são internalizadas através do mecanismo de introjeção. Pensando em termos ferenczianos, a resposta da menina perante o seu colega pode ser entendida como identificação com a figura do seu agressor. Para Ferenczi, a situação vivenciada pode se tornar ou não traumática. Isso tem relação direta com a capacidade ou incapacidade do ambiente de validar, dar crédito e de funcionar como mediador de sentido para as experiências do sujeito. Assim, buscou-se dar espaço para que ela se sentisse amparada, reconhecida e ouvida, sem reduzir a importância do evento ocorrido.

É válido ressaltar a importância do *trabalho de amarração* realizado por parte das coordenadoras do grupo. Isto é, um movimento com o intuito de *costurar, de construir uma continuidade* entre os conteúdos que vêm sendo trabalhados e, juntamente, tentar sair do discurso manifesto e trazer o discurso latente. Ou, como defendido por Pichon-Rivière (1980), intervir pela via da interpretação na busca de explicitar o que está implícito. No que diz respeito a movimentos específicos realizados quando se trabalha com grupos, Castanho (2018) compara a ilusão individual, descrita por Winnicott, a uma ilusão grupal no trabalho coletivo, a qual pode ser entendida como uma espécie de aliança inconsciente necessária para a estruturação dos grupos. Ainda que faça parte do início da atividade, o autor destaca que a mesma deve ser ultrapassada durante o decorrer do processo. É preciso, contudo, esperar e respeitar o tempo de tal ilusão.

Durante nossa experiência, pode-se indicar que entre o início das atividades, passando pelo processo de estruturação, até o fim da ilusão grupal, passaram-se aproximadamente dois meses. No sexto encontro, houve um grande conflito no interior do grupo. Questões das relações entre participantes adentraram à roda, rompendo com a idealização do próprio grupo e permitindo que situações difíceis fossem narradas. Ao final dessa roda, foi importante ratificar o sigilo a fim de fortalecer o enquadre. Na semana seguinte, pode-se indicar tentativa inconsciente de manter a ilusão grupal e grande resistência ao trabalho, quando o grupo como um todo se mostrou bastante participativo e empenhado na atividade, falando de temas positivos e agradáveis. Foi então, na sequência, que uma jovem chega e sugere um tema para a roda: hoje vamos falar sobre ódio. E ainda completa: sempre falamos sobre coisas boas, formas de lidar, superar, mas sentir ódio também faz parte do dia-a-dia. A explicitação do conflito e as formas de lidar com o mesmo revelou um processo de desidealização, que será apresentado a seguir.

Inicialmente, os jovens traziam questões sobre ter que se portar de determinadas maneiras, conforme o local em que se encontravam. Com denúncias acerca dos rótulos e dos julgamentos, queixavam-se dos papéis sociais, da dificuldade de ser quem se é e da falta de liberdade. Após alguns encontros debatendo a partir das frases *ser quem eu sou* e *ter que ser quem eu não sou*, começou-se a falar sobre desejos. E, com isso, chegou-se a uma outra dupla de sentenças: *o que eu desejo* e *o que desejam por mim*.

Como desdobramento dessas reflexões, os participantes começaram a questionar a existência de um único eu ou se seriam cada um deles o resultado da junção de *múltiplos eus*. As indagações que ficaram foram: *há um único eu? Será que somos um? Será que é possível nos definir?* Alguns jovens afirmavam possuir *alter egos* e, dentro o grupo, houve uma divisão entre os místicos e os céticos. Uma hipótese para se pensar tal cisão é a contraposição do *eu transcendental* como algo superior que, ao mesmo tempo que nos determina, protege-nos. Ou ainda, o que desejam por mim. Do outro lado, o *eu psíquico*, que diz respeito ao desejo próprio, ao ser quem eu sou.

Nessa cisão, com certo estranhamento, emergiu o outro que *é diferente de mim*. E, com ele, podem-se apontar três tempos. No primeiro, através

do *bullying*, do preconceito, da discriminação e da intolerância, falam sobre o *olhar que o outro tem sobre mim*. Já no segundo, surge o ciúme, juntamente da confiança, seja confiança no outro ou a autoconfiança, e eles percebem *como eu me vejo no olhar do outro*. E, por fim, captam *como eu vejo o outro com os meus óculos*, identificando a idealização e a ilusão existente na relação com o outro, permitindo o curso até a desilusão e desidealização do mesmo.

Chegamos ao ponto em que foi possível perceber, através do discurso dos jovens, o seguinte deslocamento: *do eu (o que eu desejo, ser quem eu sou), para o outro eu (alter ego, eu múltiplo), chegando então ao campo do outro*. Algumas vezes, foi o próprio tema do preconceito que permitiu a entrada na roda de questões acerca do olhar do outro sobre si – *che vuoi?* (Lacan, 1962-1963/2005) – e ainda a indagação sobre o lugar próprio, não só no olhar, mas, também, no desejo do outro.

É importante destacar ainda, como consequência desse processo, a possibilidade de olhar para si a partir do olhar do outro. Com o outro já em cena, passam a surgir os sentimentos existentes nessa relação. E, através do gostar, do ciúme e da (des)confiança, os jovens passaram a refletir a partir das sentenças “gostar de quem não presta” e “o que o outro tem que me atrai?”, o que culminou com um processo de (des)ilusão e (des)idealização do outro.

Ainda sobre o reflexo do movimento grupal de abertura para a alteridade e para a diferença, pode-se indicar o caso específico de um participante que já no primeiro dia de atividade trouxe a seguinte frase: “Sou maluco porque vivo em um mundo que não me permite ser normal”, a qual pode ser entendida como um resultado da dificuldade de se reconhecer e de se sentir pertencente à sociedade onde está inserido. O movimento desse participante, em especial, é bastante interessante, pois, no início dos encontros, esse jovem era rotulado como o maluco do grupo e dificilmente conseguia falar sem ser interrompido ou *zoadado*, ao passo que, ao longo do tempo, passou a ser escutado e respeitado. Cada vez mais ele foi se expondo sem ser impedido ou zombado, construindo o seu espaço e garantindo o seu lugar de fala.

Por fim, pode-se afirmar que o grupo tem se mostrado bastante interessado na proposta que vem sendo desenvolvida, o que é ratificado

pelas suas falas, quando eles próprios dizem ser essa a hora mais esperada da semana, em função da liberdade que há no espaço. Houve inclusive uma situação em que um dos participantes contou ter um teste de modelo agendado para aquele dia, mas que não queria faltar à roda e, por isso, não foi. Acredita-se que, além de se sentirem encorajados a falar, os jovens reconhecem o *tá na roda* como um local de autonomia e respeito.

## CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, é possível assegurar que os impasses encontrados durante a construção de dispositivos de escuta para jovens em situação de vulnerabilidade social foram cruciais para a aposta na possibilidade de que testemunhar, reconhecer e legitimar sofrimentos e afetos, até então silenciados, torna a escuta do psicanalista um instrumento potente de cuidado e de inclusão social. Quando escutados, os jovens podem se deslocar de uma posição cristalizada pela condição traumática, contrapondo-se à naturalização e à invisibilidade características das situações apresentadas. Com isso, por meio da oferta de escuta, da permissão para a afetação a partir do contato com os significantes pela rede composta pelo intercâmbio de narrativas cotidianas heterogêneas, o sujeito é capaz de ultrapassar os impasses impostos pela cristalização do traumático e apostar no encontro de suas potencialidades.

## REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra travessia*, 0(5), 9-16.
- Bleger, J. (1997). Psicoanálisis del encuadre psicoanalítico. In Bleger, J. [Autor], *Simbiosis y ambigüedad*. Buenos Aires: Editora Paidós. (Original publicado em 1967)
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo*. (7ª ed). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Escuta.
- Carretero, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Castanho, P. (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo: Editora Linear A-barca.
- Castel, R. (1998). *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Czermak, S. (2016). *Arte de fazer com os sons: escuta psicanalítica da prática orquestral*. (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).
- Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre adultos e criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas de Sándor Ferenczi*, v. IV. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Furtos, J. (2001). “Précarité du monde et souffrance psychique”. Dossier La souffrance psychique. *Rhizome*. Bulletin National Santé Mentale et Précarité, n. 5.
- Furtos, J. (2008). “Le syndrome d’auto-exclusion”. In Furtos, J. (éd.), *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson.

- Gagnebin J. M. (2009). *Lembrar, escrever, esquecer*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Klautau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 113-127.
- Klautau, P., & Faissol, K. (2016). Do *Nebemensch* ao *Unheimlich*: a presença da alteridade no processo de constituição da subjetividade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(21), 66-76.
- Klautau, P., Gonçalves, G., & Leal, C. (2018). Trauma, autotomia e (re) criação: a adolescência como trabalho de perlaboração da puberdade. In Maciel, A. (org.), *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1962-1963).
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes.
- Manonni, O. (1994). A desidentificação. In Manonni, M. et al., *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica* (p. 171-200). Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará.
- Pichon-Rivière, E. (1980). *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. (5ª ed). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Scholze, L. (2007). Narrativas de si e a estética da existência. *Em Aberto*, 21(77), 61-72.
- Selligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1), 65-82.
- Winnicott, D. W. (2000). O desenvolvimento emocional infantil. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (2000). Psicoses e cuidados maternos. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1952)

## NOTA

<sup>1</sup>Este trabalho foi desenvolvido no Laboratório de Estudos em Psicanálise e Conexões interdisciplinares (Lepci) com financiamento da FAPERJ. Gostaríamos de agradecer à ONG Galpão Aplauso pela cooperação estabelecida e às colegas do Núcleo Comunitário da Clínica Social do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) – Beatriz Chacur Mano, Beatriz Pinheiro de Andrade, Cláudia Amorim Garcia, Cláudia Rodrigues Pereira, Fania Izhaki e Luciana Lenz Cesar – pela parceria de trabalho.

Recebido em 08 de outubro de 2018

Aceito para publicação em 20 de outubro de 2018

# ANGÚSTIA E VERGONHA NA CLÍNICA PSICANALÍTICA EM SITUAÇÕES DE POBREZA E OUTRAS VULNERABILIDADES

*Karla Patrícia Holanda Martins\**

*Beatriz Sernache de Castro Neves\*\**

*Érika Teles Dauer\*\*\**

*Iara Fernandes Teixeira\*\*\*\**

*Eu luto porque eu tenho que fazê-lo.*

(Letra da música *Wild hearts can't be broken* – Pink)

## RESUMO

Este trabalho se propõe lançar questões sob as condições de possibilidade de um trabalho analítico em contextos de privações diversas, caracterizados como contextos de vulnerabilidade, mediante dois operadores teóricos – a angústia e a vergonha. Diante das experiências de pesquisas anteriores com enfoque na constituição psíquica e no trabalho clínico-institucional com crianças desnutridas,

---

\* Professora do Departamento de Psicologia e coordenadora do Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Pós-doutora pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP. Membro do Grupo de trabalho “Psicanálise e clínica ampliada” da Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP.

\*\* Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá.

\*\*\* Psicóloga. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – PPGP/UFC. Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – PPGP/UFC.

\*\*\*\* Psicóloga. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – PPGP/UFC.

deu-se a necessidade de desenvolver alguns apontamentos teóricos que nos ajudam a operar nesse trabalho. A realidade das famílias atendidas pela ONG Instituto da Primeira Infância – IPREDE, em Fortaleza-CE, é permeada pela convivência com a violência e com as dificuldades em relação às condições de vida que têm e o que podem oferecer aos filhos. Aliamos a nossa discussão analítica as contribuições que podem ser feitas por outros campos de saber, como a sociologia e a economia, buscando cada vez mais respeitar a complexidade dos fenômenos sociais e dos rearranjos que os sujeitos fazem para neles se encaixarem. Através da leitura freudiana da angústia, das novas proposições sobre uma metapsicologia da vergonha e da teoria do trauma de Ferenczi, buscamos entender o que pode a psicanálise nesses contextos ditos vulneráveis. Essa é uma questão sempre complexa, mas percebemos que clínica não é sinônimo apenas de consultório, mas também de espaços de expressão do sujeito do inconsciente, independentemente do lugar físico e da situação social na qual o sujeito se encontra.

Palavras-chave: angústia; vergonha; clínica; vulnerabilidades.

#### ANGUISH AND SHAME IN THE PSYCHOANALYTIC CLINIC IN POVERTY SITUATIONS AND OTHER VULNERABILITIES

##### ABSTRACT

*This paper proposes to launch questions under the conditions of possibility of an analytical work in contexts of various deprivations, characterized as contexts of vulnerability, through two theoretical operators – anguish and shame. Given the experiences of previous research with a focus on the psychic constitution and the clinical-institutional work with undernourished children, it was necessary to develop some theoretical notes that help us to operate in this work. The reality of the families assisted by the NGO Institute of Early Childhood – IPREDE, in Fortaleza-CE, is permeated by the coexistence with violence and the difficulties in relation to the conditions of life that they have and what they can offer their children. We attach our analytical discussion to the contributions that can be made by other fields of knowledge, such as sociology and economics, seeking to increasingly respect the complexity of the social phenomena and the rearrangements that the subjects make to fit them. Through the Freudian reading of anguish, new propositions about a metapsychology of shame and the theory of trauma of Ferenczi, we seek to understand what can psychoanalysis in these so-called vulnerable contexts. This is an always complex question, but we realize that clinical is*

*not synonymous only with the office, but also with spaces of expression of the subject of the unconscious, regardless of the physical place and social situation to which the subject is.*

*Keywords: anguish; shame; clinic; vulnerabilities.*

## ANGUSTIA Y VERGÜENZA EN LA CLÍNICA PSICOANALÍTICA EN SITUACIONES DE POBREZA Y OTRAS VULNERABILIDADES

### RESUMEN

*Este trabajo se propone lanzar cuestiones bajo las condiciones de posibilidad de un trabajo analítico en contextos de privaciones diversas, caracterizados como contextos de vulnerabilidad, mediante dos operadores teóricos – la angustia y la vergüenza. Ante las experiencias de investigaciones anteriores con enfoque en la constitución psíquica y en el trabajo clínico-institucional con niños desnutridos, se dio la necesidad de desarrollar algunos apuntes teóricos que nos ayudan a operar en ese trabajo. La realidad de las familias atendidas por la ONG Instituto de la Primera Infancia – IPREDE, en Fortaleza-CE, está impregnada por la convivencia con la violencia y con las dificultades en relación a las condiciones de vida que tiene y lo que pueden ofrecer a los hijos. Al igual que nuestra discusión analítica las contribuciones que pueden ser hechas por otros campos de saber, como la sociología y la economía, buscando cada vez más respetar la complejidad de los fenómenos sociales y de los reajustes que los sujetos hacen para encajar en ellos. A través de la lectura freudiana de la angustia, de las nuevas proposiciones sobre una metapsicología de la vergüenza y de la teoría del trauma de Ferenczi, buscamos entender lo que puede el psicoanálisis en esos contextos llamados vulnerables. Esta es una cuestión siempre compleja, pero percibimos que clínica no es sinónimo sólo de consultorio, pero también de espacios de expresión del sujeto del inconsciente, independientemente del lugar físico y de la situación social a la que el sujeto se encuentra.*

*Palabras clave: Angustia; vergüenza; clínica; vulnerabilidades.*

### INTRODUÇÃO

Ao se propor um trabalho de escuta clínica psicanalítica com populações em contextos de pobreza e outras vulnerabilidades sociais, inúmeros desafios são vivenciados, colocando em perspectiva a questão sobre *o que pode a psicanálise* nesses cenários. Dentre os afetos despertados

pelo desamparo decorrente das vulnerabilidades em jogo, destaca-se aqui a impotência descrita por profissionais que atuam junto a essa realidade; em especial, quando se trabalha com a primeira infância, tanto no que diz respeito ao fato de a criança corporificar a esperança de um futuro melhor, quanto pelo fato de ela pertencer a e depender de uma rede familiar mais ampla, muitas vezes carregada de grande complexidade.

Em se tratando de afetos relativos à potência (e à impotência) do ato analítico, demarca-se o pertencimento dessa questão ao campo da clínica e da política, ao se considerar que o que está em jogo sobredetermina a responsabilidade e a ética da psicanálise e do psicanalista, conforme já assinalara Freud (1913/1996) em seus textos técnicos. Publicações de orientação psicanalítica realizados nos campos da saúde e da assistência social têm sublinhado impasses subjetivos experimentados por esses trabalhadores que se acrescentam da constatação das fronteiras tênues entre a psicanálise e as ciências sociais e políticas (Gaujejac, 1996/2008; Rosa, Estêvão, & Braga, 2017). As relações entre a construção da metapsicologia e da clínica freudiana e seus desdobramentos para uma teoria da cultura e da política já foram amplamente demonstradas (Aragão et al., 1991; Fuks, 2007; Koltai, 2012; Mezan, 1997; Perdomo e Cerruti, 2011; Rosa, Estêvão, & Braga, 2017; dentre muitos); todavia, a direção do trabalho de escuta psicanalítica dos sujeitos excluídos por suas condições econômicas e, ainda, étnicas, de gênero etc. insiste como questão sobre a responsabilidade do analista na atualidade de sua clínica.

No escopo deste artigo, os conceitos de angústia e vergonha, articulados à pobreza econômica e suas vulnerabilidades psíquicas e sociais, serão basilares para pensarmos como, nessas circunstâncias, podemos propor um trabalho de elaboração singular de experiências que são negadas como fatos históricos e culturais, ou ainda, que são desautorizadas ou tornadas indiferentes pelo Outro, constituindo-se, assim, como traumáticas. É essa a outra forma de indagarmos sobre *o que pode a psicanálise* na transformação dos destinos subjetivos das relações de poder, bem como na subversão do silenciamento proveniente de cenários nos quais a intensa angústia e a vergonha são os afetos predominantes nas formas de sofrimento apresentadas. Analistas propõem que, nessas circunstâncias, “a direção da escuta será separar a alienação estrutural do

sujeito ao discurso do Outro da alienação ao discurso social e ideológico” (Rosa, Estêvão, & Braga, 2017, p. 367). Mas, também, segundo afirma Koltai (2011, p. 146):

[...] como analistas, isto nos leva a escutar a História com “H” maiúsculo que acompanha e emoldura aquela com “h” minúsculo, a do sujeito, ao mesmo tempo em que nos coloca perante a responsabilidade de poder ouvir a transmissão geracional tanto da destruição quanto da resistência a ela.

Desse modo, a sensibilidade do analista, reconhecida por Ferenczi (1928/1992) em seu conceito de tato, é um diapasão fundamental nos contextos das situações traumáticas que se caracterizam por sua natureza silenciosa, repetitiva e indizível. O contexto para pensarmos essa questão provém do trabalho com crianças desnutridas e da escuta clínica de suas mães, em uma instituição do terceiro setor, localizada em Fortaleza – o Instituto da Primeira Infância (IPREDE). A partir dessa experiência clínica e com aporte em outras produções a respeito, foi “permitido compreender como o encontro com uma presença sensível e com a oferta da escuta de um testemunho pode contribuir para atenuar o horror e o isolamento experimentados pelo sujeito traumatizado<sup>1</sup>” (Kupermann, 2009, p. 210, tradução nossa; Kupermann, & Martins, 2018). Martins e Kupermann (2017b) questionam, ainda, a respeito do sofrimento e do mal-estar que perpassa tal contexto:

Sous quelles formes les expériences passées sous silence dans la culture reviennent-elles dans les modes de figurabilité du mal-être et dans les formes de souffrance de ces mères et de ces enfants? Il s’agit d’une investigation clinique et historique, dans la mesure où la matrice symbolique de l’Autre primordial est également formée à partir des restes archéologiques d’une culture qui agissent en retour sur les formes de souffrance et de mal-être. Il est ainsi possible d’établir des relations entre les dénis culturels et certaines difficultés à établir des conditions nécessaires aux opérations primaires de symbolisation. Pour reprendre l’affirmation de Ferenczi, la perte du contenu de la réalité inclut la perte d’une représentation de soi dans le futur. La faim, dans le contexte en question, se voit accompagnée d’autres formes de violation de la dignité humaine et d’autres humiliations<sup>2</sup> (Martins, & Kupermann, 2017b, p. 140).

Diante dessas premissas, a privação do alimento e suas formas correlativas de humilhação e perda da dignidade humana serão aqui tomadas como experiências traumáticas e relacionadas à vergonha como afeto dela proveniente (Martins; Kupermann, 2017a, 2017b).

Há três décadas, a referida instituição trabalha com o sintoma de desnutrição infantil em nível ambulatorial e desenvolve parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS). Originalmente fundada com o nome de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade, o IPREDE, sigla que perdura até hoje, surge em um contexto em que se fazia necessária a assistência às famílias com casos de desnutrição. Todavia, a partir das ações desenvolvidas, foi verificada a necessidade de ultrapassar a problemática nutricional ao se constatar que as crianças atendidas apresentavam também importantes carências de ordem social. Desse modo, nos últimos anos, o trabalho realizado na instituição desloca-se do plano da desnutrição propriamente dita para uma esfera em que se contempla a constituição do sujeito, suas determinações inconscientes e, portanto, seu laço social.

As crianças ingressam na instituição na faixa etária entre zero e seis anos, geralmente encaminhadas por profissionais das Unidades Básicas de Saúde ou por demanda espontânea, devido a queixas nutricionais, sendo a desnutrição e o baixo peso ao nascer as mais frequentes. As famílias – mães, crianças e demais acompanhantes – comparecem à instituição quinzenalmente, sempre nos mesmos dias da semana e turnos estabelecidos, sendo atendidas por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das mais diversas áreas da saúde, na intenção de contemplar o desenvolvimento infantil em uma perspectiva ampliada. Nas visitas, são oferecidos vale-transporte para o responsável e leite para todas as crianças não lactantes da família.

Conforme mencionado, nas articulações que seguem, objetivamos tecer algumas considerações sobre a angústia, a vergonha e a clínica psicanalítica nos contextos perpassados por experiências de vulnerabilidades. Para tanto, inicialmente, contemplaremos as teorizações freudianas acerca da angústia, a partir de sua função protetora e de defesa para o indivíduo, para, em seguida, expormos a sua relação com a vergonha. Juntamente às articulações teóricas ora apresentadas, propomos uma relação com a nossa prática clínica no IPREDE como paradigmática de um conjunto de questões clínicas experimentadas nesse contexto.

## 1. PROTEÇÃO, AMBIENTE E TRAUMA PSÍQUICO

Em sua segunda tópica, Freud (1920/1996, 1924[1923]/1996, 1925/1996) retoma algumas ideias propostas por ocasião de suas cartas a Fliess, no trabalho inicial de organização dos sistemas de funcionamento do aparelho psíquico. Na intenção de estabelecer uma operação capaz de efetuar a proteção do aparelho psíquico das quantidades excessivas de excitações, Freud (1923/1996) propõe um sistema que denomina de para-excitações ou escudo protetor. A sua hipótese econômica sobre a proteção do psiquismo está fundamentada na concepção de um fluxo de energia orientado que percorre o seguinte trajeto: o sistema percepção-consciência está situado em sua extremidade final, captando as sensações prazer-desprazer oriundas do interior do aparelho e descarregando-as no exterior. O sistema das para-excitações, portanto, possibilita uma interface fronteira do interior e do exterior, pois recebe as percepções provenientes de ambas as extremidades. Com base nesse modo de funcionamento, o autor presume a existência de uma barreira protetora responsável por filtrar e atenuar as excitações externas na tentativa de conferir equilíbrio ao aparelho (Freud, 1920/1996).

Essa função de barreira pode ser creditada também à ajuda alheia capaz de desempenhar as ações específicas que suprem as exigências da vida, tais como fome, sede, respiração e sexo (Freud, 1950/1996). Assim, autores (Coriat, 1997; Landman, 2003; Lucero, & Vorcaro, 2009) já propuseram a correlação dessa função do Outro primordial com os papéis de tela e de intérprete, na intenção de enfatizar a participação ativa do cuidador na constituição e na estruturação psíquica da criança. Mediante o trabalho realizado pela ação do semelhante capaz de provocar uma transformação no mundo externo, conferem-se sentidos às excitações, possibilitando a transformação do funcionamento neurobiológico do organismo em um aparelho de linguagem.

Logo, tem-se que a modificação do mundo externo provocada pela ajuda alheia pode ser exemplificada através dos cuidados oferecidos pelo outro materno ao bebê. Em nossa linha de investigação, particularmente, faz-se referência às atividades relacionadas à nutrição. Será por meio de tais ações, juntamente à relação que se estabelecerá entre a mãe e seu filho,

que tais componentes poderão, processualmente, estabelecer as marcas simbólicas primordiais da criança, que, em um tempo seguinte, poderão ser associadas e convertidas em memória. Nessa perspectiva, questiona-se o que acontece quando o cuidador não é capaz de oferecer um tratamento aos estímulos capazes de causar efracção nas para-excitações, ou seja, quando estes acarretam um limite, uma quantidade superior ao suportável pelo psiquismo. É a essa condição que Freud (1920/1996) relacionará à traumática: quando as excitações externas são fortes o bastante para causar uma ruptura no escudo protetor, submergindo o princípio do prazer.

Na discussão do traumático, Freud (1920/1996) situa a função da angústia como um estado de expectativa do perigo, mesmo que desconhecido, assinalando sua característica preparatória para reagir à situação, ou ainda, protetora, já que é na intenção de se proteger de um perigo que o sujeito se prepara para defender-se. Nessa perspectiva, Landman (2003) apresenta a concepção da angústia como um sinal de alarme no eu que alerta para uma situação de perigo que pode ser originalmente interno ou externo; tal afeto-sinal encontra-se intimamente relacionado com o fator espera, sendo a angústia sempre angústia de alguma coisa.

Em “Inibições, sintomas e ansiedade”, Freud (1926/1996) indica uma dupla origem da angústia: a angústia automática e a angústia como sinal. A primeira seria reproduzida sempre que se apresentassem situações análogas ao traumatismo original, caracterizando-se como uma forma inadequada de reação ao perigo. O ato do nascimento, por exemplo, é considerado o protótipo dos efeitos de um perigo real sofrido por todos os seres humanos, podendo ser apontado como o paradigma da angústia. Já a angústia de separação da mãe sofrida pela criança – perda do objeto amado – pode ser compreendida como uma repetição desse estado primeiro. Podem-se citar, ainda, as angústias de castração, a da perda do amor e a da perda do amor do superego.

Nesse sentido, a angústia como sinal é uma resposta do ego à ameaça de repetição da situação traumática original. Com a reativação de uma experiência traumática vivida, o ego se antecipa e produz a angústia por conta própria, empregando-a como uma advertência e causando uma derrogação no princípio do prazer. Por meio dessa ação defensiva, o ego objetiva vincular psiquicamente o impulso reprimido, aproximando

todo o processo de uma superelaboração normal. Acerca do exposto, Pacheco-Ferreira (2012, p. 169) conclui: “os movimentos traumáticos, nesse ponto da teorização freudiana, são aqueles em que o ego é obrigado a enfrentar uma exigência libidinal excessivamente grande, que acaba inativando as defesas e provocando uma experiência de desamparo”. O trauma seria, portanto, a consequência de uma impossibilidade de antecipação acarretada pela falha na angústia sinal. A autora acrescenta, ainda, a necessidade de se compreender tal concepção freudiana com base na ênfase ao perigo, à potencialidade do trauma, ante a perspectiva do trauma em si: trauma efetivo que atinge todo o funcionamento psíquico.

Acerca da teoria do trauma e sua relação com a angústia, Ferenczi, em “Reflexões sobre o trauma” (1932/1992), refere-se ao trauma como equivalente à dissolução do sentimento de si, gerando angústia e promovendo defesas na tentativa de preservação do sujeito. Duas defesas são evidenciadas, portanto: o afastamento da causa da angústia e a criação de representações sobre uma mudança de realidade iminente. Também podem ser produzidas, simultaneamente, a criação das representações e reações substitutivas, visando extirpar ou se afastar de qualquer situação semelhante à do trauma. Tais respostas à situação traumática são denominadas de reações *aloplásticas* (mudança externa) e *autoplásticas* (mudança interna).

Péron (2007) retoma as contribuições ferenczianas apresentando o trauma como uma desorganização do funcionamento subjetivo, após sucessivos golpes que podem introduzir uma quantidade considerável de excitação no sujeito de forma súbita e gerar defesas patológicas que refletem uma ferida no narcisismo. A autora ressalta que essa excitação intensa pode acarretar sinais ao corpo, sintomas semelhantes às conversões hísticas, carregando a marca do excesso do traumático como uma memória do ocorrido. Embora Péron (2007) afirme que há constante angústia e medo da repetição do trauma como meio de defesa, o sujeito busca inconscientemente repetir a situação traumática, como se pudesse dominá-la.

Ferenczi (1932/1992) propõe pensar a angústia como um sentimento de incapacidade de adaptação à situação traumática, de desprazer, o incômodo gerado pelo desconforto que causa o sofrimento no sujeito. O desprazer se potencializa e reclama um escoamento dessas energias, o qual denomina de autodestruição, em nome da libertação da angústia.

Com base em suas articulações, sinaliza que a parte de nós mais simples de destruir é a consciência, dando origem à desorientação psíquica diante da desestruturação da unidade coesa das formações psíquicas. Essa desorientação retira o foco do núcleo traumático, podendo o sujeito desenvolver novas representações pautadas na realização de desejo, fazendo uso dos fragmentos advindos do nível do princípio do prazer.

Tomando a criança como exemplo, o pequeno ser geralmente é julgado injustamente pelo adulto, que não compreende o ocorrido; tal comportamento de incompreensão acaba dentro da teia do processo traumático e a criança põe em dúvida sua própria percepção. Mal compreendida, a criança é punida ao invés de acolhida, devido à diferença a que o autor chama entre as línguas – da ternura (criança) e da paixão (adulto) (Ferenczi, 1932/1992; Péron, 2007; Herzog e Pacheco-Ferreira, 2015). Em pequenas doses, as angústias e desprazeres promovidos pelo ambiente podem não representar um dano significativo. Em contrapartida, traumas contínuos desde a primeira infância podem ter impacto sobre a vontade de viver, mas também podem produzir outras defesas como as clivagens, nas quais a unidade do sentimento de si (ego) se fragmenta em pedaços, como se formasse personalidades distintas (Ferenczi, 1932/1992).

Em “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte” (Ferenczi, 1929/1992), as tentativas de autodestruição não só se deflagram no nível dos processos de pensamento, sem representação pela palavra, mas talvez por isso a única via de manifestação seja no nível fisiológico. Se não há um efetivo reconhecimento das qualidades e do valor da criança e de suas ações, como resposta esta também não desenvolve esses sentimentos para consigo própria e lida desde cedo com um sentimento de não existência. Nesses casos, o sujeito pode se valer de mecanismos técnicos para abreviar a própria vida; todavia, com frequência, as crianças se utilizam do recurso que o autor delimita como “meios orgânicos”, relacionados às mudanças fisiológicas.

Tais respostas do organismo por parte das crianças – como os espasmos de glote que podem acarretar sufocamento, ou a asma brônquica de origem nervosa – possibilitaram a base para a postulação dessa ideia. Tal relação estabelecida por Ferenczi (1929/1992) entre o modo como a criança é acolhida e os sintomas que produz nos remete aos casos atendidos

no IPREDE: situações em que a recusa alimentar produz sintomas de desnutrição. Consoante Ferenczi (1929/1992, p. 49) ressalta:

Eu queria apenas indicar a probabilidade do fato de que as crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos numerosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam a esse destino, conservarão um pessimismo e aversão à vida.

A vida das pessoas em que a vontade de viver é prejudicada pela forma como foram acolhidas na primeira infância frequentemente apresenta uma insuficiência em adaptar-se às situações sociais e pessoais. Sobre a clivagem referida por Ferenczi como mecanismo de defesa frente ao trauma, Péron (2007) descreve uma função de proteção materna nesse mecanismo, pois uma das metades da personalidade cindida executa, em certa medida, uma proteção materna sobre a metade ferida.

Kupermann (2006) ressalta a importância da progressão traumática, que também acaba sendo um mecanismo de defesa em relação ao trauma cada vez mais frequente na clínica. A progressão é referida por Ferenczi (1933/1992) em seu trabalho sobre a confusão de línguas, usando duas figuras: o bebê sábio e o fruto bichado. Em ambas as figuras, o fator principal é o amadurecimento precoce, que não se dá sem suas consequências:

A aquisição precoce de um saber e de uma maturidade própria dos adultos cobra, portanto, um preço alto, o da insensibilidade como comprometimento da capacidade de afetar e de ser afetado pelo outro, que se faz acompanhar pela impossibilidade de expressão dos afetos de amor e de ódio e por uma consequente diminuição da potência para se afirmar de modo singular e, no limite, também da vontade de viver (Kupermann, 2006, s/p).

A partir dessa proposição ferencziana, Kupermann (2006) salienta o empobrecimento da fantasia em alguns pacientes, que mesmo na situação clínica só conseguem obedecer às convenções sociais e apresentam uma enorme dificuldade de expressarem o ódio presente em sua vida, incapazes de reações aloplásticas. Essa progressão destrói a sensibilidade e incorpora um saber que está fora do sentido para o sujeito.

## 2. VULNERABILIDADE SOCIAL, VERGONHA E SUAS ARTICULAÇÕES

No âmbito deste trabalho, propomos pensar a angústia sinal de alarme articulada com a situação de perigo que a nossa prática clínica no IPREDE evidencia: as experiências de vulnerabilidades. Aqui, optamos por utilizar o termo vulnerabilidade no plural, pois, para além de um desamparo original e psíquico, nosso campo de pesquisa aponta para um desamparo vivido no real do corpo.

As famílias atendidas pela instituição compartilham um contexto perpassado por privações das mais diversas ordens: financeira, afetiva, alimentar, necessidades relacionadas à higiene e proteção etc., aspecto já destacado no conceito de pobreza multidimensional, do economista indiano Amartya Sen (1999/2010). A partir da escuta das mães, são relatados inúmeros conflitos, situações de abuso e de violência familiar, sendo comuns os relatos de gestações indesejadas. Constata-se que algumas mães tiveram muitas gestações, porém residem com poucos filhos, pois “deram” ou abandonaram as demais crianças. Também existem casos em que a criança é trazida à instituição pela avó, tia ou vizinha, já que, em algumas famílias, a mãe é usuária de álcool ou outras drogas, moradora de rua ou falecida; situações que têm crescido na população feminina nos últimos tempos.

No ano de 2007, foi realizado um estudo no qual se constatou alto índice de uso de drogas por parte dos genitores masculinos. Atualmente, podemos perceber que o envolvimento com drogas tem crescido nas mulheres, seja o uso ou envolvimento com tráfico, termos que têm feito cada vez mais parte do cotidiano da instituição. Em 1986, ano de sua criação, as principais problemáticas vivenciadas pelo IPREDE eram a desnutrição por fome, em especial de famílias vindas à capital fugindo das secas do interior. Todavia, observa-se que tais problemáticas foram substituídas por violência urbana e desemprego.

No que se refere à aparência física, pode-se dizer que muitas mulheres expressam a falta de energia para os cuidados com elas e com as crianças. Poucas trabalham e a maioria se sustenta com os auxílios oferecidos pelo Estado. Contudo, mesmo passando o dia em casa, não conseguem ocupar-se de seus filhos. Remetem a uma verdadeira situação de desamparo, na qual não dispõem de quem cuide delas e, portanto, nem de suas

crianças (Dauer e Martins, 2015), numa repetição transgeracional de um tipo de maternagem que, todavia, permite que essas crianças possam se estruturar, apesar das condições materiais da família, mesmo que a expensas de um sintoma. Com frequência, as mulheres são classificadas como apáticas, recalcitrantes ou até mesmo deprimidas, porém existem algumas características que fogem aos manuais psiquiátricos. Questões que dificilmente são expostas à equipe de forma direta, percebidas no comportamento e em outras coletas de informações. Quando interrogadas sobre o pai dos filhos, é recorrente a possibilidade de as crianças serem fruto de diferentes relacionamentos, porém com uma característica em comum: o abandono da família (mãe e criança). São constantes os relatos sobre abandono dos pais em relação aos filhos, seja afetivo ou financeiro, após o término do relacionamento.

Nesse cenário, atesta-se um perigo que se faz permanente, ultrapassando a proteção oferecida pela angústia sinal de alarme: a característica preparatória da angústia aqui perde o sentido. Poderíamos, inclusive, supor uma rigidez da angústia sinal, já que ela não cessa, pois o “alarme” sinaliza um perigo constante. Os efeitos dessa angústia ininterrupta se fazem no corpo das crianças atendidas pelo IPREDE, principalmente através dos impasses no desenvolvimento e dos sintomas relacionados à oralidade, em especial sob o signo da desnutrição. Nessas situações, por mais que o sujeito tente estruturar uma defesa própria, ele dificilmente possuirá recursos suficientes, já que repercutem uma vulnerabilidade que é também externa, pois participa de uma esfera social, extrapolando a sua possibilidade de ação.

Pacheco-Ferreira (2012, p. 170) sinaliza o caráter elaborado, logo, posterior, da angústia sinal “que pressupõe, por sua vez, uma série de processos anteriores, em especial um ambiente que tenha proporcionado condições necessárias para a emergência de um aparelho psíquico capaz de produzir esse tipo de ligação”. Partindo da concepção de que o advento do sujeito psíquico está relacionado com a capacidade e a qualidade com que o outro vai marcá-lo, aqueles que apresentam os objetos ao bebê possuem participação ativa em sua constituição e estruturação psíquica (Coriat, 1997). Seguindo esse curso, podem-se tecer relações entre a concepção do trauma como falha ambiental e o ambiente das trocas simbólicas e cuidados oferecidos ao bebê.

As formas mais precoces de angústia poderiam, então, estar relacionadas com uma falha do ambiente em filtrar e atenuar os impulsos e as sensações vivenciadas pelo bebê em um momento muito inicial, deixando de oferecer um tratamento dessas urgências pulsionais. A situação traumática estaria, portanto, relacionada com as excitações pulsionais que excedem a capacidade de integração do bebê, juntamente à ausência de uma proteção ativa em seu meio para efetuar um trabalho de simbolização. Os investimentos maternos oferecidos ao bebê seriam o equivalente a possibilitá-lo um caminhar com uma cobertura interna (Pacheco-Ferreira, 2012). Podemos situar a importância do estabelecimento de uma função identificatória, possibilitando que a mãe seja capaz de oferecer a antecipação necessária ao nascimento psíquico do sujeito, realizando as operações lacanianas de suposição de um sujeito na criança e do estabelecimento das demandas que estariam a ela direcionadas.

Winnicott (1967/1975) enfatiza a importância de o rosto materno se comportar como espelho para o bebê. Desse modo, ao olhar para a mãe, ele percebe-se a si mesmo refletido no rosto dela. Essa troca de olhares possibilita que a mãe reenvie à criança as suas próprias necessidades e emoções, o que equivaleria a uma espécie de tradução das urgências pulsionais da criança. Questiona-se o que acontece quando tal operação não ocorre: quando a mãe não reage ao olhar do filho, ou ainda, quando a criança não recebe de volta o que oferece. Quando a criança não se percebe no rosto materno, o “vazio da moldura” estaria relacionado à impossibilidade da mãe-ambiente em oferecer à criança uma imagem narcísica suficientemente boa, acarretando, posteriormente, a “dificuldade do sujeito de se perceber e se sentir como um suporte de narrativas positivas e não apenas de narrativas por subtração: eu não sou; eu não posso; eu não sei; eu não desejo; eu não quero; eu não penso e assim por diante” (Costa, 2012, p. 12).

É nesse período inicial da vida do sujeito que Pacheco-Ferreira (2012) situa o trauma como falha ambiental, propondo compreendê-lo a partir das angústias ligadas a uma constituição narcísica frágil, produto de uma perturbação precoce na relação sujeito/objeto. Ademais, Costa (2012, p. 12) compartilha dessa hipótese de empobrecimento narcísico ao pontuar que o olhar materno vazio de amor estaria na raiz do processo de envergonhamento: “o sujeito da vergonha teria sido

reconhecido como um sujeito singular, mas despido de qualidades. Isto é, sua representação imaginária cristalizou-se em torno do vácuo de ideias de eu maternos”.

Em paralelo à dupla origem da angústia, propõe-se pensar o surgimento da vergonha em três tipos: vergonha “sinal de alarme”; vergonha “plenamente experimentada” e vergonha “de ser”, propostos por Ciccone e Ferrant (2009) e retomadas no texto de Pacheco-Ferreira (2012). Ao se proferir um “não” para uma criança, o primeiro tipo de vergonha caracteriza-se como um processo “típico”, quando a reprovação é claramente verbalizada à criança e está acompanhada de uma linguagem não verbal apropriada. Através do ato “negativo”, o movimento pulsional da criança foi simultaneamente visto, ouvido, sentido e interrompido pelo “não” do adulto. Por diferenciar o sujeito do seu movimento pulsional, os autores consideram este “não” conservador, constituindo as bases do recalçamento e a possibilidade da “vergonha sinal de alarme”, responsável por possibilitar uma proteção narcísica (Pacheco-Ferreira, 2012).

Já na segunda forma, promove-se uma desqualificação dos movimentos pulsionais da criança, reduzindo o sujeito ao seu ato, pois se opera uma indistinção entre o todo e a parte; o sujeito deixa de ser objeto de investimento. O “não” experimentado na “vergonha sinal de alarme” muda de contexto: o “isso não é legal” se transforma em “você não é legal”. Este é um “não” de confusão, que reduz o sujeito a seu movimento pulsional. Como consequência do fracasso da vergonha sinal de alarme, surge a “vergonha experimentada”. Portanto, no processo de construção do sentimento de vergonha, enquanto a vergonha “sinal de alarme” oferece as bases para a operação de recalçamento, a vergonha “plenamente experimentada” opera como uma ferida narcísica, privando o sujeito da ilusão de ser sujeito por não conseguir construir uma identidade para si.

Por fim, a terceira modalidade de vergonha é a mais grave, pois o “não” atinge a própria existência do movimento pulsional, impedindo o seu aparecimento: “o sujeito não visto, não ouvido, não sentido perde a própria capacidade de se sentir e se ver” (Pacheco-Ferreira, 2012, p. 175). Esse contexto está relacionado com a “vergonha de ser”, proveniente de uma falha da resposta do ambiente e provocando um sentimento de descontinuidade narcísica. Esta última forma de vergonha é, ao mesmo

tempo, efeito e sinal do traumatismo primário, pois o objeto-outro não foi apenas ausente, ele foi ativamente desqualificante.

Quando a tentativa de recalçamento da vergonha “sinal de alarme” fracassa, Ciccone e Ferrant (2009, citado por Pacheco-Ferreira, 2012, p. 176) apontam como possível destino o soterramento, que implica uma tópica de profundidade no eu: “por não ser recalçada, ela não é esquecida nem transformada, é conservada tal qual, congelada, como toda experiência traumática”. Essa experiência de enterramento do sujeito é caracterizada por um sentimento de transparência, pois, ao mesmo tempo que o núcleo vergonhoso se faz escondido, ele também se faz visível ao olhar do outro. Aqui, a vergonha “plenamente experimentada”, consequência da falha da vergonha “sinal de alarme”, participa de um contexto que se faz muito próximo da resposta não adaptativa oferecida pela angústia automática. Ambas estão relacionadas com uma resposta do ego à ameaça da repetição de uma situação traumática, porém sinalizam para a incapacidade de construção de uma defesa por parte do sujeito.

Em nosso campo de investigação, ao pensar as possíveis relações entre as experiências de vulnerabilidades, surge a hipótese de um fracasso da angústia “sinal de alarme” em decorrência de um perigo que se faz constante, tendo seus efeitos evidenciados através do baixo peso da criança ou demais impasses em seu desenvolvimento. Frente à impossibilidade do sujeito em se preparar para um perigo que não cessa de se repetir, estaríamos, aqui, no campo da vergonha “plenamente experimentada”, que pode vir a desembocar numa vergonha “de ser” das mães.

Na clínica do IPREDE, essas situações são constantemente observadas, seja durante os atendimentos ou nos corredores da instituição. As crianças são tidas como sem limites e as mães sem energia para interrompê-las, como se estivessem tão ligadas a outros interesses que não percebem a movimentação dos filhos. Quando o “não” aparece é em situações de risco de vida para a criança, em que, muitas vezes, a desqualificação vem acompanhada de palmadas que chocam quem passa por perto. É como se elas não encontrassem, no ambiente, esse eco que faria um limite à excitação, ou seja, diante da sua conduta, a criança não teria reconhecimento desse outro, que se omitiria, colocando em jogo as amarras identitárias, gerando um sentimento de abandono e desaparecimento frente à comunidade (Venturi, & Vertzman, 2012).

Consoante Gaulejac (1996/2008), a miséria impossibilita a satisfação das necessidades mais elementares, como exemplo a de alimentação, a de cuidados de higiene e proteção, a de vestir-se, dentre outras. Desse modo, o sofrimento acarretado por essa condição de vulnerabilidade se inscreve primeiramente no corpo, por meio da falta de cuidados com a saúde e aparência física, podendo evoluir para doenças diversas: alcoolismo, dores de garganta, bronquites crônicas, úlceras, velhice prematura etc. Tais sofrimentos físicos e psíquicos são mais prevalentes à proporção em que se aumentam as privações vivenciadas e, como consequência, provocam uma exaustão moral e intelectual.

Ao serem confrontadas sobre o modo como cuidam ou educam os filhos, é recorrente as mães argumentarem que também foram criadas assim e que “se criaram”, sobreviveram. Souza et al. (2009) apresentam a existência de transferências de valores imateriais, simbólicos, na manutenção dos privilégios e reprodução das classes sociais no tempo. Esses processos sustentariam, juntamente às condições de renda e acesso aos direitos sociais, as posições perpetuadas pelo tempo de famílias durante várias gerações. Nesse sistema, a exceção seria de origem meritocrática, através da qual, por alguma eventualidade ou situação incomum, se conseguiria ascender e manter a ilusão da mobilidade social efetiva.

Uma discussão restrita às questões metapsicológicas, portanto, fugiria um pouco a nossa proposta e quem sabe perderíamos a oportunidade de dialogar com as teorias que já buscaram a compreensão de seus processos nas teorizações da psicanálise. Tendo como base nosso campo de investigação, Martins et al. (2011) estabelecem articulações entre as proposições da psicanálise na clínica no IPRDE e a teoria psicossociológica de Axel Honneth acerca do reconhecimento social na constituição da identidade, da confiança e da estima de si. Martins (2015) retoma tais proposições em seu projeto de pós-doutorado, acrescentando os achados das pesquisas que foram inauguradas desde o artigo fruto do projeto *Infância e privação: a fome, o silêncio e a vontade de viver*. As inquietações diante das vulnerabilidades experienciadas pelas famílias, tendo como mola propulsora os casos de desnutrição infantil e os diálogos entre fome, violência, silêncio e a vontade de viver, colocaram a possibilidade das intersecções entre Winnicott e Honneth. Ambos os autores se encontram

na intersubjetividade da relação mãe-bebê para ressaltar a importância do reconhecimento das propriedades de um novo indivíduo emergindo, através do cuidado atento e afetuoso, denominado de amor por Honneth.

Esse amor seria fonte de aquisição de um reconhecimento de si, da capacidade de ir se separando gradativamente da mãe rumo à independência, mas também de afirmação de suas capacidades e habilidades em sociedade futuramente. Quando esse ambiente de cuidados de algum modo reflete através da mãe ou cuidador a falta de identificação com as necessidades do bebê, então a aquisição dessas capacidades está, de algum modo, prejudicada. Nessa nova empreitada, a vulnerabilidade interroga as formas de desrespeito e negação do reconhecimento, promovendo angústia perante uma “invisibilidade” desse sujeito (Rosa, 2002), mas também pela via da desautorização. A partir dessa desautorização, da mesma forma que o adulto desmente o relato traumático da criança (Ferenczi, 1932/1992), o sujeito é negado como portador de uma dignidade, de seus direitos.

Honneth (2003) associa a violência do desrespeito e da humilhação com o sofrimento causado pelas doenças quando ameaçam a identidade. Essa necessidade do reconhecimento do outro, através de relações intersubjetivas, convoca um risco no sentido da criação de uma lacuna psíquica que se evidenciará com reações desde a ira à vergonha. Essa vergonha evidencia uma estima de si esfacelada pelo rechaço das ações do sujeito, relativizando seu valor social. Esse entrelaçamento entre individualização e reconhecimento seria o cerne de uma grande vulnerabilidade dos seres humanos, fazendo do desrespeito a sua demonstração mais crua, pois a autoimagem de cada ser dependeria desse reassuramento do outro. Tal experiência danosa poderia ser responsável pela derrocada de toda a identidade desse sujeito.

O desrespeito aqui seria entendido como todas as formas de negar ou denegar o reconhecimento, ofendendo ou rebaixando esses indivíduos. Esses conceitos negativos não representam apenas formas de injustiça sociais, nem de refreamento em suas liberdades, mas danos à “compreensão positiva de si”, que continuamente é ferida por tais formas de relações sociais. Entre os sentimentos morais, a vergonha seria para Honneth (2003) o mais aberto, não estando estritamente referida à timidez da exposição

de si. Nela, não se define “por quais aspectos da interação se transgride a norma moral que, por assim dizer, falta ao sujeito para o prosseguimento rotinizado de sua ação” (Honneth, 2003, p. 222).

Assim como Honneth atribuiu as formas de negação do reconhecimento aos danos na estima de si e na autoafirmação do sujeito, Gaulejac (1996/2008) também acredita que a identidade pode ser prejudicada. Em sua pesquisa, a vergonha diante da condição social vulnerável pode gerar um sofrimento inimaginável para aqueles que não vivem nessa condição. Para Gaulejac (1996/2008), a identidade acaba se assumindo como negativa, pela forma como o outro aponta suas características exteriores de sujeira, odor, aparente feiura aos olhos dos que não desejam ver as desigualdades sociais.

A palavra vergonha pouco aparece no discurso das mães das crianças atendidas no IPREDE, mas humilhação é um termo constante nos atendimentos, deflagrando que talvez as intervenções não gerem mobilização nas famílias, sobretudo nas mães, porque de alguma forma muitos tratamentos ainda não as havia incluído nessa hipótese do sofrimento gerado pela vergonha. A desautorização sofrida diante do lugar de saber também parece ser um ponto importante a ser levado em consideração na história das mães, diante da privação dos bens de consumo (Rosa, 2002).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das possibilidades e das dificuldades de uma atuação clínica, buscamos valorizar o que já foi alcançado no diálogo entre a psicanálise com outros campos, sobretudo nas pesquisas ligadas à clínica institucional. Essas interlocuções nos permitiram discutir como a angústia e a vergonha compõem nessa clínica tão marcada pelas desigualdades sociais. A partir de nossa experiência no IPREDE, percebe-se como a vergonha é pouco mencionada no discurso das mães, embora possa, muitas vezes, estar latente nas figuras da angústia e da humilhação, mais evidenciadas nos relatos.

O Brasil, historicamente desigual em seu processo de colonização, convoca os analistas a se debruçarem sobre um mal-estar causado por um discurso social dominante que exclui o sujeito do inconsciente, mas

também grupos que evocam um estranhamento (quem sabe familiar?). Com a constante mudança social e do perfil dos pesquisadores ao longo dos últimos vinte anos, novas questões como as propostas aqui se colocam e despertam nossos interesses. Mesmo com essas mudanças, ainda nos deparamos com colocações do tipo “fome é um tema de interesse do campo da sociologia, não da psicanálise”, oriundas dos mais inesperados interlocutores, como se tal problemática fosse apenas um problema de ordem conjuntural e sem implicações subjetivas. Quando fazemos esse deslocamento, podemos pensar em novas formas de intervenção e rememorar o questionamento sobre o que pode a psicanálise nesse cenário, e fazer a nossa aposta. Apesar desses obstáculos segue-se apostando no lugar da psicanálise e de seu fazer clínico junto aos dispositivos de saúde e de assistência social onde se desenvolvem junto aos indivíduos socialmente vulneráveis.

O trabalho em uma perspectiva institucional é atravessado por desafios frente à “confusão de línguas” das equipes interdisciplinares e às tensões do exercício de seus saberes e poderes. Nessa perspectiva, o trabalho clínico da psicanálise relaciona-se à escuta do sujeito e de sua singularidade fazendo, simultaneamente, uma desestabilização no discurso totalizante das especialidades.

“O que pode a psicanálise dentro desse contexto” é um enunciado ético que se recoloca e se refaz cotidianamente em toda clínica psicanalítica, alcançando nesses espaços os limites que fazem fronteira com a impotência. Nessas situações, talvez mais que em outras, o fazer do psicanalista exige deste uma constante reflexão sobre sua prática e ética.

## REFERÊNCIAS

- Aragão, L. T. et al. (1991). *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta.
- Ciccone, A., & Ferrant, A. (2009). *Honte, culpabilité et traumatisme* (2ª ed.). Paris: Dumond.
- Coriat, E. (1997). Projeto de neurologia para psicanalistas. In Coriat, E. [Autor], *Psicanálise e clínica de bebês*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Costa, J. F. (2012). Os sobrenomes da vergonha: melancolia e narcisismo. In Verztman, J., Herzog, R., Pinheiro, T., & Pacheco-Ferreira, F. (orgs.), *Sofrimentos narcísicos* (p. 9-15). Rio de Janeiro: Contra-Capa.
- Dauer, E. T., & Martins, K. P. H. (2015). Desamparo materno e recusas alimentares na primeira infância. *Cadernos de Psicanálise-CPRJ*, 37(32), 43-60. Recuperado em 20 nov. 2017 de <[http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno32\\_pdf/03\\_Desamparo-materno-e-recusas-alimentares.pdf](http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno32_pdf/03_Desamparo-materno-e-recusas-alimentares.pdf)>.
- Ferenczi, S. (1992). A elasticidade da técnica psicanalítica. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (1992). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1929)
- Ferenczi, S. (1992). Reflexões sobre o trauma. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1932)
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre o adulto e a criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). O Ego e o Id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)

- Freud, S. (1996). Neurose e psicose. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924[1923])
- Freud, S. (1996). A negativa. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)
- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926)
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950)
- Fuks, B. (2007). *Freud e a cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gaulejac, V. (2008). *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwer. (Original publicado em 1996)
- Herzog, R., & Pacheco-Ferreira, F. (2015). Trauma e pulsão de morte em Ferenczi. *Ágora*, 18(2), 181-194. Recuperado em 20 nov. 2017 de <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982015000200181&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982015000200181&script=sci_abstract&tlng=pt)>.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Koltai, C. (2011). Memória do inominável. In Perdomo, M. C., & Cerruti, M. (orgs.), *Trauma, memória e transmissão: as incidências da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera.
- Koltai, C. (2012). O inconsciente seria politicamente incorreto? *Reverso*, 34(63), 33-43. Recuperado em 22 mar. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952012000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200004&lng=pt&nrm=iso)>.
- Kupermann, D. (2006). A progressão traumática: algumas consequências para a clínica na contemporaneidade. *Percurso – revista de psicanálise*, 18(36). Recuperado em 20 nov. 2017 de <[http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo\\_view&ida=266&ori=edicao&id\\_edicao=36](http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=266&ori=edicao&id_edicao=36)>.

- Kupermann, D. (2009). Le soin face aux risques de la contemporanéité. *L'Esprit du temps/Topique*, v. 02, n. 107, p. 207-221. Recuperado em 22 mar. 2018 de <<https://www.cairn.info/revue-topique-2009-2-page-207.htm#pa17>>.
- Kupermann, D., & Martins, K. P. H. (2018). Racismo, fome, testemunho e humor: sobre “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus. Belo, F. (org.). *Psicanálise e racismo: interpretações a partir do Quarto de despejo* (p. 119-130). Belo Horizonte: Relicário.
- Landman, C. (2003). Contribuição clínica à teoria psicanalítica da angústia. In *Coleção O seminário de Lacan: travessia. A angústia. Tempo Freudiano Associação Psicanalítica*. Recuperado em 15 nov. 2017 de <<http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/contribuicao-clinica-a-teoria-psicanalitica-da-angustia-2/>>.
- Lucero, A., & Vorcaro, A. (2009). *Das Ding* e o outro na constituição psíquica. *Estilos da clínica*, 14(27), 230-251. Recuperado em 22 mar. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282009000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000200014&lng=pt&nrm=iso)>.
- Martins, K. P. H. (2015). *Estudos sobre os impasses no laço mãe-bebê no contexto de vulnerabilidade social: contribuições psicanalíticas à clínica da primeira infância*. (Projeto de pós-doutorado. Instituto de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Martins, K. P. H. et al. (2011). Infância e privação: a fome, o silêncio e a vontade de viver. In Pinheiro, C.; Carvalho, J; Silva, M. (orgs), *Estudos psicanalíticos na clínica e no social* (p. 79-97). Fortaleza, CE: Imprensa Universitária.
- Martins, K. P. H., & Kupermann, D. (2017a). Fome: o umbral da vergonha. *Trivium*, 9, p. 199-209.
- Martins, K. P. H., & Kupermann, D. (2017b). Faim et témoignage: expériences traumatiques dans la clinique et dans la culture. Paris, França, *Topique*, 1, p. 131-144.
- Mezan, R. (1997). Subjetividades contemporâneas?. *Subjetividades contemporâneas – Revista do Instituto Sedes Sapientiae*, 1, 12-17.

- Pacheco-Ferreira, F. (2012). Algumas questões sobre a angústia e sua relação com a vergonha. In Vertzman, J., Herzog, R., Pinheiro, T., & Pacheco-Ferreira, F. (orgs.), *Sofrimentos narcísicos* (p. 165-183). Rio de Janeiro: Contra-Capa.
- Perdomo, M. C., & Cerruti, M. (orgs.). (2011). *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera.
- Péron, P. R. (2007). Considerações teóricas ferenczianas sobre o trauma. *Psicologia revista*, 16(1 e 2), 13-27. Recuperado em 20 nov. 2017 de <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/18053>>.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das *vidas secas*. *Textura*, 2(2), 42-47.
- Rosa, M. D., Estêvão, I. R., & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em estudo*, 22(3), 359-369. Recuperado em 20 nov. 2017 de <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354/pdf>>.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1999)
- Souza, J. de et al. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Venturi, C., & Vertzman, J. (2012). Interseções da vergonha na cultura, na subjetividade e na clínica atual. In: Vertzman, J., Herzog, R., Pinheiro, T., & Pacheco-Ferreira, F. (orgs.) *Sofrimentos narcísicos* (p. 119-145). Rio de Janeiro: Contra-Capa.
- Winnicott, D. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In Winnicott, D. [Autor], *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1967)

## NOTAS

<sup>1</sup> Trecho original: “l’expérience clinique, il nous a été permis de comprendre que la rencontre, avec une présence sensible et l’offre de l’écoute du témoignage, peut contribuer à atténuer l’horreur et l’isolement éprouvés par le sujet traumatisé” (Kupermann, 2009, p. 210).

<sup>2</sup> De que forma as experiências silenciadas na cultura retornam nos modos de figuração do mal-estar e nas formas de sofrimento dessas mães e filhos? Essa

investigação é clínica e histórica, na medida em que a matriz simbólica do Outro primordial também é formada a partir dos vestígios arqueológicos de uma cultura que retornam nas formas de sofrimento e mal-estar. Desse modo, podem-se estabelecer relações entre negações culturais e as dificuldades no estabelecimento de condições necessárias para as operações primárias de simbolização. Retornando ao argumento de Ferenczi, a perda do conteúdo da realidade inclui a perda da autorrepresentação no futuro. A fome, no contexto em questão, está acompanhada por outras formas de violação da dignidade humana e de outras humilhações (Martins, & Kupermann, 2017b, p. 140, tradução nossa).

Recebido em 01 de setembro de 2018

Aceito para publicação em 21 de novembro de 2018

## A PRÁTICA DO PSICANALISTA EM UM CENTRO DE TRATAMENTO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS: O IDEAL EDUCATIVO, OS IMPASSES E A QUESTÃO DO BELO

*Lucimara Lopes Rase  
Vinicius Anciães Darriba*

### RESUMO

O presente artigo parte de reflexões suscitadas pela experiência no setor de psicologia de um centro de tratamento de anomalias craniofaciais na cidade do Rio de Janeiro. O questionamento incide sobre a possibilidade do trabalho do psicanalista em uma instituição hospitalar universitária, local historicamente estruturado em torno da transmissão e reprodução de preceitos educativos na área da saúde. Nesse âmbito, a partir dos impasses clínicos experimentados, que no contexto específico evocam a questão do belo, procura-se ressaltar os efeitos da dimensão ética que orienta a psicanálise ante as demandas de cunho pedagógico que, associadas aos preceitos de eficácia e produtividade defendidos como elementos necessários ao funcionamento de um serviço de alta complexidade, estabelecem condições para a própria manutenção institucional na atualidade.

Palavras-chave: Psicanálise; hospital; pedagogia; belo.

### THE PRACTICE OF THE PSYCHOANALYST IN A CRANIOFACIAL ANOMALIES TREATMENT UNIT: THE EDUCATIONAL IDEAL, THE IMPASSES AND THE QUESTION OF THE BEAUTY

#### ABSTRACT

*This article is based on the experience obtained in the psychology sector of a craniofacial anomalies treatment unit in Rio de Janeiro. The questioning focuses on the possibilities of psychoanalyst work in a university hospital*

---

\* Coordenadora do Setor de Psicologia do CTAC-UERJ; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

\*\* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Programa de Pós-Graduação em Psicanálise; Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*institution, a place historically structured around the transmission and reproduction of educational precepts in health area. In this context, based on the clinical impasses experienced, which in this case evoke the question of beauty, we try to highlight the effects of the ethics that guides psychoanalysis despite the pedagogical demands that, associated with the effectiveness and productivity precepts, defended as elements needed for a highly complexity service operation, establish conditions, in the present time, for the institutional maintenance itself.*

*Keywords: Psychoanalysis; hospital; pedagogy; beauty.*

## **LA PRÁCTICA DEL PSICOANALISTA EN UN CENTRO DE TRATAMIENTO DE ANOMALÍAS CRANIOFACIALES: EL IDEAL EDUCATIVO, LOS IMPASSES Y LA CUESTIÓN DEL BELLO**

### **RESUMEN**

*El presente artículo parte de reflexiones suscitadas por la experiencia en el sector de psicología de un centro de tratamiento de anomalías craneofaciales en la ciudad de Río de Janeiro. El cuestionamiento se centra en la posibilidad del trabajo del psicoanalista en una institución hospitalaria universitaria, local históricamente estructurado en torno a la transmisión y reproducción de preceptos educativos en el área de la salud. En este ámbito, a partir de los impasses clínicos experimentados, que en el contexto específico evocan la cuestión de lo bello, se intenta resaltar los efectos de la dimensión ética que orienta el psicoanálisis ante las demandas de cuño pedagógico que, asociadas a los preceptos de eficacia y productividad defendidos como elementos necesarios para el funcionamiento de un servicio de alta complejidad, establecen condiciones para el propio mantenimiento institucional en la actualidad.*

*Palabras clave: psicoanálisis; hospital; pedagogía; bello.*

### **O CAMPO EM QUE ATUAMOS**

Formado por uma equipe multidisciplinar de alta complexidade, o Centro de Tratamento de Anomalias Craniofaciais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CTAC-UERJ) é composto pelas disciplinas da cirurgia plástica, da cirurgia bucomaxilofacial, da odontologia, da ortodontia, da otorrinolaringologia, da pediatria, da genética, da neurologia, da clínica médica, da enfermagem, da nutrição, da fisioterapia, da fonoaudiologia, da assistência social e da psicologia. Os pacientes apresentam anomalias graves, o que resulta em um trabalho

que comumente dura vários anos, e não se trabalha em regime de emergência, como nas unidades hospitalares de grande porte, conhecidas como instituições de portas abertas. Isso não só propicia o recolhimento dos efeitos do trabalho *a posteriori*, o que dificilmente se pode contemplar naquelas instituições onde a permanência do enfermo é, via de regra, pontual, como também inaugura um lugar possível ao tratamento, cuja regência pode comparecer sob a forma da transferência estabelecida pelo paciente com o profissional de referência.

São sujeitos de todas as faixas etárias, das mais distintas regiões do país, que são recebidos e acompanhados por uma equipe de diretriz marcadamente universitária, versada na transmissão de um saber sistematizado, cujo método busca assegurar a adaptação recíproca da técnica ao paciente, de modo a se consolidar um plano de tratamento padronizado e, portanto, passível de repetição pelo conjunto dos profissionais. Os problemas encontrados na aplicação protocolar dos procedimentos podem ser identificados nos obstáculos que aparecem como entraves ao cumprimento do projeto terapêutico elaborado, momento limite onde somos convocados a atuar, frequentemente no lugar de *mestres do assunto*, na expectativa de que o manejo especializado da situação pela psicologia equivalha à superação da insuficiência detectada.

Dentre os pacientes, nota-se a presença frequente de portadores de fenda labiopalatal, ou *fissurados*, como comumente eles se denominam para os profissionais e entre seus pares, pelos corredores ambulatoriais. Os fissurados são presença importante na instituição, não somente pelo montante representado – a maior parte dos casos atendidos – mas também pelos desafios que são colocados no cotidiano da prática de todos os profissionais da equipe, já que atendê-los nem sempre é tarefa das mais fáceis, pois comumente são fanhos. Contudo, foram esses mesmos sujeitos, portadores de fenda labiopalatal, que promoveram as mais frutíferas reflexões junto à equipe, a partir dos impasses que causaram; os quais ratificaram, a cada vez, a importância do setor de psicologia na unidade, sendo convocado pelos profissionais que compõem o corpo de saúde da unidade, bem como pelos próprios pacientes, que constantemente buscam atendimento pessoal.

Incontáveis vezes deparamo-nos, nas demandas endereçadas pela equipe, com um enunciado comum sobre os fissurados. Trata-se da máxima de que os pacientes teriam problemas com a imagem de si e dificuldades de inserção social. Nem sempre, no entanto, essa afirmativa se confirmou. E, quando o fez, não foram poucas as vezes em que a causa esteve em outro lugar. Como responder, portanto, às demandas de cunho educativo, voltada à melhoria da percepção da autoimagem e à aquisição de habilidades sociais, quando, nos descaminhos do sujeito, este não cessa de dizer que, quanto àquilo de que efetivamente padece, sua aparência assume valor de fachada? Qual o tratamento quando o padecimento se aproveita de uma anomalia para ratificar sua permanência, atribuindo-lhe a causa do que, em verdade, é um *álibi* a mais? Afinal, deparamo-nos com casos de anomalias extensas cujos pacientes dizem estar bem, contentes com seus tratamentos e felizes em suas vidas, ao passo que anomalias pequenas, por vezes imperceptíveis, são relatadas como causadoras de verdadeiras derrocadas subjetivas.

Freud (1914/1980, p.117), em suas palavras, nos diz:

Na etiologia das neuroses, a inferioridade orgânica e o desenvolvimento imperfeito desempenham papel insignificante [...]. As neuroses fazem uso de tais inferioridades como um pretexto, assim como o fazem em relação a qualquer outro fator que se preste a isso. Somos tentados a acreditar numa paciente neurótica quando ela nos diz que era inevitável adoecer, visto que, por ser feia, deformada ou carente de encantos, ninguém poderia amá-la; logo, porém, outra neurótica nos prestará melhores esclarecimentos – pois persiste em sua neurose e em sua aversão à sexualidade, embora pareça mais desejável, e seja, de fato, mais desejada, do que a mulher comum.

Eis, portanto, a abertura de indagações que dizem respeito ao plano da ética, de uma direção da ação que norteia nossa presença na unidade, e que se manifestam, sobretudo, nos momentos em que somos convocados pela equipe clínica para tratar o que se coloca como impasse desde o sujeito fissurado, quando este se mostra refratário à intervenção pretendida. Como Lacan (1959-1960/2008, p. 33) nos questiona: “como é que no sujeito os pendores dirigem-se para outro lugar? Como isso é explicável?”.

## MEDICINA, PEDAGOGIA E PSICANÁLISE

A força do discurso pedagógico dentro da unidade hospitalar universitária, bem como os desdobramentos disso vislumbrados nas solicitações feitas ao setor de psicologia, remonta à própria sistematização do discurso médico. Em *O nascimento da clínica*, Foucault (1963/2004) nos diz do movimento histórico, surgido no final do século XVIII, em que as séries hospital e medicina se entrelaçaram pela primeira vez, após séculos de existência independente. De lugar de recolhimento de doentes para abrigo, de cunho menos terapêutico que religioso, a espaço de exclusão de loucos, mendigos e leprosos, a transformação do hospital em espaço privilegiado do exercício da clínica médica, calcado na produção de saber sobre a doença e no ofício de tratar pela via da observação dos casos apresentados, só pode ser vislumbrada no momento em que a própria medicina foi convocada a organizar o seu conhecimento e regular o exercício de sua prática.

Outrora vinculada aos curandeiros, charlatães, pessoas pouco instruídas para as quais o exercício da cura associava-se à capacidade de articulação do conhecimento popular com a credibilidade alcançada perante a sociedade, a medicina organizou-se como experiência hospitalar e circunscreveu um campo de ordenação dos métodos e universalização de suas práticas a partir de sua incursão no campo da pedagogia. Desse modo, “a pedagogia como sistema das normas de formação se articulava diretamente com a teoria da representação e do encadeamento das ideias” (Foucault, 1963/2004, p. 68). A importância desse momento na história da medicina pode ser contemplada com o corte que marca o término de um período clássico e o advento da medicina moderna. O deslocamento de um lugar onde a arte médica se exercia na incerteza do conhecimento, “onde os elementos (eram) demasiados sutis e numerosos para [...] a evidência e a certeza que caracterizam as ciências físicas e matemáticas” (Foucault, 1963/2004, p. 105).

Abandonando o que antes fora denominado “empirismo homicida” (Foucault, 1963/2004, p. 75), a medicina moderna “manifestará o ponto de contato pelo qual a arte de curar entra na ordem civil” (Foucault, 1963/2004, p. 78). Dessa feita, temos dois movimentos consecutivos: sob o aporte da pedagogia, o saber médico adentra o hospital para, em seguida,

reabrir suas portas, sobrelevando-se ao corpo social pela via de um projeto moral. Ordem médica que faz dos cidadãos pacientes em potencial; série de doentes para uma verdade seriada. Os próprios alunos da escola de medicina são extraídos a partir de um rigoroso processo de seleção cujo critério estará, segundo registros da época, fundamentalmente baseado na “boa conduta, costumes puros” (Foucault, 1963/2004, p. 78). Assim, à medicina é concedido o direito de ditar os modos de vida, regular seus fluxos e influxos, agenciar os costumes; ao médico, o lugar de representá-la. Um saber que será construído sobre o corpo do doente, que equivalerá à revelação de uma verdade que o próprio paciente desconhecia. Verdade nua, jamais habitada pelo enfermo. Verdade douta: “O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência” (Foucault, 1963/2004, p. 42).

É nesse ambiente, e, mais especificamente, com o impacto da entrada da medicina na vida social, que, um século depois, iniciaram-se as primeiras produções psicanalíticas. Freud, médico vienense, viu-se convocado a responder aos quadros clínicos que, ainda que tangíveis ao olhar, apresentavam-se como enigmas à medicina de sua época. Manifestações que colocavam em xeque a correspondência cristalina até então propalada entre o olhar e o dizer médicos. São cidadãos comuns, moças jovens, donas de casa, proletária de fábrica, filha de comerciante, oficial das forças armadas, toda uma gama variada de pacientes que não se encaixavam no critério de verdade proposto pelo saber arquitetado da época, quiçá porque o sujeito, naquilo que lhe é singular, encontrara, na incógnita do sintoma, a expressão de sua verdade.

Insisto no fato de que Freud avançava numa pesquisa que não é marcada pelo mesmo estilo que as outras pesquisas científicas. O seu domínio é o da verdade do sujeito. A pesquisa da verdade não é inteiramente redutível à pesquisa objetiva, e mesmo objetivante, do método científico comum. Trata-se da realização da verdade do sujeito, como de uma dimensão própria que deve ser destacada na sua originalidade em relação à noção mesma da realidade (Lacan, 1953-54/1986, p. 31).

Se Freud não recua, também não se volta ao misticismo no qual a medicina clássica vivera por muito tempo; ainda que, recorrendo aos sonhos, pudesse evocá-lo. Como diferencia Lacan (1958/2003, p.179),

esses sonhos “não são articuláveis em termos de adaptação à realidade”, já que “o desejo inconsciente, indicado na metáfora onírica, não tem objeto senão metonímico”. Trata-se, desse modo, não da *adaptação à realidade*, mas da busca da verdade que emerge do lado do sujeito a cada vez. Sem misticismo, sem pedagogia.

Dentre os efeitos ocasionados pela sistematização do saber médico, com seu caráter pedagógico, destaca-se a mudança na concepção da infância. Outrora retratada como um adulto incipiente, a criança será elevada a protótipo investigativo dos processos orgânicos em estado inicial. Tal perspectiva estabelecerá um parentesco entre tal incursão e a busca pela verdade em estado genuíno. Para uma medicina que dá seus primeiros passos, a criança será o adulto em condição autêntica, o ponto fulcral da sustentação de um discurso sobre a verdade dessa ciência.

A infância, a juventude das coisas e dos homens estavam carregadas de um poder ambíguo: dizer o nascimento da verdade; mas também colocar à prova a verdade tardia dos homens, retificá-la, aproximá-la de sua nudez. A criança se torna o senhor imediato do adulto, na medida em que a verdadeira formação se identifica com a própria gênese do verdadeiro (Foucault, 1963/2004, p. 68).

Por conseguinte, a psicanálise, nascida com Freud, foi convocada à lida com aspectos da vida infantil. Em julho de 1925, por exemplo, atendendo à solicitação do educador August Aichhorn, Freud (1925/1980) escreveu um prefácio à obra intitulada *Juventude Desorientada* (Aichhorn, 1925/1956). Aichhorn, que havia atuado por longa data como funcionário em instituições de amparo cujos jovens se encontravam em situação de conflito com a lei, familiarizara-se com a psicanálise de modo a almejar nela algumas orientações técnicas para sua prática educacional. Nesse contexto, e evocando seu próprio percurso, Freud lhe responde, sob a forma de prólogo, frente à demanda técnica de cunho educativo, com duas recomendações, uma conjugada à outra: a primeira delas era a da formação psicanalítica daqueles que por ela manifestavam interesse; a segunda, que poderia aqui ser entendida como um desdobramento da primeira, ou ainda a condição para que a ela se acesse, dizia respeito ao processo analítico do próprio interessado. Formação e análise constituiriam – se assim quisermos denominá-los – um palíndromo desse percurso.

Freud (1925/1980, p. 341) também nos fala nesse texto que, ao longo do tempo, “as crianças se tornaram o tema principal da pesquisa psicanalítica e substituíram, assim, em importância, os neuróticos com os quais ela iniciou seus estudos”. A passagem do interesse do neurótico para a criança é recebida por Freud (apud Aichorn, p. 13; tradução nossa) sem assombro, não somente porque “a análise demonstrou que a criança sobrevive, quase inalterada tanto no homem doente como no sonhador”<sup>1</sup>, como também porque as forças motivadoras e tendências percebidas na infância se mostram presentes na vida do neurótico. É nessa conjuntura que o prefácio de Freud ao livro de Aichhorn impõe ressalvas quanto ao intuito de que a ação educativa pudesse recolher contribuições da psicanálise, sobretudo face a sujeitos que o autor denominava de “crianças-problema’ e outros que sofrem de sintomas neuróticos” (Aichhorn, 1925/1956, p. 32; tradução nossa)<sup>2</sup>. A própria dimensão subjetiva aí situada assinala, nos termos da psicanálise, um limite ao procedimento de cunho educativo.

Passados cerca de três séculos do advento da estrutura de transmissão do saber médico, a mesma permanece praticamente inalterada. Muitas inovações surgiram no campo dos tratamentos, a tecnologia transformou a relação da ciência com o corpo humano, mas os pilares da cátedra médica se mantiveram nos hospitais universitários como instrumentos de formação. Se podemos diariamente perceber a vivacidade com a qual a difusão pedagógica da *práxis* médica é levada adiante, igualmente constatamos a insistência do que extrapola o enquadre imposto a ela. Nos termos do que enseja as demandas ao serviço de psicologia pela equipe de saúde, interrogaremos a possibilidade de inserção do psicanalista no âmbito hospitalar universitário, considerando seu não alinhamento a uma proposta educativa.

## **O IDEAL EDUCATIVO. DEMANDA E DESEJO**

Lacan (1974/2005, p. 58) nos diz que “as pessoas não percebem muito bem o que querem fazer quando educam”. Prossegue afirmando que o ato de educar pode vir a ser um dos meios de que o sujeito se vale para aplacar sua própria angústia frente a algo que os analistas

conhecem bem e que é da ordem de um inominável; ao que acrescenta que, “contra a angústia, há um monte de remédios, em particular certo número de ‘concepções do homem’, do que seja o homem” (Lacan, 1974/2005, p. 58). Tempos antes, já advertira que esse tipo de discurso trabalha com a submissão do sujeito a uma ordem que é perpetuamente retomada e colocada no interior de uma lógica, de modo que “o discurso reto, o discurso conforme, já é, portanto, introduzido pelo próprio fato de a questão ética ser colocada” (Lacan, 1959/2008, p. 33). Vale lembrar, nesse sentido, ter Freud (1912/1980, p. 158) observado, nas “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, que “a ambição educativa é de tão pouca utilidade quanto a ambição terapêutica”. Assim, as “atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhum dos enigmas de uma neurose” (Freud, 1912/1980, p. 158).

Essa indicação não impediu que, segundo a crítica de Lacan (1958/2003, p. 173), tal divisa tenha sido por muitos negligenciada, fomentando a busca de métodos estrangeiros à psicanálise como justificativa para sua prática, o que, nas palavras do autor, só ocorreu “ao preço de substantificações míticas e álibis falaciosos”. É por essa via que ele afirma ter se dado um tipo de leitura da obra freudiana que a toma meramente como “pretexto para a introdução de uma certa ortopedia psíquica que se aferra [...] a um reforço do eu”, de maneira a buscar, na teoria, uma justificativa à pressuposição de uma “harmonia preestabelecida da maturação dos instintos na moral” (Lacan, 1958/2003, p. 176). Nesses moldes, a psicanálise poderia figurar mais facilmente como um incremento ao tratamento médico, um *a mais* para um sujeito *a menos*, donde a advertência lacaniana nos parece fundamental para que não caiamos na armadilha de responder ao ideal coletivo de cura com um ideal de sujeito, naquilo que, regidos por uma ética benfazeja, se desacoplaria da relação com a verdade.

Em “O lugar da psicanálise na medicina”, Lacan (1966/2001, p. 10) nos dirá da importância de se admitir a falha existente entre o que se demanda e o que efetivamente se quer, já que “responder que o doente lhes demanda a cura não é responder absolutamente nada”.

Quando o doente é enviado ao médico ou quando o aborda, não digam que ele espera pura e simplesmente a cura [...]. Ele vem às vezes nos pedir para autenticá-lo como doente. Em muitos outros casos, ele vem pedir, de modo mais manifesto, que vocês o preservem em sua doença, que o tratem de maneira que lhe convém, ou seja, aquela que lhe permitirá continuar a ser um doente bem instalado em sua doença (Lacan, 1966/2001, p. 10).

Nesses termos, o autor assinala a distância entre demanda e desejo, de modo a situá-la não somente do lado do paciente, mas também como orientação ética que perscruta o modo de resposta dada pelo próprio médico àquilo que se apresenta nos momentos em que o paciente tem acesso ao serviço de saúde. Diz assim: “É no registro do modo de resposta à demanda do doente que está a chance de sobrevivência da posição propriamente médica” (Lacan, 1966/2001, p. 10). Eis o fundo do problema com que nos deparamos quando o médico, acreditando saber o que o paciente quer e, conseqüentemente, outorgando-se poderes de conceder-lhe ou não o que procura, encontra-o dividido, à procura de uma *cura* que não se restringe a um reparo no corpo, a um ajustamento às formas concebidas como padrão de normalidade de uma face, por exemplo. É assim que se apresentam os pedidos da equipe de saúde, quando o paciente desafia esse saber suposto e insiste em pedir tratamento para *não sei o quê, já que ele está ótimo* - como diz o médico ao solicitar intervenção.

Nesses momentos, somos por vezes convocados, comumente ante a perplexidade daqueles que, dedicados com rigor a seu ofício, não compreendem o porquê da insistência do paciente em se mostrar insatisfeito.

## DO BELO EM SUA RELAÇÃO AO DESEJO

Situações como essas, de insatisfação do paciente em contraposição à satisfação do médico com o resultado, fazem refletir, na clínica com fissurados, sobre a problemática do belo. Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930[1929]/1980, p. 93) declara: “A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós; proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. A fim de suportá-la, não podemos dispensar as medidas paliativas”.

Dentre os lenitivos dos quais o sujeito lançaria mão frente a esse encontro, o autor nos fala do belo como algo que não o impedirá de sofrer, mas poderá gratificá-lo de algum modo, ao propiciar um efeito embriagante, “tenuemente intoxicante” (Freud, (1930[1929]/1980, p. 102). Freud situa o sofrimento como uma sensação advinda da economia libidinal do sujeito, não passível, portanto, de mensuração estatística e, conseqüentemente, de modos padronizados de tratá-lo. É nesse mesmo sentido que o autor alinha o belo ao prazer, àquilo que faz anteparo ao mal-estar do sujeito, a partir do momento em que oferece um véu sobre o indizível das decepções e dos maus encontros que perpassam a vida de cada um. Entretanto, como Freud (1930[1929]/1980, p. 103) aponta, em alusão à frase atribuída a Frederico o Grande, “todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo”. Dessa feita, o belo comportaria essa plasticidade contraditória à tentativa de captura por um imaginário único, da harmonia, da convenção de medidas e ângulos. Então, como articular os benefícios oferecidos no campo da estética facial preconizados pelo saber médico, para o qual se faz apelo, e incluir o sujeito nessa operação? Ou ainda, como sair do discurso da impotência frente ao impasse estabelecido, de modo a apostar em alguma possibilidade de trabalho dentro dos limites apresentados?

Em *História da feiura*, Umberto Eco (2014) nos traz uma importante contribuição para pensarmos o que aqui associamos ao tratamento dos pacientes fissurados. Segundo o autor, se para o belo é possível reconstruir uma história da estética através dos tempos e sociedades, pela abundância de materiais teóricos e pictóricos encontrados, para o feio, não há registro. Ele padece de produção literária e, nas raras vezes em que algum material é encontrado, verifica-se com facilidade a sua postulação como um elemento de oposição ao belo, sem uma inscrição própria que o defina. Entretanto, como o autor nos ensina, diferente do que se crê comumente, o belo é também uma suposição, articulando-se numa complexa junção onde comparece o observador que o contempla, o período histórico que ele atravessa e a cultura na qual ele se insere. Citamos uma passagem de Voltaire (apud Eco, 2014, p. 11) em seu *Dicionário Filosófico*, onde este teria dito:

Perguntem a um sapo o que é a beleza, o verdadeiro belo, o *to kálon*. Ele responderá que consiste em sua fêmea, com seus dois belos olhos redondos que se destacam na cabeça pequena, a garganta larga e chata, o ventre amarelo e o dorso escuro. [...] Interroguem o diabo: dirá que o belo é um par de chifres, quatro patas em garras e um rabo.

Do mesmo modo, recolhe a contribuição de Marx (apud Eco, 2014, p.12) sobre o assunto em *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, de onde retira a seguinte afirmação:

O dinheiro, na medida em que possui a propriedade de comprar tudo, de apropriar-se de todos os objetos, é o objeto em sentido eminente. [...] Logo, não sou feio, na medida em que o efeito da feiura, seu poder desencorajador, é anulado pelo dinheiro. Sou, como indivíduo, manco, mas o dinheiro me dá vinte e quatro pernas; donde, não sou manco... Meu dinheiro não transforma todas as minhas deficiências em seu contrário?

Assim, constatamos a aparição do feio atrelado à figura do negativo do belo, tangenciando, por vezes, aspectos ainda mais sutis, vinculados ao discurso moral. O feio enquanto oposição ao belo, mas também como oposto ao bem, ao reto, como um erro, sinonímia do pecado. Nas palavras de Eco (2014, p. 16), tal qual encontrara em sua pesquisa sobre a feiura, aqui “o feio é o inferno do belo”.

Ele nos mostra, contudo, que Rosenkrantz (apud Eco, 2014, p. 16), em sua *Estética do feio*, promoverá uma decantação do feio, de maneira a tomá-lo como algo muito mais complexo que a simples negação do belo, fundando uma “autonomia do feio”. Nela, o feio comparece como o “abominável, vomitante, obsceno, repugnante, assustador, abjeto, deformado, desfigurado” (Eco, 2014, p. 16) – para citar algumas qualificações descritas pelo autor. Como exemplo literário, ele cita a fala da personagem de Victor Hugo (apud Eco, 2014, p. 286) em *O homem que ri*, duquesa Josiane, que se apaixona por Gwynplaine justamente por este retratar, em sua face, o aspecto repugnante de uma deformidade. Assim, ela se declara ao rapaz: “Amo-te não só porque és disforme, mas porque és abjeto. [...] Tu não és feio, tu és disforme. O feio é pequeno, o disforme é grande. O feio é o esgar do diabo pelas costas do belo. O disforme é o avesso do sublime”.

Por conseguinte, Eco (2014, p.19) depreende, do contato com a leitura sobre o tema, duas classes para o feio: o “feio normal, ou seja, desequilíbrio na relação orgânica entre as partes e de um todo” e o “feio em si”, “um excremento, uma carcaça em decomposição”. Este último, por sua vez, seria tributário do encontro do sujeito com o “informe, o doloroso, o tremendo” (Eco, 2014, p. 272) e poderia ser inferido nas produções literárias encontradas a partir do século XVIII, junto à modernidade, quando passará a ser tomado nas cercanias do sublime, a partir de um redirecionamento da discussão sobre o belo. Nela, “o belo [...] se desloca da pesquisa das regras que o definem para a consideração dos efeitos que produz” (Eco, 2014, p. 272), de modo a ser destacado como “uma nova sensibilidade diante das ruínas” (Eco, 2014, p. 272). Assim, o “feio em si” enquanto manifestação do indizível também teria sua presença registrada nos relatos onde “se goza do vazio, da escuridão, da solidão, do silêncio” (Eco, 2014, p. 272). Ou ainda, nos momentos onde se tangencia o inefável, o impossível, “todas impressões que podem resultar deleitosas quando se sente horror” (Eco, 2014, p. 272).

Como exemplo de tal perspectiva, recordemos o documentário *O povo brasileiro* (2000), dirigido por Isa Grispum Ferraz, colaboradora do antropólogo e escritor Darcy Ribeiro, autor da obra de título homônimo ao vídeo. Nele, a formação do povo brasileiro está em pauta, no que diz respeito a sua miscigenação e ao seu sincretismo cultural. Ali, portanto, encontraremos a preciosa contribuição do escritor Ariano Suassuna, ao fazer uma comparação entre a beleza localizada na faixa litorânea do nordeste brasileiro, a Zona da Mata, cuja dominância da vegetação é dada pela Mata Atlântica, e o que pode ser contemplado no sertão, na região do agreste, marcado pela presença da caatinga e das secas no Brasil. Assim o escritor nos diz:

As pessoas que acham o sertão feio, normalmente são da Zona da Mata ou são da cidade. Então são habituadas a um tipo de beleza que é mais ligada à graça. A beleza da Zona da Mata é bonita também, mas a beleza da Zona da Mata é ligada ao gracioso. A beleza do Sertão é ligada ao grandioso. Ele é grandioso e terrível em certos momentos. O que dá à beleza dele uma conotação muito diferente, muito estranha, mas também muito forte (Suassuna apud Ferraz, 2000).

Lembremos, assim, que o somatório de ângulos corretos de uma face não a torna necessariamente bela; que a justaposição de olhos, lábios, narizes, queixos, testas perfeitos não produzem uma linda face, como seria de se esperar. Pelo contrário. Há programas de computador que fazem esse alinhamento, no qual, por vezes, somos tomados de desapontamento e perplexidade diante do efeito da junção dos traços que julgamos perfeitamente belos. O resultado não nos parece nem um pouco agradável. Do mesmo modo, quando um pintor, com exímia destreza, reproduz uma obra de arte de um grande artista, um especialista no assunto detecta que não se trata de uma pintura original, apenas a cópia de ângulos, cores, formas, técnicas. Há algo que se passa entre o pincel e a aquarela, cuja autoria é impossível à reprodução.

Atingir essa dimensão intangível do belo se relaciona com algo singular, além do que a academia pode oferecer ao artesão, ao artista, ao cirurgião. Marcas nas quais se distingue um sujeito aqui comparecem. Entre os cirurgiões, isto se contempla, por exemplo, quando, ao atenderem os pacientes que se submeteram a algum procedimento estético anterior, cuja autoria desconhecem, detectam o traço do *artista* na face do paciente e, assim, *adivinham* quem realizou o procedimento. Dirigem-se ao fissurado e perguntam: “este lábio é do doutor X, não é?” – e sorriem após a ratificação da assertiva. Nessa face real, que escapa ao saber, assenta-se também o pedido de nossa intervenção. Para tanto, é preciso que o próprio profissional tenha levantado a questão: como pode o paciente não ver o que ele vê? O que, de outro modo, poderíamos questionar: como pode o belo somente ser reconhecido enquanto tal a partir do repertório inconsciente de cada sujeito?

Recalcati (2004, p. 95), ao propor uma reflexão sobre a estética em Lacan, menciona uma “estética do vazio” na psicanálise, passível de inferência a partir da constatação de um sujeito que carrega “uma dimensão não redutível àquela do significante” e que, “graças a essa irreduzibilidade, a essa resistência, constitui-se como lugar vazio de origem de toda a representação possível”. O autor propõe um giro da conceituação de uma *psicanálise aplicada à arte* para uma *psicanálise implicada à arte*, naquilo que esta pode ensinar acerca de seu próprio objeto. Nas palavras do autor: “Se, de fato, a obra de arte é uma organização

textual, uma trama significante que manifesta uma particular densidade semântica própria, essa organização não é apenas uma organização dos significantes, mas uma organização significante de uma alteridade radical, extrassignificante” (Recalcati, 2004, p. 95).

Em Lacan (1959-1960/2008), a obra de arte é justamente trabalhada, em seu seminário sobre a ética da psicanálise, pela vertente do belo. Advertido da prudência freudiana sobre o tema, para quem, segundo ele, “sobre a natureza do que se manifesta de criação no belo, o analista [...] nada tem a dizer” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 283), Lacan nem por isso se isentou de trabalhar o assunto, abordando-o, entretanto, pelo viés de sua função, a partir das coordenadas sobre as quais o belo se orienta. “Para além do princípio do bem” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 283) – ele nos ensina. Lembrando que, em Freud (1930[1929]/1980, p.112), o belo será uma das exigências da cultura, em que pese o fato de ser concebido como uma “coisa não lucrativa”.

O belo, fora do compromisso moral do bem e desobrigado de alimentar as engrenagens do capital, manterá “uma certa relação [...] com o desejo” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 283). Por um lado, véu que “tem por efeito suspender, rebaixar, desarmar [...] o desejo” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 284), o belo, insensível ao ultraje do que não se representa, faz face ao irrepresentável como limite do estético. Por outro lado, e contrariamente ao bem, o belo “nos abre os olhos e talvez nos acomode quanto ao desejo, dado que ele mesmo está ligado a uma estrutura do engodo” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 284). É porque o desejo, não sendo passível de representação, encontra menção em seus representantes. O belo, como trilhamento possível desse misterioso campo que aponta para o real, emerge como um “belo-não-toque-nisso” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 284).

### **NA ENCRUZILHADA DO BEM: ANTINOMIAS**

A vinda de certos pacientes à consulta no setor de psicologia nos mostra que, se a arte médica foi bem executada, ela não foi reconhecida como tal. Para o paciente, se houve um bem, foi sem olhar a quem; o paciente se sentindo, antes, privado desse bem. Lacan (1959-1960/2008,

p. 274), contudo, nos alerta: “o importante é saber que o privador é uma função imaginária. É o pequeno outro, o semelhante, aquele que é dado nessa relação semienraizada no natural que é o estádio do espelho”.

Assim, para situar o bem, Lacan (1959-1960/2008, p. 223) nos traz a história de São Martinho. Conta-se que Martinho, cavaleiro da infantaria romana, ao cavalgar pela noite, avistou um mendigo que tiritava de frio. De posse de seu manto, Martinho teria cindido com a espada o pano, dividindo-o em dois e ofertando uma das partes ao indigente. Tal passagem é tratada pelo viés do amor ao próximo, em relação ao que comportaria o aplacamento de um mal-estar que a imagem do mendigo causara, apartando-a sob o manto da bondade, medida imaginária pautada na identificação do cavaleiro com o sujeito depauperado. O bem comporta, assim, uma medida ideal, como no caso do médico que busca fazer o melhor que aprendera em seu ofício, segundo os preceitos aprendidos em sua formação.

Seguindo, Lacan (1959-1960/2008, p. 272) aponta que “o problema dos bens se coloca no interior do que é a estrutura”, já que, “no início, é como significante que o que quer que seja se articula”. Nesse sentido, retoma a história do pano de Martinho e nos esclarece: “o têxtil é primeiramente um texto” (Lacan (1959-1960/2008, p. 272), pois o fato de o homem se pôr a tecer um pano para encobrir, velar o corpo, é uma das finalidades dadas, dentre outras possíveis, ao que é produzido, e não a causa primeira de sua produção. É assim que se instaura, por conseguinte, o uso de seu produto como um bem. Nessa vertente, o autor pergunta: “o que bem pode haver por trás disso?” (Lacan (1959-1960/2008, p. 273). E, uma vez bem trajado, “o que bem pode dele, apesar disso [...] continuar a desejar?” (Lacan (1959-1960/2008, p. 273).

Há uma diferença, portanto, se pensamos no belo para o paciente, calcado em uma construção particular, podendo fazer frente ao real que o angustia, e no que para o cirurgião é parametrizado pelo saber de sua especialidade, o qual igualmente identificaria o que não está bem para o paciente. A queixa do paciente configura, portanto, um elemento deslocado nessa relação. O cirurgião dispõe de uma produção como um bem para uso em prol de um montante populacional formado por pacientes cujo perfil principal será dado pela apresentação de anomalias

na face, fissurados ou ex-fissurados, que lhe vêm em pedido de melhoria e reparação. Lacan (1959-1960/2008, p. 273) assim nos fala: “Nesse estádio, não há problema – o máximo de utilidade para a maioria, tal é a lei segundo a qual, nesse nível, o problema da função dos bens se organiza”. Então, como o paciente não vê? Como acredita que seu médico não fez o que aprendera, que guardou para si um saber do qual não quis dispor? Ele não denunciaria os limites do utilitarismo ao proclamar, na encruzilhada, que o máximo de utilidade para todos não garante a realização do bem ou a assunção do belo para cada um?

Otrossim, sustentamos que não só o que é dado por belo para o paciente é distinto do que o médico associa à harmonização dos traços, mas também, e fundamentalmente, que ambos podem ser alocados no campo do bem. Momento propício para atualizar a pergunta feita por Lacan em palestra ao Colégio de Medicina, onde questiona: “Onde está o limite onde o médico deve agir e a quê deve ele responder?” (Lacan, 1966/2001, p. 3). Essa arguição é feita pelo autor no momento em que sustenta a perspectiva de uma mudança no registro da relação médica com a saúde, orquestrada pela difusão da ciência em escala mundial, cujo efeito pode ser visto na universalização do acesso à saúde, bem como na possibilidade adquirida por todos de solicitar atendimento a um profissional da medicina.

Pode-se perguntar, então, qual seria o limite do médico nos casos e a quê ele deveria responder, quando, com a solução dada, não se obtém o êxito esperado. Em função disso, deveria o médico, por exemplo, operar novamente o paciente, assentindo com sua fantasia? Lacan (1966/2001, p. 5) assinala que o desejo é de alguma forma o ponto de compromisso, quanto ao que esclarece: “Este é, no entanto, um ponto fantasmático, ou seja, ali intervém o registro da dimensão imaginária que faz com que o desejo seja suspenso a alguma coisa da qual não é de sua natureza verdadeiramente exigir a realização”.

Então, não seria aqui o momento de se poder apostar nos efeitos da presença do analista na instituição hospitalar, no intuito de se questionar: afinal, o que quer esse sujeito? De modo a buscar o surgimento de algum ponto de articulação possível entre o que o sujeito *quer* e o que o cirurgião tem a oferecer com seu ofício, isto é, os limites de sua intervenção.

Pois é justamente nessa hiância, na lacuna existente entre o que o médico concebe segundo o que preconiza a literatura e o almejado pelo paciente, que podemos escutar o pedido que o médico nos endereça. E o saber fazer com tal hiância passa, em nosso caso, pela disjunção do ideal educativo. Isto é, supõe o manejo da demanda de que doutrinemos e informemos os pacientes acerca dos procedimentos clínicos e seus resultados ou de que seus argumentos forneçam insumos para a superação de suas resistências. Incluem-se aí, contudo, outras demandas, como as de que sejamos veículos para a captação de dados estatísticos relacionados a índices de satisfação, qualidade de vida, autoestima. A presença de demandas de cunho pedagógico, articuladas à busca por efeitos terapêuticos imediatos, alia-se ao clamor da eficácia e da produtividade, condições hoje prescritas para o funcionamento das próprias unidades, bem como para o repasse de verbas que implicam a sustentação desses serviços de alta complexidade. É nesse terreno que se refaz a aposta no sujeito que nos convoca, nos momentos de impasse; situemo-lo na equipe ou nos pacientes que nos procuram.

## REFERÊNCIAS

- Aichorn, A. (1956). *Juventud descarriada*. Madrid: Talleres Gráficos Escelicer, S.A. (Original publicado em 1925)
- Eco, U. (2014). *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record.
- Foucault, M. (2004). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1963)
- Freud, S. (1980). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. (Original publicado em 1912)
- Freud, S. (1980). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1980). Prefácio à juventude desorientada, de Aichhorn. In: Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. (Original publicado em 1925)
- Freud, S. (1980). O mal-estar na civilização. In: Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. (Original publicado em 1930[1929])
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Seminário de 1953-1954)
- Lacan, J. (2003). A psicanálise verdadeira, e a falsa. In: Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1959-1960)
- Lacan, J. (2001). O lugar da psicanálise na medicina. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 32, 8-14. (Original publicado em 1966)
- Ferraz, I. G. [Diretora]. (2000). *O povo brasileiro*. São Paulo: Versátil Filmes.
- Recalcati, M. (2005). As três estéticas de Lacan. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 42, 94-107.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O texto no original é: “El análisis ha demostrado que el niño previve casi incambiado, tanto em hombre enfermo como em el soñador y em el artista”.
- <sup>2</sup> O texto no original é: “niños-problema y otros que sufren de síntomas neuróticos”.

Recebido em 10/08/2018

Aceito para publicação em 23/09/2018

# AMBIENTE E INTEGRAÇÃO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO TRABALHO COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO PSICOSSOCIAL

*Maira Brandão Benedito\**  
*Nadja Nara Barbosa Pinheiro\*\**

## RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões que puderam ser realizadas com base na teoria winnicottiana a partir da atuação da primeira autora como psicóloga no Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da Infância e Juventude (NIAPVIJ) do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Inicia pela apresentação de uma reflexão sobre a concepção de ambiente na teoria winnicottiana para então oferecer um panorama da proposta municipal de atendimento às crianças em situação de risco, assim como a legislação que sustenta essa proposta. Na sequência, propõe uma reflexão sobre a função do ambiente no desenvolvimento emocional primitivo, tal como postulado por Winnicott, articulando-a ao processo de integração. O personagem literário *Humpty Dumpty* é utilizado como recurso metafórico para ilustrar esse processo primitivo

---

\*Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Especialização em Psicologia Clínica – Abordagem Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC- PR); Mestrado em Psicologia pela UFPR; Analista judiciário da área de Psicologia no Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da Infância e Juventude – Foro Central Curitiba – TJPR.

\*\*Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Especialização em Psicoterapia pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ); Mestrado em Psicologia pela UFRJ; Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ); Pós-doutorado na Universidade Paris-Diderot (bolsista PDE/CNPQ); Professora Associada no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na área de Psicanálise, Teoria, Supervisão e Pesquisa. Coordenadora do Laboratório de Psicanálise da UFPR.

de organização subjetiva. Finaliza destacando algumas consequências dessas reflexões para nosso trabalho diário.

Palavras-chave: psicanálise; ambiente; risco psicossocial; desenvolvimento emocional; Winnicott.

#### **ENVIRONMENT AND INTEGRATION IN THE PROCESS OF EMOTIONAL DEVELOPMENT: CONSIDERATIONS BASED ON THE EXPERIENCE OF WORKING WITH CHILDREN AT PSYCHOSOCIAL RISK**

##### **ABSTRACT**

*This article presents considerations based on Winnicott's theory that were originated from the professional experience of the first author as a psychologist at the Psychosocial Unit of a Children's Court in Curitiba. Initially, the concept of environment is presented according to Winnicott's formulations. Following on, an overview of the municipal proposal of care for children at risk is displayed as well as the legislation that underpins this proposal of care. In the sequence, some thoughts on the role of the environment in the primitive emotional development, as proposed by Winnicott, are presented, articulating it to the process of integration. The literary character Humpty Dumpty is used as a metaphorical resource to illustrate this primitive process of subjective organization. It ends by highlighting some consequences of this perception for our daily work.*

*Keywords: psychoanalysis; environment; psychosocial risk; emotional development; Winnicott.*

#### **AMBIENTE E INTEGRACIÓN EN EL PROCESO DE DESARROLLO EMOCIONAL: REFLEXIONES A PARTIR DEL TRABAJO CON NIÑOS EN SITUACIÓN DE RIESGO PSICOSOCIAL**

##### **RESUMEN**

*Este artículo presenta consideraciones que pudieron realizarse en función de la experiencia profesional de la primera autora como psicóloga en la Unidad Psicosocial de un Tribunal de Menores en Curitiba. La teoría de Winnicott fue la base fundadora de las reflexiones propuestas en este documento. Inicialmente, el concepto de ambiente se presenta de acuerdo con las formulaciones de Winnicott. A continuación, se muestra una descripción general de la propuesta municipal de cuidado para niños en riesgo, así como la legislación que respalda esta propuesta de cuidado. En la secuencia, se presentan algunos pensamientos sobre la función del ambiente en el desarrollo emocional primitivo, como lo propone Winnicott, articulándolo al proceso de*

*integración egoica. El carácter literario de HumptyDumpty se utiliza como un recurso metafórico para ilustrar este proceso primitivo de organización subjetiva. Termina resaltando algunas consecuencias de esta percepción para nuestro trabajo diario.*

*Palabras clave: psicoanálisis; ambiente; riesgo psicosocial; desarrollo emocional; Winnicott.*

Ao longo dos últimos anos, a atuação do psicólogo no campo jurídico tem se tornado cada vez mais frequente. Composto, ao lado de outros profissionais, as equipes que cuidam tanto das estratégias de políticas públicas quanto das ações imediatas com os usuários, os psicólogos têm enfrentado desafios e impasses na construção de seu trabalho diário. Partindo do princípio de que tais impasses e desafios devam ser enfrentados e sustentados em premissas teóricas que permitam a construção de alternativas concretas para com eles lidar, acreditamos que a contribuição genuína que a universidade possa ofertar seja a de compor um campo de teorização rigoroso que sustente as diretrizes do trabalho do profissional de psicologia nos diversos contextos em que este se apresenta.

Alinhado a essa proposta, o Laboratório de Psicanálise da Universidade Federal do Paraná se apresenta como um local no qual inúmeras pesquisas, da pós-graduação em psicologia, vêm sendo desenvolvidas. Em sua grande maioria, as questões que as norteiam germinam de inquietações emergentes no exercício profissional cotidiano dos pesquisadores. Na sequência, os resultados alcançados nas investigações conceituais realizadas revertem para a construção de propostas de trabalho consolidadas sobre bases teóricas sólidas. Em nossa opinião, esse trajeto define uma das principais funções da universidade na medida em que o conhecimento construído em seu âmbito pode ser utilizado como instrumento de transformação tanto social quanto individual.

Nesse sentido, este artigo se apresenta como exemplar dessa nossa proposta. Ele expõe os resultados da pesquisa de dissertação desenvolvida pela primeira autora a partir das inquietações suscitadas em seu trabalho profissional como psicóloga no Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba (NIAPVIJ) com crianças em situação de

risco. Nele, a observação de que, frequentemente, os direitos assegurados legalmente à infância e à juventude são violados de várias maneiras, iniciou o processo de investigação teórica. Seguindo as indicações do Ministério da Saúde, o qual indica que essas situações de violação podem ser exemplificadas pela negligência de seus responsáveis – sobretudo com a saúde, a alimentação e a higiene – e com a violência física, psicológica e sexual, observamos que, independentemente do tipo de violação constatada, o que marca a semelhança entre elas é o fato de que o contexto ambiental em que a criança vive seria o responsável por efetivá-las.

Assim, partindo dessa constatação, pudemos definir que o ambiente no qual essas crianças vivem cotidianamente deveria ser o foco de nossa análise e estudo. Em desdobramento, especificamos dois aspectos acerca do ambiente para iniciarmos nossa investigação: a) possivelmente, as crianças que são encaminhadas para avaliação e acompanhamento já se defrontaram com falhas ambientais anteriormente; b) as medidas protetivas aplicadas anteriormente ao encaminhamento não se mostraram suficientemente eficazes, de forma que o acolhimento institucional de tais crianças se fez necessário, podendo culminar em sua colocação em família substituta na modalidade adoção. Em ambas, as condições do ambiente se apresentam como primordiais para o êxito de nosso trabalho.

Aplicar o foco de nossa análise sobre as condições ambientais nas quais as crianças vivem nos fez recorrer à teoria desenvolvida por Donald-Woods Winnicott, na medida em que o autor enfatiza a importância vital do ambiente para o desenvolvimento afetivo e emocional dos indivíduos, principalmente naquilo em que o ambiente estaria relacionado a uma das principais conquistas emocionais primitivas a ser efetivada por todos os seres humanos: a conquista de uma sensação de singularidade, ou seja, de que se é um ser individual, distinto dos demais semelhantes. Processo este que o autor denominou de integração.

Assim, com o intuito de ilustrar de que forma podemos fazer uso da compreensão de ambiente apresentada por Winnicott, inicialmente traremos algumas das formulações winnicottianas a esse respeito. Na sequência, com o intuito de ilustrar de forma mais precisa a maneira como nossa atuação ocorre, apresentaremos um panorama das situações que são encaminhadas para nosso acompanhamento no Poder Judiciário.

Posteriormente faremos o uso de pequenos trechos da literatura, centralizados no personagem Humpty Dumpty, para uma ilustração de momentos muito primitivos da constituição subjetiva, que são traduzidos com muita singeleza e precisão pelos autores selecionados. Por fim, teceremos algumas considerações teóricas sobre as funções ambientais em relação à integração no processo de desenvolvimento emocional infantil, tal como o concebe Winnicott, que ofertarão as bases para apresentarmos como os resultados de nossa investigação reverteram para nosso trabalho profissional cotidiano.

### **A UNIDADE (MÚLTIPLA) AMBIENTE – INDIVÍDUO**

As contínuas referências da teoria winnicottiana ao ambiente atestam que haveria algo denominado ambiente suficientemente bom que possibilitaria ao bebê alcançar as vivências pertinentes a cada etapa de seu desenvolvimento, ponderando também que existiria o ambiente não suficientemente bom que distorceria o desenvolvimento do bebê (Winnicott, 1956/2000).

Tal como proposto em Benedito (2015), consideramos salutar definir o que pode ser entendido como ambiente sob a perspectiva winnicottiana e, para tal, recorremos a Abram (2000), que destaca que o primeiro ambiente que se constitui para o bebê é a mãe, realçando que, no princípio, estão fundidos em uma unidade que poderia ser denominada ambiente-indivíduo.

Ao afirmar enfaticamente “isso que chamam de bebê não existe” (Winnicott, 1952/2000, p.165), Winnicott chama atenção para o fato de que ao observarmos um bebê não o encontraremos sozinho e, sim, associado a alguém que dele cuida, atestando mais uma vez que o que existe no início está além do indivíduo e corresponde à unidade ambiente-indivíduo. Com essa observação, Winnicott situa como as coisas seriam antes de serem estabelecidas as relações de objeto e, a partir de sua teoria, nos é possível compreender que muito já aconteceu no desenvolvimento emocional do indivíduo antes que ele se torne capaz, ou não, de estabelecer relações objetais, que serão vivenciadas de modos sempre singulares.

É de fundamental importância mencionarmos que, para Winnicott (1963/1983), a adaptação aos processos de maturação da criança é algo extremamente complexo, que traz exigências aos pais, salientando que, paradoxalmente, no início a mãe seria o ambiente favorável, mas que “ela necessita de apoio a esta época, que é melhor dado pelo pai da criança (digamos seu esposo), por sua mãe, pela família e ambiente social imediato” (Winnicott, 1963/1983, p. 81). Dessa forma, podemos compreender que, ainda que o psicanalista inglês relacione a mãe a esse ambiente inicial, explícita que ela não se encontra só e necessita do apoio externo para que possa exercer tão importante função.

Ainda a esse respeito, Winnicott (1962/1983) afirma que seria esse apoio que protegeria a mãe da realidade exterior e a capacitaria para proteger o filho de fenômenos externos imprevisíveis que poderiam levar a criança a produzir uma reação, como defesa, o que poderia prejudicar seus processos de integração. Ao escolhermos tratar do conjunto ambiente-indivíduo, que como vimos se refere à unidade mãe-bebê, ao mesmo tempo que vai além desta, declaramos aceitar o convite feito por Winnicott (1960/1983) para que não apenas reconheçamos que o ambiente é importante, mas que compreendamos que nos estágios iniciais o infante e o cuidado materno pertencem um ao outro, não podendo ser concebidos separadamente.

Assim, cabe-nos destacar que ao tratar de questões relativas ao ambiente com base na teorização winnicottiana, estamos compreendendo que o ambiente, ainda que não as exclua, não se limita a variáveis externas, e permite que consideremos que a criança e quem dela cuida têm parte em sua composição, especialmente a partir desse conjunto que inicialmente pode se constituir entre o bebê e a mãe.

Consideramos salutar que, ao nos referirmos à importância atribuída à mãe pela teoria Winnicottiana, compreendamos que ela não se limita à pessoa concreta da mãe, mas às suas funções, e se relaciona intimamente a alguém com a disponibilidade para se dedicar à causa da criação do filho, em especial no que se refere à propensão de apresentar o estado de preocupação materna primária, momento importantíssimo para o desenvolvimento emocional que foi destacado por Winnicott ao longo de sua obra. Estado subjetivo este que, para sua sustentação, conta, além do

apoio familiar e social, com toda a rede psíquica e simbólica estruturante do psiquismo materno.

Em nossa concepção, o alcance de um conhecimento profundo acerca das funções do ambiente, em suas relações com o processo de integração, para o desenvolvimento emocional infantil nos auxiliaria perceber quais funções não estariam sendo realizadas para as crianças com as quais trabalhamos e que a partir daí demandariam uma intervenção de nossa parte no sentido de que seus direitos básicos sejam garantidos.

### **A PRÁTICA – BERÇO DAS INQUIETAÇÕES**

A atuação profissional como psicóloga de uma das autoras ocorre no Núcleo de Integrado de Apoio Psicossocial das Varas da infância e Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Lá são determinadas intervenções com crianças, adolescentes e famílias que se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social. Compreende-se que muitas vezes essa intervenção se dá em virtude do ambiente não ter se mostrado, até o momento da intervenção requerida, suficientemente bom para o desenvolvimento emocional.

Quando há uma situação de violação de direitos, diversas instâncias podem atuar conjuntamente para sua resolução, contudo é atribuição do Juiz da Infância e Juventude, e também do Conselho Tutelar, a aplicação de medidas protetivas, com exceção das medidas de acolhimento institucional e familiar e de colocação em família substituta, que são de competência exclusiva do magistrado da Infância e Juventude.

Podemos localizar na Lei 80.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] (1990) – dois artigos que dispõem especificamente sobre as medidas a serem aplicadas caso haja situações de violação de direitos. No artigo 101 elas são denominadas “Medidas de Proteção” e são dispostas da seguinte maneira:

- I- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV- inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII- acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar;

VIII- colocação em família substituta (ECA, 1990)

Por sua vez, as medidas previstas no artigo 129, do mesmo diploma legal, são denominadas “Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável” e estão dispostas nos seguintes incisos:

I- encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;

III- encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV- encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V- obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VI- obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII- advertência;

VIII- perda da guarda;

IX- destituição da tutela;

X- suspensão ou destituição do poder familiar (ECA, 1990)

Consideramos de fundamental importância a apresentação de tais medidas, uma vez que a atuação como psicóloga no NIAPVIJ está intrinsecamente vinculada a elas, em especial em decorrência dos encaminhamentos que nos são possíveis frente a uma situação de violação de direitos.

Conforme observamos, em diversos casos se faz necessária a intervenção judicial para que mais uma vez se busque o cumprimento da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, tal como promulgado pelo ECA (1990) em seu art. 1º. É também a referida Lei que preconiza em seu artigo 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990)

Interessante observarmos a necessidade de uma legislação que assegure os direitos básicos das crianças e adolescentes e atribua essa responsabilidade à família, comunidade e ao Estado. Podemos conjecturar que, assim como indicam Freud e Winnicott, tais questões não poderiam ser tomadas como previamente garantidas, de maneira mecânica e biologicista, sendo necessária a participação ativa dos envolvidos.

Uma vez esclarecidos os deveres estabelecidos pela Lei, o que podemos verificar é que as situações que são encaminhadas para a intervenção do NIAPVIJ possuem em comum o fato de evidenciarem possíveis falhas do ambiente, que naquele momento talvez não ofereceria à criança e ao adolescente as condições necessárias para seu desenvolvimento físico e/ou emocional. Notamos, também, que, justamente por evidenciarem lacunas, tais situações requerem prioritariamente o (re)estabelecimento de um ambiente estável, para que o desenvolvimento emocional se inicie ou tenha continuidade.

Quando é constatada uma situação de risco, ocorrem tentativas de intervenção, inicialmente com o intuito de fortalecimento do grupo familiar para que ele possa exercer suas funções de proteção básica. Após a aplicação de tais medidas, é avaliado seu efeito na promoção de um ambiente relativamente seguro para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Em caso de ineficácia, outras medidas se mostram necessárias e então é aplicada a separação da criança ou adolescente desse ambiente que se mostrou instável e um grande risco para seu desenvolvimento.

Convém ressaltarmos que essa situação de risco é avaliada a partir do acompanhamento, intervenção e denúncias de diversos profissionais do Sistema de Garantias de Direitos, tais como escolas, unidades de saúde, conselhos tutelares, centros de referência de assistência social e também por meio de denúncias da comunidade em geral.

A situação de acolhimento institucional ou a inserção em programa de acolhimento familiar são previstas no ECA (1990) como medidas

protetivas excepcionais e provisórias, devendo sua duração ser breve, apenas o suficiente para que ocorra o retorno familiar da criança ou adolescente em ambiente propício, ou, caso não haja essa possibilidade, ele seja encaminhado para colocação em família substituta na modalidade de guarda ou adoção.

O que podemos constatar em nossa prática diária é que ocorrem diversas dificuldades no retorno familiar dessas crianças, e que também são verificados percalços em sua colocação em família substituta, que por vezes tornam longo o período de acolhimento, o que pode inegavelmente provocar marcas no desenvolvimento emocional do indivíduo.

A partir dessas situações podemos destacar alguns pontos que nos parecem importantes. Partimos do princípio de que seja bastante provável que as crianças que são encaminhadas para o NIAPVIJ já vivenciaram experiências emocionais complexas, em seus ambientes familiares, antes de ser solicitada nossa avaliação e acompanhamento. Em inúmeros casos, as medidas protetivas aplicadas não se mostram eficazes, tornando o acolhimento institucional uma alternativa necessária a ser tomada para sua proteção. Por fim, o acolhimento institucional muitas vezes culmina com a colocação da criança em famílias substitutas na modalidade adoção. Ou seja, em todo esse percurso observamos a importância de estarmos atentos aos diversos contextos ambientais nos quais as crianças se inserem, pois cada um deles ofertará distintas possibilidades às crianças de vivenciarem esses complexos momentos de transição.

Fazemos a ressalva de que, precipitadamente, poderíamos adotar a ideia de que, uma vez privadas de um ambiente suficientemente bom no início de seu desenvolvimento, as crianças encaminhadas para acompanhamento no NIAPVIJ teriam poucas chances de atingir um desenvolvimento emocional considerado como saudável sob a perspectiva winnicottiana.

Porém, consideramos importante apresentarmos aqui duas ideias amplamente trabalhadas na obra winnicottiana que nos distanciam de uma compreensão determinista do desenvolvimento emocional. Primeiramente, é válido mencionar que um ambiente suficientemente bom não se refere exclusivamente às condições materiais nas quais é cuidada uma criança e igualmente que não nos é possível avaliar a partir

de uma simples observação externa a qualidade do ambiente inicial e, em decorrência, o desenvolvimento emocional. Tais fatores assinalam a importância de um atendimento singular endereçado a cada criança, a cada família, avesso a uma compreensão com base em generalizações e requisitos preestabelecidos para serem atingidos por todos.

Devemos também lembrar que, para Winnicott (1967b/1975, p. 139), “a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida”, levando-nos a considerar a importância da conquista de um viver criativo e espontâneo. Tal perspectiva também pode direcionar nossa prática diária, que não precisa se limitar a uma busca por um enquadramento estabelecido externamente como melhor para aquela criança, mas sim se direcionar para a construção conjunta desse espaço juntamente com a criança, que, como vimos, é um sujeito de direitos, não negligenciando a participação indispensável do ambiente.

Para que possamos compreender melhor o estágio do desenvolvimento emocional em que se encontram as crianças que são enviadas para nosso encaminhamento, propomos o uso de alguns excertos literários que nos apresentem com ilustrações desses momentos bastante primitivos do processo de construção subjetiva.

## **RABISCOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL**

O recurso à literatura se faz presente na teoria psicanalítica desde seus primórdios, tal como podemos verificar nas referências apresentadas por Freud (1900/1996) a Édipo Rei e *Hamlet* em seu texto “A interpretação dos sonhos”. Também é dessa época uma das análises mais aprofundadas do referido autor acerca de uma obra literária, *Gradiva*, escrita pelo dramaturgo e romancista alemão Jensen (Freud, 1907[1906]/1996).

O referido psicanalista destaca:

E os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra com as quais nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar. Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência (Freud, (1907[1906]/1996, p. 20).

Sendo assim, nos propusemos, no presente artigo, a fazer uso desse conhecimento da mente encontrado nas produções culturais, inclusive por considerá-las como pertencentes ao espaço intermediário entre a fantasia e a realidade externa, espaço este cuja construção se inicia em um momento muito primitivo do desenvolvimento emocional do indivíduo. Tal construção depende tanto dos esforços empreendidos pelo indivíduo quanto das provisões ofertadas pelo ambiente. Como resultado desse esforço em conjunto na construção do espaço intermediário, encontra-se a possibilidade de execução de uma das mais importantes conquistas no processo de desenvolvimento emocional: a integração do Eu, isto é, o alcance da sensação de que somos uma pessoa singular, diferenciada das demais.

Winnicott (1952/2000), ao discorrer sobre a fragilidade do Eu durante o processo de integração, atesta que, do ponto de vista do bebê, a personalidade não tem seu início como algo completo, uma vez que parte de um momento de não-integração inicial que deixa, como resto, a sensação de que pode retornar. Assim, ocorre a necessidade de se manter, indefinidamente, um esforço na manutenção da sensação de integridade. Esforço para o qual concorrem tanto a participação do indivíduo quanto a do ambiente. Para melhor ilustrar tal contenda, o autor faz referência ao personagem *Humpty Dumpty*. Por meio desse personagem, Winnicott (1952/2000) procura retratar alguém que teria acabado de alcançar a sensação de integração e se tornado, em termos subjetivos, um ser singular.

Para o psicanalista inglês, o personagem representaria alguém que teria recém-emergido do conjunto ambiente-indivíduo e se veria sentado em cima do muro, onde não estaria mais sendo sustentado com devoção pelo ambiente. O autor observa que *Humpty Dumpty* estaria em um momento muito precário do seu desenvolvimento emocional, de extrema vulnerabilidade, diante da possibilidade de perder a integração recém-alcançada. Em nossa perspectiva, Winnicott (1952/2000) estaria nos indicando que o processo primitivo de amalgamar os fragmentos das vivências emocionais arcaicas, inerente ao processo de integração; é um momento frágil, complexo, instável e que necessita do apoio do ambiente para sua consecução.

Destacamos também que, de acordo com a teoria winnicottiana, não podemos entender as conquistas do desenvolvimento emocional como permanentes e absolutas, o que indica que a possibilidade de perder as integrações já alcançadas é passível de ocorrer com todos nós em alguns momentos de nossas vidas.

Diante da importância atribuída na obra winnicottiana à compreensão do processo de integração experienciado pelo indivíduo, e por entendermos que ele se mostra de extrema valia para que possamos compreender melhor os desafios de nossa prática com crianças em situação de risco, aprofundaremos nossas reflexões acerca da analogia apresentada.

### **HUMPTY DUMPTY – A FRÁGIL EMERGÊNCIA DE UM SER**

*Humpty Dumpty*<sup>1</sup> é um personagem popular de uma cantiga da língua inglesa, que também se faz presente na conhecida obra literária de Lewis Carrol, *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, publicada em 1872, como continuação de sua obra *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*.

Começemos, pois, pela cantiga infantil:

Humpty Dumpty sentou-se em um muro  
 Humpty Dumpty caiu no chão duro  
 E todos os homens e cavalos do rei  
 Não conseguiram juntá-lo outra vez!<sup>2</sup>

Nossa compreensão é de que essa pequena estrofe muito está relacionada com o que Winnicott (1945/2000) expôs em sua teoria acerca do desenvolvimento emocional primitivo que foi impulsionada por sua prática clínica. Podemos pensar que, assim como o personagem, o indivíduo pode apresentar essa fragilidade no processo de integração que pode acarretar uma desintegração irreversível, tal como vimos na rima.

A cantiga se encerra a partir da conclusão de que nem todos os homens e cavalos do Rei conseguiram juntar os pedaços do personagem. A afirmação de que tal operação de reintegração não tenha ocorrido apesar dos esforços de todos os homens e cavalos do Rei, leva-nos a deduzir que estes haviam sido designados para tal tarefa. Ou seja, alguém

externo teria determinado a terceiros que “juntassem os pedaços” de *Humpty Dumpty*, situação que em muito se assemelha às determinações de intervenção junto às crianças e suas famílias no contexto do Poder Judiciário, determinações que muitas vezes apresentam implicitamente as determinações: “conserte-as”, “junte seus pedaços”.

Por nosso turno, partindo das proposições winnicottianas sobre o processo de desenvolvimento emocional, cabe-nos hipotetizar que, se ao invés de homens e cavalos do rei, *Humpty* tivesse sido atendido por um cuidado pessoal, com destaque à dimensão afetiva desse cuidado, preferencialmente desempenhado por alguém em condições de desenvolver o estado especial de preocupação ao qual Winnicott (1956/2000) denominou de *Preocupação Materna Primária*, a situação poderia ter tido outro desfecho. Destacamos, ainda, que não podemos esquecer o potencial ao desenvolvimento emocional de cada um, o qual, para se concretizar, necessita encontrar no ambiente, condições para tal.

Como mencionado anteriormente, esse personagem também se faz presente na obra Lewis Carrol. Em seu livro *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá* (1872), o referido autor dedica um capítulo para o relato do encontro de Alice com *Humpty Dumpty*.

No livro em questão, Carrol narra a jornada de Alice por um mundo mágico que a menina encontra ao atravessar o espelho de sua casa, um mundo que seria repleto de fantasia e personagens enigmáticos, no qual ela teria um percurso a fazer para se tornar uma rainha, tal como aquelas vistas em um jogo de xadrez.

No que se refere especificamente ao encontro de Alice com *Humpty Dumpty*, o autor nos presenteia com uma rica experiência que podemos compreender em termos do desenvolvimento emocional primitivo. O contato entre os dois personagens se deu em uma loja, na qual o ovo estaria à venda e a menina interessada inicialmente em comprá-lo.

Quando Alice o visualizou sentado em cima de um estreito muro e percebeu que ao se aproximar ele ficava cada vez maior e com traços humanos, com olhos, nariz e boca, viu que se tratava do famoso personagem da rima infantil, o próprio *Humpty Dumpty*. Mesmo com sua aproximação, a menina observou que o ovo mantinha os olhos fixos na direção oposta e que não tomava conhecimento de sua presença, o

que a fez pensar que se trataria de alguém presunçoso. Quando Alice verbalizou sua constatação de que de fato aquele enigmático personagem pareceria um ovo, ele teria dito, sem lhe dirigir o olhar, que ser chamado de ovo o irritava. Em seguida, a menina demonstrou estar incomodada por considerar que aquilo não se assemelhava a uma conversa, pois, ao falar, *Humpty Dumpty* não se dirigia a ela.

Tal excerto do diálogo nos chamou atenção porque nos possibilitou pensar que para que ocorra de fato uma comunicação é necessário que haja o reconhecimento do outro, viabilizando que houvesse entre eles uma troca, tal como pode ser construída entre uma mãe e seu bebê. Cabe-nos, contudo, fazer a ressalva de que uma comunicação não está restrita apenas aos aspectos linguísticos de uma fala, uma vez que há comunicações que podem ser silenciosas e verbalizações que não são comunicações. Podemos dizer que *Humpty Dumpty* falava, porém não demonstrava estar se comunicando com Alice. Nesse sentido, destacamos que, para que o desenvolvimento emocional se processe de forma a assegurar ao bebê uma sensação de singularidade, é necessário o estabelecimento de uma comunicação mútua entre ele e sua mãe. Tal como mencionado acima, ressaltamos que essa forma de comunicação não se restringe ao campo da fala, e pode também se concretizar pelos gestos, olhares, modo de segurar ao colo, de oferecer os cuidados necessários à manutenção da vida do bebê.

Na sequência da história, a menina se lembrou da cantiga infantil, à qual nos referimos anteriormente, e como não havia sido estabelecida uma comunicação com o enigmático ovo, Alice repetiu-a para si mesma fazendo um comentário logo a seguir. Nesse momento *Humpty Dumpty* a advertiu para que não falasse sozinha e solicitou que se apresentasse falando seu nome e ocupação. Ao ouvir o nome de Alice, *Humpty Dumpty* considerou-o como um nome bobo, questionando-lhe sobre seu significado. A menina, porém, questionou a necessidade de um nome significar alguma coisa, ao que *Humpty* imediatamente respondeu que seu nome, por exemplo, significava seu formato, alegando que ela, com o nome que tinha, poderia possuir qualquer formato.

Esse trecho da conversa nos indica a função de denominação do nome, pois o personagem atesta que seria ele que propiciaria seu

reconhecimento. Podemos conjecturar que tal afirmação estaria de acordo com a perspectiva psicanalítica, visto que nos indica ser impossível situar a existência de alguém apenas a partir de seu nascimento, afirmando que para que alguém possa *ser* é necessário, dentre outros inúmeros fatores, que alguém nele invista, nomeando-o, dando-lhe contorno. Por outro lado, tal passagem, aponta também para a fragilidade de tal momento no processo de desenvolvimento emocional. Pois, se por um lado o investimento parental constrói um ideal a partir do qual a criança possa se reconhecer, abrindo-lhe as possibilidades de ser singularmente, o mesmo processo pode significar o aprisionamento do ser nesse ideal que lhe foi ofertado pelos pais. Dessa forma, tal operação, pode significar a indicação do que se É, não a abertura de um potencial *vir-a-ser*.

Ao despedirem-se, Alice e *Humpty Dumpty* tiveram o seguinte diálogo:

“Adeus, até a próxima!” disse [Alice] no tom mais jovial que pôde.

“Eu não a reconhecera se nós nos encontrássemos”, *Humpty Dumpty* respondeu num tom desgostoso, dando-lhe um de seus dedos para ela apertar: “você é tão exatamente igual às outras pessoas”.

“Em geral é o *rosto* que conta”, Alice observou, pensativa.

“É justamente do que me queixo”, disse *Humpty Dumpty*. “Seu rosto é igual ao de todo mundo... os dois olhos, tão...” (marcando o lugar deles no ar com o polegar), “nariz no meio, boca embaixo. É sempre a mesma coisa. Agora, se você tivesse dois olhos do mesmo lado do nariz, por exemplo... ou a boca no alto... isso seria de alguma ajuda” (Carroll, 1872/2009, p. 252).

Tal excerto nos conduz a uma reflexão acerca da precariedade da organização psíquica novamente retratada através do personagem *Humpty Dumpty*, que não demonstra ter estabelecido uma distinção satisfatória entre o *Eu* e o *não-Eu*, de modo que não lhe seria possível reconhecer o outro em um reencontro, posto que, segundo Winnicott, faz-se necessário que a distinção entre *Eu* e o *Não-Eu* se consolide para que tanto cada um se reconheça como singular quanto reconheça os outros como pessoas diferenciadas. Para que tal processo se estabeleça, Winnicott (1967b/1975, 1968/2013) nos indica que o bebê faria uso do rosto da mãe como um espelho, no qual veria a si próprio quando as

condições fossem favoráveis. Assim, consideramos útil também retomar a assertiva apresentada pelo autor em seu artigo sobre o papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil, no qual afirma que, talvez, ao mamar, o bebê, ao invés de olhar para o seio, olhe para o rosto da mãe, considerando que geralmente o que ele veria seria ele mesmo, pois a mãe estaria olhando para o bebê e aquilo com o que ela se parece estaria relacionado com o que ela vê ali (Winnicott, 1967b/1975).

Também é possível retomarmos a formulação winnicottiana de que para que haja uma identificação do bebê com sua mãe que possibilite uma paulatina diferenciação entre eles é necessária certa consistência egoica, que paradoxalmente só é construída ao longo do tempo através de um estado de dependência absoluta, no qual o ego da mãe está identificado ao ego do bebê, apoiando-o. Dessa forma, podemos pensar que na situação retratada pelo personagem *Humpty Dumpty* possivelmente houve uma falha no processo de integração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do recurso à literatura foi possível expandirmos nossas reflexões acerca de um momento muito primitivo do desenvolvimento emocional e assim pudemos elucidar a fragilidade desses processos iniciais que ocorrem na vida do indivíduo e que se repetem em toda sua extensão, culminando no destaque da dimensão afetiva para o estabelecimento de relações e para a constituição subjetiva.

Restou claro que o percurso do desenvolvimento emocional deve ser construído a partir do estabelecimento de uma relação primordial, que não pode ser considerada como existente *a priori*, entre uma mãe, ou quem se encontra disponível para o estado de preocupação materna primária, e o bebê.

Concluímos que para nossa atuação profissional é vital a aceitação do paradoxo de que não haveria um indivíduo antes de uma relação, e que ele surgiria justamente a partir de uma relação, que por sua vez lhe permitiria emergir para que então pudesse se relacionar.

Ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar o modo como a prática profissional no NIAPVIJ impele a uma reflexão acerca do desenvolvimento

emocional e sobre o que é possível ser feito quando nos deparamos com situações de violência que acometem crianças e adolescentes.

O trabalho diário com crianças que tiveram seus direitos básicos assegurados por lei de alguma forma violados foi o disparador de inúmeras questões. No presente artigo, procuramos manter nosso foco de análise sobre uma delas: a importância do ambiente, em suas relações à integração, no processo de desenvolvimento emocional primitivo.

Recorrendo às ideias postuladas por Winnicott, partimos do princípio de que no início da vida o bebê encontra-se em um estado de indiferenciação em relação ao ambiente de tal forma que para que o processo de singularização se realize seja necessária a concorrência de dois potenciais: por um lado os esforços do bebê em prol de sua integração, por outro os esforços do ambiente em prover condições favoráveis à singularização. Ou seja, que o ambiente sustente, de forma segura, essa delicada conquista subjetiva.

Objetivando ilustrar esse frágil momento do desenvolvimento, nos utilizamos de um personagem da literatura infantil, *Humpty Dumpty*. Por meio de sua narrativa procuramos ilustrar alguns elementos importantes que compõem o processo de integração. Neles destacamos que a emergência de um ser singular é um processo frágil e delicado que pode ser alcançado, mas que está sempre aberto à fragmentação. Ou seja, se por um lado a história de *Humpty Dumpty* aponta para a potencialidade de todas as crianças em alcançar esse momento em seu desenvolvimento emocional, aponta também para a possibilidade de perdê-lo. *Humpty Dumpty* nos mostra, também, que ambas as alternativas dependem do ambiente. Isto é, dependem dos modos por meio dos quais, o ambiente sustenta, oferece possibilidades, fragiliza, facilita, dificulta ou, até mesmo, impede que esses movimentos ocorram.

Tal percepção nos conduziu à importância de estarmos sempre muito atentos aos diferentes ambientes que acolhem as crianças com as quais trabalhamos, pois dependerá deles, em grande escala, a possibilidade de sustentar uma conquista emocional outrora adquirida. Nesse sentido, mantemos em aberto a perspectiva de que cuidar desses ambientes é cuidar que eles sejam atentos à singularidade de cada criança, procurando escutar suas demandas e necessidades singulares, suas

histórias e características específicas, procurando, sobretudo, ofertar-lhes um ambiente seguro o suficiente na sustentação de seus potenciais de *vir-a-ser*. Assim, procuramos destacar, ao longo deste capítulo, que essa oferta se faz sobre as bases de uma comunicação pessoal e não técnica, por meio da qual a criança possa ter sua singularidade reconhecida e respeitada.

Em nosso modo de pensar, as ideias de Winnicott nos auxiliam a perceber que o trabalho que executamos pode ser deslocado de um ideal a ser alcançado para a construção de condições possíveis a partir da realidade concreta em que ele se insere. Nosso intuito é o de propormos a construção de um trabalho que se constrói a partir da interseção de vários atores: crianças, seus familiares próximos, profissionais da rede de proteção, familiares adotivos, entre outros. Cada um deles exercendo sua parcela de responsabilidade e cooperação. O importante é que Winnicott, ao construir sua teoria sobre o desenvolvimento emocional, nos ofereceu algumas ferramentas que sustentam essa proposta de trabalho. Principalmente no que diz respeito ao aspecto dinâmico referente ao desenvolvimento emocional primitivo. Pois, ao mesmo tempo que o autor indica que algumas conquistas nesse processo podem ser perdidas, ele destaca igualmente, que elas podem re-conquistadas. O que nos sugere, igualmente, que o exercício de nosso trabalho pode e deve ser efetuado com paciência e perseverança uma vez que seus efeitos podem permanecer invisíveis por um longo período, mas que uma vez estabelecido, no sentido de alcançar uma comunicação efetiva com cada criança, ele poderá fundar bases emocionais capazes de significar um re-começo.

Isso pode significar, para alguns, pouco. Mas, por nosso trabalho diário, podemos afirmar que, para muitas crianças, isso significa tudo. Compreendemos que tais reflexões se mostram de fundamental importância para a promoção de uma prática profissional ética e responsável, que não se restrinja à reprodução de discursos previamente estabelecidos, mas que promova espaços para o desenvolvimento do potencial não apenas das crianças, dos adolescentes e das famílias acompanhadas, mas também dos profissionais envolvidos em tais processos.

## REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). Ambiente. In Abram, J. [Autor], *A linguagem de Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Benedito, M. B. (2015). *A emergência da relação entre o bebê e o ambiente: reflexões a partir de Freud e Winnicott*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil).
- Carrol, L. (2009). *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1872)
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. V. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1907[1906])
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Recuperado em 14 set. 2018 de <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>.
- Winnicott, D. W. (1975). A localização da experiência cultural. In Winnicott, D. W. [Autor], *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1967a)
- Winnicott, D. W. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In Winnicott, D.W. [Autor], *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1967b)
- Winnicott, D. W. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In Winnicott, D. W. [Autor], *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1983). Provisão para a criança na saúde e na crise. In Winnicott, D. W [Autor], *O ambiente e os processos de maturação*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1962)
- Winnicott, D. W. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo.

- In Winnicott, D. W. [Autor], *O ambiente e os processos de maturação*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (2000). Ansiedade associada à insegurança. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1952).
- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2013). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências. In Winnicott, D. W. [Autor], *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1968)

## NOTAS

<sup>1</sup>De acordo com a tradutora da obra de Lewis Carroll utilizada para a confecção do presente trabalho, Maria Luiza X. de A. Borges: “Em inglês a expressão ‘Humpty Dumpty’ é usada como termo ofensivo para alguém ‘baixinho e gordo’” e haveria inúmeras versões para a origem da expressão, entre elas a própria cantiga infantil, datada no final do século XVIII.

<sup>2</sup>No original: “Humpty Dumpty sat on a wall/ Humpty Dumpty had a great fall/ And all the king’s horses and all the king’s men/ Couldn’t put Humpty together again”.

Recebido em 10/10/2018

Aceito para publicação em 20/10/2018

## VERDADE COMO DIVISÃO: IDEOLOGIA ENTRE HEGEL E FREUD

*Pedro Sobrino Laureano\**

### RESUMO

Procuraremos, neste artigo, pensar a desconstrução realizada tanto pela psicanálise como pela dialética da oposição entre verdade e erro. Nesse sentido, buscaremos traçar os paralelos entre teoria psicanalítica e dialética, no sentido de que, para ambas as teorias, a despeito de suas diferenças fundamentais, podemos observar o solo comum, que consiste na sustentação da contradição (Hegel), ou da ambivalência (Freud), como categorias fundamentais para pensarmos o psiquismo e a vida social. Dessa forma, buscaremos pensar tais ideias no contexto daquilo que Marx chama de ideologia, procurando expor o método para sua crítica.

Palavras-chave: ideologia; psicanálise; verdade; divisão.

### TRUTH AS DIVISION: IDEOLOGY BETWEEN HEGEL AND FREUD

#### ABSTRACT

*In this article, we will try to think about the deconstruction carried out both by psychoanalysis and by dialectics of the opposition between truth and error. In this sense, we will try to trace the parallels between psychoanalytic and dialectical theory, in the sense that for both theories, despite their fundamental differences, we can observe a common ground, which consists in the support of contradiction (Hegel), or ambivalence (Freud), as fundamental categories for thinking both the psyche and social life. In this way, we will try to think such ideas in the context of what Marx calls ideology, trying to develop the method for its criticism.*

*Keywords: ideology; psychoanalysis; truth; division.*

### VERDAD COMO DIVISIÓN: LA IDEOLOGÍA ENTRE HEGEL Y FREUD

#### RESUMEN

*Buscaremos, en este artículo, pensar la desconstrucción realizada tanto por el psicoanálisis cuanto por la dialéctica de la oposición entre*

---

\* Professor Adjunto do departamento de psicologia da UFSJ-Universidade Federal de São João del Rei. Mestre e doutor em psicologia clínica pela PUC-RJ.

*verdad y error. En este sentido, buscaremos trazar los paralelos entre teoría psicoanalítica y dialéctica, en el sentido de que para ambas teorías, a pesar de sus diferencias fundamentales, podemos observar el suelo común, que consiste en la sustentación de la contradicción (Hegel), o de la ambivalencia (Hegel), como categorías fundamentales para pensar el psiquismo y la vida social. De esta forma, buscaremos pensar tales ideas en el contexto de lo que Marx llama de ideología, buscando desarrollar el método para su crítica.*

*Palabras claves: ideología; psicoanálisis; verdad; división.*

A teoria da ideologia, desde Marx (1867/2010), mas também já implícita em Hegel (1992), procurou trabalhar em três registros três regiões articuladas do conhecimento para tecer sua crítica, tanto do senso comum, quanto do saber especializado. Vamos nos deter agora no primeiro registro, para depois tentar destrinchar os outros.

A primeira dimensão da teoria da ideologia é aquela que Marx (1867/2010), no começo de *O capital*, apontou como a superfície brilhante da mercadoria, que é o terreno propriamente ideológico, a superfície de aparição das palavras e das coisas. Dialeticamente referida por Marx como o registro imediato (*an sich*), trata-se dos signos tal como estes se apresentam no mundo ocultando sua característica de signo: vemos uma mercadoria e ela não se apresenta como um signo propriamente, isto é, como uma coisa a ser decifrada, uma representação, mas sim como um dado bruto, que se impõe ao indivíduo. É o que, na teoria do conhecimento apresentada na *Ética* (2007) de Espinosa, denomina-se “conhecimento de primeiro gênero”: o sujeito é apenas afetado por aquilo que vê e escuta; passivo, é incapaz de articular o fenômeno a sua causa produtiva.

O primeiro registro é aquele no qual o sujeito está imerso em sua vida, alienado do saber das mediações que concorrem para a produção de determinado fenômeno. A ideia de alienação é fundamental à teoria da ideologia, de fato, e, em Marx, a função da teoria é retirar o sujeito dessa dimensão imediata. Entretanto, não basta uma “iluminação” teórica simples, no sentido do esclarecimento, para que essa ruptura se realize.

O que desarticula a dimensão ideológica não é a razão, mas justamente uma quebra na razão, na ordem dos saberes, aquilo que a

dialética chama de “o negativo”. Algo está errado no reino do fetiche, da ideologia, algum fenômeno não se encontra em seu lugar, está deslocado, e tal deslocamento corresponde a uma quebra, uma falha no saber do sujeito. Obviamente, a escolha ética sempre se impõe. Justamente porque essa negatividade indica uma falha, uma quebra, não existe ordem pré-constituída capaz de garantir o trajeto do sujeito para “fora” da ideologia – ainda que, por enquanto, não tenhamos compreendido exatamente em que constituiria esse “fora”.

Tal quebra ocorre contra o princípio do prazer, para utilizarmos um conceito inerente à psicanálise. O imediato ideológico é, também, o território do sujeito imerso naquilo que Freud (1923/2006) chama de “princípio do prazer”, que Freud descreve argutamente como relacionado à ordem da identidade, em seu “Projeto para uma psicologia científica” (1950[1985]/2006) o prazer é, segundo Freud, referido a uma reconhecimento, ao reencontro do objeto perdido, o seio primordial, mitológico. O sujeito busca reencontrar uma identidade entre sua lembrança subjetiva de uma experiência prévia de satisfação e o objeto presente, realizando uma espécie de juízo de identidade capaz de articular o subjetivo e o objetivo, de forma que estes coincidam.

Que essa operação não seja apenas epistemológica, mas envolva também o desejo implica, em Freud, uma dupla constatação: primeiramente, a de que todo saber sobre o mundo é mediado subjetivamente, mas também que todo desejo é “epistemológico”, teórico, como na criança que aprende os signos da sexualidade ao mesmo tempo que se coloca como pequeno investigador de suas causas teóricas, elaborando complexas teorias sexuais infantis que resultarão na fantasia do complexo de Édipo.

De qualquer forma, observando o sujeito atual, vemos como a dimensão da ideologia encontra-se plenamente presente, ativada pelos mecanismos políticos, de entretenimento e controle do mundo contemporâneo. Uma das originalidades da teoria marxista, nesse sentido, foi haver referido o ideológico ao concreto, não ao abstrato. Isto é, ideologia não é, em Marx, uma superestrutura abstrata, no sentido de constituir os valores “ideais” de uma sociedade, presentes em suas ordens políticas, religiosas, jurídicas, etc., pois imbuí concretamente a própria percepção imediata que o indivíduo tem da realidade.

A ideologia não é algo que impede o sujeito de enxergar a realidade, mas já constitui a própria realidade, fornece as coordenadas básicas para que o sujeito experimente sua percepção do mundo. Como tal, ela é aquilo que apaga os vestígios da contradição social e das impossibilidades que atravessam os desejos do sujeito. As mercadorias descritas por Marx através do conceito de “fetiche” não são superestruturas ideais, mas sim objetos concretos, presentes no dia-a-dia, consumidos, mas com “sutis propriedades teológicas”, como Marx (1867/2010, p. 108) coloca.

No mundo contemporâneo, de fato, essa dimensão continua ativa, apesar da ideia de que viveríamos em uma sociedade pós-ideológica, pois não mais organizadas conforme alguma utopia capaz de estruturá-la. Existe, como apontam autores como Slavoj Žižek (2013), uma dimensão do gozo subjetivo que é diretamente acionada pelos mecanismos da reprodução social e que consiste no caráter de espetáculo (Debord, 2000) da superfície ideológica no capitalismo avançado. O ideológico não consiste mais, como ocorria em sociedades ainda não dominadas pelo laço econômico, na renúncia ao gozo particular em prol de um bem maior coletivo, mas sim na constituição de tipos ideais aptos a funcionarem como instâncias narcísicas de identificação dos sujeitos, coordenadas capazes de produzir as figuras que habitarão o imaginário social: desde cantores *pops*, passando pela publicidade, as mídias sociais, etc.

Nesse sentido, é interessante a análise de Debord (2000), pautada na percepção de que o território do espetáculo medeia, no capitalismo, todas as esferas da experiência. Se a categoria maior da análise de Marx é aquela de mercadoria, isso não significa que apenas as mercadorias “propriamente ditas” funcionam segundo a lógica do fetiche. Pelo contrário – e esta constitui a principal contribuição de Debord –, a totalidade social mesma passa a se transformar em mercadoria. E tal constatação, como no próprio Debord, não necessariamente implica na afirmação de um humanismo que haveria sido “corrompido” pelas estruturas maléficas da economia capitalista, mas sim na constatação de que qualquer avanço em termos políticos, no sentido histórico, tem que se situar a partir da “desumanização” perpetrada pelo sistema simbólico calcado pelo dinheiro como equivalente geral. Isto é, não se trata de qualquer forma de nostalgia por um humanismo que, segundo o próprio

Marx, já é parte mesmo do sistema, sua face explícita, calcada nos direitos universais do homem.

Segundo essas análises, a mercadoria possui um poder de universalizar-se, como medida geral, para o restante da sociedade. Sua função universal não é apenas servir como padrão para os demais objetos. Se qualquer matéria-prima pode, de direito, ser transformada em dinheiro e, portanto, transformar-se em mercadoria, é porque a universalidade da mercadoria inclui também a dimensão humana do processo: a sociedade, em si mesma, torna-se fetichista, os ídolos da cultura, os líderes políticos passam a possuir “sutis propriedades teológicas”, isto é, a portar-se como um signo de dupla face, ao mesmo tempo material e espiritual, possuindo “dois corpos”. Um deles, concreto, físico, torna-se o suporte material de outro, simbólico, seu valor de fetiche, que corresponde ao valor de comodificação da dimensão física. A generalização dessa lógica torna toda e qualquer relação imbuída, a despeito de qualquer humanismo político ou moral, de um caráter alienante, mercadológico.

### **IDEOLOGIA E PSICANÁLISE**

De fato, submeter o mundo concreto, real, com suas múltiplas imperfeições e “desrazões”, a uma dimensão etérea, perfeita, sempre constituiu um dos objetivos fundamentais da ideologia, tal como ilustrada, por exemplo, na busca de Platão por submeter as “cópias” imperfeitas, sensíveis, à Ideia e, ademais, expulsar completamente os simulacros, o não idêntico. Não é por acaso que diversos autores enxergam na teoria platônica uma dimensão totalitária que mancha a filosofia desde os seus começos. Marx (1867/2010) mesmo propôs a leitura da filosofia platônica a partir da situação concreta dos escravos, mulheres e crianças na democracia ateniense, democracia a respeito da qual o filósofo colocava-se como adversário, enxergando nela o terreno da opinião, a vitória do sofista contra o filósofo, e reivindicando a existência de uma república ideal.

É verdade que, por outro lado, autores contemporâneos como Žižek (2013) e Badiou (1999) têm insistido na presença de uma interdição, no mundo contemporâneo, à qual é submetida a própria ideia de verdade

e, com ela, o cerne do projeto platônico. E que seria, nesse sentido, fundamental submeter Platão a uma espécie de resgate. Badiou e Žizek afirmam que o mundo contemporâneo atesta a vitória do sofista, a era de uma “pós-verdade”. Ora, essa dimensão da pós-verdade é justamente aquela que identificamos como a superfície ideológica.

Esses autores têm insistido na existência de uma alteração fundamental nas coordenadas ideológicas de nosso tempo, alterações já antecipadas por Marx quando este aponta a mercadoria como o fetiche universal do capital: o ideológico não é mais, hoje, articulado primordialmente à interdição, aos ideais de renúncia do prazer, e à identificação do sujeito com valores absolutos, como a Pátria, a Nação, a Causa, a Raça, etc.

Pelo contrário, a forma primordial de ideologia, aquela que possui, no mundo atual, o poder de universalizar-se, possui outra forma de mandamento “ético”, justamente o reverso daquilo que comumente se associa ao ideológico: o mandamento de prazer ininterrupto, da sedação contínua do sujeito através do curto-circuito imediato entre o organismo e o prazer. Não é de espantar, portanto, que tal injunção ideológica apresente-se através do consumo predatório, das toxicomanias às compulsões, e que tal articulação seja sentida na clínica psicanalítica; de forma que a psicanálise aponta a injunção “moral” de nosso tempo como aquela, destacada por Jacques Lacan (1972-1973/1993), como a do “Goza!”.

Esse gozo alienado supõe, então, no seu cerne, uma espécie de submissão voluntária. A promessa do gozo, articulada à demanda por consumo de mercadorias e à comodificação geral do laço social, gera figuras híbridas entre a mercadoria e a subjetividade, como se vê na indústria de entretenimento, mas também entre a subjetividade e a mercadoria, no sentido de que marcas e consumo tornam-se vias privilegiadas de identificação subjetiva.

De forma que, na medida exata em que a questão da alienação não se torna mais um problema social relevante, o sujeito goza de sua própria alienação, ele é incentivado a desejá-la ativamente. Cada um consome individualmente, em seu universo mais ou menos individualista, a fração das mercadorias que lhe cabe. O que se encontra ausente, invisível, é justamente o laço universal que torna os consumidores um grupo, uma classe.

A transformação na injunção ideológica acarreta uma nova forma de ideal, que não mais se preocupa com a questão de sua legitimidade ou sentido, já que o próprio corpo é convocado diretamente, e a agência moral já não se apresenta como proibição, mas sim como incitação, positividade, e até mesmo alegria, prazer, autorrealização, etc. Ela promete a felicidade na terra, e a vincula à capacidade de autorrealização pessoal, em um mundo em que nada, *a-priori*, é impossível.

### QUEM CRITICA?

Entretanto, uma das questões fundamentais para a crítica da ideologia, que poderíamos colocar agora, é questionar o próprio lugar de enunciação daquele que propõe a crítica. Afinal, a respeito de que o sujeito contemporâneo estaria alienado? De alguma verdade universal incontestável que apenas seria revelada a uns poucos iniciados, críticos ou acadêmicos, que deteriam o segredo da degradação moral a que estamos submetidos?

Essas questões nos parecem justificadas e concernem a uma crítica que, principalmente nos anos 60, procurou desinvestir o papel do intelectual como “enunciador da verdade”. Crítica formulada pelo chamado pós-estruturalismo, e que até hoje influencia a percepção acadêmica sobre a dificuldade de se “falar em nome dos outros”, como dizia Foucault (1975/2001). Sabe-se que, para o filósofo francês, era importante desarticular o papel do intelectual público que, utilizando-se ou referindo-se a si mesmo como agente da “razão pública”, poderia então interpretar os desejos de um povo fragmentado, alienado da totalidade social.

Nesse sentido, Foucault afirma que, a respeito por exemplo dos prisioneiros ou loucos, ao redigir obras sobre as prisões e loucuras, estas não deveriam procurar dizer ao sujeito qual seria sua “verdade”, supostamente reprimida por sistemas de interdição e disciplina, tais como Foucault (1975/2001) descreve os hospícios e prisões.

Foucault é apenas um exemplo dessa crítica da crítica da ideologia que foi amplamente realizada no século XX. Tal crítica acompanhou uma desarticulação do papel do intelectual público, um desinvestimento generalizado de sua capacidade de produzir enunciados aptos a interpretar a

dimensão pública, universal, em crise devido à hiperindividualização inerente ao capitalismo moderno. Um dos exemplos maiores dessa figura do intelectual é o teórico militante marxista, ou intelectual orgânico, representante do Partido, capaz de interpretar o desejo das massas inarticuladas, conduzindo-as ao bom caminho da História, rumo à Revolução.

E, de fato, assistimos a uma crise profunda dessa capacidade do intelectual público de intervir na realidade a partir de um lugar universal de enunciação. Assim como assistimos, na clínica psicanalítica, ao desinvestimento massivo da psicanálise como uma teoria articulada a um lugar da verdade sobre o sujeito. De forma que poderíamos nos perguntar, cruamente, quem vai à análise, hoje, querendo trazer consigo, de volta, qualquer espécie de verdade sobre si. O que importa, afinal, a verdade?

O lugar daquilo que Lacan (1964/1998) chamou, nos anos 50, de “sujeito suposto saber”, do analista como agente de uma transferência calcada na autoridade simbólica, na Lei, buscando que o sujeito atravessasse as vias imaginárias de inflação dessa mesma autoridade, parece haver ruído, como se a psicanálise já houvesse cumprido seu papel “desmistificador”. Justamente porque a própria autoridade simbólica, o grande Outro, pensado por Lacan como instância de mediação universal, a autoridade da lei investida em figuras que a suportam, como o pai, o líder, o político, o intelectual, etc., encontra-se não apenas contestada, mas desacreditada. Daí o paradoxo apontado por Sloterdijk (1988) de uma espécie de “cinismo esclarecido” contemporâneo.

Podemos retomar a pergunta, que poderia interessar a um psicanalista, ocupado em pensar seu lugar nos dias de hoje, inclusive a respeito da eficácia da clínica: ao que interessa, ao sujeito de hoje, a verdade? Tudo leva a crer que se o psicanalista, assim como o intelectual público, fiarem seus lugares de enunciação na ideia de que supõem-se algum saber universal, no sentido de que o saber estaria articulado a uma verdade positiva, ele se contentaria em pregar a ouvidos moucos.

Essa constatação, como aponta Zizek (2013), é parte fundamental de qualquer teoria da ideologia contemporânea: se o marxista acusa o sujeito de alienação, de que exatamente ele estaria alienado? Se o psicanalista aponta que o sujeito não quer saber de seu desejo, por que este haveria de querer sabê-lo? Em uma época pretensamente esclarecida

e que se autorrefere como “pós-ideológica”, tais questões nos parecem importantes: o que há para saber, afinal, se não há mais a ideia de um véu que separasse o sujeito ou a sociedade de sua própria verdade?

Continuando nossa aproximação entre teoria social e clínica psicanalítica, poderíamos dizer que ao sujeito excluído dos mecanismos de participação da economia e do consumo e, portanto, da felicidade acionados pelo capitalismo contemporâneo, não interessa revolucionar esses mesmos mecanismos, mas sim ser parte deles. Em linhas gerais, sua queixa não é revolucionária, longe disso, talvez nem mesmo reformista, mas, frequentemente, estritamente individualista: ele quer mais daquilo que os outros parecem usufruir. As estratégias de socialização e de políticas públicas baseadas no consumo parecem sempre convergir para esse conservadorismo do “sujeito de massa” contemporâneo, buscando fornecer dimensões públicas à promessa de consumo.

De fato, uma das categorias principais para a análise da ideologia, antes que essa categoria tivesse entrado em crise no contemporâneo, é aquela de alienação. E a história, longe de ser a fiel companheira do intelectual (ou artista engajado, ou psicanalista comprometido...), na busca por desalienar o sujeito de sua verdade, insiste em dar provas da indiferença geral das massas frente às promessas de revelação.

A grande pergunta do marxismo nos anos 30 foi: por que a classe trabalhadora apoiou Hitler na Alemanha? Pergunta enunciada tanto por Reich quanto por Adorno e Lucacks. Da mesma forma como Espinosa (2007) já há havia enunciado, dois séculos antes, quando assistia à ascensão dos irmãos De Witt ao poder monárquico nos países baixos, após uma incipiente experiência republicana em um país que havia assistido a uma das experiências mais significativas da modernidade capitalista: por que os homens combatem por sua servidão como se fosse sua liberdade?

A pergunta de Espinosa abriga um paradoxo, esse paradoxo mesmo que o intelectual público, assim como o analista “à antiga”, propunha-se desvendar de maneira absoluta: como a servidão poderia ser confundida com a liberdade, como essa poderia ser desejada? Pergunta que, em termos contemporâneos, poderia ser traduzida da seguinte forma: como a alienação, longe de constituir um índice negativo rumo a um saber do sujeito sobre si mesmo, pode ser desejada? Nesse sentido, a inversão que Marx realiza do

evangelho, colocada como fórmula do fetichismo em *O capital*, ressoa na subjetividade atual: se Cristo crucificado pede a Deus o perdão aos romanos por “não saberem o que fazem”, no capitalismo o sujeito “sabe muito bem o que faz, e ainda assim o faz” (Marx, 1867/2010, p. 127).

Isto é, a alienação é desejada, e o verdadeiro torna-se o lugar máximo do autoengano. Em consonância com a fórmula “eu não quero saber nada disso”, à qual Freud atribui a ignorância do inconsciente, o sujeito pós-moderno troca o valor tradicional do significante “alienado”, pregando uma peça no crítico, que se vê sem povo, sem sujeito histórico, já que a alienação passa a ser uma condição humana inexpugnável.

Longe, entretanto, de nos lançar perante um quadro de impotência, tais constatações permitem que avancemos para aquelas outras duas etapas da ideia de crítica da ideologia, revertendo e problematizando mesmo termos como “verdade” e “alienação”.

## SEGUNDO E TERCEIROS MOMENTOS DA CRÍTICA

Nós nos referimos, anteriormente, à necessidade de uma quebra da razão imediata da ideologia para que o sujeito seja forçado a dar o segundo passo, a sair do conhecimento comum, que trata as coisas como dados a-históricos. Entretanto, em termos tanto da teoria dialética quanto da psicanálise, que constituem os saberes que buscamos elencar aqui para falar sobre a questão da ideologia e da alienação, as coisas podem se tornar, e de fato tornam-se, mais complexas.

Primeiramente, o gesto mesmo de Marx, de haver flagrado a ideologia em um objeto trivial, concreto, material, como a mercadoria, possui razões históricas que qualificam de forma distinta a ideologia contemporânea. Pois a dimensão da naturalidade imediata atribuída ao ideológico não é necessariamente aquela à qual nos referimos, em um primeiro momento, como constituindo a retirada de qualquer dimensão mediada ou interpretativa dos signos sensíveis. O contrário pode operar: o sujeito torna-se preso da “floresta de signos” pós-moderna, e sua dificuldade torna-se justamente a de enxergar o “núcleo duro”, isto é, o que permanece em meio ao caos da mudança e a remissão ininterrupta de signo a signo.

É sobre esse ponto que Slotedijk (1988) e Zizek (2013) baseiam sua análise do contemporâneo, embora de formas distintas, dadas as distintas adesões filosóficas dos autores. O contemporâneo, então, seria o lugar do equivalente geral, isto é, da prevalência do signo-mercadoria sobre as propriedades sensíveis, imediatas, das coisas, de forma que a pós-modernidade torna-se, por excelência, o lugar da interpretação infinita, da relativização de todos os laços, de toda a autoridade. Em uma reversão ao mesmo tempo histórica e epistemológica, o sujeito já é “desconstruído”, ao menos pelo mercado, pelas transformações ultrarrápidas dos fluxos de capitais e mercadorias, pela expansão das fronteiras nacionais, pelas redes sociais, pelo hibridismo das sexualidades, tocadas pela forma dissoluta da mercadoria.

Certamente, poderíamos constatar facilmente que o oposto seria também verdadeiro, e encontrar nos movimentos de retorno a identidades arcaicas, às formas orgânicas de identidade simbólica, como nos movimentos neofascistas de todas as ordens, um impedimento para a asserção do sujeito pós-moderno como “fluido e flexível”.

Entretanto, essas chicanas a que parecemos estar submetidos quando buscamos apontar a pós-modernidade através de um “é isso”, nos atestam não nosso fracasso em conceituá-la, mas sim seu modo imanente de operar, de coincidir seus opostos, ao menos se acreditarmos que as contradições dialéticas ainda fazem algum sentido hoje. Se for o caso, a “identidade especulativa” (Hegel, 1992) entre o sujeito flexível, desconstruído, e o sujeito arcaico, neofascista revelam sobre os problemas que buscamos abordar aqui a respeito da alienação e da ideologia.

O segundo momento ao qual nos referiremos na crítica da ideologia coincide com o papel tradicional do intelectual, ou do analista, tal como ele se encontra hoje em crise: ele consiste na denúncia moral das perversões sociais, na postura do agente capaz de enxergar para além da cegueira corrente e enunciar a verdade que jaz oculta. Ora, primeiramente poderíamos nos perguntar o que motivaria tal passagem, sem que possamos responder, com a tradição racionalista, que se trataria de um puro desejo pelo verdadeiro.

Tanto a psicanálise como o marxismo enxergam, aqui, a presença fundamental daquilo a que nos referimos anteriormente como “o

negativo”, o que Žizek (2013, p. 369) explica como sendo o “ponto sintomal” de qualquer estrutura ideológica. A ideologia, como qualquer totalidade, caracteriza-se pela busca de suturar os pontos de impasse, o bloqueio inerente a uma dada estrutura social ou psíquica. Em algum lugar, entretanto, as coisas não se comportam tal como deveriam, e existem fissuras, entaves, que denunciam que não lidamos com uma totalidade simples, que reuniria seus elementos harmonicamente, mas sim com uma estrutura conflitual.

Tal como dizia Marx (1867/2010), trata-se do papel fundamental das crises no capitalismo, que funcionam como espécies de sustentação do trágico em sociedade desencantadas. Assim como Édipo, à revelia de seu desejo consciente, vê revertido o sentido de sua ação, descobrindo que, tentando fugir do parricídio e do incesto, ele os havia cometido, o capitalismo, igualmente, tentando fugir a qualquer custo da crise, a produz. A crise, então, denuncia que, sob a superfície das mercadorias, existe uma Outra cena, composta pelo universo da produção, que representa o avesso do território da legalidade oficial.

A tirada espirituosa de Marx, em *O capital* (1867/2010, p. 327), pode ser analisada como uma tirada espirituosa freudiana, um *mot d'esprit*, daqueles que são descritos em “Psicopatologia da vida cotidiana” (Freud, 1901/2006): o lema capitalista seria, segundo Marx, “igualdade, fraternidade e Bentham”. A introdução do economista liberal busca denunciar a reversão mesma do conjunto do qual as quatro qualidades universais do capital são parte: a palavra final subverte o sentido de toda a frase, apontando que os valores universais da modernidade são constitutivamente atravessados por um ponto de exceção, por uma mácula, que torna sua leitura de superfície incapaz de apreender. “Bentham” fecha a lista dos atributos do capitalismo em seu próprio oposto, como um ato falho, ou chiste, que revela o oposto daquilo que o sujeito gostaria de pensar.

O fundamental, então, é compreender que, tanto a respeito da dialética quanto da psicanálise, não se trata meramente de apontar no avesso “inconsciente” de um enunciado, naquilo que subverte sua enunciação explícita, a verdade de todo o resto, verdade esta que seria emoldurada pelo filósofo que, do alto de seu poder crítico, a haveria

revelado para o restante daqueles que a ignoram. Pois aqui chegamos ao terceiro passo de nosso percurso pela crítica à ideologia, passo que une psicanálise e dialética em uma mesma proposta e que consiste em retornar à dimensão imediata, mas imbuída agora da mediação oposta. Isto é, psicanaliticamente, trata-se de retornar à consciência mesma, mas agora enriquecida desse movimento de clivagem, de passagem pelo oposto, no qual se pode reconhecer a Outra cena.

Se Freud, de fato, houvesse se contentado em revelar a sexualidade oculta por trás das agências morais de sua época, sua obra seria datada, no sentido de que, hoje, o sexo não é mais segredo. Entretanto, o cerne da psicanálise não foi revelar essa verdade por trás dos conteúdos manifestos dos sintomas, sonhos, atos falhos, etc., disso que Lacan chamaria de “formações do inconsciente” (Lacan, 1957/1997), mas sim apreender o sujeito como situado justamente nessa divisão, identificado a sua divisão mesma.

De maneira que Freud salienta, em obras como “O eu e o isso” (1923/2006), que para a psicanálise o sujeito é muito mais imoral, mas também muito mais moral do que pensa. Isto é, a “esperteza” da interpretação, o famoso “cara eu ganho, coroa você perde”, que se atribui, por vezes, ao papel do analista como um trapaceiro, já que sempre terá a carta do inconsciente para “ganhar” do sujeito na luta pela interpretação, na verdade revela a impotência do próprio analista em apreender o “conteúdo manifesto” também como parte inerente, constituinte, da verdade do enunciado. O fascínio com o oculto, com a verdade escondida ou com o inconsciente como um “conteúdo” escondido faria parte, dessa forma, da própria ideologia psicanalítica, na medida em que, a partir desta, o analista colocar-se-ia como detentor de uma verdade única, furtando-se a sua própria divisão subjetiva.

Se o sujeito pós-moderno desacredita desse lugar, talvez possamos dar-lhe certamente alguma razão. Pois aqui podemos retornar então àquela dimensão imediata da ideologia, e enxergar como o movimento da verdade, do qual fala a psicanálise, não se situa inteiramente na Outra cena, mas sim na própria passagem que constitui o sujeito como dividido. O que o psicanalista escuta, então, é o avesso e o direito como parte do mesmo, a relação não apreendida, recalçada, ou denegada, entre os polos que antagonizam a subjetividade. Sua crítica é apenas capaz de situar

o sujeito no cerne de seu impasse e, assim, buscar alterar sua relação com a repetição, mostrando-lhe como não existe saída da contradição, mas que esta pode, também, ser produtiva, e não apenas o sinal de uma catástrofe iminente. A essa contradição, a essa falha absoluta no saber, Freud (1900/2006) deu o nome, então, de trauma.

Retornando à questão das mercadorias e de sua circulação, também a questão para Marx não era apenas revelar a verdade oculta, positiva, por trás do fetiche, já que, se esse fosse o caso, ele terminaria por tornar-se igual àquilo que critica, realizando uma crítica fetichista do fetiche, paradoxo que constitui justamente uma das atribuições possíveis daquele sujeito cínico e esclarecido, que Sloterdijck (1988) apresenta como o sujeito dominante na sociedade atual. Marx compreende que a ideologia não é um mal que deveria ser extirpado para conduzir o sujeito à verdade; aquilo que ela distorce não é um conteúdo positivo – por exemplo, a verdade das relações de produção – mas a própria passagem entre as duas dimensões, a divisão que antagoniza a sociedade responsável pela produção de mercadorias.

Dessa forma, de fato, vivemos em uma sociedade caracteriza pela alienação social, na medida em que separada, não de uma verdade estática, que poderia ser plenamente identificada, mas sim separada de sua própria divisão, de seu antagonismo. Ao sujeito que goza dos semblantes sociais e busca excluir qualquer forma de negatividade, recusa qualquer índice de um “pensamento latente” por trás do conteúdo manifesto: não se trata de afirmar que seu erro é abstratamente negativo, isto é, de que ele vive imerso em um mundo irreal, absolutamente não verdadeiro. Tal afirmação recai naquilo que Hegel (1992, p. 223) chama de “negação abstrata”, a negação que busca meramente abolir seu adversário, mas que, no processo, termina por abolir a si mesma.

O exemplo paradigmático de Hegel, na *Fenomenologia do espírito* (1992), dá-se através de uma análise pormenorizada do terror revolucionário, processo através do qual, para o filósofo, os adversários iluministas da monarquia acabam por dublar o poder monárquico justamente quando tentavam dele fugir, a ele se opor. Hegel fala, nesse sentido, de uma “religião da razão” (Hegel, 1992, p. 331), apontando como a negatividade instaurada pelo terror é sinal de impotência frente a

uma operação bem mais arriscada, que seria aquela de *reconciliação* com a própria contradição entre crença e razão.

Por isso a tentativa de assassinio literal da antiga ordem, do *ancient régime*, pelos revolucionários, é fundamentalmente impotente para afastar o inimigo, já que este volta a crescer de dentro do próprio movimento que buscara extirpá-lo, em uma conjunção de identidade e diferença que, como mostrou Rebecca Comay (2010), é digna do conceito de *unheimlich*, ou estranho, que Freud (1918/2006) apresenta como a mistura do familiar e do estranho. Não por acaso, como Hegel enfatiza, o que se segue após a orgia assassina do terror jacobino é a restauração monárquica.

A negação abstrata é aquela que conserva absolutamente a posição moral do agente da negação, seu lugar “superior”, mas que, no processo de conservá-la, termina, também, negando-se abstratamente. É a dificuldade, então, de suportar a dimensão do paradoxo, da contradição, que é denunciada por Hegel. Não a contradição da “bela alma” que enxerga apenas relatividades entre pontos de vista, ou uma equivalência geral entre pontos de vista antagônicos, mas sim a contradição que poderia sustentar que o próprio ponto de vista do antagonismo, o “olhar para o real” que Lacan (1964/1998) reivindica, em seu *Seminário 11*, através da leitura do *tromp-d’œil*, do engano do olhar que caracteriza alguns quadros modernos, como *Os embaixadores*, de Holbein.

Dessa forma, tanto a psicanálise quanto a dialética nos parecem comprometidas com uma crítica que tem como fundamento a negação daquilo que, no sujeito, ou no campo social, é incapaz de suportar a contradição, ou, para utilizarmos um dos conceitos chave da metapsicologia freudiana, a ambivalência constitutiva da vida psíquica ou social. Isto é, ao contrário do que sustentam Hardt e Negri (2001), para os quais a dialética seria incapaz de uma “negação absoluta”, de um verdadeiro movimento de destruição (já que sempre comprometida em reconciliar a negatividade), existe sim espaço para a negação total, nessa forma de pensamento, mas este é estritamente vinculado à negação daquilo que, em si ou no Outro, não suporta a contradição.

Assim, se a crítica da alienação procurou denunciar o sujeito seduzido pelos mecanismos ideológicos, talvez seja o caso de afirmar que a recusa de uma verdade “esclarecida” não seja apenas o índice de uma impotência

do sujeito pós-moderno em enxergar a verdade de seus “sintomas”, mas sim o sinal de que a própria verdade articula-se, socialmente, à dimensão da ambivalência. Dimensão esta que não faz da ideologia a alienação completa a respeito da verdade, mas parte mesma do verdadeiro, embora divorciada de sua outra “metade”.

Também para o psicanalista não se trata apenas de recusar a narrativa imediata que o sujeito fornece sobre seus sintomas e traumas, mas sim de revelar, nos enunciados intrusos, nas falhas e lacunas, a dupla articulação à qual um e mesmo sujeito é submetido, a presença do manifesto e do latente, do sexual e do moral, do inconsciente e do consciente como parte do sujeito. E esse é o terceiro momento dialético que tanto Hegel quanto Marx reivindicam em suas leituras da ideologia: o momento em que, para utilizarmos a terminologia hegeliana, tanto o em si quanto o para outro são reconciliados em sua própria diferença, momento em que o paradoxo que os relaciona é reconhecido, e não negado.

## ALIENAÇÃO

De fato, o capitalismo atual caracteriza-se pela dualidade: por um lado, a pujança tecnológica, a permissividade para o gozo, para a reinvenção subjetiva, o ideal da alegria e da autoinvenção de si, a ideia de que “tudo é permitido”, bastando que o sujeito consiga, esforce-se, etc. Por outro, entretanto, a presença de uma distopia brutal, dos guetos e favelas dentro das grandes metrópoles, da exclusão de crescente parte da população de padrões de consumo de itens básicos, como saúde, educação e moradia.

Certamente, na conta dialética que propomos articular neste artigo, é fundamental o reconhecimento da dimensão distópica, cada vez mais evidente na conjuntura atual; dimensão esta à qual pertence o polo negativo das promessas contemporâneas de gozo, o reverso do consumo, tal como evidenciado nas compulsões, adições e depressões. Que tais patologias possam ser caracterizadas por um déficit simbólico, no sentido em que alguns psicanalistas buscam pensá-la, significa que o sujeito é incapaz de enunciá-las, justamente porque elas se encontram interditas.

Entretanto, procuramos argumentar neste artigo que a crítica à ideologia não pode contentar-se em revelar, naquilo que é excluído, a

verdade incontestada da ilusão social. Não apenas porque, mesmo que negativamente, o excluído do gozo e da riqueza ainda se encontra referido aos padrões de felicidade que o excluem, mas sim porque essas duas dimensões constituem uma totalidade, a expressão de uma mesma sociedade clivada. Por isso, tanto a respeito da psicanálise quanto da dialética, o fundamental é desarticular não apenas as certezas imediatas, mas também a posição que se fia na interpretação do imediato para fornecer a verdade do sujeito ou do social articulada a essa “Outra cena”. Pois se trata de apreender o movimento, a passagem, em que tanto o social quanto o subjetivo devem poder ser compreendidos como clivagem, ambivalência.

## REFERÊNCIAS

- Badiou, A. (1999). *Conferências de Alain Badiou no Brasil*. Trad. e organização Célio Garcia. Belo Horizonte: Autêntica.
- Comay, R. (2010). *Mourning sickness: Hegel and the French revolution*. Stanford: Stanford University Press.
- Debord, G. (2000). *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Espinosa, B. (2007). *Ética*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes. (Original publicado em 1975)
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950[1895])
- Freud, S. (2006). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. III. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (2006). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1901)
- Freud, S. (2006). O estranho. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1918)
- Freud, S. (2006). O eu e o isso. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes.
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Seminário de 1957-1958)
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Seminário de 1964)
- Lacan, J. (1993). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. (Seminário 1972-1973)

- Marx, K. (2010). *O capital. Crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1867)
- Negri, A., & Hardt, M. (2001). *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record.
- Safatle, V. (2010). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Sloterdijk, P. (1988). *Critique of cynical reason*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Zizek, S. (2013). *Menos que nada – Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo editorial. (Original publicado em 2012)

Recebido em 01 de outubro de 2018

Aceito para publicação em 20 de novembro de 2018

# QUANDO A RESILIÊNCIA PODE SER UMA APOSTA PARA A PSICANÁLISE: AMPLIAÇÕES CLÍNICAS DO TRAUMA E DO LUTO

*Maria Virginia Filomena Cremasco\**

## RESUMO

O conceito de resiliência está em desenvolvimento na comunidade científica internacional desde algumas décadas. A resiliência aparece como um processo complexo e multifatorial no qual as referências teóricas se constroem efetivamente sobre abordagens pluridisciplinares que fazem a especificidade da resiliência. Essa transversalidade tanto contribui para a riqueza do modelo, quanto explica uma certa fragilidade conceitual à qual não nos subtraímos. Apesar de considerar que a resiliência não faz parte do corpo teórico da psicanálise por não se integrar na lógica de sua prática e conduzir a intervenções terapêuticas de uma natureza diferente, alguns autores consideram que ela estabelece relações com várias noções psicanalíticas elaboradas por Freud, como: traumatismo, mecanismos de defesa, sublimação e trabalho de luto, que são exploradas neste artigo.

Palavras-chaves: luto, trauma, resiliência, clínica psicanalítica

## WHEN RESILIENCE MAY BE A BET FOR PSYCHOANALYSIS: CLINICAL AMPLIFICATIONS OF TRAUMA AND MOURNING

### ABSTRACT

*The concept of resilience has been developing in the international scientific community for some decades. Resilience appears as a complex and multifactorial process which its theoretical references are effectively built on pluridisciplinary approaches that make the specificity of resilience. This transversality, in one hand, contributes to the richness of the model and, the*

---

\* Psicóloga, psicanalista, Doutora em Saúde Mental (Unicamp-2002), pós doutorado em Psicopatologia e Psicanálise (Paris VII-2010), Professora Associada do Departamento e do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Diretora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental (grupo de pesquisa -CNPq), Coordenadora de Extensão da Pró Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR.

*other hand, explains a certain conceptual fragility that we do not subtract for this discussion. Despite considering that resilience is not part of the theoretical body of psychoanalysis because it does not integrate into the logic of its practice and leads to therapeutic interventions of a different nature, some authors consider that resilience establishes relations with several psychoanalytic notions elaborated by Freud, such as: traumatism, defense mechanisms, sublimation and mourning work that are explored in this article.*

*Keywords: mourning, trauma, resilience, psychoanalytic clinic.*

## QUAND LA RÉSIENCE PEUT ÊTRE UN PARI POUR LA PSYCHANALYSE: AMPLIFICATIONS CLINIQUES DU TRAUMATISME ET DU DEUIL

### RÉSUMÉ

*Le concept de résilience se développe dans la communauté scientifique internationale depuis plusieurs décennies. La résilience apparaît comme un processus complexe et multifactoriel dans lequel ses références théoriques reposent efficacement sur des approches pluridisciplinaires qui font la spécificité de la résilience. Cette transversalité contribue à la richesse du modèle et explique une certaine fragilité conceptuelle que nous ne soustrayons pas. En dépit du fait que la résilience ne fait pas partie du corps théorique de la psychanalyse parce qu'elle n'intègre pas la logique de sa pratique et conduit à des interventions thérapeutiques de nature différente, certains auteurs considèrent qu'elle établit des relations avec plusieurs notions psychanalytiques élaborées par Freud, telles que: le traumatisme, les mécanismes de défense, le travail de sublimation et de deuil explorés dans cet article.*

*Mots clés: deuil, traumatisme, résilience, clinique psychanalytique*

Na resenha do livro *Falar de amor à beira do abismo*, de Boris Cyrulnik (2006), para a *Revista Brasileira de Psicanálise*, Josette Czerny (2007) esclarece que o autor coloca o foco naqueles que superam um traumatismo e experimentam muitas vezes uma impressão de sursis, que multiplica o gosto de viver o que ainda é possível. Czerny (2007) diz que o título do livro traz uma figura de retórica que Cyrulnik (2006) transforma em conceito para caracterizar os chamados “resilientes”. Trata-se do oximoro, que consiste em associar dois termos antinômicos: falar de amor/beira do abismo. Aqueles que vencem um traumatismo, segundo ela, conseguem fazer coabitar doravante o horror e a poesia, o desespero e a esperança, a tortura gelada e o calor humano.

Boris Cyrulnik é neuropsiquiatra, psicanalista, etólogo e um dos maiores expoentes mundiais em teoria e prática da resiliência. É chefe de ensino da Clínica do Apego na Universidade de Toulon e presidente do Observatoire International de la Resilience. Em parceria com Philippe Durval, organizou, em 2006, o livro *Psychanalyse et Résilience*, ainda sem tradução para o português. Nesse livro, vários psicanalistas se posicionam sobre o tema da resiliência e nos oferecem subsídios teóricos para refletir criticamente sobre possibilidades ampliadas para a clínica dos traumatizados, bem como para os sujeitos em estados complicados de luto, que se posicionam melancolicamente diante da vida. Esse levantamento teórico e reflexão não será sem refutação, que sustentaremos principalmente pelo posicionamento contrário de Serge Tisseron (2006, 2007) à resiliência para a psicanálise, e ao qual tentaremos responder ao fim deste texto.

A palavra “resiliência” tem significações diferentes segundo seu campo de aplicação. Para Mijolla-Mellor (2006, p. 168) e Bertrand (2006, p. 206) ela passa da física dos sólidos que se refere à dinâmica dos materiais, como a propriedade dos corpos de retomar sua forma após ter suportado um choque, às ciências sociais, designando nos dois casos uma aptidão a resistir aos choques. Na dinâmica dos materiais ela focaliza essencialmente a natureza da substância dos corpos (sua natureza permitiria sua resistência) e nas ciências sociais, ao inverso, trata-se de um complexo de fatores ligados tanto ao sujeito quanto às condições do evento traumático e do meio social de convivência do sujeito atingido.

O conceito de resiliência está em desenvolvimento na comunidade científica internacional desde algumas décadas. Inicialmente foi desenvolvido nos países anglo-saxões (EUA, Inglaterra e Canadá) como uma “capacidade” e passou a ser conhecido na França a partir dos anos 90. A definição transversal elaborada e proposta em comum por Manciaux, Vanistendael, Lecomte e Cyrulnik (2001, p. 13-20), na Fundação Francesa da Infância, é de que a resiliência é a capacidade de uma pessoa ou de um grupo de se desenvolver bem, de continuar a se projetar no futuro, apesar dos acontecimentos desestabilizantes, das condições difíceis da vida, dos traumatismos severos.

Para Tisseron (2006, p. 288), a compreensão dos efeitos dos traumatismos tem uma longa história, que se inicia para os psicanalistas com Sandór Ferenczi e não com Anna Freud (segundo Cyrulnik (2001)), que já observava o desenvolvimento normal de crianças muito afetadas recolhidas no infantário de Hampstead. Com a resiliência, a visão de superação de traumas, para Tisseron, tem hoje uma mitologia, que pretende dispor uns e outros sobre uma mesma linha. E isso pode ser muito perigoso e, ao mesmo tempo sedutor, fazendo de conta que existe uma nova aliança para os terapeutas sem afiliação.

A resiliência aparece, portanto, como um processo complexo e multifatorial no qual as referências teóricas se constroem efetivamente sobre abordagens pluridisciplinares (Anaut, 2006; Bailly, 2006) que fazem a especificidade da resiliência. Contudo, essa transversalidade tanto contribui para a riqueza do modelo, quanto explica uma certa fragilidade conceitual à qual não queremos nos subtrair, mas questionar ao modo mesmo do oxímoro.

Segundo Tisseron (2007, p. 3-5) a resiliência humana tem suas próprias definições, diferentes dos sistemas físicos. Para ele, podemos falar em pelo menos duas correntes de pensamento: a primeira considera a resiliência humana uma característica pessoal ligada aos recursos próprios de cada um; a segunda considera, ao contrário, que a resiliência de cada um depende sobretudo da qualidade dos vínculos e das interações que existem em uma comunidade, em um momento.

Para Chiland (2006, p. 273) a noção de resiliência coloca acento sobre o fato de que a causalidade psíquica não é linear, pois o desenvolvimento é epigenético – com as interações entre genoma e ambiente – e não existe fatalidade genética.

Golse (2006) afirma que muitos modelos de pensamento têm sido elaborados sobre a resiliência: o modelo compensatório ou mediador, no qual o fator compensatório é uma variável que neutraliza a presença do risco sem interagir com ele; o modelo do final de campeonato (*challenge*), no qual um certo nível de *stress* (“estruturante”) e de fatores de risco são percebidos como representando um potencial de estimulação das competências do sujeito, favorecendo uma boa adaptação; o modelo dos fatores de proteção, no qual interagem com os fatores de risco para reduzir a probabilidade dos efeitos negativos do *stress*.

Para Bertrand (2006, p. 207), a noção de resiliência é utilizada de forma diferente segundo seu funcionamento no contexto da psicologia do desenvolvimento, numa aproximação ambiental ou numa aproximação psicanalítica. A aproximação cognitivo-comportamental utiliza mais a noção de stress do que de traumatismo. Ela privilegia o estudo dos processos mentais conscientes nos modos de enfrentamento (*coping*) e de resolução de dificuldades. Os questionários de autoavaliação propostos por Richard Lazarus e Suzan Folkman ou por Isabelle Paulhan permitem classificar as atitudes face às adversidades. A psicologia ambiental se interessa, sobretudo, pelas interações entre os sujeitos e seu meio social, familiar, assim como às respostas institucionais.

Transposta metaforicamente para a psicologia e nos aproximando da abordagem em psicanálise, a resiliência, para Bertrand (2006, p. 206), indicaria a capacidade das pessoas, tendo vivido experiências traumatizantes, de resistir à desorganização psíquica e superar as dificuldades, recuperando-se (*rebondir*, em francês). Nesse sentido, é como se o evento perturbador tivesse a capacidade de desenvolver ou revelar nessas pessoas recursos ainda não desenvolvidos ou mesmo não conhecidos. Para a autora, parece que o termo foi primeiramente utilizado por John Bowlby, em 1992, para designar a *ressort* (mola, capacidade, competência) moral, qualidade de uma pessoa de não se desesperar, não se deixar abater.

Os trabalhos de Bowlby, a partir da teoria do apego (*attachement*), explicam essa resiliência ou resistência psíquica pela qualidade das vinculações precoces mãe-bebê e suas características mais ou menos tranquilizadoras. Cyrulnik (2006, p. 9-10) assim se refere: “o caminho que cada indivíduo segue em seu desenvolvimento e o grau de resiliência ante os acontecimentos estressantes da vida são fortemente determinados pelo esquema de apego que desenvolveu nos seus primeiros anos de vida”.

Também para Hanus (2006, p. 203), se a resiliência é a capacidade de sobreviver aos traumatismos e às perdas e disso tirar algum proveito ou mesmo benefício, essa capacidade se adquire nos primeiros anos da infância, quer dizer, nas trocas afetivas positivas com os pais, nos seus investimentos narcísicos na criança; portanto, nas qualidades dessas vinculações.

Para Anaut (2006), o funcionamento psíquico da resiliência é complexo de apreender porque se situa no cruzamento de várias dimensões. Ela pode ser considerada o processo de modificação psíquica e resultante do trabalho dos processos defensivos, mas também da adaptabilidade com o meio social e psicoafetivo.

Entretanto, nós podemos tentar analisar o funcionamento psíquico do processo de resiliência seguindo dois eixos principais: de um lado do ponto de vista do traumatismo e da resposta do sujeito e, de outro lado, do ponto de vista dos mecanismos de defesa mobilizados pelo suposto resiliente (Cremasco, 2008).

Para Bertrand (2006, p. 206) a questão da resiliência está cada vez mais ligada à clínica dos traumas psíquicos. Para Bailly (2006, p. 231) o conceito de resiliência tem a vantagem de forçar os clínicos a se defenderem de um pessimismo patologizante que eles praticam voluntariamente, em particular no campo dos traumatismos psíquicos. Segundo Tisseron (2006, p. 288) resta saber se é oportuno para os psicanalistas se engajarem em uma palavra que cobre tudo e que não apenas não é necessária à psicanálise, segundo ele, mas que visa fazer de conta que há uma unidade de conceitos que são heterogêneos.

Apesar de considerar que a resiliência não faz parte do corpo teórico da psicanálise por não se integrar na lógica de sua prática e conduzir a intervenções terapêuticas de uma natureza diferente da psicanálise (Hanus, 2006; Bailly, 2006), alguns autores como Hanus (2006, p. 187) consideram que ela estabelece relações com várias noções psicanalíticas elaboradas por Freud, como: traumatismo, mecanismos de defesa e sublimação, que exploraremos a seguir.

## TRAUMATISMO

Para Houzel (2006, p. 250) o ato de nascimento da psicanálise se situa no dia em que Freud, em 1987, renuncia à sua teoria traumática: “eu não acredito mais em minha *neurotica*” (Freud, 1986, p. 265). Ele argumenta de duas formas sua renúncia à *neurotica*: a primeira é fundada sobre a frequência que lhe parece pouco verdadeira de pais incestuosos para explicar o número de pacientes histéricas: argumento frágil aos olhos da

prevalência de abusos sexuais de crianças, que os dados epidemiológicos modernos nos permitem avaliar. A segunda argumentação é muito mais forte: não existe índice de realidade no inconsciente, quer dizer que nada permite fazer a diferenciação entre uma lembrança de um fato real e uma construção puramente fantasística de uma pseudorealidade. Esse argumento é muito mais consistente e conduz Freud a descobrir a realidade psíquica e a diferenciá-la da realidade externa, que obedece ao princípio de causalidade. A realidade psíquica, diferente da exterior, é regida por deslocamentos de investimentos que não se chocam com nenhum dos obstáculos das categorias kantianas de tempo, espaço e causalidade.

A renúncia da teoria traumática das neuroses e a descoberta da realidade psíquica complicam, segundo Houzel (2006, p. 253), as relações entre os acontecimentos potencialmente traumáticos e suas eventuais consequências patológicas. Freud levará mais de 20 anos para começar a colocar as bases desse novo domínio de exploração e serão as gerações posteriores de psicanalistas que darão toda a amplitude a essas novas bases teóricas.

Será necessário esperar os anos 20 para vermos aparecer uma nova teoria das pulsões – de vida e de morte (Freud, 1920/1969) – e uma nova tópica – id, ego e superego (Freud, 1923/1981) –, que explicarão melhor a realidade psíquica e suas relações com a realidade exterior. Essa nova via corresponde melhor com as descobertas empíricas e epidemiológicas das teorias de resiliência.

Segundo Houzel (2006, p. 254), na segunda tópica freudiana a fonte do trauma psíquico é sobretudo interna, intrapsíquica, é a destrutividade mesma da psique em desenvolvimento, a pulsão de morte. A realidade externa não pode mais ser diretamente traumática como podia no primeiro modelo. Seu papel é mais o de desmentir ou de confirmar a violência da destrutividade interna. Essa é a base do modelo kleiniano. É necessário dizer que a realidade externa de que se trata nesse novo modelo não é mais aquela à qual Freud chamava de sua *neurotica* e em que se tratava de fatos, de acontecimentos localizáveis no tempo e no espaço, incritos num desenrolar histórico. Agora, trata-se de relações. É a relação da criança com o seu meio que constitui, a partir de agora, para ela, a realidade.

A realidade psíquica é a soma de traços deixados por nossas experiências relacionais enquanto que a realidade exterior é isso que nossa percepção nos dá a conhecer do mundo ao redor. É a realidade psíquica de cada um que nos dirá se um acontecimento foi ou não traumático para ele.

Para Bertrand (2006, p. 210-213), desde suas origens a psicanálise centralizou suas pesquisas na questão dos traumas psíquicos. A psicanálise tem uma concepção diferente de trauma psíquico. Um trauma é um aflugo de excitações não-ligadas às quais a simbolização permite a tomada de vantagem sobre as tendências desligantes e seus efeitos desorganizadores. Existem traumas mais ou menos graves. A descoberta da sexualidade pela criança é um, por exemplo. As mudanças corporais da adolescência podem igualmente ser traumatizantes para alguns. Há também as palavras que ferem, que humilham ou ainda o sentimento de impotência diante de algumas situações. Tudo isso pode ser trauma e o que o define não é o evento externo com mais ou menos violência, mas o eco psíquico deste acontecimento. O eco psíquico não tem a mesma amplitude em todas as pessoas e mesmo uma pessoa tem momentos diferentes de sua vida em que é mais ou menos vulnerável. É necessário, portanto, ultrapassar o dualismo entre exógeno (evento externo) e endógeno (recursos internos): o trauma é o eco psíquico que tem um acontecimento para um sujeito em determinado momento. O vivido mais ou menos catastrófico desse acontecimento, segundo o estado psíquico desta pessoa em um momento determinado, é que vai determinar a intensidade do trauma (Cremasco, 2012).

O que torna um evento traumatizante é o não preparo do psiquismo, ou seja, ele não dispõe dos recursos, das defesas que lhe permitiriam viver o acontecimento como não catastrófico (Freud, 1920/1969). É por isso que os mesmos acontecimentos podem ser traumáticos para uns e não para outros. A psicanálise postula que todo nosso desenvolvimento psíquico é estruturalmente traumático. Isso significa que nosso psiquismo se desenvolve a partir de traumas vividos e superados.

Para Golse (2002, p. 25-39), o bebê percebe muito cedo que apenas uma parte da linguagem de sua mãe lhe é destinada, a outra se dirige a outro que não é ele, nem ela (triangulação linguística pré-edípiana). É nessas condições que lhe parece existir um desespero anterior à triangulação edípiana, bem precoce.

No entanto, para Bailly (2006) a visada de transformar o traumatismo em motor, em pulsão de vida, concede ao trauma um estranho estatuto. De uma perspectiva psicanalítica lacaniana, o traumatismo pode ser compreendido como o efeito da desestruturação passageira do campo simbólico produzida pela irrupção do real por ocasião de um acontecimento acidental exterior ao sujeito. O protótipo do acontecimento traumatogênico é um encontro do sujeito com sua própria morte.

Para Ferenczi (1932/2006, p. 149) o trauma é uma comoção, uma reação a uma excitação exterior ou interior de um modo autoplástico (que modifica o eu) mais que aloplástico (que modifica a excitação). Essa “neoformação” (*néoformation*) do eu é impossível sem uma destruição anterior (precedente) parcial ou total ou sem dissolução do eu anterior. Um novo eu não pode ser formado diretamente a partir do eu precedente mas a partir de fragmentos, produtos mais ou menos elementares da decomposição daquele. A força relativa da excitação insuportável decide o grau e a profundidade da decomposição do eu (modificação do estado de consciência – transe, estado de sonho – perda do estado de consciência, síncope, morte).

Para Bailly (2006), existem acontecimentos que colocam em perigo o campo simbólico por um ataque direto. Quando o real não é mais mantido à distância, ele faz uma irrupção (invasão) na cadeia significativa, quebra a articulação dos significantes. Ele não é nem um significante nem uma imagem, mas um elemento heterogêneo à estrutura, furando-a.

O trauma é, portanto, a consequência de um evento muito particular sobre o psiquismo. Trata-se de um furo, da desestruturação do psiquismo e, desse ponto de vista, o trauma não pode ser nem se tornar um motor ou o que quer que seja de estruturante. Ao contrário, o que o sujeito faz para se proteger dos efeitos do evento traumático e evitar o trauma ou para se defender do traumatismo verdadeiro, ou seja, o que ele faz face ao acontecimento e não ao trauma, pode conduzi-lo a um funcionamento mais livre e mais verdadeiro. O trauma de morte ao qual Bailly (2006) se refere não dá senso a nada porque ele é sem senso, ele não se articula em nada a nossos desejos (princípio de prazer) porque não pode evocar (relembrar) nenhum gozo infantil. Em revanche, a psique sob tensão, o narcisismo ameaçado de aniquilamento tenta mascarar isso que se projeta

sob a produção de fantasmas cuja irrupção revela e descobre o sujeito e que poderá ser, posteriormente, objeto de um frutuoso trabalho de elaboração em análise.

Podemos dizer que pelo traumatismo o sujeito entra em resiliência, pois ela supõe a retomada de um tipo de desenvolvimento após uma agonia psíquica (Cyrulnik, 2004). Para Hanus (2006, p. 188) não apenas o traumatismo é suportado, integrado, ultrapassado, mas ele faz advirem os efeitos positivos que não existiam antes dele. Qual traumatismo estaria em jogo e por quais vias ele provocaria a resiliência? A compreensão psicanalítica do traumatismo lança luz sobre o fato de que ele não é constituído unicamente do choque provocado pelo agente exterior, mas também pelas possibilidades de reação da pessoa que o suporta. Esse é o fundamento do tratamento psicoterápico do traumatismo.

É certo que o agente traumatogênico não pode ser modificado *après-coup*, mas o impacto psicológico do choque pode ser reelaborado à distância. Se o traumatismo não exceder as forças de quem lhe é vítima, sua integração se realiza por duas vias diferentes mas complementares: a ligação psíquica (se instaura um início de compreensão, de sentido para o que foi vivido como indesejável) e a descarga motora no exterior (possibilidade de não vivenciar o traumatismo passivamente).

A resiliência se desenvolve na repetição dos traumatismos. O primeiro é fundador, o segundo, revelador. É na chegada deste último que a resiliência se exprime (*après-coup*). Os traumatismos fundadores têm lugar na infância e os outros mais tarde, às vezes muito mais tarde. O traumatismo inaugural, desde que vivido na família, é habitualmente da ordem dos maus-tratos ou da carência e, às vezes, dos dois.

Para Bertrand (2006, p. 213) a resolução do traumatismo está ligada às capacidades de mentalização e de simbolização que ampliam o sujeito e que lhe permitem superar com o tempo as experiências traumáticas. Os traumas vividos e superados podem ter por efeito o reforço das defesas psíquicas, os meios de autoproteção que cada um utiliza (de forma inconsciente) para afrontar o sofrimento. Contudo, a resolução de um traumatismo não faz senão revelar uma resiliência. Ou, se se preferir, como se refere Bertrand (2006), a resiliência se paga psiquicamente. Mesmo que o psiquismo estenda (amplie) os meios de proteção e de autoproteção

para se preservar dos traumas psíquicos, sua reorganização, como defesa, tem um custo psíquico. O custo psíquico é uma psicopatologia, com sintomas por vezes incapacitantes, como na neurose traumática, ou uma perda de confiança em si ou ainda uma rigidez de caráter (para proteger a parte frágil em si), comportamentos adictivos ou violentos.

## MECANISMOS DE DEFESA

A resiliência poderá se apoiar sobre as características próprias do sujeito (mecanismos de defesa, elementos da personalidade, aspectos cognitivos, etc) e igualmente sobre aquelas de seu meio relacional (apoio familiar, social, da comunidade, dos pares, etc). Como vimos, o impacto de um evento aversivo e seus efeitos patogênicos podem ser agravados ou atenuados segundo o contexto interno e externo do sujeito que o experiencia (Zugueib Neto, & Cremasco, 2013).

A intensidade emocional de um contexto traumático depende da percepção do sujeito e de suas capacidades defensivas. É, portanto, a subjetividade e não os aspectos fatuais e objetivos que tornam traumática uma situação dada (Hanus, 2006, p. 188; Anaut, 2006, p. 87-88).

Segundo Braconnier (1998), a noção de mecanismo de defesa, como tendo um papel homeostático, engloba todos os meios utilizados pelo eu para controlar e canalizar os perigos internos e externos. Entretanto, eles podem ser mais ou menos adaptados, em função do contexto de sua utilização e da rigidez de sua expressão.

A análise do funcionamento psíquico do processo de resiliência de um sujeito pode se decompor em duas fases: confrontação do trauma e resistência à desorganização psíquica que se caracteriza pelo recurso aos mecanismos de defesa de “urgência” para se proteger da efração psíquica: defesas primárias como negação, repressão dos afetos, projeção, passagem ao ato, comportamento passivo-agressivo, deslocamento, fantasia. A segunda fase é a integração do traumatismo e da reparação e supõe o abandono de certas defesas de urgência para privilegiar defesas mais maduras, secundárias, mais flexíveis e mais adaptadas a longo termo: criatividade, humor, intelectualização, altruísmo, sublimação (Anaut, 2006, p. 90-92). O funcionamento psíquico da resiliência passa por um processo de “mentalização” que faz apelo aos

representantes psíquicos e à simbolização dos afetos. Trata-se de se conferir um sentido à ferida, um trabalho de subjetivação.

Não se pode dizer realmente que existam defesas resilientes no sentido de defesas específicas dos sujeitos resilientes porque todo o registro defensivo de que dispõem os indivíduos em geral pode contribuir no processo de resiliência. Para Tychev e Lighezzolo (2006, p. 146-147), mesmo que os psicanalistas admitam que as defesas ditas secundárias possam ter um maior potencial adaptativo que os processos primários, nenhuma defesa utilizada por um indivíduo em particular tem natureza adaptativa ou patológica. É de fato o uso flexível ou rígido das defesas que vai lhes conferir seu caráter adaptativo ou patológico.

Para Tisseron (2006, p. 284) um dos perigos de se utilizar a palavra resiliência é de nos fazer esquecer que tanto as vítimas quanto os agressores se protegem pelos mesmos processos psíquicos: a clivagem, descrita há mais de meio século por Freud. Ambos têm em comum querer que o acontecimento não seja jamais revivido. Assim, a clivagem não é boa ou má em si, nem bela nem feia. É uma ferramenta psíquica que pode ser colocada a serviço tanto de esquecer as torturas suportadas quanto os crimes cometidos. Claro, ela se constitui como uma forma de sobreviver ao traumatismo mais do que uma maneira de se reconstruir após ele.

As observações clínicas mostram que a resiliência não é sempre constante e definitiva e que um sujeito pode ser resiliente em certos domínios e não em outros (Anaut, 2006, p. 101). A obra de Primo Levi é reveladora quanto a isso no sentido de que o trabalho psíquico nas situações de luto e trauma nunca cessa. Para Tisseron (2006, p. 285) o que nos mostra o trabalho de luto é que a reconstrução psíquica nunca é terminada e a clivagem jamais totalmente suprimida.

Para Bertrand (2006, p. 208-212) após um traumatismo, qual seja, o psiquismo se reorganiza para administrar o trauma, tentar superá-lo. Ele desenvolve defesas, meios para abaixar a tensão interna que suscitou o trauma. Essas defesas se reforçam ou se modificam com a chegada de novos traumas. Assim, nós podemos dizer que nosso psiquismo é feito de experiências traumáticas vividas e superadas. São esses modos de defesa, essas reorganizações psíquicas que certos psicanalistas identificaram à noção de resiliência que vinha de outras fontes teóricas. Assim, Peter

Fonagy, na linha de Wilfred Bion, insiste sobre a importância da mentalização na resiliência.

Também para Tychev e Lighezzolo (2006, p. 127-154) os mecanismos de defesa têm um papel central e particularmente adaptativo no primeiro tempo do processo resiliente: a capacidade de se defender contra as excitações. Num segundo momento, as para-excitações (processos psíquicos que protegem o aparelho psíquico contra um excesso de excitações) são ligadas a uma possibilidade de tratamento, de elaboração da tensão ligada ao trauma pelo canal de uma função complexa chamada de mentalização, como já vimos.

Para Bertrand (2006), a psicanálise tem a especificidade de trabalhar sobre os processos inconscientes, mas toda a psicoterapia passa pela palavra e, portanto, pela mentalização e simbolização, que são processos conscientes. Para Fonagy, Steele, Steele e Target (1994) a mentalização é a atitude de tomar em consideração os estados mentais do outro na compreensão e determinismo de seu próprio comportamento.

Sabemos a importância do que Bion (1994) nomeia como função *alpha*. As impressões sensoriais e emocionais (que ele nomeia de *betas*) que sobrevêm à criança são para ela uma fonte de excitação tóxica, porque ela não sabe como qualificá-las. Ela não sabe o que lhe ocorre e isso é perturbante. A função *alpha* é a mentalização que permite qualificar essas impressões, saber isso que ela sente. Mas, para o bebê, é a mãe que lhe diz, colocando em palavras (simbolização) a qualificação e a significação disso que ele sente. É nesse sentido que a função é chamada de “continente”, ela contém a excitação e a liga às palavras lhes dando sentido e as tornando capaz de serem pensadas (pensável).

Assim que sobrevêm um evento traumático o ego se encontra bruscamente confrontado a um real que ele não pode qualificar e ao qual ele não pode dar um sentido. Como vimos, a mentalização dos afetos após um episódio traumático passa pela necessidade de compartilhar suas emoções com um terceiro significante, quem quer que seja que tenha o estatuto de terceiro (amigo(a), parceiro(a), terapeuta, membro da família, etc). Essa é a condição necessária para a reconstrução da pessoa após o traumatismo, dar uma resposta face às condições desfavoráveis ao sujeito, como ocorre na sublimação.

## SUBLIMAÇÃO

Para Mijolla-Mellor (2006, p. 170-185) os termos sublimação e resiliência têm em comum não terem nascido da análise do psíquico. Se Boris Cyrulnik conserva o termo resiliência das ciências físicas e sociais, Freud também recuperou a noção de sublimação de uma longa linha filosófico-alquimista, passando pela literatura romântica, e distinguiu a sublimação própria dessa tradição da *Sublimierung*, que ele inventa como uma noção metapsicológica.

A sublimação é um trabalho do fluxo pulsional que, encontrando um obstáculo, uma barragem, não deixa entretanto de encontrar um escoamento, ou seja, o fluxo libidinal consegue não se deixar prender na rede do recalamento. Para Mijolla-Mellor (2006, p. 185), a resiliência descrita por Boris Cyrulnik pode constituir um prolongamento descritivo comportamental dessa noção metapsicológica complexa e rica que representa a sublimação.

Para Tisseron (2006, p. 282-283) a evocação da sublimação após um trauma é ambígua. A palavra convém às representações sexuais inaceitáveis que um trauma faz frequentemente surgir, mas bem menos à raiva, que não tem nada a ver com a agressividade edípica, e é importante que as vítimas de uma agressão possam criar. Enfim, é esquecer que o problema principal do trauma não é a representação recalçada, mas a ausência de representação e os comportamentos da ordem do agir.

Para Hanus (2006, p. 194-196), ao contrário, a resiliência se aproxima da sublimação enquanto criatividade. A sublimação é um processo ou mesmo um conjunto de processos de transformação de energias íntimas, libidinais ou mesmo sexuais, e uma criação acessível aos outros. Mas ela designa igualmente o resultado desse processo. A psicanálise considera como sublimados os comportamentos sem relação aparente com a sexualidade, mas encontrando entretanto sua origem na pulsão sexual e se manifestando na esfera cultural, intelectual, artística (Freud, 1908).

A sublimação comporta três tempos (Hanus, 2006, p. 194-196): o desinvestimento das pulsões parciais, o reinvestimento e a expressão criativa. As forças primitivas, selvagens, são assim a origem da resiliência, verdadeiramente o ódio violento contra os maltratantes. Mas, tanto

na resiliência quanto na sublimação, existem recalcamientos e fracassos do recalcamiento. A resiliência e a sublimação testemunham de uma grande força criativa, isso que incita a aproximá-las. No entanto, grandes diferenças as separam. O ponto de partida já é muito distante: o portador da sublimação, para exprimir e colocar forma em uma parte de seus conteúdos inconscientes e pré-conscientes, submete si mesmo a um conjunto de pressões (coações) internas. Isso parte dele mesmo, o domínio da situação que ele pode modificar. A situação do resiliente é totalmente diferente: ele não tem a escolha da situação difícil e perigosa que se lhe impõe. É coagido externa e urgentemente e não tem a possibilidade de se subtrair disso. Assim, o ponto de partida é pessoal e ativo na criação da sublimação e ele é exterior e passivo na resiliência. Os resultados de uma e de outra não são da mesma ordem.

A sublimação demanda uma certa objetivação de seus aportes (partes) pessoais: é a obra criada que se separa de seu autor para levar sua própria vida. O resultado da resiliência não é exterior a seu autor, ele lhe resta fixado, é eminentemente pessoal mesmo se estabelece efeitos constatáveis ao seu redor.

### **A RESILIÊNCIA PODE SER UMA APOSTA PARA A PSICANÁLISE?**

Como vimos no início deste texto e é reafirmado por Ionescu (2006, p. 29), podemos notar na evolução da pesquisa sobre a resiliência que o interesse pelo funcionamento intrapsíquico – aspecto que interessa aos psicanalistas – manifestou-se apenas mais tarde.

Os estudos dos anos 70-80 colocaram acento sobre o comportamento socialmente adaptado, seus modos de adaptação, sobre a competência comportamental ou sobre o *coping* como estratégia desenvolvida pelo indivíduo para enfrentar o *stress* (Ionescu, 2006; Anaut, 2006).

Para Hanus (2006, p. 200-203), querer dar à resiliência um *status* no corpo teórico da psicanálise implica confrontá-la à metapsicologia freudiana em sua tripla perspectiva tópica, dinâmica e econômica.

Para Tisseron (2006), a lógica da palavra resiliência parece reter, dos conceitos psicanalíticos que ela empresta apenas seus aspectos positivos e estruturantes e, justamente, o que caracteriza a psicanálise é ser construída

em torno da tensão dos papéis jogados por nossa vida psíquica, pelos casais de forças opostas: vida e morte. Para o autor, o essencial da lição freudiana é que o ser humano não trabalha apenas pra se construir, mas também para se alienar – e que a linguagem joga um papel essencial nos processos psíquicos. Para esse autor, nada sobre isso aparece na resiliência, nem sobre os obscuros desejos que nos habitam, nem sobre a compulsão à repetição e a fascinação pelo mal e pela morte – e isso pode ser um problema para situá-la psicanaliticamente. No entanto, veremos a seguir com Hanus (2006) como a descrição da resiliência na tripla perspectiva da metapsicologia freudiana situa-a psicanaliticamente em torno da tensão dos papéis jogados por nossa vida psíquica, contrariando o posicionamento de Tisseron (2006, 2007).

Na primeira, a tópica, o processo criativo da resiliência é inconsciente. O processo criativo faz advir ao consciente uma parte que estava até então, antes do trauma, inconsciente. O sujeito não sabe por si mesmo de onde tira suas forças. O resultado da resiliência que seu entorno constata se exprime conscientemente na vida psíquica do sujeito. O processo criativo associado ou não à resiliência faz advir ao consciente uma parte disso que estava no inconsciente. Mas o pré-consciente tem também um grande lugar na elaboração da resiliência, daí a frequência dos sonhos diurnos e noturnos nos quais a pessoa traumatizada sonha viver num mundo melhor.

Na segunda tópica e na dinâmica da metapsicologia, a resiliência é o ponto extremo da função do eu. Hanus (2006) chamou de “aptidão ao luto”, a capacidade de se desprender, capacidade de perda, de suportar a ausência e a falta e conservar uma confiança suficiente em si de tal forma que o funcionamento psíquico de base não se altere profundamente. As forças que estão na origem da resiliência assim como as representações e os fantasmas que vão se exprimir por seu intermédio estão em grande parte inconscientes, como parte do id.

Quanto ao superego, uma distinção se faz necessária quando o traumatismo se origina na família ou no exterior da família. Nestes últimos casos, o superego do resiliente parece não estar em questão. Quando as violências são na família, o superego tem uma outra face, ele é, de qualquer forma, clivado: a criança deve se situar entre o superego dos pais,

comum, pouco diferenciado e rígido – dos quais as exigências parentais são frequentemente a expressão –, e os comportamentos traumatizantes destes mesmos pais aos quais a criança não pode se identificar para constituir seu próprio superego. Nesse contexto, o superego é mais social que interiorizado. A interiorização, assunção pessoal do superego, se faz por identificação aos exemplos parentais. Nisso há uma falta, mas tanto mais o superego vacila, tanto mais o ideal de eu brilha. Na segunda tópica e na perspectiva dinâmica da resiliência se situa essencialmente o processo criativo que traz à consciência certos conteúdos do inconsciente por intermédio de uma maturação pré-consciente.

Mas a dinâmica da resiliência se encontra também no movimento que religa o superego deficiente ao ideal de eu aparentemente triunfante, daí o aspecto econômico. Ao pai faltante e maltratante da realidade a criança maltratada associa, em sua vida psíquica, a imago de um pai idealizado. Essa figura idealizada vai perdurar imóvel, contrariando a evolução habitual na qual o pai idealizado dos primeiros anos da infância vai ser progressivamente desidealizado para assegurar a independência (autonomia) da criança. Esse ideal de eu que ajuda a sobreviver é uma força que leva (empurra, força) a realizá-lo, a fazer advir por si mesmo o ‘bom pai’ que a criança, mesmo se tornando adulta, guarda a nostalgia de não ter podido conhecer. Mas parece que mais frequentemente o eu fracassa em fazer advir esse ideal e evolui progressivamente para a depressão e para os riscos suicidas. Existe igualmente uma terceira via: a criança carente, maltratada inicialmente, consegue na sua vida adulta uma grande parte das exigências desse ideal elevado: ela tem sucesso na profissão, funda uma família feliz, estabelece boas relações interpessoais. Mas, por vezes, chegado o auge de seu sucesso, expressão de sua resiliência, ela começa a se sabotar (destruir-se). Progressivamente ela destrói isso que tinha construído e termina na miséria ou no suicídio. A identificação negativa ao pai destruidor (identificação ao agressor) foi mais forte.

Para Pedinielli (2006, p. 302) a tensão entre o ego e seus ideais é típica de certas patologias ligadas ao suicídio (depressão) ou a certas fases (adolescência), mas a morte de si mesmo ou a destruição de uma parte de si (ou do outro em si) são estreitamente dependentes da relação ao ideal e à agressividade que ele engendra.

Segundo Mijolla-Mellor (2006), a ambição de Boris Cyrulnik não é da ordem da metapsicologia e, portanto, ela não tem o objetivo de comparar termo a termo noções, mas de interrogar sobre o que os aproxima e o que os afasta, justificando, por exemplo, que o processo criativo ou a sublimação, como processo geral que concerne à vida pulsional, não é suficientemente pertinente para explicar o que Boris Cyrulnik designa por resiliência. Ele o cita como um mecanismo de defesa que para a autora é um contrassenso à noção de sublimação que pode ser vista como uma invenção de uma terceira via que não é nem a realização pulsional direta nem uma defesa, mas aquilo que pode ignorar o interdito não tendo mais que a ele se confrontar.

Ao contrário da resiliência, que caracteriza um comportamento que sucede a um traumatismo suportado, a sublimação é um destino pulsional que concerne ao objeto e ao objetivo da pulsão sexual (Freud, 1908, p. 33). Entretanto, elas compartilham um traço comum fundamental: são respostas bem-sucedidas face às condições desfavoráveis para um sujeito, como se apresentam nos processos traumáticos e nas situações de luto que nos propusemos focalizar. E talvez esta seja a aposta para a psicanálise.

## RESILIÊNCIA NA CLÍNICA DO LUTO

Para Hanus (2006, p. 196-200) o trabalho de luto que leva à superação do traumatismo da perda pode nos parecer uma forma costumeira de resiliência e nos levar a pensar que luto e resiliência têm relações mais ou menos próximas.

Freud (1915) se interessou pelo luto mas essencialmente na ótica da depressão melancólica, assunto muito trabalhado com Karl Abraham (*Esquisse d'une histoire du développement de la libido basée sur la psychanalyse des troubles mentaux*, 1924) antes de escrever "Luto e melancolia".

Nós não podemos esquecer que ele definiu o luto não apenas como a reação habitual à perda de um ente querido mas sobretudo a um valor ideal. A dor tão forte do luto, uma das preocupações para se compreender o luto, que comporta uma parte de inaceitável, parece sobretudo associada à falta: perda narcísica, a desintração pulsional com o retorno libidinal para o eu e a comparação com a ferida física (Freud, 1926).

Como sabemos, o mais importante no desenvolvimento do luto como em suas saídas é a natureza da relação anterior à perda e desenvolvemos, anteriormente, a hipótese de que a resiliência se funda igualmente sobre a natureza das relações anteriores e do meio atual de vinculação social. Se os traumatismos fundadores e reveladores da resiliência são manifestamente relacionais, somos levados a pensar que existe no resiliente, desde a criança resiliente, outras relações e, sem dúvida, precoces e suficientemente boas para dar os fundamentos da confiança em si que é a base da resiliência.

Uma indicação indireta e retrospectiva pode ser encontrada no fato de que a resiliência necessita, para se manifestar, da presença de um tutor de resiliência, isso que Boris Cyrulnik chama de “reencontro” (Hanus, 2006, p. 197). Quando se trata de traumatismos graves uma ajuda terapêutica é necessária. É uma ilusão acreditar que alguém poderá sair sozinho. É uma ilusão também querer evitar a todo preço as experiências traumáticas aos nossos próximos porque não se pode saber por antecedência o que pode sobrevir. Ao contrário, é mais importante acompanhar as pessoas que viveram uma experiência traumática, sustentá-las, orientá-las em direção de uma ajuda terapêutica específica.

No início da resiliência, como do luto, existe a perda. Freud definiu o luto em relação à perda e não em relação à morte. A perda do luto não é senão a de ser amado e da relação mantida com o ser amado; ela é, sobretudo, narcísica. Mas e a perda da resiliência? Existem as situações de luto repetidas, de abandono, de carências graves que se encontram no início de certas manifestações de resiliência, mas qual é a perda em outras situações: por exemplo das crianças maltratadas e resilientes? Do investimento no outro que traumatiza, o aumento da ambivalência supera a predominância do ódio (que não exclui a relação de amor), que deve ser gerenciado (administrado) para evitar o agravamento do traumatismo e para proteger o perseguidor amado na sua imagem, apesar da realidade, como já vimos. Uma das maneiras de administrar essa raiva é evidentemente de retorná-la contra si em um acirrado sentimento de culpa ou em uma autodepreciação depressiva, ou ainda em tendências suicidas tão frequentemente encontradas nesses sujeitos, como já descrevemos anteriormente. Mas então por que algumas dessas crianças, que vamos chamar de resilientes, “parecem” capazes de tudo suportar?

Michael Rutter (1985, p. 598-611) tentou fornecer uma resposta, ao menos no que concerne às crianças filhas de doentes mentais. A criança suporta os comportamentos agressivos, sejam cruéis, de seu pai doente se justamente ela sabe que se trata de um comportamento doentio, que seu pai é doente e que ela encontra apoio afetivo seja no outro pai, seja em uma família suportativa.

O que aproxima luto e resiliência (Hanus, 2006, p. 198-200) é o fato de um e outro serem impostos e que não é possível deles se subtrair. Esses dois processos, cada um a sua maneira, permitem retornar (recomeçar, retomar) atividade no plano psíquico. O que se trata nos processos de luto importantes é sobretudo a sobrevivência psíquica, mas em que estado? Se o trabalho de luto é um processo que opera ativa e inconscientemente para a maior parte após a perda de uma pessoa fortemente investida e/ou de um valor ideal, como disse Freud (1915), ele não vem senão reativar uma função do eu que é capacidade de perda, o que o Hanus (1976) chama de “aptidão ao luto”, já citada.

Essa capacidade de integrar psiquicamente a perda se institui na primeira infância em função do vivido e da integração das separações com a mãe ou interferência e presença do terceiro, o pai, da confrontação das faltas e das ausências dessa mãe inicial que comporta, no início, a totalidade dos cuidados maternos, ou seja, em função da aquisição de uma confiança suficiente e de seu funcionamento psíquico pré-consciente para suportar a ausência e a falta. Coloca-se em evidência a capacidade para suportar as perdas tanto da mãe quanto do pai, o que nos remete às suas próprias infâncias, mas também à história familiar de perdas, lutos e separações de sua família e das gerações. É o nascimento do apego seguro, a fundação da base de confiança em si (Cremasco, 2015).

Para Tisseron (2006, p. 278-280), os psicanalistas que desejam contribuir com a resiliência podem fazê-lo de diversas maneiras: desenvolver as noções já conhecidas insistindo sobre suas relações com a resiliência (por exemplo, a capacidade de jogar de Winnicott, os envelopes psíquicos de Didier Anzieu ou, ainda, as castrações simbologênicas (*symboligènes*) de Françoise Dolto); tentar introduzir uma articulação psicodinâmica nas noções de psicologia descritiva tais como “manter as emoções à distância” ou “deixar solto”; ou ainda tentar

melhor desenvolver a parte entre as defesas voltadas ao mundo interno e aquelas que são voltadas contra o mundo externo.

Segundo Golse (2006, p. 62-63) existem muito mais coisas que ignoramos do que conhecemos em matéria de resiliência. Após ter-se muito falado sobre a vulnerabilidade, fala-se agora em resiliência como processo que vem relativizar e temperar a vulnerabilidade, como uma faceta positiva da vulnerabilidade.

Para Anaut (2006, p. 103) os trabalhos sobre a resiliência respondem à evolução das práticas de cuidado na atualidade, inscrevendo-se na complementariedade do modelo clássico da vulnerabilidade.

Entendemos com isso que a importância desse conceito é ampliar a visão de vulnerabilidade apenas centrada nos fatores de risco, como são os eventos traumáticos, para uma articulação psicodinâmica que desenvolva aspectos psíquicos protetivos e defensivos do sujeito inserido no social, pois o que permite reatar o vínculo social tem potencialidade de representação do golpe e, com isso, de desenvolver a resiliência.

## REFERÊNCIAS

- Anaut, M. (2006). La résilience au risque de la psychanalyse ou la psychanalyse au risque de la résilience? In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 77-104). Paris: Odile Jacob.
- Bailly, L. (2006). Résilience et psychanalyse. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 223-234). Paris: Odile Jacob.
- Bertrand, M. (2006). Résilience et traumatismes. Um point de vue psychanalytique. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 205-222). Paris: Odile Jacob.
- Bion, W. R. (1994). *Estudos psicanalíticos revisados* (Tradução: Wellington M. de Melo Dantas. 3.ed.). Rio de Janeiro: Imago.
- Braconnier, S. (1998). *Psychologie dynamique et psychanalyse*. Paris: Masson.
- Chiland, C. (2006). Réticence à propos de la résilience. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 263-274). Paris: Odile Jacob.
- Cremasco, M. V. F. (2008). Violência e resiliência: enfrentamento do traumático na clínica psicanalítica. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*, 2, 222-240.
- Cremasco, M. V. F. (2012). A superação do traumático: diálogos entre a psicanálise e a teoria crítica na atualidade. *POLÊMICA*, [S.l.], 9(4), 16-26. Recuperado em 26 set. 2018 de <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2816>>.
- Cremasco, M. V. F. (2015). Psychic trauma and memory. In Owczarski, W., & Cremasco, M. V. F. (orgs.). *Solidarity, memory and identity* (p. 220-226). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Cyrulnik, B. (2001). *Uma infelicidade maravilhosa – vencer os fracassos na infância*. (Tradução: Carlos Correia Monteiro de Oliveira). Porto, Portugal: Ambar Edições.
- Cyrulnik, B. (2004). *Os patinhos feios*. (Tradução: Mônica Stahel). São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B. (2006). *Falar de amor à beira do abismo*. (Tradução: Claudia Berliner). São Paulo: Martins Fontes.
- Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.). (2006) *Psychanalyse et résilience*. Paris: Odile Jacob.

- Czerny, J. (2007). Resenha. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(4), 161-164. Recuperado em 12 abr. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2007000400016&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000400016&lng=pt&tlng=pt)>.
- Ferenczi, S. (2006). De la psychologie da la commotion psychique in Ferenczi, S. [Autor], *Le traumatisme*. (Tradução: Coq Héron). Paris: Editions Payot e Rivages. (Original publicado em 1932)
- Fonagy, P., Steele, P., Steele, S., & Target, M. (1994). The theory and practice of resilience. *J. Child Psychiatry*, 35(2), 231-257.
- Freud, S. (1969). *La vie sexuelle*. (Tradução: J.-B. Pontalis). Paris: PUF. (Original publicado em 1908)
- Freud, S. (1969). Au-delà du principe du plaisir. In Freud, S. [Autor], *Essais de psychanalyse*. (Tradução: Jean Laplanche). Paris: Payot. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1981). Le moi e le ça. In Freud, S [Autor], *Essais de psychanalyse*. (Tradução: Jean Laplanche). Paris: Payot. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1990). Inibições, sintomas e ansiedade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 20. (Tradução: J. Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926[1925])
- Freud, S. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904*. (Tradução: V. Ribeiro). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. (Tradução: J. Salomão). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917[1955])
- Golse, B. (2002). Le désespoir chez les très jeunes enfants ou “tant qu’il y a du désespoir, il y a de la vie”. In André, J. (dir.). *Le temps du désespoir*, (p. 25-41). Paris: Petit Bibliothèque de Psychanalyse.
- Golse, B. (2006). Le pédopsychiatrie-psychanalyste face au concept de résilience. La résilience avant l’après-coup? ou tous les enfants de mère déprimée ne deviennent pas... Sigmund Freud In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 61-76). Paris: Odile Jacob.

- Hanus, M. (2006). Freud et Promathée, un abord psychanalytique de la résilience. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 187-204). Paris: Odile Jacob.
- Hanus, M. (1976). *La pathologie du deuil*. Paris: Masson.
- Houzel D. (2006). Psychanalyse et résilience. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 247-262). Paris : Odile Jacob.
- Ionescu, S. (2006). Pour une approche intégrative de la résilience In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 27-44). Paris: Odile Jacob.
- Manciaux, M. Vanistendael, S., Lecomte, & J. Cyrulnik, B. (2001). La résilience: états des lieux. In Manciaux, M. (dir.), *La résilience: résister et se construire* (p. 13-20). Genève: Cahiers Médicaux Sociaux.
- Mijolla-Mellor, S. (2006). Sublimation et résilience. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 167-186). Paris: Odile Jacob.
- Pedinielli, J.-L. (2006). Mort et résilience. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 289-304). Paris: Odile Jacob.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Tichey, C., & Lighizzolo, J. (2006). La résilience au regard de la psychologie clinique psychanalytique. In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 127-154). Paris: Odile Jacob.
- Tisseron, S. (2006). Questions sur un mot ou comment une théorie se fabrique dans ses enjeux autant que dans ses énoncés? In Cyrulnik, B., & Duval, Ph. (orgs.), *Psychanalyse et résilience* (p. 275-289). Paris: Odile Jacob.
- Tisseron, S. (2007). *La résilience*. Paris: PUF.
- Zugueib Neto, J. & Cremasco, M. V. F. (orgs.) (2013). *Trauma, traços e memória*. Curitiba - PR: CRV.

Recebido em 20 de maio de 2018

Aceito para publicação em 04 de setembro de 2018

# DESAFIOS DO ENLACE TEÓRICO / TÉCNICO NA CLÍNICA DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

*Cassandra Pereira França\**  
*Cynthia da Conceição Tannure\*\**  
*Danielle Pereira Matos Rabelo\*\*\**

## RESUMO

O presente artigo descreve o trabalho desenvolvido em um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que atende crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Serão relatadas as conclusões de duas teses inspiradas na escuta dos pacientes acompanhados por esse Projeto, e por meio das quais é possível destacar alguns limites presentes na construção da clínica da violência sexual: a

---

\* Doutora em Psicologia clínica pela PUC-SP, onde também realizou o Pós-doutoramento; Professora de graduação e Pós-graduação do curso de Psicologia da UFMG, Coordenadora do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica e do projeto de Pesquisa e extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (CAVAS/UFMG). Autora dos livros *Ejaculação precoce e disfunção erétil: uma abordagem psicanalítica* (Casa do Psicólogo, 2001), *Disfunções sexuais* (Coleção Clínica Psicanalítica, Casa do Psicólogo, 2005), *Nem sapo nem princesa: terror e fascínio pelo feminino* (Blucher, 2017) e organizadora dos livros *Perversão: variações clínicas em torno de uma nota só* (Casa do psicólogo, 2005), *Estilos do xadrez psicanalítico: a técnica em questão* (Imago, 2006), *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil* (2010), *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar* (Escuta, 2014) e *Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual* (Blucher, 2017).

\*\* Graduada em Psicologia (UFMG). Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, na área de concentração Estudos Psicanalíticos. Supervisora clínica do Projeto de Pesquisa e Extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (CAVAS), da UFMG. Professora e supervisora de estágio do curso de Psicologia da Faculdade Arnaldo Jansen.

\*\*\* Graduada em Psicologia pela UFMG. Mestre e Doutora em Psicologia (UFMG) na área de concentração Estudos Psicanalíticos. Supervisora clínica do Projeto de Pesquisa e Extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (CAVAS), da UFMG. Professora e supervisora de estágio do curso de Psicologia da Faculdade Arnaldo Jansen.

realidade dos cuidados negligentes e violentos, aliada à atualização de elementos arcaicos provenientes das primeiras relações objetais, que não tiveram chances de elaboração. Tal cenário é apresentado, inicialmente, no contexto das relações fraternas incestuosas, que denunciam obstáculos na introjeção de objetos reasseguradores e continentes das angústias provenientes das mudanças corporais impostas pela puberdade. Em seguida, apresentaremos alguns limites relacionados à precariedade dos vínculos de confiança que reverberam os moldes primitivos das relações das mães com seus filhos frente às histórias de abuso sexual intrafamiliar. Tais pesquisas, ao pensar a problemática do cuidado, apontam para a necessidade de que os estudos e as intervenções na área da violência sexual infantojuvenil contemplem o conjunto de fatores associados à produção do sofrimento humano, tais como os problemas de ordem social e econômica, articulados aos elementos intrapsíquicos. Vimos ressoar esses esforços na proposta da clínica ampliada, na medida em que foi preciso fortalecer a visão integrada e multidimensional do sujeito com o qual trabalhamos.

Palavras-chaves: relações objetais arcaicas; clínica ampliada; incesto; abuso sexual.

### CHALLENGES OF THEORETICAL / TECHNICAL LINK IN THE CHILDREN AND ADOLESCENTS' SEXUAL ABUSE CLINIC

#### ABSTRACT

*The current paper describes the work developed in a research and science outreach project from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), which treats children and adolescents who are victims of sexual abuse. Conclusions of two PhD dissertations which have been inspired by the hearing of patients followed by this project will be reported. By means of both dissertations, it is possible to highlight some challenges present in the construction of the sexual violence clinic: the reality of neglected and violent care, coupled with the updating of archaic elements, stemming from the first objectual relations which have had no chance of further working through. First, this scenario will be presented in the context of parent incestual relations, which denounced obstacles in the introjection of reassuring objects that envelop the angst and excitations stemming from body changes imposed by puberty. The next step is to show some limits related to the precarity of the trust bonds which echo the primitive frameworks of the relations between mothers and their children*

*regarding the stories of intrafamilial sexual abuse stories. Such research, by thinking about the issue of care, lead to the need of further studies and interventions in children and adolescents' sexual violence area. Those studies and interventions must comprehend the connection between intrapsychic elements and a set of factors related to the production of human suffering, such as concrete order issues (economic and social matters, for instance). We have seen a reverberation of such efforts in the proposal of an enlarged clinic, with the need of strengthening an integrated, multidimensional vision of the subject with which we work.*

*Keywords: archaic object relations; enlarged clinic; incest; sexual abuse.*

## **DESAFÍOS DEL ENLACE TEÓRICO / TÉCNICO EN LA CLÍNICA DEL ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL**

### **RESUMEN**

*El presente artículo describe el trabajo desarrollado en un Proyecto de investigación y extensión, de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), que ofrece trabajo psicoterapéutico a niños y adolescentes víctimas de abuso sexual. Se presentarán las conclusiones de dos tesis basadas en la escucha de pacientes acompañados por el Proyecto, a través de las cuales destacamos algunos desafíos presentes en la construcción de la clínica de la violencia sexual: la realidad de los cuidados negligentes y violentos, sumada a la actualización de elementos arcaicos en las primeras relaciones objetales que no encontraron posibilidades de elaboración. Este escenario será presentado primero en el contexto de las relaciones fraternas incestuosas, que denuncian obstáculos en la introyección de objetos reaseguradores y continentes de angustias y excitaciones procedentes de los cambios corporales exigidos en la pubertad. Enseguida, exhibiremos algunos límites relacionados a la precariedad de vínculos de confianza resonantes de moldes primitivos de relaciones de las madres con sus hijos frente a historias de abuso sexual intrafamiliar. Al pensar la problemática del cuidado, estas investigaciones apuntan la necesidad de estudios e intervenciones en el área de la violencia sexual infantojuvenil que examinen el conjunto de factores asociados a la producción del sufrimiento humano, como los problemas de orden concreto, social y económico, junto a elementos intrapsíquicos. Vimos resonar esos esfuerzos en la propuesta de la clínica ampliada, en la medida que se hace necesario fortalecer la visión integrada y multidimensional del sujeto que trabajamos.*

*Palabras claves: relaciones objetales arcaicas; clínica ampliada; incesto; abuso sexual.*

## INTRODUÇÃO

Pensar o sofrimento psíquico na atualidade exige o redimensionamento de sua compreensão, de modo a considerá-lo não apenas a partir de seus componentes intrapsíquicos, mas também em suas esferas intersíquicas e sociais. Esse é o sentido que se propõe, a partir da clínica ampliada, tal como idealizada por Basaglia (1924-1980) e sua visão do adoecimento mental atenta aos aspectos intersetoriais, coletivos e institucionais. Com base nessas ideias, nas décadas de 1960 e 1970 esse autor funda na Itália o movimento da Reforma Psiquiátrica, que inspirará o surgimento de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos.

Diferenciando-se de uma visão centrada na doença e seus aspectos mentais, Basaglia introduziu a proposta da “clínica do sujeito” (Winograd, & Vilhena, 2014), fruto do reconhecimento da desumanização dos recursos disponibilizados pela medicina e psiquiatria no atendimento aos pacientes em saúde mental, que não correspondiam a uma visão democrática, mas, sim, excludente e hospitalocêntrica, que condenava os pacientes – ora vistos apenas a partir dos seus sintomas – ao isolamento e “miséria humana” (Winograd, & Vilhena, 2014). Segundo essas autoras, era urgente, naquele momento, a subversão da cultura de assistência vigente e a ampliação da visão de sujeito, assim como a construção de novos modelos de intervenção clínica, que deveriam reconhecer a noção de corpo vinculada, necessariamente, aos contextos sociais, muitas vezes também adoecidos.

Assim como ocorreu com o campo médico, a Psicologia, nos últimos anos, tende a pensar suas intervenções, nos vários contextos de atuação, na direção da clínica ampliada, o que tem fomentado uma série de projetos acadêmicos que valorizam uma perspectiva multidimensional dos fenômenos sintomatológicos da cultura, indo além de uma abordagem intrapsíquica. A exemplo disso, temos encontrado, nas discussões atuais acerca do abuso sexual infantojuvenil, a valorização de uma perspectiva multidimensional do fenômeno da violência, o que requer incluir os contextos sociais e culturais além dos fatores individuais na produção do sofrimento daqueles sujeitos que tiveram seus direitos violados. É nessa direção que descreveremos o trabalho desenvolvido no Projeto CAVAS/

UFMG (Projeto de pesquisa e extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual)<sup>1</sup>, criado e coordenado, desde o ano de 2005, pela Dra. Cassandra Pereira França, docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

O Projeto abre três frentes de trabalho em extensão: a primeira delas é a de oferta contínua de atendimento clínico à comunidade; a outra advém da constituição de um campo de estágio e de discussões teóricas visando à formação discente para o atendimento da clínica do traumatismo sexual; e uma terceira é composta pela interlocução e capacitação de profissionais da rede de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil (França, 2014). As principais problemáticas que vêm sendo estudadas são: a identificação com o agressor, o traumatismo psíquico, os possíveis distúrbios na construção da identidade sexual, as conseqüências psíquicas da consumação do complexo de Édipo, os segredos patológicos, a adoção de crianças vítimas de abuso sexual, as relações fraternas incestuosas e as configurações das relações maternas no contexto do abuso intrafamiliar. Os estudos desenvolvidos pelo projeto junto a instituições e universidades estrangeiras que têm se dedicado à problemática do abuso sexual à luz da Psicanálise vêm inspirando inúmeras pesquisas de iniciação científica, dissertações de Mestrado e Doutorado em Estudos Psicanalíticos. Os resultados das investigações, enfim, têm sido apresentados em livros<sup>2</sup> organizados pela Prof. Dra. Cassandra Pereira França, que procuram conscientizar a sociedade acerca do caráter nefasto do abuso sexual quando viola os corpos de sujeitos em processo de amadurecimento emocional.

Um dos maiores desafios do Projeto CAVAS/UFMG é ter que lidar com os efeitos da perversão dos adultos e o silenciamento de outras figuras de cuidado das crianças que, ao invés de as protegerem, deixam-nas vagando solitárias pelos labirintos da perversidade. O abuso intrafamiliar gera perplexidade em razão de sua frequência e pelo seu potencial de produzir uma significativa desorganização psíquica naquele que o experimenta, além de um grande sentimento de solidão. Segundo França (2010): “[...] o incesto afeta o núcleo mais pessoal e básico da identidade, o corpo, e provoca uma devastação psíquica maior ainda porque quebra os vínculos fundamentais para os processos de identificação [...]” (França, 2010, p. 13).

Assim, em nosso cotidiano clínico, temos que lidar com um assunto embaraçoso, afinal “estamos enveredando por um labirinto sagrado, cheio de enigmas e silêncios que podem nos deixar inermes na escuridão” (França, 2014, p. 11). Dentro desse contexto, apresentaremos, como exemplos de desafios da clínica ampliada, duas pesquisas de doutoramento que tentam se aproximar da gênese do silenciamento do abuso sexual pelo viés das configurações maternas arcaicas que esclarecem inúmeros casos de negligência com a prole e, inclusive, o incesto fraterno.

### OBSTRUÇÃO DA FUNÇÃO DE CUIDADOS NO PSIQUISMO MATERNO<sup>3</sup>

Uma das questões que nos chamou atenção, ao longo do trabalho no Projeto CAVAS/UFGM, foi a precariedade dos vínculos maternos e suas possíveis implicações nos casos de crianças e adolescentes com histórias de abuso sexual. Passamos a refletir sobre as possíveis obstruções no campo dos cuidados ditos “maternos” no contexto da clínica do traumatismo sexual e, a partir de então, começamos a buscar ancoragem teórico-clínica, que pudesse dar conta das angústias trazidas para o *setting*, e que pareciam revelar que as marcas de violência trazidas na bagagem dessas crianças e adolescentes não se restringiam aos abusos sexuais.

Nossas leituras nos conduziram a Ferenczi (1933/1992), em seu clássico texto “Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e a da paixão”. Nesse texto, ele já anunciava que o traumatismo sexual se configurava tanto na experiência de abuso em si, assim como no fato de que a criança, ao relatar para a mãe os abusos, era desmentida por ela. Tal situação ocorria, segundo ele, em situações em que as relações da criança com a mãe – mesmo antes da experiência de abuso – não são “suficientemente íntimas para que a criança possa aí encontrar uma ajuda” (Ferenczi, 1933/1992, p. 352). A mãe, portanto, tenderia a tomar a fala da criança como uma tolice, recusando-se a acreditar no que viu ou ouviu (Ferenczi, 1933/1992). A falta de alguém que possa auxiliar a criança na metabolização da experiência de abuso, por sua vez, ocasionaria um colapso na sua psique, impedindo-a, enfim, do registro e da ligação da experiência no aparelho psíquico.

As considerações de Ferenczi (1933/1992) sobre o distanciamento das mães em relação a seus filhos foram fazendo sentido, à medida que se

associavam às inúmeras queixas das crianças e adolescentes que atendíamos. Chegamos a suspeitar que os desencontros entre a mãe e o filho/a vívidos frente à história de um suposto abuso reacendiam mágoas, ressentimentos, rivalidades muito precoces, vívidos não somente em fantasia, mas possivelmente acentuadas pelos desencontros ou obstruções de cuidados ocorridos entre a mãe e a criança nos primeiros anos de vida do filho/a.

A partir daí, algumas questões foram sendo delimitadas em torno do que se passava com as mães que desprotegiam ou desmentiam seus filhos/as nessas situações de abuso sexual. Questionamos se essas mulheres jamais chegaram a exercer a função materna, ou se a experimentaram, mas foram dela arrancadas pela desorganização psíquica arrebatadora desencadeada pela percepção de um jogo de sedução incestuoso que ocorria no lar, debaixo de seus próprios olhos. Tal quadro de desconfiança entre mães e filhos se apresentava, por exemplo, na atitude de muitos filhos ou filhas que sequer comentavam com as respectivas mães a violência sexual sofrida. Outras crianças, um pouco mais ousadas, até se atreviam a contar, mas se deparavam com um novo desapontamento: o possível descrédito e a indiferença da mãe. Em alguns casos, ocorreu uma situação pior: a/o filha/o foi julgada/o como participante ativa/o no envolvimento sexual. Isso sem falar naqueles casos em que as crianças foram surpreendidas com histórias de abuso sexual, possivelmente criadas nas fantasias de suas próprias mães.

Enfim, a apatia, o jogo de rivalidade ou a intrusão de algumas mães era tão marcante que tornou fundamental a oferta da escuta dessas mulheres por parte dos técnicos do projeto. A partir dessa experiência, contudo, nos deparamos com mulheres que nos pareciam portadoras de prévias fragilidades emocionais, as quais estariam funcionando como fatores impeditivos, tanto do exercício de suas funções de proteção enquanto mulheres adultas, quanto do reconhecimento do sofrimento das crianças que estavam sob seus cuidados.

Diante disso, formulamos as seguintes questões: estaria implantado, nas configurações maternas arcaicas, um modo de relação objetal que impede a mãe de exercer a função materna ou, melhor dizendo, a ética de um adulto protetor? As obstruções das funções de cuidado – observadas nas mães das crianças com histórias de abuso sexual – estariam, em alguma medida,

relacionadas às opilações na internalização dos cuidados maternos na tenra infância, e que serão colocadas à prova na maternagem, especialmente quando essa mulher se depara com uma história de abuso sexual do/a filho/a?

As nossas investigações teóricas, aliadas às nossas análises clínicas, nos conduziram à compilação e sistematização de pelo menos dois grandes eixos de estudo, que representam duas vias de obstrução do cuidado: a via desvitalizante, que se aproxima do que André Green teorizou como a “mãe morta”; e a via da inveja, que foi tratada extensamente por Melanie Klein.

A começar pela investigação da desvitalização das relações de cuidado nesse contexto, tomamos como principal referência o trabalho de André Green (1980/1988). Utilizando a imagem de uma “mãe morta” como metáfora, ele descreve uma cena em que, repentinamente, uma criança passou a ser cuidada por uma mãe psiquicamente morta, ou seja, embora a mãe estivesse viva, a sua presença ficou marcada por uma ausência. Nas palavras de Green (1980/1988, p. 239): “uma mãe que permanece viva, mas que está, por assim dizer, morta psiquicamente aos olhos da pequena criança de quem cuida”.

Tal imagem moribunda marcaria a psique infantil, registrando uma mudança de qualidade dos cuidados maternos, ou seja, uma descontinuidade da devoção da mãe. Se antes a relação da criança com a mãe configurava-se como “rica e feliz” (Green, 1980/1988, p. 249), por estarem presentes o investimento libidinal e afetivo, garantindo a constituição da subjetividade do infante, de repente, por alguma razão, a mãe entrou em um quadro depressivo, deixando a criança desamparada. Assim, a depressão materna transformou “brutalmente o objeto vivo, fonte de vitalidade da criança, em figura distante, átona, quase inanimada” (Green, 1980/1988, p. 239), resultando numa cena que ele descreve como “um falso seio, carregado por um falso *self*; amamentando um falso bebê” (Green, 1980, p. 259). As conseqüências da perda do amor materno para a criança foram descritas pelo autor como uma catástrofe, e seus nefastos efeitos foram encontrados por ele na relação de transferência de seus pacientes, que se queixavam de fracassos, insatisfações e inseguranças na vida amorosa, decorrentes da incapacidade para amar. Tais quadros pareceram a Green (1980/1988) como uma repetição de uma depressão infantil que impregnou o psiquismo desses sujeitos, e que a “depressão de transferência”<sup>4</sup> veio elucidar.

O cenário descrito por Green nos ajudou a refletir sobre o modo como algumas mães se envolviam com o processo psicoterápico de seus respectivos filhos/as com histórias de abuso sexual: nas entrevistas clínicas elas apresentavam um discurso monocórdico, vazio de afeto, acompanhado de um olhar distante, desinvestido, deixando-nos, em muitos momentos, incomodados com o grau de negligência e distanciamento da situação da criança. Apesar de essas atitudes serem acompanhadas de declarações de que nada sabiam acerca dos abusos sofridos pela criança, desconfiávamos, em alguns momentos, que facilitavam a “entrega” da criança ao abusador, ou até mesmo, que o acobertavam.

Sabemos que a experiência da maternidade, acompanhada das tarefas da maternagem, pode se constituir como experiência árdua para uma mulher, especialmente quando ela teve a história de seu narcisismo marcada por perdas precoces que levaram ao apagamento súbito do objeto primário. Assim, como bem assinalou Suannes (2011), a eventual busca por uma “ressurreição narcísica”, por meio da idealização da maternagem, conduziu algumas mulheres a uma experiência de perda de si, em seus precipícios internos, e acabou por fazê-las seguir em perambulação, carregando vazios deixados pelo luto de uma mãe morta que se instalou em seu processo de identificação e que insiste em fazer efeitos na sua experiência de maternidade.

Todavia, a escuta clínica, aliada às reflexões teóricas, foi nos apontando para outra via de obstrução: a “inveja”, o jogo de rivalidade que se estabelecia entre a mãe e o/a filho/a ou entre a mãe e o parceiro. Tal elemento foi também se destacando como um grande vilão na relação de cuidado entre as mães e filhos/as, especialmente após a eclosão de uma história de abuso sexual intrafamiliar. Nesses casos, as disputas e rivalidades se sobrepunham a qualquer comunicação ou movimento de cuidado com a criança ou adolescente, que acabava sofrendo as incidências das ameaças persecutórias vividas por suas mães.

Trata-se de mulheres que, apesar de intensamente ativas – se comparadas às mães desvitalizadas – apresentaram-se similarmente alheias à subjetividade do filho/a e à consideração dele/a enquanto alteridade. Identificamos, dentro desse feixe, dois grupos prototípicos: o primeiro, no qual as mães, frente a uma história de abuso sexual, logo

se posicionavam em defesa do parceiro, lutando contra o próprio filho/a, rivalizando com ele/a e acusando-o/a cruelmente por ter provocado o suposto abuso sexual (do qual ele/a teria sido vítima). Algumas chegavam a ponto de entregar o filho/a para outrem, inclusive a instituições de abrigo, permanecendo ligadas ao suposto abusador (mesmo ele tendo sido condenado), ou mesmo elegendo outros homens igualmente violentos. O segundo grupo é o das mães “defensoras”, que, frente a uma história de abuso sexual, logo partiam para proteger o/a filho/a, lutando contra o parceiro (suposto abusador) e, de modo ensandecido, disputando com ele o poder pátrio. Tais mulheres chegavam, até mesmo, a se valerem de atitudes demasiadamente vingativas em relação ao seu parceiro, sustentando a história de abuso sexual que, a princípio, ocorrera somente em seu próprio julgamento.

Nossos estudos teóricos clínicos foram apontando que o modo com que essas mães rivalizavam – seja com os/as filhos/as ou com o parceiro – tinha o colorido de angústias experimentadas em rivalizações primitivas. Compreendemos que essas mães, em alguma medida, estariam enredadas em fragilidades narcísicas e reféns da inveja arcaica e, conseqüentemente, suas funções éticas de maternagem ficaram atravancadas. Desse modo, passamos a entender que as obstruções das atitudes de proteção em relação aos filhos constituíam um grande indício de que se mãe não fizera as pazes com sua *imago* materna, ainda estaria emaranhada nas suas próprias ansiedades esquizoparanóides, tornando impossível a identificação e a construção de sentido para as angústias dos filhos, principalmente quando se tratava de angústias frente ao abuso sexual (França, & Matos, 2012).

Nesse sentido, essas mães, ao buscarem uma “nascente narcísica” na maternidade, se depararam com seus objetos-filhos/as usufruindo de riquezas que elas próprias almejavam. Diante disso, elas se perdem na tarefa da maternagem, passando a disputar com um lugar que, em fantasia, elas deveriam ter ocupado. Tal situação se complica ainda mais quando esse/a mesmo/a filho/a foi visto (ou fantasiado) em uma cena incestuosa, ao lado do parceiro amoroso dela. Nesse instante, todas as ansiedades arcaicas são reativadas, fazendo-as sentirem excluídas e despojadas de um bem precioso. Restou a essas mães, então, usar a força

do seu sadismo para atacar essa parceria, rivalizando, seja com o parceiro ou com o filho/a, negando, assim, qualquer vínculo de dependência frente a uma dessas figuras – fazendo sobressair a indiferença e o seu aparente triunfo narcísico.

Finalmente, nossos estudos nos apontaram que as ansiedades não dissipadas da tenra infância podem, de fato, interferir nas relações de cuidado entre uma mãe e uma filha/o, uma vez que a dimensão da alteridade estaria comprometida na presença de angústias não mitigadas, vividas com a *imago* materna.

### **INCESTO FRATERO: UMA CONSEQUÊNCIA DA OBSTRUÇÃO DA FUNÇÃO DE CUIDADOS NO PSIQUISMO MATERNO?**

A outra tese de doutorado<sup>5</sup> a que nos referimos anteriormente partiu da hipótese de que esses cuidados parentais precários, ao serem internalizados, foram determinantes para o modo como cada uma dessas crianças canalizou suas demandas pulsionais e seus desejos diante das exigências de sua realidade psíquica. Optou-se, assim, por investigar as raízes arcaicas da possível relação existente entre os investimentos primários que falharam em conter e apaziguar as excitações e a escolha do vínculo fraterno como destino das mesmas. Para tais fins, foi seguida a trilha da pesquisa psicanalítica, que envolve uma reflexão constante entre a teoria estabelecida e os desafios colocados pelas observações clínicas dos movimentos psíquicos, em determinado contexto cultural.

De acordo com o psiquiatra Furniss (1993), o envolvimento incestuoso entre irmãos com idades próximas consiste em um substituto dos cuidados emocionais dos quais foram privados em decorrência de abusos físicos ou sexuais perpetrados pelos pais, podendo ser compreendido como estratégia de sobrevivência e obtenção de alívio de tensão e cuidado. Denomina a relação incestuosa entre irmãos menores de idade “síndrome de João e Maria”, buscando diferenciá-la daquela em que um irmão está no lugar de autoridade e poder, tal como os pais. A menção ao conto infantil reporta ao abandono e desamparo das crianças, que passam a contar uma com a outra para vencer os obstáculos. Nessas famílias, os pais parecem indisponíveis e instáveis, abandonando,

maltratando ou negligenciando o cuidado com os filhos. Trata-se de uma situação favorável ao fortalecimento dos vínculos entre os irmãos, que passam a funcionar como uma espécie de substitutos parentais, ao buscarem satisfazer, nessa relação, necessidades emocionais negligenciadas (Caffaro, & Conn-Caffaro, 1998, citados por Tomaz, 2013).

No contexto dos nossos pacientes, detectamos a negligência pela falta de conexão psíquica dos adultos com as necessidades das crianças e adolescentes, com respostas demasiadamente agressivas às demandas destes últimos. Percebíamos também, em alguns casos, a negligência associada à violência ou a uma erotização da relação com a criança. Sobre esse último aspecto, identificávamos uma intimidade entre algumas crianças e as figuras parentais que parecia quase uma ausência de restrições entre seus corpos. A esse respeito, encontramos o que o psicanalista francês Racamier (1998, citado por Mandelbaum, 2012) designou incestual, isto é, um conjunto de trocas erotizadas que surgem na fronteira entre a fantasia do incesto e a sua realização: a “família incestual” é aquela

na qual as diferenças e limites são abolidos, a intimidade de cada um dos membros pode ser devassada e há um trânsito intenso entre os espaços íntimos que flui do mesmo modo que o trânsito das identidades e das posições no interior do grupo. Muitas vezes, como já assinalamos, não se encontram nessas famílias evidências de incesto consumado, mas há algo que corresponde a uma confusão erótica, com seduções, exposição contínua dos corpos, troca de afagos e presentes, borrando cotidianamente as diferenças sexuais e geracionais (Mandelbaum, 2012, p. 58).

Thorstensen (2012) afirma que, na incestualidade, não há demarcação das diferenças sexuais ou geracionais, o que constitui um elemento dificultador para os investimentos circularem fora do campo familiar. Vale dizer ainda que a incestualidade tanto abarca um fenômeno constitutivo relacionado ao processo de libidinização dos sujeitos, quanto as trocas libidinais que os mantêm em um estado de ausência de limites corporais e psíquicos, sob a ilusão de uma completude, dificultando a progressão do desenvolvimento. Segundo a autora: “as palavras ‘incestualidade’ e ‘incestual’ também revelam uma dualidade, ou seja, o fio da navalha entre o vital e o aprisionador” (Thorstensen, 2012, p. 24). Essa mesma autora reconhece ser difícil demarcar a incestualidade em seu aspecto

constitutivo em relação ao que seria considerado patológico. Sua sugestão é a de que a dimensão patológica da incestualidade pode ser reconhecida quando os investimentos objetivos estiverem impedidos de se realizar para além da família.

Mostrava-se como tarefa necessária pensar sobre o que representou para essas crianças e adolescentes internalizarem uma carga de violência ou uma carga demasiadamente erótica em uma relação de pouca reciprocidade com o cuidador. Construiu-se a hipótese de que esses cuidados, do modo como aconteceram, impediram a internalização de experiências com os objetos primários, necessárias à constituição de uma fonte interna de contenção e apaziguamento das excitações, o que poderia fazer desse incesto um modo de encontrar os investimentos que as figuras parentais falharam em ofertar, remetendo-nos, assim, às raízes arcaicas do aparecimento dessa atividade incestuosa. Para elucidar essas questões, examinando-as à luz das particularidades das relações fraternas e da experiência desses sujeitos com as figuras parentais, valeu-se do percurso teórico e da casuística de Melanie Klein, uma vez que as contribuições dessa teórica têm sido profícuas para as elaborações do Projeto CAVAS, pois permitem uma exploração do domínio das relações primitivas, cuja importância se faz notar na comunicação dos nossos pacientes.

Assim, ao longo da tese, foi trilhado um caminho teórico junto aos autores que desenvolveram essa temática e que se alinham à perspectiva de Melanie Klein, que compreende o funcionamento psíquico a partir da internalização das relações da criança com seus objetos primários, recobertas pelos seus impulsos de amor e ódio. Apesar de essa perspectiva psicanalítica ser acusada de dar maior ênfase à realidade psíquica, entende-se que, no pensamento mais tardio de Klein, as experiências externas também modulam as fantasias infantis acerca de seus objetos, levando as realidades externa e interna a se constituírem simultaneamente. A interação entre o externo e o interno apontada pela autora parece relevante para pensar as seguintes questões: o incesto fraterno corresponde às fantasias que uma criança negligenciada constrói sobre as fontes de gratificação que não encontrou disponíveis no objeto parental, e imagina que, talvez, outro irmão possa ter encontrado? Cuidados parentais que falharam em dar contenção e apaziguamento às excitações da criança poderiam criar

um campo propício para que o irmão seja uma espécie de continente às excitações corporais do outro?

Sabemos, desde Freud, que os desejos incestuosos fazem parte dos processos constitutivos dos sujeitos, e que sua renúncia se dá em meio às elaborações da criança a respeito dos enigmas da sexualidade e das interdições que se operam a partir dos pais. Freud faz compreender a análise dos desejos incestuosos e sua renúncia no âmbito da teorização dos complexos de Édipo e de castração. Conforme assinalado pelo autor, o complexo de Édipo será ampliado para um complexo de família, quando nascem os irmãos e irmãs e, deste modo, a trama edípica passa a interagir com o que é experimentado no âmbito das relações fraternas. Rivalidade e desejo não serão mais destinados exclusivamente às figuras parentais, mas também aos irmãos e irmãs. Esses relacionamentos passam a exercer um estímulo ao desejo, à curiosidade, à hostilidade e à construção de laços identificatórios com um semelhante. Além disso, a presença de irmãs e irmãos propicia uma modificação na tonalidade afetiva da relação com as figuras parentais, podendo, dessa forma, levar a um afastamento em relação a estas (como no caso da menina em relação à sua mãe) e ao desligamento dos primeiros objetos. Entretanto, Freud também mostrará que a realização de atividades sexuais entre irmãos, como analisado na história do Homem dos Lobos, influencia nos conflitos que se instalam em relação ao prazer e ao desejo do sujeito, de modo duradouro.

Segundo Hélio Pellegrino (1987), em “Édipo e a paixão”, a análise do incesto e sua renúncia deve partir da triangulação primitiva da criança na relação oral com a mãe, em suas vivências de frustração e gratificação. Ter vivido uma relação de rejeição e abandono em um nível ainda oral com a mãe tornaria mais árdua e complexa a resolução das tarefas elaborativas dos complexos de Édipo e castração. As crianças desamparadas pelo objeto materno tendem a ele se prender numa ilusão fusional, que representa uma defesa diante do desamparo. Segundo o autor: “[...] se a relação for boa e amorosa, mais facilidade terá a criança de aceitar o corte separador que, com a interdição do incesto, a afasta da mãe” (Pellegrino, 1987, p. 310). Dessa forma, a precariedade dos investimentos por parte do objeto nos anos iniciais da infância produz um obstáculo à sua renúncia, o que seria correlativo à impossibilidade de separar-se do mesmo em uma dimensão imaginária.

Essa mistura psíquica com a mãe levou-nos a seguir a trilha interpretativa de Klein, que nos mostra o peso da presença de mecanismos projetivos e introjetivos em operação na identificação projetiva<sup>6</sup> e na identificação com o agressor<sup>7</sup>, onde podemos observar que os componentes mais destrutivos do psiquismo vinculados naquela relação primária também são projetados na figura do irmão/irmã como meio de alívio.

Mas, além de ressaltar os aspectos destrutivos ligados ao incesto fraterno, Klein reconheceu que essa experiência pode ganhar conotações positivas, se nela houver o predomínio dos elementos libidinais. A seu ver, a relação incestuosa com um irmão pode ser fonte de proteção, na ausência de boas imagos parentais, ajudando a desenvolver a capacidade de amar. Ademais, as relações sexuais entre as crianças também teriam um caráter reparatório, aplacando a angústia de castração e o sentimento de culpa pelas fantasias destrutivas dirigidas aos pais. O aspecto dado a essa relação, reparatório ou destrutivo, ajuda na elaboração das relações edípicas, afeta a vivência de prazer e as fantasias relacionadas à potência e à fertilidade que farão parte da vida sexual quando a adulez chegar.

Klein (1932/1992) abriu uma discussão a respeito da ineficácia das medidas proibitivas ou a imposição de vigilância sobre as crianças para coibir a atividade incestuosa, uma vez que, mesmo com a adoção de tais medidas, não seria possível evitar que essas relações acontecessem. Nesse ponto, estamos em pleno acordo, pois as relações fraternas incestuosas não surgem da falta de vigilância por parte dos adultos. Na verdade, os destinos dos desejos incestuosos vão sendo tecidos desde o vínculo inicial com a mãe, entrelaçando elementos amorosos aos destrutivos.

Essa ideia foi se tornando ainda mais clara no contato com o pensamento de Kaës (2011) e Jaitin (2010), autores que permitiram identificar nas especificidades do incesto fraterno fantasias de completude, fusão e indiferenciação com o irmão/irmã e que, em última instância, revelariam uma tentativa de evitar a separação da figura materna das diferenças sexuais e geracionais. Esses autores afirmam que a incestualidade seria um obstáculo a essa separação, pois esmaeceria as fronteiras entre a criança e o objeto primário. Jaitin (2010) afirmou que essa separação não se efetuará em razão de a figura materna não ter dado espaço à representação de sua ausência, posicionamento do qual discordamos, principalmente quando

pensamos o incesto sob a ótica da negligência e da violência. Acreditamos, segundo a escuta clínica, que o que predomina nesses vínculos incestuosos é justamente a representação da ausência do objeto materno e a prevalência de investimentos que possam apaziguar as excitações, dar contenção e segurança interna. Ou seja, não há a presença de um reservatório de prazer e gratificação constituído por bons objetos. O objeto materno representado como privador e frustrador (por sua negligência e violência) permanece no psiquismo sob a forma de ataques internos e da elevação dos níveis de pulsão de morte.

No contexto em que a negligência se associa à incestualidade, observamos o efeito desorganizador dos impulsos sexuais com a entrada na adolescência, revelando a frágil base narcísica daqueles sujeitos e a fraca internalização das experiências de prazer com o objeto primário, que não cumpriria a função de proporcionar limites corporais e contenção das excitações. Por meio das análises realizadas dos casos clínicos do Projeto compreendemos que o irmão escolhido como um objeto sexual pode ser fantasiado como aquele que internalizou o prazer e o investimento vividos com as figuras parentais e que, de modo indireto, será capaz de apaziguar as excitações sobre as quais se tem pouco controle.

Escutamos pelas histórias que nos chegaram o quanto aquelas crianças e adolescentes tinham que lidar com algo de difícil assimilação para o psiquismo, isto é, os excessos incontidos das figuras de cuidado, de suas trocas erotizadas, da sua negligência e violência. Acreditamos que a análise dessas crianças e adolescentes deve ater-se às suas bases internas frágeis e à necessária criação de reservas psíquicas que possam ajudar a conter e apaziguar os impulsos excitatórios, além de tratar simbolicamente aquilo que se operou na relação com os objetos parentais. Sabemos que nesse campo de pesquisa ainda há muito o que ser investigado, como, por exemplo, se a incestualidade, mesmo com seus excessos, teria criado maior predomínio dos elementos libidinais em relação aos destrutivos, apesar do contexto de negligência, preservando, desse modo, uma esperança de gratificar-se com um bom objeto.

Os estudos aliados à escuta clínica no Projeto CAVAS/UFMG possibilitou-nos compreender que o irmão escolhido como objeto de investimento sexual geralmente é aquele que recebeu investimento libidinal

das figuras parentais. Tal constatação nos leva à conclusão de ser o incesto fraterno um recurso que a criança ou adolescente encontrou para atingir as fontes de gratificação que não estavam disponíveis no objeto parental. Nesse sentido, no incesto fraterno, como propôs Kaës (2011), há um prolongamento da relação com uma mãe que excita; assim, ser tocado pelo irmão pode equivaler, imaginariamente, ao contato com os objetos bons que podem dar contorno aos limites corporais e conter as excitações.

Constatamos ainda que a interferência dos cuidados parentais (incestuais e negligentes) sobre a constituição narcísica e libidinal das crianças pode se tornar ainda mais evidente com as tarefas psíquicas exigidas com a chegada da puberdade e da adolescência, períodos em que se atualizam as trocas vividas com as figuras parentais na primeira infância e a sua internalização (Jeammet, & Corcos, 2005). Nossos estudos apontaram que, nessa via, ocorreria um incremento do efeito desorganizador dos impulsos sexuais sob uma base interna frágil.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENQUADRE ANALÍTICO

Ao longo do trabalho realizado com as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual pôde-se encontrar alguns desafios e limites nesse campo de intervenção, relacionados, especialmente, ao desamparo proveniente da negligência e da exposição à violência intrafamiliar. Esse cenário tanto favorece uma precária constituição do psiquismo infantil quanto dificulta a elaboração do traumatismo sexual, fazendo-se reverberar no *setting* analítico por meio da dificuldade na construção de vínculos de confiança; das atuações que substituem o tratamento simbólico da violência; da intensa projeção das angústias aniquilantes para o interior do psiquismo do analista, a fim de que possam ser contidas e nomeadas, tornando-se passíveis de metabolização.

Ferenczi (1933/1992) questionou a técnica psicanalítica clássica (a partir inclusive de casos de abuso sexual que chegaram a sua clínica), acusando a psicanálise de ser “hipócrita” ao fazer uso da neutralidade frente a situações de negligência e violência – atitude que só colaboraria para a retraumatização de pacientes que já sofreram as marcas da indiferença, do descrédito e do desmentido. Ao refletir sobre o fracasso da análise ou de

resultados terapêuticos insuficientes de tais pacientes, ele chegou a levantar uma questão: “Será que a causa do fracasso é sempre do paciente? Não seria antes nosso próprio conforto que se recusa a adaptar-se às particularidades da pessoa no plano do método?” (Ferenczi, 1931/1982, p. 100).

Segundo Ferenczi (1932/1990), a psicanálise estava se tornando cada vez mais pedagógica e impessoal, com o analista “flutuando como uma divindade sobre o pobre paciente, relegado à condição de criança” (Ferenczi, 1932/1990, p. 149). Partindo do interesse genuíno por seus pacientes, o autor chegou a levantar críticas ao próprio pai da Psicanálise, afirmando que Freud “não ama ninguém, apenas a si mesmo e a seu trabalho” (Ferenczi, 1932/1990, p. 526).

A partir desses questionamentos, Ferenczi propõe, entre os anos de 1927 e 1928, a “técnica ativa”, na qual o analista deveria flexibilizar seu método e renunciar à neutralidade e abstinência, por serem iatrogênicas ao tratamento, substituindo-as pela hospitalidade e empatia, o que transforma o *setting* analítico em uma âncora para os desamparos e violências vivenciados por seus pacientes. Apesar de ter suas ideias demasiadamente rejeitadas por seus contemporâneos, que chegaram a acusá-lo de ter perdido a saúde mental<sup>8</sup>, Ferenczi influenciou sobremaneira o pensamento de grandes representantes do pós-freudismo, tais como Melanie Klein, Donald Winnicott, Michael Balint e Jean Laplanche.

No que diz respeito ao método de trabalho com pacientes marcados por uma precariedade dos vínculos primários, assim como abordados nas duas teses, destacamos a importância das contribuições de Winnicott, autor que apresentou ponderações similares às de Ferenczi sobre a insuficiência da técnica da psicanálise clássica. Segundo ele, a relação analista-paciente é análoga ao relacionamento mãe-bebê. Desse modo: “é o par mãe-criança que pode nos ensinar os princípios básicos sobre os quais deve fundar-se nosso trabalho terapêutico, quando estivermos tratando de crianças cuja primeira relação com a mãe não foi ‘boa o suficiente’, ou foi interrompida” (Winnicott, 1965/2011, p. 20).

A partir daí, Winnicott também rompeu com a neutralidade da psicanálise tradicional e alertou para a necessidade, em alguns casos, de tornar o espaço analítico um protótipo de um ambiente confiável, onde não haja o risco do uso abusivo das interpretações, uma vez que

elas podem configurar-se como novas invasões e novas submissões no psiquismo desses pacientes. De modo especial, Winnicott, como um arauto da psicanálise, fez a seguinte ponderação: “Seria muito agradável se pudéssemos aceitar apenas pacientes cujas mães foram capazes de proporcionar-lhes condições suficientemente boas no início e nos primeiros meses. Mas esta era da psicanálise está inexoravelmente chegando ao fim” (Winnicott, 1954/2000, p. 388).

Winnicott, assim como pensava Ferenczi, apontava para a importância da qualidade da presença do analista e de sua atenção, na capacidade de identificar-se com seu paciente, de disponibilizar a ele uma compreensão profunda e uma vontade genuína de ajudar. Sendo assim, o analista poderia levar em conta a possível imaturidade do seu paciente e não o interpelar em algo para o que ele não estaria preparado<sup>9</sup>. Tem-se, pois, que:

Quando estamos face a face com um homem, uma mulher ou uma criança, descobrimos que estamos reduzidos a dois seres humanos do mesmo nível. Não faz diferença se sou médico, enfermeiro, assistente social, psicanalista ou padre. O que importa é a relação interpessoal, em seus ricos matizes humanos (Winnicott, 1970/2011, p. 108).

A partir desses pressupostos, Winnicott traça a grande tarefa analítica de exercer, pelo analisando, aquelas funções psíquicas malogradas, seja ofertando palavras àquelas experiências ou sensações indizíveis, ou elaborando, por meio da relação transferencial, as falhas primordiais dos cuidados maternos, a exemplo da função de “testemunho da existência”<sup>10</sup>, junto àqueles que não tiveram um espelho que os refletisse. Assim, através de seu olhar, de sua fala expressiva, enfim, de sua presença corpórea, o analista deverá ofertar ao seu paciente um lugar no qual ele possa se reconhecer – experiência que só pode ocorrer na presença autêntica de um outro e não de um espelho morto e impessoal. A exclusão completa da pessoalidade (e vitalidade) do analista, a partir de uma suposta neutralidade ou assepsia, pode fazer do espelho analítico um espelho fixo e rígido. Conforme afirma Winnicott: “Psicoterapia não é fazer interpretações argutas e apropriadas; em geral, trata-se de devolver ao paciente, a longo prazo, aquilo que o paciente traz. É um derivado complexo do rosto que reflete o que há para ser visto” (Winnicott, 1967/1975, p. 161).

Qual seria então o caminho da análise diante desses contextos de violência e negligência, aliados à precariedade do funcionamento psíquico de crianças, adolescentes e seus cuidadores? Como construir redes simbólicas diante do trauma sexual vivenciado, sendo que os recursos psíquicos, tanto do paciente quanto da família, carecem de vitalidade, ou estariam marcados pelos desígnios das ansiedades arcaicas? Klein parece nos apontar uma direção:

Levando a análise até a infância mais remota, possibilitamos ao paciente reviver situações fundamentais – uma revivescência a que tenho freqüentemente me referido como “lembranças em sentimento”. Ao longo dessa revivescência, torna-se possível ao paciente desenvolver uma atitude diferente para com suas frustrações arcaicas (Klein, 1957/1991, p. 267).

A citação acima se inscreve no texto “Inveja e gratidão”, em que Klein (1957/1991) pondera que, somente quando a análise alcança as ansiedades arcaicas, as relações objetais poderão sofrer transformações, não no sentido de desfazer as más experiências iniciais, mas no de possibilitar o desenvolvimento de uma “atitude diferente”, a partir da “introjeção do analista como objeto bom [...] lá onde ele estava faltando” (Klein, 1957/1991, p. 267). O analista, por sua vez, atuaria como um objeto externo, sobrevivendo à destrutividade de seu paciente, não de forma mágica ou onipotente, ou muito menos entrando no jogo de disputas ou rivalidades. Mas, conforme descrito por Souza:

[...] o paciente pode vivenciar o analista como alguém que suporta, compreende, contém e se mantém pensando, mesmo quando é induzido, na situação criada pelo paciente, a viver as emoções, os impulsos, os sentimentos que ela viveu em suas relações de objeto iniciais, estão criadas as condições para que seja possível a introjeção, não só do conteúdo que é interpretado pelo analista, mas também das próprias funções do analista como perceber, suportar e pensar (Souza, 2012, p. 286).

Para Klein (1957/1991), as interpretações das ansiedades arcaicas, aliadas à análise da transferência negativa e positiva, tendem a enfraquecer as projeções, os ressentimentos, as mágoas, tornando possível ao paciente reviver “lembranças em sentimento” e experimentar estados agradáveis, mesmo quando a situação inicial foi desfavorável. No trabalho de análise,

gradativamente, o ego do paciente poderá ir se integrando, fortalecendo-se, tornando-se cada vez mais capaz de viver as angústias depressivas, ou seja, de suportar a culpa e a responsabilidade pelo objeto. A integração do ego, em análise, coincide com a síntese do objeto, antes cindido, “havendo, portanto, uma mitigação do ódio pelo amor, e a voracidade e a inveja, corolários dos impulsos destrutivos” (Klein, 1957/1991, p. 267). A direção da análise deve, na ótica kleiniana, traçar caminhos de superação da inveja e, ainda, da incapacidade de se vincular ao bom objeto e usufruir da gratidão que ele proporciona, externa e internamente. Nas palavras de Favilli:

A mente do analista seria como uma corda vibrada ao toque das angústias emergentes projetadas. [...] Como parceiro ativo do drama inaugurado pela transferência, o analista é jogado para um duplo trabalho: sentir e pensar simultaneamente, para que seja possível, através do enfrentamento do sentimento vivido, abrigar dentro de si e devolver, mais articulada, toda a gama de emoções que o paciente não pode elaborar. É a capacidade de *rêverie* que entra em cena. Continente das dores arcaicas, ele deve poder descontaminar todo esse explosivo projetado (Favilli, 1998, p. 835).

Apesar do trabalho com o mundo intrapsíquico nos parecer essencial, a especificidade dessa clínica nos fez deparar, mais do que nunca, com os limites de um trabalho centrado no mundo interno da criança e do adolescente. Vemo-nos diante da necessidade de um novo enquadre analítico, uma vez que as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias encontram-se emaranhadas em conflitos de ordem não somente arcaica, mas também concreta, real. Diante disso, vamos buscando ampliar nossa visão clínica, para que possamos, na medida da necessidade, ir realizando intervenções e manejos em campos que extrapolam o *setting* de análise. Nesse sentido, para garantir a construção de um espaço potencial que assegure os processos de elaboração da análise, faz-se necessária, em alguns casos, a interlocução constante com pais e mães, educadores de abrigos, assistentes sociais, psicólogos jurídicos, profissionais da educação, entre outros, que possam colaborar para a não retraumatização desses pacientes. Afinal, essa clínica nos interpela a pensar na insuficiência de uma atuação clínica psicanalítica tradicional e na necessidade de se implicar, seja enquanto analistas, ou como profissionais das políticas públicas e até mesmo como cidadãs, na

construção de uma “ética do cuidado”, que envolve a integração de todas as faces que compõem um sujeito que vivencia uma violência sexual.

Dentro dessa linha de urgência na alteração da técnica para o atendimento psicanalítico em casos que envolvam violência e negligência, uma das contribuições levantadas por Green acerca dos casos de desamparo materno foi assim descrita: “a coisa mais importante é que o paciente tenha o sentimento de que o analista *permanece* vivo; o importante é que o paciente *sinta* que o analista reage ao que ele diz e *permanece* em contato com ele” (Green, 1990, p. 250; grifos do autor). É relevante destacar aqui que a mudança da técnica proposta por esse autor, tal como por Ferenczi, contraria diretamente a atitude clássica da psicanálise, que preza sobremaneira pela neutralidade benevolente do analista. Entretanto, segundo esse autor, o distanciamento e a opacidade do analista, assim como proposto por Freud em seus artigos sobre a técnica (1911 a 1913), podem fazer com que ele corra o risco de “repetir com o paciente sua experiência com uma mãe que não o ouviu” (Green, 1990, p. 154).

A análise de tais pacientes, segundo Green, deveria, portanto, remontar às relações primárias entre mãe-bebê, na medida em que “a dupla analítica no *setting* é homóloga à dupla formada pela criança-*infans* e pelos pais falantes” (Green, 1990, p. 25). Contudo, nos casos em que “o eu está sob ameaça de desmembramento [...] é menos unificado, [...] a solução passa pela narcização do eu” (Green, 1990, p. 32). Essa operação de (re)ligação, por sua vez, estaria a cargo do analista, pois ele é “o objeto sempre vivo, interessado, acordado, sem sair da neutralidade” (Green, 1980/1988, p. 262).

Parafraçando Sigal (2002), concluímos que não há um só modo de psicanalisar, assim como de exercer um cuidado ético com nossos pacientes. Portanto, a visão de clínica ampliada, aliada às contribuições dos psicanalistas estudados, nos permite usar da criatividade em nossas condutas clínicas, afinal: “nos tornamos analistas a cada momento, a cada passo, frente a cada paciente, com nossa subjetividade sempre em andamento. O ser analista nunca está acabado. Este é um trabalho de abertura, no meio do caminho” (Sigal, 2002, p. 77).

## REFERÊNCIAS

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (Tradução: W. Dutra). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Caffaro, J. Treating adult survivors of sibling sexual abuse: a relational strengths-based approach. *Journal of Family Violence*. Published online 30 september 2016. J Fam Viol DOI 10.1007/s10896-016-9877-0
- Dias, E. O. (2010). O cuidado como cura e como ética. *Winnicott e-prints*, 5(2), 21-39. Recuperado em 31 out. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2010002000002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2010002000002&lng=pt&tlng=pt)>.
- Favilli, M. P. (1998). Transformações da posição do analista no setting: não estamos mais num só lugar – até onde podemos chegar? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 32(4), 835-843.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1932)
- Ferenczi, S. (1992). Princípio de relaxamento e neocatarse. In Ferenczi, S. [Autor], *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1930 [1929]).
- Ferenczi, S. (1992). Análise de crianças com adultos. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. 4 (Tradução: Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1931)
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. (Tradução: A. Cabral). In Ferenczi, S. [Autor], *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Figueiredo, L. C. (2012). A metapsicologia do cuidado. In *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea* (p. 131-151). São Paulo: Escuta.
- França, C. P., & Matos, D. P. (2014). O *nonsense* de algumas mães: ressonâncias das ansiedades arcaicas. In França, C. P. (org.), *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar* (p. 179-190). São Paulo: Escuta.
- França, C. P. (org.). (2005), *Perversão: variações clínicas em torno de uma nota só*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- França, C. P. (org.). (2010). *Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil*. Rio de Janeiro: Imago.
- França, C. P. (org.). (2014). *Tramas da perversão sexual: a violência sexual intrafamiliar*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. Carta 69. (1996). In Freud, S. [Autor], Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897)
- Freud, S. Carta 71. (1996). In Freud, S. [Autor], Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897)
- Freud, S. (1996). Romances familiares (1909[1908]). In Freud, S. [Autor], Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1897).
- Freud, S. (1996). História de uma neurose infantil. In Freud, S. [Autor], Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1899), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1918[1914])
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). A dissolução do Complexo de Édipo. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Green, A. (1988). A mãe morta. In Green, A. [Autor], *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. (Tradução: Cláudia Berliner). São Paulo: Escuta. (Original publicado em 1980)
- Green, A. (1990). *Conferências brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites*. (Direção: Jayme Salomão. Tradução: Helena Besserman Vianna). Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- Hornstein, L. (2009). *Narcisismo, autoestima, identidade, alteridade*. (Tradução: Rebeca Faria). São Paulo: Via Lettera: Centro de Estudos Psicanalíticos.
- Jaitin, R. (2010). *Clínica del incesto fraternal*. 1ª ed. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Jaroslavsky, E. A. (2018). Incestual – Jean Claude Racamier. Psicoanálisis e Intersubjetividad: Incestual – Jean Claude Racamier. *Psicoanálisis e Intersubjetividad*, 5, Fecha de edición: 25 de noviembre de 2010. Editor Responsable Dr. Ezequiel Alberto Jaroslavsky. 17/07/2018, <<http://www.psicoanalisisintersubjetividad.com/website/articulop.asp?id=234&idioma=&cidd=5>>.
- Jammet, P., & Corcos, M. (2005). *Novas problemáticas da adolescência: evolução e manejo da dependência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (2011). *O complexo fraterno*. (Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth). Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2011.
- Klein, M. (1975). As atividades sexuais da criança. In Klein, M. [Autor], *Psicanálise da criança*. (Tradução Pola Civelli). São Paulo: Ed. Mestre Jou. (Original publicado em 1932)
- Klein, M. (1991). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In Klein, M. [Autor], *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). (Tradução: Ellias Mallet da Rocha, Liana Pinto Chaves (coordenadores) e colaboradores). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Original publicado em 1946)
- Klein, M. (1991). Inveja e gratidão. In Klein, M. [Autor], *Inveja e gratidão, e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1957)
- Kupermann, D. (2017). *Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático*. São Paulo: Zagodoni.

- Mandelbaum, B. (2012). *Famílias incestuais*. *Psicol. clin.*, 24(2), 55-66. Recuperado em 09 jan. 2017 de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000200005&lng=en&nrm=iso)>.
- Matos, D. P. (2018). *Ressonâncias dos cuidados maternos primários na clínica com crianças vítimas de violência sexual*. [Manuscrito]. Tese (doutorado orientado pela Prof. Dra. Cassandra Pereira França). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 200p.
- Osmo, A., & Kupermann, D. (2012). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 329-339.
- Pellegrino, H. (1987). Édipo e paixão. In Cardoso, S. et al. *Os sentidos da paixão* (p. 307-327). São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos, C. V. M. dos. (2008). *Vínculos familiares e construção do sujeito: aportes teóricos para a compreensão de uma experiência em entidade de abrigo*. Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem. Linha de Pesquisa: Filosofia da Mente e Processos Cognitivos. Orientador: Gilberto Lourenço Gomes. Campos dos Goitacazes.
- Sigal, A. M de R. (2002). *O lugar dos pais na análise de crianças*. São Paulo: Editora Escuta.
- Souza, A. S. L. de. (2012). Existe um lugar para os pais reais: reflexões sobre o lugar dos pais e do analista real na psicanálise de orientação kleiniana. *Estilos clínicos em Psicanálise*, 17(2), 278-289.
- Suannes, C. (2011) *A sombra da mãe: psicanálise e vara de família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tannure, C. C. (2018). *Incesto fraterno: raízes arcaicas de seu aparecimento na infância*. [Manuscrito]. Tese (doutorado orientado pela Prof. Dra. Cassandra Pereira França). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte. 156p.
- Thorstensen, S. (2012). *Incestualidade: um páthos familiar*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção Clínica Psicanalítica/Dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

- Tomaz, A. (2013). *O abuso incestuoso entre irmãos e disfuncionalidade familiar*. Dissertação de Mestrado em Psicocriminologia. ISPA Instituto Universitário Ciências Psicológicas Sociais e da Vida. Orientação: Maria Gouveia-Pereira.
- Winnicott, D. W. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In Winnicott, D. W. [Autor], *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1967)
- Winnicott, D. W. (2000). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto analítico. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1954)
- Winnicott, D. W. (2011). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In Winnicott, D. W. [Autor], *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965)
- Winnicott, D. W. (2011). A cura. In Winnicott, D. W. [Autor], *Tudo começa em casa (1896-1971)*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1970)
- Winograd, M., & Vilhena, J. de. (2014). *Psicanálise e clínica ampliada: multiversos*. Rio de Janeiro: Appres.

## NOTAS

- <sup>1</sup> O perfil da população atendida pelo projeto tem histórico de outras violências e negligências no cuidado dos filhos, possui baixo poder aquisitivo e, com grande frequência, vem encaminhada pela Rede de Assistência Social do município de Belo Horizonte, composta por Centros de Referência, Conselhos Tutelares e Abrigos.
- <sup>2</sup> Os títulos dos referidos livros publicados até o momento são: *Perversão: variações clínicas em torno de uma nota só* (2005); *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil* (2010); *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar* (2014); e *Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual* (2017).
- <sup>3</sup> A pesquisa de doutorado intitulada “Ressonâncias dos cuidados maternos primários na clínica com crianças vítimas de violência sexual” (2018), da autoria de Danielle Matos Rabelo, sob a orientação de Cassandra Pereira França, pretendeu dar voz à escuta clínica da precariedade dos vínculos maternos vividos pelas crianças e adolescentes atendidos no projeto CAVAS/UFMG.

- <sup>4</sup> Nome que Green deu aos quadros depressivos que surgem após um longo período de análise, e que ultrapassavam uma reação depressiva “normal”, em referência ao termo freudiano “neurose de transferência” (Green, 1980/1988).
- <sup>5</sup> “Incesto fraterno: raízes arcaicas de seu aparecimento na infância e adolescência” (2018), escrita por Cynthia da Conceição Tannure e orientada por Cassandra Pereira França, surgiu a partir da experiência clínica no Projeto CAVAS/UFMG, por meio da qual houve acesso a alguns intrigantes casos de incesto fraterno, inseridos em um contexto familiar de cuidados parentais negligentes, violentos e, algumas vezes, também incestuosos.
- <sup>6</sup> Conceito descrito por Klein em 1946, no artigo “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides”. Trata-se de movimentos projetivos em direção ao objeto, que passará a conter as partes destacadas do *self*, levando a uma “[...] forma particular de identificação, que estabelece o protótipo de uma relação de objeto agressiva” (Klein, 1946, p. 27).
- <sup>7</sup> Noção trabalhada Sandor Ferenczi, em 1933, em “Confusão de língua entre adultos e crianças”, correspondente à repetição de uma violência sofrida, e um fenômeno identificado com frequência nos casos de incesto fraterno.
- <sup>8</sup> A imagem distorcida de Ferenczi deveu-se, em grande parte, a Ernest Jones, que costumava chamá-lo de “louco de Freud”, conforme assinalado por Dias, 2011, em seu livro *Sobre a confiabilidade e outros estudos*.
- <sup>9</sup> Tal atitude implica, contudo, a capacidade do analista de deixar de lado seu *furor curandis* e permitir que o outro adoça, ou enfraqueça, quando isso se fizer necessário, conforme discute Elsa de Oliveira Dias (2010), em seu artigo “O cuidado como cura e como ética”.
- <sup>10</sup> Judith Mézaros (2011) aponta para o papel do analista como “testemunha da existência” de experiências sofridas, especialmente como autenticadores das vivências traumáticas.

Recebido em 15 de agosto de 2018

Aceito para publicação em 29 de setembro de 2018

## “FORMAR-SE” E “SER” MULHER: UM BREVE ENSAIO SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA

*Rodrigo Sanches Peres\**

*Neftali Beatriz Centurion\*\**

*Maria Virginia Filomena Cremasco\*\*\**

### RESUMO

A Psicanálise tem contribuições potencialmente proveitosas a oferecer para os debates atuais sobre a sexualidade. Debates a esse respeito se mostram essenciais na contemporaneidade, sobretudo na sociedade brasileira, tendo-se em vista o recente recrudescimento de uma mentalidade machista que enseja diversas formas de abuso e violência contra as mulheres. Portanto, este breve ensaio teórico tem como objetivo apresentar um mapeamento de algumas formulações psicanalíticas, freudianas e pós-freudianas, em torno da sexualidade feminina. Mais precisamente, buscaremos, em um primeiro momento, circunscrever teses centrais sobre a “formação” da mulher conforme postuladas por Freud. Em um segundo momento, procuraremos sintetizar um conjunto de proposições de autores contemporâneos entre os quais se pode estabelecer um diálogo e que, em nosso meio, têm-se servido da Psicanálise para refletir acerca do “ser” mulher, ou seja, da vivência da sexualidade feminina na idade adulta, nomeadamente na maturidade. Concluímos que as proposições dos autores contemporâneos que sumarizamos aqui avançam, em certos aspectos, em relação às teses freudianas sobre a

---

\* Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

\*\* Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora substituta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

\*\*\* Psicóloga, mestre em Psicologia da Educação e doutora em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado pela Université Paris VII. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

sexualidade feminina, mas não implicam na atribuição de uma suposta obsolescência às mesmas como um todo.

Palavras-chave: sexualidade; sexualidade feminina; psicanálise; teoria psicanalítica.

### “BECOMING” AND “BEING” A WOMAN: A BRIEF ESSAY ON FEMALE SEXUALITY

#### ABSTRACT

*Psychoanalysis has potentially helpful contributions to current debates about sexuality. Discussions on this topic are essential in current days, especially on Brazilian society, considering the recent up surging of a sexist mentality which incites various forms of abuse and violence against women. Therefore, this brief theoretical essay aims to present a mapping of psychoanalytical postulations, Freudian and post-Freudian, on female sexuality. More precisely, we seek, in a first moment, to circumscribe central thesis on “becoming” a woman, as proposed by Freud. In a second moment, we plan to synthesize propositions of contemporary authors with whom we can establish a dialogue and that, in our midst, have used psychoanalysis to reflect about “being” a woman, or, in other words, the experience of female sexuality in adulthood, namely in mature age. We have concluded that the propositions of the contemporary authors we synthesized here made advancements in some aspects on Freudian’s theories on female sexuality, but don’t render his ideas obsolete.*

*Keywords: sexuality; female sexuality; psychoanalysis; psychoanalytical theory.*

### “FORMARSE” Y “SER” MUJER: UN BREVE ENSAYO SOBRE LA SEXUALIDAD FEMENINA

#### RESUMEN

*El Psicoanálisis tiene contribuciones potencialmente provechosas a ofrecer para los debates actuales sobre la sexualidad. Estos debates son esenciales en la contemporaneidad, sobre todo en la sociedad brasileña, considerándose el reciente recrudecimiento de una mentalidad machista que plantea diversas formas de abuso y violencia contra las mujeres. Por lo tanto, este ensayo teórico tiene como objetivo presentar un mapeo de algunas formulaciones psicoanalíticas, freudianas y post-freudianas, sobre la sexualidad femenina. En un primer momento, circunscribiremos tesis centrales sobre la “formación” de la mujer postuladas por Freud. En un segundo momento, procuraremos*

*sintetizar un conjunto de proposiciones de autores contemporáneos entre los cuales se puede establecer un diálogo y que, en nuestro medio, se han servido del Psicoanálisis para reflexionar sobre el “ser” mujer, o sea, la vivencia de la sexualidad femenina en la edad adulta, sobre todo en la madurez. Concluimos que las proposiciones de los autores contemporáneos aquí resumidas avanzan, en ciertos aspectos, en relación a las tesis freudianas sobre la sexualidad femenina, pero no implican en la atribución de una supuesta obsolescencia a las mismas como un todo.*

*Palabras clave: sexualidad; sexualidad femenina; psicoanálisis; teoría psicoanalítica.*

## INTRODUÇÃO

A aceção psicanalítica de sexualidade se caracteriza pela abrangência, pois engloba diferentes tipos de excitação afastados do ato sexual propriamente dito e independentes dos órgãos genitais (Laplanche, & Pontalis, 2000). Ocorre que, como bem observou Birman (1999), Freud se distanciou da Sexologia hegemônica na segunda metade do século XIX, a qual abordava a sexualidade exclusivamente no registro do comportamento e considerava a maturação biológica do aparelho reprodutor sua pré-condição. O criador da Psicanálise, assim, asseverou que a sexualidade apresenta autonomia em relação à procriação, antes considerada sua finalidade básica, pois possui como função primordial a obtenção de prazer. Ademais, demonstrou que a sexualidade tende a ser atravessada, de diferentes maneiras, por fatores sociais. É nesse sentido que Salles e Ceccarelli (2010) afirmam que Freud, subvertendo os esquemas explicativos tradicionais acerca do assunto, foi o principal responsável pela humanização da sexualidade.

Essas considerações preliminares são suficientes, a nosso ver, para ilustrar que a Psicanálise ainda tem contribuições potencialmente proveitosas a oferecer para os debates atuais em torno de questões concernentes à sexualidade, em que pese o fato de terem transcorrido mais de 100 anos desde o estabelecimento de suas premissas. Tais debates, a propósito, se mostram essenciais no contexto nacional, em que são crescentes as tensões provocadas pela coexistência de duas linhas de força antagônicas. Uma delas é moldada pelo recente recrudescimento

de uma mentalidade machista que enseja diversas modalidades de abuso e violência contra as mulheres. Consideramos que a escalada do feminicídio no país se afigura como o paroxismo do referido fenômeno. É preciso sublinhar que, devido à arcaica ideologia patriarcal enraizada na sociedade brasileira, os crimes de natureza sexista, notoriamente, tendem a ser subnotificados. Logo, as estatísticas disponíveis não revelam a real dimensão do problema.

Outra linha de força é circunscrita pela consolidação da emancipação feminina e, em especial, pela desnaturalização gradativa das desigualdades de gênero. Parece-nos razoável propor que tais processos se encontram diretamente atrelados à transformação da relação estabelecida entre as mulheres e o trabalho remunerado, executado fora do espaço doméstico. Isso porque, hoje, firmar-se profissionalmente não raro constitui uma prioridade para muitas delas. A ascensão feminina no mercado – embora tenha se dado um tanto quanto tardiamente no país – sobressai como um dos desdobramentos da referida transformação. E o mesmo se aplica ao fortalecimento de sua presença em mobilizações coletivas na arena pública<sup>1</sup>. Na esteira da reorganização cultural, política e econômica emergente nesse cenário, a tolerância às práticas que, de um modo ou de outro, se situam em um *continuum* de discriminação contra as mulheres tem diminuído sensivelmente, apesar de persistir em certos segmentos sociais no Brasil.

Tendo em vista o que precede, este breve ensaio teórico se propõe contemplar tópicos que julgamos oportunos no que diz respeito aos debates atuais sobre a sexualidade e que, no marco da clínica ampliada, devem ser levados em conta na atenção à saúde em resposta às necessidades da população em geral. Mais especificamente, nosso objetivo é apresentar um mapeamento de algumas formulações psicanalíticas, freudianas e pós-freudianas, em torno da sexualidade feminina. Para tanto, buscaremos, em um primeiro momento, circunscrever teses centrais acerca da “formação” da mulher conforme postuladas por Freud, sem, contudo, a pretensão de esgotar todas as obras do autor voltadas ao assunto. Ressalte-se que, ao fazê-lo, pontualmente também recorreremos a comentadores de Freud a fim de enriquecer nossa argumentação. Em um segundo momento, procuraremos sintetizar um conjunto de proposições de

autores contemporâneos entre os quais se pode estabelecer um diálogo e que, em nosso meio, têm se servido da Psicanálise para refletir sobre o “ser” mulher, ou seja, sobre a vivência da sexualidade feminina na idade adulta, nomeadamente na maturidade. Esclarecemos, em tempo, que a expressão “ser” mulher será empregada como opção estilística, de modo que não subscreve a crença na existência de uma “essência” feminina, já que, em nosso entendimento, as mulheres na atualidade constituem um grupo social heterogêneo.

## DESENVOLVIMENTO

### *Freud e a “formação” da mulher*

Antes de mais nada, consideramos importante mencionar que, em um texto intitulado “Feminilidade”, Freud (1996/1933[1932], p. 117) afirmou que a Psicanálise “não tenta descrever o que é a mulher – seria esta uma tarefa difícil de cumprir – mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma”. Tal afirmação explícita o motivo pelo qual, ao longo de sua trajetória intelectual, o autor optou por dedicar mais atenção ao desenvolvimento sexual feminino na infância do que à vivência da sexualidade nas mulheres de idade adulta. Destarte, faz-se necessário delinear aqui, como uma aproximação preliminar à temática do presente estudo, alguns esclarecimentos pontuais sobre as teses freudianas acerca da sexualidade infantil, no que se refere tanto aos meninos quanto às meninas.

As referidas teses foram originalmente veiculadas de modo mais sistemático no início do século XX, em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Nesse escrito revolucionário, Freud (1996/1905) inovou ao propor que, logo no início da vida, as crianças buscariam experimentar um prazer totalmente desvinculado da satisfação de qualquer necessidade fisiológica. Sendo assim, postulou que as crianças seriam sexualizadas, mas não como os adultos. Freud defendeu que a sexualidade infantil se distinguiria por encontrar apoio, a princípio, em certas funções corporais, pelo que meninos e meninas, durante a fase oral, obteriam prazer, por exemplo, a partir da sucção do seio da mãe mesmo quando não estivesse em causa o apaziguamento da fome.

As crianças começariam a prescindir do objeto exterior na medida em que se instala o autoerotismo (Freud, 1996/1905). Nesse processo, como o corpo ainda não é representado como uma unidade, algumas de suas partes – em particular as regiões do revestimento cutâneo-mucoso – passariam a funcionar como zonas erógenas preponderantes. Somente com o declínio do complexo de Édipo as zonas erógenas se articulariam mais diretamente aos órgãos genitais, tanto nos meninos quanto nas meninas. Porém modalidades de gratificação sexual típicas de etapas do desenvolvimento anteriores seriam abandonadas gradativamente, ou ainda poderiam persistir com algumas variações, sem necessariamente configurar um fenômeno psicopatológico. E é oportuno salientar que, posteriormente, Freud (1996/1914) defenderia – em “Sobre o narcisismo: uma introdução” – que o corpo humano como um todo pode se afigurar como zona erógena.

A partir desses esclarecimentos pontuais, já podemos concluir que a teorização freudiana se diferenciou de outros saberes não apenas por demonstrar que a sexualidade é irredutível à genitalidade, mas, também, por apontar que há múltiplas possibilidades quanto à sua manifestação, expressão e apresentação, em consonância com Birman (1999). Todavia, o referido autor alertou que Freud não deixou de incorporar às suas formulações certos elementos da visão de mundo vigente em seu tempo. Adiante retomaremos esse ponto. Por ora, salientamos que, a nosso ver, é emblemática do referido fato a associação entre a masculinidade e a atividade, por um lado, e a feminilidade e a passividade, por outro, delineada por Freud (1996/1923) em “A organização genital infantil” após ter sido sugerida na primeira edição de “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, embora tenha sido abrandada em uma nota de rodapé sobre as ambiguidades inerentes aos conceitos de “masculino” e “feminino” incluída em 1915 na terceira edição de tal obra e, posteriormente, no texto “Feminilidade”, como ainda veremos.

Em “A organização genital infantil”, Freud (1996/1923) igualmente retomou outros de seus pontos de vista anteriores sobre a sexualidade, fazendo-o, por exemplo, ao reiterar a supremacia do falo no desenvolvimento sexual, quer seja de meninos ou meninas. Afinal, esse processo seria, em sua compreensão, pautado essencialmente pela posse do pênis, em ambos os sexos. Como consequência, uma distinção mais nítida entre masculinidade

e feminilidade somente seria possível a partir do início da fase fálica, pois, antes disso, meninos e meninas se diferenciariam somente por terem ou não um órgão genital masculino. Para Freud, portanto, durante a puberdade as meninas seriam marcadas pela inveja do pênis, sendo que sua ausência, devido à fantasia de castração, resultaria em tentativas de negação, compensação ou reparação, conforme Laplanche e Pontalis (2000). Os meninos, em contrapartida, se caracterizariam por um interesse narcísico pelo próprio pênis durante essa etapa da vida.

Já em um texto intitulado “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud (1996/1924) renovou suas formulações em torno da sexualidade feminina ao concluir que o desenvolvimento sexual de meninas, ainda que também tenha como fenômeno central a problemática edípica, não poderia simplesmente ser considerado equivalente ao desenvolvimento sexual de meninos, em contraste com o que se poderia depreender a partir de suas obras anteriores. Nesse sentido, propôs que o estabelecimento de uma equação simbólica “pênis-bebê” seria, para as meninas, um fator essencial para a instalação do complexo de Édipo. Por meio de tal equação simbólica, o desejo de ter um órgão sexual masculino seria substituído pelo desejo de receber um filho como presente da figura paterna.

Esse desejo, por sua vez, seria abandonado gradativamente. Aprofundando tal linha de raciocínio, em “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, Freud (1996/1925, p. 285) afirmou que “enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração”. Nas meninas, destarte, o complexo de castração incentivaria a feminilidade, preparando-as para o papel que, na perspectiva freudiana, lhes caberia posteriormente: a maternidade. Cumpre assinalar que tal posicionamento, como veremos adiante, tem sido alvo de objeções por parte de autores contemporâneos. Para além disso, nota-se que, no texto em questão, Freud evidenciou que julgava a sexualidade feminina muito mais complexa e enigmática do que a sexualidade masculina.

Já em “Sexualidade feminina”, Freud (1996/1931) defendeu que as meninas vivenciariam uma fase pré-edípica durante a qual manteriam uma ligação intensa e exclusiva com a figura materna. Tal ligação começaria

a se desfazer sobretudo quando as meninas constatassem que não seriam dotadas do órgão sexual masculino e atribuísem à figura materna a culpa por essa falta, sendo que, por esse motivo, emergiria uma marcante hostilidade em relação à mesma. Logo, a situação edípiana apenas reforçaria um sentimento acerca da figura materna que se originaria anteriormente e cuja superação dependeria de eventos posteriores. E Freud acrescentou, nesse mesmo escrito, que o afastamento da figura materna levaria à acentuação das tendências passivas nas meninas, o que seria essencial para a aproximação em relação à figura paterna e, após a dissolução do complexo de Édipo, para a consolidação daquilo que considerava a “atitude feminina normal final” (Freud, 1996/1931, p. 238).

No texto em questão, Freud (1996/1931) ainda postulou que certas complicações seriam inerentes ao desenvolvimento sexual feminino, na medida em que o complexo de castração, nas meninas, abriria três possibilidades. A primeira promoveria uma “revulsão geral à sexualidade” (Freud, 1996/1931, p. 237). Já a segunda ensejaria uma “desafiadora superenfaturação de sua masculinidade” (Freud, 1996/1931, p. 238) motivada pela persistente esperança de obter um órgão sexual masculino para si. Somente a terceira possibilidade, por meio da qual as meninas passariam a ter a figura paterna como objeto de amor, levaria à emergência da feminilidade com a dissolução do complexo de Édipo. Ou seja, Freud admitiu que não haveria um paralelismo entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino, mas ainda concebeu que ambos gravitariam em torno da presença/ausência do falo.

Em “Feminilidade”, texto ao qual já nos reportamos anteriormente, Freud (1996/1933[1932]) reafirmou que o estabelecimento da equação simbólica “pênis-bebê” instalaria o complexo de Édipo nas meninas e abriria caminho para a posterior consolidação da feminilidade. Porém relativizou a associação entre a feminilidade e a passividade ao apontar que a mesma seria influenciada por fatores sociais e também ao esclarecer que, na realidade, o comportamento das mulheres, de modo geral, apenas daria preferência a “fins passivos”, realçando que isso não equivaleria a dizer que as mulheres se caracterizariam pela passividade, visto que uma atitude ativa pode ser necessária para que atinja os referidos “fins passivos”. Freud ainda defendeu que masculinidade e feminilidade seriam “qualidades mentais”

que se mesclam em um mesmo indivíduo, homem ou mulher, de diferentes maneiras, pois não são determinadas pela anatomia.

Outrossim, no referido escrito, Freud (1996/1933[1932]) apresentou dois breves apontamentos sobre a sexualidade das mulheres na idade adulta. Em primeiro lugar, porque sugeriu que se observa nesse público uma alternância mais acentuada de períodos em que predominam a masculinidade ou a feminilidade, o que seria explicado por “fenômenos residuais do período masculino inicial” (Freud, 1996/1933[1932], p. 130) que ensejariam fixações na fase pré-ediapiana. Em segundo lugar, porque relatou ter verificado maior inclinação ao narcisismo em mulheres do que em homens na idade adulta, o que atribuiu, em parte, a um resquício da inveja do pênis. E, como consequência de tal inclinação, defendeu que as mulheres comumente necessitariam mais ser amadas do que amar. Contudo, Freud sugeriu que tal característica estaria associada também à “educação social”.

Finalizando nossa breve incursão pelos escritos freudianos que consideramos mais pertinentes para esta oportunidade, cabe aqui sublinhar que, em “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”, Freud (1996/1908) voltou sua atenção aos aspectos sociológicos da sexualidade. Ao fazê-lo, asseverou que as pessoas em geral sofreriam uma “repressão nociva” determinada pelas exigências da civilização de sua época, a qual faria com que apenas a atividade sexual praticada em prol da reprodução no âmbito de um casamento pudesse ser admitida. Porém Freud destacou que esse regime sexual resultaria em uma “moral dupla”, pois as transgressões masculinas seriam mais toleráveis do que as femininas, o que foi objeto de sua crítica na medida em que tal fato atestaria que a própria sociedade não considera exequíveis as restrições que apregoa no tocante à sexualidade.

Em face dos objetivos estabelecidos para o presente estudo, não cabe aqui um detalhamento sobre esse tópico em particular, mas é interessante realçar que as descobertas de Freud sobre a patogênese da histeria – às quais são creditadas o surgimento da Psicanálise – já sinalizavam o quão nocivos poderiam ser os atravessamentos de fatores sociais na sexualidade, sobretudo para as mulheres. Afinal, tais descobertas, consolidadas em “Fragmento da análise de um caso de histeria”, evidenciaram que

os principais sintomas histéricos decorrem, basicamente, da conversão de conteúdos recalçados, em particular de natureza sexual (Freud, 1996/1905[1901]). E, como “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” viria realçar, costumes e tradições resultantes do enodamento entre a história individual de cada ser humano e a herança cultural da humanidade seguramente potencializavam tal processo, visto que implicavam, à época, em uma regulamentação severa da sexualidade, especialmente feminina. Ao menos em parte, isso explicaria o grande número de casos de histeria registrados entre as mulheres no final do século XIX e início do século XX no mundo ocidental.

Em suma, as formulações de Freud aqui circunscritas revelam que o autor teve o mérito de colocar em relevo a multifatorialidade e a complexidade inerentes ao desenvolvimento da sexualidade feminina e, assim, evidenciou que seria inadequada qualquer tentativa de reduzi-la a seus aspectos mais objetivos, em especial àqueles concernentes ao plano orgânico. Em contrapartida, Freud defendeu uma associação entre a feminilidade e a maternidade que, nos dias de hoje, dificilmente se sustenta, pois ter filhos se afigura como uma opção, e não mais um destino, para a maioria das mulheres. Há que se ponderar, todavia, que tal associação deriva de um contexto histórico específico em que, concretamente, o espaço social reservado às mulheres era mais restrito, o que naturalizava a adesão feminina ao casamento e à maternidade como projeto de vida. Nessa linha de raciocínio, Emídio (2011) observou que o patriarcalismo vigente ao longo do século XIX também pode ser apontado como determinante para a primazia do falo que se pode depreender da obra de Freud, sobretudo a propósito de suas teses sobre a sexualidade.

O mesmo se aplicaria ao papel central atribuído por Freud à inveja do pênis no tocante ao desenvolvimento sexual de meninas e à identificação de ressonâncias desse fenômeno na sexualidade das mulheres na idade adulta. Logo, concluímos que suas posições mais problemáticas – ou melhor, aquelas que assim poderiam ser qualificadas na contemporaneidade – em relação à sexualidade feminina repousam no *Zeitgeist* em que a Psicanálise surgiu. Roudinesco (2016) compartilha desse entendimento, sendo que o enriquece ao propor que Freud, malgrado a atitude conservadora que adotava para com as mulheres em sua vida privada, se manifestava

publicamente a favor das causas femininas<sup>2</sup>. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o próprio, como pontuou a autora, paradoxalmente se definiu certa vez como um “liberal à moda antiga”. Ademais, é preciso salientar que a teorização freudiana, ao elucidar facetas da sexualidade – masculina e feminina – até então desconsideradas, contribuiu para o movimento que se convencionou chamar de liberação sexual, o qual ganharia corpo posteriormente e, como bem observou André (2015), alcançou primeiramente as mulheres.

### *O “ser” mulher à luz da Psicanálise contemporânea*

Birman (1999) é um dos psicanalistas que, em nosso meio, tem ponderado as formulações freudianas sobre a sexualidade feminina – ou, mais precisamente, sobre o “ser mulher” – de modo a conferir-lhes uma melhor contextualização em face das especificidades do mundo pós-moderno. E o fez criativamente no livro *Cartografias do feminino* estabelecendo aproximações entre as mulheres da atualidade e *Carmen*, a personagem-título da ópera de Georges Bizet, que estreou em 1875 e recebeu diversas releituras nos anos 1980. Para Birman, *Carmen*, de maneira transgressora, sinalizou que a sexualidade feminina, mais do que negativamente pela falta do falo, seria conformada positivamente pelo desejo das mulheres. Outrossim, a personagem ilustrou que, com base na troca de afeto em igualdade de condições entre homens e mulheres, tanto o ato sexual propriamente dito quanto o relacionamento amoroso poderiam assumir um caráter mais lúdico. E estes seriam marcadores da nova versão do feminino emergente no final do século XX, segundo o autor.

Mas, considerando-se que *Carmen* é uma personagem jovem, a seguinte questão se impõe: o que a Psicanálise contemporânea teria a dizer sobre a sexualidade feminina especificamente em se tratando de mulheres mais maduras? Em *Um corpo que pede sentido: um estudo psicanalítico sobre mulheres na menopausa*, Furtado (2001) se ocupou dessa questão e defendeu que as mulheres, nos dias de hoje, têm acesso a posições subjetivas que antes eram inviáveis em um contexto histórico que restringia à maternidade seu papel na sociedade. Porém a menopausa, por envolver a interrupção da função reprodutora, parece ainda ser associada

à perda da feminilidade. Segundo a autora, tal paradoxo potencializaria transformações psíquicas decorrentes de mudanças hormonais, dentre as quais a intensificação de uma lógica narcisista – descrita originalmente por Freud – que traria à tona uma intensa “demanda de amor” em resposta ao medo da perda do lugar de objeto de desejo.

No artigo “O complexo de Jocasta”, Laznik (2012) também se debruçou sobre a sexualidade feminina na maturidade e, em linhas gerais, sua conclusão é que, devido a dois fatores básicos, esse momento da vida implicaria em uma importante modificação da economia libidinal, a qual, por sua vez, poderia ensejar uma inibição da sexualidade. Em primeiro lugar, porque, com a menopausa, a imagem corporal das mulheres tenderia a se transformar negativamente em virtude de mudanças vivenciadas pelas mesmas como sinais da diminuição da própria beleza. Em segundo lugar, porque em muitos casos ocorreria uma reedição do complexo de Édipo determinada pela eclosão de fantasmas incestuosos. Não obstante, para algumas mulheres a impossibilidade de gerar filhos advinda da menopausa permitiria o redescobrimto do desejo sexual pelo parceiro.

Já Negreiros (2004), articulando aportes teóricos oriundos da Psicanálise, da Antropologia e da Psicologia Social, propôs, no texto intitulado *Sexualidade e gênero no envelhecimento*, que as mulheres, a partir da meia-idade, tenderiam a ser avaliadas de forma depreciativa pela suposta perda de seus “encantos naturais”. Além disso, sublinhou que, nesse momento do ciclo vital, teria início, para muitas delas, um processo de redirecionamento da sexualidade para fins socialmente atrelados ao universo “tradicional” feminino. Como consequência, passaria a haver um maior investimento em tarefas relativas à gestão da família – incluindo desde o auxílio na criação dos netos até o cuidado dos pais – ou em atividades religiosas, por exemplo. Ainda que a autora não o tenha afirmado explicitamente, em nosso entendimento o processo em questão claramente se afigura como uma forma de sublimação, pois leva à substituição de uma meta sexual por outra não-sexual, vinculada a ela simbolicamente.

A propósito, Goldfard (1998), no livro *Corpo, tempo e envelhecimento*, sustentou que a sublimação é uma das poucas estratégias das quais um indivíduo pode lançar mão para garantir a manutenção de um sentido à própria existência quando a possibilidade da finitude se aproxima. Em

contrapartida, importantes modificações na distribuição da libido ocorreriam nesse momento da vida, dificultando a sublimação e ainda fazendo com que muitos idosos simplesmente acabem por renunciar aos mais variados prazeres, inclusive àqueles relativos à sexualidade. Tal renúncia estaria intimamente associada a perdas que dizem respeito ao corpo e começam a ser vislumbradas, sobretudo, a partir dos 50 anos de idade – antes da velhice se instalar, portanto – por meio de uma sensação de estranhamento frente ao espelho que foi chamada pela autora de “espelho negativo”. Embora o “espelho negativo” possa ocorrer igualmente em homens, entendemos, até mesmo com base nas observações de Negreiros (2004), já contempladas, que seu impacto tende a ser mais acentuado para as mulheres.

Em *Sobre ética e Psicanálise*, Kehl (2002), acrescentando em relação a seus trabalhos anteriores consagrados especificamente à temática da sexualidade<sup>3</sup>, pontua que, na realidade contemporânea, é possível notar certos movimentos inconscientemente voltados à restauração da linha divisória entre os sexos desconstruída ao longo do século XX como consequência da liberação sexual. Um exemplo nesse sentido seria, no país, a difusão de “canções” que – como aquelas típicas de certas vertentes do *funk* carioca – reduzem a mulher a um mero objeto de consumo. A autora defende que a Psicanálise pode contribuir para o enfrentamento da estereotipia que tende a emergir nesse cenário na medida em que a teorização freudiana, tendo demonstrado que a feminilidade e a masculinidade não são totalmente estranhas ou contrárias uma à outra, estimula uma “plasticidade criativa” no tocante às relações – sexuais, inclusive, mas não apenas – que se estabelecem entre homens e mulheres.

Adicionalmente, é preciso considerar que a sexualidade – tanto masculina quanto feminina, em qualquer etapa da vida – não deve ser apartada do quadro geral das manifestações do erotismo. No texto *Existe um erotismo contemporâneo?*, Mezan (2008), tendo transitado entre a Psicanálise, a Filosofia e a Sociologia, sublinhou que o erotismo se afigura como a dimensão estética da sexualidade, pelo que apresenta variações em função da época e da cultura. E o autor apontou que, na atualidade, o erotismo invadiu a publicidade e a indústria do entretenimento de uma forma tão acentuada que a via para o prazer sexual gradativamente teria deixado de ser individualizada, passando a ser massificada segundo modelos

que estabelecem não apenas quais seriam os atributos físicos indispensáveis a um corpo – especialmente feminino, poderíamos acrescentar – belo e desejável, mas, sobretudo, qual seria a melhor forma de desfrutá-lo.

No livro *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*, Costa (2004), também articulando a Psicanálise a outros saberes, apresentou contribuições originais à compreensão da sexualidade na atualidade ao sublinhar que vivemos sob a égide da chamada “moral do espetáculo”, a qual estabelece que as imagens possuem um valor *per se* e, como consequência, o sujeito contemporâneo tornou-se “um espectador passivo de um mundo de aparências” (p. 227). O corpo, assim, é considerado digno do interesse alheio somente enquanto jovem e saudável, pelo que deve se apresentar com uma fachada compatível com as tendências em voga, oferecendo-se como uma espécie de mercadoria. O autor defendeu ainda que isso ocorreria porque a partir dos filtros estabelecidos pelos meios de comunicação de massa é que se apreenderia a forma mais apropriada de amar, relacionar-se afetivamente ou viver sexualmente. E, em nosso entendimento, tais fenômenos parecem incidir mais diretamente sobre as mulheres, como uma espécie de resquício da “moral dupla” descrita por Freud há quase um século.

Por fim, cumpre assinalar que, a exemplo de Mezan (2008) e Costa (2004), Valença (2003), na dissertação de mestrado intitulada *A feminilidade em Freud e na contemporaneidade: repercussões e impasses*, explorou intersecções da Psicanálise com outras disciplinas que tematizam diretamente o ser humano, buscando, por meio desse expediente, elucidar certas nuances do “ser mulher” nos dias de hoje. A autora se diferenciou por contemplar a cultura narcísica e suas ressonâncias na configuração da feminilidade, sendo que argumentou que o corpo da mulher seria erotizado em excesso na atualidade, na medida em que possuiria o *status* de objeto de consumo. Como consequência, emergiria como uma nova referência de feminilidade a chamada “mulher corpo-sexo”, segundo a qual a sexualidade deveria ser usufruída sem limites. Porém tratar-se-ia de uma referência que, revelando-se inacessível para muitas mulheres, implicaria em sofrimento psíquico, ou, podendo ser vivenciada, conduziria a um sentimento de vazio.

Diante do exposto, entendemos que as proposições dos autores contemporâneos que sumarizamos aqui avançam, em certos aspectos, em

relação às teses freudianas sobre a sexualidade feminina, mas não implicam na atribuição de uma suposta obsolescência às mesmas como um todo. Ocorre que tais proposições partem de dois princípios fundamentais. De acordo com o primeiro deles, o desenvolvimento sexual – tanto masculino quanto feminino – demanda o percurso de um longo caminho que se inicia na infância. Já conforme o segundo princípio, não há identidade entre sexualidade e genitalidade. E ambos os princípios, atualmente aceitos inclusive no âmbito de outras abordagens teóricas para além da Psicanálise, foram originalmente estabelecidos por Freud. Ademais, os autores contemporâneos selecionados para os fins do presente estudo exploram a temática a partir de um ângulo distinto em relação àquele utilizado por Freud, dado que, em detrimento da “formação” da mulher, conferem ênfase à vivência da sexualidade feminina na idade adulta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado, um dos objetivos deste breve ensaio teórico foi circunscrever as teses centrais de Freud sobre a “formação” da mulher. Parece razoável propor que tal objetivo foi atingido. Inclusive sublinhamos que algumas dessas teses vêm sendo repensadas – em um movimento indispensável em face das transformações sociais das últimas décadas – por autores contemporâneos, dentre as quais se poderia destacar aquela que preconiza a existência de uma associação intrínseca entre a feminilidade e a maternidade. Contudo, entendemos que, direta ou indiretamente, o próprio Freud duvidava que essa associação pudesse se manter a longo prazo, pois, como observou Roudinesco (2016), tinha clareza de que as mulheres e os homens de gerações futuras seriam muito diferentes daquelas e daqueles de sua época. Cumpre assinalar também que o pai da Psicanálise admitiu que não obteve uma compreensão mais consistente sobre a “alma feminina”, a julgar pelo fato de ter reconhecido, junto à sua discípula Marie Bonaparte, que não fora capaz de responder “o que quer uma mulher”.

Por outro lado, determinados postulados de Freud sobre a sexualidade seguem válidos na atualidade, a exemplo daqueles por meio dos quais se estabeleceu que a feminilidade e a masculinidade não poderiam ser consideradas “qualidades mentais” restritas a mulheres e homens,

respectivamente, já que a anatomia se afigura como um horizonte passível de transposição. O autor ainda relativizou os critérios que seriam capazes de configurar como fenômenos psicopatológicos modalidades de gratificação sexual supostamente “regredidas”, o que igualmente se afigura como uma lição pertinente para os dias de hoje. Ademais, Freud criticou o regime sexual instaurado por uma determinada moral inatingível que afetava especialmente as mulheres de sua época. E compreendemos que, nesse público, a referida moral, embora revestida de uma nova roupagem, ainda permanece viva nas duas primeiras décadas do século XXI.

Por meio do presente estudo procuramos também sintetizar um conjunto de proposições de autores contemporâneos que, a partir da Psicanálise e especificamente em nosso meio, têm refletido sobre a sexualidade de mulheres adultas. Compreendemos que tal objetivo igualmente foi atingido. Há que se sublinhar que os autores contemporâneos selecionados, conforme nossa leitura, não chegam a constituir uma vertente teórica no seio da Psicanálise brasileira. Todavia, há denominadores comuns entre suas proposições. Talvez o principal deles consista em uma “positivação” do feminino resultante do reconhecimento de que a sexualidade feminina pode ser compreendida independentemente do recurso ao referencial masculino e ao ideal fálico. Outrossim, os autores selecionados ilustram um deslocamento – oportuno, em nosso entendimento – do foco de interesse, no âmbito da Psicanálise, do “formar-se” para o “ser” mulher.

Em suma, compreendemos que o conteúdo aqui veiculado pode contribuir para o aprimoramento de intervenções a serem desenvolvidas no marco da clínica ampliada para fazer frente – de modo preventivo ou remediativo – às diferentes formas de abuso e violência às quais as mulheres ainda têm sido submetidas no país, como já mencionado, ou então ao sofrimento psíquico relativo a questões ligadas, nesse público, ao envelhecimento ou à maternidade, por exemplo. Entretanto, o presente estudo possui limitações. Em primeiro lugar, derivadas do fato de que as proposições dos autores contemporâneos selecionados terem sido apresentadas de modo extremamente sucinto, até mesmo porque um aprofundamento a respeito de cada uma delas fugiria ao nosso escopo. Ocorre que privilegiamos um “sobrevoo panorâmico” em detrimento

de um “mergulho” na obra de um autor em específico. Em segundo lugar, as limitações do presente estudo também derivam da opção por certos autores – alguns mais e outros menos renomados – ao invés de tantos outros possíveis, já que, felizmente, em nosso meio a sexualidade feminina tem sido tema recorrente de publicações psicanalíticas. Não obstante, entendemos que tal opção, operacionalizada justamente pela possibilidade de se estabelecer um diálogo entre os autores selecionados, confere um diferencial ao presente estudo.

## REFERÊNCIAS

- André, J. (2015). *Vocabulário básico da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.
- Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Freud, S. (1996). Fragmento da análise de um caso de histeria. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 7. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905[1901])
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908)
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). A organização genital infantil. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). A dissolução do complexo de Édipo. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)
- Freud, S. (1996). Sexualidade feminina. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1931)

- Freud, S. (1996). Feminilidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 22. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933[1932])
- Furtado, A. M. (2001). Um corpo que pede sentido: um estudo psicanalítico sobre mulheres na menopausa. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(3), 27-37. Recuperado em 05 out. 2018 de <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v4n3/1415-4714-rlpf-4-3-0027.pdf>>.
- Goldfarb, D. C. (1998). *Corpo, tempo e envelhecimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Laznik, M. C. (2012). O complexo de Jocasta. *Estudos de Psicanálise*, 37, 79-92. Recuperado em 05 out. 2018 de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n37/n37a08.pdf>>.
- Mezan, R. (2008). Existe um erotismo contemporâneo? In Volich, R. M., Ferraz, F. C., & Ranña, W. (orgs.), *Psicossoma IV: corpo, história e pensamento* (p. 35-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Negreiros, T. C. (2004). Sexualidade e gênero no envelhecimento. *Alceu*, 5(9), 77-86. Recuperado em 05 out. 2018 de <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu\\_n9\\_negreiros.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_negreiros.pdf)>.
- Roudinesco, E. (2016). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Salles, A. C. T. C., & Ceccarelli, P. R. (2010). A invenção da sexualidade. *Reverso*, 32(60), 15-24. Recuperado em 05 out. 2018 de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v32n60/v32n60a02.pdf>>.
- Valença, M. C. A. (2003). *A feminilidade em Freud e na contemporaneidade: repercussões e impasses*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil).

## NOTAS

- <sup>1</sup> Um bom exemplo nesse sentido é o movimento feminista conhecido como Marcha das Mulheres, que já reuniu milhões de pessoas em manifestações recentes em diversos países, inclusive no Brasil.
- <sup>2</sup> Sendo assim, consideramos improcedentes as acusações de misoginia ocasionalmente dirigidas a Freud na atualidade.

- <sup>3</sup> Referimo-nos aos livros *A mínima diferença: o masculino e o feminino na cultura* e *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*, os quais não foram aqui contemplados em virtude da limitação do espaço disponível, pois abrem certas questões que apenas poderiam ser adequadamente discutidas em um trabalho de maior fôlego.

Recebido em 10/06/2018

Aceito para publicação em 21/09/2018